

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MARIA CLARA DE OLIVEIRA LEITE**

**PAISAGENS MULTIESPÉCIES NAS RUÍNAS DA MINERAÇÃO:  
ANALISANDO PRÁTICAS DE (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM  
MARIANA, MG, BRASIL**

**VITÓRIA - ES**

**2022**

MARIA CLARA DE OLIVEIRA LEITE

**PAISAGENS MULTIESPÉCIES NAS RUÍNAS DA MINERAÇÃO:  
ANALISANDO PRÁTICAS DE (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM  
MARIANA, MG, BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Leticia Dias Fantinel.

VITÓRIA - ES

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

L533p Leite, Maria Clara, 1989-  
PAISAGENS MULTIESPÉCIES NAS RUÍNAS DA  
MINERAÇÃO : ANALISANDO PRÁTICAS DE  
(RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MARIANA, MG,  
BRASIL / Maria Clara Leite. - 2023.  
358 f. : il.

Orientadora: Letícia Fantinel.

Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Paisagens Multiespécies.. 2. Espaços.. 3. Práticas.. 4. Mineração.. 5. Desastres Tecnológicos.. I. Fantinel, Letícia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---

MARIA CLARA DE OLIVEIRA LEITE

PAISAGENS MULTIESPÉCIES NAS RUÍNAS DA MINERAÇÃO: ANALISANDO PRÁTICAS DE (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM MARIANA, MG, BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGADM/UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovada em 13 de fevereiro de 2023.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Letícia Dias Fantinel  
Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Katia Cyrlene de Araujo Vasconcelos  
PPGADM/UFES

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marina Dantas de Figueiredo  
Universidade de Fortaleza

Prof. Dr. Marcus Vinícius Peinado Gomes  
Cardiff University

Prof. Dr. Armindo Teodósio  
PUC/MG



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
LETICIA DIAS FANTINEL - MATRÍCULA 1618662  
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração  
Em 13/02/2023 às 15:10

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/650815?tipoArquivo=O>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
KATIA CYRLENE DE ARAUJO VASCONCELOS - MATRÍCULA 3151856  
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração  
Em 13/02/2023 às 18:27

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/651130?tipoArquivo=O>

## DEDICATÓRIA

Dedico esta tese àqueles que perderam suas vidas por desastres decorrentes da forma como a mineração tem sido praticada.

Dedico também àqueles que, com o corpo neste plano, morrem psicologicamente um pouco a cada dia, na espera.

A todos os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, não somente aos que relataram a história de suas vidas, não somente àqueles que são reconhecidos como atingidos pelas mineradoras!

Enfim, àqueles que tiveram suas vidas atravessadas pela lama e que, neste momento, decorridos mais de sete anos do desastre, ainda resistem, ainda (sobre)vivem e, organizando-se, desorganizam, rompem, não se rendem, ainda têm forças para resistir, vivenciar o luto, e lutar.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Eli e Ricardo, que, cada um do seu jeito, apoiaram-me ao longo do percurso do doutorado após a decisão de seguir meus próprios sonhos. Agradeço aos demais membros da família, em especial à vovó Tuta, à tia Peinha e ao meu irmão Augusto. Aos meus amigos, alguns dos quais enxergo como família. Obrigada pelos ouvidos em momentos importantes, pelo conforto que podem trazer amizades como as nossas, construídas com a dureza de algumas rochas e com a leveza de plumas. Destaco, em especial, aqueles que atravessaram o doutorado comigo, a Luiza, o Vitor, o Herbert, a Jéssica, o Tiago e o Pedro. Obrigada, Jéssica, por me receber de braços abertos quando foi cumprir parte da pesquisa em terras galesas. Há mais de 10 anos eu não imaginava o quanto a Califórnia seria generosa comigo ao me aproximar de você, gurria! A todos, muito obrigada por alimentarmos juntos, com chocolate, café, chás, sorvetes, bordado e afeto, belas e duradouras relações, que se sustentam com a distância e ao longo do tempo, inclusive nesses últimos anos do doutorado. Também adiciono aqui aqueles que passaram, nos últimos anos, de colegas de eventos a amigos. Destaco em especial o Rajiv, que foi central sobretudo no início da pesquisa e, ao estudar a temática, não somente me abriu caminhos, mas continua me apontando novas direções.

Aos professores do PPGAdm, a começar por aquele que me abriu portas, que me permitiu construir pontes pelas quais escolhi seguir. Prof. Alexandre, meu muito obrigada, aprendi muito com você, e com a sua ajuda consegui efetivamente me tornar professora, reconheço e sou muito grata! À Profa. Letícia, que me acolheu em um momento importante. Muito obrigada por me mostrar um caminho alternativo que me permitiu dar meu próprio tom à tese. Escolhas não costumam ser fáceis, abrem espaço para a falta, trazem perdas, já dizia Cecília Meireles, Ou isto ou aquilo, “ou se calça a luva e não se põe o anel, ou se põe o anel e não se calça a luva”. Quando eu estava indecisa e angustiada pelo que deixaria e precisaria mudar para construir a tese, quando precisei escolher para prosseguir após a qualificação, senti-me confortada pelo seu sim. Muito obrigada não somente pelas alterações sugeridas ao longo da escrita da tese, mas também por me ensinar a trazer meu próprio traço no desenho, tornando-me pesquisadora. Não somente libertando-me na escrita, com suas próprias convicções acerca da necessidade do esforço de descentrar do humano, como também alimentando meus questionamentos.



*Last but not least*, ao Prof. Marcus (foi difícil escrever aqui professor, ta?). Ao querido Marcus, que pode até dispensar os termos professor ou doutor, mas foi um mestre para mim com ensinamentos muito além de metodologia e de análise de dados. Liberto da vaidade que existe na academia, não somente contribuiu para reflexões acadêmicas, mas abraçou meu sonho de buscar novos voos. Agradeço também por, neste sentido, incluir-me nos encontros do *Cardiff Organisational Research Group*, por possibilitar conversas com professores da Universidade de Cardiff que me incluíram em novas redes. Meu muito obrigada pela sua acolhida no Reino Unido. Em Cardiff, vivi uma experiência intercultural maravilhosa! O contato diário com Irã, Rússia, China, Estados Unidos, Paquistão e Gales durante o estágio doutoral me transformou de formas que talvez eu nem tenha consciência ainda. A dor física que enfrentei longe da família, a resiliência em um momento no qual já estamos vulneráveis pela distância do conforto daquilo que nos é familiar e pela pressão de escrita da tese, tudo teria sido mais difícil se você fosse diferente. Obrigada por ser assim, tão Marcus Gomes, com u de único. Penso que você não apenas ampliou minha visão durante a pesquisa, mas trouxe e continua trazendo, na medida do possível, leveza e esperança.

Aos demais professores do programa, aqueles com quem aprendi em disciplinas qualitativas ou quantitativas, meu profundo agradecimento. Com alguns deles pude plantar e colher frutos, seja pela publicação em periódicos, seja pela participação em eventos e, ainda, pela elaboração de livros. Destaco aqui em especial o Prof. Adonai, que é para mim um exemplo! Agradeço novamente, Adonai, por não somente acolher a Maria Clara como monitora de metodologia, mas como coautora de um de seus livros e daquele que veio a ser meu primeiro livro publicado, escrito a quatro mãos com nossa disciplina e sensibilidade. Obrigada, ainda, pela segunda edição!

Agradeço também aos membros da banca, aos professores Dra. Kátia Vasconcelos; Dra. Marina Dantas de Figueiredo e Dr. Armino Teodósio, por gentilmente terem aceitado o convite e pelas contribuições. Agradeço imensamente aos demais colegas e amigos do programa pelos compartilhamentos no decorrer do doutorado. Destaco aqui a Ariana, que foi uma pessoa central na minha decisão de tentar o doutorado em administração na Ufes. Também destaco o Ariel, com quem aprendi de forma mais leve principalmente aspectos quantitativos. Obrigada, Ariel, pela admiração, pelos trabalhos conjuntos na disciplina do Rubens e até pelas divergências e discussões nas disciplinas do Hélio. Nossas diferenças nos uniram e trouxeram pitadas de violão, voz e afeto ao ambiente acadêmico. Também agradeço,

em especial, aos queridos membros GESIP e às que compuseram comigo a Comissão de comunicação do SEGOC!

Agradeço à Sandra Borges, que ama samba como eu, que se orgulha muito de mim, que me lembra de coisas básicas que às vezes esquecemos na correria cotidiana de ser não somente aluna de doutorado, mas de também ter sido professora ao longo do processo de parir uma tese. Minha bibliotecária querida, com estas linhas, honro o compromisso de não apenas mencionar “às bibliotecárias do CT”, mas o seu nome em especial, Sandra! Sandra não me viu pressionada pela entrega da tese, antes disso veio fechamento da nossa aconchegante e familiar biblioteca, veio a pandemia. Mas Sandra acompanhou minhas idas diárias à biblioteca setorial do Centro Tecnológico ao longo de todo o mestrado e de parte do doutorado. Ela viveu comigo a conclusão da dissertação no programa da Engenharia, ela viveu comigo a aflição de ser contratada para lecionar no dia X e assumir algumas disciplinas para começar no dia X+3, na melhor das hipóteses. Meu muito obrigada, de coração, por cada detalhe, como prometi a você!

Agradeço, ainda, aos meus entrevistados! Acabei me tornando próxima de alguns deles e precisei me policiar constantemente para manter o rigor e a confidencialidade requerida pelo compartilhamento de dados. Não digo que foi fácil, pelo contrário, como percebido no estágio doutoral, eu estava muito próxima aos dados, apaixonei-me pelo tema, tentava continuamente dar um *zoom out*. Nesse processo de aproximar nem tanto nem tão pouco, de assumir que há subjetividade também na pesquisa, eu, que só no final da graduação comecei a engatinhar na pesquisa e que no mestrado aprendi a buscar objetividade, vi-me na necessidade de ampliar o espectro e buscar tons entre o preto e o branco às vezes característico da Engenharia. Aprendi tendo que reaprender outros tantos.

Escrever uma tese é um processo muitas vezes solitário. Então, agradeço a todos aqueles que o tornaram mais palatável. Aos que me ajudaram a digerir algumas linhas, as entrelinhas, as curvas. Àqueles que participaram da minha formação enquanto pessoa e que, de alguma forma, contribuíram para que esta tese fosse concretizada e para este importante momento da minha vida profissional, meu muito obrigada!

## RESUMO

As consequências das perturbações humanas em paisagens multiespécies permitem lançar luz sobre as práticas organizativas para manter a vida possível nos espaços onde essas perturbações se perpetuam. Nesta pesquisa qualitativa, questiona-se: Como, nas paisagens multiespécies perturbadas pela mineração de ferro, os espaços são (re)organizados? Busca-se analisar o organizar espacial, por meio de práticas organizativas mobilizadas por diferentes atores, nas paisagens multiespécies perturbadas pela indústria mineradora a partir do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração SA; Vale SA; e BHP Billiton do Brasil Ltda, ocorrido em novembro de 2015 em Mariana, Minas Gerais/Brasil. Uma onda de lama destruiu diversas comunidades na região. O desastre é considerado o maior do tipo registrado na história com base em um índice que considera o volume de rejeito lançado, a distância por ele percorrida e o número de mortes. Portanto, o contexto empírico que motivou o estudo é o colapso de barragens de rejeitos de mineração, especificamente o rompimento de Fundão. Esta tese dialoga e se alinha com estudos que discutem os espaços organizacionais a partir das práticas, buscando contribuir para o preenchimento de uma lacuna nos estudos organizacionais de abordagens centradas no humano que concebem espaços como entidades externas. Direcionamos a análise para uma perspectiva em que os espaços não existem independentemente de processos de espacialização. Compreendendo essas práticas a partir de uma abordagem multiespécies, os espaços são continuamente praticados por um emaranhado de relações mais do que humanas. Para a coleta de dados, foram realizadas observações não-participantes in loco e virtualmente. Além disso, conduziu-se entrevistas semiestruturadas com diferentes grupos: a) Atingidos e membros da comissão de atingidos; b) Membros da Assessoria Técnica; c) Membros do Estado; d) Membros das mineradoras envolvidas; e) Membros da mídia. Ao seguir a lama, criou-se a metáfora das três ondas de lama para apresentar os conceitos centrais que emergiram das categorias durante a análise. Descrevemos e analisamos três diferentes movimentos da lama: a) A primeira onda descreve as comunidades destruídas e as práticas ao longo do tempo no que denominamos de Espaços Antigos; b) A segunda onda inclui questões relacionadas às práticas no cotidiano de atingidos alocados no que definimos como Espaços Temporários; c) A terceira onda relaciona-se ao que denominamos de Novos Espaços, os reassentamentos para onde os atingidos se deslocaram. Inclui práticas relacionadas à reorganização da vida e da moradia na região. Utilizou-se a metáfora para sustentar o argumento de que os próprios processos de reparação e compensação causaram efeitos

destrutivos perpetuados através dos espaços. Esperamos destruição e ruínas em Espaços Antigos, mas apresentamos que a destruição atingiu não só tais espaços, mas também os Espaços Temporários e Novos, mostrando as ruínas de diferentes formas. Constatamos que a destruição se prolifera principalmente a partir de práticas de descaracterização, afastamento, silenciamento e camuflagem. Apontamos que o que conecta as práticas ao longo dos espaços analisados é que a gestão pós-desastre levou destruição a espaços onde ela não teria chegado pelo rompimento em si.

**Palavras-chave:** Paisagens Multiespécies. Espaços. Práticas. Mineração. Desastres Tecnológicos.

## ABSTRACT

Human disturbances produce consequences in multispecies landscapes. The effects of these disturbances allow shedding light on organizational practices to maintain life in spaces where they occur and perpetuate over time. This qualitative research has the following research question: How are spaces (re)organized in multispecies landscapes produced from iron mining? In this sense, we aimed to analyze the spatial organizing through practices in the multispecies landscapes disturbed by the mining industry after the collapse of the Fundão dam, owned by Samarco Mineração SA; Vale SA; and BHP Billiton do Brasil Ltda. The dam collapse happened in November 2015 in Mariana, Minas Gerais State/Brazil. A wave of mud destroyed many communities in the region. The disaster is considered the largest in recorded history based on a magnitude index that creates a single vector out of data for release, run out, and deaths. This thesis dialogues with studies that discuss organizational spaces based on practices. The research seeks to contribute to filling a gap in approaches in Organizational Studies that conceive spaces as external entities. It also seeks to shed light on perspectives where the human being is at the center. We directed the analysis to a perspective of spaces in which they do not exist independently of spatialization processes. Understanding these practices from a multispecies approach, spaces are continuously practiced from a tangle of more than human relationships. For data collection, non-participant observations were conducted in loco and virtually. Also, semi-structured interviews were led with different groups: a) Affected people and those who represent their communities (committee); b) Members that support the affected people with technical assistance; c) Members of the state; d) Members of the mining companies involved; e) Members of the media. The analysis focused on following the mud. We created the metaphor of the three waves of mud to present the central concepts that emerged from the categories during the analysis. Thus, we described and analyzed three different movements: a) The first wave describes the destroyed communities and practices over time in what we call Old Spaces; b) The second wave includes issues related to the practices of those allocated in what we define as Temporary Spaces; c) The third wave is related to what we call New Spaces, the resettlements where those affected people will move. It includes practices related to the reorganization of life and housing in the region. We used the mentioned metaphor to support the argument that the repair and compensation processes caused destructive effects perpetuated over time through spaces. We expect ruins in Old Spaces, but we present that the destruction reached not only such spaces but also Temporary and New Spaces, showing the ruins in different ways. We

found that destruction proliferates mainly from practices of mischaracterization, withdrawal, silencing, and camouflage. We point out that what connects the practices throughout the analyzed spaces is that post-disaster management led to destruction in spaces where it would not have happened due to the dam collapse itself.

**Keywords:** Multispecies Landscapes. Spaces. Practices. Mining. Technological Disasters.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de “falhas” com barragens de rejeitos no Brasil.....	16
Quadro 2 - Relação das principais organizações e respectivas responsabilidades .....	81
Quadro 3 - Eventos acompanhados .....	87
Quadro 4 - Visitas guiadas.....	93
Quadro 5 - Características das categorias criadas no Nvivo .....	98
Quadro 6 - O movimento de cada onda de lama .....	105
Quadro 7 - Processos Administrativos e Regularização Ambiental relacionados à Mirandinha .....	154

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- A destruição em Bento Antigo I.....	112
Fotografia 2 - A destruição em Bento Antigo II.....	112
Fotografia 3 - A destruição persiste em Bento Antigo I.....	114
Fotografia 4 - A destruição persiste em Bento Antigo II .....	114
Fotografia 5 - Marcas da lama na Zona Rural .....	115
Fotografia 6 - Estrada de acesso a Bento Antigo I .....	133
Fotografia 7 - Estrada de acesso a Bento Antigo II.....	134
Fotografia 8 - Estrada de acesso a Bento Antigo III.....	135
Fotografia 9 - Pedras para conter a lama na estrada de acesso a Bento Antigo I.....	137
Fotografia 10 - Pedras para conter a lama na estrada de acesso a Bento Antigo II.....	139
Fotografia 11 - Atravessando a estrada de acesso a Bento Antigo.....	142
Fotografia 12 - Cancela na entrada do Bento Novo condicionando o acesso ao Bento Antigo .....	145
Fotografia 13 - Guarita destruída .....	145
Fotografia 14 - Placa do Iphan na estrada de acesso a Bento Antigo.....	146
Fotografia 15 - Portão e placa da Samarco na estrada de acesso a Bento Antigo.....	147
Fotografia 16 - Placa em Bento Antigo .....	158
Fotografia 17 - Placa de atingido demarcando uma propriedade particular em Bento Antigo .....	159
Fotografia 18 – Interior de casa saqueada em Bento Antigo.....	169
Fotografia 19 - Casa saqueada sem telhado em Bento Antigo .....	170
Fotografia 20 - Exterior de casa saqueada em Bento Antigo .....	171
Fotografia 21 - Cogumelos em Bento Antigo .....	173
Fotografia 22 - Dique S4 construído em Bento Antigo I .....	176
Fotografia 23 - Dique S4 construído em Bento Antigo II.....	179
Fotografia 24 - Dique S3 construído em Bento Antigo I .....	184
Fotografia 25 - "Ilha" no dique S4 construído em Bento Antigo .....	186
Fotografia 26 - Diques permanecem em Bento Antigo I.....	189
Fotografia 27 - Cerca ao redor da Capela de São Bento .....	193
Fotografia 28 - O dique construído perto da capela de São Bento .....	193
Fotografia 29 - Diques permanecem em Bento Antigo II .....	195
Fotografia 30 - Exterior do espaço de pesca e socialização em Bento Antigo.....	197



Fotografia 31 - Ponto do Dique S4 para atrair passarinhos .....	198
Fotografia 32 - Interior do espaço de pesca e socialização em Bento Antigo.....	198
Fotografia 33 - O verde da camuflagem em Bento Antigo .....	199
Fotografia 34 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo I.....	207
Fotografia 35 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo II.....	208
Fotografia 36 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo III ...	209
Fotografia 37 - Rio Gualaxo do Norte e a vegetação ao redor .....	213
Fotografia 38 - “Alguma casa que estragou” em Bento Antigo .....	214
Fotografia 39 - Ruínas sendo camufladas com vegetação em Bento Antigo I.....	216
Fotografia 40 - Ruínas sendo camufladas com vegetação em Bento Antigo II .....	217
Fotografia 41 - Ruínas sendo camufladas com vegetação em Bento Antigo III.....	217
Fotografia 42 - Flores em Bento Antigo.....	220
Fotografia 43 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo III ...	220
Fotografia 44 - Fragmento árvores-destroços trazendo um tom selvagem à paisagem I .....	223
Fotografia 45 - Fragmento árvores-destroços trazendo um tom selvagem à paisagem II.....	223
Fotografia 46 - Ruínas camufladas com verde em Bento Antigo.....	224
Fotografia 47 - Mensagem humana nas ruínas .....	227
Fotografia 48 - "Pé de lama" .....	227
Fotografia 49 - Pé na lama.....	227
Fotografia 50 - Forma de vida “espinhenta” em Bento Antigo.....	228
Fotografia 51 - Formas de vida multiespécies em Bento Antigo I.....	228
Fotografia 52 - Formas de vida multiespécies em Bento Antigo II.....	228
Fotografia 53 - O encontro da mamona com as ruínas em Bento Antigo .....	229
Fotografia 54 - Mamonas e árvores em Bento Antigo .....	230
Fotografia 55 - Igreja das Mercês em Bento Antigo I.....	234
Fotografia 56 - Igreja de São Bento em Bento Antigo .....	235
Fotografia 57 – Destroços do verde e das podas da Praça Gomes Freire.....	246
Fotografia 58 - Divulgação da Renova sobre modificações na Praça Gomes Freire .....	249
Fotografia 59 – Tronco de árvore centenária cortada pela Renova.....	262
Fotografia 60 - Os guarda-chuvas coloridos da Praça Gomes Freire .....	266
Fotografia 61 - A (Renova)da cor da Praça Gomes Freire .....	266
Fotografia 62 - Registro da Praça Gomes Freire pré-reforma da Renova.....	268
Fotografia 63 - Registro da Praça Gomes Freire pós-reforma da Renova .....	269
Fotografia 64 - Praça Gomes Freire pós-reforma com o chafariz original substituído .....	270

Fotografia 65 - Entorno do chafariz e da ponte pré-reforma da Renova.....	270
Fotografia 66 - A ponte “totalmente diferente” pós-reforma da Renova .....	271
Fotografia 67 - Canteiro e calçamento da Praça Gomes Freire pós-reforma .....	272
Fotografia 68 - Pombo, canteiro, calçamento da Praça Gomes Freire pós-reforma.....	272
Fotografia 69 - Detalhes do canteiro e do calçamento da Praça pós-reforma .....	273
Fotografia 70 - Contraste entre calçamentos antigo e novo da Praça.....	273
Fotografia 71 - Coreto amarelo, azul escuro e branco em meio a árvores .....	274
Fotografia 72 - Coreto branco e azul claro em meio a guarda-chuvas .....	274
Fotografia 73 - O Casarão da Praça.....	276
Fotografia 74 - Placas do Casarão .....	277
Fotografia 75 - Visão do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues.....	293
Fotografia 76 - Reassentamento de Bento em obras ainda em 2021 .....	293
Fotografia 77 - Casa em obras em Bento Novo.....	297
Fotografia 78 - Uma das poucas casas finalizadas em Bento Novo.....	297
Fotografia 79 - Cartaz da Renova convidando a mídia .....	299
Fotografia 80 - Entrada Bento Novo <b>em outubro de 2021</b> .....	301
Fotografia 81 - Entrada Bento Novo em <b>setembro de 2022</b> .....	302
Fotografia 82 - Ponto de apresentação do reassentamento ao turista .....	303
Fotografia 83 - Placa “Centro de Apoio às famílias de Bento Rodrigues” .....	303
Fotografia 84 - Maquete do Reassentamento Coletivo de Bento Rodrigues.....	303
Fotografia 85 - Pomar em casa dos Espaços Provisórios .....	312
Fotografia 86 - Animais em casa dos Espaços Provisórios .....	312
Fotografia 87 - Bento Novo.....	313
Fotografia 88 - Casa em Bento Novo I.....	314
Fotografia 89 - Casa em Bento Antigo I.....	314
Fotografia 90 - Ginásio em Bento Antigo .....	317
Fotografia 91 - Ginásio em Bento Novo I .....	317
Fotografia 92 - Detalhes do Ginásio Poliesportivo em Bento Novo .....	318
Fotografia 93 - Ginásio em Bento Novo II.....	318
Fotografia 94 - Vista da escola no Reassentamento de Bento Rodrigues .....	319
Fotografia 95 - Escola Municipal em Bento Antigo.....	319
Fotografia 96 – Escola do Reassentamento de Bento Rodrigues I.....	320
Fotografia 97 - Escola do Reassentamento de Bento Rodrigues II .....	320
Fotografia 98 - Escola Municipal do Espaço Provisório de Bento.....	320

Fotografia 99 – Sala de aula da Escola de Bento Novo .....	321
Fotografia 100 - Secretaria da Escola de Bento Novo .....	322
Fotografia 101 - Retroprojektor da Escola de Bento Novo .....	322
Fotografia 102 - Casa em Bento Novo II .....	328
Fotografia 103 - Presença da mídia em Bento Novo.....	329

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. PENSANDO CONEXÕES POSSÍVEIS PELA PERSPECTIVA MULTIESPÉCIES: “NO MEIO DO CAMINHO” O TREM CARREGA MAIS DO QUE VIDAS HUMANAS .....</b>	<b>36</b>
<b>3. NARRANDO O CONTEXTO DA MINERAÇÃO BRASILEIRA NO ANTROPOCENO: QUE PAISAGEM É ESSA EM QUE A LAMA É TIDA COMO VILÃ? .....</b>	<b>59</b>
<b>4. RESGATANDO PAISAGENS ALÉM DOS SENTIDOS HUMANOS: BUSCAI PARA QUE DA LAMA EMERJAM CONEXÕES .....</b>	<b>75</b>
4.1. DEIXAI QUE OS OLHOS VEJAM OS DETALHES: MERGULHO NOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	75
4.2. ASPECTOS DA ANÁLISE DE DADOS .....	94
4.3. SEGUINDO A LAMA: EXPLICANDO A METÁFORA DAS ONDAS DE LAMA	100
<b>5. A PRIMEIRA ONDA DE LAMA (ESPAÇOS ANTIGOS): “CADÊ A LAMA”?</b>	<b>107</b>
5.1. A DESTRUIÇÃO E AS MUDANÇAS: “É UMA ZONA DE DESTRUIÇÃO”	109
5.2. “CADÊ A LAMA?”: PELA ESTRADA DE ACESSO .....	132
5.3. PEDRAS PELO CAMINHO: “COMO ASSIM NÃO VAI PASSAR NA ESTRADA?” .....	141
5.4. BENTO ANTIGO: MAIS PRÓXIMOS DA VISÍVEL DESTRUIÇÃO OU DA CAMUFLAGEM? .....	173
5.4.1. Práticas de camuflagem: avistando a “lagoa” em Bento Antigo.....	175
5.4.2. Práticas de camuflagem: “a maquiagem da braquiária plantada na lama”	199
5.5. O POTENCIAL DESTRUIDOR DA LAMA: ESCALANDO AS MARCAS DA TRAGÉDIA? .....	232
<b>6. A SEGUNDA ONDA DE LAMA (ESPAÇOS PROVISÓRIOS): “CADÊ A ÁRVORE”?</b>	<b>241</b>
6.1. “CADÊ A ÁRVORE?”: PRÁTICAS DE DESCARACTERIZAÇÃO NA PRAÇA GOMES FREIRE.....	246
<b>7. A TERCEIRA ONDA DE LAMA (ESPAÇOS NOVOS): CADÊ A VOZ?... 291</b>	
7.1. PRÁTICAS DE DESCARACTERIZAÇÃO: UM ALPHAVILLE COM RACHADURAS .....	311
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>333</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>337</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>350</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Frontiers were the program the Indonesian state and multinational capital imposed on Kalimantan – and that program was intended to be messy. **It might be described as a program to make earlier forms of ecological and social coordination impossible, to take away place names and characteristics, to replace forests and fields with mud.** The point was to grab resources – to amass wealth through complete disregard for the livability, **human and not human**, of the places from which wealth was stolen (TSING, LASSILA, 2017, grifo nosso).

A ocorrência de emergências, como inundações, ciclones, secas, terremotos, entre outros, aumenta ao redor do mundo devido a fatores como degradação ambiental, desmatamento, desertificação, aumento da população e da densidade demográfica, urbanização, aquecimento global, poluição do ar, etc. (OSA, 2013, MONDAL, CHOWDHURY, BASU, 2016). Dentre os danos e os impactos que os desastres de diversas origens podem causar, destacam-se aqui aqueles decorrentes do rompimento/colapso de barragens de rejeitos de mineração. No contexto da indústria mineradora brasileira, enfoca-se nesta tese o maior caso de desastre decorrente das operações de mineração em Minas Gerais. Trata-se do rompimento, ocorrido em novembro de 2015, da barragem de Fundão, em Mariana, de propriedade da Samarco Mineração S.A/ Vale S.A/ BHP Billiton do Brasil Ltda.

O rompimento da barragem totalizou 680 km de corpos hídricos diretamente impactados nos estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES) (AGU, 2016). Além disso, causou graves danos materiais e imateriais à respectiva região costeira, abrindo precedentes jamais vistos na história brasileira (IBAMA, 2015) e no mundo, uma vez que se trata do maior caso envolvendo rompimento de barragens no mundo quando consideradas medidas independentes da escala de danos e riscos (BOWKER, 2015).<sup>1</sup>

Desastres desse tipo são perigosos e extremos. Aponta-se que, se não ocorrerem mudanças significativas nas práticas do setor, nem forem utilizadas tecnologias que reduzam

---

<sup>1</sup> Para os fins desta tese, caracterizaremos o rompimento da barragem da mineradora Samarco a partir de uma categoria oficial, denominada desastre tecnológico. Tal categoria é definida por meio da Portaria N° 222, de 10 de novembro de 2015 (BRASIL, 2015b), que reconhece, em seu Art. 1º, a situação de emergência no Município de Mariana (MG) “decorrência de rompimento/colapso de barragens, COBRADE: 2.4.2.0.0”. A Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), que estabelece regras para que sejam decretadas situações de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), classifica os desastres, conforme origem ou causa primária do agente causador, como naturais ou tecnológicos. Art 7º § 2º - São desastres naturais aqueles causados por processos ou fenômenos naturais que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos. § 3º - São desastres tecnológicos aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos (BRASIL, 2012). A categoria Desastres Tecnológicos é subdividida em 5 grupos. Na subdivisão, aqueles decorrentes do rompimento/colapso de barragens se classifica no grupo 4. Desastres Relacionados a Obras Cívicas, composta pelos itens: 2.4.1.0.0. Colapso de edificações; e 2.4.2.0.0. Rompimento/colapso de barragens (BRASIL, 2016a).

substancialmente os riscos nesta indústria, a previsão é de 15 falhas “muito graves” e 15 falhas “graves entre 2016 e 2025, uma taxa anual 67% superior à década de 2006-2015 (BOWKER, CHAMBERS, 2017). Para ilustrar essas ocorrências no Brasil, decorrentes da forma como a indústria tem operado, apresenta-se a seguir (Quadro 1) uma relação de rompimentos envolvendo barragens no país, a partir de apurações desde 1960.

Quadro 1 - Relação de “falhas” com barragens de rejeitos no Brasil

Data	Localização	Empresa	Tipo de acidente	Release/ Volume de rejeitos	Impactos
25 Jan. 2019	Região de Córrego do Feijão, município de Brumadinho, Brumadinho, MG	Vale S.A.	Falha na barragem da Mina Córrego do Feijão	12 milhões de metros cúbicos de rejeitos	Rejeitos em toda a extensão da Bacia do Rio Paraopeba. Destruição de centenas de hectares de Mata Atlântica, devastando a biota aquática de 250 km de extensão do rio e comprometendo a qualidade da água, pois o Paraopeba faz parte dos sistemas de abastecimento de água potável da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a captação da COPASA teve de ser desativada. Mudança radical na vida e na paisagem do Córrego do Feijão, que deixou ao menos 270 pessoas mortas e outras 11 desaparecidas.
5 Nov. 2015	Bento Rodrigues, distrito de Mariana, Região Central, MG	Samarco Mineração S.A. (50% BHP Billiton, 50%Vale)	Falha de duas barragens de rejeitos, que continham, combinadas, 62 milhões de m3. A de Fundão se rompeu primeiro, liberando rejeitos para Santarém, que falhou também.	34 milhões de m <sup>3</sup> foram lançados no meio ambiente e os 16 milhões restantes continuaram sendo carreados aos poucos. Total varia conforme fonte de 50 a 60 m3	Bento Rodrigues foi inundada por lama, destruindo 158 casas. 19 mortes; chorume poluiu os rios Gualaxo do Norte, rio do Carmo e Rio Doce por 680 km, destruindo 15 quilômetros quadrados de terra ao longo dos rios e interrompendo o abastecimento de água potável de diversas cidades
10 Set. 2014	Itabirito, Região Central, MG	Herculano Mineração Ltda.	Falha na barragem de rejeitos	-	3 mortes
10 Jan. 2007	Mirai, MG	Mineração Rio Pomba Cataguases Ltda	Falha na barragem de rejeitos após fortes chuvas	2 milhões de m3 de lama vermelha (contendo água e barro)	O fluxo de lama deixou cerca de 4.000 moradores das cidades de Mirai e Muriaé na Zona da Mata desabrigados. Cultivo e pastagens foram destruídos e o abastecimento de água foi comprometido em cidades dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.
22 Jun. 2001	São Sebastião das Águas Claras, distrito de Nova Lima, MG	Mineração Rio Verde Ltda	Falha na barragem de rejeitos	-	Onda de rejeitos percorre pelo menos 6 km, matando pelo menos dois trabalhadores de minas, deixando mais três desaparecidos
Maio 1986	Itabirito, MG	Itaminos Comercio de Minerios	Explosão da parede da barragem	100.000 toneladas	Rejeitos percorreram 12 km a jusante

Fonte: elaborado pela autora.<sup>2</sup>

Dentre as falhas listadas,<sup>3</sup> destaca-se o rompimento “muito grave” de barragens, a exemplo da do Fundão, pertencente ao complexo minerário de Germano, no município de Mariana (MG) e, mais recentemente, em 25 de janeiro de 2019, da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Para além do desastre em Brumadinho, que causou mais de 200 mortes, registrou-se, após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana, dois vazamentos da empresa Anglo American Minério de Ferro no município de Santo

<sup>2</sup> Elaborado com base em dados do IBRAM (2016), que considerou dados de *Wise Uranium* (<http://www.wise-uranium.org/mdaf.html>). Aos 5 casos listados no relatório (traduzidos pela autora), acrescentou-se o recente desastre com a barragem de Brumadinho, ocorrido em 2019.

<sup>3</sup> As falhas (*failures*) nas barragens de rejeitos são entendidas como deficiências nas estruturas, não estando o termo associado necessariamente a um evento acidental/casual. Apresenta-se no capítulo de caracterização das práticas da indústria **uma classificação** dessas ocorrências conforme gravidade.

Antônio do Grama (MG), em março de 2018, liberando, respectivamente, 947 e 647 toneladas de minério de ferro nos corpos hídricos da região (QUADROS, 2019).

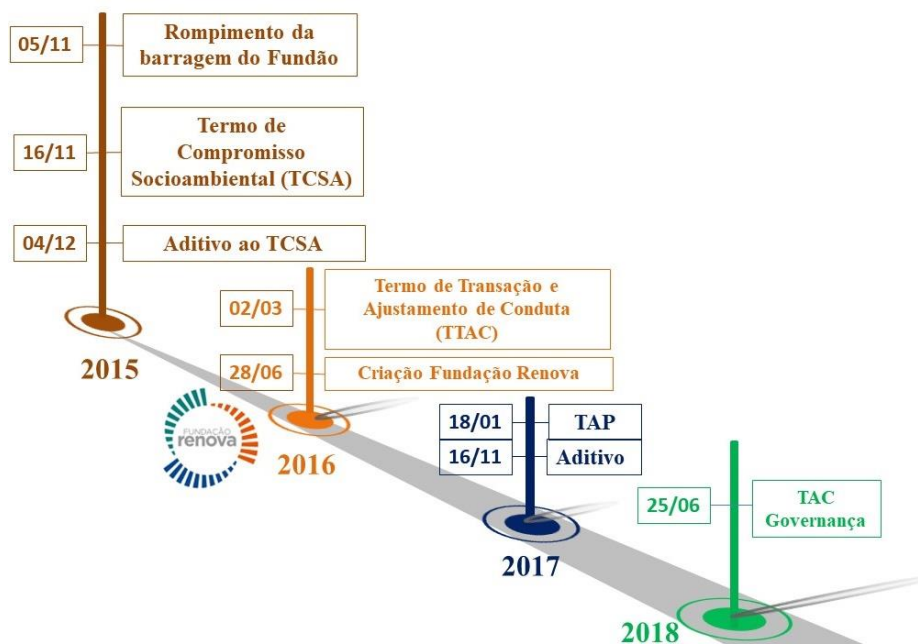
A crescente ocorrência (em termos de frequência e de gravidade) de desastres, particularmente, mas não exclusivamente, em países do sul global, coloca-os no centro dos debates acerca da forma como as atividades de mineração, geralmente operadas por grandes corporações transnacionais, extrapolam uma lógica meramente econômica, incluindo aspectos políticos intrínsecos à dinâmica extrativista, dada a crescente demanda global por *commodities* e a visão de uma América Latina como um lugar incessantemente detentor dos ditos recursos naturais, inclusive minerais (SVAMPA, 2013).

Esse estilo de desenvolvimento caracterizado como neoextrativista contempla atividades capital-intensivas (SVAMPA, 2013), geralmente operadas por grandes corporações transnacionais cujo funcionamento conecta diferentes dimensões, para além da econômica. Nesse contexto, o caso em pauta permite refletir sobre a interrelação entre elementos: i) econômicos, dentro de uma dinâmica na qual o aumento da capacidade produtiva, a autorregulação das mineradoras e o sucateamento do aparato fiscalizador do Estado se inserem; ii) socioambientais, relativos às incomensuráveis externalidades negativas percebidas após casos de rompimento; e iii) político-institucionais.

Destacam-se, aqui, os aspectos político-institucionais para apontar que estes são efeitos do sistema socioeconômico vigente (FONTOURA et al., 2019), uma vez que não se trata nem do primeiro rompimento de barragens de mineração no mundo nem do último. Assim, tais rompimentos não ocorrem de forma pontual nem globalmente nem no Brasil, mas são produzidos por um histórico industrial cujos desdobramentos incluem desde conflitos prévios e pretéritos à criação de tentativas legais para reparação e compensação de danos (SVAMPA, 2013).

No caso brasileiro aqui focado, diversos termos e aditivos foram firmados desde o rompimento da barragem, conforme apresentado na Figura 1, que apresenta a sequência dos principais termos firmados ao longo dos últimos anos na busca por acordos entre os distintos grupos de interesses envolvidos após o rompimento da barragem de Fundão.

Figura 1 - Linha do tempo dos principais termos instituídos



Fonte: elaborado pela autora.

Em 09 de novembro de 2015, quatro dias após o desastre, foi tomada uma decisão judicial em ação cautelar, por meio de liminar do MPF e do MPES, cujo objetivo era obrigar a Samarco Mineração S/A e o poder público a preservar as provas e a reparar os danos causados pelo desastre (BRASIL, ESPÍRITO SANTO, 2015). Em novembro do mesmo ano, O MPF e o MPMG iniciam, conjuntamente, uma investigação acerca do desastre, a fim de concentrar esforços na responsabilização pelos danos socioeconômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem da Samarco Mineração S/A.

Ainda em novembro de 2015, foi assinado pelo MPF, pelo Ministério Público do Trabalho e pelo MPES, juntamente com a mineradora Samarco, o Termo de Compromisso Socioambiental/TCSA (ESPÍRITO SANTO et al., 2015a) preliminar e emergencial, cujo intuito foi o de resguardar o direito de populações e trabalhadores atingidos, garantindo-se a preservação das provas do ocorrido para posterior reparação de danos socioambientais e execução de medidas emergenciais. Em audiência pública na Câmara dos Deputados foi reconhecido pela coordenadora da Câmara de Meio Ambiente do MPF que a Samarco estava ciente dos riscos do rompimento desde 2013 e que isso justifica sua responsabilização pelos danos decorrentes desse desastre (BRASIL, 2015a).

Ainda em 2015, o MPF a recomendou a identificação e a assistência aos atingidos, a intensificação da fiscalização de barragens de mineração em MP, por parte do Ibama e do DNPM; realizou audiências públicas em municípios do ES (Linhares/Colatina) e entrou com ações judiciais visando garantir a distribuição de água mineral em Colatina (ES). Em



dezembro de 2015, foi firmado o aditivo ao TCSA. Esse aditivo previu a garantia de uma renda mínima aos atingidos pelo rompimento na bacia do Rio Doce (ESPÍRITO SANTO et al., 2015b). Determinou, ainda, a elaboração de plano para identificação e manutenção de renda aos grupos humanos cujas atividades laborativas dependiam do Rio Doce, de seus afluentes, margens, lagoas, etc.

Já em 2016, ao realizar vistoria nas instalações da Samarco, o MPF flagrou novo deslizamento na barragem de Fundão, o que levou a instituição a entrar com Ação Civil Pública (doravante ACP) para proibir a pesca na região da Foz do Rio Doce. Decorridos mais de seis meses após a falha inicial na barragem, em 28 de junho de 2016, criou-se ainda uma entidade para “gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais”, a partir de celebração do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC (AGU, 2016). Essa entidade, institucionalmente criada como uma fundação gestora e executora, deveria garantir a representatividade de distintos grupos e ser capaz de atender a diversos (e muitas vezes conflitantes) interesses. A Fundação Renova foi, então, enquadrada, conforme seu Estatuto, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas mantenedoras são as mineradoras Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., mineradora anglo-australiana que detinha o controle da Samarco à época (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016).

Após o rompimento da barragem de Fundão, a institucionalização da Fundação Renova parece ter ocorrido em um espaço conflituoso e instável permeado por continuidades e potenciais rupturas que abarcam lógicas trissetoriais, com base na ação de três principais setores: i) corporações; ii) atores governamentais; iii) sociedade civil. Ainda se mostra instável a própria existência da Renova e a continuidade de suas ações.<sup>4</sup> Apesar da criação dessa entidade gestora para implementação de programas de cadastramento, ressarcimento e indenização das vítimas, as políticas de compensação e reparação dos danos ocorreram de forma lenta, não incluindo os diversos atores, sobretudo aqueles não formalmente instruídos e sim marginalizados, justamente os que mais precisariam ser partícipes na reparação dos danos (RIBEIRO, 2015).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Isso porque, em 2021, ajuizou-se, por parte do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), uma Ação Civil Pública (ACP) solicitando a extinção da Fundação Renova. A intervenção do MPMP para tal solicitação decorre do entendimento de que a Renova possui “irregularidades”, “problemas de prestação de contas” e tem atuado de forma a limitar a responsabilidade das mineradoras mantenedoras, em vez de agir efetivamente na reparação humana, social e ambiental para a qual foi criada (MINAS GERAIS, 2021a).

<sup>5</sup> Para exemplificar, completadas 3 semanas do rompimento, a recomendação do Ministério Público Estadual de auxílio financeiro da empresa às 296 famílias cujas casas foram destruídas pela lama ainda não havia sido cumprida, sem um pronunciamento da mineradora. Passados oito meses do rompimento da barragem, a Samarco

Em janeiro de 2017, o MPF firma um Termo de Ajustamento Preliminar – TAP (BRASIL, 2017a) com as empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton do Brasil Ltda., tendo sido instituído, em novembro 2017, seu aditivo (BRASIL, 2017b). Já em junho de 2018, foi assinado um novo Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC Governança/TAC Gov (BRASIL, 2018a). O acordo, firmado em 25/06, incluiu o MPF, os Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União e dos Estados de MG e ES, além de mais nove órgãos públicos e das empresas Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton Brasil. O TAC Gov., de acordo com os proponentes, buscou mudar a governança da Fundação Renova e criar novas formas de garantir a efetiva participação dos atingidos nas decisões relativas aos danos causados.<sup>6</sup>

Ainda em 2018, em setembro, firmou-se um termo para prestação de assessoria técnica independente às comunidades atingidas (BRASIL, 2018b). Em outubro de 2018, um novo termo de compromisso foi estabelecido entre os Ministérios Públicos, as Defensorias Públicas, as empresas e a Fundação Renova para garantir que não haverá prescrição de direitos de reparação às vítimas da tragédia (BRASIL, 2018c). Os inúmeros acordos firmados como tentativas de negociação ilustram a lógica da indústria extrativa mineral como altamente conflituosa – embora escamoteada por uma “*harmonia coercitiva*”, adiante discutida – tanto em âmbito local como global ou regional (SVAMPA, 2013).<sup>7</sup> Essa dinâmica se prolifera mesmo diante da tendência de aumento no número de falhas de rejeitos “de alta gravidade”. Isso porque está em foco um setor cujo efeito das atividades atinge atores distintos, com interesses divergentes nessa lógica trissetorial, embora por vezes esses interesses se tangenciem, já que o planejamento governamental, em vez de direcionado à redução de riscos

---

não cumprira plenamente, de acordo com a força-tarefa do MPF, nenhuma das ações emergenciais de precaução ambiental exigidas pelo IBAMA. Decorridos mais de 2 anos após o ocorrido, em 26 de março de 2018, uma recomendação conjunta do Ministério Público Federal, dos ministérios públicos dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, do ministério público do trabalho, da defensoria pública da União e da defensoria pública dos estados de MG e ES (BRASIL, 2018d) às empresas Vale S/A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Samarco Mineração S/A, e à Fundação Renova, dentre diversas considerações acerca das violações aos direitos humanos cometidos durante o próprio processo de reparação dos danos causados pelo desastre.

<sup>6</sup> A participação seria ampliada por alterações na composição de instâncias decisórias e consultivas, de modo a aumentar a representação dos atingidos no Comitê Inter federativo (CIF) e na Fundação Renova. O novo Termo (TAC Gov.) lançou luz, assim, sobre a necessidade de melhorias no sistema anterior (TTCA), no intuito de proporcionar maior “participação, qualidade e complexidade ao processo de tomada de decisão, bem como a necessidade de evitar impactos nos prazos de implementação dos programas” (BRASIL, 2018a, p. 3). Esse termo, entretanto, também foi alvo de críticas pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

<sup>7</sup> No caso empírico aqui abordado, as diferentes visões dos principais atores envolvidos na reparação e na compensação pelos danos levam a inúmeros conflitos (em que atingidos lutam para serem reconhecidos em seus direitos), diferentemente do estudo etnográfico de Tsing (2005), em que olhares distintos de anciãos, amantes da natureza e ativistas na Indonésia fizeram com que esses atores trabalhassem em conjunto.

e ao controle da indústria, costuma se mostrar deficitário em registros que auxiliem a tomada de decisões e evite a ocorrência de novos rompimentos. A esse respeito, o histórico e as projeções de pesquisadores do tema relevam como o crescente aumento de ocorrências, o exponencial lançamento do volume de rejeitos e a insuficiência de documentação histórica constituem sérias questões nesta indústria em termos mundiais (BOWKER, 2015, RICO et al., 2008).

Embora a atividade mineradora seja contestada e se insira em um contexto de conflitos, escamoteia uma “*harmonia coercitiva*” ou “*consenso*”, pois não se trata de coincidência, mas da perpetuação daquilo denominado por Svampa (2013) de um “*Consenso de los Commodities*”. Esse “consenso” centraliza o debate em um contexto maior em que projetos extrativistas orientados à exportação são apoiados por um espaço de maior flexibilidade em relação ao papel do Estado, o que culmina em uma *harmonia* imposta e disfarçada entre parte dos grupos de interesse (mineradoras e governos) que, em vez de denunciar práticas daninhas da indústria, acaba por reforçar o discurso da falta de alternativas a esse estilo de desenvolvimento.

Termos como “*Company-town*” e minério-dependência deixam isso mais evidente. São conceitos similares empregados por diferentes autores. A minério-dependência, também denominada de “vício da mineração”, é perpetuada por um *continuum* que reverte - ou invisibiliza - a dependência das empresas dos bens minerais e dos recursos locais para operar, enfocando meramente a importância das mineradoras para promoverem o desenvolvimento econômico da região em que se instala (FONTOURA et al., 2019).

O termo “*company town*” compreende a inserção empresarial em um lugar remoto (geralmente de baixa infraestrutura) de modo a levar a uma cadeia de dependência financeira em torno das operações para promoção do desenvolvimento econômico no local (SANTOS, MILANEZ, 2017). Ambas as noções elucidam a relação de dependência das comunidades em relação às empresas, devido à fonte de receitas. Para ilustrar, à época do desastre, os impostos gerados diretamente pela atividade da Samarco correspondiam a 54% da receita de Mariana. Isso revela como a arrecadação de tributo de alguns municípios está significativamente atrelada à mineração (SAMARCO, 2016).

Assim, em vez de uma discussão sobre o modelo normativo adotado, sobre os riscos envolvidos na atividade produtiva e sobre as responsabilidades das corporações, sob mediações e acordos impostos, flexibilizam-se direitos, o que tem culminado na perpetuação de injustiças sociais (ZHOURI et al., 2016, p. 36) e tornado necessária a criação de novos acordos para buscar maior participação local nas decisões.

Importante esclarecer ainda que, nesse debate, embora o protagonismo midiático, simbólico e discursivo seja quase sempre das mineradoras e seus prepostos, se entrelaçam vozes humanas guiadas por lógicas distintas de ação, ilustradas por três principais grupos: i) Estados; ii) grandes atores econômicos; iii) atores sociais. Com relação aos primeiros, cabe ressaltar que, por mais que os interesses dos entes estatais não sejam propriamente coesos ou homogêneos, pode-se enxergar certa lógica do Estado em aproximação à do capital. Embora pareça uma dinâmica hegemônica (em termos de proximidade entre atores estatais e econômicos), podemos argumentar que não se trata exatamente de um **consenso**, mas de um **consenso disfarçado** por um contexto de **harmonia coercitiva**.

Neste sentido, cadeias comerciais específicas são forçadas de modo a controlar volume, preço e finanças de baixo custo, sendo o apoio governamental importante para manter esse domínio, em uma colaboração que mina direitos de propriedade e convenções de acesso pré-existentes e torna tudo gratuito. Assim, os ditos “bens naturais”, públicos, aqui, em vez de preservados por todos, não o parecem ser nem por parte de entes estatais. O legal pode se confundir com o ilegal, pois “onde as licenças de extração de recursos não foram obtidas [...] foram **falsificadas ou corrigidas localmente**; extração ilegal de madeira e **mineração** se tornaram o complemento sistemático da exploração legal” (TSING, 2005, p. 17, tradução nossa, grifo nosso).

Neste contexto, o Estado articula uma visão desses assim chamados bens naturais como mercadorias, concebendo-os como “recursos naturais estratégicos”, por meio do controle estatal da renda extrativa, dado que os municípios nos quais a atividade mineradora é exercida dependem significativamente da receita oriunda dessa atividade. Assim, a manutenção de bases normativas favoráveis à mineração permitiu a expansão de um modelo que tornou claras as proximidades entre essa indústria e o Estado, ao garantir segurança jurídica às empresas, além de um negócio rentável (SVAMPA, 2013).

Para as “elites econômicas” (empresas), então, importa produzir mercadorias e transformar os espaços onde os recursos naturais se encontram em territórios produtivos. Nesse cenário, cabe a um conjunto de atores sociais (população local, movimentos sociais, etc.) se mobilizar, buscando meios de resguardar seus direitos e tentar negociar o exercício de alguma regulação sobre a forma como as mineradoras operam nos espaços em que habitam ou um dia habitaram (MAHER, VALENZUELA, BÖHM, 2019).

A interação entre atores transnacionais e Estados nacionais se revela complexa, especialmente em países nos quais os instrumentos normativos não costumam ser efetivados (LYRA, 2019). Por um lado, a comunidade atingida pode recorrer, inclusive a atores

transnacionais (que representem seus interesses) na luta por seus direitos. Por outro, os Estados nacionais podem obstruir essa relação simplesmente reivindicando autoridade sobre seus territórios. Trata-se, portanto, não somente da capacidade dos governos de fazer cumprir normas, pois o próprio Estado - e suas instituições – está sujeito à captura, à corrupção e pode objetar sanções de modo a favorecer corporações transnacionais (MORGAN, GOMES, PEREZ-ALEMAN, 2016).

A mineração pode ser concebida, nesse sentido, dentro de uma lógica transnacional, intrínseca a “atividades densas de organização, discursividade e monitoramento que incorporam, estruturam, estabilizam e reproduzem regras e regulamentos” (DJELIC, SAHLIN-ANDERSSON, 2006, p. 8). A definição de Governança (Transnacional) de Djelic e Sahlin-Andersson é importante para melhor compreender como práticas são produzidas e espaços estruturados e controlados, restringindo ou facilitando interações humanas e sociais – dentro e por atores – em tensão e assimetria. A Governança Transnacional sugere que os fundamentos territoriais e a soberania nacionais não devem ser “tomados como garantidos” – pleno domínio sobre a territorialidade – mas sim que a atividade de governança esteja incorporada em estruturas geopolíticas específicas, inseridas em redes institucionais em interação.

O desastre em foco nesta pesquisa, classificado pelos órgãos oficiais como tecnológico, apesar de estar acompanhado por outros rompimentos industriais de natureza semelhante (não sendo o único), destaca-se pela amplitude de seus efeitos em relação a outros casos. Independentemente do grau, no entanto, esse desastre e outros similares (por exemplo em Brumadinho, e todos aqueles decorrentes de rompimentos de barragens de rejeitos por mineração) revelam as consequências de perturbações humanas em **paisagens** multiespécies e as **práticas** organizativas entendidas como necessárias para diminuir a ocorrência ou (após ocorrido) manter certos tipos e modos de vida possível nesses espaços onde os desastres se perpetuam.

O termo paisagem multiespécies se torna ferramenta central nesta tese. Para Tsing, tomar a paisagem como objeto permite uma análise das relações entre espécies humanas e não-humanas.<sup>8</sup> Por paisagem a autora entende “a configuração entre humanos e não humanos através de um terreno/domínio” (TSING, 2005, p. 173-174, grifo nosso) Ela está interessada

---

<sup>8</sup> Na maior parte do texto utilizei o termo “Para além de humano” para evitar a díade humano vs. não-humano. No entanto, a padronização ao utilizar somente “para além de humano”, ou apenas “não-humano”, modificaria as citações diretas nas quais alguns autores empregam o “não-humano”, então, busquei respeitar isso na escrita da tese.

em práticas que fazem e **mantêm** uma paisagem. O entendimento da autora de paisagem como uma produção socio-natural a diferencia de estudiosos que utilizam o termo para se referir a aspectos estéticos, separadamente de um contexto que atentaria para contornos socioculturais, ou daqueles que concebem a paisagem como um arranjo físico de coisas, o que remete à noção de espaço em sua dimensão física.

A noção de paisagem também adquire, pela autora, a conotação de relações que se constituiriam inclusive não-intencionalmente. Tsing afirma que uma “paisagem é o sedimento de atividades humanas e não humanas, **bióticas e abióticas**, importantes e construídas **sem intenção**” (TSING, 2019, p. 149, grifo nosso). Reforçamos o coro daqueles que acreditam na força da paisagem como ferramenta analítica a partir de contornos histórico-geográficos específicos, conferindo-lhe uma composição particular.

Assim, “Pensar com paisagens abre a análise para uma **multiplicidade entrelaçada**. Uma paisagem é mais fácil de manusear em sua concretude, **não como um conjunto de diádes** em um vácuo, mas dentro dos **contornos [...]**” (TSING, 2019, p. 149, grifo nosso) que as desenham. Independentemente da escala, a paisagem é ativa, estando aberta a formas emergentes. Ela se compõe **necessariamente** por uma diversidade de fragmentos. Tsing faz da **diferença** uma característica fundamental do que denomina de paisagem. Em qualquer escala, a paisagem “sempre envolve uma **diversidade de fragmentos**. Uma mistura de fazendas e florestas é uma paisagem, mas também uma folha na qual insetos e fungos criaram micro-ecologias.” (TSING, 2019, p. 149).

Da mesma forma que Tsing (2019, p. 11) acredita que “Perseguir os cogumelos envolve compreender formas de democratizar o conhecimento em práticas de engajamento na paisagem”, aqui, apostamos em seguir a lama por meio de práticas que levam à criação de espaços e estruturam paisagens, sendo este conceito importante aqui.

Partimos de um entendimento de paisagens como **encontros multiespécies em formação**, em que fragmentos se coordenam e unem em conjuntos multiespecies (*multispecies assemblages*), permitindo visualizar como esses conjuntos emaranhados negociam uma *sobrevivência colaborativa em paisagens destruídas* (TSING, 2005; TSING, 2019; p. 156; AISHER, DAMODARAN, 2016; VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016). E as noções de **paisagem e assemblages** nos permitem atentar para “*unexpected*

*historical conjunctions, things that happened to create the patch in its current form*” (TSING, 2022, informação verbal).<sup>9</sup>

Convém resgatar que o conceito de paisagem aqui não é tratado como passivo e externo aos entes, mas como fragmentos e emaranhados que produzem práticas imbricadas de produção de mundos (*worlding*) a partir de uma *condição processual, performativa e relacional* capaz de abraçar as diferentes formas de existência, humana e para além dela. Aprofundamos nisso ao trazer uma abordagem multiespecies à discussão. No capítulo 2 da tese, dialogamos com Van Dooren, Kirksey e Münster (2016), Anna Tsing (2005, 2015a, 2015b, 2019), entre outros autores que abrem passagens para compreensões de **formas de vida que florescem ou declinam** em projetos de criação de mundos. Assim como Tsing, utilizamos aqui esses termos não de forma pré-determinada, mas a partir de relações continuamente praticadas em determinados espaços e tempos.

Convém apontar que o desastre é entendido, nesta tese, não como o fato em si, mas como a “perturbação” ou o “estresse extremo” por ele causado, o que está atrelado ao grau que o entorno está exposto ao risco natural, encontrando-se mais ou menos vulnerável aos efeitos de um desastre. Isso diz respeito ao aspecto humano – à gestão pública em um contexto mais amplo, para além da gestão colaborativa do desastre em si, mas das práticas de gestão (JENKINS et al., 2015; KAPUCU; AUGUSTIN; GARAYEV, 2009) – e, além disso, diz respeito a todo um conjunto de relações mais que humanas que emergem desse emaranhado multiespécies.

Considerando o contexto empírico, após a ocorrência de um desastre tecnológico como rompimento de uma barragem de rejeito de mineração, a forma como os elementos humanos, em associação com não-humanos, organizam a paisagem em ruínas se relaciona à percepção dos efeitos sobre esses elementos. A maneira como a vida social se organiza diante de uma emergência influencia no grau do impacto percebido, o que remete à definição de desastre, associada não somente ao “agente” causador (riscos naturais de enchentes, por exemplo), mas à forma como o entorno, a região onde o desastre ocorreu, organiza-se para responder à emergência, por meio de uma série de decisões que direcionam ações nas diferentes fases da gestão (MCGUIRE, SCHNECK, 2010).

Na presente tese, esses **desafios são pensados a partir das práticas organizativas que lidam com as tentativas de recuperação após destroços** oriundos da mineração na região de Mariana, MG. A descrição e a análise dos efeitos associados às interações sociais (e

---

<sup>9</sup> Palestra “Atlas selvagem: novas ecologias no antropoceno”, proferida por Anna Tsing em 17/05/2022.

presentes instituições), incluindo aspectos políticos e socioambientais, permitem uma melhor compreensão do contexto não somente de ocorrência de desastres tecnológicos desse tipo, mas das vulnerabilidades existentes nas práticas organizativas para restituição da vida (humana e para além da humana) em âmbito local. A probabilidade, a intensidade e a extensão dos efeitos do desastre se relacionam à forma como se dão as relações organização-natureza, ilustradas pelas práticas da mineração nesses espaços, levando a perturbações humanas que tornam necessária a vida em paisagens multiespécies que, reconfiguradas, levam diferentes espécies a coabitar, atualmente, destroços provocados pela mineração.

A produção desses espaços que compõem paisagens multiespécies é marcada por jogos de poder político-econômico nos quais diversas forças se veem emaranhadas em **práticas** que parecem ser tidas como **escaláveis** pelas mineradoras. As práticas podem ser vistas como uma **série de atividades habituais**, nas quais a compreensão compartilhada dos praticantes orienta e permite organizar suas atividades. Não-humanos, como máquinas e ferramentas de vários tipos também são relacionados com o conjunto de atividades que compõem uma prática (SANDBERG, DALL'ALBA, 2009).

No entanto, não apenas artefatos compõem essa prática dentro dessa ampla categoria de não-humanos; também interessa a esta tese outros seres vivos que se imbricam neste emaranhado. Toma-se tanto a prática quanto o espaço como ferramentas analíticas para este estudo, portanto, a partir de uma perspectiva multiespécies. O núcleo central com o qual se pretende dialogar e contribuir, em termos teóricos, portanto, é o campo de estudos sobre espaços e espacialidades organizacionais, buscando preencher uma lacuna na Administração e, mais especificamente nos Estudos Organizacionais, que centraliza a organização e criação de espaços por meio de práticas que estão sendo produzidas a partir da **perspectiva humana**.

Torna-se chave, nesse entendimento, a noção de espacializar (*spacing*), que busca ultrapassar concepções representacionais e compreender o espaço como performativo e aberto, interpretado não no sentido de separação/dissociação, nem de “forçar no espaço posições distanciadas, mas como movimentos generativos e transbordantes que produzem espaços” (BEYES, STEYAERT, 2011, p. 51). Estes movimentos que produzem espaços são pensados nesta tese como **coordenações multiespécies** na medida em que são produções coletivas, nas quais estão complexamente emaranhadas agências humanas, mas também de outras espécies, por meio de práticas contínuas e dinâmicas.

Compreender o espaço pela via da prática significa tomá-la como ação coletiva, realizada a partir de um posicionamento em que praticantes são constituídos por modos socialmente sustentados de praticar. Focalizam-se, assim, as ações como continuamente



"ocorrendo"/"acontecendo", no gerúndio, em vez de ocorridas/acontecidas, realizadas em redes de conexões em ação e em mundos em habitação (GHERARDI, 2009). Nesta rede de conexões enfatizamos que o conceito de paisagem multiespecie é central para compreender a produção de mundos por meio de relações multiespecies.

Dessa forma, as práticas são vistas como inerentemente dinâmicas, continuamente realizadas por atuações cotidianas das práticas que representam mundos acessíveis às representações. Assim, identificamos e compreendemos mundos **por meio das práticas** que os representam. Sob tal ótica, elas podem ser entendidas como **produtos construídos a partir de todos os tipos de recursos**. As práticas não são, portanto, propriedades dos atores nem dos humanos, mas das próprias práticas (BEYES, STEYAERT, 2011, p. 52).

Trata-se de uma noção pré-individual que atribui à prática relações com “todas as formas de recursos”. A ênfase se dá na difusão em “todos os tipos” de movimentação, para além da humana, e na interação disso com o corpo humano, conceituado não como “último recurso” ou entidade “pré-formada”, mas como resultado de um conectar e interrelacionar forças, combinação de matéria, fluidos, órgãos, esqueleto, convenções sociais, sonhos, desejos, hábitos (BEYES, STEYAERT, 2011, p. 52).

O conceito de *spacing*, a partir dessa concepção, permite compreender a prática organizacional como performativa e sintonizada com os diferentes processos organizativos praticados. Dessa maneira, o foco no espacializar remete a uma teorização organizacional em busca de novas formas de apreender as atuações cotidianas de espaços formativos continuamente produzidos. A partir de uma compreensão processual do espaço como *spacing*, pode-se conceber o espaço como uma realidade ativa, geradora, e o experimentar do espaço como possibilitado por uma série de interações transformadoras, humanas ou para além de humanas (BEYES, STEYAERT, 2011).

A atenção ao *spacing* leva a reflexões acerca de encontros multiespécies possibilitados no aqui-e-agora formados por múltiplas materialidades, aguçando a consciência para arranjos espaço-temporais processuais, vívidos, instáveis e abertos à experimentação e aos potenciais transformativos desse espacializar. É essa noção performativa que contribui para (re)pensar o processo de produção de espaços organizacionais através de práticas que estão constantemente em processo.

Dessa forma, pode-se conceber o espaço organizacional como praticado por meio da confluência de trajetórias múltiplas emergentes, atribuindo-se à noção de espaço um caráter não-estável, uma vez que pode ser entendido como produto de ações passadas e potenciais práticas. Sob essa perspectiva, o espacializar constitui tudo aquilo que permite a ocorrência de

novas ações, podendo sugerir algumas ou coibir outras. Isso posiciona a existência de relações sociais e organizacionais em e através do tempo (BEYES, STEYAERT, 2011), relações essas permitidas por encontros multiespécies.

Não obstante, ainda que a literatura adotada aqui como referência focalize importantes dimensões sobre o espacializar, algumas limitações podem ser observadas. **Uma delas diz respeito ao enfoque que, em geral, recai sobre o humano**, em detrimento de possibilidades de debate que englobem elementos não-humanos nesse contexto e o ser humano como um dos aspectos dessa teia multiespécies (TSING, 2005, 2019). Busca-se contribuir, portanto, às teorias de espaço e de práticas organizativas centradas na agência humana (FELDMAN, ORLIKOWSKI, 2011, TAYLOR, SPICER, 2007, WEINFURTNER, SEIDL, 2018). O esforço aqui é o de contribuir com a discussão de que **práticas organizativas e espaços são produções mais que humanas**, preocupação ainda em desenvolvimento no campo (SANDBERG, DALL'ALBA, 2009; GHERARDI, 2009). Esta é uma lacuna ainda existente nos estudos organizacionais ao abordar as relações entre humanos e outras espécies animais (FANTINEL, 2020).

Tal contribuição pode ser alcançada a partir do aporte das teorizações dos estudos multiéspecies produzidos em outros campos. Neste contexto, destacamos o trabalho da antropóloga crítica Anna Tsing, que, entre outros estudos, dedica-se a problematizar o contexto da mineração na Indonésia, a partir das lógicas assimétricas que marcam paisagens multiespécies nas ruínas do capitalismo. Para a autora, as paisagens e seus contextos são formados a partir das fricções que se dão – em e entre – espaços que incluem um emaranhado de mundos sociais, humanos e não humanos, vivos ou não e em constante praticar conjunto. Esta tese se debruça, portanto, sobre a organização desses espaços em meio ao Antropoceno, ao capitalismo, à escalabilidade e à globalização.

O termo Antropoceno, embora debatido por geólogos,<sup>10</sup> biólogos e outros estudiosos, foi introduzido formalmente há cerca de uma década por Paul Crutzen (2006). Ainda que até recentemente tenha sido empregado majoritariamente pela comunidade científica, o termo tem se tornado amplamente utilizado para demarcar o que seria uma nova era na história da Terra marcada pelo protagonismo humano enquanto força geológica., alterando significativamente ciclos biogeoquímicos ou de elementos fundamentais para a vida na Terra, como nitrogênio,

---

<sup>10</sup> Quando os geólogos introduziram o termo Antropoceno, explicou-se um momento no qual esta era teria sido iniciada em todos os lugares do mundo. Isso acabou apagando as diferentes espacialidades e temporalidades envolvidas, como argumenta Tsing (2017). Para a autora, os antropólogos resgatam a heterogeneidade. Este também é um motivo para adotarmos um referencial da antropologia.

fósforo e enxofre; e o ciclo da água terrestre, por exemplo. Embora não haja consenso estabelecido nas ciências do Sistema Terra, esta era vem sendo temporalmente definida por alguns pesquisadores como tendo iniciado cerca de dois séculos atrás, com o desenvolvimento e aprimoramento dos motores a vapor, a partir de 1769, invenção que culminou na Revolução Industrial (STEFFEN et al., 2011; CRUTZEN, 2006).

Considerando que o Antropoceno tem provocado modificações ferozes nas paisagens, torna-se cada vez mais urgente tratarmos dos efeitos dessas modificações. O Antropoceno indica que, à medida que as infraestruturas industriais se espalharam, os efeitos perigosos não projetados dispararam. Neste contexto, essa era aponta para o comportamento das coisas não vivas, do dióxido de carbono à radioatividade e ao lixo plástico, causando a transformação de paisagens nas quais “investidores, formuladores de políticas e engenheiros não se importam com efeitos não planejados, mesmo quando obtêm acesso a enormes campos de ação” (TSING, 2019, p. 15).

Nesse sentido, entrecruzam-se espacializares (*spacing*), particulares e repletos de vivências, produzidos por agências humanas e não humanas em conjunto (*assemblages*), que movimentam aspectos sociais de relações organizadas e em fricção. A noção de “social” aqui apresentada inclui seres vivos de modo geral, não apenas humanos, que coabitam e constantemente “perturbam” as paisagens (TSING, 2005, 2019).

Neste cenário, importa analisar as práticas organizativas que emergem continuamente para manter a habitabilidade nas paisagens em ruínas. Isso possibilita a compreensão de como as práticas são organizadas (*spacing*) em paisagens multiespécies. Por essa compreensão, uma teoria pode considerar relações multiespécies entre corpos humanos e para além de humanos. A vida se expressa, assim, por meio de conexões, experiências e rotinas compartilhadas, hábitos de convívio, encontros, desencontros, movimentos, afetos, e todas as formas de interações produzidas cotidianamente.

O contínuo tratamento dado como escalável a formas não escaláveis, que se tornam vitais no cenário denominado por Tsing (2019) de “capitalismo da cadeia de suprimentos”, inclui desde a indústria de *softwares* à da mineração. A lógica de converter tudo em estoque, e *commoditizar* sempre, transforma as relações em escaláveis e em produtos a partir da exploração (de recursos naturais) de relações trabalhistas e ambientais não escaláveis. Convém esclarecer que a escalabilidade corresponde a um termo apropriado do mundo dos negócios, relacionado à ideia de economia de escala. Trata-se da ampliação de modos de produção que, mesmo continuamente expandidos, não alteram os efeitos causados pela

expansão. Nas palavras de Tsing (2019, p. 199), a escalabilidade é a “capacidade de expandir sem distorcer o modelo”.

Neste contexto, a presente tese se desenha a partir da necessidade de repensar práticas organizativas que tornam possível (sobre)viver em ruínas. Lançamos luz sobre concepções pertencentes a uma ontologia denominada de dualística (isto é, baseada em separações entre sujeito e objeto; humano e não-humano; natureza e cultura; indivíduo e comunidade; "nós" e "eles"; corpo e mente; razão e emoção, etc.); e sobre formas de “fazer mundos” centradas apenas em elementos humanos em detrimento de outros mundos possíveis. Destacamos que esses mundos incluem paisagens multiespécies que coexistem, habitando – por e através de – perturbações diversas (TSING, 2019), em vez de serem “Um único mundo” constituído por uma sociedade “civilizada”, cuja expressão máxima emergiu com a denominada globalização capitalista que levou à destruição de grupos sociais periféricos, nos quais concepções de mundo não dualistas e multiespécies prevalecem (TSING, 2005, ESCOBAR, 2015).

Logo, é com o olhar voltado às fricções e às paisagens, como conjuntos de assembleias continuamente constituídas entre tempos distantes e atuais, que este estudo pretende aprofundar análises empíricas que tomam a paisagem para (re)pensar suas coordenações e suas formas de habitar em ruínas, por meio de práticas organizativas de espacialização após a ocorrência de um desastre tecnológico.

A esses mundos relacionais e a essas paisagens multiespécies a atenção desta tese está voltada. Acredita-se que uma ontologia relacional possa trazer visões mais integrativas sobre espaço, espacialidades e práticas de espacializar ao campo dos Estudos Organizacionais. Essas visões podem emergir ao considerar na análise elementos para além dos humanos, que raramente aparecem nos estudos no campo, como mencionado.

Quando nos posicionamos dentro de um contexto mais macro, com o olhar direcionado a aspectos multifacetados que incluem não somente a perspectiva do humano, mas das relações interespécies que formam um todo maior, que se traduz em um emaranhado de lama, barragens, vivências, memórias, enfim, as fricções e tudo aquilo que compõe as paisagens multiespécies (TSING, 2005, 2019). Isso porque, nas ontologias relacionais, territórios são espaços-tempos vitais que permitem inter-relações com o mundo natural que constitui parte dele (ESCOBAR, 2015).

Diante do exposto, e considerando uma teoria da não escalabilidade que permita “promover encontros relacionais entre as diferenças” (TSING, 2019, p. 199), para melhor compreender como as relações se entrelaçam no emaranhado de paisagens multiespécies, a

questão teórica que orienta este estudo é a seguinte: **Como**, nas paisagens multiespécies perturbadas pela mineração de ferro, **espaços são (re)organizados** por diferentes atores?

Ao situar o problema teórico no lócus da pesquisa, o objetivo geral da tese consiste em **analisar o organizar espacial, por meio de práticas organizativas** mobilizadas por diferentes atores, nas paisagens multiespécies perturbadas pela indústria mineradora a partir do rompimento da barragem de Fundão/MG. Para tanto, busca-se, especificamente:

- Caracterizar práticas organizativas da indústria mineradora no Brasil em geral e em Minas Gerais em particular;
- Apresentar os espaços atingidos pelo desastre em estudo e os espaços organizados e reorganizados a partir do desastre;
- Descrever práticas organizativas de diferentes atores e seus efeitos em espaços que formam paisagens multiespécies perturbadas pela indústria mineradora a partir do referido desastre;
- Analisar as práticas de (re)organização dos espaços em questão a partir de uma perspectiva multiespécies.

A partir do pensamento de Anna Tsing, que discute, além da mineração, o catar cogumelos, os afetos envolvidos, a escalabilidade, o global, a cadeia de suprimentos e outros tantos aspectos nas histórias descritas pela autora, para além dos humanos e do mundo social, intenta-se contribuir à teoria organizacional ao problematizar como o cenário pesquisado é produto de uma lógica assimétrica que precisa ser debatida no contexto dos Estudos Organizacionais para melhor compreensão dos fenômenos organizacionais e dos distintos “modos de ser”, de fazer política e de organizar em relação ao contexto em análise, ou seja, paisagens multiespécies em ruínas de mineração.

Em relação às contribuições empíricas, pretende-se lançar luz sobre as destrutivas práticas de gestão dessa indústria, no intuito de abrir caminho para imaginar práticas mais responsáveis. Trata-se de uma reflexão considerada crítica por focar a **urgente** necessidade de debater a atividade mineradora a partir da noção de **não escalabilidade**, da mesma forma que a “descrição crítica” de Tsing (2019) é auto justificada como **crítica** por fazer “perguntas urgentes” e como **descrição** por ampliar a curiosidade sobre a vida a partir de uma perspectiva que distingue atividades escaláveis e não escaláveis, ressaltando a necessidade de não tratar como escalável as formas não escaláveis.

A mineração pode ser entendida como uma **atividade não escalável** na medida em que seus efeitos se alteram à medida que a produção é expandida. Isso implica em considerar

como não escaláveis essas formas de produção/consumo e os efeitos que causam nas paisagens multiespécies, em vez de acreditar em um modelo em que **seja** possível expandir continuamente sem que isso resulte em destroços (TSING, 2019).

Dado que já estão postas, na indústria mineradora, as paisagens em ruínas, os destroços e a necessidade de “recuperação”, resta questionar: como “procurar vida nessa ruína”? Caminha-se aqui, por um lado, na mesma direção àquela suscitada por Tsing (2019, p. 7, grifo nosso) ao afirmar que “em um estado *global* de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína.” Por outro, enquanto Tsing (2019, p. 121), em sua obra, debruça-se **sobretudo** sobre a socialidade das **coisas vivas** (cogumelos e suas relações, em especial), pretende-se nesta tese focar **fragmentos abióticos** (lama, dique e suas relações com elementos vivos e não vivos, humanos e não humanos) e, para além dessas dualidades, os próprios aspectos intrínsecos a tais elementos (o que é estar vivo, qual a toxicidade que a **lama** traz?) que compõem as paisagens multiespécies. Nessas paisagens, o ser humano desempenha **um dos papéis**, constituindo-se como parte de um todo biodiverso, sendo a biodiversidade produzida por práticas cotidianas.

Considerar a indústria mineradora sob esta perspectiva possibilita salientar a importância de pensar as atividades locais de mineração (seus antecedentes e suas consequências) como inseridas em um contexto maior da biodiversidade dentro de uma dinâmica global. Esta tese traz, portanto, um esforço de descrição crítica não somente porque se trata de uma discussão urgente também em âmbito global, mas por lançar luz sobre uma teoria de **não escalabilidade**, em vez de contar com uma ciência escalável – isto é, replicável em qualquer escala sem que seus resultados sejam alterados.

O contexto escolhido (mineração) possibilita voltar a atenção para as coordenações (arranjos) que criam “assemblages” (conjuntos/reuniões) “daninhas” específicas, sendo a noção de **paisagem** essencial para acolher mundos sociais mais que humanos, dos quais fazemos parte como humanos, evidenciando os emaranhados à nossa volta e toda a heterogeneidade possível. A noção de **assemblage**, nesta tese, engloba seres humanos e/ou não humanos, mas não instituições ou ideias, embora sejam aspectos imbricados. Essa noção se relaciona e se soma à de paisagem, central na promoção de uma descrição crítica capaz de posicionar o Antropoceno frente a questionamentos do porquê da constituição de “assemblages”, de seus efeitos e do próprio papel das paisagens nessa relação, visto que elas constituem um “conjunto de assemblages” (TSING, 2019, p. 156) e que uma coordenação de paisagem leva à obstrução de outras possíveis.

Nas palavras de Tsing (2019, p. 260), “Cada praga que infesta exclui outras. Esta é uma precaução útil”. Em resumo, as discussões sobre Antropoceno avançam à medida que introduzimos história, especificidades culturais e assimetrias existentes nas paisagens, as quais podem nos revelar um conjunto de configurações “daninhas” que reúnem trajetórias humanas e para além de humanas.

Isso ocorre em um contexto de práticas de espacialização (*spacing*), (re)produzidas cotidianamente. O termo *spacing* é aqui compreendido no sentido de movimentos/forças generativos que produzem espaços. O espaço, por sua vez, apresenta-se a partir de uma visão processual e performativa que intercepta uma teoria social do espaço como produto social/força/movimento generativos constituído pelo espacializar.

É pensando em um espaço ritmado (pulsa ao longo do tempo/em constante movimento) que podemos conceber as **paisagens** como históricas e como produtos de perturbações humanas. Essas perturbações constituem “sobras involuntárias de atividades” humanas (mineração, por exemplo) cujos efeitos sobre a paisagem são dificilmente pensados. Para Tsing (2019, p. 157), “[...] de fato, os seres humanos são bastante semelhantes a outras espécies agressivas na paisagem”. Sendo esses espaços animados e fragmentados, podem ser compreendidos como paisagens (TSING, 2019).

Pode-se visualizar paisagens assimétricas e irregulares, pautadas nas diferenças entre os elementos que as compõem, o que Anna Tsing (2019) denomina de fragmentos. Tsing (2019) se volta à **paisagem como uma ferramenta para discussões acerca das configurações nocivas** pela reunião ou conjunto (*assemblages*) de trajetórias no Antropoceno. Nessa era multiplicam-se organismos (inclusive seres humanos e suas práticas ao longo do tempo) **sem considerar os arranjos de vida multiespécies**. Esta tese busca incluir os elementos dos quais as paisagens são constituídas, sejam eles humanos ou não. Isso porque se busca “perturbar” o Excepcionalismo humano, segundo o qual se “exclui não humanos para fora do círculo encantado de fazer mundo” (TSING, 2019, p. 261). Dessa forma, o termo “perturbações” pode adquirir uma conotação que não é necessariamente negativa, assim como compreendido por Tsing (2019), ao revelar **novos modos de habitar em meio a paisagens perturbadas**.

As paisagens são constituídas por “projetos sobrepostos de fazer mundo”, isto é, uma diversidade de espécies coabitando. No caso da atividade mineradora, essa habitação conjunta deve ser possibilitada mesmo após perturbações humanas que levaram às paisagens a ruínas. Isso porque a escalabilidade se espalha de tal forma que, inviabilizadas as atividades, abandonadas as perturbações, deixa-se destroços e a possibilidade de recuperação. O apelo de

Tsing (2019, p. 87) é para que as ruínas sejam ocupadas! As paisagens em ruínas devem ser ocupadas caso se queira “viver junto” em espaços improváveis, ou seja, aqueles em que as probabilidades estejam “contra nós”. Nesta direção, **ocupar é recuperar** e, caso queiramos viver, precisamos aprender a ocupar até os espaços mais arruinados, degradados e perturbados onde pode existir vida na Terra.

Em seus exemplos, as paisagens multiespécies incluem ovelhas, fogo, urze, lama, areia, cascalho, cervo, veado, árvores, pedra, pinheiros, cogumelos Matsutake, humanos (fazendeiros, catadores de cogumelos), etc. Assim, **coisas vitais e não vitais compõem a paisagem em espaços onde já houve perturbação humana** (TSING, 2019). Novas coordenações são possibilitadas na medida em que a escalabilidade se espalhou e, após cessar, deixou abandono. Uma teoria de não escalabilidade focaliza a atenção àquilo que a escalabilidade deixou para trás e, **em forma de ruínas, permaneceu outra paisagem.**

A cada emergir de uma pequena coordenação (um momento de fricção, em outras palavras), essa coordenação produz paisagens. Para a autora, todas as paisagens decorrem de “momentos de fricção” (TSING, 2019). Esses momentos dão ao conjunto (*assemblages*) uma trajetória, ao menos momentânea, já que se trata de uma composição de histórias em devir. Essa noção de paisagem pode caminhar, então, lado a lado com uma compreensão relacional dos fragmentos que compõem uma paisagem que, outrora (antes das perturbações humanas), fora vista de modo escalável, restando destroços.

Uma ontologia relacional e a perspectiva multiespécies se alinham (e justificam a análise aqui pretendida) considerando que as teorias da prática assumem um “modelo ecológico” em que a agência não se concentra em humanos, mas é distribuída entre não humanos e humanos (GHERARDI, 2009). Isso porque **a produção dessas paisagens ocorre concomitantemente por relações multiespécies** que, além de entrelaçadas, modificam-se no decorrer das práticas organizativas ao longo do tempo (*spacing*).

Trata-se, portanto, de um esforço de descrição crítica que pretende analisar práticas de (re)organização do espaço em um contexto de perturbação da paisagem após as externalidades negativas provocadas pela mineração de ferro na região de Mariana, Minas Gerais (MG), após o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco Mineração S.A. Em termos de contribuições teóricas, portanto, espera-se que o referencial da antropologia (paisagens multiespécies; perturbações; etc.) acolhido (TSING, 2005, 2015a, 2015b, 2017, 2019) possibilite problematizar a limitação de olhar modos de produção/consumo apenas pelo local ou o global, pela escalabilidade ou pelo humano, trazendo *insights* sobre o espaço que incluem relações interespécies.



Se as “novas antropologias da paisagem podem auxiliar”, como argumenta Tsing a partir de diversos contextos de estudo, inclusive o de uma mina de carvão desativada na Dinamarca (2019, p. 241), no entrelaçamento de histórias mais que humanas, na Administração e, especificamente nos Estudos Organizacionais, esse olhar busca despertar um novo rumo à ocupação de paisagens em ruínas a partir de práticas que tornam possível (re)habitar nessas paisagens multiespécies. O referencial acolhido permite lançar luz sobre a necessidade de questionar o sistema de forma global, por um lado, e, por outro, atentamente local, ilustrando a **não escalabilidade** de práticas vigentes no Antropoceno no que diz respeito aos impactos provocados pela indústria mineradora. No caso desta pesquisa, as práticas pensadas se concentram em torno das perturbações ocorridas por essa atividade no entorno de Mariana, Minas Gerais.

Espera-se que os questionamentos sobre a forma como a indústria vem atuando no Brasil possam despertar novas reflexões nos Estudos Organizacionais acerca da forma como a indústria vem operando, além de subsidiar a elaboração de políticas públicas para regulação do setor para além da atual lógica meramente humana de um capitalismo escalável, uma vez que essa dinâmica faz parte de um contexto maior de produção, reprodução e distribuição do capital, no qual nós, humanos, somos tocados por aspectos não somente não humanos, como também não vivos.

Após a seção de introdução desta tese, apresentamos a importância dos estudos multiespécies para suprir a lacuna que persiste nos Estudos Organizacionais que abordam a produção de espaços pela via das práticas. Buscamos lançar luz sobre os encontros multiespécies que produzem paisagens formadas não apenas pelo (e para) o humano. Fazemos, então, uma apresentação do fato que motivou a tese, o desastre, no contexto das práticas organizativas da indústria mineradora no Brasil em geral e em Minas Gerais em particular. Logo após, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, conectando a caracterização do fato com os dados do campo.

Apresentamos como a metáfora das **ondas de lama** foi central para construção da narrativa de seguir a lama ao longo dos capítulos de apresentação e análise dos dados que seguem esta explicação. A lama constituiu um elemento não-humano essencial para conectar as práticas que formam os espaços analisados (Antigo, Provisório e Novo) e para compreender como os fragmentos que analisamos alteram as relações sociais e organizacionais na composição de uma paisagem que entendemos como multiespécies, pois emerge a partir de encontros não apenas humanos. Após os capítulos de análise, tecemos as considerações finais da tese.

## 2. PENSANDO CONEXÕES POSSÍVEIS PELA PERSPECTIVA MULTIESPÉCIES: “NO MEIO DO CAMINHO” O TREM CARREGA MAIS DO QUE VIDAS HUMANAS

O maior trem do mundo  
 Leva minha terra  
 Para a Alemanha  
 Leva minha terra  
 Para o Canadá  
 Leva minha terra  
 Para o Japão  
 O maior trem do mundo  
 Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel  
 Engatadas geminadas desembestadas  
 Leva meu tempo, minha infância, minha vida  
 Triturada em 163 vagões de minério e destruição  
 O maior trem do mundo  
 Transporta a coisa mínima do mundo  
 Meu coração itabirano  
 Lá vai o trem maior do mundo  
 Vai serpenteando, vai sumindo  
 E um dia, eu sei não voltará  
 Pois nem terra nem coração existem mais.

O maior trem do mundo (ANDRADE, 1984)

A mineração, tema desta tese, é um tópico delicado. Seus efeitos geram emoções e vivências que tocam de maneiras variadas e semelhantes, ao mesmo tempo. Cada um que vivencia o contexto minerário, seja muito próximo a uma mina, seja como consumidor final do produto, seja como poeta residente de uma região minerada que revela sua revolta em sua obra (como é o caso de Carlos Drummond de Andrade, supracitado), deixa um pouco de si e embarca de forma diversa no “maior trem do mundo”, aquele que não leva apenas minério e traz lama e rejeitos, aquele que leva também “tempo [...] infância, vida”. Mais do que isso, o desafio aqui é resgatar tudo aquilo que fica “no meio do caminho” quando se pensa apenas a partir de uma visão antropocêntrica. Neste sentido, **este capítulo teórico busca apresentar a perspectiva multiespecies para suprir uma lacuna nos estudos organizacionais.** Consideramos que, no percurso, o trem leva vidas mais-que-humanas, leva a paisagens multiespécies.

Uma perspectiva processual e performativa leva à compreensão de mundos por meio das práticas que os representam (BEYES, STEYAERT, 2011, p. 52). Esse entendimento contribui para (re)pensar o processo de **produção de espaços organizacionais através de práticas** que estão constantemente em processo.

Tradicionalmente, na pesquisa organizacional, o espaço é abordado a partir de três principais perspectivas: a) como distância espacial, que pode ser objetivamente medida e representada; b) como materializações de determinadas relações poder que garantem a circulação e a reprodução do capital, enfocando os motivos pelos quais espaços são configurados da forma que são; c) espaços são produzidos como manifestações de experiências daqueles que neles habitam, aspectos simbólicos organizacionais, como identidade e cultura (TAYLOR, SPICER, 2007).

A primeira perspectiva engloba estudos que entendem espaços como físicos, constituído como a distância entre dois (ou mais) pontos, que podem ser desde edifícios a recursos. As distâncias espaciais seriam medidas, por exemplo, como a distância das firmas dos seus principais recursos; ou a concentração geográfica de indústrias de alta tecnologia em diferentes regiões devido a redes sociais que expandem a transmissão de conhecimento para além da organização. Embora as pesquisas sob essa perspectiva estejam direcionadas a diferentes níveis de análise (o local de trabalho, efeitos de *layouts* nesses locais; a distância física entre organizações; distância entre indústrias), são caracterizadas pela noção comum de espaço como padrão medido e manipulado. Como o foco dessa análise recai sobre aspectos de distância/proximidade, limita-se por não explicar como são atribuídos significados aos espaços, o papel que as percepções de distância/proximidade desempenham nos espaços, ou como padrões de poder moldam essas distâncias. Afasta-se, portanto, de como a espacialidade é praticada e de causas profundas como os efeitos das configurações espaciais sobre a manifestação de relações de poder, foco da segunda perspectiva (TAYLOR, SPICER, 2007).

Na segunda perspectiva, as relações de poder são centrais para compreender por que as organizações são **configuradas espacialmente de determinadas formas**. Aqui, as análises se embasam no argumento de que o “espaço de acumulação” (uma região industrial, por exemplo) se desenvolve não somente pela conveniência de uma localização próxima, mas pela materialização de relações de poder específicas. A contribuição dessa perspectiva, portanto, reside em direcionar o foco do **como** são operadas as materializações nos espaços para os **porquês** dessas configurações. Ao pensar os espaços como necessariamente manifestações de poder, negligencia-se outros aspectos do fenômeno, tais como as possibilidades de autonomia e resistência dos atores (que não só podem resistir à dominação, mas buscar ativamente reconstruir os espaços) e as formas como espaços podem ser produtos de experiências e significados contínuos.

Sob o olhar dos espaços como materialização das relações de poder, as condições socioeconômicas de produção material estão inscritas em formas de disciplina e controle por

meio de aspectos que moldam os arranjos espaciais. Normas organizacionais, neste sentido, extrapolam espaços de trabalho, de modo que a ordem sociocultural de determinadas regiões pode passar a ser condicionada por padrões de organização de trabalho para assegurar a disciplina. Aqui, o espaço praticado pode ser bastante diferente do planejado, considerando que, com frequência, pode-se questionar planos que racionalizam espaços organizacionais, emergindo comportamentos “desviantes” a partir da experiência em espaços controlados. Além disso, tornam-se obscurecidas as fronteiras entre espaços públicos e privados (TAYLOR, SPICER, 2007, p. 331).

A terceira perspectiva, que traz a ideia de espaços como manifestações de experiências daqueles que neles habitam, resgata aspectos simbólicos organizacionais, como identidade e cultura. Nessa perspectiva, os espaços constituem produtos da experiência dos atores que neles coabitam. Dessa forma, são as próprias **experiências** e as percepções que originam os diferentes espaços. Os aspectos simbólicos dessa perspectiva possibilitam refletir como os espaços organizacionais são vividos por meio de aparatos culturais e sensoriais que dos atores. Os estudos sob este olhar enfocam que os significados são incorporados em estruturas culturais que moldam – e são moldados por – experiências do espaço, bem como as paisagens são formadas e (re)configuradas por conceitos e histórias que as “perturbam” e as modificam. No entanto, ao focar dimensões estéticas e simbólicas dos espaços organizacionais, perde-se de vista as relações de poder intrínsecas a eles (TAYLOR, SPICER, 2007).

Assim, uma primeira alternativa sugere o uso do termo “espaços organizacionais” como integradamente constituído a partir das três perspectivas, concebendo o **espaço** como produto **social** pelo qual a espacialidade é produzida por práticas nas escalas **macro** (espaços públicos, como construções administrativas), **meso** (espaços semipúblicos, como ruas, vizinhanças) e **micro** (espaços privados, como casas e carros).

Uma segunda possibilidade também caracteriza o espaço mediante uma perspectiva multidimensional, que abarca três dimensões: a) faz do espaço também distância; b) além de fronteira/limiar; c) e de movimento. O espaço como distância inclui aspectos físicos e não-físicos; o espaço como fronteira intercepta elementos físicos, mentais e sociais; enquanto o espaço como movimento apresenta perspectivas externas e internas, além de efeitos de mudança da trajetória que ilustram o caráter dinâmico atribuído ao termo (WEINFURTNER, SEIDL, 2018).

A limitação da literatura em questão não se encontra necessariamente na falta de abordagens que compreendam os espaços de formas distintas/integradas, mas sim de visões que busquem reposicionar o entendimento de abordagens nas quais o enfoque recai sobre o

significado do espaço, para abordagens que considerem a **performatividade** dos espaços, enxergados não como pré-existentes e externos aos sujeitos, mas **como produzidos continuamente nas relações entre os atores**. Ao concentrar a análise na materialidade dos espaços organizacionais, concebendo-o como “padrões de distância que são interpretados pelos atores dentro de relações materializadas de poder” (TAYLOR, SPICER, 2007, p. 341) e ao interconectar as interseções entre as noções de espaço como distância; fronteira e/ou movimento (WEINFURTNER, SEIDL, 2018), continua-se enfocando o espaço em si, organizado a partir de uma **perspectiva centrada no humano**.

Pretende-se aqui, portanto, contribuir com o preenchimento desta lacuna de abordagens que concebem os espaços como dados, direcionando-se a análise para uma perspectiva processual e performativa dos espaços, nos quais eles **não existem independentemente dos processos de espacialização, uma vez que os espaços estão em constante** (trans)formação. Entende-se a espacialidade organizacional como praticada, portanto, continuamente, a partir de relações produzidas em emaranhados de práticas organizativas que movimentam e são movimentadas por agências não apenas humanas, práticas essas que formam e organizam os espaços por encontros multiespécies.

Enxergamos as práticas organizativas e a criação de espaços como produções mais que humanas. Refletimos sobre a forma pela qual **práticas** que produzem espaços podem ser pensadas como coordenações multiespécies e como os **espaços** podem ser compreendidos como **paisagens multiespécies** e, assim, como **encontros em formação**. Neste capítulo, justificamos a polifonia na análise. Apresentamos aqui a necessidade de trazer vozes múltiplas não somente a esta tese, mas aos estudos organizacionais. Convém reiterar que adotar uma abordagem multiespécies se trata de um esforço para sermos, enquanto humanos, porta-vozes de elementos para além de humanos. Nesta tese, esses elementos são resgatados na análise de dados, sendo a lama o fio condutor.

Nos Estudos Organizacionais, trata-se de uma discussão recente. Uma busca no *SAGE Journals* com o termo “*Spacing*” e “*Multispecies*” reitera que se trata de um campo ainda em expansão nos Estudos Organizacionais (EOR). Isso porque, a partir desses termos, filtrando a busca entre alguns dos principais periódicos de EOR (*Organization*, *Organization studies*, *Human relations* e *Organization & Environment*), **somente dois resultados foram obtidos, que datam de 2018 e 2020, e ambos no periódico *Organization*. Ampliando a busca para englobar artigos (*Research articles*) com as palavras supramencionadas, sem filtro por periódico, foram obtidos 358 resultados com predominância de áreas como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, além de publicações nos campos da Odontologia, da Toxicologia, da**

Veterinária, entre outros.<sup>11</sup> Frequentemente, os artigos obtidos foram publicados no periódico *Environment and Planning E: Nature and Space*. Recorrentemente, os resultados estavam associados ao termo “Antropoceno” e as publicações abarcavam o período de 1980 a 2021.

Sob o olhar multiespécie, as práticas podem ser entendidas como produções polifônicas, constituídas como o produto de relações entre elementos humanos e para além de humanos. Atenta-se aqui, portanto, para o espacializar como prática. E, mais especificamente, como prática organizativa contínua, sempre em processo e em relação. “Mas e as relações de afinidade, de aliança com os outros seres [...] sem os quais não há, nunca houve, humano ou espécie qualquer que seja? Estamos condenados a apenas destacar em primeiro plano o que há de humano no humano?” (MARRAS, 2018, p. 257). Aponta-se, a este respeito, que o **espacializar não é somente uma prática humana**. Outras formas de “fazer mundo” estão envolvidas nos processos de organizar.

Fantinel (2020) posiciona o olhar para a compreensão das práticas que organizam as cidades, enfocando os processos organizativos urbanos em particular. Apesar disso, lança luz sobre a necessidade de aprofundamento rumo a um organizar multiespécie que coloque em perspectiva conjunta uma série de atores que não são “convidados” a participar de processos organizativos. Aponta, então, que os Estudos Organizacionais podem vislumbrar a chamada agência animal nos processos organizativos de forma geral e que persiste uma lacuna no que

---

<sup>11</sup> Para embasar a predominância das áreas mencionadas, os resultados encontrados na busca incluíram os seguintes periódicos: The Anthropocene Review; Environment and Planning E: Nature and Space; Critique of Anthropology; Sociology; Cultural geographies; Progress in Human Geography; Science, Technology, & Human Values; Microbiology Insights; The Sociological Review; Ethnography; Theory, Culture & Society; European Journal of Social Theory; The Holocene; Global Studies of Childhood; International Journal of Toxicology; Progress in Physical Geography: Earth and Environment; Peritoneal Dialysis International; Journal of Dental Research; Applied Spectroscopy; Journal of Education for Sustainable Development; International Journal of Health Services; Space and Culture; ECNU Review of Education; Sociological Perspectives; Work, Employment and Society; Journal of Veterinary Diagnostic Investigation; Feminist Review; New Media & Society; Anthropological Theory; Memory Studies; Qualitative Inquiry; Organization; Contemporary Issues in Early Childhood; Interpretation; Dialogues in Human Geography; Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers; Social Science Information; Advances in Dental Research; Cultural Studies ↔ Critical Methodologies; Qualitative Research; Body & Society; International Journal of Cultural Studies; Urban Studies; Journal of Literacy Research; Natural Product Communications; Veterinary Pathology, Cultural Sociology; Journal of Early Childhood Literacy; Sexualities; International Review of Qualitative Research; Journal of Material Culture; Environment and Planning A: Economy and Space; The Journal of Commonwealth Literature; Social Studies of Science; Evolutionary Bioinformatics; Outlook on Agriculture; Transportation Research Record; Toxicologic Pathology; Environment and Planning D: Society and Space; Gene Regulation and Systems Biology; Millennium; Toxicology and Industrial Health; Theology Today; Abstracts in Anthropology; Bulletin of Science, Technology & Society; Laboratory Animals; Studies in Christian Ethics; Big Data & Society; Journal of Classical Sociology; Tourist Studies; Otolaryngology–Head and Neck Surgery; Australasian Journal of Early Childhood; Journal of the American College of Toxicology; Tropical Conservation Science; Policy Futures in Education; Technology in Cancer Research & Treatment; Biological Research For Nursing; International Journal of Distributed Sensor Networks; Sociology of Race and Ethnicity; Philosophy & Social Criticism; Experimental Biology and Medicine; Human & Experimental Toxicology.

tange a abordar as relações de humanos com outras espécies no campo, embora tenha havido uma aproximação recente neste sentido, especialmente focando nas relações com animais não-humanos (FANTINEL, 2020).

**Uma via importante para essa aproximação são os estudos multiespécies**, que (re)posicionam a atenção para uma criação de mundo no plural, “através da fronteira cintilante que separa e conecta humanos e outras formas de vida” (AISHER, DAMODARAN, 2016, p. 296). Os estudos multiespécies são caracterizados por sua **atenção à agência não humana**. Nestes trabalhos, “pedras, plantas, pássaros e abelhas têm o poder de transformar o mundo” (OGDEN, HALL, TANITA, 2013, p. 16).

Importam, aqui, aspectos multiespécies, uma vez que os seres coexistem e se constituem das relações que estabelecem conjuntamente. Trata-se de um esforço de conduzir uma pesquisa **a partir de um olhar humano em direção a processos de organizar que não são necessariamente feitos por e para o humano, mas se constituem de relações multiespécies**. Afasta-se, portanto, de noções que compreendem a organização do espaço em ruínas como exclusividade, por exemplo, do poder público municipal ou de órgãos de gestão específicos que fazem parte das práticas organizativas. Aproxima-se de um olhar em que as organizações e as socialidades humanas e para além de humanas se somam em um conjunto de relações que se complementam e se processam em viveres multiespécies, lente em foco neste capítulo.

Esta é uma **preocupação interdisciplinar problematizada por diferentes áreas** de conhecimento. A diversidade de visões a respeito das interconexões entre as sociedades humanas e para além de humanas tem sido abordada nos chamados “Animal Studies” (Waldau, 2013; Wolfe, 2009); “Human-Animal Studies” “Anthrozoology” (Demello, 2012), entre outros campos nos quais se discutem as relações multiespécies e suas implicações. A publicação de edição especial da revista *Organization* dedicada ao tema “Animals And Organizations”, em 2016, e de conferências que incluem essas discussões polifônicas (a exemplo da Standing Conference on Organizational Symbolism, intitulada “The Animal”) possibilita ilustrar o reconhecimento da necessidade de atentar para outras formas implicadas no fazer organizacional (FANTINEL, 2020, p. 303).

Embora seja um esforço interdisciplinar, afirma-se que a **Antropologia** já está “bem posicionada para oferecer análises relacionais profundas das interações humanas com outras formas de vida e para multiplicar as histórias que contamos” (AISHER, DAMODARAN, 2016, p. 296). Por isso, recorreremos também aos aportes da Antropologia e, em especial, à obra de Anna Tsing (2005, 2015a, 2015b, 2017, 2019), importante base teórica, justamente

por dialogar com as inúmeras formas de existência e de “fazer mundos” multiespécies. Tsing (2015, p. 155) nos lembra que nas últimas décadas, pesquisadores têm mostrado que “atribuir ao humano o protagonismo nas histórias não é somente um viés humano, mas uma agenda cultural ligada aos sonhos de progresso por meio da modernização. [...] precisamos de outros tipos de histórias, incluindo as aventuras das paisagens” (TSING, 2015, p. 155, tradução nossa).

Nesta primazia do espacializar como prática organizativa que atenta para as relações, em vez de enforçar o humano como unidade central e autônoma, esta tese se concentra em lançar luz sobre a necessidade da superação de uma visão **antropocêntrica**, que tem se manifestado tradicionalmente na produção científica nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas (FANTINEL, 2021). Essa ótica tem reforçado dicotomias que separam o mundo em categorias opostas, ilustradas na divisão do mundo, por exemplo, em natureza e sociedade/cultura; na separação do ser em corpo e espírito, mente e matéria, razão e instinto, entre outras dualidades (SÜSSEKIND, 2018; VELDEN, 2020).

Tal visão, além de fazer com que a ciência se depare com dificuldades na aproximação de não humanos em aspectos que superem os limites de evidências físicas, parece desconsiderar que a vida (e o “fazer mundos”) se desenvolve a partir das relações de distintas espécies com as quais a humana coabita e se (trans)forma (MARQUESAN, FIGUEIREDO, 2018). Observa-se, assim, uma ontologia dualística pautada em uma radical dicotomia entre humanos e natureza, em que se percebeu até mesmo uma lógica de dominação humana sobre a natureza (AISHER, DAMODARAN, 2016).

Neste sentido, Marras (2018, p. 255) chama a atenção para os perigos de caracterizações dualistas que apresentam dois domínios como exteriores entre si, como as noções de organismo/ambiente; natureza/cultura, entre outras, fruto de uma ontologia do humano “como ser especial” que, “aliada a tal concepção de conhecimento científico produziram um humano (isto é, o moderno, em sua versão oficial) apartado do mundo (isto é, da natureza, em sua versão desencantada)”, destituindo do humano as relações que constituem e modulam, a cada vez, os seres. O deslocamento dessa visão antropocêntrica provoca um questionamento de, ao menos, parte dessas dicotomias.

A superação dessas caracterizações dicotômicas e da ideia de Excepcionalismo humano também é apresentada por Aisher e Damodaran (2016, p. 296-297). Para os autores, o Antropoceno exige que finalmente essas ideias sejam descartadas, pois elas nos cegariam de “conexões interespécies” que formam nossas vidas dentro de nossos corpos e em nossos entornos. O Antropoceno também faz atentar para a responsabilidade humana em um mundo



compartilhado, em que os humanos coexistem com outras formas de vida. Além disso, ele anuncia, ao mesmo tempo, uma abordagem centrada no homem e requer que a atenção se volte para uma humanidade **distribuída por outras entidades**. A este respeito, o enfraquecimento da díade natureza-cultura permite abrir passagem para novas narrativas descentradas dos humanos, descritas por estudiosos das humanidades ambientais como uma nova forma de atentar para “histórias não humanas de lugares”.

Apontamos aqui que no Antropoceno o organizar dos espaços pode ser visto como um constante praticar que envolve a construção e a (re)construção de alguns elementos centrais que permeiam este período, tais como as noções de escalabilidade, de capitalismo da cadeia de suprimentos e de globalização, para citar alguns.

“A realidade humana será a realidade do humano?”, questiona Marras (2018, p. 250), ao lançar luz sobre a “sombra antropocêntrica” que se espreita na antropologia (e nas ciências sociais) e sobre o necessário descentramento do humano como condição para concebermos “descrições mais realistas” possibilitadas por esse descentramento e capazes de abrir caminho para abordagens que reconheçam as continuidades entre humanos e seus mundos. O desafio para o qual Marras (2018, p. 251) aponta é “desantropologizar a antropologia”, no sentido de fazer com que “ela reúna mais chances de responder à altura aos graves impasses contemporâneos disparados pelas ameaças e catástrofes ditas ambientais que mais e mais se avizinham” e que levam a lançar um olhar mais cauteloso para o “objeto estável” da Antropologia: o ser humano e suas relações. Poderíamos pensar e propor algo semelhante para a Administração e os Estudos Organizacionais.

Muito embora a clássica oposição entre natureza e cultura esteja sendo questionada sistematicamente na antropologia desde os anos 1980, pelo menos, em campos diversos que buscaram redefinir, por exemplo, questões da concepção da natureza, do simbolismo animal, das fronteiras entre ciências da natureza e sociais (SÜSSEKIND, 2018), ainda **parecem grandes os desafios de integração** dos Estudos Organizacionais a perspectivas que ampliem os horizontes para uma abordagem “menos limitada da relação organização-natureza” (MARQUESAN, FIGUEIREDO, 2018, p. 278; FANTINEL, 2020).

Uma atenção cuidadosa e crítica às particularidades de mundos de vida multiespécies é um caminho importante para estudos que partem de um foco no “anthropos” para (re)configurar criticamente o ser humano ao problematizar os dualismos ilustrados por natureza/cultura; natureza/humano, por exemplo. Um esforço como este, no entanto, requer mais do que dissolver distinções entre categoriais como essas, nivelando-as. Ao contrário, busca permitir a pluralidade de “modos de atenção” e a multiplicação de diferenças em

histórias específicas por meio da “imersão apaixonada” na vida de seres mais-que-humanos (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016).

Neste esforço de reposicionar as relações entre humanos e outras espécies, aposta-se em uma ecologia que, atenta à emergência dos seres a partir de relações que travam, enfoca em “entres” (“viver mostra-se urgentemente como *entreviver*. Existir como coexistir. Evoluir como coevoluir. Morrer como *entremorrer*. Reagir como *entrerreagir*. [...] “toda espécie é já *entre-espécie*”) que caracterizam as relações e os entrosamentos entre as espécies (MARRAS, 2018, p. 255-256).

Como um corpo de conhecimento ainda está sendo construído nos Estudos Organizacionais a respeito das formas multiespécies de organizar (FANTINEL, 2020), reside na emergência desta potencial agenda de pesquisa (nos EOR) **a originalidade de trazer a perspectiva multiespécie à análise, o que permitiu construir a** contribuição teórica desta tese, questionando o antropocentrismo na teoria organizacional. Por este campo ainda engatinhar na Administração, acolheu-se aqui o referencial de uma área no qual o produzir espaço já pode ser visto como multiespécies, a Antropologia (MARRAS, 2018; OGDEN, HALL, TANITA, 2013; TSING, 2005, 2015a, 2015b, 2017, 2019).

**O que difere o esforço desta tese** do descentramento humano rumo a uma **aproximação multiespécies** é que buscamos atentar não somente para a existência de “outras formas de fazer mundos” (TSING, 2015, p. 155) que incluem **socialidades vivas** (cogumelos e suas relações, como problematiza Tsing, por exemplo), mas nos debruçamos também sobre a socialidade de **fragmentos abióticos** (lama, dique e suas relações com elementos humanos e para além de humanos) que compõem e formam as paisagens. Assim como Tsing (2019), entendemos que os encontros multiespécies permitem refletir sobre fragmentos **não-intencionais que são bióticos e abióticos**. E nos propusemos a seguir a lama como um importante fragmento abiótico do contexto pesquisado.

“Se cada organismo é menos uma entidade discreta que um nó em um campo de relações, então devemos pensar na interdependência dos elementos constitutivos do ambiente, **sejam eles animados ou inanimados**” (MARQUESAN, FIGUEIREDO, 2018, p. 278-279, grifo nosso).

O termo multiespécies teria sido estabelecido no campo da **ecologia** da conservação, “ressoando com a própria ênfase de [Brian] Morris na antropologia como um projeto cosmopolita que oferece uma “ponte entre as ciências naturais e as humanidades”. Brian Morris foi um estudioso que possibilitou conexões conceituais entre ciência e sociedade e *insights* a respeito das interações homem-natureza, levando a visões que puderam engendrar

novas narrativas interseccionais entre o ecológico e o social. Dentro do emergente subcampo teórico-metodológico dos estudos multiespécies, Brian Morris é considerado um importante precursor (AISHER, DAMODARAN, 2016, p. 293).

A noção de ecológico aqui é trazido a partir de um entendimento relacional, isto é, de uma ecologia atenta, em particular, aos seres como emergentes de relações que tecem uns com os outros (MARRAS, 2018). Assim, processos de perceber, aprender, entre outros, são constituídos no decorrer do tempo por meio dos relacionamentos com outros entes e com o ambiente, em vez de pré-concebidos antes de entrarem no mundo social. A partir desse pensamento ecológico, no intuito de acessarmos “devires-animais”, faz-se necessário pensar a história natural a partir de simbioses (SÜSSEKIND, 2018).

Trata-se de uma ecologia buscada em aportes da Antropologia, que compreende a experiência dos entes como situadas em determinado ambiente e, assim, relacional. Essa aproximação pode levar a um “entendimento dos modos de ser e de viver nas organizações enquanto contexto relacional, em que práticas e conhecimentos são incorporados e situados em uma ideia mais ampla de ambiente organizacional”. No contexto de uma perspectiva multiespécies, são enfatizados os problemas do dualismo natureza-cultura e a necessidade de superá-los na formação de uma nova antropologia ecológica (FANTINEL, 2021; MARQUESAN, FIGUEIREDO, 2018, p. 281).

De acordo com Tsing (2015), os novos desenvolvimentos em ecologia possibilitam pensar de forma diversa as interações entre espécies e histórias de “perturbações”. A autora afirma que busca “ecologias baseadas em perturbações, nas quais muitas espécies às vezes vivem juntas sem harmonia ou conquista” (TSING, 2015, p. 5). Além disso, a autora adiciona à discussão a perda da capacidade de atentar para os meandros das relações humanas com espécies para além de humanas, argumentando que os biólogos conservacionistas segregaram os não-humanos e os ecologistas políticos com frequência os consideram como recursos para uso humano. Conforme Tsing (2005) pontua, os cientistas sociais formaram uma **ecologia política** que permite lembrar que as interações humanas com o meio ambiente são fruto de convenções sociais e coerções políticas. No entanto, é preciso, ainda

[...] querer observar como as espécies e populações entram e saem dos mercados, entram e saem da atenção cultural e entram e saem **de todo um espectro de interações ainda não totalmente descritas entre humanos e não-humanos**. Ao abordar a conservação, esse processo de descrição pode nos levar mais longe do que a dicotomia banal entre uso e preservação: poderíamos estudar a variedade histórica e cultural das relações entre pessoas, plantas e animais (TSING, 2005, p. 173, tradução nossa, grifo nosso).

A ecologia política, embora tenha ajudado a compreender a natureza como política e como politizada (Chuva, nuvem e florestas temperadas, savanas, oceanos e extensões polares, por exemplo, constituem locais de competição, de deslocamentos coloniais e pós-coloniais, de guerras de recursos, de expansão capitalista, etc.), na maior parte, tem se preocupado com os meios pelos quais as pessoas exercem controle sobre outras, bem como as transformações ambientais (desmatamento, desertificação, etc.) estimuladas por feitos humanos. Dessa forma, a revisão de Ogden, Hall, Tanita (2013) sugeriu o surgimento de uma **ecologia política multiespécie** que atenta para o não-humano na política, resgatando aquilo que está em sintonia com a emergência da vida dentro de um “conjunto mutante” (*shifting assemblage*) de seres agentivos.

Por “seres” os autores entendem entidades biofísicas pelas quais os objetos animam a própria vida. E por “assemblage” se referem a relações de devir de humanos com outros “seres agentivos”. O termo é utilizado não para sugerir um mero agrupamento de entidades e coisas, mas um complexo e dinâmico processo em que as propriedades do “coletivo” excedem os elementos constitutivos. **O olhar multiespécies engloba o humano como uma espécie de corporeidade que, ao invés de um dado biocultural, passa a existir em relação a conjuntos/assemblages multiespécies.**

**Estudiosos de perspectivas multiespécies têm se concentrado em estudar “[...] organismos cujas vidas e mortes estão ligadas aos mundos sociais humanos”.** Seus trabalhos estão centrados em “como uma variedade de meios de subsistência de organismos moldam e são moldados por forças políticas, econômicas e culturais”, estudando-se “zonas de contato” nas quais foram rompidas as fronteiras que separam a natureza da cultura e “onde os encontros entre o Homo sapiens e outros seres geram ecologias mútuas e nichos coproduzidos” (KIRKSEY, HELMREICH, 2010, p. 545-546).

Os estudos multiespécies sob uma visão da Antropologia possibilitam buscar, por exemplo, descrever a cultura no Antropoceno de forma a reconstruir o *anthropos* e suas espécies companheiras e estranhas na Terra (KIRKSEY, HELMREICH, 2010, p. 545-546). Também buscamos refletir sobre as relações de *anthropos* com outras espécies; que diferentes *anthropos* estão envolvidos nas práticas organizativas para criação de espaços? Para quais relações e contornos devemos voltar nossa atenção no intuito de compreender a formação de paisagens multiespecies? Para Tsing (2015, p. 19), a linha do tempo “mais convincente” do Antropoceno começa não com nossa espécie, mas com o advento do capitalismo moderno, em um emaranhado de ideias sobre progresso que transformou tanto humanos como outros seres em recursos.

Os estudos multiespécies, enquanto abordagem teórico-metodológica, envolvem esforços em filosofia e teoria social que buscaram, portanto, reconsiderar a natureza e a sociedade, descentrar do humano, além de experimentar epistemologias alternativas (como abordagens não-representacionais). Embora com vertentes distintas, o guarda-chuva “multiespécies” abarca, portanto, a construção de mundos como um **processo de transformação por meio de assemblages** de humanos e outras espécies. Trata-se de um projeto que visa compreender o mundo como “materialmente real, parcialmente cognoscível, multicultural e multinaturado, mágico”, emergindo a partir de relações contingentes de seres/entidades. **“O mundo não humano de encontros multiespécies** tem sua própria lógica e regras de engajamento que existem nas articulações mais amplas do mundo humano, abrangendo o fluxo de nutrientes e matéria, a vivacidade de animais, plantas, bactérias e outros seres (OGDEN, HALL, TANITA, 2013, p. 6, grifo nosso).

Assim, **os estudos multiespécies, em expansão, levam a uma série de** desdobramentos em produções científicas pelo mundo. No Brasil, uma potencial articulação entre estudos animais, de etnologia indígena e de ciência e tecnologia faz parte do que pode ser denominado de uma “virada multiespécies”, definida no âmbito de uma série de estudos antropológicos contemporâneos. Trata-se de uma abordagem que, ao promover um descentramento do humano, permite uma busca por superar o pensamento dominante, caracterizado por elementos antropocêntricos e “*ecocidas*”, que sustentaram as ideias do domínio sobre a natureza, do exclusivismo do humano e da separação entre capacidades animais (sob esse pensamento “selvagens”, “primitivos”, desprovidos de razão, etc.) e humanos (singulares, superiores, políticos, dotados de razão). É no questionamento do exclusivismo humano, inclusive, que reside a potência da dita “virada multiespécies”, sendo ela um desdobramento da recusa do exclusivismo humano ou da concepção do humano a partir da exclusão do animal (SÜSSEKIND, 2018).

Os acadêmicos que se dedicam a perspectivas multiespécies se tornaram (e têm se tornado, pois se trata de um campo em emergência e desenvolvimento) uma “nova onda” de pesquisas que endereçam as interações humanas com animais, plantas e outras formas de vida naquilo que os estudiosos denominam de “natureza” ou “mundo natural”. Esses estudos começaram a explorar zonas “mais íntimas”, nas quais as vidas humana e animal se entrelaçam biológica, cultural e politicamente. Ao colocar em primeiro plano a **coexistência, o convívio e os encontros interacionais entre humanos e não humanos**, os estudos multiespécies buscaram explorar “complexas intersubjetividades multiespécies nas quais

todas as vidas e culturas humanas estão enredadas” (AISHER, DAMODARAN, 2016, p. 294).

Ressaltando a importância dos encontros, cabe mencionar que não acontecem simplesmente quando dois seres se encontram. Trata-se de uma relação que emerge como fruto de histórias co-evolutivas. Relações têm histórias pelas quais organismos se situam e se transformam. A vida não surge e se sustenta isoladamente. Abrange um intercâmbio de significados e o mergulho em “teias de significação”, que podem ser bioquímicas, linguísticas, gestuais, etc. (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016).

Tendo isso em vista, busca-se aqui inspiração na perspectiva de um organizar multiespécies (FANTINEL, 2020) a partir de aportes da antropologia de Anna Tsing, que parece abrir passagens e paisagens para uma condição processual, performativa e relacional capaz de abraçar as diferentes formas de existência (para além de humana). Essa condição assinala uma realidade relacional de entes e seres calcada na relação, em seu “[...] sentido criador e criativo, capaz mesmo de fazer emergir o perfil dos termos (sujeitos, agentes) aí relacionados [o que significa] concebermos os existentes a partir de suas emergências cada vez situadas nas experiências”. Parte-se, desta forma, de uma concepção pré-estabilizada para identidades que se constituem a partir das relações, tomando os entes como emergentes de um conjunto de relações que envolvem humanos e não humanos ou, ainda, “agenciamentos heterogêneos” (MARRAS, 2018, p. 254).

Uma perspectiva multiespécies traz, então, para os Estudos Organizacionais, aspectos-chave que constituem uma virada no campo (“*a species turn*”), tais como o já mencionado enfoque antropocêntrico e a problematização de uma presente divisão entre cultura/sociedade e natureza. Essa perspectiva permite fazer emergir epistemologias **relacionais**, como a trabalhada por Tsing (2005, 2015a, 2015b, 2019), que envolve devires dinâmicos (sem constituição prévia como sujeitos ou objetos) ao longo do desenvolvimento de espécies para além das humanas. “Compõem-se, assim, ontologias constantemente emergentes, de espécies que, por adaptação [...] **constroem em conjunto conexões que são de interesse para estudos sobre a gestão e o organizar**” (FANTINEL, 2020, p. 308, grifo nosso).

A relacionalidade multiespécies atenta para “registros temporais de um mundo animado em que o ser é sempre tornar-se, em que tornar-se é sempre um tornar-se-com”. Esta compreensão do mundo caracteriza os estudos multiespécies, que se inspiram nas ciências naturais ao trazer à discussão vários corpos de conhecimento para questionar como modos de vida e responsabilidades se constituem em entrelaçamentos. Os estudos multiespécies buscam abrir caminhos para uma pesquisa multidisciplinar e colaborativa, e reformulam questões

políticas como: de que forma as relações de poder assimétricas “acontecem dentro de uma ‘teia de vida’ mais ampla? [...] como chegaremos a aprender a responder de outras formas [...] às comunidades que estão se ganhando existência em “paisagens destruídas” [...] (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016, p. 1-2).

Neste conjunto de questionamentos e relações, a perspectiva multiespécie traz um novo enfoque que, em vez de reduzir a natureza a recursos materiais que criam o mundo humano, **coloca em evidência uma existência entrelaçada entre humanos e outras formas de vida**. Neste contexto, os estudiosos de abordagens multiespécies compartilham uma preocupação com as noções de lugar e paisagem. Mover-se na direção de uma aproximação entre aspectos para além de humanos requer um entendimento profundo dos significados atribuídos aos lugares e às paisagens pelas pessoas que vivem, trabalham, brincam e ocupam esses lugares, atribuindo à chamada natureza um caráter que, em vez de singular ou externo à sociedade humana, **integra-se em projetos humanos e não-humanos** de criação do mundo (AISHER, DAMODARAN, 2016).

Uma abordagem multiespécies se ocupa de um amplo campo de investigação que enfoca as “multidões de agentes animados que fazem com que eles estejam em meio a relações emaranhadas que incluem, mas sempre também excedem, dinâmicas de predador e presa, parasita e hospedeiro, pesquisador e pesquisado, etc.”. Por isso, diferencia-se dos *animal studies*, cuja maioria dos trabalhos têm se voltado para as relações das pessoas com animais específicos (o que se percebe pelo termo *estudos humano-animais*). A perspectiva multiespécies, por seu turno, trata-se de uma abordagem mais ampla do que a substituição do foco em um animal pelo enfoque em uma bactéria ou planta, por exemplo, englobando contextos maiores, para além de uma camada homogênea e estática. Abrange meios dinâmicos, continuamente trabalhados por meio do compartilhamento de “significados, interesses, afetos”, minerais, fluidos e uma multiplicidade de elementos que caracterizam essa abordagem (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016, p. 2).

O termo “espécies”, nesse campo de conhecimentos, aponta para “modos de vida particulares” e quaisquer reuniões de um conjunto de tipos/parentescos, não sugerindo de modo algum que esses tipos de reunião sejam fixos/homogêneos. Neste contexto, atenta-se cautelosamente para outros tipos de vida que não frutos de “histórias apenas-humanas”, de modo a destituir a excepcionalidade dos seres humanos quanto à capacidade de classificação e categorização. **Nota-se, ainda, que nos estudos multiespécies, o abiótico é trazido à tona, na intenção de se considerar a vivacidade de muitas entidades, tais como formações geológicas, de rios a geleiras**. Neste intuito, (re)pensam-se esses elementos como dotados de

“modos de vida”, histórias, padrões inúmeros de vir a ser, tornar-se, emaranhar-se. Lança-se luz, portanto, sobre a considerada “vivacidade **abiótica**” na busca por refletir sobre formas de recriar e estreitar fronteiras entre o vivo e o não-vivo (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016).

Uma reconsideração do termo “espécie” aponta para duas potenciais interpretações. Na primeira delas, a categoria de espécie não é necessariamente entendida como completamente intacta, mas serve como um construto que permite articular a diferença em um mundo de relações assimétricas carregadas de poder. Na segunda interpretação, compreende-se que o ser (“ontologicamente múltiplo”) emerge por uma configuração material de conexões de vários seres. Os seres, no segundo sentido, em vez de reduzidos a uma espécie caracterizada por suas capacidades inerentes (como a de reprodução), vem a se tornar um tipo particular por meio das suas relações (imprevisíveis, contingentes e muitas vezes precárias) com outros (OGDEN, HALL, TANITA, 2013).

Uma abordagem multiespécies traça projetos de mundo emaranhados mutuamente entre humanos e outras espécies (no sentido supramencionado, para além do biótico), nos quais as paisagens são vistas como conjuntos multiespécies (*multispecies assemblages*). As paisagens, entendidas como “encontros multiespécies em formação”, oferecem escalas de análise que permitem visualizar como formas de vida e conjuntos multiespécies buscam se emaranhar para negociar uma sobrevivência colaborativa que define quem vive, quem morre, quem fica, quem vai (AISHER, DAMODARAN, 2016).

Kirksey e Helmreich (2010), ao descreverem a etnografia multiespecie como um novo gênero de escrita e uma nova forma de pesquisa que emerge no campo da antropologia, reiteram que o objetivo de uma pesquisa desse gênero não é o de meramente dar “voz, agência ou subjetividade” ao não humano, mas sim fazer com que categorias de análise desses estudiosos sejam repensadas no que diz respeito a todos os seres. Aisher e Damodaran (2016) reforçam o coro daqueles que apontam que esse novo gênero, ao englobar o ecológico e o social, é capaz de **articular narrativas novas e necessárias para (re)imaginar e interpretar modos de fazer mundos**.

Muito embora tenhamos buscado inspiração na leitura do trabalho etnográfico de Tsing e de textos que incluem revisões sobre etnografias multiespecies (a exemplo de Kirksey e Helmreich, 2010, e Ogden, Hall, Tanita, 2013), ressaltamos que a etnografia é uma das formas que consta nesse emaranhado denominado de **estudos multiespécies**. Isso porque, apesar de os estudos multiespécies reunirem uma ampla gama de enfoques disciplinares que surge e ganha corpo nos últimos anos – incluindo “etnografias multiespécies”, “antropologia



da vida”, “antropologia além da humanidade”, “estudos de extinção”, “geografias mais-que-humanas”, entre outros – **existe nesses estudos um interesse comum de compreender melhor o que se passa e o que está em jogo**, em termos políticos, éticos e epistemológicos, para diferentes modos de existir constituídos em relações de viver conjuntas (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016). É por meio dessa abordagem que construímos a análise dos dados desta tese.

Neste contexto, as paisagens multiespécies oferecem uma ferramenta pela qual é possível documentar como distintas formas de vida florescem ou declinam em projetos de criação de mundos. Elas são feitas não por entidades com graus de independência diferentes enraizadas em determinados lugares, mas por meio de **encontros, não precedendo a eles, mas emergindo deles**. Dessa forma, essas noções (de lugares e paisagens) oferecem uma base para novas formas de colaboração entre as ciências naturais e sociais (AISHER, DAMODARAN, 2016).

Uma perspectiva multiespécies multiplica abordagens, rompendo com um modo de relatar a chamada natureza a partir de uma hegemonia científica. Dessa forma, abraça a arte em projetos acadêmicos que visam questionar perspectivas convencionais para falar pela natureza. Os artistas passam a ocupar, portanto, papéis centrais na imersão na vida “dos outros”, gerando intervenções performativas que repousam a atenção sobre seres periféricos dos mundos antropocêntricos, como fungos, plantas, animais. As experiências artísticas podem ser usadas por etnógrafos, por exemplo, para ilustrar/descrever como a vida se passa (como **a vida é ou uma vez foi**) em épocas e lugares específicos ou, ainda, para sondar mundos multiespécies a partir de dimensões especulativas, isto é, como a vida **pode ou poderia ser** (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016).

A obra de Anna Tsing (2015, 2019) é um exemplo de descrição cujo conteúdo é rico em ilustrações e poemas. À exceção de *Friction An Ethnography of Global Connection* (TSING, 2005), tanto em seu livro *The mushroom at the end of the world on the possibility of life in capitalist ruins* (TSING, 2015) quanto em *Viver nas ruínas paisagens multiespécies no antropoceno* (TSING, 2019) é possível notar uma **simbiose entre ciência e arte em uma combinação de poemas e imagens** que podem trazer sutilezas e significados às descrições multiespécies. Neste último livro da autora, a cada passar de página o leitor pode se deleitar com as ilustrações da artista e antropóloga Elaine Gan. Para Tsing (2019, p. 101), uma de suas inspirações para essa complementaridade colaborativa teria sido a própria floresta. Nas palavras da autora: “É essa característica de satoyama que me inspirou a trabalhar com a Elaine Gan para representar as coordenações por meio de uma série de desenhos a nanquim”.

Além de permitir conexões entre arte e ciência, os estudos multiespécies envolvem, com frequência, a composição colaborativa de equipes multidisciplinares, expandindo-se as fronteiras de limites que outrora pareciam fixos. Trata-se não de multiplicar perspectivas apenas possibilitando uma composição da diversidade, mas de um esforço para transitar através da complexidade de *mundos-em-processo*. Neste trânsito, “importa que perguntas fazemos [82], que modos de investigação adotamos, que práticas de mediação, de performance [83], de tornar-se [84] e de tradução [85] empregamos – bem como quais as histórias que contamos” (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016, p. 6). Neste sentido, na abordagem multiespécies, a diversidade biocultural veio a se tornar um importante tópico. Nesta direção, a intenção de acolher, nesta pesquisa, a noção de **paisagens multiespécies** é a de voltar o olhar para a diversidade ecológica e as **inúmeras interações e possibilidades de formas de existência** sem as quais os humanos não sobrevivem.

A noção de **paisagens multiespécies** é um dos elementos centrais na obra de Anna Tsing. Ao descrever a colheita de cogumelos Matsutake, seus processos, seus efeitos e seus contextos, Tsing (2015a, 2015b) busca nos levar para “[...] costuras do espaço imperial, onde não se pode ignorar as interdependências entre espécies que nos dão à vida na Terra. Há muita história para contar aqui, e tais histórias não devem ser deixadas para os triunfalistas humanos [...]” (TSING, 2015b, p. 178). Se o ensaio da autora abre portas para posicionar as paisagens multiespécies como protagonistas de “histórias do mundo”, nesta tese, também partindo da “companhia multiespécies” e da companhia das obras de Tsing (2005, 2015a, 2015b, 2019), busca-se focar as paisagens multiespécies como elementos centrais em “histórias do mundo” da mineração em Mariana/MG, onde perturbações humanas tem levado a danos inúmeros à fauna e à flora da região.

Argumenta-se que a abordagem multiespécies – e a mudança de atenção para paisagens multiespécies e para a esfera local – implica práticas de conservação. Uma conservação baseada no lugar (*place-based conservation*) é iniciada a partir do reconhecimento de que a dita gestão de recursos se vê enraizada em sentidos humanos e não-humanos de lugares, atendendo a significados e práticas historicamente construídas e contestadas já existentes, que conduziram a dinâmica sociopolítica da gestão dos chamados “recursos naturais” (AISHER, DAMODARAN, 2016).

Ao direcionar o foco para o emaranhado de elementos que compõem paisagens multiespécies, algumas noções ajudam a constituir este contexto, como as de perturbação, ruínas e escalabilidade. As paisagens multiespécies da mineração, aqui em foco, resultaram de práticas de perturbação, de modelos e modos de produção/consumo pautados na

escalabilidade, a exemplo das práticas da indústria extrativa mineral que enforcaram períodos de *booms* produtivos deixando em segundo plano a segurança das barragens e os riscos intrínsecos às operações em períodos posteriores.

As paisagens, conforme pontua Tsing (2015a, p. 152, grifo nosso), de modo geral, são produtos de um design não-intencional e, em vez de mero cenário com papel coadjuvante, constituem a própria criação de mundos. “Como locais para dramas mais do que humanos, as paisagens são ferramentas para descentrar a arrogância humana. **As paisagens não são cenários para a ação histórica: elas mesmas são ativas.**” A perturbação se torna aqui um elemento essencial da paisagem, na medida em que realinha possibilidades de “encontros transformadores”. A perturbação pode ser entendida como “uma mudança nas condições ambientais que causa uma mudança pronunciada em um ecossistema” (TSING, 2015a, p. 160). São exemplos disso inundações e incêndios. **É por meio das perturbações que emergem fragmentos de paisagem**, em contextos nos quais “a precariedade é decretada em uma sociabilidade mais do que humana”. Nosso principal fragmento aqui é **a lama**. Por isso, seguimos a lama ao longo dos capítulos de análise.

Ao repousar o olhar sobre a paisagem a partir de uma busca pelo descentramento do humano, faz-se aqui indagação similar à de Tsing (2015a, p. 155): “Posso mostrar a paisagem como protagonista de uma aventura em que **o homem é apenas um tipo** de participante?”. Estudiosos, nas últimas décadas, revelaram que permitir **apenas** o protagonismo humano nas histórias não é “um preconceito comum” apenas, mas faz parte de uma agenda pautada por expectativas de progresso e modernização. No entanto, outras formas de “fazer mundos” podem emergir.

Essas novas formas devem considerar que “[...] em contraste com a previsibilidade de uma peça musical escrita que pode ser repetida indefinidamente, **a polifonia do conjunto muda conforme as condições mudam**” (TSING, 2015a, p. 158) e esta é, conforme Tsing, uma prática de escuta. Tal escuta depende de coordenadas que surgem, atravessam e desaparecem de contingências de mudança histórica. Se o cogumelo Matsutake, por exemplo, continuará a colaborar com o pinheiro no Japão depende de outras colaborações que são necessárias para isso, como a perturbação da floresta, que é vista como benéfica sob a perspectiva dos catadores.

Aqui, “outras formas de fazer mundos” estão relacionadas à noção de **paisagem** multiespécies, na medida em que ela passa a constituir o elo relacional que dá vida inclusive a elementos abióticos. O Matsutake de Tsing, por exemplo, não é nada por si só, mas se constitui a partir dos ritmos da floresta. Dessa forma, **as práticas** e os processos de

transformação das paisagens (e das próprias indústrias) levam a **novas formas de organização dos espaços em ruínas**. No caso das paisagens da indústria madeireira descritas por Tsing (2015a, p. 42), o aparecimento de espécies como abetos (árvores “muito pequenas para a maioria dos usuários madeireiros”) sinalizava o declínio da atividade madeireira na região e a emergência de uma nova economia regional, centrada nos cogumelos Matsutake, que estimulavam uma economia florestal não escalável nas ruínas da silvicultura industrial escalável.

As **paisagens perturbadas** pelo homem passam a ser, então, “espaços ideais para observação humanista e naturalista. Precisamos conhecer as histórias que os humanos fizeram nesses lugares e as histórias de participantes não humanos (TSING, 2015a, p. 160). Tsing expõe que os defensores da restauração da floresta de Satoyama ensinam e revitalizam a compreensão de “perturbação” como coordenação e história. Isso porque eles mostram como a própria perturbação permite iniciar histórias de vida na floresta. Em espaços que não estão perturbados, dificilmente o pinheiro se instalará para uma relação de mutualismo com o Matsutake. **A perturbação, portanto, torna possíveis novos conjuntos de paisagens, pois abre o terreno para “encontros transformadores”**, como o da associação entre pinheiro e cogumelo.

Muito embora a perturbação possa ser enxergada como algo positivo, a depender do encontro que permite, “os humanistas, não acostumados a pensar com perturbação, relacionam o termo com dano. [...] usada pelos ecologistas, nem sempre é ruim - e nem sempre humana. A perturbação humana não é única”, pois perturbações para além de humanas também estimulam relações ecológicas (TSING, 2015a, p. 160). Humanos e “outras coisas vivas” também podem causar perturbações.

A perturbação permite renovar ecologias, por um lado, ou destruí-las, por outro. Algumas delas são pequenas, como uma árvore caindo na floresta e criando uma lacuna de luz, outras enormes, como um tsunami que destrói uma usina nuclear. “A perturbação nos leva à heterogeneidade, uma lente chave para paisagens. A perturbação cria manchas, cada uma moldada por diversas conjunturas” (TSING, 2015a, p. 161), que podem ser iniciadas por distúrbios não vivos (como inundações e incêndios) ou a partir de criaturas vivas. Dessa forma, os efeitos de uma perturbação dependem de fatores variados, incluindo a escala, sendo consideradas também as escalas de tempo. Pode emergir um crescimento exuberante, por exemplo, depois de danos de curto prazo.

Os hábitos de frutificação de um cogumelo podem também fazer parte da composição de uma paisagem. O Matsutake no norte da Finlândia, por exemplo, tem o hábito de frutificar

em expansão e queda. Por alguns anos, o solo pode ficar repleto de cogumelos Matsutake, enquanto nos anos seguintes nenhum Matsutake dará frutos. Ciclos de expansão e contração existem aqui também.

Depois de um período de destruição, em uma paisagem em ruínas, uma soma de ações intencionais e não-intencionais podem levar a uma recuperação imprevista de uma paisagem perturbada. Foi este o caso do crescimento de pinheiros e Matsutakes após um desmatamento massivo na região central do Japão associado à industrialização japonesa em meados do final do século XIX. Após uma destruição, é possível **descobrir vidas em ruínas**, como as do cogumelo Matsutake. Isso porque encostas que foram erodidas se tornam um lugar de regeneração vigorosa para “desempenho” de carvalhos, pinheiros e Matsutakes, em paisagens nas quais “pequenos distúrbios redemoinham dentro das correntes de grandes distúrbios” (TSING, 2015a, p. 187).

As histórias viajam local e globalmente, mas por vezes mantêm semelhanças e se repetem em diferentes espaços e tempos, possibilitando encontrar e (re)construir vidas a partir de ruínas. Assim como o desmatamento de florestas na China durante o “Grande Salto Adiante” (nas décadas de 1950 e 1960, quando o país reuniu seus recursos para sua industrialização) pareceu movido pela necessidade de “aço verde”, no Japão da Era Meiji (no final do século XIX e início do XX) a morte de florestas também buscava o aço. As conjunturas e as respostas que elas revelam surgem não somente de histórias comuns, mas de convergências inesperadas, de modo que, para conhecer os mundos deixados pelo “progresso”, é importante rastrear os fragmentos de ruínas. Unidas em suas comuns dependências da destruição de florestas industriais, por exemplo, observam-se as florestas Matsutake no Oregon e no Japão central.

As conjunturas podem ser, às vezes, o resultado de “ventos” internacionais (“o termo que Michael Hathaway usa para descrever a força de ideias, termos, modelos e objetivos de projeto itinerantes [...] são capazes de remodelar as relações humanas com o meio ambiente”) (TSING, 2015a, p. 206). Assim, pode-se buscar conjunturas que indicam como seguir conexões e relações entrando e saindo de nações, regiões e paisagens locais e globais. No capítulo 15 da obra *“The mushroom at the end of the world on the possibility of life in capitalist ruins”*, Tsing (2015a, p. 205) levanta questões a este respeito, a saber: “Como as florestas industriais em ruínas são produzidas separadamente e em conjunto? Como as conjunturas transnacionais formam as florestas?”.

Ao rastrear os efeitos das ruínas industriais na vida de cogumelos, Tsing (2015a) aponta que cada efeito sobre um ser vivo depende de quais seres estamos tratando. Qual(is)

estamos seguindo? As florestas industriais em ruínas podem ser um prato cheio, uma bonança, para insetos e parasitas. Já para outras espécies pode se mostrar desastrosa. Entre extremos, “em algum lugar”, posicionam-se tendências de construção do mundo de Matsutake. Rastreamento destroços e ruínas, busca-se possibilidades de (sobre)vivência. “[...] Se todas as nossas florestas forem fustigadas por tais ventos de destruição, quer os capitalistas os considerem desejáveis ou os joguem de lado, **temos o desafio de viver nessa ruína**, por mais feia e impossível que seja” (TSING, 2015a, p. 213).

O desafio de pensar com precariedade, nas ruínas, nos destroços, é entender como os projetos de escalabilidade **transformaram a paisagem e a sociedade**. É preciso atentar para onde a escalabilidade falha – e onde irrompem relações ecológicas e econômicas não escalonáveis, observar a escalabilidade e a não escalabilidade. Presumir que a escalabilidade é ruim e a não-escalabilidade é boa, no entanto, trata-se de um “grande erro”. “[...] A principal característica distintiva entre projetos **escaláveis** e **não escaláveis** não é conduta ética, mas sim que os últimos [...] não estão preparados para a expansão. Projetos não escaláveis podem ser terríveis ou benignos” (TSING, 2015, p. 42). É no intervalo entre o benigno e o terrível que correm os projetos não escaláveis.

A escalabilidade tem sido cada vez mais reduzida, no entanto, a problemas técnicos e a decisões racionalizadas, em vez de representarem mobilizações populares em que cidadãos, governos e empresas buscam negociar e trabalhar de algum modo em conjunto. Neste cenário, o *preço* é um fator decisivo para as transformações e transições econômicas. Tomando o Matsutake como exemplo, sua expansão foi possibilitada inclusive porque o preço da madeira no Noroeste do Pacífico despencou. As colheitas de madeira se tornaram, então, mais difíceis e as madeireiras começaram a procurar por árvores mais baratas em outros lugares (TSING, 2015a).

Outro fator decisivo (e complementar) para declínio da indústria madeireira na região foi a **questão política**. Na falta de influência política e dos fundos madeireiros das grandes empresas, os distritos do Serviço Florestal da região perderam fundos, tornando-se financeiramente proibitivo manter florestas nos moldes das *plantations*. Somam-se a esses fatores a pressão ambientalista. Os ambientalistas passaram a ir aos tribunais cobrar medidas de proteção e conservação mais rígidas.

Neste contexto, condiciona-se a destruição de alguns biomas e algumas paisagens (e a vivência em outros, mesmo em ruínas) a uma mera ponderação de custos e benefícios. Conforme pontua Tsing (2015b), a expansão europeia foi viabilizada pela empresa monocultura, motor que possibilitou a industrialização, as frotas marítimas e a ciência. Tsing

(2015a, p. 39-40) assinala que o formato das *plantations*, trazido da Europa e utilizado na colonização pelos portugueses inicialmente no cultivo da cana-de-açúcar, por exemplo, tornou-se um “modelo paisagístico de escalabilidade”, inspiração para posterior industrialização e modernização, uma vez que reunia fatores essenciais ao sucesso da escalabilidade, tais como estoque de plantio clonado (sementes da cana se adaptaram ao solo brasileiro), trabalho forçado/colonização (lucros sem precedentes decorrente de mão-de-obra escrava), o que possibilitou, em conjunto, a expansão escalável.

Na mineração, existem também fatores que tornaram possível a escalabilidade, alguns deles já mencionados ao se abordar as práticas da indústria mineradora (como os conflitos decorrentes, a dificuldade de fazer cumprir normas, etc.). Paralelamente, o comércio do cogumelo Matsutake, ao contrário de clones de cana-de-açúcar, não vive sem relações transformadoras com outras espécies, pois os Matsutake são os corpos frutíferos de um fungo que se associa a certas árvores da floresta para obter carboidratos e tornam possível às árvores hospedeiras viver em solos pobres (sem húmus férteis).

Trata-se de relações mutualísticas com as raízes das árvores nas quais se hospedam, sendo os cogumelos nutridos pelas árvores e fornecedor de seus nutrientes. Este mutualismo transformador não é escalável e impossibilitou que os humanos cultivem Matsutake japonês. Embora não seja escalável, depende da escalabilidade para se proliferar, uma vez que as condições necessárias às florestas com Matsutake advêm de um conjunto de práticas que deixam as paisagens em ruínas - “a própria floresta é o que resta do trabalho de escalabilidade” (TSING, 2015a, p. 40-41).

Da mesma forma que a vida dos cogumelos (e sua relação de mutualismo com as raízes) depende da escalabilidade para se proliferar, as práticas de mineração de grandes empresas são guiadas pela escalabilidade e deixam as paisagens em ruínas. Como Tsing (2015a) assinala, a modernização capitalista foi moldada pelo sucesso da expansão por meio da escalabilidade. É a contínua expansão (de rejeitos, destroços e rompimentos de barragens) que se aborda quando lançamos o olhar sobre as práticas conflituosas da indústria mineradora no Brasil (e não somente, mas aqui em enfoque).

Se uma teoria de não escalabilidade pode começar pelas “bagunças” que a escalabilidade cria; e o cogumelo Matsutake se desenvolve pelas condições de uma floresta em ruínas, pode-se refletir sobre as consequências dessa escalabilidade na indústria mineradora e nos elementos que se desenvolvem a partir das práticas organizativas que levaram, na mineração, os espaços a ruínas e nas formas de reorganizar (entendendo-se a organização como prática) em meio aos destroços industriais. É esta articulação que se busca

fazer no presente estudo. Pretende-se aprofundar no espacializar como prática organizativa que inclui formas de existência para além da humana.

Compreende-se o espacializar não somente como organizar humano, mas como parte de um emaranhado de relações interespecies que dependem entre si e podem se proliferar (ou não) a depender dos destroços da escalabilidade. Ao mesmo tempo que se adotam conceitos de Anna Tsing para descrever as práticas da indústria mineradoras e de aspectos intrínsecos a elas, esta escolha não ocorreu à toa. Compartilha-se com a autora a recusa de fronteiras “que isolam natureza da cultura” (TSING, 2015b, p. 180) e uma lente relacional a partir da qual entidades animadas e inanimadas, multiespecies, estão sempre se relacionando para sua constituição e (trans)formação. Convém atentar, por fim, que o esforço de conceber uma perspectiva multiespécie a partir do olhar humano representa um grande desafio, afinal, como compreender e representar entidades não humanas (e inclusive inanimadas), e aqui resgatando Fantinel (2020, p. 338), “senão por uma perspectiva humana, a única que podemos ter?”



### 3. NARRANDO O CONTEXTO DA MINERAÇÃO BRASILEIRA NO ANTROPOCENO: QUE PAISAGEM É ESSA EM QUE A LAMA É TIDA COMO VILÃ?

Rio de Lama  
passou por aqui  
de Regência a Mariana  
sede senti

Moqueca de ferro  
pirão de minério  
peixes metalizados  
moqueca de ferro pirão de minério  
metal pesado

o poder e a ganância  
dessa gente ávida  
não tem a elegância  
do simples da vida

Trecho da música Rio de Lama (MANGA ROSA EXPERIENCE, 2019)

Pensar sobre a produção e organização espacial em regiões nas quais a atividade mineradora se estabelece implica abordar as condições históricas de contextos específicos, suas causas e seus efeitos, bem como condutas e experiências de um conjunto de seres (vivos e não vivos) que se formam a partir de – e se transformam em – territórios atingidos pela mineração. Aqui, o fio que une esses elementos e permite refletir sobre antecedentes e desdobramentos da mineração em Minas Gerais (MG) é o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco Mineração S.A. **Neste capítulo trazemos uma contextualização do fato considerando a mineração em MG.**

Em 05 de novembro de 2015, uma das barragens da Samarco se rompeu e, com ela, uma avalanche de lama atingiu distritos próximos, causando danos socioambientais incomensuráveis ao entorno, incluindo-se aqui perdas definitivas de vidas para além de humanas, prejuízos experienciados por povos indígenas que habitam a região (como os *Krenak*), impactos à Bacia do Rio Doce e a todas as espécies que ali se constituíram, etc.

A barragem continha cerca de 50 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de mineração de ferro. Do total de rejeitos, 34 milhões de m<sup>3</sup> foram lançados no meio ambiente e os 16 milhões restantes continuaram sendo carregados aos poucos. Inicialmente, os rejeitos atingiram a barragem de Santarém, a jusante, o que forçou a passagem de uma onda de lama que percorreu 55 km, do rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, a partir do qual 22 km foram percorridos até alcançar o rio Doce, pelo qual foram carregados até a foz, no Oceano Atlântico, chegando ao município de Linhares, Espírito Santo, em 21/11/2015.

No mesmo dia do ocorrido, a mídia mineira veiculou conteúdo jornalístico remetendo ao poder da lama de destruir distritos (SANTOS, 2015). Cinco anos depois, em 2020, a lama atravessava não somente rios, mas o tempo, permanecendo como a vilã não somente aos olhos de jornalistas, mas também de atingidos, cuja compreensão do fato inclui a ideia da lama como destruidora de histórias, em afirmações que vão desde “**a lama de resíduos causou** a morte de 19 pessoas e uma série de impactos ambientais, sociais e econômicos” a “5 de novembro de 2015 eu tinha uma vida pacata [...] em Bento Rodrigues, onde a minha história começou, até que **a avalanche de lama levou toda minha história** e os meus bens” (VITOR, 2020, p. 1-2, grifo nosso).

Diante deste cenário, atenta-se para os enunciados que são construídos em torno do ocorrido. Questiona-se, dessa forma: teria sido a lama a grande destruidora de histórias e de sonhos, deixando inúmeras espécies em destroços? Ou a lama teria sido **produto** de práticas predatórias, de fricções e perturbações na paisagem, enfim, teria sido efeito de ervas daninhas que levaram as paisagens a ruínas, a danos coletivos e a violações aos direitos humanos que já se faziam presentes na produção desses espaços anteriormente ao rompimento, tendo a lama trazido à tona tais elementos em conjunto?

A intenção deste capítulo é, portanto, conduzir você, leitor, a partir da caracterização de práticas da indústria mineradora no Brasil, aos próximos capítulos, que apresentarão, respectivamente, o aporte teórico adotado como referencial e os procedimentos metodológicos utilizados na condução da pesquisa.

Caracterizar práticas organizativas da indústria mineradora no Brasil envolve um esforço de buscar compreender um emaranhado de práticas espaciais operadas por atores distintos em cadeias globais de produção, envolvendo grandes corporações e grupos sociais locais, com assimetria de forças, dispendo de distribuição desigual de capitais econômicos, simbólicos e políticos. Na produção de configurações espaciais para a mineração, intervenções de grande porte se proliferam como ervas daninhas.

Os rios da Bacia do Rio Doce são atingidos, por exemplo, por dois dos maiores minerodutos do mundo, o da Samarco e o Minas-Rio, pertencente à Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. Ademais, identifica-se na região um empreendimento da holding MLOG, cujo projeto parece desconsiderar a demanda de povos Krenak quanto à identificação de seus territórios por meio de estudos. O empreendimento inclui: um mineroduto cortando 23 municípios, um porto no município de Linhares/ES, uma unidade de beneficiamento de minério e lavras em municípios de Minas Gerais. Nesse empreendimento, ocultou-se do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) que existe um mineroduto perpassando o

Rio Eme e atravessando Terra Indígena Krenak a jusante, o que pode causar a redefinição dos limites da Terra Indígena e riscos enormes às populações ribeirinhas (PASCOAL, 2018).

Percebe-se, nas práticas organizativas dessa indústria, que a dificuldade de sistematizar e registrar dados reside não na dificuldade de obtê-los em si, mas nas vantagens que as grandes corporações (muitas vezes apoiadas por parte de entes estatais) enxergam de escamoteá-los, arcando-se com os riscos das operações de mineração. Nesse processo, rompimentos de barragens acontecem e, isentadas as condições técnicas e políticas do contexto que desencadeou tais desastres, levam a lama a ser posicionada discursivamente como a grande causadora.

Neste capítulo, portanto, narram-se alguns aspectos do atual contexto no qual a mineração se insere, incluindo-se o efeito da dependência socioeconômica das práticas da indústria mineradora, suas causas e seus diversos efeitos, sendo um deles o histórico de conflitos socioambientais em MG e, de forma mais ampla, na América Latina. Para tal, toma-se como inspiração Anna Tsing, antropóloga norte-americana crítica do capitalismo global e que, ao descrever o “viver em ruínas” no Antropoceno, narra **assembleias multiespécies** em ruínas industriais de uma área de mineração abandonada no centro da Jutlândia, Dinamarca. Ao longo do texto, são traçados paralelos que permitem à narrativa deste capítulo viajar e dialogar com as histórias de Tsing (2019, 2005, 2015a) em suas nuances e seus distintos lugares.

Em uma de suas obras (TSING, 2019), a autora investiga perturbações humanas em paisagens moldadas por atividades humanas e por aquelas que a ultrapassam (ou seja, para além do humano). Tsing (2005, 2019) abre novos espaços imaginativos não somente por meio de histórias de destroços da mineração dinamarquesa, de fricções indonésias, mas também no catar cogumelos no Japão. Com pitadas de arte e afeto, a autora utiliza sua narrativa para mostrar como a mineração não é escalável, embora o capitalismo a tente moldar como escalável em suas cadeias de produção.

Assim como Anna Tsing se debruçou sobre o simbolismo de grandes barragens para os povos indonésios, é preciso pensar, para além do discurso midiático, sobre o que a lama, as barragens, os rios e as espécies que nele habita(va)m, enfim, sobre tudo aquilo que as **paisagens multiespécies** representam (e passaram a representar) para os atingidos e para os diferentes grupos de entrevistados. Na etnografia de Tsing (2005, p. 221), por exemplo, argumenta-se que a década de 1980 foi um período de oposição às grandes barragens, em um movimento em que “a oposição às grandes barragens de muitos países tornou-se coordenada

como um movimento internacional antibarragens. Os ativistas indonésios desempenharam um papel nesta consolidação.”

As questões de linguagem, de divergência no uso de termos e conceitos entre ativistas e dos conflitos entre grupos de interesse permeiam a narrativa de Tsing (2005), da mesma forma que se pretende aqui analisar o que está escamoteado nos enunciados a respeito da “lama”, o porquê dela ser tida como “vilã” em textos jornalísticos e como refletir sobre **movimentos antibarragens e antimineração** diante de um contexto de significativa **dependência dos municípios** em relação à receita da atividade minerária.

As fricções de histórias globais em contextos locais tornam as peculiaridades das paisagens multiespécies relevantes conforme o contexto. No entanto, algumas estratégias de protesto se perpetuam e viajam no tempo-espaço. Viajando da Malásia e de Brunei de 1987, quando um grupo Penan (povo indígena nômade) bloqueou estradas em protesto contra a extração madeireira, para o Brasil (mais especificamente para Minas Gerais) de 2017, 2018 e 2019, onde protestos ocorreram contra a Samarco,<sup>12</sup> pode-se notar que tais fricções, embora a partir de movimentos similares, tiveram efeitos distintos.

É possível perceber, inclusive, a partir da narrativa de Tsing (2005, p. 232) como algumas histórias, a exemplo da de Chico Mendes – seringueiro, ambientalista e ativista político que lutou para preservação das seringueiras nativas – servem para inspirar a efetiva mobilização e o ativismo em alguns lugares (Estados Unidos e Brasil, por exemplo) e em outros elas navegam de forma diferente, sendo repaginadas de modo a não inspirar os cidadãos em suas lutas, como a mesma história no contexto da Indonésia.

Dois elementos importantes nesta indústria, a previsão de crescimento de desastres com barragens de rejeitos de mineração e os conflitos que dela decorrem. Os fatores que levam ao rompimento de barragens de rejeitos de mineração são criados, geralmente, por condições oriundas de ciclos de expansão e contração da produção (*booms and busts*), momentos nos quais a indústria se depara com rápidos aumentos na demanda, seguidos de recessões que impactam financeiramente a indústria, causando efeitos prejudiciais à segurança das atividades (LYRA, 2019; SVAMPA, 2013).

O personagem javanês Sutanto, de Tsing (2005, p. 23), não é o único a se mudar para vila próxima à extração de recursos, na busca por empreender e lucrar a partir do *boom*

---

<sup>12</sup> Algumas das reportagens que abordam os protestos estão disponíveis em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/atingidos-pela-barragem-de-fundao-fecham-estrada-em-protesto-que-cobra-reassentamento.ghtml>>; <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/atingidos-por-barragem-fecham-estrada-em-protesto-contrasamarco-05112019>>; <<https://www.brasilefato.com.br/2017/07/14/atingidos-por-rompimento-de-barragem-da-samarco-fecham-rodovia-em-mariana>>. Acesso em: jun. 2021.

extrativo na Indonésia. Vemos também um *boom* de *commodities* em toda a América Latina a partir dos anos 2000, período em que governos latino-americanos, para viabilizar/facilitar a extração e exportação de recursos naturais, iniciaram grandes projetos de infraestrutura – por exemplo hidrovias, portos, hidrelétricas – (SVAMPA, 2013). Por meio de Sutanto, podemos perceber como a ideia de progresso está associada aos projetos, sejam eles em larga escala ou não, extrativos. Aquilo que é tido como “real desenvolvimento”, da forma como relata o personagem, conta com o auxílio de transmigrantes e do próprio governo indonésio, que iniciaria um programa de habitação e localização agrícola direcionado a "transmigrantes locais" (TSING, 2005, p. 24).

Especificamente na América Latina, o que se convencionou na literatura como ***boom das commodities minerais*** se tratou de um movimento em que o preço desses bens aumentou internacionalmente entre 2003 e 2011, o que desencadeou práticas por parte do governo e das empresas que, combinadas, levaram ao crescimento significativo de investimentos no setor. Após encerrado esse ciclo de expansão, a região latino-americana continua sensível aos efeitos socioeconômicos e ambientais do encerramento de projetos extrativos no Brasil e em toda a região (SANTOS, MILANEZ, 2017).

Os ciclos de *boom e pós-boom* (denominados pela literatura internacional como *boom e busts*) no setor focado levam, em geral, a condicionar os efeitos socioeconômicos da atividade extrativa, bem como padrões de conflito socioambiental nas regiões onde as operações ocorrem. Observa-se nas *company towns* mineradoras (regiões em que essas indústrias se instalam), com frequência, padrões de dependência e vulnerabilidade socioeconômica. A noção de vulnerabilidade se apresenta como central no entendimento dos efeitos de desastres. Não é à toa que essa noção é incluída na definição de desastre segundo a UNESCO (2015, p. 12).

Definido como “perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, causando amplas perdas [...] que excedem a capacidade da comunidade afetada ou da sociedade para lidar com a situação por meio de recursos próprios”, (UNESCO, 2015, p. 12), amplia-se o conceito de desastre para incluir, além de perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais, os valores culturais do Patrimônio Mundial, sempre que pertinente, sobre seus ecossistemas.

Se, por um lado, a mineração ainda é vista como uma atividade essencial ao crescimento (econômico) do país por determinados grupos; por outro, ao menos uma fração da sociedade desperta para a contestação social de grandes projetos extrativos e seus efeitos localmente (SANTOS; MILANEZ, 2017). Criticam-se, assim, condutas tidas pelas

mineradoras para lidar com o ocorrido. Argumenta-se que a Samarco, como estratégia de desresponsabilização,

[...] contesta frequentemente as autuações feitas pelos órgãos públicos e, mesmo quando paga os valores das multas, essas não representam quaisquer ameaça econômica às suas operações [...] às práticas corporativas vigentes da empresa. Nesse sentido, os modos efetivos de fiscalização, controle e punição estatais tendem a estimular ainda mais as práticas operacionais irregulares e ilícitas, sobretudo porque as condições de fiscalização periódica dos órgãos ambientais são deficitárias técnica e economicamente, além de politicamente orientadas (MANSUR et. al, 2016, p. 28-29).

Uma das consequências da conduta de empresas nesse contexto é a explosão de conflitos socioambientais, bem como de novas formas de mobilização e de participação cidadã focadas na defesa dos ditos recursos naturais, da biodiversidade e dos biomas. Tais conflitos constituem um dos efeitos do atual modelo de “desenvolvimento neoextrativista” na América Latina (SVAMPA, 2013).

Para Zhouri et al. (2016, p. 37), conflitos “[...] constituem cenários em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define o poder de ação e enunciação”. No caso da barragem de Fundão, essas assimetrias parecem estar presentes não somente pela ausência de comunicação, mas também pela constante espera (por mais testes técnicos – por exemplo, de qualidade da água, pelas avaliações, pelo monitoramento, pelas decisões judiciais), enfim, por soluções que pudessem informar os atingidos acerca da alteração no modo de vida da comunidade.

Isso gerou não somente sofrimento e agravos à saúde humana (decorrentes, inclusive, da falta de clareza sobre as informações solicitadas pelos atingidos, por exemplo, a respeito da possível contaminação de alimentos produzidos nessas áreas), mas perturbações à fauna e à flora local, tais como a contaminação de cursos de água por metais e a morte de espécies aquáticas, dentre outros danos, a serem ainda aprofundados na presente tese, a partir da descrição mais próxima do local onde o rompimento ocorreu, bem como de seus desdobramentos.

Neste contexto, não surpreende o argumento de que a América Latina, região onde se detecta recorrência de minérios, enfrenta sérios abusos ambientais e de direitos humanos, agravados desde os anos 2000 (SMART, 2020). De todas as atividades extrativistas, a mais contestada tem sido a mineração em larga escala (SVAMPA, 2013).

Para ilustrar como as práticas no setor permanecem destrutivas no decorrer do tempo, formalizou-se na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em maio de 2020

(em plena pandemia), denúncia por parte de entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), entre outros, quanto às condições de insalubridade do setor (ANGELO, 2021b).

Além disso, a denúncia apontou como a classificação das atividades ditas **essenciais**, pelo Governo Federal, representa uma afronta à vida, à saúde e à segurança das pessoas que trabalham na mineração em si e no entorno. Isso também devido à forma como as operações têm sido conduzidas pelas mineradoras (culminando no rompimento - de fato e potencial - de barragens). A referida comissão recomenda ao governo brasileiro fiscalizar o cumprimento das medidas da Organização Mundial de Saúde (OMS) por parte das empresas e aplicar multa, em caso de descumprimento (ANGELO, 2021b).

Svampa (2013) destaca a natureza conflituosa da mineração afirmando que não existe um país latino-americano com projetos de larga escala sem conflitos sociais que colocam as mineradoras e o próprio governo contra as comunidades, tais como ocorre em Equador, Peru, Colômbia, Brasil, Argentina, Chile, México, e em vários países da América Central, como Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, etc.

De acordo com o **Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina** (OCMAL), grupo de organizações sem fins lucrativos cujo objetivo principal é a defesa de comunidades afetadas pelos impactos da mineração na América Latina, existem, atualmente sistematizados, 276 conflitos, 5 deles transfronteiriços. No contexto brasileiro, os três casos mais antigos que o banco de dados do OCMAL (acesso em 12 mar. 2020) registra datam de conflitos cujos danos foram iniciados nas décadas de 1950 e 1960: i) em 1950, inicia-se a mercantilização do manganês na Serra do Navio, no Amapá; ii) no início de 1960, a termelétrica Jorge Lacerda foi instalada no estado de Santa Catarina, dando-se início à grande exploração de carvão mineral no local, que passa a apresentar sintomas de degradação ambiental, despertando em meados de 1990 a resistência da população à abertura de novas minas. iii) em 1960, os municípios de Santo Amaro e Boquira, na Bahia, começaram a ser contaminados por explorações de chumbo. Em 2012 e 2014 foram veiculadas na mídia notícias sobre os rejeitos com altos teores de metais pesados deixados pela lavra de minério de chumbo na região.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Disponível em: <[https://www.cetem.gov.br/santo\\_amaro/pdf/Boquira.pdf](https://www.cetem.gov.br/santo_amaro/pdf/Boquira.pdf)>. Acesso em: mar. 2020; Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mineradora-e-condenada-a-pagar-indenizacao-por-contaminacao-de-chumbo-em-santo-amaro-e-boquira/>>. Acesso em: mar. 2020.

Ressalta-se que o ambiente conflituoso da indústria contribui para a violação de direitos e para a judicialização de lutas socioambientais na América Latina (LYRA, 2019). Reforça-se, portanto, que a minério-dependência não leva à ausência de conflitos, mas sim que estes são acentuados em função da assimetria entre os agentes econômicos e da violação de direitos, facilitada pela dificuldade de efetivar o cumprimento de normas.

A dificuldade de fazer cumprir as normas já existentes é algo relatado pelos entrevistados e presente na narrativa de Tsing (2005, p. 219). Na Indonésia no final da década de 1980, uma série de leis ambientais foram formuladas, “tendo feito, entretanto, muito pouco para nutrir um ambiente saudável, pois nunca tinham sido aplicadas”. É possível, nesta direção e com base na literatura, estabelecer relações entre o efetivo cumprimento de leis, a violação de direitos humanos e a mobilização de esforços (por meio do ativismo ambiental, por exemplo) para revitalizar o sistema. Na narrativa de Tsing (2005, p. 219), o ativismo permitiria “tornar o sistema útil e responsável perante os cidadãos indonésios, em vez de uma vitrine estatal para as relações internacionais”.

Nesse processo, os ambientalistas esperavam fazer pressão sobre o Estado para cumprir suas leis, além de despertar cidadãos para a importância de consciência política, informando-os de que eles deveriam tornar essas leis suas. Ainda partindo do exemplo indonésio de Tsing (2005, p. 220), nas décadas de 1980 e 1990, conforme aponta a autora, uma fundação denominada Lem Baga Bantuan Hukum formou uma arena para discussão de questões de desigualdade e justiça. “Por meio de campanhas e ações conjuntas, muitos ativistas ambientais direcionaram seu ativismo para questões de direito”. Em 1986 e 1987, especificamente, foram aprovadas leis exigindo avaliações de impacto e a formação de diretrizes de implementação, mas tais avaliações são interpretadas pela autora como “justificativas para o desenvolvimento”, a menos que seja exercida pressão pública sobre os avaliadores para considerarem problemas socioambientais.

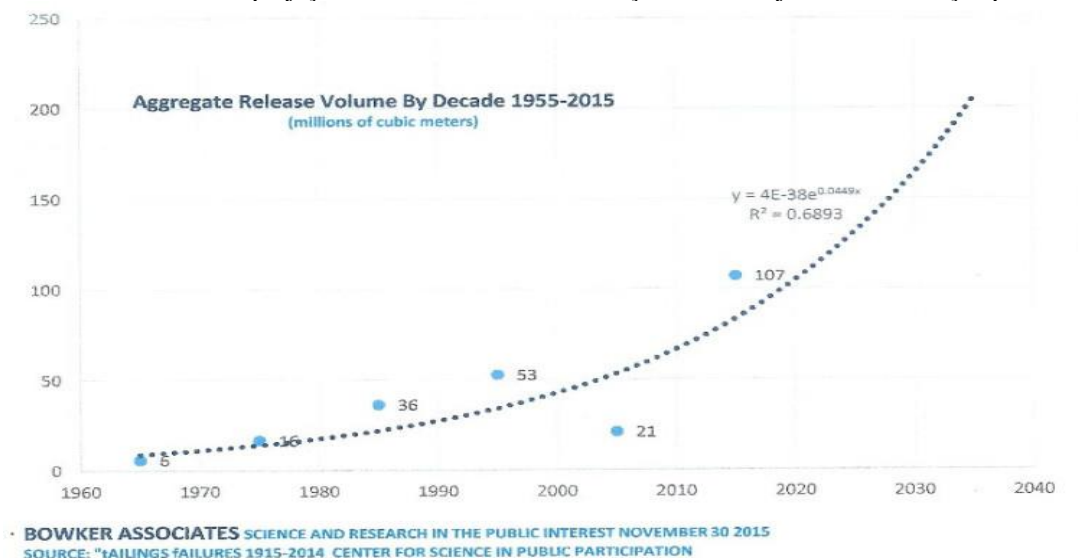
A mobilização é vista, pela autora, como movimento (“*movement as mobilization*”), para além da interpretação mais usual de movimento como mobilidade (“*Movement as mobility*”). A mobilidade, assim, não deve ser tomada como independente da mobilização, dado que não significa nada sem a mobilização – “*Mobility means nothing without mobilization*” – (TSING, 2005, p. 215). Considerando o espaço como movimento (WEINFURTNER, SEIDL, 2018), e o movimento como mobilidade e mobilização, pode-se compreender o papel da mobilização na busca por histórias e vivências que atravessam rios, peixes, humanos, montanhas, barragens, lama.



Ainda a respeito de normas e recomendações, uma série delas já foram elaboradas sobre projetos na área, desde a construção à operação, à manutenção e ao fechamento seguro de barragens de rejeitos por organismos nacionais e internacionais. Apesar disso, as estatísticas mundiais em relação a “falhas” (não, não acreditamos aqui ser acidental, falha é um termo técnico que traduzimos – *dam failures* – a partir de documentos oficiais) com barragens de rejeitos continuam acontecendo na média de um a cada ano, segundo o ICOLD – *International Commission on Large Dams* (Boletim 121)<sup>14</sup>, conforme apontado pelo relatório Gestão e Manejo de Rejeitos da Mineração, publicado pelo Instituto Brasileiro de Mineração após o rompimento da barragem Fundão (IBRAM, 2016).

O gráfico 1, a seguir, apresenta a tendência do volume de lançamento de rejeitos por década, de 6/11/1955 a 5/11/2015, considerando eventos significativos com dados registrados do volume de lançamentos (*Release*). Pode-se observar o aumento exponencial no volume total de lançamento de 6 milhões de metros cúbicos na década que termina em 05/11/1965 para 107 milhões de metros cúbicos na década que termina no rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015. Prevê-se que o agregado para a década que termina em 05/11/2025 seja de 123 milhões de metros cúbicos.<sup>15</sup>

Gráfico 1 - Histórico e projeção do volume mundial de lançamento de rejeitos de mineração por década



Fonte: Bowker (2015).

<sup>14</sup> O boletim 121, disponível em: <<https://www.icold-cigb.org/GB/publications/bulletins.asp>>, não foi acessado, uma vez que os dados do Ibram (2016) foram considerados suficientes e o acesso ao Boletim é pago.

<sup>15</sup> Registrou-se, na década que terminou em 05/11/2005 (1995 a 2005), a ausência de documentação para 123 de 269 eventos (46%) e para duas falhas “muito sérias”.

Considerando a ausência de dados, os pesquisadores esclarecem que uma estimativa “conservadora” do volume de lançamentos é de que este será, na década que termina em 2025, mais do que o dobro do que tem sido até a década de 2015. Quanto ao que se refere à distância percorrida pelo volume (*runout*) a partir da instalação de rejeitos, apresenta-se também uma tendência crescente (BOWKER, 2015).<sup>16</sup>

A seguir, na Figura 2, são apresentados casos conhecidos de “falhas” ocorridas com barragens de rejeitos ao redor do mundo nos últimos anos (de 2007 a 2017), conforme grau de gravidade, incluindo cinco categorias.<sup>17</sup>

Figura 2 - Casos mundiais conhecidos de “acidentes” com barragens (2007-2017)



Fonte: *The United Nations Environment Programme* (UNEP, 2017).

Em termos das causas de rompimento de barragens e da segurança dos métodos de construção, a maior parte das barragens de rejeitos rompidas foram construídas a montante, como a de Fundão. As barragens de contenção a montante ou construídas por meio do método

<sup>16</sup> Uma vez que não havia dados disponíveis sobre o lançamento, eles foram classificados com base em outra documentação oficial sobre a gravidade. Supondo que a distribuição dos valores de liberação seja a mesma em cada década, uma correção para os relatórios abaixo em uma base percentual direta colocaria o volume agregado estimado de liberação globalmente para a década que termina em 11/5/2025 em 267 milhões de metros cúbicos (BOWKER, 2015).

<sup>17</sup> As “falhas” podem ser, em ordem decrescente de gravidade: i) **muito graves** na barragem de rejeitos (Perda múltipla de vidas (~ 20) e/ou liberação de descarga total  $\geq 1\ 000\ 000\ m^3$ , e / ou *runout* de 20 km ou mais); **graves** (Perda de vida e/ou liberação de descarga semissólida  $\geq 100\ 000\ m^3$ ); **outras falhas nas barragens de rejeitos** (Falhas de engenharia/instalações que não sejam as classificadas como muito sérias ou sérias, sem perda de vidas); **Outros acidentes relacionados a rejeitos** (Acidentes que não sejam classificados nas primeiras três categorias de falhas de barragens); **Falha sem rejeitos ou tipo desconhecido** (Incidentes sem rejeitos - águas subterrâneas, pedras residuais, etc.). (UNEP, 2017, p. 26).

linha de centro estão mais suscetíveis à instabilidade de movimentos sísmicos em comparação com o método a jusante. Além disso, tais métodos não são inerentemente tão seguros quanto a construção a jusante. As causas de rompimento de barragem no mundo são enquadradas em categorias relacionadas a: a) fatores climáticos (como chuvas históricas ou eventos acima da normalidade); b) gestão inadequada (desencadeando negligência na operação e na manutenção) (UNEP, 2017). Pode-se também atribuir os acidentes em barragens de rejeitos: a) ao balanço hídrico nessas estruturas; b) ao método construtivo e c) à gestão de segurança da operação. Ressalta-se, assim, a precariedade do método de construção a montante, considerado o “mais antigo, simples e econômico método de construção de barragens” (IBRAM, 2016, p. 19).

Percebe-se aqui que a lógica econômica se insere e orienta as práticas desde o início das operações, ainda no planejamento extrativo e na construção das barragens. Isso é importante ser frisado, uma vez que os dados não falam por si só e podem, inclusive, ocultar aspectos subjacentes à dinâmica da indústria, como o protagonismo da racionalidade econômico-financeira como guia para decisões de planejamento e, mais amplamente, de gestão no setor. Isso porque a tendência de aumento das falhas em barragens de rejeitos ao redor do mundo nas últimas (e nas próximas) 2 décadas, conforme apresentada nos gráficos, pode parecer escamoteada por fatores meramente climáticos ou técnicos (como preocupações referentes à manutenção/segurança das instalações). Ressalta-se aqui, portanto, que esses elementos estão intimamente ligados a decisões de gestão e às condições a elas relacionadas, a exemplo dos próprios ciclos de expansão e de contração (*booms and busts*) de produção/consumo mencionados.

No contexto brasileiro, ao mesmo tempo que o governo federal promove iniciativas pró-mineração (seja pelo lançamento do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, em 2017, seja pela participação e patrocínio do país a eventos como o “*World Class Exploration Opportunities*”, em 2019, ou pela promoção do “*Brazilian Mining Day*” por parte do governo federal), em 2020, (BRASIL, 2017c; ANGELO, 2021a), criticam-se processos de monitoramento de barragens de rejeitos e, em termos mundiais, a negligência de autoridades quanto à falta de comprometimento para lidar com os riscos de eventos catastróficos por parte de corporações, o que parece se agravar com a falta de sistematização de dados (LYRA, 2019, RICO, 2008).

Apesar do crescente número de ocorrências de rompimentos de barragens de rejeitos no mundo, os esforços para coletar o histórico de ocorrências resultam, geralmente, em bancos de dados demasiadamente incompletos, já que “na maioria [...] permanecem não

relatados, especialmente nos países em desenvolvimento ou nos países onde a legislação ambiental é, ou tem sido, muito negligente” (RICO et al., 2008, p. 848).

Destaca-se aqui que isso decorre de relações de negociação entre as gestões local e global que evidenciam disfunções na indústria. Neste contexto, custos e benefícios das decisões são racionalizados e, nesse processo, determinados atores se predispõem a correr os riscos, mesmo que tais riscos estejam associados a variados graus, que incluem desde externalidades negativas provocadas pelo rompimento de uma barragem de rejeitos, como poluição de corpos hídricos, a inúmeros danos materiais e imateriais, reversíveis ou irreversíveis, como a perda de vidas (humanas e não humanas) e a destruição de biomas.

Aqui, o local e o global se aproximam em espaços permeados por desigualdade de forças e assimetrias que causam efeitos ao longo dos anos. Isso porque se, por um lado, a indústria mineradora, em geral, e a extração de minério de ferro, especificamente, desempenham forte papel na economia brasileira, por outro, as mineradoras têm causado conflitos, violação de direitos e danos socioambientais catastróficos em âmbito mundial.<sup>18</sup>

Para tratar dos danos decorrentes da mineração, convém apresentarmos neste capítulo como a atividade extrativista de minerais é justificada pelo governo federal (bem como por outros atores, exemplificados por parte dos trabalhadores da indústria, que dependem da atividade para seu sustento), dado seu desempenho na economia brasileira. Dados do IBRAM apontam para um faturamento, em 2021, de R\$ 310 bilhões. A indústria levou à arrecadação de mais de R\$ 105 bilhões em tributos, considerando taxas e outros. São mais de R\$ 9,5 bilhões em CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) destinados aos cofres públicos. Além disso, em 2021, o saldo do setor na balança comercial equivaleu a cerca de 70% (IBRAM, acesso em 13 out. 2022, p. 9).

Em 2020, o faturamento da indústria brasileira cresceu, em Reais, 36%, passando de R\$ 153,4 bilhões em 2019 para R\$ 208,9 bilhões. Ainda em 2020, a participação do setor mineral na balança comercial brasileira também foi expressiva. O saldo do setor foi de US\$ 32,5 bilhões, o equivalente a 63,8% do saldo da balança comercial brasileira. Em 2019, essa equivalência foi de 51,6% (IBRAM, acesso em 6 out. 2022, p. 66). Assim, percebe-se um aumento contínuo da participação do setor no saldo total de 2019 a 2021. Os estados do Pará e de Minas Gerais se destacam pelas maiores participações no faturamento brasileiro do setor, com os respectivos valores de 51,2% e 38,9%. Em seguida, Goiás, Mato Grosso, Bahia e São

---

<sup>18</sup> Para uma relação de acidentes com Barragens de Rejeitos no Mundo ocorridos no mundo, conferir: *Wise Uranium Project* (<http://www.wise-uranium.org/mdaf.html>) e UNEP (2017). Para uma relação dos acidentes com Barragens de Rejeitos no Brasil, consultar Anexo IV do relatório do IBRAM (2016).

Paulo, com porcentagens de 2,0%; 1,4%; 1,5%; e 0,9% do faturamento, respectivamente (IBRAM, acesso em 6 out. 2022, p. 65-66).

Em relação à evolução da produção mineral brasileira, conforme dados do IBRAM (2016, p. 47) de 1994 a 2015, embora o volume de produção tenha crescido no período, os valores decresceram a partir de 2011 como consequência da queda nos preços das principais *commodities* minerais, como ferro, ouro, cobre, alumínio. O preço internacional do minério de ferro segue em queda e tende a este comportamento tendo em vista a previsão de entrada em operação de novas plantas de extração no mundo no período de 2015 a 2018, destacando-se Brasil, Austrália e África (IBRAM, 2016).

A Indústria Extrativa Mineral (I.E.M) brasileira, em 2018, com um volume de exportação de mais de 409 milhões de toneladas de bens minerais, destaca-se pela ordem de grandeza de suas exportações, tendo esse valor representado 12,5% das exportações totais do país no período, contribuindo, assim, para superávits na balança comercial (IBRAM, acesso em 30 abr. 2020, p. 41), valor que aumentou para 17% das exportações (\$36,55 bilhões) em 2020. Quanto aos principais países de destino das exportações, destaca-se a participação da China, principal mercado, seguida de outros países, majoritariamente do centro do capitalismo global (IBRAM, acesso em 6 out. 2022).

Em relação o minério de ferro, especificamente, também é tido como crucial na economia brasileira. Estimativas internacionais apontam que, no *ranking* de produção de minério de ferro, o Brasil se posicionou, em 2018 e 2019, em segundo lugar mundial, atrás apenas da Austrália e seguido pela China (USGS, 2020). O minério de ferro brasileiro tem se posicionado, ainda, em lugar de destaque em relação a outras substâncias minerais como ouro, minério de cobre, de alumínio e água mineral (IBRAM, acesso em 6 out. 2022). Em comparação com outras substâncias minerais, o minério de ferro contribuiu com 66,36% do total, seguido pelo ouro, com 11,12% (IBRAM, acesso em 6 out. 2022, p. 66). Isso significa dizer também que o ferro contribui majoritariamente também para a arrecadação de tributos, destacando-se a Vale neste recolhimento.

A evolução da Produção de Minério de Ferro no Brasil, segundo dados do IBRAM (2016) de 1994 a 2015, indica que os estados de MG e Pará foram (e continuam) protagonistas no setor ao longo do tempo. Os principais destinos das exportações minerais de ferro são China (72%) e Malásia (6,6%). A importância do minério de ferro é ilustrada, ainda, considerando que, as exportações de minério de ferro em 2020 foram da ordem de \$36,6 **bilhões** e, exceto pelo minério de ouro, as outras substâncias, como alumínio, cobre, nióbio

foram da ordem de **milhões** de dólares, com destaque para o alumínio, responsável por \$169,5 em 2020 (IBRAM, acesso em 6 out. 2022, p. 66).

Observando de perto a mineração na região de Mariana (MG), no momento em que a barragem da Samarco Mineração S.A se rompeu, uma empresa terceirizada realizava obras para unificar as estruturas de Fundão e Germano, de forma a criar uma megabarragem com o quántuplo do volume da barragem rompida (BAETA, 2015; GERAQUE; BERTONI; MARQUES, 2015). Embora a barragem de Fundão tivesse licença válida até 2019, a mina de Germano e a barragem de água Santarém estavam, desde 2013, com as licenças de operação vencidas (O QUE SE SABE, 2015). O fato do desastre ter ocorrido antes e posteriormente a outros na região, quando eram projetadas obras para ampliar a capacidade produtiva da mina, mostra a necessidade de se aprofundar nesse cenário, no intuito de investigar *in loco* que contexto é esse em que rompimentos ocorrem continuamente sem que a postura dos governos mude para lidar com a questão minerária ao longo do tempo e, no caso do rompimento da barragem de Fundão, deixando uma onda de lama atravessar mais de 600 km de extensão, de modo a destruir comunidades e espécies que ali habitavam, com suas práticas e memórias.

Mergulhar neste contexto, no entanto, implica considerar que o apoio governamental à indústria (e mesmo de parte da população, que se vê financeiramente dependente da atividade como fonte de renda) é a ponta do *iceberg* em uma indústria que, como apontado, movimentava significativamente o PIB das *company-towns* e é recheada por aqueles que buscam suas doces fatias. Neste cenário, pode-se transpor – do contexto florestal indonésio às possibilidades da mineração brasileira – a seguinte frase de Tsing (2005, p. 266, tradução nossa): “encontrar esperança tornou-se mais difícil nos últimos anos. À medida que a extração ilegal de recursos aumenta, fica mais difícil imaginar representantes da comunidade que desejam outra coisa que não sua parte do dinheiro”.

Voltando ao caso da barragem de Fundão em específico, afirma-se que, mesmo o histórico de rompimentos de barragens ao redor do mundo tendo evidenciado a ocorrência de eventos similares, para a Samarco e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM, órgão estadual mineiro de fiscalização), o rompimento era tido como improvável. Apresenta-se que, no período entre 2011 e 2015, essa barragem da Samarco teria crescido em média 11 metros ano, sendo que o recomendado era o alteamento não ultrapassar seis metros anuais, de acordo com o Manual de Operações do Sistema de Rejeitos de Fundão, produzido pela empresa Pimenta de Ávila Consultoria (MAZOLLA, 2018, p. 155).

Esses elementos reiteram o argumento de Carmo, Anazawa e Bonatti (2016) de que, apesar de ter sido apontada a necessidade de cuidados nas condições da barragem, esses não

foram efetivados, de modo que o rompimento revelou a (falta de) responsabilidade assumida com os riscos. Um dos fatores que comprometeu a efetividade das ações de resposta ao desastre foi o PAEBM elaborado, carente de informações cruciais nas primeiras ações para mitigar danos ou evitar a ruptura (MAZZOLA, 2018).

De acordo com Zhoui et al. (2016), o Instituto Prístino, por solicitação do Ministério Público de Minas Gerais, elaborou um laudo, em 2013, alertando sobre o risco de rompimento da barragem de Fundão. Conforme recomendações do laudo, seria necessário o monitoramento periódico geotécnico e estrutural dos diques e da barragem e a existência de um plano de contingência para situações de risco ou acidentes. Isso se opõe à real inexistência, na área afetada, de um elementar sistema sonoro de alarme que pudesse alertar a população ao redor em caso de acidente ou agravamento de riscos.

Neste contexto, destaca-se a assimetria de informação e a falta de comunicação todo o entorno exposto ao risco. Isso porque, como apresenta Andrade (2018, p. 156) “[...] De acordo com o relato da maioria dos moradores ouvidos, eles não sabiam que poderia ocorrer um desastre e que nunca houve no município [de Barra Longa] orientações relacionadas a desastres”, o que contrasta com a própria Política Nacional de Segurança de Barragens, segundo a qual “a população deve ser informada e estimulada a participar, direta ou indiretamente, das ações preventivas e emergenciais (BRASIL, 2010, Art. 4º, inciso II.) e tem como um dos objetivos “fomentar a cultura de segurança de barragens e gestão de riscos” (BRASIL, 2010, Art. 3º, inc. VII).

Dado que os desastres, sejam eles naturais ou tecnológicos, representam riscos para a comunidade no entorno, para os ditos “bens naturais” e culturais e para todo o “patrimônio” e a vida de espécies em uma localidade, a gestão de riscos de desastres se apresenta com a finalidade de prevenir e minimizar os riscos já existentes, bem como a ocorrência de novos riscos de desastres, diminuindo possíveis danos tanto de caráter material quanto imaterial. A gestão de desastres, até o século XX, não era considerada competência governamental. O envolvimento e o papel do setor público aumentaram enormemente no século XX, tendo se expandido à medida que os cidadãos passaram a esperar que o Estado assumisse cada vez melhor um trabalho de gestão e de redução de riscos. Argumenta-se que quanto maior a emergência e o potencial danoso do desastre, maior a expectativa de envolvimento do setor público (KAPUCU, WART, 2006).

Apesar do papel histórico de outras organizações, como as não-governamentais, nas operações de resposta a emergências ao redor do mundo, atualmente existe um consenso quanto ao protagonismo governamental na gestão de desastres (EIKENBERRY,

ARROYAVE, COOPER 2007). Esse protagonismo, no Brasil, pode ser colocado em xeque ao frisar que gerir constitui esforço muito mais amplo do que fiscalizar (ou elaborar normas para regulamentar a atividade). No que tange àquilo que parte da sociedade espera do poder público quanto à efetiva capacidade de gerir danos pós-desastre, a justificativa às práticas da indústria revela como são produzidos, além de resultados ao PIB, conflitos, destroços, rejeitos, lama, perdas de vidas, modificando o habitar e o habitável em meio a ruínas (TSING, 2015) e ao sofrimento (ZHOURI et. al., 2016).

Em um cenário no qual se espera do poder público práticas de gestão que busquem efetivamente diminuir os riscos da atividade, precisamos (re)pensar como se constitui – e se (trans)forma – esse emaranhado de relações com interesses distintos. Que negociações são tecidas neste contexto? Como retirar a responsabilidade dos danos (nos enunciados produzidos) somente da lama? Como se perpetuam práticas organizativas em paisagens multiespécies na confluência de rios, rejeitos, peixes, biomas, corpos, construções, plantas, memórias, lama, bagagens e barragens nessa indústria? Por último, mas não menos importante, como tecer cada fio nesta malha de relações que se constitui de forma interdependente tornando possível (e menos sofrido) o habitar em meio a ruínas?



#### 4. RESGATANDO PAISAGENS ALÉM DOS SENTIDOS HUMANOS: BUSCAI PARA QUE DA LAMA EMERJAM CONEXÕES

Este corpo de lama que tu vê  
 É apenas a imagem que sou  
 Este corpo de lama que tu vê  
 É apenas a imagem que é tu  
 Que o sol não segue os pensamentos  
 Mas a chuva muda os sentimentos  
 Se o asfalto é meu amigo eu caminho  
 Como aquele grupo de caranguejos  
 Ouvindo a música dos trovões  
 Esta chuva de longe que tu vê  
 É apenas a imagem que sou  
 Este sol bem de longe que tu vê  
 É apenas a imagem que é tu [...]

Trecho da música Corpo de Lama (CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI, 2009).

##### 4.1. DEIXAI QUE OS OLHOS VEJAM OS DETALHES: MERGULHO NOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

**Iniciando este capítulo metodológico**, antes de apresentar os procedimentos de coleta e análise de dados e como eles se alinham às escolhas metodológicas da tese; as principais dificuldades durante o processo e como busquei resolvê-las; os prós e contras de conduzir uma pesquisa decorridos mais de seis anos do desastre, peço licença ao leitor para escrever em primeira pessoa do singular e para explicar parte do histórico de minha inserção no campo ambiental e, no doutorado, especificamente no setor da mineração.

Os assuntos ambientais sempre me foram caros, e me sensibilizam ainda mais desde o mestrado, iniciado em 2014. No mestrado estudei o setor de saneamento, enfocando aspectos institucionais, dada a necessidade de compreender a trajetória de decisões sobre os ditos recursos ambientais – água, neste caso – que perpassam as esferas pública e privada. Após a conclusão do mestrado, em 2016, continuei estudando saneamento, motivada por questionamentos referentes à mudança do marco legal do setor e pela percepção de que, mesmo sendo constituído por um conjunto de serviços de caráter público e essencial, a prestação dos serviços de saneamento no Brasil foi caracterizada historicamente por uma série de disputas políticas que levaram a um vácuo institucional até os anos 2000, com a promulgação da Lei 11.445/2007; por uma regulação insatisfatória; por índices de perda que variaram em torno de 40% entre 2007 e 2017; por índices de atendimento da população total com abastecimento de água praticamente inalterados (80%) entre 2007 e 2017; por uma

cobertura significativamente desigual dos serviços entre diferentes unidades federativas e por desafios para universalização no país, sobretudo em termos de cobertura de esgotamento sanitário (LEITE et al. 2022).

Minha aproximação com o campo da mineração especificamente, no entanto, iniciou-se quando comecei o doutorado, em 2018, quando passei a acompanhar reportagens veiculadas na mídia, vídeos sobre o tema (materiais não acadêmicos em geral) e a conversar informalmente com atores que também pesquisam (e que de alguma forma participam de) o campo. A partir de 2019, passei a concentrar esforços também na leitura de produções acadêmicas e, em 2020, juntamente com uma mestranda das ciências sociais e uma professora doutora em ciências sociais engajada nas discussões sobre o rompimento da barragem de Fundão, (co)produzi um capítulo de livro sobre a Responsabilidade Social Corporativa como estratégia das mineradoras neste contexto, também tendo como motivação o colapso da barragem.

Ainda em 2020, contactei colegas pesquisadores e amigos que poderiam facilitar meu acesso ao campo e eles gentilmente se prontificaram a enviar contatos de (e estabelecer pontes com) alguns atingidos; diretores de institutos; representantes da Fundação Renova; do MAB; membros do judiciário, entre outros.

Com estas pontes feitas e alguns contatos em mãos, em 2021, preocupada com a receptividade que teria no campo, comecei a me comunicar com algumas dessas pessoas para conversas informais que me levariam àquilo que estava acontecendo no campo e que poderiam auxiliar no acesso ao campo em si. Dessa forma, iniciei em julho de 2021 uma aproximação com o campo a partir de conversas informais virtualmente com fontes indicadas por esses colegas e amigos. A partir dessas interações iniciais pude ganhar a confiança dos pesquisados e o acesso ao campo. Então, esses contatos iniciais com potenciais pesquisados foram estabelecidos para verificar a possibilidade de inserção no campo, se aqueles sujeitos seriam pesquisados ou poderiam indicar pessoas mais alinhadas à pesquisa. Isso incluiu conversas informais online e presencial com atores envolvidos no contexto deste desastre para, a partir desses primeiros contatos, verificar a viabilidade de aprofundamento mais formal no campo e se os aceites seriam possíveis.

Conduzir uma pesquisa mais de seis anos após o rompimento da barragem tem seus prós e contras. Um dos prós é que é possível preparar e conduzir a coleta de dados considerando o que já foi produzido e estudado sobre o desastre. No entanto, como importante contra, percebi que os atingidos já sofreram muito “assédio” (nas palavras deles) de jornalistas, pesquisadores, entre outros, de modo que muitos deles estão com menos esperança

do que antes e cansados. Além de diversos contatos em que não recebi retorno algum, houve momentos em que a pessoa que contactei não concedeu a entrevista, mas me encaminhou o telefone de outros que talvez pudessem participar; ou o retorno foi no sentido de que a pessoa preferia não falar naquele momento ou preferia não conceder mais entrevista sobre o assunto porque evocava lembranças. Respeitei todas as decisões. Então, em determinados momentos eu contactava e esperava até receber um retorno. Se a pessoa estivesse aberta ou disposta a se abrir à pesquisa em algum momento, depois de um tempo contactava novamente. Assim, aguardando o tempo de cada entrevistado, consegui me aproximar de suas vivências e memórias.

**A partir desta aproximação inicial, elaborei o desenho da pesquisa e submeti o projeto ao Comitê de Ética** em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tendo recebido a aprovação final do projeto em 08/10/2021, comecei o contato formal com o campo a partir de então, já enviando aos pesquisados o TCLE, colocando-me à disposição para esclarecimentos de dúvidas. Com a aprovação do projeto pelo CEP no início de outubro, pude planejar a ida à Mariana no final desse mês. A viagem permitiu uma imersão nos espaços analisados e a coleta de um conjunto de dados

Antes de apresentar os procedimentos metodológicos empregados no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, ressaltamos que esta pesquisa se caracteriza como **qualitativa**, abordagem que vê os fenômenos sociais holisticamente e tende à utilização de questões abertas. Por essa abordagem as teorias possibilitam aprofundar as indagações do pesquisador ou são geradas a partir do estudo, complementando outras teorias e permitindo avanços teóricos em determinado campo de pesquisa. Os procedimentos qualitativos de coleta, de análise de dados e de redação do relatório de pesquisa diferem dos quantitativos uma vez que a abordagem qualitativa, geralmente, é subsidiada por amostras intencionais, por uma coleta de dados com perguntas abertas, por análises de texto ou imagens e pela interpretação pessoal das averiguações. Assim, a interpretação de determinado fenômeno leva em conta que a lente do pesquisador se situa em um momento sociopolítico e histórico específico (CRESWELL, 2007; LACRUZ, LEITE, 2021).

A coleta de dados desta pesquisa incluiu a condução de **entrevistas** semiestruturadas; e a realização de **observação não participante**, com elaboração de **diários** de campo, tanto durante **visitas** guiadas quanto em **eventos** de interesse com a participação de atores distintos, como audiências públicas. Incluiu, ainda, **documentos e materiais audiovisuais**, constituídos por vídeos e registros fotográficos dos espaços visitados e documentos oficiais de órgãos públicos e privados.

**Começando pelas entrevistas** semiestruturadas (GODOI, MATTOS, 2010, p. 304), caracteriza-se pela preparação de um roteiro prévio (Apêndice), mas possibilita ao entrevistador flexibilidade na ordenação e formulação das perguntas. Conforme fui conduzindo as primeiras entrevistas a partir de um roteiro prévio, novos dados foram surgindo, tanto a partir dos relatos dos entrevistados quanto de documentos descobertos, os quais me possibilitaram fazer algumas **alterações no roteiro**, considerando inclusive o grupo a ser entrevistado. Parti, portanto, de um roteiro geral (Apêndice) com os principais tópicos a serem abordados, mas fiz adaptações em tais tópicos, produzindo roteiros similares, mas que variavam de acordo com o grupo a ser entrevistado e a própria organização da qual o entrevistado faz parte.

Importante ressaltar que houve conversas com entrevistados por WhatsApp ao longo da análise de dados para triangulação dos dados sempre que necessário. Por vezes eu recebia mensagem de WhatsApp de entrevistados compartilhando vivências sobre os processos de reparação e compensação e me inserindo no contexto das reuniões.

Em relação à **observação não participante**, “o pesquisador é um *outsider* do grupo em estudo, observando e tomando notas de campo à distância. Ele ou ela pode registrar dados sem envolvimento direto com atividade ou pessoas” (CRESWELL, POTH, 2018, p. 233, tradução nossa). Elaborei **diários de campo ao longo das visitas guiadas**, registrei com vídeos e fotografias o que me chamou a atenção nos espaços observados e, com a permissão dos entrevistados, gravei alguns relatos.

*In loco*, elaborei diários de campo para registro de todas as visitas guiadas (CAVEDON, 2014). Ao final de cada dia, escrevia o diário de campo com um detalhamento do que eu havia presenciado no espaço visitado. Escrever os diários de campo para mim foi como resgatar a adolescência, quando registrava meu dia-a-dia em uma agenda e relia em outros momentos. A elaboração de diários de campo me permitiu resgatar as memórias naqueles espaços, representando muito mais do que estava escrito em documentos de Word organizados pelo dia da visita. Além dos diários de campo pós-visita, **fotografei** os detalhes que mais me chamavam a atenção em cada espaço visitado e que entendi como importantes ao contexto da pesquisa. Os registros fotográficos incluem mais de 200 imagens da sede de Mariana; do Espaço Antigo de Bento Rodrigues e do Espaço Novo de Bento Rodrigues.

A princípio, pensei que precisaria reformular toda a coleta de dados para um ambiente virtual, considerando-se o contexto de pandemia, as incertezas e a propagação do coronavírus ainda ao longo de 2021, momento da coleta. Embora incerta de que seria possível ir à Mariana, o que permitiria agregar às entrevistas a técnica de observação nos cenários naturais

em que elas se desenvolveriam, acompanhei a propagação do vírus na região e quando percebi que estava em risco verde (contaminação havia diminuído), organizei a viagem com os cuidados requeridos (vacina, teste em Mariana, máscara). Como o tempo nos espaços pesquisados era restrito, optei por focar a observação não-participante neste período, tendo conduzido a maioria das entrevistas por meio de plataformas digitais, como *Google Meet*, *Teams* ou outra, a depender da preferência e da disponibilidade de acesso do entrevistado à ferramenta.

Para facilitar a organização e a visualização dos dados coletados, inseri em um quadro a data das entrevistas realizadas, a duração de cada uma, o grupo ao qual o entrevistado pertence (conforme definido anteriormente à coleta) e a data de assinatura do TCLE. Anotei também os eventos de que participei majoritariamente como ouvinte (audiência pública, reuniões), a data e a duração, o assunto principal e os membros presentes na reunião. Explico outros detalhes a respeito da coleta e dos dados em si ao longo deste capítulo, tais como critério de seleção dos entrevistados (recorte geográfico, etc.); período de coleta; dificuldades ao longo do processo e como foram superadas; etc.

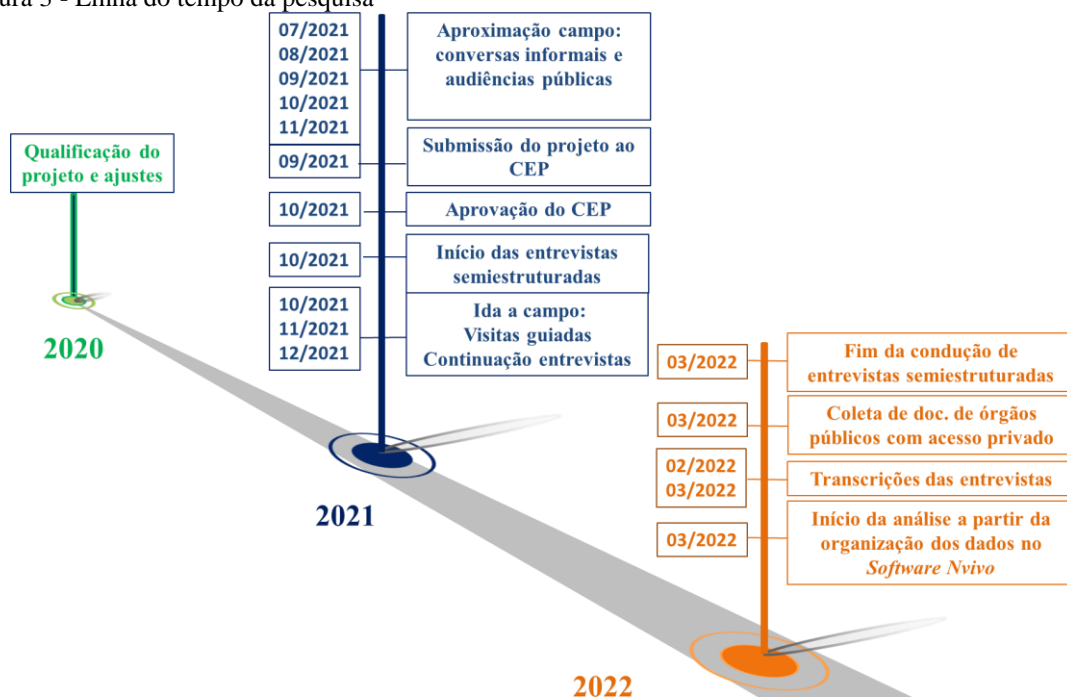
A coleta de dados via entrevista se caracterizou pelo procedimento “bola de neve” (GODOI, MATTOS, 2010). À medida que a aproximação com o campo foi iniciada, solicitei que essas pessoas indicassem outros informantes. A partir desse momento, pude selecionar as pessoas que seriam relevantes para a coleta de dados, constituindo-se uma forma de aproximação e de seleção intencional (CREWSELL, POTH, 2018). Conduzi as entrevistas semiestruturadas até março de 2022. No entanto, continuei coletando dados audiovisuais e documentais ao longo de toda a análise de dados.

De outubro de 2021 a outubro de 2022 coletei dados de naturezas distintas. Apesar dos dados da pesquisa serem constituídos por entrevistas semiestruturadas; observações não-participantes; documentos e materiais audiovisuais, as entrevistas tiveram caráter central, sendo analisadas sistematicamente mediante procedimentos de codificação. Os demais dados, embora importantes, compuseram o *corpus* de maneira complementar, não-sistemática. Fiz buscas documentais ao longo da inserção no campo, registrei durante as visitas guiadas aspectos considerados próximos aos objetivos, mas o processo foi caracterizado por uma fluidez nas buscas e nos registros, que caminharam conforme fui me inserindo no campo. Para ilustrar a não-linearidade, após a aproximação com o campo e a condução de entrevistas, fiz observações nos espaços pesquisados. Após as visitas, voltei a conduzir entrevistas, participei de eventos virtuais, como audiências. Voltei às buscas documentais, retomei o contato com entrevistados.

Desta forma, a partir dos dados das observações e das entrevistas, fui identificando documentos e materiais visuais que seriam importantes para validar esses dados. Fui buscando ao longo do processo documentos de diferentes naturezas, incluindo **atas de reuniões** de órgãos públicos e decisões relacionadas a assuntos que emergiam dos dados (como atas de audiências e decisões judiciais, solicitadas por mim e compartilhadas pelo MPMG, por exemplo); **relatórios** produzidos pela CABF e Cáritas (solicitados por mim e compartilhados pela Comissão); publicações da Renova; **reportagens** veiculadas pela mídia local; reportagens veiculadas pela Renova; **compilado** de documentos que solicitei produzido por um ativista; registros fotográficos que solicitei a entrevistados. Tais documentos e materiais começaram a ser coletados com minha aproximação no campo, mas as buscas foram intensificadas a partir da ida a campo, conforme apresentado na linha do tempo a seguir (Figura 3). Mesmo após ter concluído a condução das entrevistas semiestruturadas e as observações, já iniciada a análise, continuei recebendo mensagens textuais por *WhatsApp* e registros fotográficos de alguns dos entrevistados.

A Tabela 1 e os Quadros 3 e 4, a seguir, apresentam uma síntese da organização dos dados das entrevistas semiestruturadas; dos eventos dos quais participei; e das visitas guiadas, respectivamente. A linha do tempo a seguir apresenta as principais atividades conduzidas entre qualificação, modificações do projeto e início da análise de dados.

Figura 3 - Linha do tempo da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Entrei em contato, então, com mais atingidos, indicados por outros atingidos e com o responsável por relações institucionais da Fundação Renova, no intuito de agendar uma visita guiada ao reassentamento de Bento Rodrigues. A questão de acesso aos espaços aqui saltou aos olhos, uma vez que é necessário estar com um atingido para ir a Bento Rodrigues e agendar a visita ao reassentamento, caso queira acessar o espaço. Para tanto, não basta contactar o responsável por relações institucionais, é também necessário enviar um e-mail e aguardar o retorno da Fundação Renova.

Como tinha uma certa urgência no retorno o quanto antes, pois estaria em Mariana por um período limitado, enviei um e-mail para formalizar a ida ao reassentamento pela primeira vez no dia 20, sem retorno, no dia 25 enviei outro, uma vez que minha ida à Mariana foi planejada até o dia 31 de outubro. Já estava com pouca esperança de conseguir quando recebi um retorno positivo e agendei a ida ao reassentamento de Bento (“Novo Bento”) com um representante da Renova. Como questões de acesso aos espaços emergem dos dados, abordei ao longo da análise de dados as relações entre o acesso aos espaços e a forma como as organizações se articulam para organizá-los.

Durante a coleta de dados, pude identificar quais são as principais organizações envolvidas nos processos de reparação e compensação. Neste contexto, destacamos a participação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); do **judiciário** local (TJMG - 2ª Vara da **Comarca de Mariana**); da **prefeitura de Mariana**; da **Fundação Renova**, cujas mantenedoras são as mineradoras; da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF); da Assessoria Técnica (**Cáritas Brasileira - Regional Minas Geais**) dos atingidos de Mariana; do Jornal **A Sirene**, considerado o jornal dos atingidos e de movimentos sociais como MAB e MAM. O Quadro 2 apresenta o envolvimento dessas organizações a partir de suas respectivas responsabilidades.

Quadro 2 - Relação das principais organizações e respectivas responsabilidades

<b>Organização/Entidade e respectivos sítios</b>	<b>Propósitos/Atribuições/Responsabilidades</b>
<p>Ministério Público de Minas Gerais</p> <p>Sítio:  <a href="https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/conheca-o-mpmg/o-que-e.shtml">https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/conheca-o-mpmg/o-que-e.shtml</a></p>	<p>Responsável pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade. É o fiscal da lei na defesa da ordem jurídica, buscando fazer com que ela seja cumprida. Como defensor da democracia, visa impedir ameaças ou violações, por exemplo, à liberdade, à paz, às garantias e, em geral, aos direitos descritos na Constituição.</p>
<p>Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF)</p> <p>Na ausência de um sítio próprio da CABF, recorreu-se às informações disponíveis no da Cáritas:  <a href="http://mg.caritas.org.br/noticias/nos-somos-a-comissao">http://mg.caritas.org.br/noticias/nos-somos-a-comissao</a></p>	<p>Responsável por unir forças para sanar dúvidas e demandas das populações atingidas, buscando efetivar um processo de reparação justa e integral. A Comissão é composta por 3 subcomissões que reúnem atingidos de Bento Rodrigues (1); de Paracatu de Baixo (2) e da Zona Rural (Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Campinas, Borba e Camargos).</p>

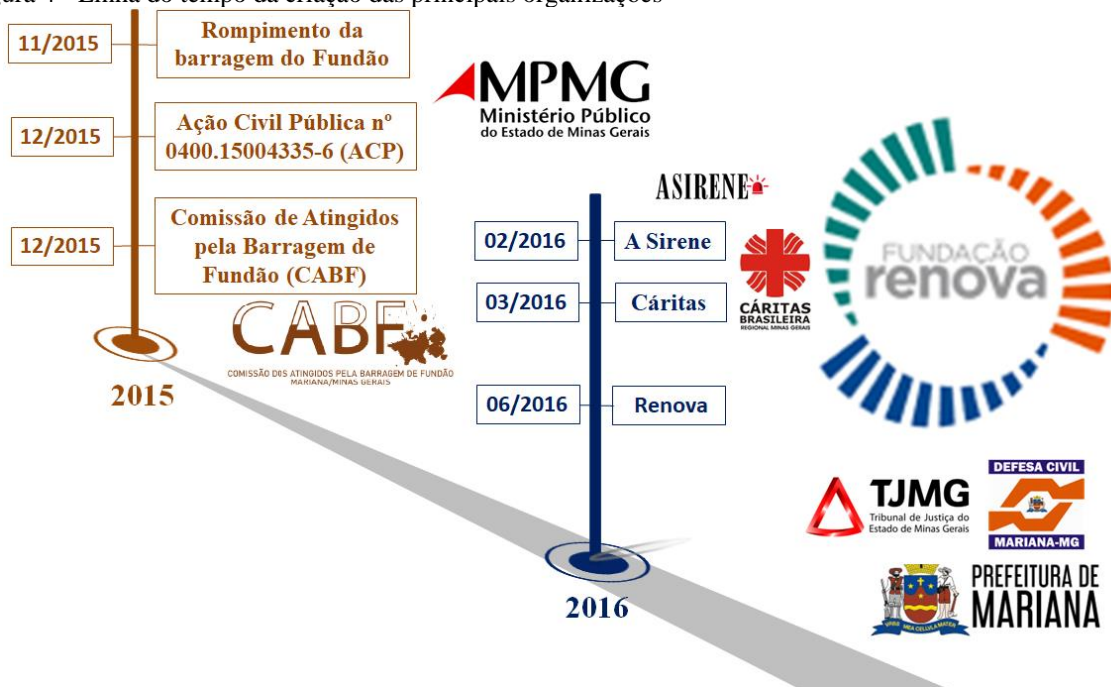
<p>Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais</p> <p>Sítio: <a href="http://mg.caritas.org.br/">http://mg.caritas.org.br/</a></p>	<p>Responsável pela assessoria técnica dos atingidos do município. Sua atuação tem sido pautada pelo acompanhamento desses atingidos, incluindo os que estão na Fase de Negociação Extrajudicial (FNE); pelo desenvolvimento de um cadastramento próprio das pessoas atingidas e dos danos e perdas causados pelo rompimento, tendo como diretriz principal o caráter autodeclaratório da população atingida. Também acolhe casos que precisam de mediação com justiça ou MP ou de encaminhamento à rede saúde ou à assistência social municipal. Elaborou uma Matriz de Danos alternativa à desenvolvida pela Fundação Renova, incorporada na ACP ajuizada pelo MPMG.</p>
<p>Jornal A SIRENE</p> <p>Sítio: <a href="https://jornalasirene.com.br/sobre">https://jornalasirene.com.br/sobre</a></p>	<p>Publicado desde fevereiro de 2016, foi criado para permitir a comunicação entre atingidos e fortalecer na luta pelo direito de dar voz aos atingidos após o rompimento da barragem de Fundão. Desde sua criação, a composição do jornal foi se alterando, mas permanece a veiculação de cada edição no dia 5 de cada mês, data que marca o desastre.</p>
<p>TJMG - 2ª Vara da Comarca de Mariana</p> <p>Sítio: <a href="https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/o-tjmg/conheca-o-tjmg.htm">https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/o-tjmg/conheca-o-tjmg.htm</a></p>	<p>Tem como atribuições: processar e julgar ações do executivo estadual; julgar, em grau de recurso, decisões da primeira instância; solicitar intervenções no Estado e em municípios.</p>
<p>Prefeitura Municipal</p> <p>Sítio: <a href="https://www.mariana.mg.gov.br/historico*">https://www.mariana.mg.gov.br/historico*</a></p>	<p>Tem como competências, entre outras: legislar sobre assuntos de interesse local, organizar e prestar serviços públicos, etc.</p>
<p>Defesa Civil</p> <p>Sítio: <a href="http://www.defesacivil.mg.gov.br/*">http://www.defesacivil.mg.gov.br/*</a></p>	<p>Tem o propósito de auxiliar os municípios nas ações de <b>resposta a desastres</b>, em comunicação com demais órgãos do Estado e da União. Coordena ações de <b>prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação</b> em situações de desastre.</p>
<p>Fundação Renova</p> <p>Sítio: <a href="https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/">https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/</a></p>	<p>Fundação de direito privado criada a partir do TTAC, supostamente autônoma, gestora e executora de programas de reparação e compensação, deveria garantir a representatividade de distintos grupos de interesse.</p>

Fonte: elaborado pela autora a partir dos sítios das respectivas entidades e de dados da pesquisa.

Importante ressaltar que essas organizações foram sendo **institucionalizadas aos poucos** ao longo do tempo, a partir de uma série de termos e aditivos (denominados de “acordos”) firmados desde o rompimento da barragem, conforme apresentado na introdução desta tese (Figura 1). Em ordem cronológica, a **CABF** (Comissão) foi criada em **dezembro de 2015**; o jornal **A Sirene**, foi criado em **fevereiro de 2016**; a **Cáritas** foi institucionalizada em **março de 2016** e a **Fundação Renova** foi criada em **junho de 2016**, conforme apresentado a seguir (Figura 4). Neste contexto, importa destacar que foi ajuizada pelo **Ministério Público de Minas Gerais a Ação Civil Pública nº 0400.15004335-6 (ACP)**, com data de distribuição em 10/12/2015, tendo como réus as mineradoras Samarco; Vale S/A (Vale); e BHP Billiton Brasil Ltda. (BHP).



Figura 4 - Linha do tempo da criação das principais organizações



Fonte: elaborado pela autora.

Ainda em outubro de 2021, no dia 25, enviei mensagem à secretária da comissão de atingidos (CABF) para que ela divulgasse meu interesse no contato com os atingidos e minha disponibilidade de encontrá-los presencialmente, caso preferissem, embora estando disponível também virtualmente. Antes de ir para Mariana, tendo chegado à sede no dia 28/10/2021, entrei em contato com a prefeitura de Mariana para entrevistar algum servidor da secretaria de saúde do município. Fui informada de que teria que protocolar (necessariamente pessoalmente) um formulário com a solicitação. Antes da viagem preparei o documento, levei pessoalmente impresso conforme solicitaram e, em 28/10/2021, protocolei o formulário na secretaria de saúde de Mariana. Aguardei retorno, tentei contato por e-mail e por telefone mais de 5 vezes e não obtive retorno.

Compartilho também a ausência de resposta da prefeitura de Mariana tanto no momento que tentei entrevistar um servidor da secretaria de saúde quanto em outro contato que tentei por WhatsApp para me informar sobre o subdistrito de Borba para elaboração do mapa com as comunidades da Zona Rural.

Para a coleta formal de dados foram observados os preceitos das normativas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a exemplo da Resolução CNS no. 466 e no. 510, incluindo a elaboração e a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos pesquisados e a aprovação do projeto junto ao CEP anteriormente à coleta.

Por um lado, os entrevistados que optaram por participar da pesquisa tiveram espaço para compartilhar suas experiências livremente nas entrevistas. Por outro lado, apesar de se sentirem livres para falar, por se tratar de uma temática tão delicada e sensível, que envolve emoções e interesses diversos, alguns deles pareciam preocupados que os dados vazassem. Isso porque, em alguns momentos, paravam e perguntavam sobre o anonimato, algo que já havia sido colocado anteriormente à realização da entrevista. Dessa forma, embora tivessem espaço para se expressar, pelo contexto da pesquisa, parecia-lhes perigoso falar livremente a todo momento.

Possibilitar que se expressassem por vezes tão livremente, inclusive questionando algumas ações das próprias organizações em que estavam inseridos, para mim representou uma relação de proximidade. Acredito que a aproximação inicial com o campo permitiu estabelecer essa proximidade, o que também trouxe preocupações éticas de cuidar dos dados cuidadosamente e resguardar os entrevistados, evitando informações que de alguma forma permitiriam sua identificação. Então, além de todas as preocupações éticas características de uma coleta de dados online, como a proteção da privacidade dos participantes, propriedade dos dados, etc. (CREWELL, POTH, 2018), ainda precisei atentar para o tratamento de um tema que é, em si, delicado e sensível.

Diante da existência de riscos característicos do ambiente virtual, apesar da minha limitação de assegurar uma total confidencialidade, em função das tecnologias utilizadas, tomei todos os cuidados possíveis para evitar risco de violação. Furneci o link de acesso à entrevista apenas quando estava prestes a ocorrer e somente para o entrevistado, evitei qualquer registro dos dados em ambiente compartilhado ou “nuvem” e evitei também entrevista compartilhada com outro pesquisador, o que me foi solicitado por um entrevistado. Esses procedimentos para resguardar os dados estavam previstos no TCLE, assim como a solicitação do consentimento do entrevistado para gravação dos dados, sendo utilizada apenas a transcrição das informações, e não divulgada a voz do entrevistado. Atribuí aos entrevistados codinomes para resguardar o anonimato de cada um. Outras informações sobre eles não são apresentadas por esse motivo.

Uma das dificuldades que tive ao longo da coleta foi a de estabelecer contato com integrantes do MAB (diversas tentativas de contato sem êxito com a coordenação de Mariana). Além disso, não obtive retorno de atual representante da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS), constituinte do Comitê Interfederativo (CIF). A CT-OS é responsável por analisar o escopo das ações do programa de assistência

técnica aos animais (PG07), prestado pela Fundação Renova, fiscalizando, por exemplo, questões de bem-estar animal.

A aproximação com o campo levou a uma abertura dos entrevistados que foi essencial à pesquisa não somente pela construção do projeto e por me levar à coleta formal de dados, mas também porque com o apoio dos atingidos consegui acesso a outros dados, como documentos disponibilizados pela comissão de atingidos (doravante CABF) e pela assessoria técnica da Cáritas, a exemplo das diretrizes do reassentamento. Além disso, posso dizer que os atingidos se sentiram confortáveis para compartilhar aspectos pessoais comigo no decorrer de toda a pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com atores distintos que fazem parte do contexto do rompimento da barragem. As 24 entrevistas semiestruturadas conduzidas entre outubro de 2021 e março de 2022 foram transcritas na íntegra, totalizando 370.482 palavras. Cada uma foi transcrita separadamente em documento do Word, com durações variadas, conforme apresentado na Tabela 1, a seguir.

Muito embora as incorreções gramaticais ou incoerências devam ser apontadas entre colchetes pela expressão latina “sic” logo após a respectiva ocorrência no texto transcrito, conforme a normatização seguida nesta escrita desta tese (ABNT), para evitar o excesso do uso de [sic] nas transcrições, destaco que optei por manter os termos utilizados como os entrevistados relataram, sem alterá-los, mesmo na ocorrência de erros. Foram mantidas inclusive as preposições em duplicidade (quando o entrevistado repetia “de”, por exemplo). Optei por manter uma transcrição literal das entrevistas (incluindo vícios de linguagem) para trazer uma fala mais fiel à narrativa do entrevistado. Evitando limpar as falas, busquei uma melhor compreensão da mensagem transmitida por eles.

A ABNT sugere a utilização do negrito para enfatizar uma palavra ou trecho de citação direta. Aqui, além do recurso para ênfase de trechos de citações diretas, utilizei o negrito para destacar um trecho ou uma palavra do texto considerados de destaque, mas que não pertencem às transcrições. Quando nos capítulos de análise você, leitor, encontrar uma citação sem data, trata-se **não** da padronização da ABNT utilizada nesta tese para referenciar trabalhos (autor-data), mas da menção a um trecho específico da transcrição de determinado entrevistado.

Os entrevistados foram selecionados a partir da característica comum de pertencerem a um grupo relacionado ao rompimento da barragem de Fundão, seja por terem sido atingidos ou pela composição em equipes de fiscalização do poder público, da sociedade civil ou da Fundação Renova, responsáveis pela reparação e compensação de danos, como pode ser

visualizado na Tabela 1, a seguir. Estando envolvidos nos processos de reparação e compensação, eles puderam relatar suas considerações e percepções desde o rompimento e a celebração de acordos, além de serem considerados muitas vezes porta-vozes de elementos para além de humanos na região estudada, uma vez que podem relatar aspectos do espaço que seriam inviabilizados por meio da comunicação com entes para além de humanos (como fauna e flora do entorno).

Além disso, os membros de cada grupo foram selecionados pelo critério de relação com os processos de reparação e compensação causados rompimento da barragem especificamente no município de Mariana. Isso porque os espaços delimitados no recorte geográfico, a seguir apresentado, fazem parte desse município. Desta forma, excluiu-se da análise entrevistados de outras comunidades, como as de Barra Longa ou de Ouro Preto, mesmo sendo próximas e mencionadas nos relatos dos entrevistados.

O recorte do grupo dos atingidos por três regiões ocorreu devido à própria forma como se organizou a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), sendo composta por três (sub)comissões: 1) Bento Rodrigues; 2) Paracatu de Baixo; 3) Zona Rural (COMISSÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO; CÁRITAS BRASILEIRA, 2022). Os três grupos de atingidos entrevistados incluem pessoas que constituem atores-chave em suas respectivas comissões. Apesar dessa escolha metodológica, uma das dificuldades que tive ao longo da pesquisa foi a de classificar os atingidos em três grupos conforme a comunidade ao qual pertencem. Isso porque, considerando as práticas e as percepções dos entrevistados, as fronteiras entre elas se movimentam e se sobrepõem. Além de atribuir codinomes aos entrevistados, conforme a tabela a seguir, não apresento maiores detalhes que possam conduzir o leitor à sua identificação, como as entidades aos quais estão vinculados.

Tabela 1 – Entrevistas semiestruturadas

(continua)

<b>Codinome</b>	<b>Data da entrevista</b>	<b>Duração (em minutos)</b>	<b>Grupo</b>	<b>Palavras</b>
Santiago	30/10/2021	85		15.976
Arthur	26/11/2021	116	Atingidos de Bento Rodrigues	15802
Edson	01/12/2021	96		12958
Larissa	11/11/2021- 31/12/2021	483*		49088
Márcia	08/11/2021	71	Atingidos de Paracatu de Baixo	9294
Eulália	12/11/2021	97		15158
Fernando	19/11/2021	106		16888
Ludmila	24/11/2021	127		19790

Tabela 1 – Entrevistas semiestruturadas

(conclusão)

Codônimo	Data da entrevista	Duração (em minutos)	Grupo	Palavras
Marcos	11/11/2021	154		18207
João	24/11/2021	73	Atingidos da	12348
Míriam	10/02/2022	69	Zona Rural	10241
Marina	29/03/2022	131		21814
Alice	19/10/2021	30	Fundação	3758
Ricardo	30/11/2021	157	Renova	26853
Gregório	21/10/2021	58	Assessoria	8741
Renato	08/11/2021	163	Técnica	22886
Murilo	02/12/2021	142		17416
Roberto	09/11/2021	64		8706
William	10/11/2021	89	Poder Público	12913
Gabriel	03/02/2022	47		6351
Gilvan	08/12/2021	67		9958
Samuel	14/12/2021	91	Membros da	14155
Joana	09/12/2021	54	mídia	8446
Amanda	17/12/2021	76		12735
<b>TOTAL: 24</b>		<b>2646</b>		<b>370.482</b>

Fonte: elaborado pela autora.

\* Esta entrevista foi realizada por WhatsApp entre os dias 11/11/2021 e 31/12/2021. Os 109 áudios recebidos neste período totalizaram aproximadamente 483 minutos e foram transcritos na íntegra totalizando aproximadamente 49000 palavras transcritas. Esta foi uma exceção em relação às demais entrevistas. A entrevistada solicitou que fizéssemos o envio por WhatsApp por estar de mudança de município e com dificuldades de agendar um horário. Eu e a entrevistada nos encontramos anteriormente durante a visita guiada do dia 28/10/2021 e desenvolvi com ela uma relação mais próxima. Em virtude da solicitação dela e não acreditando que traria prejuízo à pesquisa, a partir do dia 11 de novembro comecei a enviar as perguntas à entrevistada aos blocos. À medida que ela respondia eu enviava novas questões. Às vezes eu lembrava a entrevistada de responder quando ela pudesse e recebi a última resposta no dia 31 de dezembro de 2021.

A partir de julho de 2021 comecei a acompanhar, virtualmente, eventos que me pusessem em contato com o que estava acontecendo no campo, conforme apresentado no Quadro 3. Na reunião da CABF do dia 29/11/2021, fiz uma fala de apresentação e alguns membros da reunião, que eu já havia entrevistado, reiteraram a importância da pesquisa.

Quadro 3 - Eventos acompanhados

Evento	Data
Audiência Pública	22/07/2021
Reunião Grupo de Base virtual Água para as comunidades	02/09/2021
Audiência Pública	09/09/2021
Audiência Pública do Conselho Nacional de Justiça	10/09/2021
Audiência Pública MPMG: tratamentos animais	24/09/2021
Audiência Pública MPMG: Prescrição de acordo	01/10/2021
Audiência Pública de "Conciliação"	08/10/2021
Reunião da Comissão de atingidos de Mariana (CABF)	29/11/2021

Fonte: elaborado pela autora.

Em outubro de 2021, fui a campo presencialmente para continuar a coleta. As observações feitas a partir das visitas guiadas, apresentadas a seguir, foram registradas também com fotografias. Continuei conduzindo entrevistas semiestruturadas até março de 2022. No entanto, continuei recebendo dados dos entrevistados (como registros fotográficos) ao longo da análise, que se estendeu pelos meses de setembro e outubro. Mantenho-me em comunicação com parte dos entrevistados por WhatsApp, esclarecendo dúvidas sobre a pesquisa e conversando sobre as vivências deles no processo, embora esses dados não foram utilizados sistematicamente na análise. Precisei descartar 4 entrevistas semiestruturadas por não atenderem a alguns critérios delimitados ao longo da análise, como a de uma entrevistada de Barra Longa, região que não faz parte **judicialmente** do mesmo processo que os distritos de Zona Rural, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Foi excluída da análise, portanto, pelo recorte delimitado.

O coletivo de espaços geográficos delimitado aqui está sob o mesmo guarda-chuva legal, sendo juridicamente regido pelas decisões proferidas no âmbito da ACP ajuizada pelo MPMG. Outros municípios também atingidos ao longo do Rio Doce estão sujeitos às decisões da 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, a quem compete dispor judicialmente sobre os processos de reparação e compensação.

**O coletivo de espaços geográficos em recorte nesta tese** são as comunidades concretamente atingidas pela lama, a saber: Bento Rodrigues; Paracatu de Baixo; e Zona Rural, que inclui os subdistritos de Borba, Camargos, Campinas, Paracatu de Cima, Pedras e Ponte do Gama (MINAS GERAIS, 2021b). O recorte inclui ainda a sede de Mariana e a região do entorno onde estão sendo construídos os reassentamentos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo. O Mapa 1, a seguir, apresenta este recorte geográfico. Já o Mapa 2, a seguir, indica onde este coletivo está posicionado no Brasil.

Mapa 1 - Recorte geográfico dos espaços pesquisados



Fonte: elaborado pela autora, a partir do Google Maps.

A dificuldade na elaboração do mapa residiu em encontrar os subdistritos e em identificar a qual distrito pertence o subdistrito pontuado. A relação de pertencimento de um distrito a outro é alterada ao longo do tempo. Paracatu de Cima, por exemplo, pertence atualmente a Monsenhor Horta, mas a comunidade busca fazer parte de Águas Claras por utilizar espaços públicos de Águas Claras e se ver mais próxima deste distrito. A divisão da comunidade de Paracatu em “de cima” e “de baixo” decorreu do rompimento da barragem. Outra dificuldade foi encontrar no *Google Maps* os subdistritos. Então, com a ajuda de dois atingidos (Larissa e Marcos) precisei identificar os subdistritos a partir de um espaço público existente, como escola, no caso de Campinas (E. M. Campinas), e Cruzeiro de Paracatu de cima, no caso de Paracatu de Cima.

O que aparece no mapa como Reassentamento de Paracatu de Baixo e Nova Bento Rodrigues é o que denominamos aqui de “Espaços Novos” e foi marcado com a cor verde porque, mesmo com os atrasos, ainda são espaços aguardados com esperança pelas comunidades. Os marcadores com a cor marrom são o que aqui denominamos de Espaços Antigos. De todos em marrom, os marcados com marrom menos intenso são os pertencentes à Zona Rural. Já o marrom mais intenso caracteriza Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues. Em amarelo, apresenta-se a sede de Mariana, denominada aqui de Espaço Provisório. Já em vermelho, localiza-se a barragem de Fundão.

Mapa 2 - Localização da barragem de Fundão no Brasil



Fonte: elaborado pela autora, a partir do Google Maps.

Um elemento importante a ser pontuado aqui é que o entendimento de espaços “antigos” e “novos” remete à ocorrência do desastre. Assim, os espaços considerados “antigos” são aqueles vivenciados anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão, antes da chegada da lama, que destruiu as comunidades. Deixemos a destruição pelas ondas de lama para tratar nos capítulos de análise. Os espaços considerados provisórios são aqueles que abrigam os atingidos provisoriamente enquanto aguardam por suas moradias em espaços “novos”, aqueles que ainda permanecem em construção para receber os atingidos quando concluídas as obras.

Os atingidos costumam se referir aos reassentamentos de Bento como “Novo Bento”, “Bento Novo” e ao de Paracatu como “Novo Paracatu”. Já os espaços destruídos pela lama são mencionados nos relatos como “Bento Antigo”, “Antigo Bento”, “Paracatu Antigo”, etc. Após a chegada da lama, os atingidos passaram a chamar de “Bento Antigo” a comunidade destruída e “Bento Novo” o futuro reassentamento. Assim, os termos ‘Bento Antigo’, “Bento Novo” estão entre aspas pois a associação “Novo” e “Antigo” é feita pelos próprios atingidos. As aspas remetem, portanto, a isso.

Como percebi que a fala dos atingidos se referia constantemente a “antigo” ou “novo” ao relatar sobre os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, optei por denominar de Espaços Antigos aqueles nos quais a presença da lama assume uma dimensão concreta de destruição, caracterizados pelas comunidades de Bento, Paracatu e dos distritos da Zona Rural. Denominei de Espaços Provisórios a sede de Mariana. O termo **provisório** abrange os espaços habitados pelos atingidos enquanto aguardam a entrega de seus lares. Já os



Espaços Novos são aqueles que foram ou estão sendo construídos, incluindo os reassentamentos coletivos, os familiares e as reconstruções.

Os entrevistados do grupo atingidos têm em comum a característica de serem atingidos pelo desastre. No entanto, isso não significa necessariamente que residiam nas comunidades de Bento Rodrigues, de Paracatu de Baixo ou de subdistritos da Zona Rural. Existem casos em que sim, mas em outros as pessoas residiam na sede de Mariana e tinham o vínculo com essas comunidades pelo convívio familiar nesses espaços. Uma das atingidas (Ludmila), por exemplo, casou-se com uma pessoa da comunidade de Paracatu de Baixo e estava construindo o futuro para morar na **região destruída pela lama**, mas morava em Mariana e visitava constantemente Paracatu de Baixo em virtude do matrimônio. Outros residiam em Bento, mas trabalhavam na sede de Mariana. Há, ainda, aqueles que residiam na sede e visitavam seus pais nos Espaços Antigos.

Então, existia um movimento entre os Espaços Antigos e a sede de Mariana que, embora não tenha sido atingida efetivamente pela lama, sofreu uma série de efeitos (o que na análise de dados denominamos de segunda onda, como será explicitado oportunamente) pela chegada da lama. Os entrevistados que não residiam na localidade precisaram também se envolver judicialmente no processo de reparação, inclusive tendo uma “carga de adoecimento” (Larissa).

A composição do grupo atingidos é caracterizada, portanto, por pessoas que participavam desse movimento entre diferentes espaços. Pessoas que vivenciaram de perto seus familiares envolvidos nos processos e que precisavam, mesmo em um momento que estavam anestesiados com o fato da barragem ter rompido e causado destruição, reerguer-se para lutar por justiça inclusive para seus familiares e para outros atingidos, no caso dos representantes da CABF.

Utilizei na tese o termo Espaços Antigos com letras maiúsculas para me referir especificamente a um coletivo de espaços geográficos que é o recorte da tese, as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e subdistritos da Zona Rural, não a qualquer espaço antigo. Além disso, o nome oficial de “Bento Antigo” é Bento Rodrigues.

Apesar do recorte da região analisada ter sido as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e da Zona Rural, constitutivas da referida ACP, a ida a campo se deu em Bento Rodrigues “Antigo”, em Bento Rodrigues “Novo” e na sede de Mariana. As visitas guiadas nesses espaços são apresentadas a seguir. Por restrições de tempo e dificuldade maior de acesso (transporte) a Paracatu de Baixo e aos subdistritos da Zona Rural, tornou-se inviável a ida. No entanto, a coleta de dados nesses espaços foi suplementada tanto por entrevistas

semiestruturadas com atingidos desses espaços quanto pelo envio de imagens da região por atingidos dessas comunidades.

Quando estava planejando a ida a campo, combinei previamente conversas e visitas com atingidos, agendei a visita ao reassentamento de Bento Rodrigues e busquei encontrar um atingido para pudesse ir comigo a Bento Antigo. Peguei um ônibus de Belo Horizonte e cheguei em Ouro Preto ainda pela manhã do dia 28/10/2021. Após o almoço, peguei outro ônibus Ouro Preto para Mariana para encontrar a primeira atingida com quem faria a visita guiada. Isso ocorreu às 13 horas do dia 28/10. Esta visita guiada ocorreu na sede de Mariana com Ludmila. A segunda visita guiada também foi na sede do município com outra atingida, Larissa. As duas visitas ocorreram no dia 28/10/21.

Ao encontrar Ludmila, sentamos no “Jardim”, apelido dos moradores para a Praça Gomes Freire, por cerca de uma hora e meia, interrompidas por conhecidas dela, uma dinâmica que parece convencional no contexto de uma cidade como Mariana. Caminhamos, então, pela sede e ela foi me mostrando diversos edifícios, e as modificações que a Fundação Renova tinha feito no entorno, inclusive nesta Praça. Por volta das 16 horas nos despedimos, caminhei com a atingida até a casa dela e voltei para encontrar outra atingida, Larissa. Com Larissa caminhei pela sede até pouco antes das 20 horas, quando precisei pegar um ônibus para Ouro Preto, onde eu estava hospedada.

No dia 29/10, visitei o reassentamento de Bento Rodrigues (parte dos Espaços Novos) acompanhada por um representante da Renova. O representante me buscou, com um motorista da Fundação, na rodoviária de Ouro Preto às 13:30 horas. Na volta, os dois me deixaram novamente em Ouro Preto. Como já passava de 17:30, ficaríamos de fazer a entrevista outro dia virtualmente. A visita guiada ao reassentamento não pôde ser gravada. Nos momentos em que solicitei autorização ao representante da Renova para gravar relatos dele não obtive o aval. Também enviei diversas mensagens a ele em ocasiões distintas e não consegui a entrevista semiestruturada com ele. Tentei diversos contatos para condução da entrevista de modo virtual, mas até a escrita desta tese não obtive um retorno para agendarmos uma data para realização.

No dia seguinte, 30/10, foi o dia de visitar a área destruída pela lama em Bento Rodrigues (parte dos Espaços Antigos). Fui acompanhada por um atingido, Santiago, que morava em Bento e atualmente reside na sede de Mariana. Ele me buscou em Ouro Preto e me convidou para almoçar com a mãe onde atualmente moram, na sede, antes de irmos para Bento Antigo. Enquanto o almoço ficava pronto ele me mostrou a casa e a vista, e como aquele espaço lembra Bento Antigo para ele, por ter animais e horta na casa ao lado. Ainda

aguardando pelo almoço, iniciei a entrevista com Santiago. Após o almoço, seguimos para o Espaço Antigo de Bento.

Em um momento da entrevista semiestruturada que conduzi com ele, realizada antes de chegarmos ao Espaço Antigo de Bento, quando comentou que o “Poder executivo” dita as regras, o atingido quis dizer poder aquisitivo, dinheiro. Ele fez sinal de dinheiro ao falar sobre “poder executivo”. Nesse momento, Santiago fez um sinal com a mão buscando se referir a dinheiro e ressaltando que a questão financeira é tão forte naquele contexto que "Nem da sua própria casa você é dono" (Santiago). Na volta, passamos por uma escola de Bento que é específica para os atingidos. Ele comentou que alugaram a casa pra fazer a escola de Bento. Ele me deixou na Praça Tiradentes já no fim do dia, agradeci e despedimos. Em momentos quando o entrevistado relatava aspectos importantes para a pesquisa, solicitei autorização e gravei os compartilhamentos do entrevistado durante a visita guiada a Bento Antigo.

No dia 31/10, encontrei outra atingida, Míriam, mas não houve visita guiada. Tomamos um café em uma chocolateria local e conversamos sobre as percepções dela sobre a forma como as organizações estão se articulando para reorganizar os espaços. Os diários de campo das visitas guiadas que escrevi para esta tese ajudaram a constituir aquilo que eu viria a analisar não-sistematicamente, contribuindo para resgatar as percepções vividas no decorrer das visitas guiadas na sede de Mariana e do acesso aos espaços que aqui denomino de Antigos (paisagens multiespécies em ruínas em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Zona Rural após o desastre) e Novos (reassentamentos e reconstruções). O Quadro 4, a seguir, apresenta as visitas guiadas.

Quadro 4 - Visitas guiadas

<b>Codínome</b>	<b>Data da visita</b>	<b>Espaço</b>	<b>Grupo</b>
Ludmila	28/10/2021	Sede de Mariana	Atingida Paracatu de Baixo
Larissa	28/10/2021	Sede de Mariana	Atingida Bento Rodrigues
Raul	29/10/2021	Espaço Novo (“Bento Novo”)	Renova
Santiago	30/10/2021	Espaço Antigo (“Bento Antigo”)	Atingido de Bento

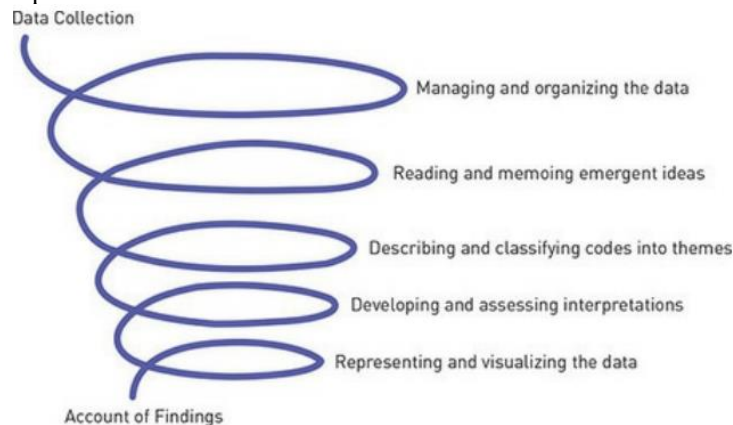
Fonte: elaborado pela autora.

#### 4.2. ASPECTOS DA ANÁLISE DE DADOS

Utilizei o *software Nvivo* para análise dos dados das entrevistas. O *Nvivo* foi desenvolvido para facilitar pesquisas qualitativas, não priorizando uma técnica em particular. Já o contorno da análise foi caracterizado por um **espiral de análise de dados**.

Na análise em espiral, movimenta-se em círculos analíticos, em vez de usar uma abordagem linear. Entra-se com dados de texto ou materiais audiovisuais (imagens, gravações, etc.) e se sai com uma narrativa. No meio, toca-se “em várias facetas de análise e círculos ao redor. Dentro de cada espiral, o pesquisador usa estratégias analíticas com o objetivo de gerar resultados analíticos específicos”, conforme mostrado na Figura 5, a seguir (CRESWELL, POTH, 2018, p. 254, tradução nossa). O emprego dessas ferramentas condiz com a fluidez necessária à coleta e à análise de dados da tese e com a abordagem qualitativa.

Figura 5 - A espiral de análise de dados



Fonte: Creswell e Poth (2018, p. 255).

Em síntese, esse processo é composto pelas seguintes etapas: Gerenciar e organizar os dados; Ler e memorar ideias emergentes; Descrever e classificar códigos em temas; Desenvolver e avaliar interpretações; Representar e visualizar os dados. O gerenciamento de dados constitui o primeiro ciclo da espiral, iniciando o processo. No primeiro estágio da análise em espiral, os pesquisadores geralmente organizam seus dados em arquivos digitais e criam um sistema de nomenclatura de arquivos, o que permite a posterior localização em grandes bancos de dados. Em um segundo momento, continuam a análise obtendo uma noção de todo o banco de dados. A escrita memos (ou “*key concepts/ideias*”) em diários de campo ou em transcrições ajudam no processo de exploração do banco de dados. A digitalização do texto permite que se tenha uma noção geral dos dados, concebendo-os como um todo (CRESWELL, POTH, 2018).

Iniciei a organização dos dados coletados para análise incluindo no *Nvivo* as transcrições das entrevistas, uma vez que tiveram caráter central na pesquisa, organizando por pastas para facilitar a posterior localização, o que seria a primeira etapa da análise em espiral. As entrevistas foram agrupadas em pastas no *software Nvivo* conforme o grupo de entrevistado do qual a transcrição fazia parte, tendo sido criadas no *software* sete pastas com o conjunto de entrevistas: 1) da Assessoria Técnica; 2) dos Membros da Mídia; do 3) do Poder Público; 4) da Renova; 5, 6 e 7) e dos Atingidos, sendo estes organizados de acordo com os Espaços Antigos aos quais os atingidos se viam vinculados. Assim, o grupo dos atingidos incluíam três pastas, englobando os atingidos de Bento Antigo; de Paracatu Antigo; ou os distritos da Zona Rural. Tais grupos foram apresentados neste capítulo na Tabela 1, que caracteriza aspectos das entrevistas semiestruturadas.

No documento da transcrição das entrevistas utilizei uma nomenclatura que se referiu ao **grupo**, ao gênero do entrevistado e a aspectos como o veículo de comunicação, o número do programa da Renova ou o órgão do poder público no qual o entrevistado trabalha. Essa organização facilitou a localização dos dados durante a pesquisa, mas optei por não apresentar detalhes como o nome do veículo de comunicação, do órgão específico do poder público, nem o número do programa, pois esses dados possibilitariam identificar os entrevistados. Limitamo-nos aqui a dizer quais foram os critérios para nomear os arquivos das transcrições e a exemplificar o resultado. As transcrições foram, portanto, incluídas no *Nvivo* das seguintes formas: ATING\_PARACATU\_F3; ATING\_ZRURAL\_F2; ATING\_BENTO\_F1; PP\_ÓRGÃO\_M2; ASSESSORIA\_M1; MÍDIA\_NOME DO VEÍCULO\_F1; RENOVA\_F1.

Os dados das observações e os dados documentais não foram incluídos no *Nvivo*. Muitos deles foram sendo acrescentados com o passar do tempo a partir da necessidade de buscar novos dados ao longo do processo de análise. As imagens foram, inicialmente, organizadas conforme o espaço onde os registros ocorreram (Espaços Antigos; Provisórios e Novos). Posteriormente, durante a análise, foram organizadas de acordo com a metáfora da onda (Primeira Onda; Segunda Onda e Terceira Onda). Nesta lógica, dentro de cada pasta com as ondas de análise, novas pastas foram organizadas conforme os elementos analisados. Desta forma, nos Espaços Antigos, por exemplo, incluí as pastas Estrada de acesso; Verdinho; Dique, referentes aos assuntos abordados.

O mesmo se deu em relação aos **documentos** coletados e aos **diários de campo**, incluídos nas pastas Primeira Onda; Segunda Onda e Terceira Onda, conforme continham informações pertencentes a cada espaço distinto analisado. Os diários de campo organizei pelo dia da visita guiada. Já os registros fotográficos, como supramencionado, foram

agrupados em pastas nomeadas conforme onde a fotografia foi retirada quando houve a visita (considerando o recorte das três comunidades atingidas). Organizei os documentos pelo título conforme as fontes de coleta, ou seja, o grupo do entrevistado (ex.: Empresa; Mídia; MPMG, etc.). Este processo não foi estático. À medida que precisava incluir mais dados à análise, fui acrescentando novos documentos às pastas.

Após a organização dos dados das entrevistas no *Nvivo*, comecei a explorar os dados. Para obter uma noção de todo o banco de dados, ouvi cada uma das entrevistas semiestruturadas para detectar erros nas transcrições e fui corrigindo no próprio *Nvivo*, a partir dos documentos que importei para o *software*. Fui relendo o texto das transcrições das entrevistas e fazendo uma codificação preliminar com parte dos dados, um teste-piloto com poucas páginas de codificação seja de diários de campo ou transcrição de entrevistas (SALDAÑA, 2016) Fiz a codificação de um dos diários de campo e das três primeiras entrevistas, escrevendo alguns memos e anotações em um processo inicial que me permitiu pensar alguns **códigos a priori** para elaboração de um *codebook*.

Neste processo de me aproximar ora dos dados ora da teoria, **contrapus a codificação** das entrevistas semiestruturadas não somente com o referencial teórico adotado como também com os demais dados coletados. Assim, enquanto analisei os dados das entrevistas codificando-as no *Nvivo*, analisei os demais dados questionando como cada tipo de dado (imagens, documentos e diários de campo) estava relacionado ou complementava os temas abordados. Codifiquei detalhadamente todas as entrevistas, o que tornou o processo mais lento e com dados que não utilizei na tese pelo objetivo da pesquisa, por um lado, mas permitiu criar um rico banco de dados (SALDAÑA, 2016).

Na terceira etapa da análise, passa-se da leitura na espiral para a descrição, classificação e interpretação dos dados. Saldaña (2016) sugere o uso do *codebook* em arquivo separado como uma lista de temas que permite analiticamente organizar e reorganizar os dados. O *codebook* prévio foi criado em arquivo separado, fora do *Nvivo*. Anotei na planilha alguns temas identificados como importantes inicialmente, inseri esses temas como categorias no *Nvivo*. Iniciei, assim, **a codificação** com um conjunto de categorias *a priori*, organizadas por temas no *codebook* que elaborei ao explorar os dados das entrevistas, e fui acrescentando novas categorias (*parental codes*) e subcategorias (*child codes*) no *software*. Desta forma, a partir do *codebook* previamente criado, pude avançar na codificação e na categorização dos dados das entrevistas. Codifiquei buscando padrões nos dados, de similaridade, de diferenças, etc. (SALDAÑA, 2016).

Percebi que alguns excertos do texto (transcrições das entrevistas) deveriam ser codificados em mais de uma categoria, o que é denominado de *Simultaneous Coding*. A codificação simultânea ocorre quando dois ou mais códigos são aplicados ou se sobrepõem a um dado qualitativo para detalhar sua complexidade (SALDAÑA, 2016, p. 83). Precisei atender na análise, neste sentido, para evitar citar o mesmo código em duplicidade. Assim, um mesmo código pode ser encontrado em categorias ou subcategorias diferentes. Embora possa ter ocorrido alguma sobreposição com a citação de um mesmo código ao longo da tese, neste caso, o código faz parte de contextos distintos da análise conforme a categoria no qual eu estivesse concentrada.

Ainda sobre a codificação, registrei muitos códigos *In Vivo* em uma seção denominada *Memorable Quotes*, composta por citações diretas curtas respeitando a fala do entrevistado tal qual relatado, o que pode ser útil quando se pretende que o código reflita à linguagem do entrevistado. A codificação *In vivo* utiliza a linguagem direta do participante em vez de palavras geradas pelo pesquisador, capturando os significados inerentes às experiências dos entrevistados (SALDAÑA, 2016). Isso esteve alinhado à escolha de manter uma transcrição literal das entrevistas e com o enfoque em práticas.

No decorrer da codificação e da categorização, fui incluindo memos e anotações, nas transcrições das entrevistas no *Nvivo*, sobre assuntos que me chamavam a atenção nos códigos e que eu poderia desenvolver posteriormente na análise. Foram inseridos um total de 24 memos ao longo da codificação e da categorização dos dados das entrevistas, resgatados ao longo da análise. Um deles é denominado memo de projeto, apresentando a questão de pesquisa e os objetivos. Os demais se tratam de memos analíticos. Inseri no *software* um total de 92 anotações que resgatava enquanto ia relendo os códigos das categorias e subcategorias que utilizei durante a análise, com idas e vindas ao *software* para avaliar e reavaliar qual conjunto de códigos eu poderia incluir ou excluir na análise.

A codificação das entrevistas semiestruturadas e a categorização foram centrais à análise, pois me possibilitaram abstrair os dados e chegar às dimensões espaço-temporal que me levaram a criar a metáfora. No espiral, mesmo com a metáfora já pensada, retornava à leitura dos códigos para verificar quais faziam sentido manter ou (re)agrupar.<sup>19</sup> No processo, cheguei às seguintes categorias:

---

<sup>19</sup> Exemplifico aqui alguns desses agrupamentos e reagrupamentos no processo. A subcategoria Mudanças no ecossistema foi transferida da categoria Seguindo a lama para Relação com animais, uma vez que englobou aspectos ainda mais amplos da forma como as mudanças no ecossistema causavam efeitos à vida animal e ao conjunto de relações mais que humanas nos Espaços Antigos. Havia uma subcategoria denominada A chuva

Quadro 5 - Características das categorias criadas no Nvivo

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Arquivos</b>	<b>Referências</b>
A chegada da lama e a adaptação nos espaços	Destruição nos Espaços Antigos com a chegada da lama, mudanças na rotina, efeitos de habitar Espaços Provisórios e dificuldades da adaptação imposta nesses espaços.	26	379
A condição de atingido e a luta coletiva	Vivências dos atingidos por estarem nesta condição, como estresse, cansaço, discriminação, silenciamento e outras dificuldades.	23	359
A reparação como luta, guerra e espetacularização	Aspectos como desunião, conflitos, cooptação, mobilização, interesses, conquistas, expectativas e resistência.	25	234
Espaços Antigos	Destruição com a chegada da lama e conjunto de alterações nas comunidades atingidas após o rompimento. Inclui a ocupação dos Espaços Antigos, o controle de acesso, a disputa pelo território, práticas de camuflagem, entre outras.	24	506
Espaços Novos	Reconstrução dos Espaços Novos em termos de acesso, terreno, atrasos entre outras dificuldades.	21	316
Espaços Provisórios e Novos	Incertezas e expectativas dos atingidos, como afastamento da comunidade, dificuldade de adaptação nesses espaços, descaracterizações, perda do senso de pertencimento, entre outros aspectos que relataram enquanto aguardam em lares temporários.	23	144
Minério-dependência	Relação de dependência das comunidades em relação às mineradoras devido à fonte de receitas; e à destruição retroalimentada pela forma como a indústria opera.	17	122
Pandemia	Pandemia como agravante para dificuldade dos atingidos de mobilização, e sua utilização como justificativa pelas mineradoras não somente para descumprimento de prazos, como também para negar solicitações dos atingidos.	19	115

como aliada dentro da categoria Relação com animais. Realoquei os poucos códigos dessa subcategoria e a deletei. O código “[...] a gente tem transparência, a empresa é que não tem que faz tudo debaixo do pano e depois eu mando você executa, eu mando você obedece (Ludmila)”, por exemplo, estava na categoria A condição de atingido e a luta coletiva, mas pareceu fazer mais sentido realocá-lo na categoria Relação com a Renova, pois se relaciona a uma série de práticas da Fundação de unilateralidade decisória. Além dos exemplos supramencionados, outro deles foi a subcategoria Flexibilização de leis ambientais que pertencia à categoria Relação com o judiciário, mas migrei o conjunto de códigos para a categoria Minério-dependência, que considerei abstrair mais os dados para além de um aspecto jurídico culminando em características que possibilitam à mineração se expandir da forma como a indústria opera. Outra modificação se deu na subcategoria Praça Gomes Freire. A princípio pertencia à categoria Relação com a Renova, mas a realoquei, ao final, para a subcategoria Mariana Sede dentro da categoria A chegada da lama e a adaptação nos espaços, que parecia ser mais abrangente, incluindo intervenções feitas na Praça pela Renova, envolvendo também prefeitura, atingidos, etc. Diversos outros reagrupamentos ocorreram.



Relação com a Prefeitura	Ações e percepções relatadas a respeito da atuação da prefeitura de Mariana nos processos de reparação e compensação.	12	31
Relação com a Renova	Elementos atribuídos à criação e à atuação da Renova, como assimetria de poder e unilateralidade; publicidade enganosa; diferenciação no tratamento de atingidos à morosidade e ao descumprimento das obrigações assumidas pelas rés.	25	392
Relação com animais	Forma como a Renova trata os animais dos atingidos; adaptação dos animais nos espaços analisados; morte de animais e o efeito disso para atingidos; movimento de mudanças no ecossistema após o desastre; denúncia de fraude da empresa pela comercialização de animais a preços irrisórios.	24	310
Relação com Assessoria Técnica	Atuação da assessoria técnica como uma conquista dos atingidos. Inclui as incertezas quanto a sua continuidade.	17	64
Relação com MPMG	Atuação do MPMG, percebido pelos atingidos como um importante ator na luta por direitos, mas também um órgão limitado dentro de um contexto maior da mineração em Minas Gerais.	15	65
Relação com movimentos sociais	Atuação de movimentos sociais na região. Por um lado, a fala dos atingidos é a de que o MAB contribuiu assim que a lama chegou. Por outro, o movimento foi criticado por sua autopromoção e não inclusão dos atingidos.	13	40
Relação com judiciário	ACP, acordos, atuação de advogados e percepção de justiça (ou injustiça) nos processos, além das judicializações individuais e da luta coletiva.	20	197
Seguindo a lama	O que as ondas de lama trouxeram e o que representam, como destruição, imprevisibilidade de seu alcance, riscos do rejeito, tentativas de contê-lo, torná-lo fértil ou apagá-lo; memórias que as marcas de lama despertam.	23	121

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados no *Nvivo*.

Nos capítulos de análise, demos um enfoque à produção dos **Espaços Antigos** pelo destaque (506 referências codificadas) desta categoria em relação às demais, conforme emergiu dos dados das entrevistas. Por isso, em termos de tamanho, o capítulo da primeira onda, comparativamente, destacou-se dos demais capítulos de análise.

Ao final da análise, vi-me diante de um diverso conjunto de dados categorizados que por vezes escapavam ao objetivo da tese. Neste momento, resgato o objetivo geral para

explicar que centralizei a análise nas práticas **a partir do seguir a lama**, uma vez que esta constituiu um elemento não-humano essencial no contexto da pesquisa. Para **analisar o organizar espacial, por meio de práticas organizativas** mobilizadas por diferentes atores, a partir de um olhar multiespécies, no esforço por retornar aos aspectos multiespécies do organizar, busquei analisar as categorias que dessem conta das **práticas** que englobassem o emaranhado de relações mais que humanas.

Já no quarto momento da análise em espiral, que envolve abstrair além dos códigos e temas para o mais amplo significado dos dados (CRESWELL, POTH, 2018), conduzi uma análise buscando relações entre as categorias e os temas gerados. Passei do computador ao papel, desenhando as relações que pareciam emergir a partir dos dados. Desenhei, então, três domínios distintos, o que Saldaña (2016) denomina de “*Student’s Trinity*” (três categorias, temas ou conceitos centrais gerados). **Extrapolando os dados, criei a metáfora das três ondas de lama com domínios espaço-temporais distintos, mas com intersecções** que repousam nos efeitos das ações da Renova e de suas articulações em práticas de destruição no decorrer do tempo nos espaços analisados.

Uma parte da coleta e da análise desenvolvi no período em que cumpri estágio doutoral na Universidade de Cardiff, momento que me possibilitou diálogos e reflexões sobre a pesquisa. Por fim, na quinta fase do processo, os dados são representados e visualizados. Representei por meio da metáfora, explicada no tópico a seguir.

#### 4.3. SEGUINDO A LAMA: EXPLICANDO A METÁFORA DAS ONDAS DE LAMA

*[...] Aí aquele rejeito com o, porque, com o coloide que eles usavam [...], no beneficiamento do minério, então tinha muito também daquilo, e aí pra piorar a situação é juntou com um monte de animal morto, com bicho morto. Então é uma sopa de planta morta, gente morta, bicho morto, olha não parece um lugar muito né saudável pra se caminhar né, e aí deu pra entender também, andando por sobre o rejeito, no caminho da lama, a, a, o pavor que deve ter sido aquilo, porque as pessoas acham que é uma lama, não é, é uma máquina de moer carne ela é, ela basicamente é como se fosse uma coisa gosmenta sabe, bem nojenta, cheia de pedras de diferentes tamanhos dentro dela. Agora você imagina aquilo avançando em alta velocidade com uns 10 m de altura na sua direção entendeu? As pessoas morreram trituradas, trituradas, por isso que até o rejeito era um pouquinho diferente, embora fosse minério de ferro também [...]*

(Amanda, grifo nosso)

O trecho em epígrafe é originário de uma das entrevistas e ilustra o entendimento do que é (ou não) a lama no contexto do desastre. A lama constituiu um fragmento multiespécies imbricado **nas práticas que produzem os espaços** analisados, fundamental à compreensão

das relações sociais na composição de uma paisagem entendida como multiespécies, que emerge a partir de encontros não apenas humanos.

Como Azevedo e Castro (2015, p. 3, grifo nosso) apontam, “A expressão ‘tsunami de areia movediça’ descreve sem exagero o que é a onda [...] É **fluida demais** para que se ande. E viscosa em excesso **para que se nade**”. Como caminhar ou nadar pela onda se, além dela ser “uma armadilha da qual as vítimas que arrasta não têm como escapar [...] é um **monstro mutante**”?

Um dos nossos entrevistados diz que “recebia equipes da EMBRAPA do Rio de Janeiro que **são especialistas em solos** [...] pedindo pra conversar, tal, tal, tudo bem, a gente fazia com maior prazer, só que a gente, aquilo foi angustiando, sabe?” (Roberto, grifo nosso). **Como seguir a lama** quando ela não é uniforme, e quando especialistas e entrevistados ressaltam a dificuldade de se mover dentro dela? Roberto explica que “[...] Eu com dois dias eu tava numa caminhonete 4 x 4 andando no meio da lama [...] meio da lama entre aspas, né, porque você afundava”.

Existem diferentes camadas, sendo a superficial mais fluida, comportando-se como água, porém outra de detritos com diferentes densidades. “A parte próxima ao solo, ao arrancar terra deste, engrossa e se torna mais lenta e densa [...] Ela arrasta rochas, terra, casas, vegetação, pessoas, tudo [...] À medida que desce se torna densa. Viscosa demais” (AZEVEDO, CASTRO, 2015, p. 3). O movimento do rejeito ao longo do percurso foi associado por textos jornalísticos a uma **onda de lama**.

**Ela é uma onda, só que ela é uma onda não natural né, porque ela não foi criada pela natureza.** Ela foi criada pelo homem, mas ela é uma, ela **vira uma onda gigantesca, uma tsunami, muito semelhante a uma tsunami de verdade**, né criada pela natureza marinha né, é, é, é, só que feita de um material muito pior do que a água né, e **avançando da terra pro mar, e não do mar pra terra, mas ela é uma força da natureza, quer dizer, como se fosse né?** Ela tem essa força, é **uma força geológica né, ela tem um poder destrutivo na verdade, maior até do que um tsunami, que só tem água, se você for pensar, ela é pior** (Amanda, grifo nosso).

Nesta tese, no entanto, não seguimos uma onda de lama literal, não caminhamos pelo percurso de uma onda de lama viscosa e fluida. Recorremos aqui à metáfora das diferentes **ondas de lama** para narrar como a lama altera sociomaterialmente as relações nos espaços analisados e a composição de uma paisagem que enxergamos como multiespécies. Enquanto “pesquisadores da Coppe dizem que esse tipo de fenômeno causado pelo **homem** age como **forças da natureza**” (AZEVEDO, CASTRO, 2015, p. 4, grifo nosso), aqui buscamos romper com a visão antropocêntrica que tem reforçado dicotomias que separam o mundo em dualidades diversas (SÜSSEKIND, 2018; VELDEN, 2020). São três as ondas que criamos

para seguir a lama e explicamos ao longo dos próximos capítulos. Antes disso, no entanto, apresentamos a metáfora.

Pensamos nesta tese o movimento da **lama como metáfora** por nos levar a caminhar sobre fragmentos da **paisagem multiespécie** sobre a qual repousamos nosso olhar. Trata-se de um processo que utilizamos para dar sentido à importância de seguir a lama ao longo das entrevistas conectando a metáfora e o seguir a lama com as técnicas de coleta e análise de dados. A lama altera a composição das paisagens a partir das relações sociais e organizacionais nos diferentes espaços analisados, o que explicamos ao longo dos capítulos de análise. Assim, utilizamos a **metáfora das ondas como processo** por meio do qual nos permitiu construir sentido aos dados a partir da importância da **lama como conector dos fragmentos** identificados como centrais na organização dos espaços multiespécies que foram produzidos e tem sido continuamente (re)organizados.

A metáfora das ondas de lama permite atribuir aos dados uma noção de movimento que é essencial para refletirmos sobre as mudanças nos espaços que **reorganizam as relações** sociais e organizacionais, reconfigurando a vida humana e para além da humana, em âmbito individual e coletivo no contexto do desastre. Convém apontar que as **três ondas**, embora estejam interconectadas, referem-se à (re)organização das relações sociais em espaços diferentes após a chegada da lama. Justificamos, então, tratar as **ondas de lama** com suas especificidades porque, apesar de fazerem parte de um **mesmo oceano, trazem elementos espaciais diferentes**.

Neste contexto, a metáfora das ondas de lama nos permite seguir os dados com base naquilo que a lama faz emergir a partir deles com a passagem do tempo. **A interpretação do percurso da lama em ondas, portanto, traz o caráter dinâmico que buscamos atribuir aos conceitos aqui trabalhados (espaços, práticas, paisagens multiespécies)**, lançando luz sobre seus efeitos no decorrer dos sete anos após a ocorrência do desastre. Neste sentido, buscamos abordar não somente a chegada da lama, mas o que interpretamos como submerso nos fluidos de cada onda. O empuxo de uma onda para produzir a subsequente. Assim, com a metáfora, buscamos enxergar para além do aspecto materialmente destruidor da chegada da lama. Ao utilizar esse processo de análise por meio de uma metáfora, pretendemos seguir as ondas da lama para construir a narrativa aqui apresentada. Tratamos nos próximos capítulos, portanto, das conexões que emergem a partir da ideia de seguir as três ondas de lama.

Tendo isso em vista, o primeiro capítulo de análise trata do desastre em si e, com esse fato, da chegada da lama. Assim, aborda o que **a primeira onda de lama** trouxe em termos de destruição concreta e de reorganização do que é possível visualizar como ruínas neste

primeiro momento. Além disso, descreve e analisa as práticas que identificamos como centrais na produção dos Espaços Antigos após o desastre. Apresentamos como as comunidades foram destruídas; as organizações criadas e mobilizadas para reparar e compensar pela destruição dessas comunidades; algumas tentativas de apagamento (ou resistência) da presença da lama nos Espaços Antigos; entre outras interpretações de organizações e práticas relacionadas ao reorganizar dos espaços no momento que consideramos nesta tese como a primeira onda de lama. Este capítulo de análise nos permite caminhar ao longo da estrada de acesso a Bento Antigo, avistando, ao chegar neste espaço, o dique, o verdinho e o que esses elementos não-humanos representam.

O segundo capítulo de análise trata da segunda onda de lama, representada pelos efeitos sociomateriais decorrentes da destruição concreta causada pela primeira onda de lama nos Espaços Antigos. As perturbações decorrentes da primeira onda levam à chegada da segunda. A presença da lama e a dimensão **concreta de destruição nos Espaços Antigos** levou à instituição da Renova, que produz uma série de práticas para (re)criação de Espaços Provisórios, tendo efeitos intencionais e não-intencionais. Compartilhamos com a ideia de que as ditas soluções no contexto da minério-dependência trariam outros problemas por vezes inesperados. Trazendo Tsing (2022, informação verbal) ao contexto da tese, “[...] *the solution has made the problem worse*”.<sup>20</sup>

Neste momento da segunda onda, seguimos a lama através dos Espaços Provisórios, aqui caracterizados como a sede de Mariana. Denominamos de Espaços Provisórios os locais habitados pelos atingidos enquanto aguardam a entrega de seus novos lares, os Espaços Novos, entendidos nesta tese como os reassentamentos coletivos ou familiares. No capítulo de metodologia tratamos sobre os termos explicando que existia uma relação de proximidade e movimento de pessoas entre Espaços Antigos e Espaços Provisórios. Essa relação é anterior ao rompimento da barragem e à chegada da lama, mas adquire uma conotação diferente após a primeira onda de destruição.

Embora a lama não tenha concretamente chegado à sede de Mariana, o município sofreu uma série de efeitos decorrentes da chegada da lama nos Espaços Antigos e são esses efeitos que denominamos de segunda onda. Há uma destruição pela descaracterização de elementos históricos da sede de Mariana, oriunda não do desastre em si e da chegada da lama, mas dos próprios processos de reorganização social das relações nesses espaços. O aspecto principal que mostra a chegada da **segunda onda de lama** neste percurso é a “destruição”

---

<sup>20</sup> Palestra “Atlas selvagem: novas ecologias no antropoceno”, proferida por Anna Tsing em 17/05/2022.

(Edson) da Praça Gomes Freire, espaço modificado pela Fundação Renova nos processos de reparação e compensação. Na segunda onda, em vez de buscarmos compreender principalmente o que a chegada da lama produziu concretamente e quais são as organizações relacionadas à resposta à perturbação causada, intentamos interpretar como as organizações têm moldado as relações sociais e organizacionais na (re)organização dos Espaços Provisórios. Entendemos as ações da Renova como outras perturbações (para além da perturbação do desastre) nos Espaços Provisórios, considerando que esses espaços estão intimamente ligados aos Espaços Antigos e o vai e vem da segunda onda nos leva a pensar a terceira.

**A terceira onda de lama**, por sua vez, traz à tona a forma como as organizações envolvidas na reparação têm se articulado para a reconstrução dos Espaços Novos. Nesses espaços não existe lama concretamente, mas seus efeitos continuam sendo percebidos. A terceira onda de lama dá lugar à espera, à incerteza e às expectativas daqueles que serão reassentados. Esse processo pode provocar um afastamento das relações dos atingidos com os Espaços Antigos da forma como se configurava anteriormente ao rompimento. Neste momento, as práticas não se relacionam apenas a apagar ou não a lama, mas a **práticas de descaracterização** dos espaços como entendidos antes pelas comunidades.

O que buscamos argumentar com a chegada da terceira onda de lama é, além dos efeitos da incerteza relacionada aos reassentamentos na decisão dos atingidos, uma assimetria que permitiria à empresa não somente exercer poder nos **Espaços Antigos pelas práticas de camuflagem e expulsão; nos provisórios pela descaracterização**, mas também nos Espaços Novos pela própria forma como sua criação está sendo conduzida, com um conjunto de **descaracterização** (aqui os reassentamentos coletivos aparecem como um suposto “Alphaville”); **apagamento da lama**, a partir da divulgação na mídia da entrega de espaços vistos como luxuosos e que atenderiam aos atingidos; **afastamento** de formas vida humana específicas (“Reassentamento fantasma”); **silenciamentos** (Cadê a voz?). Em resumo, mais destruição na criação desses espaços.

Há quem diga que “A verdadeira lama tá aí, a **lama da Samarco ela é limpa em relação a isso**” (Marcos, grifo nosso). Ressaltamos, por fim, não podemos narrar novas histórias nos Espaços Novos ou exatamente para onde vai o movimento da lama. A terceira onda está se formando. Ela inclui o que a primeira e a segunda ondas trouxeram e deixaram na areia. Será resultado de práticas passadas, atuais e futuras **em espaços** constantemente criados e modificados. O que sintetizamos a seguir, no Quadro 6 (que inclui uma breve descrição de cada momento, bem como trechos de entrevistas que ajudam a compreendê-los),

é que cada onda foi pensada a partir dos dados com uma temporalidade e uma espacialidade particulares. O aspecto espaço-temporal busca resgatar a ideia de movimento, uma vez que a primeira onda de lama chega nos Espaços Antigos e, ao seguir rumo aos Espaços Provisórios e aos Espaços Novos, transforma os espaços de forma contínua.

Quadro 6 - O movimento de cada onda de lama

Momentos das ondas	Descrição do movimento	Recorte espacial
<p><b>1ª onda</b></p> <p>Da destruição que a lama trouxe</p> <p>“Cadê a lama?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrata a destruição causada em <b>Espaços Antigos</b>.</li> <li>Refere-se, em um <b>primeiro momento</b>, à destruição concreta, à perda de tudo aquilo que a lama levou, sejam animais, humanos, imóveis, carros, biodiversidade, etc.</li> <li>Refere-se, em um segundo momento, à destruição causada sobretudo por <b>práticas de camuflagem</b>. Ainda entendemos essas práticas como a primeira onda da lama pois se passam nos Espaços Antigos.</li> </ul>	<p><b>Espaços Antigos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bento Rodrigues;</li> <li>- Paracatu de Baixo;</li> </ul> <p>Zona Rural</p>
<p>“[...] <b>vaca, galo gritando, tinha cavalo, os animais [...] de um dia pro outro a lama tinha destruído tudo</b>” (Márcia). “[...] a <b>casa</b> da minha mãe foi levada [...]” (Marina) “Passou a lama e derrubou as casas” (Eulália) “O meu <b>carro</b> ele foi embora na lama [...] você via <b>pessoas descendo na lama como se você visse um brinquedo</b> [...]” (Arthur). “[...] <b>animal descendo, gás, alimento</b> [...] a noite inteira também a gente escutava o barulho das coisas caindo, aquele odor horroroso, os <b>animais</b> que gritavam (Márcia).”</p>		
<p>“[...] mato tampou, tá tampando as ruína [...] <b>tampar a cena do crime</b> [...] nascendo a mata você não vê aquela lama [...] a visão fica mais bonita com a visão da <b>natureza</b>” (Santiago). “[...] <b>parece que nem nem aconteceu a tragédia [...] a chuva limpando, os matos já vai renascendo</b>, não nasce da mesma forma, bonita, verde igual era [...] esconder. [...] <b>vamos tampar a tragédia [...] vamos plantar</b> [...] daqui uns anos, a gente <b>não vai nem ver onde que a barragem passou, a lama passou</b> [...]” (Eulália). “[...] <b>jugaram as sementes lá [...] é uma [...] maquiagem</b>” (Edson). “[...] até <b>falaram que esse dique era provisório</b> [...] lembro de gente que trabalhava lá falou assim não tem como desmanchar aquilo ali nunca por causa do tanto <b>de material que eles tão usando</b> [...]” (João). “[...] as áreas que hoje elas foram alagadas [...] já estavam mapeadas, é, pra serem a barragem do Mirandinha” (Larissa). “[...] as pessoas que estão com a com as propriedades inundadas [...] pelo dique, é eles <b>não conseguem entrar</b> [...] é uma violação, é um <b>crime legalizado</b> [...]” (Marcos). “[...] não podem ir lá ver como que Bento ficou, então eles <b>estão escondendo aquilo</b> [...] Demoraram um ano [...] <b>pra deixar a coisa piorar</b>, piorar, piorar e aí falaram assim, agora o <b>dique é a única solução</b> [...]” (Fernando). “[...] tá meia parte do Bento alagado com o dique S4, que eles inventaram a desculpa que o dique era pra cercar a lama pra lama não descer pro Rio Doce [...] não aceitamos, né, mas infelizmente o <b>Poder Executivo fala mais alto, né</b> [...] virou essa Lagoa Grande aí, aí hoje o pessoal fica pescando nela aí, nessa lagoa aí. [...]” (Santiago).</p>		
<p><b>2ª onda</b></p> <p>Do luto à luta</p> <p>“Cadê a árvore?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retrata os <b>efeitos da destruição</b> causada pela primeira onda. Com a chegada da lama, houve um deslocamento compulsório dos atingidos de Espaços Antigos para <b>Provisórios</b>, o que levou a um processo forçado de adaptação.</li> <li>Refere-se à destruição causada nos Espaços Provisórios pelos processos de reparação e compensação, com a decorrente reorganização das relações sociais e organizacionais não somente nos Espaços Antigos.</li> <li>Refere-se sobretudo à destruição concretizada por <b>práticas de descaracterização, sendo</b> enfocados elementos multiespecies na produção de um espaço histórico da sede de Mariana, a Praça Gomes Freire.</li> </ul>	<p><b>Espaços Provisórios:</b></p> <p>Sede do município de Mariana, em particular a Praça Gomes Freire e arredores.</p>
<p>“[...] <b>essa modificação ela foi muito grande no Jardim né, o Jardim pra mim hoje ele é outro</b> (Edson)”. “[...] é uma celeuma. Inclusive quiseram fazer outra modificação [...] conseguimos rejeitar em votação. [...] É muito, é muita coisa. [...], se você pegar o, essa novela e como que a praça tá hoje que a gente chama de Jardim, <b>ela tá irreconhecível, e é uma praça histórica. [...] Não tem nada a ver com a praça original</b> (Fernando)”. “[...] transformaram o Jardim numa praça de <b>shopping center</b>” (Edson). “[...] prefeitura, câmara e Renova, os três</p>		

corruptos todos têm interrelação. <b>Cê chegou ir na praça que a Renova</b> [...] O jardim... [...] eles <b>tiraram toda a essência que tinha</b> . [...] fui contra tudo, só que fui eu e mais um só. Os outros conselheiros foram tudo a favor” (Roberto).		
<p><b>3ª onda</b></p> <p>Da destruição às possibilidades de reconstrução</p> <p>Cadê a voz? (Re)construção para quem?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retrata os <b>efeitos da destruição causada pela primeira e segunda ondas</b>, visíveis em espaços onde a lama não se faz concretamente presente.</li> <li>• Refere-se a uma onda ainda em formação. O processo de criação dos Espaços Novos está repleto de espera, <b>conflitos e incertezas</b>.</li> <li>• Refere-se sobretudo às práticas de descaracterização e silenciamentos.</li> </ul>	<p><b>Espaços Novos:</b></p> <p>Reassentamentos Coletivos, Familiares e reconstruções</p>
<p>“<b>Esperamos né</b> [...] que o reassentamento né, saia <b>logo</b> [...]” (Eulália). “Aí tem uma <b>casa maravilhosa, mas os espaços de plantação não vai ter</b> [...] vai ser um <b>Alphaville</b> de Mariana [...]um condomínio de luxo” (Fernando). “[...] <b>padrão europeu aqui</b> [...] um <b>Alphaville</b> [...] casas totalmente diferentes, tudo um <b>padrão diferente do que era</b> [...] <b>da zona rural né</b>” (Edson). “[...] o novo Bento, <b>eu não tenho intenção de voltar</b> [...] <b>Eu vou construir minha casa lá, né, mas eu não tenho intenção</b> [...] muita gente não vai voltar [...]” (Santiago). “[...] <b>não consigo voltar</b> mais a minha profissão então eu vou mudar o ramo né, eu nem sei se vai dar <b>tempo</b> de eu executar e <b>nem se eu vou estar viva até eles entregar</b> essa casa” (Ludmila). “[...] o principal de tudo é o <b>tempo</b>. Porque o <b>tempo</b> vai passando e assim tinha gente que até queria ir pro novo Bento mas não vai porque [...] quer resolver a vida, às vezes têm né pais idosos [...] vendo aí vizinhos morrerem [...] tudo acaba afetando” (Fernando). “[...] pessoas também que que estão <b>saindo</b> [do coletivo], indo pro reassentamento familiar, e isso ta preocupando muito [...] a comunidade porque eles estão com medo de ficar um <b>reassentamento fantasma</b> [...] sair muita gente [...] vai ser uma <b>adaptação muito difícil</b>. Quando for construído, que <b>parece que também ta bastante longe</b>” (Míriam). “[...] o novo Paracatu vai ser <b>uma outra cidade</b> [...] eu acho que 30% dessas pessoas que vai morar no Paracatu é do Paracatu antigo, o resto não volta [...] estão se adaptando na cidade [...] estão construindo lá e com certeza não vão voltar” (Marcos).</p>		

Fonte: elaborado pela autora.

Esperamos que as ondas de lama continuem sendo seguidas e, assim, não esquecidas. Para que, então, lembremos que submersa sob essas ondas, com suas práticas e suas forças, existe uma indústria que insiste em operar produzindo desastres e em um contexto de minério-dependência produzido pelas próprias práticas ao longo do tempo.



## 5. A PRIMEIRA ONDA DE LAMA (ESPAÇOS ANTIGOS): “CADÊ A LAMA”?

Da lama ao caos, do caos à lama [...]

Trecho da música Da lama ao caos (CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI, 1994)

Neste capítulo, analisamos a **primeira onda de lama**, que se passa nos Espaços Antigos, em destaque nos marcadores de cor marrom dentro desse recorte, conforme apresentado a seguir (Mapa 3). A chegada dessa onda de lama marca a destruição, em diferentes graus, desses espaços. Após a destruição causada pelo que aqui denominamos de uma **primeira onda de lama**, uma série de entes começaram a se organizar para reconstruir as comunidades em outros espaços e reassentar as famílias atingidas.

Acolhemos relatos dos entrevistados, documentos e relatórios oficiais, a exemplo daqueles disponibilizados pelo Ministério Público, além de registros fotográficos que, em conjunto, evidenciam **práticas de expulsão e de camuflagem na composição das paisagens**. Em última instância, essas práticas levaram à intensificação da destruição pelas tentativas de escamotear as ruínas, produzindo um espaço a partir das tentativas de apagamento da lama e afastamento do acesso, movimentos esses legitimados por instrumentos normativos, e pela perpetuação dos dito acordos, em discursos supostamente participativos com a utilização de instrumentos considerados participativos, como as audiências públicas. Entendemos essas práticas não somente como a proliferação de uma destruição concretizada com a chegada da lama, mas como responsáveis por uma série de mudanças na criação dos Espaços Antigos.

Mapa 3 - Espaços Antigos



Fonte: Elaborado pela autora.

Começamos apresentando a destruição das comunidades pela onda de lama e como isso acarretou inúmeras mudanças ao ecossistema local. Abordamos essas mudanças na subcategoria **Mudanças nos ecossistemas**, que pertence à categoria **Relação com animais**,

para apresentar como a destruição modificou relações multiespécies que passaram a constituir (ou se afastar de) a criação dos Espaços Antigos.

Resgatamos os códigos da categoria **Seguindo a lama**, especificamente nas subcategorias **Destruição causada pela lama; Memórias negativas e marcas da lama; Características do rejeito, O alcance imprevisto da onda de lama e Apagando a lama.**

Lançamos luz, portanto, sobre as modificações provocadas pelo rejeito ao atingir as comunidades. Essas mudanças incluem, por exemplo, alterações no solo, dinâmicas de movimentação de animais. Exemplificamos como algumas espécies migraram enquanto outras desapareceram e, ainda, outras se intensificaram na região alimentadas pela ausência do homem, como os animais silvestres e os ditos peçonhentos. Se a presença humana diminuiu, espécies de cobras se proliferaram, afastando ainda mais os humanos.

Também abordamos as subcategorias **Práticas de camuflagem e Destruição sociomaterial de comunidades** para argumentar que apesar da magnitude da destruição, práticas de camuflagem têm buscado apagar a lama. Continuamos seguindo a lama pelo acesso aos Espaços Antigos, em particular Bento Antigo, onde ocorreu a visita guiada do dia 30/10/2021, conforme apresentado no Quadro 4, que possibilitou os registros fotográficos utilizados no capítulo.

Mergulhamos na **categoria Espaços Antigos** para refletir sobre as **barreiras de acesso** a esses espaços, cujo controle é exercido pelas mineradoras. A subcategoria **Barreiras de Acesso** permite analisar que, por um lado, as empresas criaram barreiras (como guarita, dique) que costumam restringir o acesso e o uso dos espaços, configurando o que interpretamos como **práticas de expulsão dos atingidos**, que legalmente detém a propriedade do território de Bento Antigo. Por outro lado, identificamos práticas dos atingidos de resistência e reivindicação do próprio espaço a partir da subcategoria **Ocupando as ruínas**. Interrelacionamos esses dois elementos analisando a subcategoria **Disputa por território**, que apresenta como os conflitos são fruto do interesse das mineradoras no controle das terras de Bento. Placas materializam essa disputa.

Depois que caminhamos pela estrada de acesso a Bento Antigo, com suas barreiras, e chegamos a Bento especificamente, chegamos ao espaço que, há sete anos, fora o Espaço Antigo mais destruído, onde a lama chegou primeiro e devastou a maior parte da comunidade. Buscamos vestígios dessa destruição, que já não se manifesta da mesma forma no decorrer do tempo. Esperamos encontrar ruínas. No entanto, encontramos alguns sinais, encontramos apenas marcas da destruição. Encontramos a mamona que influencia a fauna e a flora dos Espaços Antigos, todo o entorno das ruínas. **Encontramos tentativas de destruir a**

**destruição. Denominamos essas práticas de camuflagem,** pois em conjunto configuram formas de buscar apagar tudo que a lama representa. Assim, ao mesmo tempo em que a remoção do rejeito em si não é feita, argumentamos que ele é camuflado com a construção de diques e com o plantio de espécies de plantas que tornam o espaço mais visivelmente agradável ao olhar humano.

Rastreando destroços e aquilo que outrora fora ruína, na primeira onda de lama, caminhamos através de diques e sementes plantadas pela Renova rumo às **práticas de camuflagem** na formação dos Espaços Antigos. Compreendemos que os espaços são produzidos por encontros polifônicos que envolvem uma dinâmica de proximidade de algumas espécies e distanciamento de outras em meio a ruínas e outros elementos não-humanos como diques e vegetação. Dessa forma, interrelacionamos as subcategorias **Práticas de camuflagem, Barreiras de acesso e Mudanças nos ecossistemas** a formas de desmotivar e enfraquecer a ocupação humana na formação dos Espaços Antigos, por um lado, e de fortalecer a atividade mineradora nesses espaços com os animais que, ditos peçonhentos, parecem menos venenosos do que a mineração como tem sido praticada.

Fazemos aqui o esforço de resgatar as relações **multiespécies** que existem na produção desses espaços, porque “tem a tragédia humana [...] tem a tragédia ambiental, e elas estão **misturadas, elas são parte na verdade da mesma, da do mesmo assunto né**” (Amanda, grifo nosso). Em espaços onde há lama e memória, faltam pasto/alimentação para alguns animais e crescem braquiárias e diques, alguns fragmentos aqui apresentados. Os diques, autorizados legalmente com caráter provisório, seguem na paisagem, enquanto a empresa mobiliza recursos para sua construção e manutenção, estruturas que ganharam vida oficialmente, com o apoio do governo estadual de Minas Gerais a partir do discurso de que seriam temporárias, mas que sobrevivem enquanto não se tem a previsão (ou a intenção) de descomissionamento. Caminhemos, então, rumo à destruição e às práticas que buscaram escondê-la nos Espaços Antigos após a chegada da primeira onda de lama!

### 5.1. A DESTRUIÇÃO E AS MUDANÇAS: “É UMA ZONA DE DESTRUIÇÃO”

Cinco de novembro de 2015 é um dia para ficar guardado na memória. Aproximadamente às 16:20 horas, a barragem de rejeitos de minério de ferro conhecida como barragem de Fundão rompeu-se em Minas Gerais, atingindo diversos distritos mineiros, no rompimento que se caracterizou como o maior desastre da história brasileira. “[...] então ele [desastre] é isso, ele foi **provocado pelo ser humano** né [...] obviamente culpa da

**mineradora** né, é é é e afetou de uma forma assim, o é o maior desastre ambiental, de longe, da **história** do Brasil né, **varreu** a paisagem” (Amanda, grifo nosso).

Abordamos nesta seção a destruição dos Espaços Antigos em um momento inicial da primeira onda de lama e as mudanças socioambientais provocadas. A destruição trouxe, em um segundo momento, práticas de camuflagem para **esteticamente** ocultar o estrago.

Aproximadamente 442 famílias do coletivo de espaços geográficos perderam seus lares e foram deslocadas compulsoriamente para a sede do município, principalmente (CABF; CÁRITAS, 2022, p. 27). As comunidades que permanecem nas áreas atingidas, que não foram **completamente deslocadas** de seu território, aqui denominadas de Espaços Antigos, vivenciam diversos problemas, inclusive pelas modificações trazidas pela lama. Alguns deles são a dificuldade de retomar suas atividades produtivas e **cultivar sobre a lama**, com os rejeitos alterando o solo e a água, a falta de mão de obra e o esfacelamento das **relações de trabalho** no campo, o **risco para a saúde** convivendo com rejeitos em terrenos e cursos d’água (CABF; CÁRITAS, 2022, p. 20).

Para quem não vivenciou a catástrofe, “A dimensão da tragédia é **muito maior do que cês possam imaginar, tá**” (Roberto, grifo nosso). “Esses primeiros dias de desastre eram **muito impressionantes** [...] muito impressionante o nível de **devastação**” (Amanda, grifo nosso), desafiando a capacidade de resposta local “[...] porque **tudo era muito novo**. A gente nunca vivenciou uma tragédia dessa dessa desse porte. Se você for parar pra analisar friamente **nenhum dos órgãos de resposta** estavam preparados” (William, grifo nosso). Neste contexto de destruição, as próprias **características da lama** – fluida, viscosa, instável, com contaminantes – dificultariam as tentativas de resgate e o andar sobre a lama, como apresenta o relato a seguir.

[...] Assim eu andando na zona de desastre [...] fui ver o que que era né, conversar [...] com os **geólogos, com os geofísicos né**, pessoal da engenharia também, o que que era **aquele material** [do qual a lama era composta], e como é que ele poderia se comportar [...] eu fui ver ele [rejeito] de perto, pra **eu andar em cima dele né, passei um bom tempo andando** em cima desse **bicho** [lama] [...] **é muito instável**, muito difícil trabalhar num negócio daquele [...] **você fica o tempo inteiro de galocha**. [...] eu tô falando que que **teve um bombeiro que ele teve que sair nu**, da cintura pra baixo, porque **segurou a roupa dele o treco sabe**, e aí **coçava**, era um negócio horrível, é horrível (Amanda, grifo nosso).

De acordo com o entrevistado William (grifo nosso), o corpo de bombeiros de Minas Gerais precisou “[...] desenvolver **a técnica de andar sobre a lama em Mariana** [...] desenvolvida aqui [Mariana]” e utilizada posteriormente não somente no município. Os desafios iniciais, como a dificuldade de locomoção e de resposta em geral, deram-se pelas comunidades não esperarem uma tragédia desta magnitude e pela própria instabilidade da

lama, que tornava inicialmente complexo não somente o acesso à área, mas o caminhar sobre a lama, pois o misto de rejeito com coloide ia se transformando e destruindo comunidades ao longo do percurso. Com o rompimento da barragem, **Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo** e os subdistritos da **Zona Rural** foram destruídas (MINAS GERAIS, 2015) em um cenário de desinformação, ineditismo e medo.

[...] ali **dava muito medo**, porque todo o **terreno era instável**, você via os **bombeiros passando sufoco, a defesa civil passando sufoco, os anjos do asfalto, eles trabalharam muito ali também como voluntários**, também **apanharam pra caramba da lama**, é você é, assim você vê que a pessoa vai ficando presa sabe, **aquela lama ela afunda** e eu tinha feito antes um... é um levantamento da das características da lama... que não é uma lama é, **a gente chama de lama mas não é uma lama**, mas por falta de um nome mais apropriado, mas aquilo **é o rejeito né, com coloide** dentro enfim, então ela **afunda e faz umas camadas assim** [...] (Amanda, grifo nosso).

A comunidade de Bento foi a primeira atingida pela lama. O povoamento da comunidade iniciou a partir das atividades minerárias no século XVIII. A mineração, juntamente com a agricultura, foi responsável por movimentar a economia local até a ocorrência do desastre, em 2015, sendo realizada às margens do rio Gualaxo do Norte (REASSENTAMENTO... acesso em 4 out. 2022). No subdistrito, foi relatado pelas vítimas que havia cerca de 200 casas e a maioria foi **completamente destruída pela onda de lama** (MINAS GERAIS, 2015, p. 10).

A onda de lama de rejeitos de minério de ferro destruiu centenas de vidas e espaços públicos de uso coletivo, como igreja, escola, posto de saúde, entre outras construções, e deixou desabrigadas cerca de 1000 pessoas apenas na comarca de Mariana (MINAS GERAIS, 2015, p. 8). De acordo com informações do MPMG (MINAS GERAIS, 2015) e do UNEP (2017), a população local **não foi alertada** pela Samarco; assim, precisou-se fugir às pressas para alguns pontos da região, muitas vezes deixando para trás documentos, roupas, mantimentos, etc.

Fotografia 1 - A destruição em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 2 - A destruição em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

“[...] **de um dia pro outro a lama tinha destruído tudo**” (Márcia, grifo nosso). Não somente humanos viraram “brinquedo”, como apresenta a fala de Arthur a seguir, mas animais, móveis, imóveis. **Tudo que não é lama** passou a se constituir como parte da onda, sendo estraçalhado enquanto ela seguia. O movimento da primeira onda ampliou o que é lama e diminuiu o que não é, pois quando a avalanche passou, ganhou velocidade e tamanho, incorporando o que estivesse no percurso. Esses elementos, quando não destruídos completamente, tornaram-se apetrecho no meio da lama. “[...] uma **avalanche de lama né,**

**uma montanha** enorme, e você via, você via **pessoas** descendo na lama **como se você visse um brinquedo** descendo” (Arthur, grifo nosso).

Como a avalanche de lama chegou inesperada e brutalmente, atolou animais e destruiu corpos. Como Amanda (grifo nosso) questionou, poderiam os destroços serem chamados de **corpos** se não estavam configurados dessa forma, mas sim visíveis como pedaços de ossos? “[...] os **corpos** cara, quando a gente falava corpo, até **a minha discussão era toda essa, se a gente devia chamar aquilo de corpo**, porque era injusto com a vítima [...] acharam o corpo de fulaninho, mentira, **acharam um caco de osso**”. Ela continuou relatando sobre as formas violentas de morte e a magnitude da destruição.

Foi todo **lama**, é porque ele [campo] é embaixo da casa da minha mãe, e a **casa da minha mãe foi levada**, [...] era mais no morro foi **levado pela lama**” (Marina, grifo nosso). O meu **carro** ele foi **embora na lama** (Arthur, grifo nosso). “Parte da minha **história** foi **embora com a lama**” (Edson, grifo nosso). “Alguns [animais] salvaram, alguns [animais **a lama levou, né**, e alguns salvaram do do rompimento” (Santiago, grifo nosso). “Alguns [animais] **ficou atolada lá, mas conseguiu tirar né, da lama** [...] meu tio a mula dele morreu [...]” (Marina, grifo nosso). “A gente **chegou a ver cavalos e animais morrendo** [...]” (Amanda, grifo nosso). Documentos, história, imóveis, móveis, animais e um modo de vida rural e religioso foram levados, como relatado a seguir.

[...] nossa **muitos animais** [...] os **animais ficaram desorientados naquela lama ali**, [...] eles corre na frente **e a lama pega, então cavalo, boi, cabrito, galinha, cachorro** [...] (Samuel, grifo nosso).

[...] a gente viu muito bicho atolado, **muito bicho morrendo, é muito angustiante você ver o cavalo afundando, afundando, afundando** [...] (Amanda, grifo nosso).

[...] Sobrou nada, só sobrou as ruína. [...] Só sobrou as ruínas, só as paredes que sobrou, da casa de meus pais, da minha casa não sobrou nada. [...] nem as paredes, **sobrou nada, foi tudo embora** [...] Na casa do meu pai que ficou as **foto, os quadro ficou tudo na parede**. [...] E alguns móveis também ficou dentro de casa [...] (o que levou) foi a lama né, não sobrou nada lá em casa, entendeu? **Os móveis que sobrou tá tudo destruído pela lama, entendeu? Porque lá em casa é de laje** (Santiago, grifo nosso).

Tem uma senhora que [...] ela tinha uma casinha de 4 cômodos com banheiro coberta com telha de amianto, banheirinho do lado de fora da casa, **do lado da casa dela tinha o curral das vacas onde o filho dela tirava leite**, então ela... eu convivo com ela [...] e aí nessas conversas ela me contava as histórias e **aí a lama levou a casa dela ela**. Ela conseguiu **salvar a Nossa Senhora Aparecida**, que é santo de maior devoção aqui na região, e **o tacho de cobre que era onde ela fazia os bolos** [...] (Samuel, grifo nosso).

A lama pode ser entendida, então, como um misto de tudo que ela triturou no percurso, e que passou a constituir parte da onda ou da referida “máquina de moer”. Como relatado

“[...] pode ver [árvore] morta em pé, **mas viva você não vai ver** [...] É quando a **árvore morre**, porque ela foi **asfixiada por afogamento pela lama**, mas ela não cai, não é arrastada, ela fica de pé, mas ela tá morta [...] é um zumbi [...] botânicos até que **usam**”

(Amanda, grifo nosso). Uma destruição que culmina em mudanças no entorno, com a perda da fauna, da flora, de espaços de socialização como escolas, igrejas, cachoeiras, etc. “Lá [Bento Antigo] tinha duas cachoeira, uma foi atingida, a outra não” (Santiago).

Árvores “mortas em pé”, casas soterradas e saqueadas, animais atolados e pessoas destroçadas em Bento Rodrigues. Era o início da destruição da comunidade. A avalanche de lama transforma e deixa as marcas. “[...] aí ficou **a marca da lama na casa**” (Míriam, grifo nosso). Restos de animais, colchões, mochilas, sapatos, carros, casas, etc. Decorridos mais de seis anos, a destruição ainda era visível, como apresentado a seguir.

Fotografia 3 - A destruição persiste em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 4 - A destruição persiste em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.



Fotografia 5 - Marcas da lama na Zona Rural



Fonte: dados da pesquisa.<sup>21</sup>

A onda de lama continuou, então, seu percurso rumo à Paracatu. Quando a **primeira onda** seguia em direção à comunidade, órgãos oficiais tentaram alertar a comunidade a se retirar de suas casas. Apesar disso, não cientes de residirem em área de risco (MINAS GERAIS, 2015), “**só acreditaram depois que eles viram a lama chegar**, e que o helicóptero do corpo de bombeiros que estava sobrevoando [...] fez um vôo mais rasante e orientou, aí que eles correram pra parte mais alta” (William, grifo nosso).

Depois de atingir Bento, a lama chegou em Paracatu de Baixo. “E o lugar **mais inteiro de Paracatu é o cemitério** que fica no alto de uma colina, e de lá você vê a destruição todinha” (Amanda, grifo nosso). Paracatu de Baixo é um subdistrito da cidade de Monsenhor Horta (MG), também banhada pelo rio Gualaxo do Norte. Aqui, a onda de lama desalojou aproximadamente 90% da população, forçando 140 famílias a deixarem a localidade. Paracatu possuía um centro urbano com ruas, calçadas, casas e espaços públicos de uso coletivo, como praça e escolas, além de propriedades rurais, mais afastadas do centro, nas quais agricultores trabalhavam em atividades de subsistência (REASSENTAMENTO... acesso em 4 out. 2022).

Foram destruídos, além de imóveis, aspectos imateriais que configuravam um **estilo** de vida comunitário na criação dos Espaços Antigos, desconfigurado com a chegada da lama. O desastre modificou relações e atividades, inclusive produtivas, havendo não somente um deslocamento físico de pessoas, mas **dos modos de vida**. Inúmeros relatos e também documentos oficiais apontaram que os entrevistados precisaram enfrentar desafios relacionados ao sustento, à moradia, ao tratamento dado pela Renova aos animais, passando a

---

<sup>21</sup> Registro fornecido pela entrevistada Míriam por *WhatsApp* no dia 21/02/2022 para utilização na pesquisa.

aprender a linguagem dos tribunais e a lutar judicialmente por direitos para si e para seus animais (MINAS GERAIS, 2021b).

Ao longo dos processos de reparação e compensação, do primeiro ano ao presente momento, “a cada dia que se passa os atingidos são revitimizados [...] perderam tudo, inclusive o estilo de vida pacífico de que desfrutavam na vida em comunidade e a tranquilidade que o convívio diário nas comunidades atingidas lhes propiciava” (MINAS GERAIS, 2015, p. 9). Como relatou William, “[...] nada vai pagar aquilo que eles [atingidos] perderam, que é a história, que é a vivência, que é a comunidade [...] os laços familiares”.

As características desse estilo dão sentido também à forma como estão configuradas as relações entre tutores e animais nos Espaços Antigos. A palavra “doméstico” (Amanda) ou “domesticado” (Renato) ganha uma conotação diferente quando associada ao estilo comunitário e pacato (MINAS GERAIS, 2015), o que passou a ser substituído pelo controle maior em canis e pela preocupação de que os animais sobrevivam nos Espaços Antigos e não fujam nos Provisórios. Um animal doméstico nos Espaços Antigos, por exemplo, viveria solto, “pastando”. Já nos Provisórios e Novos, caso não estejam “confinados” ou “presos” (Renato) em canis, por exemplo, correm o risco de fugir. Esses espaços irão requerer condições condizentes com essas diferenças.

[...] porque os **animais domesticados do interior** também eles não são aqueles animais que vivem confinados né, **os animais domesticados eles vivem soltos** [em comunidades rurais], eles **não vivem presos, né, eles vivem pastando**, eles **às vezes eles a se alimentam de outros animais, às vezes eles viram alimento para outros para outros animais** [...] (Renato, grifo nosso).

Com a avalanche de lama, foi perdido o acesso aos meios tradicionais de vida que incluem, por exemplo, a agricultura, a pesca, a pecuária, etc. e as trocas que esses meios propiciavam (MINAS GERAIS, 2015). A horta, o cultivo de alimentos, tudo vai se modificando na produção dos espaços, como apresentado a seguir.

Hoje é **completamente diferente**, hoje não, e era a comunidade inteira, não era só a minha família [...] não, **era a comunidade inteira**. Hoje eu vejo que a gente **sofre sozinho, a gente vive sozinho** [...] tempo, e a questão da moradia. **Paracatu era todo mundo grudado com todo mundo**, Paracatu **as casas não tinha muro não** [...] não era **nada separado**, você **plantava um pé de goiaba**, o pé de goiaba **deu goiaba ou se não deu, você ia comer goiaba** do mesmo jeito (Márcia, grifo nosso).

[...] a gente **perdeu né esse espaço** de, de ter a, a mata virgem, **a mata para poder plantar, criar criações** (Eulália, grifo nosso).

[...] **criar uma galinha, um ovo, talvez até um pocinho de peixe lá perto da água e a lama veio tampou isso tudo**. Olha quantas quantas **engrenagens a lama destruiu** nesse nesse sistema, nesse mecanismo da da da sobrevivência, **da subsistência principalmente** porque uma coisa é ser um **grande comerciante, ser um grande fazendeiro**, você tem pra onde é fugir, mas outra coisa é ser só um **pequeno sitiante** (Samuel, grifo nosso).

As comunidades foram pegas de surpresa pelo alcance inesperado da onda de lama e, a princípio, não se pareceu imaginar seu potencial destruidor, como mostram os relatos. “[...] a lama [...] **virou esse tsunami que virou**. E a defesa civil de Barra Longa ligou para **para a Samarco, eles falaram que não ia chegar** a lama em Barra Longa, as pessoas ficaram quietas [...] quando assustou **a lama chegou**” (Marcos, grifo nosso).

Ela [onda de lama] **vira uma onda gigantesca, uma tsunami**, muito semelhante a uma tsunami de verdade, né criada pela natureza marinha né, é, é, é, só que **feita de um material muito pior do que a água né**, e avançando da terra pro mar, e não do mar pra terra [...] **Ela tem essa força**, é uma força geológica né, ela **tem um poder destrutivo na verdade, maior até do que um tsunami, que só tem água**, se você for **pensar, ela [onda de lama] é pior** (Amanda, grifo nosso).

Nas palavras de Marcos (grifo nosso), “no início do processo [reparação] [...] **só falava em Bento e Paracatu de Baixo**, mas existe **outras comunidades** [...] totalmente **devastadas** quanto Bento e Paracatu, mas a mídia não sabia, **ninguém sabia**”. É o caso de subdistritos da Zona Rural. A lama bloqueou o acesso a muitos desses subdistritos. Logo depois do rompimento da barragem, as populações de Bento Rodrigues, Paracatu e da Zona Rural ficaram isoladas em pontos altos, onde aguardaram por equipes de resgate, que chegaram na manhã seguinte (MINAS GERAIS, 2015).

[...] **a lama chegou a quase quinze, dezesseis metros de altura, pra você ter uma ideia...** então, assim, como o **Bento** é um vale, né, tá dentro de um valezinho, e a princípio **quando a lama, ela... veio descendo, né, da Samarco em direção ao Bento, que ela entra em contato com o córrego...** com o córrego que corta Bento, que vai, depois, sair ali embaixo em (Gualaxo) do Norte, **ela [lama] [...] destruiu pontes, né**, tinha um caminhozinho, um, uma **estrada de acesso por Camargos** [...] (William, grifo nosso).

Como relatou Larissa, “[...] no primeiro momento entendia que só o Bento que tinha sido destruído [...] nem cobria Paracatu aí depois ampliou pra Paracatu né, Bento, Paracatu e Zona Rural [...] a mancha ela é uma estimativa [...] a gente teve aí é, mais de 600 km” percorridos pelo rejeito. Nas palavras de Amanda “era um **desastre em construção mesmo**, porque [...] **ninguém sabia como** é que uma quantidade absurda daquela rejeito **ia se comportar né** [...]”. A entrevistada Míriam (grifo nosso) afirmou que “a lama chegou, assim, **ninguém avisou**, minha família saiu **com lama na altura do, do peito** assim”. “[...] a própria empresa ela **não passou as informações corretamente** como ela deveria ter passado [...] (William, grifo nosso). A imprevisibilidade e a assimetria de informação foram aspectos percebidos pelos relatos, como segue.

[...] alguns moradores de Bento Rodrigues que tinham esse conhecimento, né, sabiam o que era uma barragem, **mas a grande maioria não**, igual, eu me lembro

da narrativa [...] “**O que a gente pensava quando falaram que a barragem rompeu era que no dia seguinte é nós** chegaríamos a **água ia baixar, a gente ia limpar as casas e voltar a nossa vida normal**”, isso assim como moradores de **enchentes** né passam por isso, perde-se alguns **alguns pertences, é, mas fazem a limpeza e conseguem voltar, retomar a a a** sua localidade, então primeiro foi **de fato perceber o que é um rompimento de barragem**, que eles não poderiam, **não teriam essa possibilidade de voltar pros seus imóveis** [...] porque a grande maioria achava que a empresa teria que limpar, **é, e eles iriam reconstruir os seus modos de vida ali na localidade**, entender né que o ocorreu, no caso da comunidade **Bento Rodrigues**, a **negligência** que muitos já falavam, mas é **comprovação né dessas narrativas não existiam** (Larissa, grifo nosso).

[...] quando aconteceu o rompimento, a minha **expectativa** era essa entendeu, que fosse (retirado) que que **tentasse devolver para a gente nosso universo, nossa vida outra vez**, à medida que os anos foi passando, tô falando é uma questão pessoal né, eu percebi que não dá mais pra viver aqui [...] quando estourou essa barragem de Fundão **nem a nem a empresa sabia que a lama ia atingir tantos lugares aonde atingiu** e... [...] se escondem atrás da... a empresa **se sabia fazia de conta que não sabia** [...] (Marcos, grifo nosso).

Eu pra falar a verdade eu **achei que a lama ia passar lá em uma altura baixa, a gente ia sair e depois a gente ia descer com a lama batendo no joelho, na cintura eu não sei, a gente depois ia lavar a casa e ia ficar tudo bem**, na minha cabeça era isso, você acredita? Achei que nós ia **lavar a casa e ia continuar no nosso local lá**, eu achei que ia acontecer isso, eu **não imaginava** que vinha daquele jeito não (Márcia, grifo nosso).

[...] a gente recebeu a ligação que aconteceu o rompimento lá da barragem de Fundão. Só que as informações, elas não... **não estavam muito claras**, né, quer dizer, então, é... **houve um conflito muito grande de informações**, inclusive **alegações não verídicas** [...] num primeiro momento a **informação que nós tivemos é que a barragem já havia rompido, Fundão e Santarém, né... é... e que todo mundo... que todos os moradores do subdistrito de Bento Rodrigues estavam mortos**, que a lama tinha **pegado todo mundo**, e que **havia corpos boiando na lama, animais, enfim, essas foram as primeiras informações**. E essas informações tavam **muito confusas** [...] então era uma coisa **assim muito... é... nada certo** (William, grifo nosso).

Além da assimetria de informações, antes do rompimento da barragem mobilizou-se recursos continuamente para discursivamente criar um suposto espaço seguro de riscos. Como relatou William (grifo nosso), “[...] os moradores falam e afirmam que a empresa várias vezes foi até a comunidade [...] falavam que as barragens estavam **seguras** [...] era **impossível de romper** [...] que eles **não precisavam de se preocupar**”. Embora não tenha autorizado a gravação, na visita guiada acompanhada pelo representante da Renova, este informou que visitava as comunidades apresentando o **não-risco** do rompimento de barragens na região, pois, conforme relatado, ele não acreditava que ocorreriam. Aqueles que decidem permanecer no entorno após o rompimento precisam aceitar, além dos riscos de contaminação pela chegada da primeira onda de lama, estarem vulneráveis à possibilidade de novos rompimentos. “[...] A [propriedade] que eu morava ela foi parcialmente atingida, e ela é área de alto risco né” (Marcos).

Assim, (re)ocupar as ruínas significa arcar com as potenciais consequências de conviver com a toxicidade da lama em aspectos que vão além do seu potencial de contaminação, incluindo **o medo** por habitar um espaço onde **pode ocorrer** outros rompimentos, pois “[...] quem garante que os moradores da outra parte da Vila Samarco não serão atingidos” (Larissa)? A defesa civil interditou a região, mas parte das famílias dessas comunidades convivem diariamente com rejeitos, em situação precarizada, **isolamento** comunitário e espera por reparação, como mostram os relatos a seguir (CABF; CÁRITAS, 2022). Como relatou Marcos (grifo nosso) sobre o isolamento “[...] Uma [...] **foi 100% destruída** e as outras 2 não teve lama não teve lama mas ficou **isolada entendeu?** [...] **o isolamento** [...] classifica a pessoa como atingida também”.

[...] estamos falando de pessoas que permanecem na área impactada e aquele espaço todo ele precisa ser reorganizado, precisa de reconstrução, um exemplo disso são algumas famílias, para você entender, é a a às vezes, houve uma destruição de parte do terreno né, daquela pessoa, mas a casa não, então ela segue morando lá na área, embora o terreno dela esteja destruído, então ela precisa de um todo um processo de de de reparação, mas necessariamente **ela não saiu, ela segue morando**. Então [...] esse espaço foi completamente desorganizado. É, para esse espaço é preciso dizer que **já existem vários estudos que apontam altos índices de contaminação ambiental, metais pesados, cancerígenos e essas pessoas estão convivendo com isso**, então isso tem um impacto muito grande, e quiçá **é como isso vai ser no futuro**, esse **material segue em suspensão na região, né**, ele segue percolando no solo, ele segue seguindo rio abaixo, e chegando até o oceano, cada vez que chove desce um pouco mais, e o que [...] **representa para o meio ambiente?** [...] ninguém sabe ainda os impactos disso (Gregório, grifo nosso).

Ainda presente nos territórios, a lama apresenta **riscos de contaminação** por ser composta de rejeitos de minério e substâncias carregadas devido ao rompimento da barragem (CABF; CÁRITAS, 2022).

Então assim, às vezes, na época a gente ficou até com medo de comer frutos dessa mata, desses matos lá, dessas áreas, né, preocupados que, o que tinha no rejeito, pudesse prejudicar a saúde da gente. Então assim, tivemos muito medo, e até hoje, na verdade, tem né (Eulália).

[...] porque né a lama ta de alguma forma lá no rio ainda, então, né, tem um processo de contaminação (Míriam).

Além dos riscos à saúde, a não remoção da lama de rejeitos “afeta também a qualidade da produção agropecuária [...] gera prejuízos à soberania alimentar daqueles que produzem para consumo próprio e perdas econômicas das famílias da região” (CABF; CÁRITAS, 2022, p. 24). Por ter sido a primeira comunidade atingida, comparativamente, Bento apresentou maior destruição, e seu entorno, como apresentam os seguintes relatos,

**Bento Rodrigues foi a catástrofe maior**, porque em Bento Rodrigues perdeu-se vidas, foram **19 vidas e um aborto provocado no ato do rompimento**. Eu escrevi, eu denominei disse assim, perderam 19 vidas e **impediram uma de vir à luz**. Então tem esse mal que para mim dos males é o maior de todos, porque **nem toda tudo o patrimônio que foi perdido** para mim não não chega aos pés do amor, nem de

nenhuma daquelas vidas, pra mim **não tem nada mais importante que a vida humana**, nada, então Bento Rodrigues teve essa perda, perda das casas, uma coisa que não sei se você viu ouviu com precisão, mas **é terrível de ver, eu já prometi para mim que eu não volto lá mais**, já fui lá 2 vezes não volto mais, não tem necessidade de ir lá, **eu só vou lá aumentar a minha dor, minha tristeza [...]** (Samuel, grifo nosso).

[...] eu chamo de zona quente até Candonga sabe, de Fundão até ali é, a hidrelétrica de Candonga que é realmente, são mais ou menos 100 quilômetros, e **é onde ficou concentrada boa parte, algo pesado, da destruição e dos rejeitos**. É claro que a bacia do rio Doce foi toda afetada, **mas não dá pra comparar o que aconteceu nessa região, com o que aconteceu para baixo entendeu**. É até por, não que os outros não seja grave, mas **é que lá é colossal, é colossal é colossal. É uma zona de destruição assim**, que você nem de avião sobrevoando você consegue ter uma boa noção, eu acho que **só mesmo do espaço você consegue ter uma imagem do tamanho da devastação que aconteceu ali né, era muito impressionante** (Amanda, grifo nosso).

Quando o entrevistado Samuel (grifo nosso) se refere às vidas perdidas, ele menciona as vidas **humanas** destroçadas assim que a primeira onda de lama atingiu os Espaços Antigos. O entrevistado enfatiza que para ele **“não tem nada mais importante que a vida humana, nada”**. Estamos tão imersos em nossas próprias experiências que constitui um esforço resgatar a polifonia das vozes que compõem os espaços analisados.

Para a entrevistada Amanda, o rompimento da barragem de Fundão “[...] **varreu a paisagem**.”<sup>22</sup> Então você não teve só a destruição da fauna, da flora, você teve do lugar [...] **deixou de existir**, você arrancou um lugar da Terra, varreu aquilo, **destruiu**” (Amanda, grifo nosso). “Quer dizer não a paisagem, **mas a ausência** [da paisagem], a **devastação** dela, né” (Amanda, grifo nosso).

Considerando a magnitude da devastação ocorrida, a entrevistada Amanda (grifo nosso) sugeriu uma comparação entre o desastre em Mariana e aquele ocorrido em Chernobyl em 1986. “Ah, **uma destruição inominável né. Assim, até a minha primeira matéria, eu propus que chamassem de Chernobyl Brasileira** e o jornal achou legal, porque era exatamente isso né”. Embora em Mariana não haja radioatividade, pois não se tratou de um desastre **nuclear** como em Chernobyl, a associação entre os dois desastres foi feita em relação à destruição, “[...] em termos de **não existência, porque Chernobyl se tornou um não-**

<sup>22</sup> Os relatos de Amanda apontam para um entendimento de paisagem mais como uma fotografia multiespécies, enquanto aqui compreendemos a paisagem de forma dinâmica, constituída pelos encontros multiespécies que constantemente a formam (AISHER, DAMODARAN, 2016; TSING, 2019), a entrevistada se refere ao aspecto “mais do meio físico [...] aí eu falei mais do meio físico mesmo, a paisagem física como base de todos os problemas sociais que os caras tiveram depois né”. Para Amanda a paisagem inclui “fauna, flora, pessoas, rochas, tudo que deveria estar ali”. “Rios, pessoas, montanhas, tudo”. Nas palavras da entrevistada, “a gente trabalha muito com com o fato né [...] paisagem [...] tipo tudo o que havia naquele lugar e que agora não há mais” (Amanda).

**lugar**, ninguém vai a Chernobyl, fora cinegrafista **atrás de animais selvagens que apareceram lá**, ninguém vai a Chernobyl” (Amanda, grifo nosso).

[...] Mariana **ninguém vai mais a Bento Rodrigues e a Paracatu de Baixo, porque Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo não existem mais. Então sabe é você extinguir o lugar sabe**, é o desastre... no caso de Chernobyl né, no caso de Paracatu e Bento não dá nem pra ser **fantasma**, porque **é um não-lugar né**, porque a maior parte daquilo su... [...] (Amanda, grifo nosso).

“Em Chernobyl o lugar na verdade, **ainda existe** né, só que você não pode mais ir lá, porque é, ele foi, aí sim **contaminado** por radioatividade. Em Mariana **o lugar é não existe**” (Amanda, grifo nosso). Uma região em ruínas deixaria de existir por não haver presença **humana**? A contaminação não se manifesta apenas no solo e em sua importância para atividades humanas, propaga-se no tempo a partir de elementos não-humanos e de relações mais que humanas possibilitadas ou dificultadas.

Ao seguir a lama com um olhar multiespécies, pontuamos que as perdas e as possibilidades de (re)ocupação são **mais que humanas**. Conforme a entrevistada relata, “[...] então é tipo assim, **são lugares que na prática deixaram de existir**, tanto Mariana quanto Chernobyl, porque **eles não servem mais pra pessoas né**” (Amanda, grifo nosso). E as espécies selvagens que passaram a existir em Chernobyl e que parecem permanecer lá mesmo quando perturbadas, em última instância, por atraírem fotógrafos e turistas? E os elementos não-humanos e não-vivos na composição da paisagem em Mariana? E os humanos que resistem apesar dos riscos, que (re)ocupam, e relacionam-se com não-humanos, modificam e são modificados por eles?

Quando Tsing (2015a) afirma que temos o desafio de ocupar as ruínas, ela não restringe à ocupação por **humanos**, que inclusive podem **descaracterizar** o que se espera de uma região destruída, por meio de práticas que modificam e reorganizam espaços. Como Tsing (2019) aponta, as ruínas podem ser ocupadas por plantas, veados, árvores e todo o conjunto de relações possíveis. Relações de simbiose, por exemplo, das árvores com os fungos para manutenção da vida. A chegada da lama representa, portanto, não uma destruição do que seria uma suposta natureza separada, mas das relações que a tornam vívida, dos mutualismos que a faz existir enquanto encontros multiespécies em formação, como apresenta o relato a seguir: “[...] e as **árvores** assim, você vê uma destruição **enorme de árvores e de plantas que dependiam das árvores, bromélias, orquídeas, e qualquer outro tipo de epífita** [...]” (Amanda, grifo nosso).

Para Amanda, após o desastre, “[...] **eles enterraram o lugar** [...] é a **extinção da paisagem** [...] eles fizeram lá um parque temático de destruição em cima”. Acreditamos que

os Espaços Antigos não foram enterrados porque agora abrigam destruição. Isso seria desconsiderar tudo aquilo que passou a existir nesses espaços quando a característica de comunidade se perdeu com os destroços, como os diques, a vegetação que passou a se propagar para escamotear as ruínas, as placas que materializam disputas pelo território, enfim, a forma como as práticas anteriormente vigentes de convivência próxima à terra e ao rio deram lugar a novas práticas.

Neste contexto, as ruínas, mais do que um berço de memórias humanas, representam a possibilidade de uma ocupação **não-humana**, tornando-se abrigo de novas espécies que habitam espaços menos convidativos aos humanos. Em Mariana, a destruição alterou, portanto, a temperatura do solo, e as relações estabelecidas para a sobrevivência de espécies, como apresentam os relatos a seguir.

[...] camaleão, lagartixa é o que você mais vai ver lá. [...] Tem, **camaleão, calango** [...] **Passaram a ter por causa das ruínas** e também porque o local é quente né. É [...] rejeito material arenoso, eles adoram. E cobra, tem cobra lá que não tinha pra, igual Cascavel [...] E também, **capivara** [...] e vão vão eles [capivara] tão muito lá (Arthur, grifo nosso).

[...] **as ruínas né deixadas lá e a ausência de moradores, além da grama alta, aquilo se tornou um grande esconderijo**, e aí começaram depois de um tempo surgiu uma grande quantidade de **escorpiões principalmente escorpiões amarelos**, ham, e **serpentes** [...] **cascavéis**. [...] é muito difícil né falar é é (pausa) de um modo mais preciso, porque eu não sou [...] da área biológica, mas [...] **todo esse esse esse ecossistema ele sofreu sim**, [...] precisa de um estudo mais mais preciso pra saber quais são as outras espécies que vão se **adaptar àquele local**, né, mas essas são as que eu posso relatar assim muito a grosso modo, né? (Larissa, grifo nosso).

Quando há uma ruptura de relações de simbiose, à medida que a associação é rompida pela morte de uma das espécies, a resiliência se torna um fator fundamental à adaptação. Isso pode ser facilitado conforme as espécies aprendem a sobreviver em uma região já alvo da perturbação humana ao longo do tempo, como pontuado a seguir.

[...] andei lá num lugar que você **tinha uma bromélia no chão**, bromélia **numa candeia**, e **a candeia tava morta**, mas **a bromélia tava viva**, não sei por quanto tempo [...] algumas espécies [...] elas tavam vivas, caiu o ninho **delas**, mas **elas refizeram o ninho** dela, então tem uma **resiliência muito grande**, eu acho até que a resiliência daquelas espécies ali, porque já são **espécies mais resistentes**, elas já viviam numa **área muito impactada pelo homem há séculos** [...] são **espécies muito resilientes** né (Amanda, grifo nosso).

O que Tsing chama de “ocupar as ruínas”, no contexto empírico da pesquisa, traduz-se em resiliência para conviver com lama e tudo aquilo que ela evoca, incluindo mudanças no ecossistema e a necessidade de **ocupar um espaço destruído** que, embora sem a radioatividade de Chernobyl, permanece contaminado pelas práticas destrutivas das três ondas. Ao atentarmos para práticas que levaram a um afastamento da **ocupação humana** em



Bento antigo, por exemplo, percebemos que esse espaço vai adquirindo uma configuração que lança luz sobre elementos não-humanos que podem se proliferar de forma intencional ou não em um contexto de desastre, como os animais silvestres. O descentramento do humano que pretendemos aqui é refletir sobre o que a entrevistada Amanda mencionou como “um não-lugar” na intenção de dizer o que deixou de existir.

Na Antropologia, o conceito de não-lugares de Marc Augé é um clássico: trata-se de **espaços desprovidos de sentido, relações** sociais e identificação e existem temporariamente e não tem quaisquer conotações de relações, histórias, identidades para os indivíduos – humanos, poderíamos acrescentar – que os ocupam (WEINFURTNER, SEIDL, 2018, p. 4). Esta noção pode ser problematizada à luz de uma perspectiva multiespécies, na medida em que consideramos que os espaços são, muitas vezes, manifestação de experiências mais que humanas. Sendo assim, problematizamos a associação da inexistência de uma região destruída por ela não apresentar a presença **humana** como antes. Quando a entrevistada relata que o **“lugar deixou de existir”** (Amanda), mesmo que ele não se configure como era antes para humanos, ele existe para não-humanos, em uma existência que acaba sendo, até mesmo para os próprios habitantes humanos da região, invisibilizada. Essa limitação e invisibilização também é perceptível na teoria organizacional, por exemplo, quando consideramos aqui que a prática se torna prática quando é socialmente reconhecida como um fazer institucionalizado (GHERARDI, 2009); pouco se problematiza que este fazer **não é praticado apenas por humanos**, como já discutido neste trabalho.

O desastre afastou o humano das áreas de origem, ao menos em um primeiro momento. A produção dos espaços passou a contar com um habitar não-humano de regiões que, para os humanos, tornaram-se inóspitas, sendo relatadas como espaços “fantasmas”: “[...] é uma **cidade fantasma né, é um lugarejo fantasma**” (Marcos, grifo nosso). Quando a entrevistada Amanda (grifo nosso) afirma “Você tem ali **os animais ocupando** regiões **fantasmas** sabe”, tanto o relato dela quanto de Marcos parecem atribuir ao termo a não-ocupação humana, já que outros animais passaram a produzir esses espaços, que se tornaram menos habitáveis à ocupação humana.

Mesmo que os Espaços Antigos não fossem atrativos ao homem, esse não-ocupar humano não significa, no entanto, que **outras formas de vida** e *multispecies assemblages* não pudessem dar outro tom à paisagem a partir de coordenações diferentes. Pelo contrário, a ausência humana pela destruição abre espaço para animais “muito muito móveis” (Amanda) e o enfraquecimento do humano na criação dos espaços atrai espécies selvagens, por exemplo, neste (re)ocupar mais que humano, como mostrado a seguir.

[...] eu mesma vi com **meus próprios olhos** assim, **iraras** por exemplo, que é um animal, **papa-mel não é um bicho muito fácil de você ver na, assim é meia arisca sabe**, e é ficou tão isolado aquilo, que elas começaram a aparecer [...] eu acho que **abriu espaço pruma fauna que vem de longe né**, esses bichos são **muito muito móveis** [...] certamente **uma quantidade enorme de animais oportunistas** né, aí a todos os ratos do planeta [...] eles [animais] vão sendo empurrados, empurrados pra *nowhere* né, assim, a verdade é essa. **E e e aí quando aparece um lugar que não tem gente, eles vão cara [...] porque não tem gente, não é o que tem, eu acho que ali que não é o que tem de planta, é o que não tem gente sabe, que é o principal predador**, e e e os **bichos realmente não se aproximam de nós**, no mínimo, é **instinto de sobrevivência né**. Então eu acho que é muito isso, **são lugares abandonados**, e lugares **inviáveis pro homem** (Amanda, grifo nosso).

**Seguindo a lama**, é possível perceber que alguns relatos se mostraram muito **centrados ainda no humano**. Embora se reconheça outras “engrenagens” como parte do sistema, ao longo de algumas entrevistas o humano é colocado no centro. “Perder a terra”, conforme o relato a seguir, por exemplo, seria perder o que representa para a vida humana.

[...] esse desequilíbrio ecológico também afeta o ser humano, e afeta o ser humano **em contaminação da água, em contaminação do solo, em contaminação do ar** [...] então dentro sistema que eu te falei que eu **elenquei o ser humano como prioridade o ser humano** tem é simplesmente uma engrenagem de todo esse mecanismo, porque perder a terra, perder a terra é perder todas as **possibilidades de vida para alguém que sobreviveu é 60, 70, 80 anos da terra** (Samuel, grifo nosso).

Voltando o olhar aos elementos não-humanos da paisagem, quando a lama atingiu as comunidades, “a terra nua foi totalmente modificada onde a lama passou, então é **tudo [ações da Renova] direcionado para a melhoria desse rejeito** que permaneceu na propriedade [...]” (Alice, grifo nosso). Argumenta-se, por um lado, que anteriormente ao rompimento da barragem “[o solo] **na não verdade era muito fértil não**, não era muito fértil não [solo], vamos dizer uma terra que ela já **não era fértil**”. Por outro, a fertilidade era suficiente para que a comunidade mantivesse práticas de plantio e colheita, o cuidado com suas hortas, práticas que se perderam ou aguardam serem revividas após o desastre. Acerca das modificações no solo, “[...] uma terra que [antes] tinha características de **neosolo e ambisolo** que são tipos de solos, hoje tem umas características que a gente chama de **tecnosolo, que é um solo modificado pela ação humana**” (Alice, grifo nosso).

A ação humana ao qual a entrevistada se refere se trata do rompimento da barragem. Ressaltamos aqui que as características do solo não são alteradas por qualquer ação humana, mas por uma lógica industrial que se expande continuamente desconsiderando os limites da escalabilidade e as consequências da expansão da mineração. Conforme Alice (grifo nosso) afirma, “[...] o rejeito ele, as características deles **iniciais em 2015**, era um solo completamente infértil, eles tinham **baixa qualidade química e é baixa qualidade física**, a física do solo era bem difícil de ser trabalhado”.

Enquanto a entrevistada explicava que o solo era “biologicamente pobre [...] e fisicamente instável”, eu buscava compreender o dito e não-dito no relato. Percebi que a chegada da primeira onda de lama trouxe não apenas infertilidade aos Espaços Antigos após o rompimento, mas o discurso de que o solo, antes do desastre, já não era muito fértil e uma linguagem **técnico-científica** (neosolo, ambisolo) para embasar isso.

A lama, para os atingidos, torna visível a destruição, o caos, as “marcas da tragédia”, as memórias e a alteração das relações. Já para os não-humanos representa a dificuldade de reprodução decorrente da infertilidade do solo. O rejeito afastou a fertilidade do solo e a **pluralidade de formas de vida**. “[...] o que desceu foi um um estrato muito fino né, **totalmente inerte** e é a grande **dificuldade** que a gente teve aqui em relação a isso é a parte de **fertilidade**” (Alice, grifo nosso). A infertilidade do solo dificulta novas coordenações a partir da terra (vegetação, microrganismos), para além das relações que humanos estabelecem com o solo. Assim, embora o relato a seguir apresente a importância da terra para a realidade dos atingidos, a infertilidade limita todo um conjunto de relações que frutificaria pelo solo como forma de **propagação da vida**.

[...] e outra coisa que é muito doloroso de se ver e pro homem que nasceu na terra, pra mulher que nasceu na terra, que plantou horta para cuidar dos filhos, que **não passou fome porque ela plantava** e o marido trabalhava talvez uma fazenda e ela plantava em casa, que é a grande gestora que quem impede a fome é a mulher na maioria das vezes ela, quando a gente **olha para a terra e vê a terra coberta com uma camada de algo improdutivo** é como se você **olhasse para um irmão seu, como se você olhasse pra um parente muito próximo**, ou prum amigo muito próximo e **visse ele morto**. A terra é um integrante da família (Samuel, grifo nosso).

Além da infertilidade do solo, o desastre levou à morte de corpos de água como espaços de **reprodução da vida não-humana**. Muito além do rio como fonte de renda ou de subsistência das comunidades, em vez de limitarmos a perda de corpos d’água à diminuição ou inviabilização da atividade produtiva humana a partir deles, enxergando rios como recursos (extrativos) para humanos, pontuamos que a destruição de ambientes aquáticos leva à morte de uma série de encontros multiespécies que aquela água abriga.

A partir do momento que a lama atinge o rio, destrói também formas de vida e relações mais que humanas que se constituem nas profundezas e na superfície de tudo aquilo que também é rio, espécies de peixes, microrganismos, biodiversidade. A destruição de corpos de água e a infertilidade do solo culminam, assim, na morte de animais que já existiam no entorno e na destituição de vidas não-humanas que existiriam e se propagariam em condições contrárias, de fertilidade.

Um corpo de água não é perdido meramente por humanos, que iam contemplar o rio, utilizá-lo como meio de sustento, transporte ou lúdico, etc. Mas por todo um conjunto de vida aquática submerso, como diferentes espécies de peixes, de algas, de microrganismos e de relações estabelecidas dentro e ao redor do rio, seja de animais que iam saciar a sede, banhar-se, reproduzir-se, seja de bactérias. Nas palavras do entrevistado Marcos (grifo nosso), “no rio nosso você não achava **nem bactéria, morreu tudo**”. “Olha os [animais] da vida **aquática**, imagino que a **perda** tenha sido total [...] agora na água a **destruição** é muito grande [...] muitos cursos d’água **deixaram de existir** [...] milhares de nascentes foram destruídas” (Amanda, grifo nosso). E entrevistada prossegue

[...] **em Mariana né**, é aconteceu muito isso, as **pessoas** [...] achavam que o rio, só porque o rio Gualaxo e o o Carmo né, e o Doce que nasce do Carmo né já estavam sujos, ah mas ele já tinha aquela cor barrenta. **Ah meu caro, mas ele não tinha coloide no fundo dele não**, e mesmo que tivesse, ninguém tem o **direito de colocar mais né**. Então a palavra de ordem é **restaurar e não destruir e devastar** (Amanda, grifo nosso).

As perdas não-humanas desses espaços como formas de reprodução da vida aquática são difíceis de serem precisamente mensuradas. Nas palavras de Amanda (grifo nosso), “muito difícil. E **como é que você vai estimar isso** [perdas de fauna e flora], **se o lugar não existe mais, tá sepultado forever?**”. A importância da perda não-humana se mostra por vezes centrada não pela vida em si, mas por aquilo que representa para o humano. Como afirmou Ricardo, “eu acho que a importância da perda tá nessa questão mais de conhecimento mesmo de de conservação de áreas [...]”. O relato seguinte também aponta as consequências da perda de biodiversidade para o humano.

[...] **you muito provavelmente você não tem um dimensionamento da perda** porque não dá para você fazer resgate de **um sapinho que era desse tamanho assim, e qualquer perda de biodiversidade ela é fundamental né assim**, quando a gente quando **a gente perde biodiversidade a gente perde o conhecimento né** [...] **se você perde uma espécie, perde uma oportunidade de estudar uma determinada área**, foi-se para sempre. Então eu acho que **o maior impacto é esse assim** com certeza aconteceu [...] (Ricardo, grifo nosso).

Considerando o potencial da biodiversidade e da tecnologia para desenvolvimento de produtos, faríamos uma primeira leitura do trecho a seguir pensando, como o entrevistado, que a perda de espécies representa a diminuição de oportunidades de geração de conhecimento para a indústria farmacêutica, por exemplo. No entanto, a partir de um olhar mais atento ao descentramento do humano, não poderíamos deixar de ressaltar que a perda de um indivíduo (ou de toda a) espécie por sua morte em si. Essa perda dificultaria possibilidades de reprodução de vidas não-humanas, muito além do mero potencial das espécies como insumo para conhecimento humano, como segue.

[...] esses animais [são] super importantes né e se você parar para pensar assim, ó vou te dar um exemplo de de de **importância de biodiversidade: remédio para pressão alta** é feito com veneno de jararaca. [...] Pois é então quando você para assim, quando você perde uma espécie, um gênero, não que elas, não que você vai perder todo aqui né, **mas assim quando você perde um sapinho às vezes você tem, tinha uma composição no veneno que ele tinha nas costas que poderia ser usado pra um medicamento tal**, então parece ser besta mas é o exemplo mais fácil de dar do **mundo da biologia é o veneno de jararaca** [...] ele [medicamento] é feito com base na, numa **proteína** que foi tirada do **veneno da jararaca** (Ricardo, grifo nosso).

O desastre trouxe à tona características de uma região já perturbada pela mineração, como apresenta o relato a seguir: “[...] aconteceu num lugar que já era muito **devastado pela mineração**, mas o lugar **existia**, aí até eu ouvi [...] o rio já era sujo [...] aí por isso você pode acabar com ele de vez? [...] em vez de resgatar [...] você mata **o rio**” (Amanda, grifo nosso). Apesar de compreendermos que a chegada da primeira onda de lama desencadeou uma série de modificações socioambientais na região, concebendo-a como **espaços**, argumentamos que os Espaços Antigos, embora destruídos, **não deixaram de existir**, não estão “sepultados” (Amanda). Eles passaram a ser praticados a partir de lógicas determinadas (camuflagem, afastamentos, etc.) que condicionaram formas de viver, morrer e ocupar. Passaram a ser configurados por novas coordenações e relações entre tudo aquilo que compõe e altera a paisagem.

Como a entrevistada Amanda pontou, em Chernobyl pessoas iam “**atrás de animais selvagens que apareceram lá** [...]” (Amanda, grifo nosso). Para esses animais, Chernobyl não somente existe, mas foi uma região por eles reocupada após a explosão do reator nuclear. Isso também ocorre na formação dos Espaços Antigos em Mariana.

Aí sim, você tem **vai ter a volta dos bichos**, como você teve a volta dos bichos em Chernobyl porque, é óbvio, a **coisa mais nociva que tem é o ser humano**, se você tem paz, **o bicho coitado vai pra onde tem paz, e é o que, um lugar que não existe, um lugar assombrado, fantasma né, é não é assombrado pelos mortos, é assombrado pela destruição**. É um lugar que os **bichos** se sentem mais **seguros** por isso foram pra lá (Amanda, grifo nosso).

Se, por um lado, animais selvagens possam ser vistos como elementos não-humanos que afastariam a **ocupação humana** das ruínas, por outro, a ocupação humana pode ser vista como hostil a esses animais. O afastamento humano na produção dos espaços, então, significaria maior segurança para a volta, por exemplo, de animais com mobilidade maior de locomoção, como supramencionado. Já os relatos a seguir mostram como alterações na fauna e na flora local atraem os afastam determinados animais.

[...] esses animais mais emblemáticos, **eles são muito vagantes né**, então assim, você **pega lobo, você pega a onça, a jaguatirica** que existiam, todos eles existiam, e imagino que existam ainda lá. Só que eles não são animais... eles não, não, é eles

ficam, vagam dentro de um território. Então, eles seguramente fugiram na hora do desastre, e reapareceram quando viram que tinha uma condição mínima pra reaparecer [...] porque o terrestre é isso, são bichos, deve ter morrido muito bicho, mas são bichos mais móveis né, então os que ficaram não ficaram ali né, e se reapareceram foi depois de um certo tempo também (Amanda, grifo nosso).

[...] a flora eles tirou a flora fora, muitos animais migraram do espaço né, foram pra outros espaços e aqueles animais que habitam, tem a flora e voltaram pra esse local [...] E trouxe também animais que que habita naquele local, sem, sem a alimentação, igual os animais rasteiro, é o que mais vê, o lugar ficou mais quente [...] você vê que, o tiú, cê vê muito lá [...] Não tinha tanto não, tinha tinha, mas não era tanto igual hoje, cê anda lá e vê animais rasteiro lá (Arthur, grifo nosso).

A destruição modificou as fronteiras daquilo percebido como interno e externo na configuração dos espaços, porque um conjunto de elementos (vegetação de braquiárias, solo com rejeito, aumento de temperatura, etc.) pode aproximar animais que, antes afastados, passariam a fazer parte da paisagem em ruínas, como apresentado a seguir.

Espécies silvestres assim, espécies a gente já até chegou a ver outras espécies é, algumas espécies reaparecendo lá agora, aí eu não sei se isso tem a ver se tem alguma campanha de de soltar animais nessa região, é mas antes antes você via muito pouco. Existia, é lobo-guará mesmo eu tinha visto uma vez só, mas minha mãe tá me falando que, fim de semana, tem uns dois fim de semana que viu lobo-guará na saída da porteira lá de casa assim [...] e ele [lobo] assim bem tranquilo andando dentro de estrada lá e coisa, mas vamos dizer assim, eu não não sei dizer se tem alguma campanha de soltar animais ou não de, já que está tendo a recuperação da das matas vai ter animais agora ou se realmente os animais tão voltando, mas eu acho que que eles estão soltando animais (João, grifo nosso).

[...] coisas que a gente não via [...] Mas as empresas soltaram, estão soltando peixe e soltando outros tipos de de animais aí, a gente tem visto animais aqui que a gente não via antes do rompimento que é onça [...] um lobo de todo tamanho no asfalto [...] a gente acha que as empresas estão soltando mas eles aparece, a gente não vê eles soltando [...] não sei se é um trabalho da empresa de de falar que a fauna aqui tem tudo bicho, onça, isso, aquilo, eles têm soltado, têm soltado animais aqui (Marcos, grifo nosso).

[Canto da Morte] Um pássaro feio pra caramba, nós não, eu acho que a empresa soltou aqueles lá [Bento Antigo], que nunca vi esse tipo de pássaro lá. Imitando uma siriema, mas não é uma siriema. Ele tem um chifrinho na na cabeça né, parecendo um rinoceronte. Mas nós não identificamo a espécie, mas eu acredito que a empresa que soltou aquele pássaro, aquela Vale lá. Aí, isso, ficou, ficou meio complicado a alimentação lá por causa disso né, que a vegetação e a empresa plantando uma vegetação diferente do que tinha antes, né (Arthur, grifo nosso).

[...] acho que foi mais em Bento que apareceu isso [onça] só que o pessoal está desconfiado que soltou esse bicho lá pra amedrontar o pessoal pra não ir mais [...] o pessoal todo satisfeito tava pescando peixe, depois sumiu. Então eu estou desconfiada que jogou também para mostrar que o rio estava bom, né, só que nada sobrevive naquele rio ali não (Ludmila, grifo nosso).

Em vez de averiguar se as mineradoras “estão soltando animais”, como alguns entrevistados desconfiam (Ludmila, João, Arthur, entre outros), buscamos refletir sobre as relações mais que humanas e sobre aquilo que “deixou de existir” (Amanda) ou passou a

existir de forma distinta e a formar os espaços a partir de um conjunto multiespécies no momento do desastre e em suas modificações ao longo do tempo.

Argumentamos que a chegada da primeira onda extinguiu vidas não-humanas que, inclusive pelo porte, não conseguiriam se locomover a tempo. Como Ricardo (grifo nosso) afirmou, “[...] não dá tempo pra sapo, cobra, lagarto fugir né, ela [lama] passa e **engole** [...] a maioria da fauna que se perde [...] não consegue se **locomover** e [...] ninguém vai nem achar no meio de lama [...] animais **muito pequenos**”.

[...] as áreas que eu andei né, ali perto de Paracatu eram áreas que **tinham uma ação antrópica bem consolidada já assim, margem de rio** [...] mas assim **todo impacto** [...] por menor que seja ele vem para para o mínimo de fauna silvestre **que tem ali** [...] aqueles que menos têm chance de se **locomover né, então foram os que morreram** (Ricardo, grifo nosso).

Uma nova configuração na produção dos espaços passaria a incluir microrganismos que podem se associar a metais no fundo do rio; frutos modificados; menos sapos cantando; mais insetos; peixes diferentes; mais veados, mais capivaras; escorpiões, pássaros, outras espécies de cobras; como apresentam os relatos a seguir.

Aí esse **mercúrio que estava quietinho no leito do rio, ou que tava nas margens quietinho**, e que estava **estável** já, ele foi **revirado pelo rejeito**. Isso foi disponibilizado para os organismos, e a gente não sabe, ninguém sabe afirmar o que que pode acontecer quando os **microrganismos começarem a agir** sobre esse material (Murilo, grifo nosso).

[...] lembro que nesse primeiro ano depois do rompimento [...] **começou a aparecer um número muito grande de veados** (Larissa, grifo nosso).

[...] Tem capivara até, tem até vídeo lá que meu irmão mando [...] E tem **peixe lá que surgiu, aumentou a espécie**. Pássaro também, tem dois pássaro lá, hoje nós vê lá, o bicho chama Canto da Morte [...] [vegetação diferente] fez alguns animais mudar de área e fez outros adaptarem na área dela [...] acabou ficando ruim né, porque no nosso local **lá não tinha muita espécie de cobra, animais peçonhento, e agora é o que mais tem** (Arthur, grifo nosso).

[...] **com a construção do dique**, o que eu pude ver lá foi um aparecimento muito de **capivara** lá, população de capivara lá cresceu [...] **A gente vê quando vai perto do dique assim, então a gente vê as capivara tudo lá**, quer dizer, muito **aparecimento de capivara, né**. No antigo Bento [...] Animais **peçonhentos, né, cobra** [...] aumentou lá muito (Edson, grifo nosso).

[...] **aí elas [goiabas] ficaram grandona**, vermelha, eu não comi não porque eu **não como o trem do território não, mas deu pra notar que tudo ficou muito mais agigantado. Ficou maior**, ficaram mais vistosos [...] **Canarinho, aumentou muito o canarinho nessa região, teve cobra, a gente notou que apareceu muito mais**. [...] **Cobra** na estrada a gente que **a gente não via tanto** (Ludmila, grifo nosso).

[...] **sapo, peixe**, qualquer coisa que viva em rio ou na beira do **rio**, foi severamente impactado né (Amanda, grifo nosso).

Cascavel, **o índice de cascavel** apareceu demais cascavel aqui agora (Marcos, grifo nosso).

**animais muito pequenos** e que e que **nem causam essa comoção assim** né, tipo assim, você vê uma **cobrinha agonizando na lama** você fala “sai pra lá” e **sapo você também vai ignorar** então assim [...] (Ricardo, grifo nosso).

Neste viver mais humano, a “cobrinha agonizando” (Ricardo) causaria ojeriza ao humano, independentemente de a espécie ser venenosa ou não. Percebemos pelos dados como a forma de enxergar cachorros e gatos (*pets*) difere do olhar sobre os ditos animais peçonhentos, silvestres ou selvagens, o que altera a própria relação entre humanos e animais na criação desses espaços. Enquanto cachorros podem ser enxergados como parte da família, dignos de serem salvos, a cobra ameaça o humano, devendo morrer, portanto, como aponta o relato de Ricardo (grifo nosso) de que “A tendência das pessoas é **matar a cobra** quando vê né, **mata** porque pode **morder**, tem veneno [...] **a maioria das cobras não são peçonhentas, não são, não tem veneno**”.

Quando abordamos a destruição dos espaços enfocando as relações multiespécies, pretendemos reforçar que a morte de uma população de cobra não representa apenas a perda de cobras ou de seu potencial para produção medicamentosa, mas está relacionada à descontinuidade de uma série de *assemblages* que se formavam com o sapo, com os insetos, entre outros elementos não-humanos que têm sido perturbados pelo humano.

Os desequilíbrios socioambientais decorrentes do desastre são refletidos inclusive a partir da migração de animais e na reconfiguração de relações de simbiose e seus efeitos em relação a microrganismos, ao solo e à vegetação local, por exemplo, nesta teia multiespécies. Como o entrevistado Fernando (grifo nosso) pontua, “Com a chegada da lama [...] os **animais saem de determinados lugares, eles vão pra outros**, então o **ecossistema ele é todo modificado** né, então isso tudo acaba influenciando”. Após o desastre, o aumento da temperatura, a infertilidade do solo e outros fatores modificaram uma série de relações ecológicas que envolviam relações mais que humanas na terra, no ar ou na vida aquática, como mostram os seguintes relatos.

Ó, eu participei da pesquisa [...] mudou o comportamento **por causa da temperatura dessas comunidades que ela aumentou**, então **animais que conseguem viver num certo ambiente não consegue mais, igual é o exemplo do sapo, é, esses aquático** [...] tem hora que aparece um uns peixes lá grandão, zoiado, barrigudo, uns peixe bonito, então eles [pesquisadores] falaram que **eles tiveram mutação** e fez uns testes também comprovou que ele não é, não é pra comer [...] goiaba que a gente viu lá que teve goiaba lá que nunca teve do tamanho que teve [...] a goiaba não tem jeito ela crescer e ficar daquele jeito não muito, ficou muito grandona (Ludmila, grifo nosso).

[...] que o rompimento da barragem fez? **Ele desajustou esse ecossistema onde as nascentes de água, onde as árvores, onde os bichos, eu lembro de um senhor que tinha uns quatisinhos** [...] eles estavam entrando dentro da casa dele pegando banana, pegando as frutas [...] Antes do rompimento da barragem **os bichos não entravam na casa dele**, depois do rompimento [...] os bichinhos que **viviam por ali**



**tava entrando na cozinha [...] porque alguma engrenagem [...] se perdeu, foi embora com a lama [...] esse desequilíbrio ecológico também afeta o ser humano (Samuel, grifo nosso).**

Neste contexto, um surto de febre amarela emerge dos dados como fruto desse desequilíbrio, como apresentado a seguir. Ele seria causado pela diminuição da população de sapos e pelo aumento da **de mosquitos**. Como afirmou Marcos, (grifo nosso), “a quantidade de macaco que morreu aqui, pessoas [...] com febre amarela é já demonstra que teve uma **desorganização ambiental**”. E embora o surto de febre amarela no país tenha iniciado em Minas Gerais em dezembro (FIOCRUZ, 2017), é difícil precisar o quanto a doença foi provocada por desequilíbrios decorrentes do desastre.

[...] quando eu cheguei aqui, eu cheguei aqui em **2017, teve um surto de febre amarela** que que, na bacia do Rio Doce inteira teve um surto de febre amarela né, e aí alguns pesquisadores é começaram a fazer esse **estudos em algumas partes da bacia** descobriram que um **sapo que consumia um número enorme de mosquitos que transmite a febre amarela esse sapo foi é dizimado com a com com a lama de rejeitos sabe**, então do ponto de vista da fauna né silvestre assim é esse esse é o único exemplo que eu lembro [...] [morte de sapos] permitiu que uma a **comunidade de mosquitos fosse muito alta** e tal e transmitisse esse **surto de febre amarela** (Renato, grifo nosso).

[...] na realidade é **uma doença que eu nunca tinha visto aqui**, matou pessoas aqui que é a **febre amarela**. Eu tive a oportunidade de ouvir biólogos falando que o rompimento **matou é grande quantidade de predadores do do mosquito, (por exemplo) o sapo [...]** e a **região onde a lama ficou ela teve um aquecimento [...]** e isso estava é fazendo com que os **ovos dos mosquitos se multiplicassem muito mais**, entendeu? (Marcos, grifo nosso).

Sobre sobre esse **desequilíbrio** causado, o primeiro grande exemplo que a gente pode apresentar aqui é **o surto de febre amarela**, né, que ocorreu logo após o o rompimento [...] existem aí algumas controvérsias, [...] um ambientalista [...] comenta num dado espaço a respeito da da ausência dos sapos [...] esse o **sapo ele predava das larvas do mosquito [...]** essa **ausência do predador natural ela poderia trazer algumas consequências né logo depois a gente tem aí a questão da febre amarela** ham que foi é teve um estudo produzido pela pela Fiocruz que acabou sendo por alguns contestado, de uma bióloga da Fiocruz, né, é **afirmando aí que se dava em função do rejeito**, outras pesquisas compradas pra tirar essa culpa das das costas das mineradoras, mas a gente sabe que sim é ocorreu né é a mortalidade de um grande de espécies, né, tanto da fauna quanto da flora (Larissa, grifo nosso).

[...] ela [pesquisadora] não disse que tinha sido realmente a causa é, a **febre amarela**, a culpa era do **desequilíbrio**, do sapo que não comeu o mosquito [...] na verdade o problema todo não foi ali, porque mosquito tem ali, muito, **mas sempre teve muito, então o problema é outra história**, mais com o bicho homem [homem transmitiria por estar infectado] (Amanda, grifo nosso).

Pude perceber, durante a visita guiada, a quantidade de mosquitos. Resgatei do diário de campo o quanto fiquei me coçando, porque em Bento Antigo tinha muito mosquito. Como relatou Santiago (grifo nosso), “começou a aparecer **mosquito**, né, naquela, naquela, naquela febre [...] no Brasil [...]”. Antes de retornarmos a Ouro Preto, onde Santiago me deixaria, ele

relatou que atualmente tem muita **maritaca** em Bento Antigo e elas comem fios de energia. Brinquei perguntando se as maritacas iriam para o reassentamento coletivo de Bento, ele comentou que não.

Os insetos que senti quando estive em Bento Antigo apareceram nas transcrições, como mostram os seguintes relatos. “[...] mosquito se você brincar lá, você sobrevoa [...] muito mosquitinho” (Márcia). “[...] o que atingidos reclamam muito por exemplo **é um aumento vertiginoso de insetos** [...] principalmente **pernilongo**” (Murilo, grifo nosso). Percebemos que, decorridos mais de seis anos do desastre à época da visita, os Espaços Antigos ainda parecem hostis ao humano. Na dinâmica de mudanças, enquanto atingidos sentem falta de dormir ouvindo o cantar dos sapos, como apresentam os relatos a seguir, os insetos pareceram continuar se proliferando com a diminuição de sapos e peixes.

[...] muita gente que reclama que hoje **já não ouve mais o sapo**. Então “a gente antigamente antes do rompimento **a gente dormia ouvindo o sapo cantar, hoje a gente não escuta sapo cantar mais**”, e em relação à à médios animais eles reclamam de algumas algumas caças né [...] quati que eles falavam que tinha muito na beira do rio [...] Uma coisa que eles reclamam bastante **é dos peixes** [...] **os peixes mudaram os peixes do rio**, não pode pescar no rio, mas tem uns que pescam e se alimentam desses peixes inclusive, mas **eles reclamam muito** [...] os peixes que **desapareceram** (Murilo, grifo nosso).

[...] Ó, a nossa rua era **apelido dela era rua do sapo, tanto sapo tinha que cantava a noite inteira, sapo e perereca né, berrando**. Aí a gente vai pra lá a gente **quase não escuta mais, vagalume** também a gente não vê muito, **grilo** também não vê muito, **cigarra que a gente ouve mais** (Ludmila, grifo nosso).

A (re)organização dos Espaços Antigos foi marcada não somente pela destruição e pelos desequilíbrios socioambientais causados pelo rompimento da barragem em si, mas por práticas que mantiveram a continuidade desse desequilíbrio e da destruição na produção dos espaços analisados, as quais abordamos nas seções a seguir.

## 5.2. “CADÊ A LAMA?”: PELA ESTRADA DE ACESSO

No meio do caminho tinha cor  
 Tinham flores  
 No meio  
 Do caminho  
 Nunca me esquecerei da destruição camuflada  
 Da beleza ao longo da estrada  
 Captada por minhas retinas surpresas

Fotografia 6 - Estrada de acesso a Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Ao longo da estrada de acesso a Bento após o desastre, lembro que era agradável olhar o horizonte. A beleza ao redor até a chegada a Bento Antigo me chamou a atenção. Eu esperava um acesso destruído e encontrei flores ao longo do caminho. Desde a estrada já é possível identificar **tanto práticas de camuflagem quanto práticas de expulsão** dos atingidos daquele espaço, de interesse da mineradora.

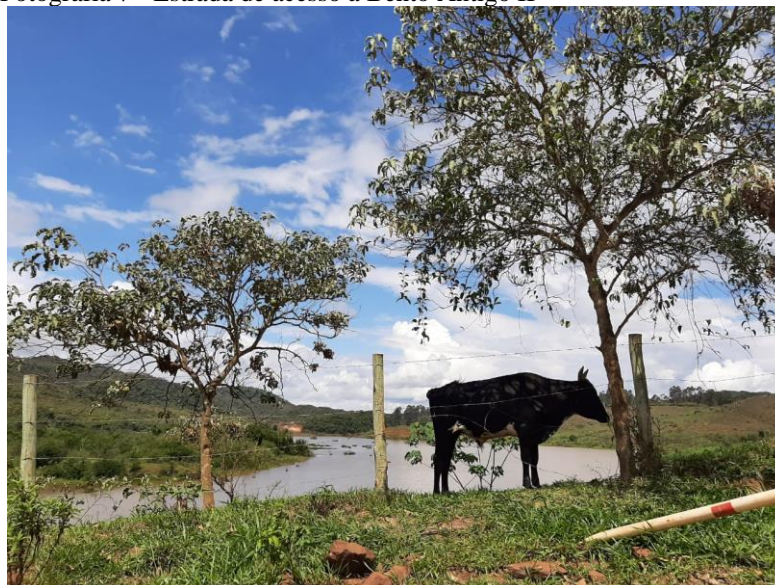
Durante a visita guiada a Bento, no dia 30/10/2021, Santiago ia me familiarizando com a estrada: “É a estrada do antigo Bento onde a gente passava quando existia o Bento antigo [...] passava aqui”. Minha surpresa ao não ver um caminho destruído fez-me perguntar a ele: “alguma coisa mudou na estrada ou (está) a mesma coisa?”. A resposta, no entanto, não me causou surpresa: **“Mudou que agora eles tão pintando ela, ela tá melhor, antes ela não era tão boa assim.”**, relatou Santiago (grifo nosso). Perguntei novamente sobre a estrada: “Ah, não era tão bonita assim não?”, ao qual ouvi de Santiago que a estrada está sendo “cuidada” por “eles” [empresa], que estão “arrumando”:

[...] **Principalmente dia de chuva, nossa, era ruim demais, nossa, era ruim, tinha muito movimento de carro, tempo de chuva dá muito barro.** Hoje não tem barro porque não tem movimento, entendeu? Aqui tinha muito movimento de carro, quando (tava) chovendo aí tinha muito movimento de carro então, era um carreiro danado, era muito ruim, e agora eles tão, como não tem, é trânsito né, não tem,

então, aí não dá barro. [...] **Eles tão cuidando, sempre tá passando patrol aí e arrumando a estrada.**

Enquanto Santiago relata a relação da chuva com a lama como “ruim demais” em termos de modificação da estrada de acesso, outro entrevistado atribui à chuva a limpeza da lama da estrada e, conseqüentemente, um caminho sem lama e supostamente naturalmente bonito. A chuva teria apagado as marcas deixadas pela lama. Conforme relatado por William, “[...] quando a gente vai no Bento, agora nem tanto, **porque já se passaram seis anos, né, e a chuva já limpou bastante, apagou bastante as marcas que a lama [tinha] deixado**”. Enxerguei com minhas próprias retinas e registrei com a câmera do celular uma estrada de acesso florida, com plantas e com cuidados. Compartilho com vocês parte da experiência nas fotografias que seguem.

Fotografia 7 - Estrada de acesso a Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

A paisagem já não era a mesma, pois fora apagado o **encontro da lama com as árvores**, um dos fragmentos que compunha a paisagem. A nova configuração da estrada **levava beleza às retinas humanas**, que poderiam esperar enxergar um caminho com mais lama e com menos flores. Atenta à estrada, comecei a perceber as primeiras **práticas** da Renova de tornar a estrada de acesso ao Espaço Antigo de Bento mais “bonita”. Nem precisamos chegar a Bento Rodrigues, portanto, para notar as práticas de **camuflagem**. Ao longo da estrada já era possível visualizar os efeitos dessas práticas da Renova e mineradoras mantenedoras. Neste sentido, a entrevistada Larissa (grifo nosso) relata que

[...] a **paisagem ela foi muito maquiada pelas mineradoras**, assim como, e aí a calha do rio nesse mesmo período aí que eu tô te falando [...] maio de 2016 até esse período aí de 2017, eles vão fazendo **esse processo de maquiagem mesmo**, e e o

leito do rio na calha do rio assim eles eles faziam o que? Eles pegavam telas colocav... [...] tinha essa questão da remoção do rejeito, né?

Fotografia 8 - Estrada de acesso a Bento Antigo III



Fonte: dados da pesquisa.

Continuando o seguir a lama ao longo do acesso a Bento Antigo, vemos e ouvimos sobre as práticas de **camuflar o rejeito** pela estrada afora. Pela visão da mineradora, a lama não podia estar na composição da paisagem na produção dos Espaços Antigos, neste capítulo, ou dos Provisórios e Novos, como narramos nos próximos. Como a lama já havia entrado na paisagem visivelmente pelo menos desde o rompimento, restava camuflar os arranjos **em formação que envolvessem a lama, seja pelos encontros** entre lama e árvores; árvores, humanos e água; lama, pedras e rio; humanos, peixes e diques, entre outros. “**A camuflagem**, em relação ao rejeito foi, **é nítido assim**. Você passa nas estradas por exemplo, as árvores **na beira da estrada** foram lavadas, enquanto **dentro das matas** você encontra a **marca da lama** até hoje” (Murilo, grifo nosso). Nas palavras da entrevistada Larissa (grifo nosso),

[...] nessa mesma estrada, o lado de baixo a gente tinha é as copas das **árvores** né do lado direito foi essa que eu falei no áudio anterior, e aí o lado esquerdo **a gente tinha o rio passando** e é a **marca muito alta nas árvores do do rejeito, do ponto onde [a lama] passou** [...] várias árvores assim onde onde a **marca do rejeito ela ficou por anos**

**ali**, né, já tinha 2 anos e ela [marca do rejeito] tava ai evidente nas árvores.

Enxergamos a partir do relato de Murilo a diferenciação de um mesmo elemento não-humano (árvore) na produção do espaço. As árvores “na beira da estrada” seriam vistas também por turistas, por isso a retirada da marca da lama. Já as árvores “dentro das matas” se apresentariam apenas para a comunidade local ou para um turista mais atento que se inserisse mais de perto nos encontros lama-árvores. Desse modo, no conjunto de *assemblages* que formam a paisagem (TSING, 2019), a Renova direcionaria as coordenações possíveis de sem mantidas. Identificamos, assim, uma preocupação com a produção de um espaço visivelmente agradável sobretudo para aqueles que não participam da formação do espaço, que o veem de fora, como estrangeiros.

Tomando o espaço como fronteira (WEINFURTNER, SEIDL, 2018), enquanto os olhares daqueles que são externos ao espaço parecem ainda mais evitados nos Espaços Antigos destruídos, parecem atraídos nos Provisórios, como abordamos no próximo capítulo. Tanto a aproximação quanto o afastamento dizem respeito à busca das mineradoras por alimentar uma imagem positiva da atividade em meio às ruínas. “[...] e aí se tenta mudar a opinião pública a respeito das empresas (Murilo)”.

Os registros fotográficos deste capítulo permitem ilustrar as práticas de camuflagem e de apagamento da lama especificamente em Bento Antigo, mas os relatos de entrevistados convergem no sentido de que essas ervas daninhas se proliferaram também em caminhos que levam à Paracatu e a subdistritos da Zona Rural, comunidades que conjuntamente compõem os Espaços Antigos. De acordo com Larissa, por exemplo,

[...] em Paracatu, a a estrada de Paracatu, pra Paracatu, Pedras, Campinas, essas, esses subdistritos, que são todos muito próximos, **é uma estrada muito muito bonita e aí, é, o que eles fizeram no no caminho pra Paracatu foi muito engraçado** porque é acesso, né, pra essas outras localidades pra baixo, e aí você passa, é, e **o rejeito ele está, o rejeito ele passou no no na localidade**, mas a estrada ela ficava, ela corta esse caminho, então, o que eles [Renova] fizeram? **Eles limpam a estrada, eles jogaram o o rejeito fazendo montanhas, assim, ao lado direito, é, e essa, ele ficou bem alto e aí eles elevaram, fizeram cobertura com grama, nessa parte é que fica pro lado da estrada, e a parte de cima eles fizeram cercas e era até muito bonito porque quem não conhecia, como eu nunca tinha passado, é, você tinha aquela sensação de uma estrada muito muito bonita e muito preservada**, onde acima dessa grama aí você tinha essas cercas branquinhas, todas elas muito bonitas, muito pintadas, novinhas, mas isso era pro, era o que? **Pra que as pessoas que, os carros que passassem, as pessoas não vissem a destruição pro lado de cima** (Larissa, grifo nosso).

Agora mais próximos de Bento Antigo, num ponto da estrada onde eu ainda imaginava encontrar destruição ao chegar em Bento, Santiago me mostrou a contenção de pedras que havia sido construída pela empresa com a justificativa de reter a lama. Pude observar as

contenções visivelmente ao longo da estrada, num encontro entre pedras, árvores, areia, água doce promovido pelas intencionalidades da Renova. Aqui poderíamos nos questionar o que de fato retém a lama, **as práticas de camuflagem** no percurso e nos Espaços Antigos ou uma mudança de trajetória das práticas de corporações transnacionais que continuam minerando de forma a produzir desastres, danos e riscos nas comunidades onde se instalam? Quais encontros que se formaram no contexto da produção deste Espaço Antigo que levaram à tentativa de obstrução não somente do caminho, mas de um conjunto de reuniões/*assemblages*/coordenações possíveis? (TSING, 2019).

Fotografia 9 - Pedras para conter a lama na estrada de acesso a Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Enquanto eu observava a contenção, Santiago relatava: “[Eles colocaram] Pedra na beira do rio pra lama não vim pro rio, não descer pro rio, entendeu? [...] É, essa pedra aqui, ó, que que acontece pra água descer e reter a lama”. E no mês seguinte, em 24/11/2021, ouvi da entrevistada Ludmila um relato similar, como segue

[...] tampar a marca da lama [...] com as pedra, tem uns que é gambião de pedra **pra não deixar a lama descer pro rio**, então a hora que chove ela para e fica lá em cima só acumulando, aí ela não desce para **contaminar o rio, da natureza** [...] ainda tem muita coisa no solo. Isso pela ao longo da ao longo da da do rio que **vai até Campinas** (Ludmila, grifo nosso).

Percebe-se pelo relato que as práticas de (re)organização, para os entrevistados, acabam **por reforçar a dicotomia que separa natureza de cultura** na medida em que produz novas relações que forçam no espaço posições distanciadas entre elementos que

compõem a dita natureza (BEYES, STEYAERT, 2011, p. 51). Dessa forma, mesmo a lama e o rio sendo elementos não-humanos, ambos intimamente relacionados e essenciais na produção desses espaços, distanciam-se, uma vez que a barreira de pedras parece atender pouco a uma suposta função pragmática de conter a lama. Tratar-se-ia mais de uma aparência. A lama traria a ideia de feiura, não fazendo parte de uma concepção bela da natureza. Quando a lama estacionasse na pedra, essa coordenação faria com que não seguisse seu percurso para “contaminar” o imaculado rio, que é “da natureza”.

A associação da natureza à noção de bela e limpa e da lama à noção de suja e feia simplifica um aprofundar na lama, segui-la mais de perto, atentar para sua origem (de onde ela vem?) e para seu trajeto (para onde ela tem ido? por quais caminhos?). Ela viria de práticas que se perpetuam na indústria mineradora há décadas. Como pontuamos anteriormente, as projeções relevam como o crescente aumento de desastres, o exponencial lançamento do volume de rejeitos e a insuficiência de documentação histórica ainda constituem sérias questões na indústria mineradora não somente no Brasil, mas em termos mundiais (BOWKER, 2015, RICO et al., 2008).

Isso sugere que é previsto mais lama no caminho. E isso sugere que, para manter essa lógica neoextrativista (SVAMPA, 2013) desenhada – não somente, mas mais intensamente – por grandes corporações transnacionais, torna-se necessário o contínuo dispêndio de recursos das mineradoras em práticas que não criem precedentes e que destruam relações e biomas específicos, mas não uma imagem positiva da empresa a ponto de impedir ou dificultar sua atividade. Práticas que camuflem a lama. Práticas que possam esconder as ruínas a partir de **um novo conjunto de encontros**, como o da lama com a água (construção de diques que deixam a lama submersa); da casa parcialmente destruída (em ruínas) com humanos que retiram ainda mais seus elementos (portas, janelas, etc.); das braquiárias que crescem e tampam a lama.

Práticas que vão produzindo novas relações e, portanto, novos espaços. Práticas que afastam a comunidade da sua área de origem e que a dividem (a divisão Paracatu de baixo e de cima não existia antes do rompimento, por exemplo); práticas pelas quais rejeito é escondido e a dita natureza emerge, com o verde das plantas, que esteticamente altera a feiura da destruição e traz o belo associado à natureza. Argumentamos que práticas de expulsão/afastamento e de camuflagem **também destroem**, intensificam a destruição não somente daquilo que foi vivido (Espaços Antigos), mas de relações de convívio que poderiam ocorrer nos Espaços Antigos e Novos.



A (re)construção e (re)organização dos diferentes espaços estudados (Antigos, Provisórios, Novos), portanto, pelas mineradoras responsabilizadas, ou pela articulação desta com outras entidades que sustentam esse protagonismo, transforma-se em desorganização e na destruição de laços que se constituíam antes, quando tomamos o conceito de espaço não somente como materialização de relações de poder, mas de convívio e de manifestação de experiências (TAYLOR, SPICER, 2007).

Fotografia 10 - Pedras para conter a lama na estrada de acesso a Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

No meio do caminho tinham pedras  
 Tinham também pedras  
 No meio  
 Do caminho  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
 Pedras  
 Tinham sido plantadas  
**Para conter a lama**

“Uma educação pela pedra: por lições; para aprender da pedra, frequentá-la; captar sua voz [...]” (NETO, 2020, p. 358). Nós, humanos, estamos tão centrados na própria linguagem que nos esquecemos de que estamos conversando e em relação com um conjunto de elementos em encontros multiespécies. Nesta conversa para além de humana, ainda não compreendemos que existe um rio não só de palavras, não-verbal, que tem a própria linguagem e, cedo ou tarde, traz respostas e catástrofes, mais ou menos severas, a depender da conversa. Se as pedras falassem, uma conversa entre elas e a lama, na contenção de pedras inserida para conter a entrada da lama no rio, poderia se assemelhar a que segue, da escritora Wislawa Szymborska (2011, p. 33-35, grifo nosso) no poema “Conversa com a pedra”. A lama perguntaria à pedra se pode passar por seu interior. Atravessando a barreira de pedras, a

lama cairia no rio, mas não há porta, diz a pedra do poema. E atravessando o poema, mais pedras na margem da estrada. Estes poemas, ainda que fruto da imaginação humana, trazem um esforço de descentrar do humano.

Bato à porta da pedra.  
 - Sou eu, deixa-me entrar.  
 Venho por curiosidade pura.  
 A vida é a única ocasião para ela.  
 Pretendo passear pelo teu palácio,  
 e depois visitar a folha e a gota d'água.  
 Não tenho muito tempo para tanto.  
 Minha mortalidade deveria te comover.  
 - Sou de pedra - diz a pedra -  
 e sou obrigada a manter a seriedade.  
 Sai daqui.  
 Não tenho os músculos do riso.  
 Bato à porta da pedra.  
 - Sou eu, deixa-me entrar.  
 Ouvi dizer que em ti há grandes salas vazias,  
 nunca vistas, inutilmente lindas,  
 surdas, sem eco de passos de quem quer que seja.  
 [...] Vou entrar e sair com as mãos vazias.  
 E como prova de que realmente estive presente,  
 não vou mostrar nada além de palavras  
 às quais ninguém dará fé.  
 - **Não vais entrar diz a pedra**  
**Falta a ti o sentido da participação.**  
 Nenhum sentido substitui o sentido da **participação.**  
 Mesmo a visão elevada até à clarividência  
 não serve para nada sem o sentido da participação.  
 Não vais entrar, tens apenas uma noção deste sentido,  
 apenas o seu germe, sua imagem.  
 Bato à porta da pedra.  
 - Sou eu, deixa-me entrar.  
 Não posso esperar dois mil séculos  
 para entrar debaixo do teu teto.  
 Se não crês em mim - diz a pedra -  
**Dirige-te à folha, ela te dirá o mesmo que eu,**  
**e à gota d'água, que te dirá o mesmo que a folha.**  
**Por fim pergunta aos fios de teu próprio cabelo.**  
 Um riso se alarga em mim, um riso, um riso enorme,  
 que eu não sei rir.  
 Bato à porta da pedra.  
 - Sou eu, deixa-me entrar.  
 - **Não tenho porta - diz a pedra.**

Ao longo da visita guiada do dia 30/10/2021, ainda no caminho, pude perceber não somente a camuflagem da estrada, mas que o próprio acesso havia sido modificado. “Tinha, [na estrada] tinha uma pedra de dez metros de altura”, relatou Santiago. Quando perguntei se

a pedra parou a lama, ele afirma que bloqueou o próprio acesso, “Parou a lama não, parou a estrada, né, **parou o acesso da estrada, entendeu? A lama continuou**, lá pra cima ainda, **atravessou a estrada**” (Santiago, grifo nosso). E Santiago explicou que, por isso, aquela estrada fora (re)organizada, dizendo, “Aí essa... **a estrada não era aqui não, aqui não tinha estrada não**”. Perguntei “Não tinha essa estrada?”, e ele relatou “Não, **aqui não. A estrada descia direto** e passava lá embaixo lá, ó, dentro daquela lagoa lá. É, passava dentro daquela lagoa lá e saía dentro do Bento, **aqui não tinha essa estrada não, fez agora depois**” (Santiago, grifo nosso). Amanda ressalta que “**essa estrada era um caminho alternativo, porque eles [empresas] já tinham bloqueado todos os outros caminhos** (risos)”, enquanto para Larissa (grifo nosso) não foram as empresas, mas a lama. E não faz tudo parte da mesma raiz?

[...] Além disso, eu também já te falei antes da questão de que **eles haviam mudado**, de que havia **mudado a rota, não foram eles, foi a lama né**, que atingiu o caminho principal, então teve essa questão do deslocamento onde pra visitar, logo após, é até o ano de 2016, né, até praticamente o ano de 2016 todo, **pra visitar Bento Rodrigues tinha esse acesso por Santa Rita, resulta aí em 40 40 minutos além do prazo normal**. Então, e havia essa questão do tempo né, é, e um caminho que **não era reconhecido pelos moradores** como um caminho é pra como visitar Bento [...] não era o caminho conhecido.

E os relatos fizeram ainda mais sentido em conjunto neste contexto quando Larissa explica que o novo trajeto é muito mais demorado do que habitualmente feito até se chegar a Bento Rodrigues pré-desastre e que isso pode afastar a comunidade, como segue

Além disso tinha o caminho que era feito, né, **porque o caminho original de Mariana a Bento se fazia com 20 minutos ham enquanto ia fazer o mesmo trajeto passando por Santa Rita levava-se uma hora e vinte, é, então era um tempo muito maior, sem contar que um caminho que o pessoal, que o morador ele não reconhecia aquele trajeto como visitando Bento**, já começava por aí, sim ficava difícil, é, é é, **acabava afastando a população** (Larissa, grifo nosso).

### 5.3. PEDRAS PELO CAMINHO: “COMO ASSIM NÃO VAI PASSAR NA ESTRADA?”

Além da alteração da estrada de acesso a Bento para torná-la mais agradável, **arborizada em vez de enlameada**, com as práticas de camuflagem, novos elementos iam surgindo pelo caminho. Entendemos esses elementos como práticas de expulsão e afastamento. Neste contexto, os principais aspectos que evidenciam essas práticas são a própria modificação do **trajeto da estrada** em si e, sobretudo, as barreiras de acesso e de uso do espaço que as mineradoras construíram após o desastre. Os indícios dessas práticas se

materializam em placas distintas (como apresentam as Fotografias 14 e 15, a seguir), em barreiras físicas (como guarita e dique construídos pela empresa), em disputa judiciais e em tentativas de (re)ocupar o espaço. Iniciemos a caminhada!

Fotografia 11 - Atravessando a estrada de acesso a Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Agora cada vez mais próximos de Bento Antigo, começávamos a visualizar não somente práticas de camuflagem, mas o que foi possível identificar ao longo da análise como **práticas de expulsão**, em tentativa das mineradoras de afastamento de transeuntes e de atingidos do próprio espaço. Um pesquisador, jornalista ou cidadão que **não é atingido de Bento Rodrigues**, por exemplo, precisar estar acompanhado de um atingido dessa comunidade especificamente. Como relata Míriam (grifo nosso), “[...] qualquer outra pessoa só pode entrar **independente se for atingido de outra localidade só pode entrar se tiver com um atingido de Bento**”. Nas palavras do entrevistado Gregório (grifo nosso), “Se você quiser chegar lá na área atingida [De Bento], você chegar lá agora você não entra. [...] **você precisa de um atingido com você** senão você não entra. É um total **controle do acesso ao espaço**”. Como Santiago (grifo nosso) aponta,

É por isso que até hoje lá pra você entrar é difícil. **Se você não tiver com atingido você não entra no Bento não, Bento antigo, porque lá é, é... eles têm preferência na terra do Bento. Toda vida eles teve intenção na terra do Bento [...] Deixou construir isso justamente para tirar o povo de lá, entendeu?**

Diversos relatos convergem no sentido de que dificultar tanto o acesso quanto o uso do espaço é uma forma de **afastamento** dos atingidos de Bento para uma apropriação do

território. Como relata Murilo (grifo nosso), “É o problema ali que eu vejo, é que as famílias elas não, até mesmo as famílias, **elas têm dificuldade de acesso** as propriedades que era dela, então elas não têm mais essa liberdade **de ir e vir nos seus terrenos**”. Para Fernando, (grifo nosso) “É uma forma de controle, **inclusive de Bento Rodrigues**, tinham muita restrição pra poder entrar em Bento Rodrigues no começo, entendeu, **hoje já né**, você não entra lá fácil, tem lá uma guarita que é uma **guarita da empresa**”. Nem os atingidos de outras localidades têm acesso sem a presença de um atingido de Bento. “Eu também não entro não, pra isso, tem que ter uma pessoa é um morador de lá” (Marina). A seguir, Renato relata que já teve o acesso a Bento impedido inúmeras vezes

[...] **Eu mesmo já fui barrado lá várias vezes, nem sempre os os as pessoas que trabalham nas guaritas né elas lembram da gente ou conhecem a gente e aí eles nos barram né**, os moradores eles não barram, mas às vezes a gente chega sozinho lá e barra **aí tem que esperar o morador chegar, ligar pra um pra outro pra poder liberar a entrada [...]** (Renato, grifo nosso).

Os relatos e as fotografias deste capítulo ilustram como o controle de acesso e uso do espaço propicia as **práticas de expulsão** que aqui descrevemos como **barreiras** impostas aos atingidos para acesso ao próprio território pós-desastre, os Espaços Antigos. Como relata Murilo, “Por exemplo Bento é rodeado de terreno da empresa, pra você chegar em Bento **você tem que passar dentro da empresa**, do terreno da empresa, mesmo a estrada pública ela passa dentro do terreno da empresa e aí **eles colocam barreira**, criam barreira”. Essas barreiras podem ser **empecilhos diretos, como o controle físico** do acesso pela empresa, ou **indiretos, como o entrave ao acesso a partir da construção de diques**, que deixam os terrenos submersos, impossibilitando a chegada ao terreno enquanto ainda houver água e os diques não forem descomissionados. Abordaremos a construção e manutenção do dique mais adiante neste capítulo. Passemos agora **pelas guaritas e pelas placas** na estrada!

Ciente das guaritas, estava acompanhada de um atingido de Bento Antigo. Fomos parados em uma das guaritas, ele se identificou e continuamos seguindo a lama. No dia 21/10/2021, dias antes da visita guiada a Bento, ouvi de Gregório (grifo nosso) que “a área atingida de Bento Rodrigues **tem forte esquema de segurança e é difícil entrar lá**”. Neste sentido, ganha vida a associação que a entrevistada Ludmila fez entre os seguranças instalados na barreira física da **guarita** controlada pela Samarco com **leões**, animais selvagens. “No caso são os **segurança né**, que eles ficam igual **leão de chácara lá**, [...] para e pergunta o que que é, **daqui você não passa**” (Ludmila, grifo nosso). Pela selvageria, os leões afastam humanos a partir do medo que despertam em nossa espécie. A comparação faz completo sentido quando pensamos as barreiras impostas não somente como físicas, que

concretamente restringem o acesso, mas também como psicológicas, a partir da tentativa das empresas de alimentar o medo e o discurso da manutenção da segurança, afastando da criação dos Espaços Antigos, principalmente, aqueles que os formavam pré-desastre, os atingidos. Eles resistem, mobilizam-se e continuam detendo a posse formal dos terrenos. “A pessoa acaba acaba não indo por causa disso, né, que chega lá e tem uma barreira (Santiago)”. Como Larissa (grifo nosso) destaca, existem também

[...] barreiras psicológicas [...] essa tentativa do de de **implantar o medo** pra que as pessoas não voltassem é, posteriormente como **eles viram que o medo não estava funcionando, que as pessoas continuavam entrando, mesmo que por baixo de cerca, e entram e choravam nas suas ruínas né eles eles então é começaram a com o discurso de penalizar as pess..., de de ter a possibilidade de penalizar as pessoas**, é então vem esse medo aí.

O acesso a Bento Antigo pareceu, no entanto, ainda mais dificultado anteriormente, pois os atingidos **de Bento Antigo** precisavam de autorização para acessarem o próprio espaço. Isso ocorria em dias e horários específicos, o que explicamos a seguir. Além disso, a estrada de acesso a Bento, que possuía duas guaritas, com o tempo passou a possuir uma, a outra havia sido destruída e a empresa não reconstruiu.

Na época da minha visita guiada a Bento Antigo, em **30/10/2021**, havia apenas uma guarita, como supramencionado, precisei passar por ela na companhia de um atingido de Bento. Já em **setembro de 2022**, ciente de que uma entrevistada iria aos espaços de Bento Antigo e Novo, solicitei que ela fotografasse para mim o estado da guarita que ainda restava na entrada de Bento Antigo. Em 18/09/2022, fui informada de que “tinha um controle bem maior [...] e agora tá mais tranquilo sabe? Só tem um controle assim que também não é tão grande um certo controle na entrada do reassentamento, que é bem antes então logicamente pra conseguir entrar no Bento Antigo tem que passar [...]” (Míriam).<sup>23</sup> Em menos de um ano, o acesso a Bento Antigo tinha sido alterado novamente, desta vez condicionando a entrada a Bento Antigo através do Bento Novo.

Míriam continua narrando que “[...] têm alguns funcionários que ficam lá, sabe, no Bento [Antigo] assim tipo passeando de caminhonete, não sei se passeando né? [...] fazendo uma ronda e tal, mas aquele controle mesmo de antes não ta tendo mais não”. Percebe-se, pelo relato, que a ideia de controle está associada à barreira física (cancelas, guaritas) e, na ausência ou modificação dessas barreiras, o controle diminuiria, apesar da presença das caminhonetes (veículos de grande porte, que transmitem a ideia de mais poder, mais do que

<sup>23</sup> Esta informação não faz parte dos dados da transcrição da entrevista. Foi obtida por áudio pela entrevistada Míriam por WhatsApp no dia 19/09/2022, após liberação da entrevistada do uso do áudio como dado da pesquisa.

um carro costuma transmitir). Questionamos, então, se o controle estaria menor, como percebido pela entrevistada, ou se a vinculação de acesso ao Espaço Antigo de Bento pelo Novo não escamotearia o controle ainda existente.

As Fotografias 12 e 13, a seguir, apresentam respectivamente a cancela na entrada do reassentamento de Bento, condicionando o acesso a Bento Antigo pelo Novo, e uma das guaritas que existia na estrada de acesso a Bento. Tais dados, em conjunto com relatos dos entrevistados, mostram como antes da mobilização da comunidade, da luta e de decisões judiciais parecia ainda mais difícil o acesso.

Fotografia 12 - Cancela na entrada do Bento Novo condicionando o acesso ao Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.<sup>24</sup>

Fotografia 13 - Guarita destruída



Fonte: dados da pesquisa.

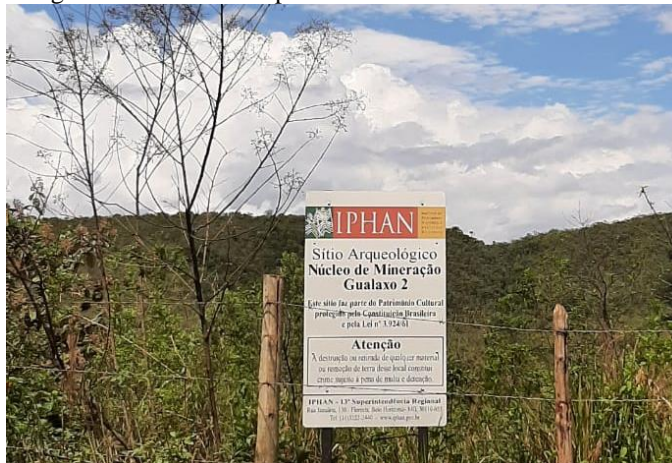
Uma das placas que avistei na estrada foi a do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**Iphan**). Ela caracterizou aquele espaço como um sítio arqueológico e especificou que se trata do **Núcleo de Mineração Gualaxo 2**, conforme a Fotografia 14, a seguir. O órgão parece guardar uma estreita relação de validação da atividade nos Espaços

---

<sup>24</sup> Registro fotográfico fornecido por Míriam por WhatsApp no dia 18/09/2022 para utilização na pesquisa.

Antigo e Provisório, por exemplo, a partir de reuniões com **Renova e prefeitura** para aprovação de intervenções da Fundação na Praça Gomes Freire (SILVA, 2020; MARIANA..., 2021), interpretadas como práticas de descaracterização na criação de Espaços Provisórios, tópico abordado no próximo capítulo.

Fotografia 14 - Placa do Iphan na estrada de acesso a Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Seguimos o percurso e não muito distante da placa do Iphan outra sinalização nítida na estrada de acesso a Bento era a da Samarco, em frente a um portão da empresa. A placa indicava que a partir daquele portão o espaço era uma área patrimonial da Samarco, sendo a entrada proibida, conforme apresentado na Fotografia 15, a seguir. Os relatos deste capítulo, no entanto, apresentam como não somente o espaço dentro daquela barreira é controlado, mas a estrada em si e os arredores, como apresentado a seguir.

Mas o entorno dele [Bento] você vai lá você vê que **tem placa da Vale espalhada, isso aqui é propriedade da companhia Vale do Rio Doce. Todo lugar que você vai tá lá a placa lá [...]** porque aquilo ali, e a Samarco **também** já tinha comprado umas fazendas no entorno, e tal [...] (Edson, grifo nosso).

**Dia de semana a gente não poderia ir, né, isso aí é que foi no acordo, só que a gente não...** [...] Falou que... tinha risco...ainda tinha risco. Aí nós falou, **então se tem risco a empresa não pode voltar a operar**, porque tem risco... [...] aí a gente falou não, se tem risco ocês não pode voltar a operar, uai, aí eles fecharam a boca... não é? Tem risco? Então tem risco para vocês também, né? Só que como a gente é prop... proprietário a gente não, não respeita esse pedido, **porque a gente é dono**. Então a gente vai, a gente vai qualquer dia, segunda a segunda se quiser a gente vai, entendeu, nada impede a gente. [...] Consegue entrar. **Nada impede nós porque nós é proprietário, nós é dono né, a gente num tá invadindo nenhum terreno particular, lá não é da Samarco [...]** (Santiago, grifo nosso).



Fotografia 15 - Portão e placa da Samarco na estrada de acesso a Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Tanto as placas na estrada como a construção das duas guaritas podem representar e materializar o controle pelas mineradoras do acesso a Bento Antigo. Esse controle possibilita (re)organizar o espaço a partir do que caracterizamos aqui de **práticas de expulsão e de camuflagem**. Camuflagem porque essas práticas permitem um apagamento da destruição, concretizada pela lama. Expulsão a partir do momento que a empresa, interessada no espaço, busca afastar os próprios atingidos de seus terrenos, no intuito de se apropriar da área de interesse.

Essas práticas definem, a partir do controle de acesso e uso do espaço pela intencionalidade específica das mineradoras e de seus apoiadores quais elementos devem estar fora ou afastados e quais devem estar dentro ou próximos na produção daquele espaço, pois se alguns são afastados outros são convidados a se aproximar (WEINFURTNER, SEIDL, 2018). As práticas de expulsão provocam um afastamento direto dos atingidos da construção do Espaço Antigo de Bento. Já as práticas de camuflagem, a partir de ações para esconder a lama, levam a mudanças ecossistêmicas que também provocam um afastamento. Como ressalta Larissa (grifo nosso),

**Isso é um modo dos moradores não voltarem pros seus imóveis né, assim como essa questão da camuflagem, né, dessa maquiagem que ela faz, com plantio de gramíneas, com deixar o mato tomar conta das ruínas e aí o próprio mato ele fragiliza aquela ruína ainda mais e ela cai. Ela desaparece [...] tudo isso é para esconder a memória do crime [...] eu tô falando desse saque, que é uma coisa que você não citou, mas que também faz parte desse processo, tá?**

Para Renato (grifo nosso), a intenção “[...] é **apropriação do território** né, eles fazem de tudo para é isolar pra é é **ocultar o crime** né, **ocultar o tamanho do crime** [...] eles [mineradoras] **fazem de tudo para transformar aquele espaço num espaço fantasma** né”.

A associação feita pelo entrevistado entre práticas de camuflagem (“ocultar o crime”) e de expulsão (“apropriação do território”) e a criação de um espaço fantasma permite interpretar a retirada da vida e de relações vívidas da produção dos Espaços Novos. Esses espaços, a partir das ações das mineradoras para transformar as relações, levariam à criação de um “espaço fantasma”, nas palavras de Renato. Esse movimento da Renova empreender transformações nos Espaços, tirando de sua concepção o que lhes dá vida (inclusive literalmente, se considerarmos a ausência ou redução no número de plantas, de animais e também de humanos), a forma como as relações eram constituídas anteriormente, pode ser percebido não somente nos Espaços Antigos, mas emerge dos dados nos Espaços Provisórios e nos Novos.

Na sede de Mariana, a Praça Gomes Freire, com menos árvores e que evoca menos memórias parece menos convidativa ao convívio social que se criava a partir do espaço anterior e para formar o novo espaço da Praça. A Renova protagonizou as práticas de descaracterização da Praça que possibilitam a dissolução desse convívio que, a partir do entendimento aqui de social não somente como humano, torna-se a base para construção de redes de relações mais que humanas, inclusive de não-humanos com não-humanos ou de humanos com peixes, árvores, lama, chafariz, Casarão, coreto, entre outros elementos.

Já no processo de reassentamento dos atingidos, há uma convergência dos relatos no sentido de uma perda dos laços e do pertencimento à comunidade, questionando-se a manutenção das relações de vizinhança na produção Espaços Novos, algo que foi previamente acordado. A desistência significativa de atingidos de habitarem os Espaços Novos, quando forem entregues, decorre não somente da separação e distanciamento pela distância física entre eles, mas também pelo fator tempo, já que ainda continuam sendo construídas as casas nos reassentamentos sete anos após o desastre. Essa desmotivação da comunidade de migrar novamente, desta vez para o reassentamento, levou a associação da potencial não-ocupação à denominação de “reassentamento fantasma” (Míriam).

Tanto as práticas de descaracterização quanto de afastamento supramencionadas são abordadas mais detalhadamente nos capítulos seguintes, que discutem as segunda e terceira ondas. Neste momento, importa ressaltar que uma série de ações para suposta gestão de danos provoca outros danos àqueles que produziam os Espaços Antigos a partir formas específicas de convívio, matando os elementos humanos e para além de humanos que, em relações e encontros particulares, davam vida aos espaços. Os laços informais e de confiança que traziam proximidade à comunidade pela celebração de festas e eventos, por exemplo, vão sendo desatados com o passar dos anos.

A partir da necessidade de solicitação de autorização externa à comunidade para rituais que aproximam os atingidos, um afastamento não somente deles dos Espaços Antigos é promovido, mas entre eles a partir das relações na produção desses espaços. Como apresenta Larissa (grifo nosso), “à medida que o tempo vai passando, a gente conquista esse direito de visitar é, e celebrar as missas, mas **sempre tendo que ter autorização da da da empresa pra celebrar**”. Além disso, outros aspectos alteram as relações a partir do rompimento. Os atingidos se veem, por exemplo, forçados a se organizar em Espaços Provisórios. A noção de comunidade aos poucos vai se desfazendo, ao mesmo tempo que os atingidos vão aprendendo a linguagem jurídica de fóruns, tentando resistir e ter voz nos processos.

A morte de algumas relações de convívio, que possibilita posicionar o termo “fantasma” na produção dos espaços analisados, não está isenta de intencionalidades que se perpetuam na indústria a partir da lógica da escalabilidade, que restringe a atividade mineradora à ponderação de custos, benefícios, lucro. Desta forma, associamos as práticas de camuflagem, de expulsão e o afastamento da comunidade de Bento Antigo **ao interesse da empresa na região minerária** “[...] porque quanto menos as pessoas se interessarem por lá maior a chance deles se apropriarem daquela área” (Renato).

Apropriando-se dos Espaços Antigos, as mineradoras podem dar continuidade à expansão de suas atividades. É preciso questionar, no entanto, os limites dessa expansão, que vem sendo tratada pelas empresas como replicáveis em qualquer escala, correndo-se os riscos de arcar com os efeitos causados pela expansão, sejam eles intencionais ou não, sejam eles vidas ou aspectos de qualquer esfera que não a financeira, priorizada na conta.

Enquanto a atividade segue sendo reproduzida como escalável, as empresas vão colocando **“rejeito até não querer mais”** (Marcos, grifo nosso). No entanto, as consequências da mineração se alteram à medida que a produção é expandida. Isso implica em compreender que não é possível expandir continuamente sem que isso resulte em uma série de destroços e paisagens em ruínas (TSING, 2019); que essas formas de produção/consumo e todos os efeitos que causam nas paisagens multiespécies são não escaláveis; que enquanto essa indústria priorizar a lucratividade, como ocorre no contexto do capitalismo global, a tendência de aumento do rompimento de barragens de rejeitos ao redor do mundo continuará se proliferando como erva daninha.

“Ela [empresa] tá visando o **lucro que tá debaixo do solo**. [...] Eles fazem mais por interesse da... **interesse** da região, e também por interesse, pra interesse da região e também **desmotivação da pessoa de lá**. Desmotiva a pessoa não ter acesso à área” (Arthur, grifo nosso). Para Marcos, “Eles têm, eles têm interesse porque Bento Rodrigues é uma barragem

natural [...] eles podem colocar rejeito até não querer mais. Lá dá pra eles explorarem o minério todo que eles têm a intenção de explorar e colocar o resíduo”.

[...] E assim, **a Samarco né, quando... a desculpa oficial era a segurança, ah não pode entrar porque é perigoso, não sei o que, e coisa e tal. Só que na verdade não queriam que ninguém visse Bento Rodrigues, nem Paracatu de Baixo** (Amanda, grifo nosso).

[No Bento Antigo] É muito mais complicado porque as **empresas têm interesse nas terra, então eles quer sempre afastar, tanto faz o proprietário, como os visitante, os jornalistas, estudante, justamente pra não, eles não ver o crime que a Samarco cometeu.** Então... e, pra dificultar também, pra pra cansar os proprietário, não vou lá não porque lá tem uma encheção de saco, tem o guarda lá, o guardadinha lá que fica lá no no trailer lá, dificulta, cê...eu já tô, já tô chateado já, então não vou lá não é ... **esse é o plano das empresa** (Santiago, grifo nosso).

Porque **a partir do momento em que as pessoas não estão mais vendo** é, tanto é, isso que ela tentou fazer quando, ainda em dezembro de 2015, ela por determinação né é do Ministério Público, é de dos órgãos competentes **ela tinha que garantir é a segurança do espaço de Bento Rodrigues** e e na verdade o que ela fez foi **se apropriar do local** para que é os moradores e **até mesmo a imprensa não conseguissem entrar em Bento Rodrigues né então [...]** O que o que a empresa **dizia né alegava essa tentativa de preservação da área não era, era na verdade se apropriar de um espaço que ela já tinha um plano** né que no segundo semestre de 2017 ela tinha planos de iniciar a operação da barragem de Mirandinha [...] (Larissa, grifo nosso).

[...] então ela quis **camuflar** lá, mas para além disso e muito mais interessante para as empresas é sim **a intenção de expulsar as pessoas de lá né, apropriação do território** (Renato, grifo nosso).

**Agora de Bento eu acredito que é por causa da da empresa né,** que é claro que quem for lá vai querer ver a barragem que eles fizeram, da onde que saiu a lama, eles não querem mais ninguém sendo esclarecido de nada. Eles (inint.) da lei dá razão pro pessoal que tá lá brigando pela comunidade e falando que que lá tem que acabar mesmo, que tem que virar tudo em ruína, que já destruiu que o povo tem que ir embora, **então é pra esconder trem errado deles mesmo** (Ludmila, grifo nosso).

Porque né, porque ali eles tinham um interesse ali de fazer uma, então não sei se é às vezes é minerar, às vezes é é **fazer um, uma nova barragem, aproveitar o que... porque antes do estudo da barragem de Fundão eles iam fazer a barragem do Mirandinha,** e era poucos quilômetros do Bento, era muito, era mais próximo do Bento [...] era **pertinho do Bento,** era praticamente dentro do Bento Rodrigues (Edson, grifo nosso).

E poderíamos conjecturar que haveria, ainda, submerso na lama, um mundo de possibilidades não imaginadas? Se a resposta fosse afirmativa, um universo a ser explorado dependeria de as mineradoras continuarem mobilizando recursos para se apropriar da região ou, por outro lado, da contínua luta em meio à lama e ao luto.

[...] acredito sinceramente que, se você se você se lembrar do Bento, quando você estava naquela casa lá que a gente se encontrou, por todos os lados que você olhava você via montanhas, todos os lados absolutamente todos os lados, Bento Rodrigues é como se fosse uma panela né, ele é uma panela fechada assim ó com o escoamento para para a área onde o rejeito foi. [...] **O mínimo que as empresas podem fazer ali, o mínimo é barragem, o mínimo sabe, mas eu acho que muito para além disso o que tem debaixo daquela terra ali é brilha aos olhos da mineração, sabe? Brilha muito aos olhos da mineração, até porque os próprios moradores**

**de Bento até pouco tempo, até pouco antes da do crime eles garimpavam naquela região**, e garimpavam muito naquela região (Renato, grifo nosso).

Enquanto as tentativas das mineradoras de **afastar quem vem de fora, pelo controle do acesso**, podem estar relacionadas às práticas de **camuflagem** e ao **apagamento da lama** para promoção de uma imagem positiva das empresas, no caso de quem já pertencia ao território e construía cotidianamente aquele espaço (Bento Antigo) antes do rompimento, essas práticas de expulsão estão conectadas à **disputa pelo território de Bento Antigo**, decorrente do interesse das mineradoras de se apropriar daquele espaço antigo após a construção de Espaços Novos.

“A área atingida, **em tese, é dos atingidos** [...] a não-permuta dos terrenos né, que foram é atingidos, por que **as empresas queriam ficar com eles, e isso foi garantido na Justiça**”, disse Gregório (grifo nosso), referindo-se à ACP n. 0400.16.004335-6. Segundo o relatório de atividades do MPMG (MINAS GERAIS, 2021b), as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton **pretendiam se apossar das propriedades destruídas em Bento pelo rompimento da barragem de Fundão após a construção do reassentamento**. Conforme acordo feito na referida ACP, em 05 de outubro de 2017 houve a desistência da permuta de imóveis por parte dessas empresas. A desistência, porém, não foi sem conflito, mas por mediação judicial, como supramencionado e também mostrado a seguir.

As terra do novo Bento, eles queria é... **fazer em permuta. Eles queria fazer o Bento novo e ganhar as terras do Bento antigo, nós não aceitamos**. [...] eles queria as terras do Bento e nós não aceitamos, isso foi na na na audiência presencial, **ai deu pressão, ai a gente conseguiu**. Ai a juíza bateu o martelo que não. Fazendo Bento [Novo] aqui aqui [Antigo] **ainda é nosso, se eles quiserem indenizar a... quem quiser vender pra eles que vende, entendeu**, quem quiser vender o espaço pra eles vende (Santiago, grifo nosso).

[...] pra muitas pessoas dentro do PIN [...] eles [empresas] começaram ai fazendo reuniões com com com os núcleos familiares em que as pessoas eles [Renova/mineradoras] **impunham a assinatura de de documentos**, e inicialmente, que o texto dizia que a as indenizações, é, elas **elas resultavam nessa nessa troca das terras** (Larissa, grifo nosso).

Apesar dos atingidos serem os proprietários dos terrenos e terem o direito assegurado legalmente, existe uma disputa pelo território de Bento Antigo, que é possível visualizar a partir das práticas de afastamento e expulsão. Exemplo disso, além das barreiras, é a própria tentativa das mineradoras de negociar o que seria um direito dos atingidos (à moradia, ao reassentamento) decorrente do rompimento da barragem de Fundão, ao **propor uma permuta entre as terras de Bento quando houvesse a entrega do reassentamento**. Assim, anteriormente à garantia legal de não-permuta dos terrenos, as empresas tentaram se apossar do espaço de Bento Antigo. Assim, no caso dos atingidos, as práticas de expulsão parecem se

relacionar a tentativas iniciais de afastamento por barreiras, mais intimamente ainda, ao uso e à permanência naquele espaço do que ao acesso em si.

Como Larissa afirma, “por meio dos processos de indenização, ela ela [empresa] colocava que a entrega das terras no reassentamento seria uma permuta pelas terras de Bento Rodrigues, né, e aí ela tenta convencer as pessoas de que isso estava certo”. Conforme relata Edson (grifo nosso), “[...] a empresa, né, ela tem um interesse no lugar [...] Né, ela tem interesse no lugar [terras de Bento]. E a princípio, parece que ela **quis se apossar** do lugar né, vamo construir um outro lugar pra vocês, **aqui agora é nosso** [...]”.

O que chamou a atenção em relação ao acesso ao espaço ao longo da coleta de dados foram dois aspectos: 1) o motivo da restrição de acesso **apenas a Bento** (sendo outras comunidades também atingidas, como as de Paracatu e Zona Rural); 2) a razão desse controle **ser feito pela Samarco**.

A respeito do primeiro, a justificativa de órgãos oficiais foi a de que Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues possuem diferente graus de risco e, por isso, formas diferentes de lidar com o risco, como mostra o relato do entrevistado William (grifo nosso), a seguir.

[...] **Bento tá dentro da ZAS [Zona de Auto Salvamento]. [Paracatu] é Zona Secundária de Salvamento...** se a barragem romper você tem algumas horas pra você poder alertar a comunidade, alertar as pessoas, entendeu? Você consegue fazer uma ação de maneira mais tranquila, mais rápida [...] né. Bento você não tem tempo de fazer, não dá tempo. (inint) se a barragem romper, misericórdia. [...] Isso, **nível três, só nível três [de risco]**. Então **nível três pra gente já era, nível três não dá tempo de salvar ninguém**, não dá tempo de dar resposta (inint.). Então hoje há um acordo de cavalheiros, tá, por assim dizer, entre a Defesa Civil Municipal, Defesa Civil Estadual, os **órgãos de fiscalização e os empreendedores** que, caso uma barragem entre em nível dois de emergência, as comunidades [...] são evacuadas preventivamente. Foi o que aconteceu lá em Antonio Pereira, que é distrito lá de Ouro Preto. (...) entrou em nível dois e aí eles evacuaram toda aquela comunidade de lá... [...] tudo era Bento, Bento, Bento Bento, Bento, tanto é que o TTAC praticamente foi feito pra ressarcir Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz [...].

Entendemos que, se aqueles espaços constituem áreas de risco, sendo justificada a necessidade de segurança, faria sentido que as restrições de acesso se aplicassem não somente a Bento Antigo, apesar da proximidade maior de Bento e de seu grau de risco, mas a outros Espaços Antigos. Isso porque segurança e evacuação são medidas distintas. Como Paracatu também foi atingido, constitui área de risco. Assim, uma incógnita pairava no relato de William (grifo nosso) e buscávamos desvendar o que haveria submerso na fala “[...] por que que Paracatu não é tão bem vigiado? Porque, tá fora da zona de auto salvamento, e **na época também**, o foco era só Bento [...] Paracatu, ninguém queria ir em Paracatu... as pessoas não se preocupou com o que aconteceu aí pra baixo”.

Mergulhando nos dados, percebemos que Bento Rodrigues já era uma área que estava sendo visada não somente na época próxima ao desastre, mas pelo menos desde 2008. Além disso, a estrutura do complexo já dava sinais de deterioração e de risco desde pelo menos 2009. Segundo o Ministério Público Federal (BRASIL, acesso em ago. 2022), a barragem de Fundão entrou em operação em dezembro de 2008. Cinco meses depois, em abril de 2009, o lançamento dos rejeitos teve que ser interrompido devido à percolação no talude de jusante do barramento. De acordo com a entrevistada Larissa (grifo nosso),

**Essas áreas sempre foram interesse, tanto que a mineradora eu tô te falando de comprova.... é, dados comprovados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. A a minera... a barragem de Fundão ela foi negligenciada pela mineradora justamente porque ela já tinha interesse nessas áreas tá? Há o dossiê Mirandinha que [...] publicou em setembro de 2016 [...] lá tem uma série de, ele fez uma compilação de uma série de documentos [...] essa tentativa de apropriação né da mineradora da comunidade, né, do território aí que pertencia à Bento Rodrigues, que na verdade já era é já fazia parte do dos planos de expansão da mineradora né é pelo menos em projetos é em em documentos já desde o ano de 2008 ne com o projeto da barragem do Mirandinha.**

Na introdução da tese apresentamos que, quando a barragem se rompeu, uma empresa realizava obras para unificar as estruturas de Fundão e Germano e expandir a atividade, mesmo com algumas licenças de operação vencidas. Na tentativa de compreender melhor os planos de expansão, as disputas no território e a relação disso com a formação do espaço de Bento Antigo, entrei em contato com o responsável pela **compilação de documentos** mencionada por alguns entrevistados como sendo o dossiê Mirandinha. Tive acesso a esses documentos oficiais sobre a barragem de Mirandinha. Eles sintetizam, inclusive, pareceres emitidos por órgãos oficiais de fiscalização.<sup>25</sup>

O compilado apresenta uma série de links que permite acesso às fontes apresenta. Um dos links leva a processos de regularização ambiental e de autos de infração em nome da Samarco Mineração S/A no período de 2005 a 2016.<sup>26</sup> Esses processos são um dos aspectos considerados na triangulação dos dados da pesquisa. A partir do referido compilado, baixei uma planilha de Excel, que apresenta informações como o número do processo; o objeto do licenciamento (Barragem de contenção de rejeito de Santarém, Barragem do Fundão, Sistema

<sup>25</sup> Como o parecer da Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, requerido pela **Vale S/A** em 2011; o parecer da Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana (SUPRAM), requerido pela Samarco em 2013; e os pedidos de licenças ambientais requeridos pela **Samarco S/A** em 2013, publicados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (Conselho Estadual de Política Ambiental) no Diário Oficial em 2014.

<sup>26</sup> <[https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fmeioambiente.mg.gov.br%2Fimages%2Fstories%2F2016%2FDESASTRE\\_MARIANA%2FRegulariza%25C3%25A7%25C3%25A3o%2FSAMARCO\\_\\_PROCESSOS\\_ADMINISTRATIVOS\\_REGULARIZA%25C3%2587%25C3%2583O\\_AMBIENTAL\\_\\_SITIO\\_SEMAD.xlsx&wdOrigin=BROWSELINK](https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fmeioambiente.mg.gov.br%2Fimages%2Fstories%2F2016%2FDESASTRE_MARIANA%2FRegulariza%25C3%25A7%25C3%25A3o%2FSAMARCO__PROCESSOS_ADMINISTRATIVOS_REGULARIZA%25C3%2587%25C3%2583O_AMBIENTAL__SITIO_SEMAD.xlsx&wdOrigin=BROWSELINK)>.

de disposição de Rejeitos (SDR) Mirandinha, etc.); o tipo de licença (de instalação; prévia; de operação); o município (Mariana, Ouro Preto, etc.) e o status da licença (Vencida, válida, aguardando julgamento).

De forma similar àquela que fez o compilado, destacamos a seguir (Quadro 7) os processos relacionados à Mirandinha. Apresentamos na tese esses processos para evidenciar a importância da região de Bento Rodrigues para os planos de expansão da Samarco Mineração S/A e como os relatos dos entrevistados sobre o interesse da mineradora em Bento Antigo estão embasados por documentos oficiais e reportagens divulgados pela mídia local.

Quadro 7 - Processos Administrativos e Regularização Ambiental relacionados à Mirandinha

Processo	Obj Licenciamento	Atividade	Tipo	Município	Classe	Situação
32496/2012/002/2015	Pesquisa geotécnica Mirandinha - etapa 2	Pesquisa Mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios Médio e Avançado de regeneração, quando não envolver o emprego de Guia de Utilização expedida pelo DNPM.	LOP	Mariana	5	Processo formalizado
15320/2014/001/2014	SDR - Sistema de disposição de rejeitos Mirandinha	Barragem de contenção de rejeitos/estéril	LP	Mariana	6	Processo formalizado

Fonte: dados da pesquisa.

Essa triangulação permitiu compreender melhor o que parecia submerso nos relatos e nos planos de expansão da Samarco, que planejava, apesar do rompimento da barragem de Fundão, construir em 2016 outra barragem, a cerca de 200 metros de Bento. Tais planos foram divulgados logo após o rompimento, em novembro de 2015. De acordo com reportagem veiculada pelo jornal O tempo em 18 de novembro desse ano, além da nova barragem ser próxima ao Bento, levaria asfaltamento à estrada de acesso à Mariana.

Conforme apontado pelo veículo de comunicação, a nova barragem seria construída em uma localidade “conhecida como **Mirandinha**. Em **contrapartida**, a população do distrito receberia como “compensação” o **asfaltamento** da estrada de acesso à Mariana” (BAETA, 2015, p. 1, grifo nosso). Ainda de acordo com a reportagem, os moradores queriam



asfaltamento, não novas barragens. No contexto da minério-dependência, no entanto, condiciona-se uma ação a outra. Assim, como apresenta o trecho a seguir, abre-se espaço para decisões assimétricas.

[...] porque **o Estado também sempre falhou, né, o poder público estadual, não só o estado, né? O poder público é municipal, estadual e federal, né, essas instâncias todas, sempre falharam com essas pessoas dos territórios atingidos,** então, alguns que entendem que o rompimento pra eles foi vantajoso [...] (Larissa, grifo nosso).

Neste momento, a água turva da onda de lama ocultaria – no desejo do asfalto pela comunidade – a recusa à barragem. Desejar o asfaltamento necessariamente significaria aceitar uma nova barragem pelo que foi veiculado (BAETA, 2015). Por isso, aquilo que é materializado no asfalto representa uma nova barragem, um escamoteado consenso que aproxima indústria e Estado (SVAMPA, 2013). Isso traz, na crista da onda (para as mineradoras), segurança e licença para operar e ser rentável, mas não nos esqueçamos que traz, para diferentes fragmentos da paisagem, novas perturbações, materializadas por uma lama que se propaga no tempo e nos espaços. Resgatamos aqui que Svampa (2013) denomina de um “*Consenso de los Commodities*” o suposto consenso que centraliza o debate em um contexto maior no qual os projetos da indústria são apoiados por um espaço de maior flexibilidade em relação ao papel do Estado.

Desta forma, a escalabilidade continua alimentada não somente por uma potencial convivência governamental quanto aos processos de emissão de licenças, por exemplo, mas pela ausência do poder público em suprir demandas locais que não deveriam estar sob dependência das mineradoras. Ao longo do seguir a lama através dos processos de coleta e análise, algumas peças começaram a se encaixar no quebra-cabeça.

O interesse das empresas no Espaço Antigo de Bento, especificamente, emergia dos dados de entrevistas, fotografias e documentos. Por quê “[...] tudo era Bento, Bento, Bento Bento, Bento” (William)? De acordo com o entrevistado Edson, “Você pode ver que o seguinte, o entorno do Bento, as fazendas que tinham em torno do Bento, já tavam todas, tinham **tinham sido todas vendidas pras empresas, Vale, Samarco, só o miolo do Bento que não tinha sido**” (Edson, grifo nosso).

Existe um certo **interesse em Bento** né [...] algumas famílias dizem que pouco antes do rompimento **tentaram comprar os terrenos né para ampliação do sistema de barragem**, então existe interesses públicos em cima dessa área de Bento também para fazer museu a céu aberto enfim (Murilo, grifo nosso).

Por que toda vida eles [empresas] quis o Bento. [...] Toda vida eles quis o Bento [...] Porque o Bento vai ... é... pra eles é... **é muito próximo da mineração** dá pra fazer barragem (Santiago, grifo nosso).

[...] Ah, eu acho bem estranho, porque tipo assim, eu não sei qual a intenção deles, da empresa, mas será que, eu entendo assim, vamos supor, Bento tem que ser mais resguardado do que Paracatu? (Márcia)

Eles tomaram a área que eles afetaram [Bento Rodrigues] [...] Interesse da empresa, só, pura e simplesmente (Fernando).

[...] então eles não tão nem aí, **o único lugar que eles se preocupam é com Bento, porque eles têm interesse em Bento**, inclusive Bento Rodrigues pertence à comunidade[...] e eles invadiram lá, e inundaram [a respeito do dique] (Marcos, grifo nosso).

[...] **tem um interesse da empresa mesmo**, exatamente qual você vai ter que perguntar para ela, mas é, eu não, eu consigo entender que é um interesse pelo **controle do espaço** né, e e e pode ser mil coisas, **tentar inclusive, é garantir que não haja nenhuma ocupação daquele espaço por algum motivo sabe?** Das famílias, que eventualmente quiserem, por exemplo, voltar para suas casas, seu terreno de origem, aí claro, **eu não estou entrando em nenhum debate sobre segurança né, contaminação ambiental e bla, bla, porque, isso é para isso tudo tem dois pesos e duas medidas né?** Por exemplo, é para preservar a ruína, por ser né, é é quase que um, que um local né? Por que que **Paracatu não tem essa exigência, só tem em Bento? Ah, é porque tem risco, defesa civil, por que só em Paraca..., só em Bento? Paracatu não tem esse problema?** (Gregório, grifo nosso).

Nas palavras do entrevistado Murilo (grifo nosso), “tem muitas muitas outras **coisas de olho nessas áreas**. Em Paracatu eu não **esse controle não existe**, Paracatu é um é um lugar de passagem, ali tem uma rodovia [...] uma rodovia estadual (risos)”. E ele acrescenta

[Paracatu] é um lugar de passagem tanto tanto pra você ir para Águas Claras quanto para Barra Longa, então ali, muito do que se discute a respeito dos interesses de Paracatu é pra meio que para justificar os interesses sobre o Bento, eu na minha visão assim, mas é uma visão pessoal eu não posso afirmar isso né, eu eu não vejo, porque se existisse é esse risco né, **essa questão da proteção e tudo tal o que tem pro Bento deveria ter também pra Paracatu** (Murilo, grifo nosso)

É na realidade há um interesse né, **porque só Bento que existe esse controle né**, é eles **alegam que é por segurança** por causa que existe a outra barragem lá e ela pode estourar com alguém lá dentro né, **mas é se fosse assim todas as áreas atingidas têm que ser protegidas porque quando estourou essa barragem de Fundão nem a nem a empresa sabia que a lama ia atingir tantos lugares** aonde atingiu e... [...] Bento antigo **eles alegam também que é por segurança**, inclusive tem até um, antes tinha até um programa de, junto com a defesa civil lá de fazer um treinamento e tal pra poder acessar o, **mas isso tudo é criado mais é pra eles terem o controle da situação, né**, eles têm interesse naquelas terras de Bento (Marcos, grifo nosso).

Ainda sobre o (inexistente) controle de acesso a Paracatu de Baixo, Gregório (grifo nosso) afirma que “A **área atingida de Paracatu** não tem segurança, não tem um, **não é fechada**, não tem **nada disso**. Então, há um **interesse** [nas terras de Bento], exatamente qual eu **não sei, mas isso é interesse das empresas**”. Depois que os entrevistados continuaram pontuando que o controle de acesso e uso do espaço era intensificado apenas em Bento, respondi “Sim, a minha dúvida foi essa”.

Em relação ao segundo aspecto, o controle passando a feito pela Samarco permite que a mineradora, imbuída formal e legalmente da construção de um novo acesso a Bento, **com guarita e ponte** (MINAS GERAIS, 2016, p. 2), veja-se ainda mais empoderada para tentar se apropriar dos terrenos dos atingidos de Bento. Neste contexto, “**ela [empresa] construiu portões de acesso** com com guarda patrimonial é em guaritas para que as pessoas não pudessem entrar, isso alegando a **falta de segurança**” (Larissa, grifo nosso).

E, passando pela guarita, Santiago afirma “Aí tem o mirante [quis dizer uma guarita controlando a entrada], aí, ó, **como é que é tudo bloqueado, tá vendo? É tudo... pega o nome [...]**”. Perguntei por qual guarita estávamos passando e ele responde “Isso aí é da **da da Samarco**, pra impedir de entrar **na nossa terra**” (Santiago, grifo nosso). E não é controlado pela mineradora somente o acesso a Bento Antigo, mas também o uso e a ocupação daquele espaço, em um ciclo de assimetria e poder da empresa se retroalimenta, mesmo quando há tentativas dos atingidos de resistência e ocupação das ruínas. A entrevistada Larissa (grifo nosso) afirma, como segue, como tentativas de aproximação dos atingidos de Bento Antigo são sutilmente repelidas pelas mineradoras.

[...] porque pro pra pra fazer a o o, celebrou uma missinha de corpo presente dentro da capela, eles [Renova] **não colocaram gerador, nem energia, então já 4 horas da tarde a capela, acho que você entrou na capela de Nossa Senhora das Mercês, mas é uma capela, 4 horas da tarde no inverno, e era um dia nublado, então tava muito escuro**, missa teve que ser celebrada, foi foi uma coisa muito rápida e logo o sepultamento e a gente já tinha que voltar, mas pra que a gente entrasse também tinha na na na área da cerca tinha ali um funcionário da Fundação Renova recepcionando cada um dos carros, **não era só o segurança, era [...] um funcionário do diálogo com a comunidade né, então parava carro por carro e era como se eles estivessem nos dando as boas-vindas, né, tem todo um discurso também por trás de cada de cada gesto que que eu não consigo deixar de analisar né... é, então, eles, já tinha feito a solicitação antes, e eles não colocaram gerador né pra que as pessoas sentissem a dificuldade também de voltar, os banheiros não foram é, colocados de modo adequado, né, porque eles teriam condições de colocar água para que as pessoas usassem os banheiros, então, dificultaram e também foi uma coisa extremamente rápida.**

Para o entrevistado Renato (grifo nosso), esse controle de acesso e uso do espaço limita, inclusive, sua ocupação, representando uma tentativa da mineradora de impedir a **resistência dos atingidos**. Nas palavras dele, “[...] eles fazem de tudo para **impedir** sabe que os atingidos é **resistam** naquele espaço, se apropriem daquele espaço, porque para mim o interesse maior deles é garantir **a apropriação** daquele território que não é deles”. A questão de acesso a - e permanência em - Bento pelos próprios atingidos de Bento Antigo é complexa, como mostra a fala de Larissa, a seguir, mas ocorre a partir do agir contínuo das empresas com práticas de afastamento e expulsão, como apresenta a seguir.

[...] **impedem a a apropriação do território pelos proprietários e moradores né, criam vários impasses para que as pessoas não usem o espaço, não façam suas**

**manifestações, não promovam suas manifestações é religiosas principalmente, culturais, eles criam vários vários impasses** para isso sabe, **cortam a energia**, a energia fica a menos de 5 km, a a Samarco passa a energia a menos de 5 km de Bento e eles **não fornecem energia** para Bento, cortam a **água**, fazem de tudo pra pra as pessoas não usarem o espaço sabe, impedem o **acesso** [...] (Renato, grifo nosso).

Bento Rodrigues pertence à comunidade, é tem pessoas que tem documento e escritura das propriedades e eles invadiram lá, e inundaram, e são assim criminosos apossando do bem da vítima [...] tem pessoas que não são indenizadas **e não tem direito de ir no seu próprio terreno né, é assim é louco demais** na minha cabeça porque você tem uma casa a pessoa **destrói a sua casa e fala aqui você não entra mais** (Marcos, grifo nosso).

É a **defesa civil proibiu [o acesso]** mandado da Samarco. [...] **A mando das empresa** (Santiago, grifo nosso).

[...] é uma pergunta **muito complexa**, porque inicialmente só entravam é em Bento Rodrigues é moradores, a Defesa Civil levava, ne, tinha tinha que **pedir autorização**, como eu te falei que **essa questão de segurança né alegando segurança**, ham então, é, foi tendo essa **dificuldade de acesso, por risco**. A Defesa Civil ela não, ela tava fazendo, cumprindo o papel dela, né, só que ao mesmo tempo as mineradoras elas manipulam a situação. É, e aí o que ocorreu, sim, acontecia **essa tentativa de afastamento**, então, os moradores é acabavam, inicialmente, tinha tinha coisa que o pessoal ia fim de semana e **passava por baixo de cerca pra entrar porque as pessoas queriam pura e simplesmente visitar as ruínas das suas casas** é, e visitar o o cemitério, visitar os túmulos dos seus familiares, fazer uma oração, virar as costas e voltar, era um modo de recarregar as baterias pra seguir o, durante a semana né pesada que tinha aqui (Larissa, grifo nosso).

Pode-se observar em Bento Antigo o interesse das mineradoras de explorar o território. Diante de constantes tentativas das mineradoras de se apropriar de Bento (tentativa de permuta, gramíneas, dique) e da destruição do espaço dos atingidos (lama, saques), algumas placas em Bento Antigo sinalizam a necessidade de os atingidos reivindicarem o próprio território, como apresenta a Fotografia 16, a seguir.

Fotografia 16 - Placa em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Neste contexto de disputa, os proprietários de terras comunicavam, por meio de placas, que aquelas propriedades não eram públicas, nem da Samarco, mas particulares e os atingidos de Bento detêm a posse, como apresentam os relatos e a fotografia a seguir.

Aí a gente falou que a primeira ação deles foi que não, é que é para proteger e **para ninguém entrar** para poder não cortar o pé no vidro né, arame alguma coisa que ficou por lá, aí falou que pôs a cerca branca lá com os arames né, então delimitou a, margeou a estrada todinha com cerca e fechou tudo. **Só que a gente desconfiou que isso aí era para outra finalidade, que eles colocaram placa e tudo né, aí deu essa ideia da gente fazer um documento né em que tinha que pedir permissão para entrar no terreno da gente.** Aí eu acho que é por isso que eles não brincaram muito com a gente, porque nós fizemos isso e tanto que eles não entram nas propriedades da gente não [...] **entrar não pode não, até para passar uma roçadeira alguma coisa eles têm que pedir permissão para entrar** (Ludmila, grifo nosso).

[...] **eles não pode impedir o proprietário de entrar dentro da sua propriedade,** então se a gente quiser ir de segunda a segunda a gente vai. Inclusive tem duas família que que vai todo o final de semana, dorme lá, passa o final de semana com feriado vai pra lá [...] (Santiago, grifo nosso).

Fotografia 17 - Placa de atingido demarcando uma propriedade particular em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Além de placas que os atingidos colocaram e podem ser observadas em Bento Antigo, alguns deles passaram a “ocupar as ruínas” com lama. Alguns habitam o espaço “todo final de semana, né, passa os finais de semanas, os feriados ali e tal, demarca território”, como relatou Edson. Apesar das tentativas de resistência de um grupo de atingidos - a partir da vivência de momentos de luto (velório) e de alegria (casamento) - a empresa e organizações de defesa continuavam o controle sobre a produção do espaço.

As guaritas que existiam para acessar Bento Antigo, e a própria **condição** de acesso a Bento Antigo através de Bento Novo, concretizam uma série de intenções submersas na lama. Nas palavras de Míriam (grifo nosso), “[...] pra conseguir entrar no Bento Antigo **tem que**

**passar pelo reassentamento** talvez por isso eles fizeram essa mudança e agora só tem que passar pela **guarita** lá no, na entrada do reassentamento”.

Eu lembro que nós tentamos sair do se..., depois do velório, do enterro, e passar na lá na na região da Capela de São Bento, a gente mudou o caminho um pouquinho, **quando a gente tentou mudar o caminho**, nessa, depois do sepultamento né rápido **foram diversos veículos é, da Defesa Civil, e e da Quality né dos seguranças atrás da gente que a gente não poderia sair do território permitido** (Larissa, grifo nosso).

Voltando à construção das **guaritas**, foi justificada pela necessidade de segurança no território devido aos furtos que ocorreram na formação daquele espaço pós-desastre, episódios denominados de saques pelos entrevistados. Os códigos a respeito desses furtos foram agrupados na subcategoria Casas Saqueadas, pertencente à categoria **Espaços Antigos**. Trazemos a seguir esses códigos, em conjunto com registros fotográficos.

Como o entrevistado Gabriel afirma, os furtos aconteceram “no primeiro momento é logo após o desastre, né? [...] Então teve nesse primeiro momento assim alguns depois do crime né não sei te te informar exatamente quantos dias, mas **houve esse esse problema inicial**” (Gabriel, grifo nosso). Ele relata que “[...] **a gente pediu segurança no local**, pra te falar a verdade eu não sei se a gente chegou a pedir exatamente a guarita, sabe? É, a gente pediu a segurança no local [...]” (Gabriel, grifo nosso).

Acontece que aí, a gente conhecia assim muito bem a região entendeu, então, passamos por trilha, não tinha muito como segurar não, sabe. A gente fez o diabo pra entrar lá de tudo quanto era jeito, entendeu? **Fechava um lado, a gente ia pelo outro, fechava um, dava a volta pelo outro** lado né, então é eu sabia que um dia esse talento pra montanha ia servir pra alguma coisa. [...] A gente já foi assim, eu eu tava até com uma outra fotógrafa, que é bem desafortada, **a gente foi fechada na na estrada, por um carro da da Samarco. A gente tava tentando chegar a a Bento pelo outro lado, ali por trás do, do dique e era uma estrada pública, e aí ele fechou o carro da gente e falou assim: ‘você vão onde?’** [...] É, o carro da Samarco, carro da Samarco, carro com funcionário! (Amanda, grifo nosso).

Ao longo da entrevista com Amanda, surpresa com o relato, questionei [o carro da Samarco] “Parou vocês assim”? E ela continuou relatando, conforme segue, como o carro da empresa tentou bloquear o percurso.

Fechou a gente, **bloqueou nosso caminho**, aí... [...] a gente tava com o carro do jornal, sabiam. Aí tava dentro do carro, tava eu, a fotógrafa, [...] essa moça eu te falei [...] que funcionava muito como guia, porque ela conhecia muito bem e [...] A gente partiu pra cima dele né, eu falei, olha só eu não vou lhe dizer onde a gente vai, não é da sua conta, saia da nossa frente. E aí ele saiu, pior que ele saiu. **Sabe porque que ele saiu? Porque eles fazem isso pra se criar, e o que acontece é que ali tem um coronelismo empresarial, é igualzinho como, sabe, você vai no Nordeste**, que ainda tem coroné lá, e eles falam, aqui não passa, o povo baixa as orelhas assim sabe, a cabeça, a mesma coisa é Mariana. **Só que a empresa é que faz isso** (Amanda, grifo nosso).

Uma interrupção como essa não deixa de constituir uma tentativa de **expulsão** de um olhar de fora buscando se inserir nos Espaços Antigos e naquele contexto de destruição, ou mesmo de outros grupos cujos interesses possam divergir daqueles das mineradoras. A entrevistada associou essa abordagem ao veículo a um coronelismo **empresarial**, respaldado pelo poder local e pela dinâmica de dependência da comunidade da mineração, retroalimentada no contexto da minério-dependência. No âmbito local, essa prática se perpetuaria a partir do medo

**E as pessoas vão [embora], porque elas têm medo da empresa e e e baixa a cabeça sabe**, aí claro, aí você vai pegar, aí a mídia lá muito assim também, porque é **dependente da empresa**, aí claro, ele vai pegar um jornal do Rio, um jornal de São Paulo, **vai pegar o jornal até gringo sabe, que não depende deles, vai mandar ele andar**, e foi o que a gente fez, mandou ele andar solenemente, andar no sentido literal, sai da minha frente, por que a gente vai passar. **Como assim não vai passar na estrada?** Sabe, eu fiquei chocada, com a audácia dele [...] É inominável isso sabe, você vê o nível deles, eles têm essa arrogância, **e eles têm essa arrogância com a conivência local, porque as pessoas baixam mesmo a cabeça** (Amanda, grifo nosso).

Outro fato narrado, agora por uma entrevistada atingida de Bento, foi a tentativa de fechar uma ponte de madeira por alguns meses com a justificativa de que precisava de restauração. Esta ponte permite o acesso a Bento e está apresentada nas Fotografias 6 e 8, no início deste capítulo. Um grupo de atingidos, então, se reuniu e restaurou a ponte no mesmo dia, evitando a interrupção do acesso. Nas palavras de Larissa (grifo nosso),

[...] e depois que oco... **que a gente consegue visitar, passar visitar pelo caminho original, o número de pessoas que visitam o território ele cresce**, chegou num ponto é, em que eles foram pra uma reunião com a comunidade, porque tem **uma ponte de madeira** pra pra pra acesso a Bento, não sei se você lembra, passa por cima do Rio Gualaxo, uma ponte de madeira, e aí eles **colocaram pra comunidade que aquela ponte precisaria ser restaurada, eles teriam que fechar aquele acesso, a ponte precisaria ser restaurada porque eles estavam circulando com caminhões sobre ela**, com caminhões com acima do peso é, permitido então eles danificaram propositalmente pra impedir esse acesso, **falaram que a estrada teria que ser fechada pra restauração dessa ponte, é, e que essa restauração ela levaria se eu não me engano 8 meses ou mais** de um ano, e aí o que o grupo “Os Loucos de Bento” fez? Num fim de semana, num domingo, **eles se reuniram e foram pra estrada pra restaurar a ponte, como eles falaram que iriam fechar, eles foram e conseguiram reparar a ponte em meio dia, meio dia de trabalho, e a estrada não foi fechada pra fazer a restauração dessa ponte**, porque eles [grupo de atingidos] repararam. Então assim a gente a gente já tinha colocado em assembleia, em reunião, que isso era uma **tentativa de impedir as pessoas que visitarem o Bento, como de fato era, e a própria comunidade enfrentou e derrubou**.

Entendemos esses episódios como uma ponta do iceberg diante de outras práticas de afastamento e **expulsão** inclusive dos próprios atingidos de Bento. Logo após o desastre, para acessarem Bento Antigo, os atingidos precisavam de autorização. Assim, o acesso ao espaço era restrito. Segundo relatório do MPMG, no dia 04/08/2016 foi celebrado um acordo parcial

aceito pela **Samarco/Vale/BHP, em conjunto com o município de Mariana**, no qual a Samarco se compromete “a manter a segurança no local e a entrada dos atingidos” (MINAS GERAIS, 2021b, p. 13). Conforme relatório, o acordo visou “assegurar acesso dos atingidos ao território de Bento, bem como implementação de segurança para evitar saques e conter o acesso às áreas de risco”. “E aí, pra encurtar essa história, abriu-se uma ação civil pública, o MP abriu essa ação. **Para que os moradores tivessem direito de irem a Bento Rodrigues**” (William, grifo nosso). Trata-se da Ação Civil Pública no. 0400.16.001481-9, que tramita na 1ª Vara da Comarca de Mariana com data de distribuição de 03/05/2016, ajuizada pelo MPMG em 2016.

Tive acesso à ata da audiência de instrução e julgamento a respeito da entrada em Bento após o desastre. Ocorrida no dia 04 de agosto às 13:30 horas, a audiência contou com a participação de representantes do MPMG, de procuradores estaduais e municipais, da defesa civil, de um jornalista, de quatro atingidos e de seis advogados da **Samarco**, além do representante da empresa. Convém pontuar a assimetria entre as partes inclusive nas discussões para tomada de decisões, materializadas nos ditos acordos, o já havia me chamado a atenção quando acompanhei audiências virtuais, que costumavam estar repletas de advogados das mineradoras. Se, por um lado, esses advogados comparecem em peso nas audiências virtuais, por outro, as mineradoras parecem não esperar que os atingidos sejam juridicamente assessorados. Como relatou Fernando (grifo nosso),

[...] o terreno não é do mesmo tamanho, então se você não joga, é um, você não **não compensa** com um terreno do mesmo tamanho você tem a **compensação** do restante, e **eles não queriam colocar isso em ata, e acharam um absurdo** nós advogados estarem participando da reunião. Então eles querem fazer uma reunião **sem que o atingido tenha uma assessoria**, uma hora a, foi por Meet aqui também [...] Isso tá **definido, eles não aceitaram colocar em ata, acharam um absurdo advogado tá participando**, é, falaram que essa discussão tinha que ser **numa próxima reunião**, então assim eles vão minando aos poucos, tá tudo definido, mas já estão definidos vocês vão ficar brigando só por causa desse detalhe, joga, **vai postergando, vai postergando**, entendeu, vai brigar só por causa desse detalhe, já definimos tudo, isso é um padrão de, **um modus operandi deles**.

Resgatando as decisões quanto ao acesso a Bento Antigo, na ocasião, determinou-se que a **Samarco** deveria se comprometer a **manter a segurança e o controle** de acesso ao terreno de Bento Rodrigues para visitação. Além disso, que o acesso seria “livre”, mas **condicionado**  s quartas-feiras, aos sábados e aos domingos de 08 às 18 horas e, ainda, os atingidos precisariam fazer um treinamento de risco e assinar um termo de responsabilidade feito pela Defesa Civil e revisado pela própria Samarco, como segue.

[...] 2) Os atingidos de Bento Rodrigues ter o **livre acesso das 08 às 18 horas, nas quartas-feiras, sábados e domingos, desde que passem pelo treinamento de risco junto à Defesa Civil municipal e assumam a responsabilidade mediante**



**termo;** 3) O termo de responsabilidade a ser feito pela Defesa Civil municipal deverá ser **apresentado à Samarco para revisão** e, em caso de impasse, será resolvido por decisão judicial na presente ação; 4) A requerida **Samarco** se compromete a disponibilizar o cadastramento dos atingidos ao município de Mariana [...] bem como fornecer recursos necessários para regulamentar o acesso aos atingidos, como **crachá identificador ou bilhetagem eletrônica** [...] (MINAS GERAIS, 2016, p. 1-2, grifo nosso).

Percebe-se que mesmo **após a liberação** dos atingidos de Bento de acessarem Bento Antigo, esse acesso era condicionado a dias específicos e à assinatura de um termo que, em última instância, seria apresentado à própria Samarco. Além disso, como mostra o relato a seguir, o direito de acesso ao próprio terreno foi fruto de luta, foi conquistado:

[...] a gente **no começo a gente passou por três audiência pra nós, pra nós ter nossa entrada lá, que eles também queria... (eles queria impedir) nós de entrar lá, (eles não queria deixar nós entrar mais lá), entendeu,** aí nós passou por três audiência aí, **nós brigamo muito, pra nós conseguir a entrada lá e hoje a gente tem entrada liberada, mas, mesmo assim** a... a entrada nossa lá que que foi... Que foi concordado era... sábado, domingo e feriado, que a gente podia ir lá, sábado, domingo e feriado. **Dia de semana a gente não poderia ir, né, isso aí é que foi no acordo,** só que a gente não... (Santiago, grifo nosso).

**Antes da autorização formal** da entrada dos atingidos de Bento no próprio território, institucionalizada pelo MPMG nos termos da ACP (MINAS GERAIS, 2016; MINAS GERAIS, 2021b), o cotidiano desses atingidos era de restrição explícita ao acesso e à permanência em Bento. Nas palavras de Edson (grifo nosso), “[...] **o pessoal do Bento mesmo a princípio não podia entrar lá,** inclusive eles que entraram lá eles passaram pela lama [...] Pra entrar lá [no Bento Antigo] ... é, né, eles [atingidos] **atravessaram a lama** pra conseguir chegar lá”. Conforme reforça Santiago, “Não, podia não [entrar no Bento Antigo no começo]. [...] Não, não podia. A gente podia entrar [no Bento Antigo] só com autorização do Ministério Público”. Após a determinação legal que autorizou o acesso condicionalmente, perguntei a razão da entrada não ser permitida em dias úteis e ele relatou a resposta que os atingidos receberam sobre isso, “Falou que... **tinha risco...** [...] Aí nós falou, então se **tem risco a empresa não pode voltar a operar,** porque tem risco [...]” (Santiago, grifo nosso).

No que diz respeito ao acesso de pessoas externas àquele espaço, enquanto citamos uma tentativa de intimidação e afastamento de uma entrevistada representante de um importante veículo de comunicação nacional na estrada de acesso a Bento, legalmente, esse acesso não deveria ser impedido e o município de Mariana se comprometeria a regulamentar a decisão acordada. Conforme consta na ata da audiência ocorrida em 2016, “[...] 5) **O município de Mariana se compromete** a regulamentar o acesso ao distrito de Bento Rodrigues [...] mediante Decreto, cuja cópia deverá juntar até o prazo de 30 (trinta) dias,

sendo que o acesso não poderá ser impedido” (MINAS GERAIS, 2016, p. 2, grifo nosso).

Outros termos que deveriam ser cumpridos de acordo com a referida ata eram

[...] 6) A Defesa Civil apresentará uma relação de materiais e equipamentos necessários à realização de suas atividades no local [...] 7) A Samarco se compromete a equipar a Defesa Civil municipal [...] 9) **A Samarco se compromete a apresentar projeto para construção de um novo acesso, com guarita e ponte, que seja mais fácil e seguro do que os existentes, no prazo de 10 (dez) dias** [...] 10) em relação às festas a serem realizadas no terreno de Bento Rodrigues [...] a comissão de atingidos, junto com equipe que organiza festas se reunirá com a Samarco e a Defesa Civil para organizar a realização e o acesso aos eventos; 11) O reconhecimento de atingido para o acesso ao local não implica reconhecimento como impactado para outros direitos ou benefícios (MINAS GERAIS, 2016, p. 2).

Em um contexto de furtos que apresentaremos a seguir com fotografias e relatos, justificou-se inclusive **legalmente** um controle maior do acesso ao espaço, institucionalizando-se esse controle como a **cargo da mineradora**. De acordo com o entrevistado Gabriel, “ali em Bento houve um problema que foi é muitas pessoas iam entrando na área e saqueando, sabe? Então, **na verdade, foi até uma exigência nossa, porque é se não houvesse nenhum controle eles iam levar tudo**”. O entrevistado Edson é um dos que pontua a necessária segurança em Bento. Nas palavras dele, “[...] eu acho que lá tem, uma a Igreja das Mercês continua lá, **então até pra questão da segurança** daquele patrimônio histórico que tá ali, eu acho que tem que **ter uma segurança mesmo**”. O que se busca questionar nesta tese não é a dicotomia ter segurança vs. não ter segurança na região, mas as questões subjacentes a partir do momento em que controle está sob responsabilidade da Samarco, como o silenciamento de outras vozes do debate nesse processo. Como o entrevistado Renato (grifo nosso) pontua,

“[...] então eu acho que é isso é **trazer aqueles que moravam para a mesa, o poder público porque é papel do poder público né debater com com esse com esses setores, claro sempre que eu falo de atingido em debate, em espaço é subsidiado pela assessoria técnica sempre né, e se for possível por outros atores** como uma instituição, a universidade né, o movimento social que também pode contribuir, mas é trazer esses 2 atores para a mesa e debater e a partir daí definir **quais ações e homologar na Justiça** porque **só assim as empresas cumprem né, definir e homologar na Justiça** quais ações as mineradoras devem é tomar **para garantir que o espaço não seja, é, não fique pior do que já tá né [...]**.”

A tentativa de apropriação de Bento Antigo a partir da entrega de Bento Novo, a tentativa de intimidar e expulsar do caminho membros da mídia que representam um dos principais veículos de comunicação nacional, as placas que sinalizam a propriedade da Samarco e os terrenos de atingidos de Bento, dentre outros aspectos, mostram que na (re)organização dos Espaços Antigos pós-desastre existe uma linha tênue entre aquilo que é propriedade das mineradoras e dos atingidos. Isso porque as práticas das empresas são

direcionadas no sentido de estreitar tanto essas fronteiras até que elas favoreçam sobretudo – ou meramente – aos interesses das mineradoras.

Diversos relatos apontam que o caminho da lama tem endereço desenhado por uma articulação entre organizações com nomes distintos, mas interesses sobrepostos, que se tangenciam frequentemente. Destacamos, a seguir, códigos da **categoria Minério-dependência** que permitem visualizar essa sobreposição de interesses a partir da autorização da construção dos diques S3 e S4 pelo governo estadual de Minas Gerais sem a validação de grupo de atingidos e uma das formas como essa aproximação é facilitada, inclusive a partir da inserção conhecimentos vindos de experiência governamental no corpo técnico da Fundação, por exemplo.

[...] **o governo meteu a caneta para ela** [empresa], contra a nossa a nossa vontade, você sabe que que nós depende do governo, o governo traiu nós, em quem nós acreditamos? No meu irmão que eu não posso acreditar nisso aí porque, se o governo assinou pra **ela sem a nossa defesa, sem nos ouvir, porque é a favor da empresa** (Arthur, grifo nosso).

[...] aí depois que a Fundação Renova chegou e trouxe muitos funcionários que já faziam parte desse meio de diálogo externo, diálogo sobre áreas de conflito né. **Existe uma funcionária da Fundação Renova que ela é gerente de diálogos e conflitos, ela veio do governo do estado** para trabalhar com isso sabe, para cooptar, coagir, é, induzir à à ação, tudo a favor das empresas né e contra os atingidos (Renato, grifo nosso).

O que está submerso na dicotomia “a favor” e “contra” são as costuras que polarizam os grupos somente em “aliados” ou “inimigos”. Configurações estas que fazem as mineradoras não somente buscarem camuflar a lama, mas se articular com outras organizações para silenciar vozes específicas, utilizando-se inclusive de aparatos além de humanos, como apresentamos não somente a partir da lama, mas de práticas de descaracterização e de expulsão. Tais práticas envolvem outros elementos mais que humanos e vão provocando um afastamento daqueles que produzem cotidianamente os espaços, inviabilizando elementos indesejados, sejam eles humanos ou mais que humanos (árvores, chafariz, etc.), no conjunto de encontros que as mineradoras permitem.

Neste sentido, uma árvore não é apenas uma árvore, mas representaria uma Praça menos convidativa aos encontros da comunidade, por exemplo. Uma barragem não é apenas a barragem em si, mas a possibilidade de asfaltamento para determinada comunidade. O que nos possibilita interpretar que não apenas um “conjunto de assembleias” e uma coordenação de paisagem leva à **obstrução** de outras coordenações possíveis (TSING, 2019, p. 156), mas também um conjunto específico leva à **(des)obstrução** de coordenações anteriormente (legal, politicamente) dificultadoras, como a construção de uma nova barragem.

Assim, embora a lama constitua um fragmento multiespécies central para conectar as práticas que formam os espaços analisados e para compreender as relações sociais e organizacionais são alteradas na composição de uma paisagem entendida como multiespécies, que emerge a partir de encontros não apenas humanos, outros elementos se apresentam. Árvores (ou não-árvores), barragem, placas, guaritas, diques, entre outras barreiras, podem fazer parte de uma mesma paisagem que camufla fragmentos como a lama, o luto e a luta e dá caminho à passagem do minério, constituindo elementos não-humanos nas relações de poder que são materializadas na formação desses espaços.

Além disso, reforça-se os efeitos de outras práticas, como captura e cooptação, na reprodução de interesses específicos, muitas vezes assimétricos, o que vem historicamente culminando na reprodução de conflitos e na própria dificuldade ou desinteresse que o poder público tem face aos recursos que as mineradoras detêm. Para Svampa (2013) não existe um país latino-americano com projetos de larga escala sem conflitos sociais que colocam as mineradoras e o próprio governo contra as comunidades.

Dada a crescente demanda por *commodities* e a visão da América Latina como um lugar incessantemente detentor dos ditos recursos naturais, diante de uma dinâmica de expansão contínua da capacidade produtiva das mineradoras, de autorregulação dessas empresas, do constante sucateamento do aparato fiscalizador do Estado e do potencial oportunismo de alguns agentes econômicos, mesmo com a natureza conflituosa da mineração, que possibilitaria denunciar práticas daninhas da indústria, reforça-se o discurso da falta de alternativas a esse estilo de desenvolvimento (SVAMPA, 2013).

Assim, ao propor seguir a lama não enfocamos meramente o rejeito, mas o que ele traz (ou não) à tona. O que o seguir a lama apresenta é, mais do que o contexto de conflitos e de perpetuação desse discurso, as relações mais que humanas que o possibilitam, que dão vida às barragens, aos diques, às braquiárias, entre outros elementos, enquanto inviabilizam lama, casas, árvores, pessoas, trocas na Praça. Nas palavras de Larissa, “a gente também tem que entender que isso é em função de um **poder público negligente** com essa população [atingida], né, que acaba deixando na mão dessa é é desse mercado aí **que lucra com essas pessoas invisíveis**” (Larissa, grifo nosso).

Esse predomínio de interesses mediante decisões unilaterais, inclusive utilizando o próprio sistema legal, fez emergir a subcategoria **Assimetria de poder**, dentro da categoria **Relação com a Renova**, e a categoria **Relação com o judiciário**. O aparato jurídico tem se mostrado central na configuração dos espaços analisados da forma como têm sido produzidos. Os ditos acordos moldam a formação dos espaços ao embasar de forma técnica e

supostamente neutra os processos de reparação e compensação, mesmo com sua morosidade, todas suas potenciais falhas, por um lado, e todo seu poder de polícia, por outro. Talvez por isso o entrevistado Renato (grifo nosso) tenha se referido às ações e decisões homologadas na justiça “para garantir que o espaço [...] não fique pior do que já tá né, então **que eles cumpram com alguma medida mitigatória no caso**”.

Ressaltamos aqui que uma série de descumprimentos foram identificados na coleta de dados, inclusive quanto ao prazo de entrega dos Espaços Novos, e que muitas vezes os supostos acordos judiciais não são capazes de garantir o cumprimento legal pelas empresas. Abordaremos a formação dos reassentamentos coletivos no próximo capítulo.

O cerne das práticas de expulsão/afastamento e camuflagem apresentadas neste capítulo direciona você, leitor, a atentar para o **apagamento da lama como um fragmento intencional** da paisagem. A subcategoria **O alcance imprevisto da onda de lama**, pertencente à categoria **Seguindo a lama**, leva-nos a interpretar que a crista da primeira onda de lama pode ter alcançado dimensões não previstas. Apesar disso, as práticas da empresa para lidar com a chegada da lama que identificamos aqui como **camuflagem e expulsão** não parecem isentas de intencionalidades específicas, pelo contrário, ganham vida a partir da mobilização contínua de um conjunto organizado de encontros humanos que desorganizam outros encontros possíveis.

Esses arranjos são costurados por aqueles imbuídos de organizar e gerir, que se utilizam de elementos inclusive não-humanos (dique, braquiária, etc.) para validar a manutenção das práticas que tanto impactam os biomas ao redor e o ecossistema, desconsiderando-se relações prévias que formavam os Espaços Antigos e que são aos poucos esfaceladas com a ação das mineradoras ao longo do tempo. O controle do acesso e uso dos Espaços Antigos sendo exercido pela Samarco posiciona a linha tênue que supramencionamos mais próxima aos interesses da empresa, reforçando ainda mais assimetrias e provocando ainda mais destruição. Como afirmou Renato (grifo nosso),

[...] **transferir essa responsabilidade [de controlar o acesso] para as mineradoras é transferir o direito de se apr... de apropriação de área, de terra, de lugar né, então eu acho que do jeito que está hoje eu não concordo**, eu acho que a gente tem que pensar numa forma, é tirar a o acesso, liberar o acesso irrestritamente **talvez não seja a melhor das soluções** [...] eu não tenho nem elaborado assim **qual que é a melhor solução, mas eu acho** que tirar a guarita lá e deixar o acesso irrestrito pode não ser a melhor solução.

Renato complementa, “criar uma condição onde quem determina tudo é são as empresas também não é a solução”. Por um lado, as ditas soluções podem ser pensadas, reflexões que não se iniciam nem se esgotam nesta tese. Por outro lado, retomando a ideia de

que, no contexto do capitalismo global e do Antropoceno, tais soluções podem piorar o problema, podemos ir mais longe estudando a variedade histórica e cultural das **relações entre pessoas, plantas e animais** (TSING, 2005, p. 173, tradução nossa, grifo nosso). Este é o esforço que nos propomos fazer aqui ao seguir a lama, elemento não-humano considerado essencial na constituição da paisagem multiespécies pós-desastre.

A barreira física que mostramos com registros da guarita é trazida nas narrativas como uma forma de concretizar a **segurança** em Bento Antigo e evitar a ocorrência de novos furtos. Nas palavras de Gabriel (grifo nosso), “**depois que implementou a guarita**, [furto] diminuiu muito [...] a gente conversou muito com a polícia militar [...] de Santa Rita, né, que faz o policiamento ali e [...] ficaram mais atentos e também **com a guarita**”. Outros entrevistados justificam o aumento do controle do acesso a Bento Antigo como forma de evitar, ou ao menos diminuir, furtos.

Eu acho que assim, a existência das guaritas lá, segurança, eu acho que até um certo ponto é bom, porque no início lá [Bento] foi muito saqueado. Entendeu? É... por exemplo, aquelas casas que ficam mais no alto, elas foram é... saqueadas. Porque aquelas casas ficaram inteiras, **o que destruiu elas foram as pessoas que foram lá saquear, que arrancaram telhado, arrancaram porta, arrancaram janela, caixa d’água** (Edson, grifo nosso).

William (grifo nosso), por exemplo, afirma que antes da guarita ser instalada, o que, nas palavras dele, teria **fechado o acesso ao espaço**, os saques aconteciam constantemente. “[...] E tem outro detalhe, Maria, quando o Bento não estava **fechado**, né, **houve saques demais lá**”. Como o entrevistado Edson (grifo nosso) relatou

[...] lá [Bento Antigo] foi saqueado. Então por exemplo, tinha moradores lá que, eles vieram pra Mariana eles deixaram a casa mobiliada, **quando eles [moradores] chegaram lá já tinham roubado a mobília, tinham roubado é... telhado, madeirame, fiação, né, janela**. O que eles [saqueadores] podiam carregar e arrancar eles tiraram.

Apesar das guaritas, essa destruição materializada em furtos embora tenha diminuído continuou acontecendo. Conforme relata Gabriel (grifo nosso), “Depois, **ao longo dos anos, tiveram algumas pessoas que entraram né** tentando roubar ou furtar e foram registrados vários boletins de ocorrências né”. O seguinte trecho mostra como a implementação de guaritas inibiu, mas não impediu, as tentativas de furto,

[...] eu vejo houve uma inibição né. **Não impediu totalmente não, porque outros outros tentativas de furto ocorreram, outros furtos ocorreram ao longo desses anos**, mas nada tão grave a ponto do que chegou no momento assim que tava **sem segurança nenhuma né** que é levarem até uma piscina inteira, levarem todas as janelas de uma casa (Gabriel, grifo nosso).

Fotografia 18 – Interior de casa saqueada em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Enquanto eu observava as casas pós-furto e registrava a intensificação da destruição, buscava entender **qual fragmento dessa ruína** era produto da chegada da lama pelo rompimento da barragem, qual parte era pelos saques de humanos e qual parte desses espaços não estava tão destruída pelas práticas de apagamento da lama e de camuflagem. Às vezes, a destruição trazia dúvida. Na intenção de compreender aqueles fragmentos da paisagem e a criação daquele espaço, perguntei à Santiago, “Ali já é uma ruína né?”. Ele respondeu “Ali, ali foi saqueado”. E continuamos caminhando...

Santiago apontava para algumas construções explicando a história presente ali. “Ali era uma fazenda que tinha [...] a lama chegou só no rio, aí a fazenda foi toda saqueada, que a fazenda aqui era de madeira, linda demais a fazenda”. Eu perguntei quem foram as pessoas que saquearam, como entraram nas casas para roubar o que restou das ruínas. Ele respondeu “Do distrito, os próprio pessoal de Mariana, Antônio Pereira, Santa Rita... tá vendo. [...] Que a fazenda [que foi saqueada] era de madeira, foi toda levada. Aqui em cima tinha sete apartamento, aqui ó...”. Ele explicava a falta do telhado e de parte das casas onde a lama não havia chegado. “A gente chegava lá eles tava lá quebrando, quebrando porta, quebrando parede pra arrancar a porta e janela, e portão, telhado. A maioria [...] sem telhado lá que eles levaram tudo, saqueou tudo (Santiago).

Dava para ver casas sem telhado e a vegetação nascendo dentro e ao redor delas. Algumas delas destruídas pelo desastre, outras o rejeito não chegou, mas foram “saqueadas pelo homem” (Santiago). Eu continuava tentando entender quem, quando e como a destruição

se proliferava não pela ação humana que levou lama àquele espaço físico, mas pela conduta do Homem com as próprias mãos.

Fotografia 19 - Casa saqueada sem telhado em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

William e Gabriel também relataram a magnitude dos furtos. “[...] Pessoas de outra localidade chegaram lá roubaram **telhas, roubaram janelas, porta, privada, piscina, carregaram uma piscina inteira**, Maria...inteira, arrancaram tudo que sobrou” (William, grifo nosso). “Levaram telha, **levaram uma piscina inteira pra você ter uma ideia** [...] a pessoa pra chegar a levar uma piscina inteira, é porque ela está disposta a tudo mesmo né?” (Gabriel, grifo nosso). “Levou telhado, levou **janela, porta [...] pia, tudo que tinha nas casa, arrancaram...** [...] do próprio distrito né de Santa Rita, Pereira, Mariana [...] e eles ia de caminhão, de carro [...]” (Santiago, grifo nosso). “[...] Permitiram o acesso de pessoas que furtaram as moradias que ainda existiram” (Renato).



Fotografia 20 - Exterior de casa saqueada em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

E enquanto eu continuava caminhando com Santiago, ele indicava as partes daquilo que um dia fora os cômodos da casa e continuava narrando. “E lá pra cima tem outro salão, tinha um salão enorme também, que fazia pra festa”. Eu continuava buscando distinguir a parte saqueada da parte atingida pela lama. Às vezes essa distinção parecia sutil. Indaguei “Mas aqui não foi atingido?” e ele respondeu “Não, não foi atingido, aí foi saqueado”, ressaltando a diferença, nem sempre tão visível pelo meu olhar estrangeiro. E caminhando avistávamos novas casas, algumas que a destruição era pelo furto, não pela lama em si, outras que foram parcialmente atingidas parcialmente furtadas.

[...] A gente não, não sabe [como as casas foram saqueadas], disse que ia, o pessoal ia lá à noite, entrava lá à noite, não sei [...] por quê? Porque na época foi falado que eles iam ganhar tudo aqui em Mariana, então é, pessoas ali da região ali de povoados ali da região, ali Santa Rita, Fonseca, Catas Altas, Santa Bárbara, até aqui mesmo né, **pessoal foi lá e roubaram, saquearam o lugar, entendeu? Teve isso, isso aconteceu** (Edson, grifo nosso).

[...] **a parte de cima não foi atingida, foi saqueada, depois do rompimento.** A, a Samarco, as casas que não foi atingida **a Samarco liberou pro pessoal ir lá e saquear**, entendeu? [...] Saqueou porta, tudo que tinha na casa, pia.... [...] [Saqueou] O que sobrou da casa, as casa, **nem todas casa foi atingido pela, pela barragem, pela lama**, entendeu? (Santiago, grifo nosso).

“Enquanto ela [empresa] dizia que [atingidos] não podiam entrar, tinha guarda monitorando a área 24 horas, as casas que ficaram de pé foram todas elas saqueadas, isso aconteceu em Bento, mas isso também aconteceu né nas localidades” (Larissa). Os relatos sobre terrenos saqueados convergiram no sentido de que os furtos eram de partes das casas, como janelas, piscina, etc. Esses episódios, conjuntamente com práticas de **camuflagem** descritas neste capítulo e de **descaracterização** descritas nos subseqüentes, também

configuraram **uma propagação da destruição das ruínas**. Isso faz emergir novamente as intencionalidades por trás do abandono inicial da região e do controle posterior ao abandono. Na percepção dos atingidos, os saques, a guarita para controle do acesso, a mudança da rota original e os demais aspectos que trouxemos até o momento expressam a preocupação da empresa de que Bento Antigo não seja acessado e reocupado, mas apropriado pela empresa, como apresentado a seguir.

Do velho Bento. A... a parte de baixo que foi atingida por pela pela lama, **a parte de cima não foi**, a **parte de cima foi saqueada** que a empresa liberou **pra saquear pros pessoal [atingidos] não voltar**, aí... [...] e saqueou tudo, **que a empresa liberou pra eles saquear**, eles podia entrar nós não, né, no começo a gente não podia entrar mas eles podia... [...] É, **que a empresa liberou para saquear pros proprietário não voltar, entendeu?** Inclusive **quando eles tava saqueando a gente [atingido] não podia entrar não**, pra gente entrar a gente tinha que pedir autorização do Ministério Público (Santiago, grifo nosso).

Os planos de expansão anteriores ao rompimento da barragem do Fundão fazem emergir da lama uma série de desconfianças e disputas. Pelas palavras de Santiago (grifo nosso), visualizamos que a empresa segue o cálculo da relação custo-benefício na tomada de decisões. Como o entrevistado afirma, a lógica da empresa está restrita ao seguinte pensamento: “Vamo **tirar aquele povo de lá**, deixa, **deixar essa barragem descer, mata todo mundo, indeniza as família que ficar** e pronto”.

Independentemente dos efeitos previstos ou não-previstos da onda de lama que chegou aos Espaços Antigos, deve ser lembrado que são anteriores ao rompimento da barragem do Fundão as intencionalidades que culminaram na disputa pelo território de Bento Antigo; nas desconfianças da comunidade local; na movimentação compulsória de atingidos de um espaço físico para outro; e na proposição de uma permuta entre as terras de Bento e a entrega do reassentamento, que constitui um direito decorrente do dano (direito à moradia). E, se essas intencionalidades não forem questionadas, fiscalizadas, novas ondas de lama continuarão destruindo espaços, sejam seus efeitos visíveis ou não.

#### 5.4. BENTO ANTIGO: MAIS PRÓXIMOS DA VISÍVEL DESTRUIÇÃO OU DA CAMUFLAGEM?

Fotografia 21 - Cogumelos em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Os cogumelos, seres vivos pertencentes ao Reino Fungi, possuem uma ampla variedade de tamanhos, cores, formas. No solo de Bento Antigo havia cogumelos. Em Hiroshima também. Neste caso, os cogumelos Matsutake, criaturas que florescem em paisagens fruto de perturbações humanas. Os Matsutake cresceram em Hiroshima depois da catástrofe. Algumas coordenações (nem todos os pinheiros morreram) possibilitaram o encontro entre cogumelos e árvores (TSING, LASSILA, 2017). Uma bomba atômica sobre o Japão levou destruição, havendo espaço, então, para a relação de mutualismo.

Em Mariana, o desastre da barragem de Fundão, com a chegada da primeira onda de lama nos Espaços Antigos, trouxe a emergência de fragmentos (como a camuflagem) de uma paisagem que, antes da catástrofe, não se encontrava em ruínas, florescia sem um conjunto de sementes plantadas pela mineradora. Com a passagem do tempo (mais de sete anos do rompimento), agora, ainda se encontra arruinada?

Independentemente de origem ou causa primária do agente causador, o que se espera de um espaço alvo de desastre? Seja ele em Hiroshima, em Nagasaki, em Chernobil ou em Mariana, espera-se destruição. No caso do desastre que motivou esta tese, a partir dos relatos, ao longo da coleta e da análise de dados das entrevistas, foi possível questionar: “**Cadê a lama**”, as ruínas, a visível destruição? Submersa naquilo que alguns entrevistados citam como a “lagoa” (dique) que a mineradora construiu? Após a barragem se romper, a lama liberada foi carregando e unindo os efeitos das práticas que culminaram na destruição por ela materializada. Espera-se lama e destruição em um espaço pós-desastre. Espera-se as “marcas da lama” como um elemento que mostra as “marcas da tragédia”, e resgata as memórias do que se viveu no espaço anteriormente.

Se a lama foi discursiva e sociomaterialmente a destruidora, como ocupar as ruínas (TSING, 2019) com vida humana se elas têm sido camufladas e se a (re)organização do

espaço tem promovido o (des)ocupar humano? Como e quais outras formas de vida podemos enxergar nos Espaços Antigos? Para Tsing (2019), **ocupar é recuperar** e o convite é feito para que até os espaços mais arruinados, degradados e perturbados onde pode existir vida na Terra sejam ocupados.

Quais são as práticas que afastam o ocupar humano e possibilitam, intencionalmente ou não, a vida mais que humana na criação dos Espaços Antigos? O que compõe o “verdinho” que camufla a destruição? Intenções, gramíneas, ou “um punhado de de de plantação que nunca existiu pro lado de lá” e que “**misteriosamente**” apareceu em Paracatu “pra ninguém ver” (Ludmila)?

Após o desastre, uma série de práticas trouxe uma configuração específica na (re)organização daquilo que pode ficar (dentro) ou não (fora) na produção dos Espaços Antigos, o que pode se proliferar e o que deve ser podado. **Neste capítulo apresentamos aquelas que denominamos de camuflagem.** Neste novo arranjo, as fronteiras foram, então, definidas por uma intencionalidade específica, conduzida pela mineradora em suas articulações. Neste sentido, não somente as próprias ruínas – esperadas após um desastre – vão sendo modificadas, mas o conjunto de encontros multiespécies que devem ou não permanecer na produção desses espaços.

A construção de diques pode esconder intencionalidades, deixando a destruição submersa. Apesar da tentativa de resistência de alguns atores (aqueles que fizeram oposição ao dique, por exemplo) com base na forma como os espaços eram produtos de experiências distintas (de colheita, plantio, etc.), a espacialidade passou a ser configurada de um modo específico determinado pela articulação das mineradoras com outras organizações por meio de práticas de camuflagem, expulsão e silenciamento que reforçam as assimetrias na produção do espaço; o afastamento da comunidade dos Espaços Antigos; o controle do território para expansão minerária, indicando o caminho que a lama percorre nas materializações de poder que possibilitam prevalecer determinadas configurações na criação dos espaços (TAYLOR, SPICER, 2007).

Além do rejeito destruir os Espaços Antigos, argumentamos que as práticas a seguir apresentadas são ervas daninhas que propagam a destruição nos Espaços Antigos. Neste contexto, quais os conjuntos de coordenações multiespécies facilitados ou dificultados na produção desses espaços? Caminhemos por aquilo que tem estado submerso após o desastre para encontrar parte da resposta. Começemos pelo dique. Logo após, seguimos pelo plantio de vegetações que imprimem um tom verde à paisagem!

#### 5.4.1. Práticas de camuflagem: avistando a “lagoa” em Bento Antigo

O que se espera de um espaço alvo de um desastre? O que vem à mente ao se pensar em Hiroshima, Nagasaki, Chernobyl ou, ainda, em outras regiões onde ocorreram catástrofes? Destruição. A partir dos relatos das entrevistas, das observações *in loco* e de materiais audiovisuais relacionados aos Espaços Antigos, no entanto, continua-se questionando: “**Cadê a lama**” que materializaria a visível destruição? A construção dos diques S3 e S4 foi interpretada nesta pesquisa de algumas formas. Destacamos que a destruição aqui se está sendo escamoteada e se manifesta pelas práticas de **silenciamento** e não-escuta dos atingidos; **de camuflagem** das ruínas submersas nas águas dos diques; e **de expulsão** pela inviabilidade de ocupar a área onde esses diques foram construídos.

Apresentamos, primeiramente, as obras do dique como efeito de **práticas de silenciamento**. Embora estejamos seguindo a lama, o que é escamoteado não é apenas a lama, mas um conjunto de coordenações que tornam possíveis as diferentes práticas nos Espaços Antigos, sendo tais coordenações frutos de costuras políticas e legais, como o Decreto 500. Apresentamos a construção dos diques, em segundo lugar, como uma prática de **camuflagem**, lançando luz sobre aquilo que os diques deixaram submerso. Por fim, apresentamos o efeito da imposição dos diques pela mineradora como uma **prática de expulsão dos atingidos**, uma vez que a mineradora não controla somente a estrada de acesso a Bento Antigo como também impõe uma barreira que impede o uso desses espaços. Como afirma o entrevistado Renato, “A barreira física criada pela empresa né, o dique, o dique é uma barreira física também, não deixa de ser, né?”.

Os terrenos são, a princípio, propriedade dos atingidos de Bento Antigo. No entanto, seu uso foi concedido pelo governo estadual à Samarco por meio do Decreto 500, apresentado a seguir. Assim, a intervenção da mineradora para construção dos diques inviabilizou o acesso dos atingidos a suas propriedades. Por isso, quando uma entrevistada de Bento Antigo afirmou “[Bento Antigo] é dos atingidos. [...] **dos atingidos entre aspas, né**”, e eu perguntei “como assim”, ela relatou “Ué, porque tem muitos políticos, chega um **político** lá, o cara mete **caneta** [autorizando] lá acabou. **Cê passa a sua terra pra eles, você não, você não tem [...]**”. (Larissa, grifo nosso).

A construção dos diques afasta parte dos atingidos de suas propriedades e de práticas que poderiam ser resgatadas nesses espaços ao se (re)ocupar as ruínas a partir de vivências habituais ou da criação de novas. Isso ilustra não somente os efeitos das configurações espaciais sobre a manifestação de relações de poder, como também a forma como Bento

Antigo tem sido produzido limitando possibilidades de convívio e de manifestação de experiências (TAYLOR, SPICER, 2007).

Desta forma, muito embora o dique possa ser visto como um fragmento físico da paisagem multiespécies, pode também lançar luz sobre o apagamento de aspectos simbólicos da comunidade pré-desastre, que se organizava a partir de uma cultura de plantio, colheita, e de relações de proximidade e troca entre vizinhos, por exemplo. Assim, não somente as experiências vividas por humanos como as não-vividas por eles e experienciadas por outros seres organizaram o espaço de Bento Rodrigues após o desastre com uma determinada configuração. Buscamos descrever ao longo de todo o capítulo práticas e praticantes mais que humanos que imprimiram ao espaço tal configuração.

Fotografia 22 - Dique S4 construído em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

- Licença, posso entrar no meu próprio território? Ao atravessarem a lama e terem suas vidas atravessadas pela lama, os atingidos ainda se (re)conheciam nos Espaços Antigos. Apesar da lama e do luto, buscavam formas de ocupar, de resistir. Conforme pontuado na primeira seção do capítulo, após audiência sobre a entrada em Bento Rodrigues depois do desastre, determinou-se que “[...] 2) Os atingidos de Bento Rodrigues terão **livre acesso** das 08 às 18 horas, nas quartas-feiras, sábados e domingos, desde que passem pelo treinamento [...] e **assumam a responsabilidade** mediante termo” (MINAS GERAIS, 2016, p. 1-2, grifo nosso). Nas palavras do entrevistado Arthur (grifo nosso), “**Ela [empresa] não quer que as pessoas do local habita naquela área**, porque eles estão **minerando em cima das pessoas**, tem a **tem detonação em cima**, e.. e... qualquer **evento** lá, qualquer **acidente** que dê lá a responsabilidade é da empresa”.

As **barreiras de acesso** postas pela mineradora a partir de articulações com outras organizações já mostravam, desde a estrada de acesso, as práticas de expulsão e de afastamento. Conforme apresenta o relato a seguir, “[...] [atingidos] **atravessaram a lama pra conseguir chegar lá** [Bento Antigo]. [...] conseguiram uma **autorização**, o Ministério Público entrou com um pedido na Justiça para eles terem o direito de acesso” Edson (grifo nosso).

Com a chegada da primeira onda de lama, após mais uma intervenção da Samarco em Bento Antigo, nem pedindo permissão para adentrar em parte dos terrenos do Espaço Antigo de Bento Rodrigues os atingidos conseguiam acessar algumas áreas de propriedade deles. Isso porque parte das terras foi estava submersa a partir da construção de diques de contenção pela empresa. Como relatou Edson, “Fizeram um dique lá, **o Dique S4**”. Já Santiago (grifo nosso) afirma que “Em Bento é...era pra tirar o rejeito do Bento, só que eles não quis tirar o rejeito, infelizmente lá, eles fez o **dique S4 e alagou** a parte, a... **meia parte do Bento** eles [mineradoras] alagaram”. Para Amanda (grifo nosso)

[...] é isso, o lugar deixou de existir, então você pode ter uma Bento Rodrigues lá com ruininhas no fundo, mas a cidade que tá no fundo daquela da, e eles alagaram uma parte dela, **pior parte foi alagada, que tá debaixo cara, e debaixo de lama, e que tá embaixo da água sabe, o lugar não existe.**

Se a lama foi discursivamente e sociomaterialmente a destruidora da vida, podemos enxergar vida nas ruínas e na criação dos Espaços Antigos? Como ocupar as ruínas, como propõe Tsing (2019) diante de **práticas de silenciamento, expulsão e camuflagem**? A partir de uma perspectiva multiespécies, buscamos resgatar o que está sob a lama e as inúmeras possibilidades de encontros mais que humanos na formação desses espaços. Neste momento do percurso, apresentamos que a lama tem sido camuflada sob aquilo que alguns entrevistados citam como a “lago” ou “lagoa”. Trata-se dos diques S3 e S4, cuja construção foi iniciada em 2016 e finalizada em 2017.

Não bastasse toda a destruição causada pela primeira onda de lama nos Espaços Antigos, e as transformações que apresentamos nesses espaços (modificação da estrada de acesso; casas serem saqueadas para roubo de janelas, portas, etc.), foram construídos pelas empresas em Bento Rodrigues, especificamente, dois diques, S3 e S4, obras impostas pela empresa **sem o consentimento** dos atingidos de Bento e com a autorização do poder executivo estadual de Minas Gerais. De acordo com relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), foi realizado em 05/11/2016 um ato público no distrito destruído em memória às vítimas do rompimento da barragem do Fundão. No ato, os presentes se

manifestaram contra a construção do Dique S4 porque “Bento Rodrigues pertence aos moradores, e não a Samarco” (CNDH, 2017, p. 35).

O dique foi construído com o aval do governo estadual a partir do Decreto Estadual nº 500, de 20 de setembro de 2016, aprovado pelo governador à época, Fernando Pimentel, em **caráter emergencial e provisório**, valendo por 3 anos. Conforme consta no texto do instrumento legal, em seu Art. 2º, “A requisição do terreno descrito no Anexo é necessária à efetivação de **medidas urgentes** para construção e implantação do DIQUE S4”. Com a publicação do referido decreto, “Art. 3º A **Samarco Mineração S/A fica autorizada a promover todas as medidas** necessárias à construção e implantação emergencial do Dique S4 no terreno descrito no Anexo” por um período de tempo predeterminado. Conforme apresenta o **Art. 6º** do decreto, “O **prazo** de vigência desta **medida interventiva é de três anos**” (BRASIL, 2016b, p. 4, grifo nosso).

De acordo com relatório do CNDH (2017, p. 20), a construção do dique significa “[...] verdadeira **desapropriação**, pelo poder público, das propriedades dos atingidos, **em benefício da Samarco** [...] para viabilizar a **retomada das atividades das empresas**, após a construção”. O documento apresenta ainda que, conforme informações da empresa, seriam impactadas 55 propriedades na área de Bento Rodrigues onde o dique S4 foi instalado. O relatório do CNDH apresenta ainda que a empresa argumenta que “a requisição administrativa afeta apenas a posse dos imóveis, mas **não os desapropria**”. Isso leva a empresa, segundo o relatório, a tomar posse dos terrenos sem indenizar os proprietários e sem o consentimento deles com o intuito de “integrar o sistema emergencial de retenção de sedimentos composto pelos Diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém” (CNDH, 2017, p. 20, grifo nosso).

Segundo o relatório do CNDH (2017, p. 20), o MAB se posicionou sobre o dique S4 afirmando que o decreto “[...] simboliza um Estado refém dos interesses privados das mineradoras transnacionais [...] acarreta na consolidação de uma nova barragem [...] destruindo a memória do crime e o alagamento de um patrimônio cultural e histórico” com vistas a fortalecer a expansão da Samarco. O MAB, muito embora seja um ator que se destaca no contexto da mineração, não teve aceitação no espaço aqui em recorte, conforme relatado por diversos entrevistados, relatos que foram agrupados em códigos da categoria **Relação com movimentos sociais**.

Ainda segundo o texto do Decreto 500/2016, em seu Art. 4º, “Os proprietários das áreas **[atingidos] deverão viabilizar a entrada da equipe técnica da Samarco Mineração S/A e dos agentes públicos estaduais no terreno** descrito no Anexo” (BRASIL, 2016b, p. 4,



grifo nosso). Ressaltamos aqui que a determinação legal do referido decreto ocorreu **sem o consentimento** dos proprietários dos terrenos, os atingidos de Bento, que, embora **contrários** à construção do dique em suas terras, viram-se silenciados, atravessados não mais somente pela lama, mas pela destruição que continuou se perpetuando na formação desses espaços após o desastre.

Conforme relatou Santiago, “Nós, atingidos, nós moradores (de Bento) não, não, **não aceitamos**, né, mas infelizmente o **Poder Executivo** fala mais alto, né. Então, eles foi no **governador** [...] pedir **autorização** [...] foi lá com a **caneta** [Liberou]” (Santiago, grifo nosso). Nas palavras de Arthur (grifo nosso), “Aí na época lá nós foram **contra, nós** [atingidos] foram **contra a empresa, a empresa recorreu ao Estado, e o governador** [...] assinou um termo lá [referindo-se ao Decreto 500] de liberação pra empresa”. A respeito do ocorrido, João (grifo nosso) afirma que “[...] lembro da **briga** grande que foi na época, eles conseguiram fazer, **passou por cima da população que estava na comissão na época, passou, passaram por cima** da população e fizeram esse dique lá”.

Fotografia 23 - Dique S4 construído em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

Destacando as práticas de **silenciamento**, a ausência de voz de atingidos de Bento decorre de uma decisão unilateral que se materializou com a promulgação do supramencionado Decreto 500 pelo então governador estadual. Nas palavras de Santiago (grifo nosso), “Ó, foi, foi igual feito **o dique S4**. A gente [atingido de Bento] **não aceitou fazer** o dique S4 [empresa] [...] **meteu a caneta** [autorizou a Samarco], construiu o dique

S4”. “A **empresa aproveitou a força do Estado e atropelou nós** passou por cima do nosso direito” (Arthur, grifo nosso). O entrevistado Marcos (grifo nosso), ressaltou que “[...] têm pessoas que não são indenizadas e **não têm direito de ir no seu próprio** terreno [...] é louco demais na minha cabeça porque você tem uma casa a pessoa [empresa] **destrói a sua casa e fala aqui você não entra mais**”.

As práticas de silenciamento não apenas derivam de uma assimetria histórica na mineração que provê segurança jurídica e rentabilidade às empresas ao proporcionar bases normativas favoráveis à indústria, permitindo a contínua expansão de um modelo em que se tornam claras as proximidades entre a indústria e o Estado (SVAMPA, 2013).

Tais práticas e a própria assimetria, além de serem fruto dessa lógica, realimentam-se continuamente com o poder da indústria, reforçando as assimetrias na produção do espaço, perpetuando um *continuum* que invisibiliza a dependência das empresas dos ditos bens minerais e recursos para operar, ressaltando o quão essencial seriam as mineradoras para promoverem o desenvolvimento da região em que se instalam (FONTOURA et al, 2019). Pelos relatos a seguir, a assimetria salta aos olhos, lançando luz sobre o poder das mineradoras, e mais do que sobre conflitos ou alianças, sobre a própria limitação do poder público em fazer frente aos recursos que as mineradoras mobilizam, pois estão “lidando com gigantes”. Neste sentido, também o poder judiciário, inclusive na esfera federal, nem sempre teria condições de defender ou fazer cumprir decisões divergentes ao interesse da mineração.

[...] E aí eu vou te falar inclusive o que eu ouvi dentro do do do MPF junto com com dois dos procuradores [...] num dado momento em que falávamos sobre a questão do do do Dique S4 né, é, o o, porque tinha a gente, existiu esse esse processo aí na nas 3 Instâncias, ele na instância Federal, os quatro promotores acompanharam uma uma audiência [...] de um lado eram os quatro, do outro **tinha 40, é, advogados** da empresa, e aí o que ele próprio falou, olha, **nós nos sentíamos piada interna deles ali, nós nos sentíamos os 4 patetas, porque nós estávamos ali diante de 40 advogados, e eram eles que estavam mandando naquela reunião.** Eles próprios, eles se veem num num determinado momento, onde eles **acabam tendo que aceitar pouco ou nada**, né, eu não tô te falando que eles, que os promotores, as pessoas dos promotores eles são são são ruins de serviço, **não é isso, mas é que nós estamos lidando com gigantes.** E isso acontece (Larissa, grifo nosso).

Neste contexto, o controle do território para fins da expansão minerária e as demais práticas que apresentamos ao longo da análise advertem que o caminho que a lama segue é desenhado por um conjunto de articulações entre organizações que, com interesses afins ou distintos, possibilitam deixar a visível destruição completamente submersa ou ao menos parcialmente apagada. Se, por um lado, os “[...] moradores já quiseram **retirar a lama de dentro de Bento** e o **MP não deixaram**” (William, grifo nosso), por outro, as práticas de camuflagem permitem o apagamento da lama sem a retirada direta do rejeito, utilizando-se

inclusive do risco constante aos quais as comunidades se encontram expostas, como apresenta o relato a seguir.

[...] um pedaço da parede tinha caído e né todo mundo que passava ali conseguia ver e lembrar [do desastre] e essa casa agora não existe mais porque construíram é **reconstruíram a casa no mesmo terreno** num nível **mais alto assim, né, caso uma nova barragem se rompa**, mas é né eu acho que é uma **tentativa de apagar mesmo o que aconteceu** e de **não deixar tantas lembranças assim tão visíveis** (Míriam, grifo nosso).

Construir diques os reconstruir uma casa com marcas de lama em outro local significa apagar essas marcas e as memórias negativas associadas, e “não deixar lembranças tão visíveis assim, vivas” (Míriam). Assim, a camuflagem caminha “muito no intuito de mesmo causar um **apagamento do que aconteceu** [...]” (Míriam, grifo nosso). Aqueles que são estrangeiros à criação dos Espaços Antigos não têm vivências anteriores desses espaços. Já para os que produziram esses espaços, a passagem do tempo vem tornando as lembranças mais distantes, “[...] aí se chegar lá [Zona Rural ] **hoje** por exemplo e **né tiver esquecido desse episódio**, parece que **não aconteceu nada**, só a marca que **ainda tá nas árvores** né da altura que **a lama chegou**” (Míriam, grifo nosso).

A construção do dique aqui apresenta como a espacialidade passa a ser configurada de um modo específico por essas articulações a partir de práticas que, ao materializar a direção de algumas relações de poder, possibilitam prevalecer unilateralmente determinadas configurações na criação dos espaços (TAYLOR, SPICER, 2007), como mostram os relatos a seguir.

[...] **essa obra ela foi foi foi autorizada pelo governo do do estado**, pelo decreto 500, nós sequer recebemos **qualquer** comunicado, como proprietários, de que o governo do estado estaria **passando a nossa propriedade pra Fundação Renova**, a gente ficou sabendo por meios aí **oficiais**, porque eu pesquiso [...] se fosse uma família que sequer se informa, não saberia, até hoje nós não recebemos qualquer informação a respeito (Larissa, grifo nosso).

[construção do dique S4] **dentro do nosso terreno** [...] eu achei complicado porque administração da empresa de **fazer um dique daquele sem a ciência do proprietário**, e na época chamaram alguns proprie... chamaram, **intimaram alguns** [...] Pra pra negociar a raia do local pra depositar, pra fechar, fazer, fecha, fazer o fechamento da água, pra fechar o rejeito pro rejeito não descer. **Mas, mas o, aí na época lá eu achei errado porque se todo mundo é é morador do distrito, todo mundo tinha acesso ao mesmo local**, todo mundo tinha que ser ressarcido de uma forma igual, não poderia ser o contrário, porque duas, três pessoas já tinham sido ressarcido e as outras ficou em vão e depende do mesmo, dependia do mesmo espaço (Arthur, grifo nosso).

Este ciclo de assimetria – inclusive de informação – e predomínio da empresa se retroalimenta, mesmo quando há a tentativa de resistência de alguns atores, como os atingidos que fizeram oposição à construção do dique. Neste processo, as mineradoras direcionam o

caminho da informação e dos direitos garantidos. Além dos relatos supramencionados que exemplificam a não-comunicação e a discriminação perante parte dos atingidos, apresentamos a seguir códigos da subcategoria **Diferenciação no tratamento**, pertencente à categoria **Relação com a Renova**. Eles apresentam como, em relação a um mesmo grupo (atingidos), as ações da mineradora diferem, permitindo silenciar alguns, afastar ou excluir e dar voz, ou ao menos atender, a outros, conforme alinhamento ou ruptura com os interesses da indústria ao longo da trajetória.

A diferenciação no tratamento, algo determinado por um grupo de humanos incumbidos de gerir os processos de reparação e compensação, acaba condicionando a forma como se dão as relações **mais que humanas**, como entre a lama e **os animais**. Resgataremos aspectos dessa relação no próximo tópico capítulo. Incluímos relatos que mostram a diferenciação (por características étnico-raciais, sociodemográficas, entre outras), que o silenciamento é direcionado a vozes específicas e como os interesses afins (ou não) ditam o que pode (ou não) ser conquistado por qual grupo de atingidos, destinando essas pessoas a (não) lugares nessa complexa e assimétrica dinâmica.

[...] aquela questão das formas de **tratamento diferenciado né**. Aqui a gente tem visto por exemplo, que **os ditos coronéis, os políticos locais, eles têm menos dificuldade de conquistar qualquer coisa junto a Fundação.**, então, e tem **pessoas que tem dificuldade de manter os animais em pé**. Aqueles que têm, que têm, é, que **são contrários à postura das empresas, aqueles que são lideranças da Comissão, e geralmente, os mais empobrecidos, eles têm muita dificuldade [...]** E é uma **prática muito comum assim**, então tem gente que já passou por três escolhas de terreno, e isso **sempre acontece com as famílias mais humildes**, com aqueles que eram posseiros ou que eram cedidos, que tem direito a reassentamento familiar mas que, que nunca se imaginaram por exemplo, dentro de uma casa (Murilo, grifo nosso).

[...] um crime nessa proporção ele não atinge é famílias, é é pessoas mais bem remuneradas, ele sempre atinge a pessoa mais pobre né [...] sempre aquela pessoa que é mais, é, que precisa de mais atenção ela ela sempre é mais atingida, isso aí né eu até não não é bom usar esse termo mais atingido ou menos atingido mas **ela é sempre mais atacada né, ela é sempre mais acionada para coisas ruins né pelas empresas**, né (Renato, grifo nosso).

[...] porque **a empresa trata a as pessoas de formas diferentes**. Às vezes aquela pessoas tem poder, tem um conhecimentozinho a mais ela é bem mais vantajada, sabe, (nas propostas) ou também no diálogo né, e aquelas pessoas **que são mais humilde**, as pessoas que têm **pouco conhecimento**, elas são as últimas da fila mesmo, ela não, **faz pouco caso [...]** todo mundo tinha acesso ao mesmo local, **todo mundo tinha que ser ressarcido de uma forma igual**, não poderia ser o contrário [...] E põe uns mentirosos na frente que não tem nada primeiro, e deixa eles [idosos, pessoas com prioridade] por último (Arthur, grifo nosso).

As **pessoas que, na mesma situação que ela**, alguns foi reconhecido e outros não. [...] a gente não entende até hoje né. Porque uns sim, outros não? **Uns tem que correr atrás, é gastar dinheiro, pra poder fazer isso, e outros né, não**. Então, assim é uma, é meio estranho. Porque **uns é tratado de um jeito, outros de outro**. A gente não entende porque, nem como (Eulália, grifo nosso).

[...] eu e mais alguns companheiros daqui fomos também que era pra denunciar episódios de racismo ne que a Fundação tava cometendo justamente por é separar assim é pessoa, é, **dar tratamento diferentes pra** pessoas negras, pra pessoas brancas, pra pessoas militantes também, então, teve essa esse tipo de perseguição que a gente fala, sabe? [...] esse tipo de tratamento que a gente conseguiu perceber que a fundação fazia é (em função assim), entre pessoas brancas e pessoas pretas, **entre militantes e não militantes**, é, né, tinham também, é tinha um questionário que chegaram a aplicar pra minha família também, **tinha lá a pergunta se a gente era militante ou não** e isso não, **não necessariamente é tem alguma relevância pro o processo de reparação [...]**

falaram que sentiam que tinham tratamento diferente de pessoas brancas por exemplo né assim pra além desse episódio de racismo ambiental, as pessoas né sentiam, as pessoas negras sentiam que tinham **tratamento diferente**. E aí foi muito engraçado porque é a Fundação Renova levou até um advogado negro nesse dia lá. E nunca as pessoas lá diziam que nunca tinham visto um advogado negro na Fundação, mas aí nesse dia eles levaram, que foi bastante assim curioso e foi questionado lá também [...] aí ela [Renova] **é oferece esse direito pra quem ela quer**, sabe? Pra atingidos que tão na **mesma situação ela dá**, oferece direito **pra um e pra outro não** (Míriam, grifo nosso).

[...] até mesmo a Fundação Renova quando você vê assim algumas coisas que **eles [Renova] fazem lá dos atendimentos que eles têm lá na roça né, pros sitiantes essas coisas, então você você vê eles fazendo umas coisas pra umas pessoas e pra outras não sabe?** Sendo que o **direito seria ali** o no mínimo o **mesmo sabe?** [...] Aí o que a gente nota lá é que eles acabam fazendo mais serviço assim **mais benfeitorias para às vezes as pessoas que têm o maior poder aquisitivo ou são mais influentes** do que para aquelas que são mais simples, são mais mais tem um menor conhecimento ou são **mais vulneráveis** [...] a gente nota que tem uma diferença no tratamento [...] (João, grifo nosso).

[...] quando foi eleger o terreno onde ia ser construído o novo Paracatu **foi excluído um monte de gente de ter o direito de votar**, foi criado um critérios, **critérios assim absurdos que não condiz com a realidade**, a pessoa tinha que ter asfaltamento na porta da casa e luz elétrica da rua pra poder escolher o outro, o novo terreno [...] Se eu tivesse chegado no Paracatu no dia 4 de novembro e **tivesse adquirido um bem, um lote**, alguma coisa assim é eu **teria direito a voto**, independentes das pessoas me conhecer ou não, e pessoas que **nasceu aqui na comunidade**, tem os pais, os irmãos enterrados lá, senhor de 80 e tantos anos **que viveu na comunidade**, só simplesmente casou e foi morar numa propriedade em torno do Paracatu que era Paracatu de Cima, **foram excluídos de votar** (Marcos, grifo nosso).

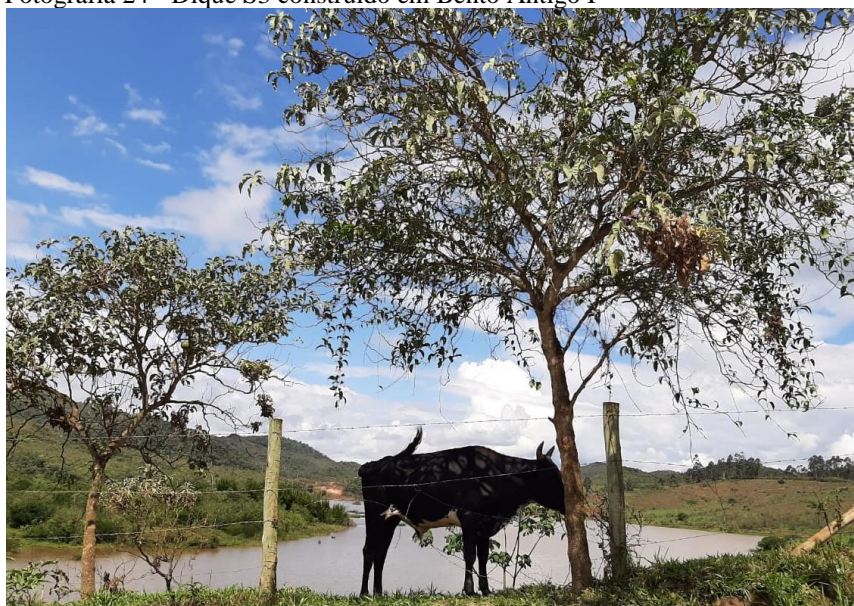
[...] não sei que está acontecendo para, não sei se Renova tá pirraçando [...] **porque as pessoas que não foi atingido** diretamente morava lá no alto tudo recebe, é é filho tudo recebe, é 20% aí recebe o cartão, a cesta, os salários, cesta básica e dos meus irmãos ninguém recebe nada, ninguém recebe nada, ninguém conseguiu nada entendeu? Então **quem foi atingido diretamente mesmo** [...] dou o exemplo dos meus irmãos, mas tem os **outros que foram atingidos também lá não conseguem nada** [...] (Marina, grifo nosso).

Nos atendimentos existe uma atuação assim, **a gente nota que é nítido uma atuação diferenciada para os atingidos que são mais humildes, os negros, os pobres** com características mais é, quilombolas, não tem um quilombola aqui no município, mas tem características semelhantes, e eles são tratados é de uma forma até humilhante às vezes [...] **existe uma discriminação**. Aqueles muito **pró empresa, existem por exemplo, os contratados das empresas, os políticos eles são tratados de uma forma diferente** [...] (Murilo, grifo nosso).

Os relatos convergem com o exposto no relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos acerca de problemas no trato da empresa com os atingidos pelo desastre, segundo o qual a Samarco diferenciava o tratamento dado aos atingidos tendo a empresa indenizado algumas pessoas, por exemplo, “apenas com a apresentação do comprovante de residência (fatura de energia elétrica) e para outras tem exigido documentos formais da propriedade ou da posse (escritura, contrato de compra e venda)”, algo que muitos atingidos não teriam como apresentar (CNDH, 2017, p. 16-17).

Assim como um ser estático no retrato de uma paisagem multiespécies, muitos atingidos se viram, então, sem voz e vez no processo, impotentes diante das articulações da Samarco com o governo estadual. Nas palavras de Arthur (grifo nosso), “[...] **não respeitando a nossa vontade** e [Samarco] fez aquele **dique**, e o pessoal muito ficaram revoltado com aquilo”. “[...] eles [mineradoras] **invadiram** lá, e **inundaram**, e são assim **criminosos apossando** do bem da vítima sem nem indenizar [...] (Marcos, grifo nosso).

Fotografia 24 - Dique S3 construído em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Enquanto nos dirigíamos para a entrada de Bento Antigo e caminhávamos por lá, o entrevistado Santiago ia apontando para os elementos mais que humanos na reorganização do espaço e modificações da paisagem. Descemos até um local que chamavam de “Ilha”, onde pescavam e faziam churrasco. Essa “Ilha” é no dique S4, que os atingidos chamam de “lagoa”. Ouvei o som de mosquitos, de passarinhos e do gado peidando, bufando. Estava muito quente, mas dei sorte de não estar chovendo.

“Tem uma **lagoa [dique], aqui era um rio**, aqui não tinha lagoa [...] **tá vendo a lagoa?**” (Santiago, grifo nosso). Ele prossegue ressaltando as transformações na paisagem, “Isso aqui **era o rio**, aqui não tinha, **não existia** isso [dique] não, isso aqui é o S3, que eles [mineradoras] construíram [...] É o **dique S3**, tá vendo? Tudo que tá **alagado** [é o dique]” (Santiago, grifo nosso). Como ressalta o entrevistado Murilo (grifo nosso), “existe uma alteração, uma **mudança da da da paisagem**, que os **atingidos reclamam muito dela**, então o **atingido de Bento ele é dono do terreno de Bento**, inclusive aqueles que tá debaixo da água no dique”. Conforme relatou Arthur (grifo nosso),

[...] aí a empresa foi fez **aquele dique, muitos, muitos revoltado** com aquele com aquele serviço lá, não gostou daquele serviço, porque [construção do dique S4] **tirou um espaço de paisagismo né, e também local de moradia centenária de família**. O certo daquele dique [S4], daquele negócio ali era **limpar aquele dique todo, retirar aquele material todo e voltar o reassentamento ao mesmo local de origem**, porque o reassentamento era lá.

A entrevistada Larissa lembra que antes da construção do dique S4, a paisagem já havia sido alterada. Como “O S3 ele já tava sendo construído, o S4 que eu te falo que, é, é é, como é, tem tem esse decreto em em setembro, mas o S3 ele já tava, já tinha esse esse “lago”, né, acima, então **já era uma paisagem que estava toda modificada**” (Larissa, grifo nosso). Os seguintes relatos levam à interpretação de como a construção dos diques pode ser interpretada também como uma forma de **camuflagem**.

[...] então o que ele [construção do dique] provoca? Inicialmente ele provoca um momento em que as pessoas quando chegam **elas avistam um grande lago, tá?** Só que a o o **dique o os o S3 e os diques S3 e S4** eles têm a construção, né, é, iniciada, o decreto 500 ele é de setembro de **2016**, 20 de setembro, e a construção do do do S4, ela ela se dá, né, **finalizada em 27 de janeiro de 2017**, é, então, é quando esse, e o, mas o **alagamento** ele iniciou um pouco antes, tá ele inicia aí em outubro de 16, ham, mas antes disso, a partir de maio de 2016 (Larissa, grifo nosso).

Ao longo da visita guiada do dia 30/10/2021, pude perceber como o dique se assemelhava mesmo a uma **lagoa**, como diversos entrevistados relataram. Estrangeira ali, apontava, ouvia e perguntava a Santiago a respeito dos diques que avistávamos naquele momento. “[...] aqui, ó, essa lagoa aqui é **o dique S3**”. De acordo com o entrevistado, o que hoje é o dique S3 anteriormente ao desastre era “O rio Mirandinha. Se você quiser descer...”. Perguntei a Santiago se o Mirandinha desapareceu. “O rio Mirandinha? Virou a **lagoa**, desapareceu, acabou com ele, virou a lagoa. **O rio Mirandinha tá vindo lá de cima, tá vendo?**” Externa à criação daquele espaço, questionei “Lagoa que cê fala é o dique, né?” ao qual Santiago (grifo nosso) respondeu “**O dique S3** [...]” reforçando que “[O rio Mirandinha] **Virou dique S3**”. Por um lado, mata-se o curso do rio, por outro, planta-se braquiárias e

constroem-se diques de contenção, práticas que, no decorrer do tempo, camuflam a destruição concretizada com a chegada da lama nos Espaços Antigos.

Identificamos a partir dos diques, então, não somente o silenciamento que dá vida a essas barreiras físicas, mas **a camuflagem** de parte das ruínas, que fica submersas nas águas dos diques. Sob o dique S4, nos terrenos dos atingidos, os destroços. “[...] **e aí junto com esse processo de esconder o rejeito, esconder a a a grama**, houve também um processo [...] posterior que é a construção desse dique, que é esse **lago aí entre aspás**” (Larissa, grifo nosso). Os diques representam também uma forma de **ocultar ou apagar as marcas da lama**. Compreendemos isso como **práticas de camuflagem**, juntamente com o plantio de vegetação pela Renova, o que mostramos no tópico seguinte.

Fotografia 25 - "Ilha" no dique S4 construído em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

“[...] alagou o Bento lá” (Santiago). Nas palavras de Fernando (grifo nosso), a construção dos diques “É, pra **tampar** [...]”. Como afirma o entrevistado Arthur (grifo nosso), [...] assim, a a realidade assim, e **também** é uma forma de **camuflar sim também**”. Antes de relatar que a construção do dique pode ser também uma camuflagem, o entrevistado ressalta que ela retira o direito de moradia da comunidade. Assim, inicialmente ele relatou que a construção do dique não seria para camuflar, mas para **afastar** a comunidade do espaço. Posteriormente expõe que não são excludentes.



[...] se fosse pra esconder as ruína e a empresa não tivesse lá, aí eu ia te falar que seria pra camuflar mesmo. **Mas você vê que as ruínas**, cê vê lá as ruínas que passou tá da mesma forma, só que **o problema mais é o avanço da mineração dentro do local, dá uma, dá um, dá a entender que eles ficaram satisfeitos pelo crime que eles fizeram** (Arthur, grifo nosso).

Autorizados legalmente com caráter **emergencial e provisório**, a partir de uma **justificativa técnica** e de um discurso de que seriam não somente necessários, mas temporários, os diques puderam ser construídos pela Samarco com a promulgação do Decreto 500, em 2016, pelo governo estadual sem a escuta dos atingidos da região, proprietários dos terrenos. Os relatos apresentados sobre a percepção dos entrevistados acerca da construção do dique convergem com o exposto em relatório elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, segundo o qual os atingidos de Bento, área onde o dique S4 foi construído, não participaram do processo que culminou na aprovação do dique. Desta forma, os atingidos têm reivindicado “participação nos processos de negociação e deliberação referentes aos critérios de reparação das pessoas afetadas pelo desastre, reclamando contra a situação atual [...]”. Dentre as situações denunciadas, inclui-se a reivindicação para paralisação do dique (CNDH, 2017, p. 37 - 46).

Em 18 de novembro de 2016, o CNDH recomendou ao governador de Minas Gerais “a revogação do Decreto com numeração especial 500 [...] que requisitou administrativamente terrenos localizados no distrito de Bento Rodrigues [...] para implantação do Dique S4” (CNDH, 2017, p. 5, p. 20). Essa recomendação considerou que

[...] o mesmo integra o Plano de Recuperação Ambiental Integrado da Barragem do Fundão, o qual deve ser submetido a **amplo processo de discussão com a sociedade civil, por meio da realização de audiências públicas; haja vista o distrito devastado de Bento Rodrigues ser tombado e que o respectivo projeto não foi submetido à aprovação prévia do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico (COMPAT) de Mariana-MG**; por não terem o empreendedor e os órgãos ambientais **apresentado para a sociedade alternativas à construção do Dique S4 e, finalmente, pelos riscos que poderiam ser ocasionados pela medida à comunidade já vitimada pelo desastre**, com afetação de área da principal comunidade atingida pelo crime socioambiental, poderá constituir nova violação de direitos humanos (CNDH, 2017, p. 21, grifo nosso).

Ao ser legalmente autorizada pelo governo estadual sem participação dos atingidos, a obra dos diques é considerada por Marcos (grifo nosso) “[...] **uma violação, é um crime legalizado** né, esse crime é um **crime legalizado**”. Já Larissa (grifo nosso) apresenta como a mineradora, mesmo antes do rompimento da barragem já tinha interesse na região e, após o desastre, utiliza-se de um argumento técnico para conseguir formalizar junto ao poder público planos anteriores de construção dessas estruturas. Novamente a segurança faria parte da justificativa. Nas palavras da entrevistada,

[...] e aí depois do rompimento, o que aconteceu? A a empresa inicialmente ela ela batia na **tecla de que havia a necessidade de se, é, construir** os diques S1 S2 S3 e S4, **né pra proteger, é, a barragem de Candonga, Risoleta Neves, né**, que a gente fala candonga, é, do período chuvoso, e **pra que não causasse um outro, é, é uma ruptura né, ruptura ali, e que também para cessar o escoamento de rejeito, né?** É, essa fala, na verdade os diques S3 e S4, né, que estão, estavam localizados em Bento Rodrigues, **esses projetos eles eram projetos anteriores ao rompimento, eles eram projetos do ano de 2008, é, pra construção da barragem do Mirandinha** (Larissa, grifo nosso).

O relato de Larissa e de outros entrevistados vai ao encontro do exposto no relatório do CNDH (2017, p. 20, grifo nosso), segundo o qual os moradores da comunidade advertiram que “a região próxima a Bento Rodrigues era visada pela Samarco **há muito tempo**, mais de um ano antes do desastre, para a construção de uma outra estação de deposição de sedimentos (o dique S4)”. Por esse motivo, a mineradora já teria feito um levantamento cadastral das propriedades e dos moradores da região.

Diversos relatos dos entrevistados caminham no sentido de que o argumento apresentado foi pautado na segurança, mesmo após a mineradora ter sido responsabilizada legalmente pelo maior desastre socioambiental da história brasileira. Como Santiago (grifo nosso) pontua, “Tá alagado, tá **meia parte do Bento** alagado com o **dique S4**, que eles **inventaram a desculpa** que o dique era pra **cercar a lama** pra lama não descer pro Rio Doce, entendeu, **a desculpa** que eles [mineradora] usaram”. Como ressalta Larissa (grifo nosso), “Além disso ela [mineradora] usava o **argumento** de que **precisava** da construção **do Dique S4 pra é resguardar** a barragem de Candonga [...] em Rio Doce”.

Conforme afirma o entrevistado João (grifo nosso), justificou-se o dique “**alegando é necessidade de segurança**, pra poder **evitar** é que descesse **mais alguma coisa de de rejeito** depois, mas aí fizeram, **esconderam** maior parte do da **destruição que estava lá porque agora está na forma de um lago**”. No entanto, para o entrevistado Murilo (grifo nosso), “[...] o dique em Bento, **em teoria** tem outra proposta. **A proposta não é ficar bonito, é evitar que, caso aconteça um rompimento de outra barragem** que tem acima, o dique **segure parte do rejeito**”. Entendemos aqui que, mesmo sendo o argumento utilizado pela mineradora o de que o dique poderia conter o rejeito, evitando que, principalmente no período chuvoso, a lama continuasse descendo, o efeito de sua construção representa, inclusive, significativas modificações na paisagem, tornando-a mais agradável esteticamente. A própria associação do dique à ideia de um lago ou lagoa converge com a calmaria de se olhar a paisagem e avistar água em vez de lama.

Como sintetizou Fernando (grifo nosso), “**A justificativa apareceu**. Assim como o famoso **dique S4 que tá lá fechando Bento Rodrigues**”. Embora não faça parte do escopo da

tese analisar questões técnicas a respeito da efetiva necessidade de construção dos diques especificamente, destacamos a seguir o relato da entrevistada Amanda para mostrar como os elementos não-humanos como **lama e dique** são coordenados pela mineradora por meio de uma articulação com outras organizações, neste caso com a esfera estadual, de forma a legitimar seus interesses e silenciar aqueles que divergem.

Olha como, como o estado de Minas Gerais fez **a gentileza de deixar toda a parte de análise técnica coisa e tal pra própria empresa né**, o que significa você dar a chave do galinheiro pra raposa, eu não sei se **tecnicamente**, aí seria leviandade da minha parte, era necessário ou não. Eu sei que **foi extremamente conveniente pra eles, porque eles pegaram uma parte enorme, a pior parte, a parte mais devastada e botaram debaixo d'água**, então foi ótimo, que assim **ninguém pode mais ver a porcaria do desastre** (Amanda, grifo nosso).

Fotografia 26 - Diques permanecem em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Apresentada em relatório da Cáritas e da CABF, a diretriz 20 do processo de reparação envolve ações emergenciais e de manutenção periódica. De acordo com a diretriz as mineradoras “[...] deverão apresentar e cumprir cronograma de **descomissionamento** do dique S4 em Bento Rodrigues, e de outras estruturas instaladas que resultaram no alagamento de áreas atingidas [...]” (CABF; CÁRITAS, 2022, p. 21).

Os diques seguem firmes na paisagem, no entanto, até serem (ou não) descomissionados. Segundo reportagem do jornal Agência Brasil (RODRIGUES, 2019, p. 1, grifo nosso), “A **mineradora** alegou que a obra era **necessária** para conter o contínuo escoamento do rejeito e prometeu que o **dique seria temporário**”. O veículo de comunicação publicou, em 6 de novembro de 2019, que passados quatro anos após o desastre o receio da comunidade aumentou de que a estrutura não fosse provisória, dado que o prazo para

descomissionamento, em 2019, não foi cumprido. A reportagem apresenta o relato de um dos membros da comissão de atingidos à época, que questionou, então, ‘Tem que tirar aquilo de lá imediatamente porque o **nosso coração** está ali dentro. E eles não estão mexendo em nada. Está lá **do mesmo jeito**. Por quê?’ (RODRIGUES, 2019, p. 1). Já o relatório do CNDH também apresenta relatos de moradores de Bento Antigo acerca do receio da comunidade em relação à construção do dique. Segundo o documento, moradores afirmam ter “[...] **medo** que o antigo Bento Rodrigues seja transformado **numa nova barragem**” CNDH (2017, p. 20, grifo nosso).

O receio da comunidade de que os diques não sejam descomissionados não tem sido em vão. Decorridos mais de sete anos do desastre, ainda é possível ver os diques. Os registros fotográficos aqui utilizados foram obtidos a partir da visita guiada do dia 30/10/2021. Cerca de ano após a visita, no dia 27/09/2022, entrei em contato com o entrevistado Fernando a respeito do descomissionamento, pois no momento da reportagem ele estava envolvido em processos jurídicos desta seara, e fui informada de que, por decisão colegiada, o prazo solicitado pela Samarco foi aceito, até 27/01/2022. No entanto, este prazo novamente foi descumprido. A Samarco Mineração S.A., por meio do processo de número 1.0400.16.003572-3/001, recorreu para manutenção do dique S4, evitando seu descomissionamento. Tive acesso ao documento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que dispõe o seguinte:

A apelante (f. 1105-1119) **sustenta que a ação tem por objetivo autorização para ingresso e utilização do imóvel de propriedade dos apelados para construção e manutenção de estrutura de contenção denominada Dique S4, pelo prazo de até 05 (cinco) anos a contar da finalização das obras, pela necessidade de conter o volume de rejeitos de minério provenientes de Fundão e minimizar o impacto ambiental com o carregamento de sedimentos para o rio Gualaxo do Norte, resultado do rompimento da barragem de Fundão em 05/11/2015. Alega que posteriormente à distribuição da ação em 20/09/2016 foi publicado o Decreto Estadual nº 500/2016, determinando a requisição administrativa dos imóveis que seriam alagados em decorrência da construção do Dique S4 pelo período de 03 (três) anos [...]** (MINAS GERAIS, 2021c, p. 1)

Destacamos também o trecho do acórdão que apresenta o novo prazo estipulado pelo judiciário, também descumprido.

Alude que as obras do Dique S4 foi finalizada em 27/01/2017, 04 (quatro) meses após a publicação do Decreto Estadual nº 500/2016, e que diante da necessidade de mantê-lo para garantia da contenção dos rejeitos de minério oriundos do rompimento da barragem de Fundão, deve-se observar o prazo manutenção de 05 (cinco) anos requerido na inicial, e não o prazo de 03 (três) anos que é de requisição administrativa constante do Decreto Estadual nº 500/2016. Afirma que não há dano para os réus diante das indenizações devidas que alcançam benfeitorias existentes nos imóveis e terra-nua alagada objeto da requisição administrativa do Decreto Estadual nº 500/2016, considerando o prazo de utilização. Requer a reforma da sentença recorrida para que a autorização judicial de construção e manutenção do

Dique S4 corresponda ao período de 05 (cinco) anos, a partir do término de sua construção em 27/01/2017, **até 27/01/2022** (MINAS GERAIS, 2021c, p. 2).

O MPMG ajuizou uma Ação Civil Pública (0400.16.003859-4), com data de distribuição em 28/09/2016, sendo os réus Vale, Samarco e BHP e o objeto processual buscar “propostas alternativas à construção do Dique S4, que não venham a afetar os direitos de propriedade e acesso ao território coletivo por parte dos atingidos” (MINAS GERAIS, 2021b, p. 16-17). Mesmo o MPMG tendo ajuizado a ação propondo que fossem identificadas possibilidades e medidas diversas à construção do dique, nenhuma decisão judicial contrária levou à não-construção do dique S4. Em 10/03/2020 o processo foi extinto. Conforme apresenta o relatório do MPMG, a respeito do resultado da ACP,

Juiz despachou a ação, sem analisar o mérito, solicitando informações à Justiça Federal. Foi realizada inspeção judicial no local. Na audiência de continuação, realizada no dia 23/08/2017, as empresas Samarco, Vale e BHP **preferiram evitar um acordo** e, em seguida, apresentaram **contestação**. **Em 10/03/2020**, o processo foi **julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do objeto**, tendo em vista a requisição **administrativa [decreto 500] feita pelo Governo de Minas** [sic] em relação às áreas atingidas e a efetiva construção do Dique S4, que continua operando (MINAS GERAIS, 2021b, p. 16-17, grifo nosso).

Cerca de dois anos após a ACP n. 0400.16.003859-4, distribuída em 28/09/2016, o Ministério Público, ainda a respeito do dique S4, distribuiu em 26/10/2018 a Ação Civil Pública n. 0400.18.005192-4, cujo objeto processual se trata da “**Indenização prévia e justa decorrente do Dique S4. Revisão dos contratos. Nulidade do decreto 500 e do TAC**” (MINAS GERAIS, 2021b, p. 19). Por meio da ACP de 2018, pleiteou-se

[...] a nulidade parcial do Decreto 500, de 20/09/2016, do Estado de Minas Gerais, que **determinou a requisição administrativa de terrenos atingidos em Bento Rodrigues, os quais foram alagados para a construção, pela Samarco, do Dique S4**, estrutura que serve de contenção dos rejeitos que se esvaíam da barragem de Fundão, após o rompimento. **O pedido de nulidade diz respeito às restrições impostas aos valores de indenização pagos aos atingidos**. Entre os pedidos formulados constam também: a nulidade de todos os contratos de pagamento de indenizações assinados pelos proprietários dos terrenos alagados; **o pagamento de indenização considerando-se a situação dos imóveis anterior ao desastre, as benfeitorias existentes e o pagamento periódico pelo período de ocupação dos terrenos em razão da requisição administrativa**. O processo encontra-se em fase de especificação de provas.

Com o aval oficial do governo estadual, as mineradoras não apenas silenciaram a voz de um grupo específico, os atingidos de Bento proprietários dos terrenos, mas têm mantido essas vozes silenciadas seja por meio do apoio formal de entidades públicas, seja por meio de uma suposta autorização ou outras costuras. Nas palavras de Fernando (grifo nosso), “[...] um dos advogados da Samarco fala que o IPHAN **aceitou** aquela intervenção [dique], e o **IPHAN**

**não aceitou**, o IPHAN, olha só como é que **eles manipulam os dados [...]**". O entrevistado Fernando afirma ainda que

[...] O dique ia ficar ali o resto da vida, em uma área que é histórica. Inclusive [...] ali faz parte do circuito Estrada Real [...] faz parte do circuito e não pode esse dique ficar ali, ali tem que ser **um espaço tem que ser recuperado, é histórico**, faz parte da Estrada Real, e **eles têm em mãos ali uma bomba pra decidir que não foi apresentada a contento [...]** o IPHAN falou que **Bento Rodrigues na época não era tombado pelo IPHAN, então o IPHAN não, não era o órgão competente pra gerir [...]** Só que isso não exime a empresa de **pegar as outras devidas autorizações com os outros órgãos** [para a construção do dique]. E **isso a empresa na hora de argumentar escamoteia**, por isso que eu falo sempre **manipulam os dados [...]** (Fernando, grifo nosso).

Conforme divulgado pelo jornal Agência Brasil, à época o **IPHAN** teria se **oposto** à intervenção “alegando que a área a ser alagada incluía uma parte de um muro colonial, anexo à **Capela São Bento**. Após a assinatura do decreto pelo governador, o órgão exigiu que fosse colocada uma **proteção** nas estruturas históricas que ficariam submersas”. O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Mariana (COMPAT) comunicou ao MPMG que deveria ter sido consultado, uma vez que o tombamento de Bento Rodrigues era um processo em tramitação (RODRIGUES, 2019, p. 2).

Diante dos silenciamentos, os atingidos lutam para garantir uma série de direitos que têm sido violados com a construção do dique S4, como o direito cultural, o direito à informação e à participação e, ainda, à propriedade. Expomos alguns dos direitos a seguir tal qual foram elencados em relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

I. **Direito à informação e à participação** na medida em que **não houve participação dos atingidos** na discussão e elaboração do acordo (TTAC) firmado entre os responsáveis estatais e privados pelo desastre; os atingidos **não possuíam informação sobre os riscos que corriam por residirem** a jusante da barragem de Fundão; **nem todos** os atingidos estão recebendo informação prévia e independente sobre seus direitos; o Comitê Interfederativo **tem aprovado critérios, valores, direitos e procedimentos sem a participação** dos atingidos; **não houve participação pública na aprovação do Dique S4**; [...] XVII. **Direito à propriedade** [...] por fim, a restrição do direito de propriedade **para fins de construção do dique S4**; XVIII. **Direito cultural ligado à manifestação do sentimento religioso, em razão das restrições de acesso a Bento Rodrigues e da construção do dique S4** [...] (CNDH, 2017, p. 46-49).

A visita guiada a Bento, no dia 30/10/2021, permitiu registrar a proximidade do dique S4 da Capela São Bento. Quando chegamos perto da Capela de São Bento, havia uma placa. Neste momento da visita guiada ele frisou que Bento Rodrigues é mais antigo que Mariana, referindo-se provavelmente à sede do município. Não entramos na capela de São Bento, estava fechada (e a chave estava com algum atingido), assim como as outras construções coletivas. E nela também havia uma cerca. Eu perguntei o que havia sobrado dali, ele respondeu “sobrou o assoalho e paredes mais largas”.

Da capela, avistamos o dique S4. Ele disse que a casa do irmão era embaixo do dique e que o dique “tampou muita coisa”. Como Santiago (grifo nosso) lembra, “[...] a igreja de São Bento [...] a gente brigou pra não alagar o Bento, a igreja de São Bento, né, aí alagou chegou **perto** da igreja [...] a igreja (do Bento) **não foi alagada**”. A Fotografias 27 e 28, a seguir, apresentam a cerca ao redor da capela e sua proximidade do dique S4.

Fotografia 27 - Cerca ao redor da Capela de São Bento



Fonte: dados da pesquisa

Fotografia 28 - O dique construído perto da capela de São Bento



Fonte: dados da pesquisa.

O silenciamento de um grupo de atingidos **dá vida aos diques** e voz às práticas apresentadas. Como Santiago (grifo nosso) pontua “É, foi, [dique] **ficou pronto em 2017**, a barragem lá ficou pronta em 2017. Eles fez o dique 1, dique 2, dique 3 e dique 4, dique 4 é **dentro do Bento**. [...] **A metade do Bento foi alagado**, entendeu?”. Neste contexto, por questões políticas e costuras jurídicas (aval do governo, constantes recursos ao judiciário, descumprimentos de prazos), uma parte de Bento Antigo não foi apenas alagada como tem sido mantido alagada, como apresenta o seguinte relato

**Esse prazo [para o dique ser descomissionado, 2019] já foi vencido né e assim o governo, o próprio Governo do Estado, já é tivemos uma uma reunião [...] onde o próprio Governo do Estado deixou pra pra comunidade que ele não iria**

**estender o prazo, mas as terras também não foram devolvidas**, tal qual era o texto desse decreto 500 (Larissa, grifo nosso).

Diante do exposto, do silenciamento, da morosidade de outras decisões judiciais e da capacidade das mineradoras de mobilizar recursos para manter sua posição hegemônica, o que seriam diques temporários permanecem na paisagem, convivendo com o verde, as pedras e as placas de rota de fuga ao redor, implantadas após o desastre, o que me chamou a atenção. Pelo que consta nos relatos, alguns entrevistados acreditam que o dique S4 não será descomissionado, continuando indefinidamente em Bento Antigo.

[...] uma sustentação oral no Tribunal de Justiça sobre esse **processo do dique S4 [...] descomissionem o dique S4 porque já venceu o prazo deles desde setembro de 2019 e até hoje eles não retiraram.** [...] E o que eles fizeram? Demoraram **um ano, de novembro de 2015 até setembro de 2016, pra deixar a coisa piorar, piorar, piorar e aí falaram assim, agora o dique é a única solução.** É assim que eles atuam (Fernando, grifo nosso).

Aí eles falou que **era por três anos esse alagamento**, depois ia... é... **descomissionar a barragem, mas já passou seis, né**, então... [...] Tem uma barragem, eles fez uma barragem em Bento, Bento hoje é uma barragem, entendeu? [...] o contrato **era por três, depois era pra ser descomissionada a barragem, mas já passou seis, e não vai descomissionar nunca, entendeu**, aquilo ali **fez pra ficar.** Então futuramente infelizmente **aquilo ali vai virar uma barragem, infelizmente**, entendeu (Santiago, grifo nosso).

[...] na época **até falaram que esse dique [S4] era provisório** que depois ia **desmanchar isso**, depois eu lembro de **gente que trabalhava lá falou assim** não tem como desmanchar aquilo ali **nunca por causa do tanto de material que eles tão usando**, fazendo uma **estrutura gigantesca** e vai abrir isso aí como depois para, **gastar um dinheiro absurdo pra abrir isso** [...] eu vi que uns 2 ou 3 (**falaram olha**) **isso aí não vai ser desmanchado, como eles vão desmanchar isso que eles estão fazendo aqui, desse tamanho**, colocando assim pedras é absurdamente, um peso absurdo só para poder conter [...] aquela estrutura toda (João, grifo nosso).

[...] essa questão do do **alagamento** [...] do dique [S4], que era um alargamento **temporário**, que as nossas terras deveriam ter **sido desenvolvidas** [...] **julho de 2019**, até hoje pra você ter uma ideia [...] (Larissa, grifo nosso).

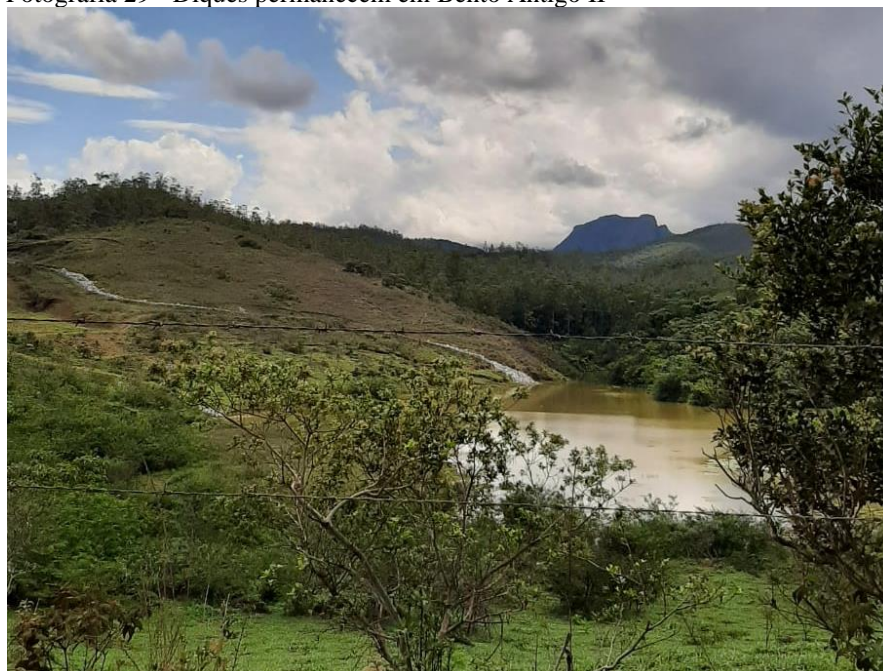
Então a proposta é, **ele deveria ser um dique temporário, até que as estruturas de reforço da barragem tivessem sido feitas, e o temporário tá até hoje né**, um **temporário permanente** [...] (Murilo, grifo nosso).

e daqui a alguns anos, eu eu acredito **daqui dois anos** [...] aquele dique que você viu, você vai **sentar no meio do dique a máquina vai passar no seu pé**, do jeito que eu tô vendo [...] É porque **as máquinas vão vim com todo com todo embalo, porque não tem nenhum morador mais para frear eles**, eles tão com **toda força lá dentro do Bento velho**. Isso é uma vergonha, uma vergonha pra pro povo do Bento, fica **pegando indenização e ainda agradecendo a empresa** (Arthur, grifo nosso).

Pergunto a você, caro leitor, se a Fotografia 29, a seguir, parece mostrar um cenário pós-desastre, fruto de um contexto de destruição.



Fotografia 29 - Diques permanecem em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa

Interpretamos que o intuito da camuflagem constitui um dos fatores para construção e manutenção do dique S4. A camuflagem afasta o olhar humano das ruínas. Mais de sete anos após o desastre, o plantio de braquiárias, que torna o espaço verde, e o dique possibilitam esteticamente desassociar a destruição que as mineradoras causaram da produção recente daquele espaço. Cria-se uma nova concepção onde predomina a beleza de uma paisagem dita natural, com árvores, montanhas, lago/lagoa. Por isso, não é de interesse das mineradoras descomissionar o dique S4. Nas palavras de Fernando (grifo nosso), “**E por quê?** [não foi descomissionado ainda] **As pessoas não podem ir lá ver como que Bento ficou**, então eles [mineradoras] estão escondendo aquilo né”.

Além das práticas de silenciamento de vozes específicas e da camuflagem da lama, apagada sob as águas dos diques, a construção do dique S4 impede (ou no mínimo dificulta, caso não seja descomissionado) o retorno dos moradores aos seus terrenos (agora alagados pelo dique). Assim, pode representar também uma forma de a empresa **afastar os atingidos de Bento, o que denominamos de práticas de expulsão**, para se apropriar de um território de seu interesse, como apresentamos anteriormente, e expandir a atividade mineradora, como apresenta o seguinte relato.

[...] aquele dique deles ali, aquele dique ele fez aquele dique pensando na na na evolução da empresa, da Vale. Você for lá no Bento hoje, se for olhar a força a Vale vem, de cima pra baixo, aí você vai entender os fatos, por que que a Vale fez aquele dique. **Ela fez pensando no lucro, ela tá visando o lucro que tá debaixo do solo** (Arthur, grifo nosso).

Na busca por expandir continuamente a atividade mineradora, o fator produtivo-financeiro se sobressai ao próprio direito de moradia. Como afirma Arthur (grifo nosso), “[...] eu passo lá e vejo por qual foi a decisão que fizeram isso, através do **lucro mineral**, então eles tão **lucrando** em cima do nosso **nosso distrito**, tirando a nossa **defesa de moradia** [Construção do dique] Tirou a nossa defesa de **moradia** no distrito original”. O rompimento e o risco de novos é oriundo, portanto, da própria forma como a mineração se instalou e tem operado na criação daqueles Espaços Antigos, a partir da lógica da escalabilidade e de práticas de expulsão, inclusive. Para Arthur (grifo nosso),

[...] pra cima daquele dique, ela [Vale] **tá com os maquinários dela tudo tirando mineral, tirando minério de ferro**. É hoje você vai lá você vê, que que a Vale tá fazendo lá, por isso que **a Vale não quer que ninguém domine aquela área de moradia** É por isso que eu falei com você aquele, aquela hora que às vezes muitos estão aqui em Mariana, e ela tão lá, **exportando minério, tirando minério, se o se o povo tivesse lá ela não tinha como tirar aquele minério**, porque **a lei hoje decretou, acho que é trinta quilometro pra fazer uma mineração distante do distrito de qualquer povoado**, e lá tem menos de mil metro (Arthur, grifo nosso).

A construção dessas contenções pode ser interpretada, portanto, também como prática de expulsão, ao levar ao **afastamento** de parte da comunidade dos Espaços Antigos, já que, nas propriedades alagadas, inviabiliza-se a ocupação desses espaços. Como pontua Marcos (grifo nosso), “Outra coisa, as pessoas que estão com a com as propriedades inundadas pela pela água que eles fizeram lá, pelo dique, é **eles [atingidos de Bento] não conseguem entrar entendeu?**”. O entrevistado Arthur (grifo nosso) acredita que a construção do dique “é pra **pessoas não habitarem ali**”.

Em relatório elaborado pela Cáritas e pela Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), no qual foram sistematizados relatos de descumprimentos das mineradoras e reivindicações com justificativas técnico-jurídicas que os embasam, argumenta-se que “a falta de manutenção das áreas atingidas **dificulta e impede o acesso aos imóveis** por seus proprietários e as práticas socioculturais pelas comunidades” (CABF; CÁRITAS, 2022, p. 20). Menciona-se como um dos exemplos da falta de manutenção a construção de **diques** sobre os imóveis, como o dique S4.

Neste sentido, além de apagar a lama e camuflar as ruínas contra a vontade dos atingidos de Bento, expulsa-se a comunidade de mais uma forma. Nas palavras de Arthur (grifo nosso), “o dique lá, e **não deu a opção pra nós [atingidos] voltar** mais [...]”. Outros relatos caminham na mesma direção, como o seguinte: “elas [pessoas] têm dificuldade de acesso as propriedades que era dela [...] não têm mais **essa liberdade de ir e vir** [...] Tem gente que não teve a liberdade de sequer manter o seu **terreno** [...] **debaixo do dique**”

(Murilo, grifo nosso). O relato do entrevistado Renato, a seguir, apresenta as práticas tanto de camuflagem como de expulsão decorrentes da construção do dique S4.

**[...] então ela [mineradora] quis camuflar lá, mas para além disso e muito mais interessante para as empresas é sim a intenção de expulsar as pessoas de lá né, apropriação do território,** é principalmente isso que as empresas querem sabe, **a criação de um dique exatamente naquele ponto é não tem interesse senão de tentar expulsar as pessoas dali sabe, e se apropriar daquele território né [...]** poderia ter sido feito um dique a 10 km abaixo de uma área que é da Samarco, **um terreno que é da Samarco,** própria Samarco [...] [empresa poderia construir dique em uma área que] mas a Samarco quis fazer o dique ali né (Renato, grifo nosso).

Por fim, ao silenciar vozes específicas, camuflar a lama; afastar os habitantes de Bento Antigo para expandir a mineração, a construção do dique recriou no Espaço Antigo de Bento a prática da pesca, configurando talvez um efeito talvez não-intencional da construção do dique. Os atingidos pescam ali e fazem confraternizações, o que contribuiria para amenizar um pouco a dor do luto de ter perdido tantos elementos daqueles espaços, repletos de história.

Associamos as práticas de pescaria no dique S4 à tentativa de parte dos atingidos de (re)ocupar as ruínas conforme guardavam lembranças daquele espaço, já que essa prática ocorria anteriormente ao desastre nos Espaços Antigos. Enquanto conduzia a visita guiada do dia 30/10/2021, o entrevistado Santiago (grifo nosso) relatou que “[...] aqui o rio desce lá de cima [...] aqui descia o rio, descia um correguinho. **A gente quando era criança a gente nadava** muito nele, entendeu nadava, **pescava...** [...]”.

Fotografia 30 - Exterior do espaço de pesca e socialização em Bento Antigo



Fonte: Dados da pesquisa.

Fotografia 31 - Ponto do Dique S4 para atrair passarinhos



Fonte: Dados da pesquisa.

Fotografia 32 - Interior do espaço de pesca e socialização em Bento Antigo



Fonte: Dados da pesquisa.

Na Fotografia 32, latas de alumínio de bebida alcóolica já consumida dão o tom de socialização ao espaço. Uma socialização que deixa para depois o guardar das latas nos sacos que o mesmo registro apresenta. Essa noção de bagunça pode ser contraposta às ideias de organização e higienização que parecem prevalecer no discurso da Renova. Como relatou Santiago durante a visita guiada em Bento Antigo, “Aí aí eles fez esse **dique S4 que alagou lá embaixo**, aí virou essa **Lagoa Grande** aí, aí hoje o **peçoal fica pescando nela aí, nessa lagoa aí**” (Santiago, grifo nosso).

Para o humano vivenciar a criação dos espaços físicos pós-desastre, (re)ocupá-lo, ele resgata as práticas antigas a partir de novos elementos não-humanos, como a pescaria no dique. Embora a construção dos diques tenha ocorrido contra o desejo da comunidade de Bento, a imposição de sua permanência pela Samarco levou os atingidos que resistem naquele espaço a enxergar o dique como uma **lagoa**. As latas no chão, que a princípio poderiam ser associadas a um desleixo e à bagunça, a partir de outra interpretação que podemos fazer,

significariam resistência. Em meio a destroços e às práticas de camuflagem, pode-se utilizar de um elemento não-humano construído forçadamente pela mineradora sobre o terreno de parte dos atingidos (dique S4 em Bento Antigo) para resgatar práticas anteriormente presentes no espaço.

Durante a visita guiada em Bento Antigo, chegamos bem próximo ao dique. Passamos por excretas de algum animal (Santiago relatou que poderia ser de gado, cachorro ou porco) e parecia pedra de tão uniformemente redondo. Passamos por ruínas e restos de casa. Fui até o que Santiago denominou de “Ilha”, o espaço de socialização apresentado na Fotografia 30, tendo passado por madeiras sobre o dique que possibilitavam chegar à “Ilha”. Tinha muita formiga e mosquito. Perguntei ao pesquisado se os peixes no dique S4 já estavam ali ou foram colocados pela empresa e ele respondeu que achava que a empresa colocou. Com madeira para permitir o acesso à “Ilha” e disposição para reviver as práticas de pesca, pode-se reocupar aquele espaço, agora com nova vegetação, destroços, novas tendas, cadeiras, passarinhos e peixes. Considerando que parte dos atingidos desistiram, ao longo de tempo, de migrar para os Espaços Novos, a reocupação dos Antigos pode ser uma forma de tornar o luto – e a luta – processos menos sofridos enquanto aguardam por mais de sete anos a entrega dos Espaços Novos.

#### 5.4.2. Práticas de camuflagem: “a maquiagem da braquiária plantada na lama”

Fotografia 33 - O verde da camuflagem em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Neste momento do percurso, mergulhamos novamente na subcategoria **Práticas de camuflagem**, enfocando agora o plantio de braquiárias. Esta subcategoria pertence à categoria **Espaços Antigos**. Contém como principais subdivisões **Imagem da mineradora**, que aborda as preocupações em maquiar dados e promover uma imagem positiva da empresa; **Estrada de acesso a Bento**, que apresenta como elementos não-humanos as árvores camufladas ao longo do caminho, as guaritas, placas, pedras, e outros aspectos já tratados neste capítulo; **Crime Legalizado**, abordada a seguir a partir do dique e seus efeitos; e a subcategoria **Verdinho**, aqui tratada.

Após o rompimento da barragem, a produção dos Espaços Antigos, atingidos pela lama, direcionou e foi direcionada por encontros multiespécies específicos ao se buscar promover e intensificar um apagamento da lama, apesar da não-retirada do rejeito. Desta forma, aquilo que surgiria por encontros multiespécies em paisagens em ruínas depois de ocorrido um desastre, como os cogumelos de Tsing (2019), foi artificialmente modificado pelo que identificamos como práticas de camuflagem. Apresentamos aqui como utilizamos este termo da biologia na administração.

A camuflagem é um termo originário da biologia que se refere a uma estratégia **de seres vivos de se assemelhar ao ambiente em que vivem para se esconder** de predadores ou surpreender suas presas. Seja por imitar a coloração, a textura ou o formato de elementos do ambiente em que se inserem, a camuflagem, pela biologia, representa uma adaptação que garante a sobrevivência das espécies nesses ambientes. Difere-se do mimetismo porque, neste caso, os seres, em vez de buscarem semelhança com o ambiente, imitam uns aos outros, também para obter vantagens e se defender de predadores. Argumentamos aqui que a resposta que buscamos neste capítulo à pergunta “Cadê a lama?” pode vir das práticas das mineradoras do que aqui denominamos de **camuflagem**.

Como no contexto das práticas da indústria mineradora as grandes corporações transnacionais, na relação presa-predador, representariam as **predadoras**, adotamos o termo **camuflagem** considerando não uma **estratégia de defesa, mas de ataque**, por meio da qual as **mineradoras escondem suas práticas destrutivas para que passem despercebidas** (ou estejam o menos visível possível), de modo a **construir relações com outras organizações** que a permitem fortalecer a dominação.

Com a validação das práticas e o aumento da dependência da mineração, entende-se que essas práticas não apenas estão surtindo efeito, mas se perpetuando ao longo do tempo. Minas Gerais, por ser um dos maiores exportadores de minério do Brasil, como abordado, tem vivenciado ao longo de sua história aquilo que se denomina de “vício da mineração”

(FONTOURA et al., 2019). Os relatos a seguir mostram como a camuflagem contribui para a expansão da atividade mineradora.

[...] **em Minas Gerais é complicado né, porque a mineração né** você vê morreram 272 pessoas em Brumadinho, né? Por mais que tenha tido uma comoção sobre isso, tipo, já saiu da pauta né? **Eles conseguiram de certa forma é diminuir o impacto desses eventos pra eles né?** É, a gente fica até satisfeito quando tem algum trabalho acadêmico analisando essas questões porque a gente sabe que, que esse é o tipo de de de demanda que a gente entende como importante pra poder manter acesa aí essa essa discussão **porque vão continuar ocorrendo é, enfim, novos rompimentos, infelizmente isso daí enquanto não forem desativadas completamente essas barragens não vai, não vai mudar não. Eu vejo como uma forma de tentar suavizar mesmo a própria responsabilidade né** que eles têm com os com esses crimes, com os rompimentos (Gabriel, grifo nosso).

Então essa é a ideia né, de de de manter uma imagem de de de alguém que cuida do ambiente de alguém que que preserva, de alguém, né, de ter uma área bonita **é manter a fachada bonita para, para esconder o que está por trás né,** porque não quer ser mal vista, porque **disso depende em alguma parte a sobrevivência da empresa** (Gregório, grifo nosso).

Enquanto isso, atingidos se veem sem voz, com a sobrevivência ameaçada. Associa-se a ausência de vida e voz inclusive ao fator financeiro, como mostrado a seguir.

[...] faleceu final do ano passado, fizeram, **foi informado isso pras empresas e as empresas falaram que, primeiro que não tinha sido informado, segundo que ela não teria direito** [...] esse é o principal ponto [...] De um lado você tem um negócio que **demora demais, porque** as empresas, né, querem **vencer na força do direito e do dinheiro** né, para várias pessoas até **faleceram** sem receber nada, é demorando muito e aceitar receber qualquer coisa. Do outro lado você tem uma Justiça que [...] é uma Justiça ruim (Fernando, grifo nosso).

Uma harmonia coercitiva (SVAMPA, 2013) se prolifera, então, levando em consideração as assimetrias do contexto. Neste sentido, as mineradoras contam com recursos financeiros, e a força necessária para coalizões, dominando muitas vezes os aspectos jurídicos, políticos e a linguagem técnica predominante nos processos. “Então eu acho que eles aproveitam assim da humildade do povo, da **falta de conhecimento** [técnico], pra é esse valor, é isso aqui, é **isso que tá bom pra você**” (Márcia, grifo nosso).

“Uma das coisas que dificulta também os atingidos a ter uma **voz** [...] é a **diferença** com relação ao aspecto **econômico** [...] os atingidos só consegue falar quando tem interesse da mídia [...] As empresas jogam **dinheiro** lá e fala a hora que **quer**” (Marcos, grifo nosso). Nas palavras do entrevistado, “[...] na realidade é uma forma de **controle** e eles tentam controlar e **consegue** controlar **grande parte de tudo** o que a gente [atingido] passa dentro dos processos”. Ele prossegue relatando que “tudo é feito para **que nada seja vantajoso pro atingido**” (Marcos, grifo nosso),

[...] [mineradoras] pagam o mínimo possível no valor da sua terra, agora pro comprador, pro vendedor, que está vendendo um pedaço de terra do mesmo

tamanho, não tem limite, essa negociação pode ser feita lá [...] essa propriedade que eu moro aqui [...] faz esse monte de benfeitoria, eu falei minha mãe tem uma outra propriedade ali eu vou alugar ela pra vocês e vamos fazer esse monte de benfeitoria lá, e os 5 mil reais de aluguel vocês vão passar pra mim. Pra nós eles só passam 1200 reais, **independente da propriedade, e não faz nenhuma benfeitoria, porque é da família de atingido** [...] é uma doideira, aí fala que gasta com os atingidos (Marcos, grifo nosso).

As práticas de reorganização dos espaços têm sido, como apresentam os relatos, moldadas constantemente por instrumentos normativos. Desta forma, embora o foco da análise não tenha recaído nesses instrumentos em si, ao longo do processo de pesquisa pude perceber que os aspectos jurídicos têm papel importante no direcionamento das práticas que (re)configuram os espaços analisados, tendo sido alguns deles identificados como centrais para análise das práticas nesses espaços, tendo emergido dos dados a categoria **Relação com o judiciário**. Dessa categoria, foram incluídas na análise, quando que em consonância com os objetivos da tese, códigos das subcategorias **Acordos e ACP e Audiências Públicas**, dada a importância dos ditos acordos, das audiências e da Ação Civil Pública no estabelecimento de diretrizes relacionadas aos assuntos aqui abordados.

A Renova, com uma série de profissionais, incluindo os advogados que dominam a linguagem jurídica, utiliza-se do próprio aparato legal para **Manipulação, controle e desfavorecimento dos atingidos** (subcategoria). Como mencionamos a seguir, parte dos códigos dessa subcategoria estão relacionados aos assuntos multiespécies abordados nos capítulos de análise. Dessa forma, foram incluídos na análise, quando próximos ao objetivo, os códigos das subcategorias **Acordos e ACP e Audiências Públicas e Manipulação, controle e desfavorecimento dos atingidos**, respectivamente vinculados às **categorias Relação com o judiciário e Relação com a Renova**.

“O tempo todo eles [Renova] davam entender que a gente [atingido] ia receber [...] chegou na penúltima eles falaram que a gente **não tinha direito**. [...] usaram, é... é um termo jurídico lá, como é que fala gente [...] eu até **esqueci o termo jurídico**” (Edson, grifo nosso). Como relata Arthur, “o pouco que restou [de resistência] a empresa tá aproveitando e fazendo a maior barbaridade. [...] toda vida, agora recorrendo, fala um valor ela [empresa] não pega, fala outro valor ela não pega, vai ficando naquele trem”.

Com todas as práticas recorrentes da Renova para formação desses espaços, **incluindo a toxicidade de disputas judiciais, a morosidade, os descumprimentos, a impunidade e a constante dificuldade de resistir** e (re)ocupar uma região onde há risco de novos rompimentos, os atingidos buscavam formas de **resistir, ocupando os espaços** e, conseqüentemente, convivendo com a lama e com os riscos de contaminação que esse



convívio pode trazer. Esses aspectos somente serão enfocados na tese, no entanto, quando contribuírem para responder à questão de pesquisa a partir da abordagem multiespécies. Assim, quando incluírem elementos não-humanos nos aspectos jurídicos que diferentes organizações articulam para reorganizar os espaços e que se materializam nos ditos acordos judiciais que, costurados por humanos, atingem não-humanos.

Em relação ao silenciamento da voz dos atingidos e a ameaça à sobrevivência, como eles podiam pensar, logo no momento da chegada da lama nos Espaços Antigos, na relação com seus animais, por exemplo, e com um conjunto multiespécies, se precisavam lutar pela própria sobrevivência? É isso que Amanda (grifo nosso) apresenta no relato a seguir: “Eu acho que eles não estavam muito preocupados com isso no primeiro momento, eles estavam **preocupados com a própria extinção deles**, e depois dos animais. [...] Porque a, eles... **a sobrevivência deles estava ameaçada**”.

O aspecto temporal se mostrou essencial para reforçar o efeito das práticas de camuflagem nos Espaços Antigos ao longo do tempo, sobretudo na região onde a lama chegou primeiro e destruiu a maior parte da comunidade, em Bento Rodrigues. Em 2016, via-se “essa parte horrenda de Bento [Antigo]” (Amanda), ou seja, as ruínas. Já em 2019, por exemplo, a destruição pareceu se apresentar mais aparente em Paracatu Antigo. Como afirmou a entrevistada Amanda (grifo nosso), parte de Paracatu foi coberto com tapume, “**Paracatu tava muito mais inteira e ao mesmo tempo, [visivelmente] destruída**. Tinha todo o cenário da destruição, mas você conseguia **visualizar** o que era a vida lá. [...] **por isso que eles cobriram com tapume**”. Ela acompanhou de perto ambas as comunidades, faz a seguinte comparação do que viu da destruição

**Paracatu, ela é mais impressionante que Bento.** [...] Sabe por quê? Porque Bento, exatamente porque Bento tá numa parte dela, ou **a parte mais devastada, foi a parte que a gente via ainda até 2016 sabe. Essa parte horrenda de de Bento, dava pra ver muito em 2016 ainda.** Paracatu agora eu não sei. O que eu te falei, a última foi 2019, mas você vir... muita coisa de Paracatu ficou ruína, muito **visível** sabe, com... **você entrava na casa, você via brinquedos, você via o que tinha de material de cozinha sabe, pas, escova de dente ainda no lugar, livros, cê entrava na escola estavam todos os livros lá, cobertos de lama sabe?** (Amanda, grifo nosso).

As práticas de camuflagem não se restringem à subcategoria **Verdinho**. No entanto, neste momento apresentamos aqui as coordenações plantadas pela Renova que evidenciam o verde a partir do encontro das chuvas, por exemplo, com o elemento mais que humano cientificamente denominado de “Brachiaria”. A Ordem é Poales. Passeamos do Reino Fungi do início do capítulo para o Reino Plantae. Para você, caro leitor, convém dizer que a braquiária “é o pasto, a gente usa todo o pasto de braquiária” (Alice). É da família das

gramíneas, plantas que para os leigos se assemelham a um “capim” (Marina) ou “mato” (Márcia, Eulália, Santiago, Ludmila, Larissa, Marina, Amanda). Mais do que isso, a braquiária é o termo que a mineradora semeia, pautada no discurso técnico-científico e tecnológico. Nas palavras de Alice (grifo nosso),

[...] a gente faz um trabalho aqui de... é primeiro a gente fez a **bioengenharia** né, a gente fez um **plantio de leguminosas** depois é a gente veio, logo em seguida quando a gente iniciou os trabalhos a gente (colocou) **essa leguminosa no rejeito e começou a fazer uma adubação** é de... orgânica, com esterco e logo em seguida já **plantamo a braquiária**.

Perante toda a destruição provocada pelas mineradoras responsabilizadas, precisou-se trabalhar “a longo prazo né com **melhoramento** da parte orgânica do rejeito e principalmente a parte física, a parte física do rejeito [...] a parte de adubação orgânica ela ajuda bem a **melhorar** a física do rejeito” (Alice, grifo nosso). A atividade mineradora, portanto, produz danos para, então, supostamente “melhorar” o que foi destruído. Argumentamos aqui, no entanto, que este processo tem causado ainda mais destruição, pois os efeitos dessa destruição apenas se **iniciam** na primeira onda de lama, perpetuando-se nas segunda e terceira, embora não concretizadas em aparente ruínas.

Diante do exposto, o desastre é interpretado aqui como **uma das perturbações** humanas, a principal, mas o plantio de braquiárias também pode ser entendido como outra perturbação. Isso porque cria uma nova coordenação que, embora parte das ditas ações reparatórias, também pode ser interpretada como destruidora ao provocar mudanças nas condições ambientais pós-rompimento e alterações no ecossistema (TSING, 2015a, p. 160) pelas práticas em foco neste capítulo.

A camuflagem começou a partir das práticas que descrevemos em relação à estrada de acesso a Bento Antigo. Reiteramos aqui o discurso de que essas práticas configuram “melhorias” e o argumento de higienização dos espaços (“limpando a beirada do rio”) para justificar o plantio, como mostram os depoimentos a seguir. A utilização do argumento da “limpeza e poda” de árvores ocorre também nos Espaços Provisórios, como será apresentado no próximo capítulo.

E, outra coisa, **margeando o rio** também eles plantaram **umas plantas lá que tampou as árvores que elas tinham a marca da lama né, então essas árvores cresceram muito e tampou a marca da lama**. Que algumas eles arranjarão **uma desculpa** lá que tava podando, que tava **limpando** a beirada do rio, **mas pra cortar, pra tirar a marca da lama** pros outros **não ver** (Ludmila, grifo nosso).

[...] eles [Renova] estão sempre lá **fazendo é limpeza das das dos plantios** (João, grifo nosso).

Uma vez que o plantio das gramíneas representou uma perturbação com efeitos nem sempre intencionais, um grupo de atingidos começou a questionar a ação e a buscar informações a respeito. Os efeitos das práticas de camuflagem podem, ainda, modificar uma série de relações ecológicas nos Espaços Antigos, como o aumento do número de aves para se alimentar do “mix de sementes” como relata Larissa (grifo nosso),

Nós [atingidos] **chegamos na época a pedir a apresentação de quais eram aquelas sementes** e tudo porque, ai eu agora não consigo lembrar, mas algumas **como se fosse um feijão**, né, ele crescia, e aí **muito rápido ele** estourava aquilo e **jogava as suas sementes pra outras áreas**, e assim, é, uma **vegetação que não era típica da região**, né, **a gente queria saber quais seriam as consequências desse desequilíbrio**. [...] a gente começava a observar que quando a gente ia pra pra Bento [...] tinham uns os **fios né de energia**, então quando dava quatro, cinco horas, era uma **quantidade absurda de de pássaros pousados** naquelas naqueles fios [...] esse horário de de finalzinho da tarde **uma revoada de de pássaros**, era assim, era uma **nuvem gigantesca de aves** [...] eu me lembro que um arqueólogo que estava trabalhando [...] comentei aquela imagem diferente e aí ele pegou e falou “olha, todos os dias, aqui tá tendo uma quantidade absurda porque” [...] o que **eles comentaram era que como foi feito um esse depósito muito grande, esse mix de semente, é, e não tinham outros animais pra consumi-la**, né, tava vindo **essa quantidade de aves** (Larissa, grifo nosso).

Essa intervenção executada pela Renova no solo/lama/rejeito, no entanto, não contou apenas com as sementes das gramíneas tecnicamente denominadas de braquiárias. As sementes só entram na terra com a presença da chuva, “[...] se você jogar [sementes] fora do período chuvoso eles evaporam e não incorporam” (Alice). As práticas de camuflagem a partir do plantio dependiam, portanto, de **encontros multiespecies** (TSING, 2019), por exemplo, das sementes com a **chuva**, das sementes com animais (pássaros, formigas), das sementes com o solo, não estando a perturbação apenas sob efeitos do controle humano, apesar do planejamento, como relatado a seguir.

[o adubo] vai sobre a **braquiária no período chuvoso**, por isso que eu sempre falo assim um ano a gente fez isso, um ano fez aquilo, a gente só **trabalha no período chuvoso**. [...] É a gente consegue jogar adubação só no período **chuvoso** [...] **Dependemos da chuva, sempre**. A gente sempre fala que a gente tem o **trabalho de seca e de chuva**. O trabalho de seca é a **limpeza** né, **a gente faz limpeza diária**, o calcário a gente pode jogar no período seco e o **controle de formiga** também a gente pode fazer no período seco. Agora o **plantio** e a **adubação** a gente só consegue fazer **no de chuva** (Alice, grifo nosso).

Nos Espaços Provisórios, conforme abordamos no capítulo seguinte, as práticas de descaracterização pela “poda de limpeza e substituição” de árvores na Praça Gomes Freire fizeram com que fossem selecionados arbustos para criar um espaço com uma configuração específica com espécies que não pareciam fazer parte do ecossistema local.

De forma semelhante, nos Espaços Antigos, o encontro entre aquilo que emerge dos dados como sementes e chuva, fazendo crescer ora um “verdinho” organizado nos gramados ora

“mato” e “capim” ou uma conjugação nem sempre coordenada de ambos, pareceu fruto de uma ponderação de custos e benefícios e da inserção de uma vegetação estrangeira, conforme apresentam os relatos a seguir. Além disso, o plantio é relatado não somente de espécies de fora da região que trariam um aspecto estético agradável, mas de plantas específicas que, introduzidas em novos ecossistemas, adaptar-se-iam às mais adversas circunstâncias (crescendo até em pedras), como segue.

[...] Na realidade isso foi feito aqui na nossa região. Primeiro é **primeiro eles tentaram fazer de uma forma econômica mais barata**, eles colocaram um monte de pessoa fazendo buraquinho no chão **assim na lama** [...] não nascenu nada, eles voltaram [...] e **plantaram um outro tipo de planta que é um tal de xique-xique que nasce lá no Nordeste, nasce até em pedra e isso deu um visual melhor pro espaço**, você entendeu? (Marcos, grifo nosso).

**Ela ela [Mata Atlântica] consegue voltar** e as áreas que eles [...] **feijão guandu não é de lá, o feijão guandu não é de lá**. Então as áreas que foram **restauradas**, algumas **demoraram mais sabe** (Amanda, grifo nosso).

No processo de plantio, o fator tempo e clima se apresentam como fundamentais, uma vez que, para as ervas daninhas da camuflagem se proliferarem, a Renova depende do encontro entre chuva, solo e sementes de braquiárias ao longo dos anos. Diante da mobilização de recursos das mineradoras para camuflagem da destruição nos espaços, com o passar do tempo, corre-se o risco de cair no esquecimento o caminho que a lama percorreu, como alguns entrevistados relatam. Também conforme relatos, o período de tempo necessário para a vegetação ser “naturalmente” restaurada, ou seja, recompor-se de forma autônoma à ação humana, seria menor do que aquele sob intervenções da Renova, independentemente do que seja plantado, conforme apresentado a seguir.

[...] eles podem botar **o que eles [mineradoras] quiserem** ali em cima, **um monte de feijão guandu, sabe, um monte e o mato [vegetação natural] volta muito rápido**, inclusive era até interessante que é, nas áreas de beira de rio que foi, saiu um estudo **comparando áreas restauradas naturalmente** porque ela, e áreas restauradas por eles, **você acredita que a restauração natural foi mais rápida né?** Sabe por quê? **Porque era, tinha Mata Atlântica perto, e a Mata Atlântica, ela é muito boa se você deixa ela em paz** (Amanda, grifo nosso).

[...] toda aquela lama foi tudo tampado, **tá, virou uma natureza lá agora, né, porque a natureza ela... ela ela recupera tão, muito rápido** [...] pra tampar a cena do crime, por isso que **eles plantou o gramil**. (Santiago, grifo nosso).

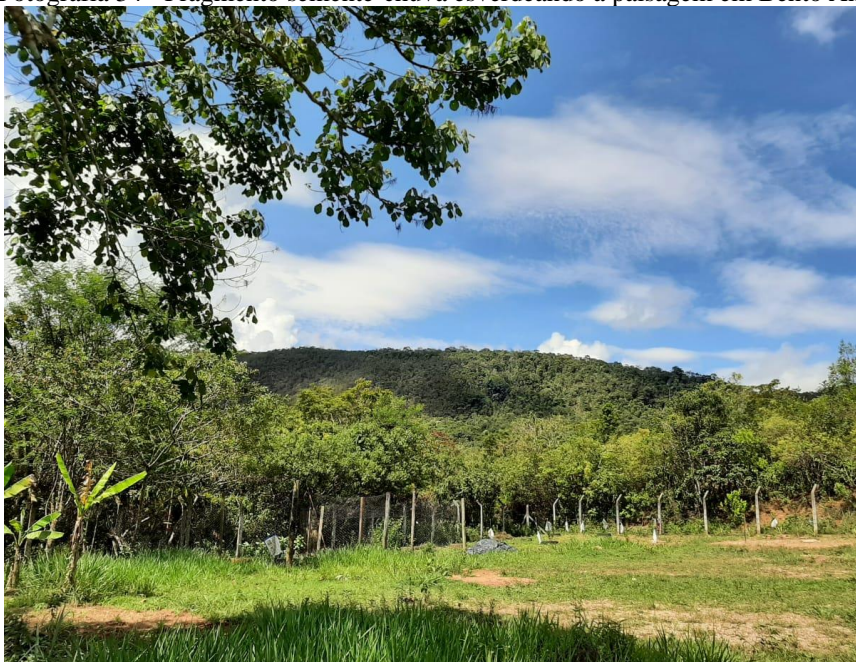
Para Larissa, a manipulação das mineradoras na produção dos Espaços Antigos é nítida. Nas palavras da entrevistada, “essa questão da modificação do espaço, né, depois do rompimento da barragem, é uma uma situação que foi **muito visível**, é, foi **o modo como as paisagens elas foram manipuladas pela empresa, né?**” (Larissa, grifo nosso). “Eles [Renova] **jogaram vegetação** (Renato). O intuito dessas práticas de camuflagem

[...] não deixar as pessoas, **as pessoas que vêm de fora** pra visitar, **pra não ver toda aquela destruição**, aquele **crime** que que a Samarco cometeu, [...] sempre **afastar jornalista, estudante**, então eles faz isso **justamente pra afastar, pra não ter, não deixar o acesso liberado** pra eles **não ter acesso a destruição que... ao crime que eles cometeram** (Santiago (grifo nosso)).

Porque eles **não querem que mostre** a verdade que está acontecendo, **que tem a mentirada danada na mídia** [...] **a mentirada deles perdeu um pouco do efeito, que você pode ver que na televisão eles não estão, no Instagram eles estão indo, mas parece que agora já está pondo o pé no freio** também, no Facebook não tá tanto, pelo menos eu não, **a não ser que eu tô bloqueada né**, tem isso também que **não passa nada para mim**, mas eu não tenho visto muita coisa (Ludmila, grifo nosso).

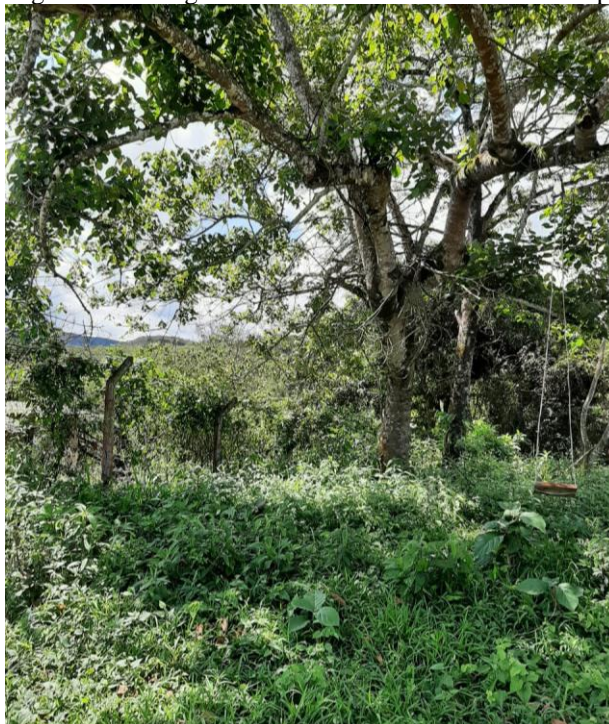
Convido você, leitor, a questionar se a imagem a seguir permite uma associação com um espaço em ruínas, destruído pela lama. Convido, também, a uma atenção cuidadosa não somente sobre as práticas, mas as articulações que as tecem, seus efeitos e também possíveis intencionalidades na criação e (re)configuração dos Espaços Antigos.

Fotografia 34 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 35 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

A interseção entre o colorido, o cinza e o verde dos Espaços Provisórios, Novos e Antigos respectivamente, como será apresentado, é possibilitada pela mobilização de recursos para empreender perturbações na paisagem que, embora seguindo espacialidades distintas, apresentam práticas, efeitos e intencionalidades comuns. Embora o enfoque desta seção seja sobre as práticas e as articulações que as possibilitam, esses aspectos produzem efeitos a partir de **intencionalidades** que abordamos aqui acreditando que elas saltaram aos olhos na constituição do contexto da camuflagem.

Como afirma Larissa (grifo nosso), “[...] 2016 é quando a Fundação ela começa a fazer o **plantio de gramíneas** [...] uma máquina, fazia uma perfuração [...] no local daquela perfuração eles faziam o depósito de um mix de sementes”. Ao explicar o processo de plantio de sementes nos Espaços Antigos, Alice (grifo nosso) relata que

[...] braquiária né o **pasto**. Aí depois essa braquiária teve uma manutenção, onde foi feita mais uma adubação de cobertura, **foi feito a limpeza da área** né que por causa da **bioengenharia** voltava muito né a (bioengenharia) e também uma nova é nova **aplicação de braquiária para aumentar o plantel**, e aí é esse ano a gente está fazendo só a **manutenção** geral que é a **apenas a limpeza de área e adubação de cobertura** e depois disso vem a assistência técnica né que **ensina ao produtor** a manter aquele pasto que **a gente esta entregando** é com a capacidade de produção é sempre alta, porque a gente tem um problema muito sério aqui que é de auto pastejo, né, super pastejo.

Muito embora o argumento para **práticas de camuflagem** costume ser o da higiene (“limpeza de área”) e o técnico-tecnológico (utilização de bioengenharia), emerge a partir das entrevistas a associação entre a vegetação plantada pela Renova e a “maquiagem” da paisagem, como nos relatos a seguir. Do francês *maquillage*, a maquiagem é uma técnica, ou arte ancestral para rituais religiosos, que tem por objetivo o embelezamento, o disfarce de imperfeições ao aplicar produtos na pele humana que realçam, a partir do cosmético, o belo e escondem aquilo considerado feio. Assim, no contexto dos elementos não-humanos que formam os Espaços Antigos, a utilização do termo remete à finalidade estética de apagar a lama, o feio que ela representa, de esconder as ruínas e realçar o verde da paisagem por **práticas** como o plantio das gramíneas.

Eu não cheguei assim a percorrer né, mas a gente vê as pessoas falando a respeito, é, no próprio Bento eles **jugaram as sementes lá de grama, de não sei o quê, pra falar que** estava fazendo reflorestamento [...] mas na verdade é uma, a gente vê que é **uma maquiagem** (Edson, grifo nosso).

**E a maquiagem da braquiária plantada na lama** ela tem trago alguns **prejuízos pros atingidos** [...] (Murilo, grifo nosso).

[...] ao longo da calha, né, daqui a partir de Bento pra baixo [...] o que que eles [mineradora] foram fazendo? [...] simplesmente depositam... fazendo telas, e sobre é é às vezes traziam né [...] **terra de de de outro**, pra plantio, de outras regiões, depositavam ali sobre o rejeito, às vezes alguma camadinha, por cima dele colocavam a tela, e aí faziam a **o plantio de gramíneas** sobre essa tela [...] só que o que acontece? Chega o período chuvoso, é só uma **maquiagem**, e aí os leigos também tem essa noção de que olha o a a área já tá até se se se **regenerando** (Larissa, grifo nosso).

Fotografia 36 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo III



Fonte: dados da pesquisa.

O plantio das gramíneas faz com que aqueles que chegam nos Espaços Antigos tenham a **impressão** de que, decorridos mais de sete anos do desastre, a região está se regenerando. No entanto, isso não tem ocorrido sem intervenções humanas específicas. O rejeito está sendo “reparado” por ações que fazem “parte da reparação”, “Então a gente tem uma **assistência** completa com o produtor e oferecendo equipamento para que ele tenha uma **retomada** de atividades e uma melhora [...]”. O objetivo destas ações foi apresentado como a retomada “da atividade do produtor no local de origem” (Alice, grifo nosso). Isso não pareceu simples logo após o desastre.

[...] no **início** assim era, era bem, bem **difícil** né porque é é era só o rejeito né e **não tinha nenhum tratamento, depois teve um tratamento com (bioengenharia), com adubação orgânica, depois veio a adubação verde que a gente fez também com, com leguminosas**, então depois desse trabalho aí vem o trabalho de **recuperação** desse terreno para a finalidade dele, então a gente começou a trabalhar ele **para plantar as os pastos**, então esse é o trabalho que a gente está fazendo **já faz uns 3 anos** e hoje eu falo que realmente o rejeito já tem uma **produtividade** bem considerável (Alice, grifo nosso).

Iniciamos o capítulo apresentando as tentativas de afastar quem vem de fora, pelo **controle do acesso**, a partir das práticas de **expulsão** e de **camuflagem/apagamento da lama** visando modificar a percepção pública dos malefícios da mineração “Principalmente no âmbito financeiro e de pressão” (Fernando) ou, ainda, promovendo uma camuflagem não somente dos espaços físicos após o desastre, mas de documentos em espaços de discussão, como o entrevistado afirma a seguir. Neste processo, “[...] os **números nunca são claros e sempre** são manipulados [...]” (Fernando, grifo nosso).

[...] eles falam, por exemplo os **últimos números, que eles já gastaram 15,5 bilhões de reais em programas de reparação, mas não é em programa de reparação, tem que tirar daí o custeio**. Se você for pegar o custeio da Fundação, se duvidar você pega 50% desse valor, aí você pega esses 50% desse valor tivesse pagado diretamente pros atingido **sem ter essa máquina gigantesca, você, e isso eles não apresentam**, você estaria reparando muito mais, então **há um gasto muito grande, uma reparação muito pequena né, os valores de reparação, as formas de reparação** são são é é bem aquém do que seria necessário. E há um tempo atrás apresentaram lá, **eles maquiavam muito os números**, é eles têm os programas de contratação de mão de obra local, **é muita palestra** e pouca prática né, então na prática a mão de obra eles colocam empecilhos [...] (Fernando, grifo nosso).

[...] ela [Renova] sempre fala que **está seguindo em reparação que já foi gasto não sei quantos milhões, quantos bilhões, mas a efetividade desse gasto ninguém questiona né, porque pode ter se gastado sim, mas o que que trouxe esse gasto de efetivo para a melhoria da vida do atingido?** [...] É isso aí, ele fazem [...] é de praxe isso e pela sociedade que está longe do problema acha que eles recuperaram mesmo o meio ambiente... [...] **eles fazem isso pra melhorar a imagem**, entendeu, isso é simplesmente por nada, porque **se eles não se preocupassem com a imagem nem isso eles fariam**. [...] é uma doideira, aí **fala que gasta com os atingidos** (Marcos, grifo nosso).



Identificamos **primeiramente** que uma das possíveis intenções para plantio das gramíneas é a camuflagem visando “preservar a imagem” da mineradora (Amanda). A entrevistada aponta que a Renova se utiliza discursivamente de aspectos de segurança para praticar a camuflagem na composição dos Espaços Antigos, como mostra o trecho a seguir: “[...] ficaram lá fazendo **obras literalmente cosméticas**, botaram aquele monte de tapu tapume [...] ‘ah isso é pras pessoas **não se ferirem, não se machucarem**’. **Gente quantas pessoas entram em Paracatu de Baixo? [...] é a Avenida Paulista?** (Amanda, grifo nosso). A maquiagem caminha na direção “de divulgar [uma imagem positiva da mineradora] e não no sentido de dar um resultado efetivo” (João) para os entrevistados. Como relata Murilo (grifo nosso), “[...] a ideia da maquiagem é **parecer** que fez alguma coisa, tanto referente à mídia [...] nas **propagandas** enfim, tanto na mídia quanto nos **processos** como um todo”, como apresentam os relatos a seguir:

[...] uma coisa também que às vezes eles mostram aí **já vi fotos dele tava falando de cuidados de animais, de de da assistência, fazem inseminação artificial, faz isso, faz aquilo [...] aí você vai conversar com as pessoas mesmo [...] não é um negócio contínuo não eles só fazem lá fazem como se fosse uma campanha** vai lá em várias propriedades, dá um número x de animais **aí divulga, depois quando você vê esse número aparece um número grande mas não é algo significativo** que tenha **resultado em algo pro produtor não** [...] eles fazem é mais nesse sentido [...] (João, grifo nosso).

[...] existem os programas de reparação e compensação econômica da Fundação Renova aos municípios atingidos, que tem como objetivo **amparar todo aquele indivíduo que tenha perdido renda** em função do rompimento. [...] como tudo o que é realizado pelas mineradoras **se torna um grande meio para que elas lucrem com publicidade, vendendo para a sociedade o discurso de quão bondosas são**, aqui não seria **diferente**. Assim como também fazem contratações de serviços por **valores extremamente altos o que na verdade não beneficiam aqueles que sofreram com o rompimento e sim aos que por ela são contratados** (Larissa, grifo nosso).

A preocupação com a **imagem da mineradora** (subcategoria) se mostrou, portanto, um dos fatores que motivou as **práticas de camuflagem** (categoria). Como afirma Marcos (grifo nosso), “[...] as terras férteis estão todas tampadas por lama, **é uma maneira de de de melhorar a imagem, mascarar o crime**”. Para João, o intuito é “reduzir a imagem do do impacto que foi uma imagem negativa né de desse impacto, quando você mostra o o ambiente depois com esse outro aspecto já, fala assim ah não, já recuperou, já tá voltando ao normal”.

Marina (grifo nosso) também relatou que as práticas de camuflagem serviriam para divulgar uma imagem positiva, “Ah pra eles [Renova] **colocarem no jornalzinho deles já né, que tudo já está tudo certinho, tudo bonitinho** já, que voltou tudo **como era antes** [...] vai demorar muito para voltar como era antes”. Para Míriam, a Renova causa desgaste nos

atingidos ao negar direitos e ao promover uma publicidade que não condiz com o que tem sido feito, como evidenciam os relatos a seguir.

[...] **quem participa mais obviamente vai ficando mais desgastado** ainda, então, é e **além dela gastar muito com publicidade assim desnecessária de coisas que não estão necessariamente acontecendo é isso acaba causando um processo de desgaste muito grande, então ela vem negando direitos, é, pra várias pessoas tentando** assim fazer o, da forma **como ela quer**, principalmente na pandemia, que a gente perdeu muito da capacidade de mobilização (Míriam, grifo nosso).

[...] e tenta, **gasta a maioria dos seus recursos com propaganda**, dizendo o que **que não faz** [...] tentam criar essas coisas como **plantar grama sobre os rejeitos, criar jardins e e e cuidar de jardins e canteiros em centros urbanos né**, ou criar medidas paliativas né, é é é com para poder mostrar que que é uma, mas é uma falácia né, é uma propaganda enganosa absurda [...] há uma **preocupação com a imagem né, é, é ao contrário do que diz a propaganda, sede não é nada imagem é tudo né**, então, a as empresas [...] **investem muito em comunicação** é porque isso tem alguma interferência né, por exemplo, uma preocupação que a Vale né, e a Samarco e a BHP tem é que as **pessoas que investem dinheiro nelas tenham uma boa impressão delas**, então não é nada bom que se fale mal [...] (Gregório, grifo nosso).

Tem um discurso, que é o discurso da **propaganda**, e tem outro discurso que é o discurso **jurídico** que a gente vê nos processos. Se os processos são públicos né, caso o seu estudo fosse sobre, é, também pegasse questões jurídicas ou tivesse outro [...] seria até interessante [...] alguém da área de **propaganda e marketing** que é pra fazer um **comparativo entre o discurso** que ele é **apresentado nas propagandas**, o discurso público e o discurso que é feito nos estertores dos processos [jurídicos] (Fernando, grifo nosso).

[...] então eu acho que tem tem a ver com isso né [...] mais como **propaganda** mesmo [...] da Renova me dá uma raiva danada [...] eles (fazem propaganda no) Facebook [...] **Propaganda patrocinada** [...] aqueles videozinho que aparece assim aí tem escrito lá **patrocinado** embaixo (João, grifo nosso).

Eles vão numa área reservada lá [...] **tira foto, fala que o pasto melhorou e** (detona) com o resto [...] na minha cabeça dá um nó quando eu **comparo essas 2 realidades** entendeu, porque quando a Fundação Renova vai fazer uma **reportagem no rádio ou na televisão** é que acaba, **o repórter acaba de de falar as denúncias dos atingidos** (Marcos, grifo nosso).

O discurso da “propaganda”, como menciona Fernando, exige das mineradoras **práticas de camuflagem** não somente na estrada de acesso aos Espaços Antigos. Esses próprios espaços precisam ser maquiados para estarem visivelmente mais agradáveis ao olhar humano, escondendo as ruínas, inclusive a partir daquilo que é divulgado pela mídia. Como relatou o entrevistado João,

Acho que é mais mídia [...] tem mais a ver com uma **questão de mídia** porque na hora que você vai ver é as renovações que **a Renova faz aí ela sempre tem lá um videozinho de árvores, de plantio, aí tem a imagem a imagem da água limpa lá do rio, de peixe** [...] então eles estão mais focados em fazer essas recuperações aí do que dificilmente tá mostrando casas prontas ou essas atividades, essas estruturas né (João, grifo nosso).

Com um discurso inclusive de segurança da área, as práticas de camuflagem alimentam o apagamento da lama e da destruição associada pelo controle daquilo que pode

ser (ou não) divulgado. Como afirmou Amanda, “Qual a importância de botar tapume [...] é pra tirar a imprensa, pra tirar a ONG, pra tirar quem vai perturbar”.

[...] você já viu jornalista se afogar naquilo? ONG? Não, **a gente sabe onde é que a gente está andando [...] a gente tem drone, eles só não querem que a gente mostre, sabe?** Aí bota o **tapume** pros outros não verem mesmo, mas **não é preocupado com a segurança de ninguém** (Amanda, grifo nosso).

Apesar de as fotografias utilizadas ao longo do capítulo serem registros de Bento Antigo, tanto na estrada de acesso e como nos próprios Espaços Antigos tem sido feita “[...] uma **maquiagem** né, a gente vê que é muita **maquiagem**, né ao longo assim do, da calha, né, do do **Rio Gualaxo**, tal” (Edson, grifo nosso). Nas palavras da entrevistada Márcia, “Nasceu um mato lá [Paracatu Antigo], nasceu uns matos lá” [...].

Fotografia 37 - Rio Gualaxo do Norte e a vegetação ao redor



Fonte: dados da pesquisa.

Para a entrevistada Eulália (grifo nosso), “Ah o **intuito** da empresa acho, em relação a **esconder**. Vamos tampar o buraco, vamos **tampar a tragédia, né**. Tipo assim, **vamos plantar** igual teve mesmo vamos plantar gramas, isso, aquilo”. “[...] pra ninguém ver, que o pessoal chega lá e fala assim ‘ué, **cadê a lama?** O pessoal falou que aqui foi destruído pela lama **não tem nada que mostre isso não**” (Ludmila, grifo nosso). De acordo com o entrevistado Santiago (grifo nosso), a camuflagem no espaço de Bento Antigo está associada “[...] justamente a plantação de **gramil** que eles [Renova] fez lá, entendeu? [...] pra, a mata crescer e **tampar as ruína**, e tampar toda a **lama**, né, pra eles não precisar de tirar, pra tampar toda lama, é justamente o que eles fez [...]”.

Para a entrevistada Ludmila, “Você vai lá [Espaços Antigos] você vê que o território tem nada aqui não, **não passou nada aqui**, aquilo deve ser **alguma casa que estragou**,

**alguma casa que caiu de roça**” (Ludmila, grifo nosso). “[...] lá [Paracatu de Baixo] mais é mato né, **aqueles lugares onde a barragem passou a lama e derrubou as casas** [...] E como diz **até as matas adaptou à lama**” (Eulália, grifo nosso).

Fotografia 38 - “Alguma casa que estragou” em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

À medida que a vegetação cresce em Bento Antigo, as ruínas são escamoteadas. Como Larissa afirma, “[...] aí você, **o mato cresceu muito [com o tempo] e você quase não via as ruínas**, e ao fundo, né, é, você tem uma paisagem assim que pouco tempo depois o dique ele começa o alagamento, ta?”. A vegetação “[...] tá **tampando** toda as ruína” (Santiago, grifo nosso). O entrevistado, durante a visita guiada, relata que no período próximo ao rompimento, as ruínas estavam visíveis. Com o passar do tempo vai sendo possível ver mais mato do que ruína. Ele afirma que, logo após o rompimento, era possível ver “a lama, você via a ruína [...] eles plantaram gramil e aí veio a chuva, nasceu muito rápido”. Hoje, elas estão tampadas pelo mato, como segue.

**Você via bem visível né, não tinha aquela aquele aquele mato né? A lama lá e cê via as casas, as ruínas, cê via toda as ruína [...] igual cê vê lá, [tudo] tampado de mato, então aí o seu sentimento é outro entendeu? [...] lá cê ve uma natureza [...] cê vê as ruínas tudo tampado de mato, então cê tem outra visão, aí tampou a cena do crime, é tudo que a empresa quer. Foi por isso que a a Fundação Renova não faz a capina e nem a roçada, entendeu, que é coisa é obrigação deles fazer, não faz (Santiago, grifo nosso).**

Os relatos a seguir demonstram como a **não-capina** e o descumprimento da Renova da obrigação de roçar a capinar escamoteiam o interesse de deixar a vegetação se proliferar da forma como a mineradora determina e de esconder as ruínas. Ao longo da visita guiada em Bento Antigo, o entrevistado Santiago (grifo nosso) afirma que “eles cumprem aquilo que é

interesse deles, entendeu? O que não é interesse deles eles não cumprem. **E fica por isso mesmo. Eles faz o que quer sô. A mineração faz o que quer**”.

Essa unilateralidade das decisões traz à tona a assimetria entre os agentes na indústria, uma vez que, apesar dos descumprimentos legais, não é percebido o poder de polícia para fazer valer as decisões, inclusive punições, estipuladas judicialmente, seja pela ausência de mecanismos, seja pelas articulações políticas que são costuradas neste contexto e sustentam a atividade da forma como tem sido praticada ao longo do tempo. Desta forma, se, por um lado, a Renova planta as sementes de braquiárias, por outro, a manutenção (roçar e capinar) foi relatada como ações acordadas e intencionalmente descumpridas e direcionadas. As assimetrias que posicionam as mineradoras por vezes acima do judiciário e os próprios órgãos de fiscalização ambiental sustentariam essa lógica, como apresentado pelos seguintes trechos.

[Fundação Renova] ficou de fazer a **limpeza**, no terreno, **roçar e capinar, mas só roçou** uma vez e cabou, não, não roçou mais, **o mato tá só crescendo**, aí os próprio proprietário da, da, da terra, **alguns proprietário vai lá e roça seu terreno, tem alguns terreno que tá roçado** que o próprio proprietário foi lá e roçou, que a Fundação Renova não tá cumprindo o que foi definido, **que era roçar e a capina**, e ter a capina, **não tão cumprindo** (Santiago). [atingido] **com o próprio dinheiro, vai lá e roça**. Leva a máquina, vai lá e roça, **o próprio atingido. Pra não deixar o mato, o mato tomar conta**, né. Porque se, deixar o pau crescer demais aí vem o **Meio Ambiente**, cê não pode cortar mais, **então pra evitar disso eles vão lá e roça, porque a Fundação Renova não tão cumprindo** o que foi definido pra eles fazer (Santiago, grifo nosso).

[...] a calha do rio praticamente todos os pontos já está com uma mata ciliar ali, eles estão sempre lá [...] pessoal brinca lá que eles vão lá tem tem tem uma **árvore que eles plantaram e tem uma arvorezinha que tá brotando** [...], eles vão roçar lá e roça tudo **só fica a árvore que eles plantaram**, como se só pudesse crescer ali o que eles [Renova] plantaram (João, grifo nosso).

Os encontros multiespecies levaram à transformação da paisagem a partir de práticas de apagamento da lama, onde um grupo particular de humanos vai determinando quais espécies saem e quais ficam nos Espaços Antigos; na Praça da sede de Mariana após sua reforma; e nos Espaços Novos por uma lógica que confere às espécies relações assimétricas mais que humanas carregadas de poder (OGDEN, HALL, TANITA, 2013).

As práticas de camuflagem permitem, assim, escamotear a lama, os destroços e “tampar a bagunça que eles [mineradoras] fizeram. Como você **jogar a, a barragem, a sujeira pra debaixo do tapete**. É igual eu falo, **daqui uns anos, a gente não vai nem ver onde que a barragem passou, a lama passou**, né?” (Eulália, grifo nosso).

Não somente Eulália compara essas práticas ao apagamento da lama e às tentativas das mineradoras de esconderem as ruínas, ao jogar “a sujeira pra debaixo do tapete”. A entrevistada Amanda, neste sentido, afirma que “[...] vai tirar como aquela lama toda [...] eram **lugares históricos né** [...] literalmente eles [mineradoras] botaram **a lama pra debaixo**

do tapete, no caso de grama” (Amanda, grifo nosso). Para Santiago (grifo nosso), o intuito “É, é, justamente **tampar o crime, né?** Eles queria tampar a cena do crime, entendeu? Porque **nascendo a mata você não vê aquela lama, você não vê aquela...** você vê só as ruína, que **tá no meio da mata [...]**”.

A **sujeira** associada à lama – e seu potencial de contaminar - emerge dos relatos. O depoimento seguinte aponta como o entrevistado, receoso pela lama em sua bota e calça, deixou ambas de molho por cerca de um mês e precisou tomar diversos banhos para retirar a lama de seus pertences. As práticas de camuflagem, ao darem um tom **verde** à paisagem, vão retirando **o marrom associado à sujeira, à feiura, à destruição**, alterando também a forma como os espaços são percebidos, vividos e modificados.

[...] **o dia que eu entrei na lama, é... eu tava de calça, de bota até aqui em cima e tal, pra cê ter uma ideia minha bota e minha calça ficaram mais ou menos um mês de molho**, um mês de molho num monte de produto lá que o pessoal [...] me ensinou e tal. [...] **Tomei uns dois, três banhos seguidos** no mesmo dia, banho frio, com bastante sabão, sabe, de medo, de medo. Então o negócio é **muito sério, é muito sério**. [...] assim, ainda tem, eu tenho certeza que ainda tem alguma toxicidade em áreas por aí (Roberto, grifo nosso).

Neste camuflar, a vegetação toma conta do que eram espaços públicos e privados em Bento Rodrigues, enfim, daquilo que foi um dia uma comunidade, como pode ser visualizado nas imagens a seguir.

Fotografia 39 - Ruínas sendo camufladas com vegetação em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 40 - Ruínas sendo camufladas com vegetação em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 41 - Ruínas sendo camufladas com vegetação em Bento Antigo III



Fonte: dados da pesquisa.

Como relata a entrevistada Ludmila (grifo nosso) apareceu “misteriosamente” em Paracatu “[...] um coquetel de semente que eles [Renova] joga, é uma **espinhenta**, uma que cresce, uma que alastra, uma que trança”. Neste emaranhado de espécies, “[...] como não

tem casa mais, **só tem as ruínas, então** [a vegetação] **foi crescendo, foi, foi saindo**” (Eulália). João, Míriam, Marcos e Marina também relatam as práticas de camuflagem nos distritos da **Zona Rural**, como segue.

[...] Aí é acontece muitas isso, eles **querem deixar aquele ambiente ali com esse aspecto, visual assim de que está sendo recuperado, de que tá tá bonito sabe?** (João, grifo nosso).

Plantaram umas coisas lá em cima [...] [Na zona rural] [...] se chegar lá hoje por exemplo e né tiver esquecido desse episódio, **parece que não aconteceu nada, só a marca que ainda tá nas árvores né da altura que a lama chegou**, mas eu acredito que muito no **intuito de mesmo causar um apagamento do que aconteceu, né?** (Míriam, grifo nosso).

[...] eles [Renova] jogaram a vegetação por cima da lama [...] (Marcos).

Cortou terreno da mãe, como a mãe a gente eu já tava aqui já né aí **não tinha ninguém** lá na roça né, entraram com a máquina [...] máquina de cortar, cortou a terra lá do terreno, **cortou mesmo, planou e jogou por cima da lama para tampar a lama e jogou aqueles capim** de cheio de estrepe aqueles trem cheio de estrepe lá. [...] (Marina, grifo nosso).

A entrevistada Marina (grifo nosso) relata que cortaram [terra] do terreno da mãe dela “**sem ordem**, e jogou para tampar no campo e na baixada [...] a lama por cima, **tampou a lama, hoje aí com a chuva a terra desceu e a lama subiu**”. Quando perguntei “quem fez isso, a Renova?”, ela respondeu “**é a Samarco mesmo.**”<sup>27</sup>

[...] Se tivesse o **nome da Samarco em jogo, porque a Fundação Renova ela foi é assumir o o papel** que a Samarco teria que fazer né, então ao invés de falar Fundação Renova a gente tivesse falando Samarco, **para a imagem** [...] da empresa seria muito ruim né (Marcos, grifo nosso).

Marina prossegue relatando que a Samarco “[...] jogou tudo assim, planou tudinho, planou, fez uma praia, aí estragou o terreno todo aí **para tampar a lama mas** só que aí [...] a lama continua lá”. Como gostaria de verificar se havia compreendido a fala, perguntei “eles tentaram **tampar a lama** [...] mas a chuva veio e retirou isso e a lama voltou, tá lá? Marina, então, respondeu que “voltou, a única coisa que pega **lá na lama para disfarçar [a lama] é capim**, capim e uns trem doido lá [...] de estrepe”. Ela não apenas relatou que a mineradora entrou com uma máquina na propriedade da família **sem permissão** enquanto “não tinha ninguém” e plantou “capim” no terreno, como também que ocorreu com a finalidade de disfarçar a lama. Essa prática acontece sob um arranjo específico, uma coordenação multiespecies que, pelo encontro do capim com a chuva (TSING, 2019), produz uma paisagem que apaga a lama.

<sup>27</sup> Marina (grifo nosso) afirma que prefere se referir à Renova como Samarco, pois possuem os mesmos interesses e as mesmas intencionalidades. Ela relata que “a Renova, que é Samarco, **não é Renova é Samarco**, aquilo ali é só pra tampar o crime”. A própria criação da Renova seria uma camuflagem.



O relato de Santiago (grifo nosso) também apresenta outro episódio da Renova de agir sobre a propriedade de um atingido sem autorização, como se não houvesse um terreno particular a ser respeitado. De acordo com o relatado, mesmo com o registro do ocorrido em boletim de ocorrência, “ficou por isso mesmo”. A ausência de punição diante de um fato como o relatado e tantos outros descumprimentos (de prazos; de ações definidas nos ditos acordos, etc.), portanto, evidencia a assimetria que permite à Fundação Renova ditar o caminho da lama (ou de seu apagamento), inclusive na demarcação de um território que não lhe pertence. Isso pode ser visualizado pelo trecho a seguir.

É justamente o que aconteceu no... a... depois é do, do, do rompimento, passou aí uns, uns quatro meses, aí eles **plantou gramil, né, na, na nossa propriedade, sem autorização nossa**. Nós fez, nós nós **registramo o BO [boletim de ocorrência]**, né, contra a empresa, que, que eles **não podia**, eles tinha que pedir **permissão** pra fazer, não, **eles plantou gramil**, ficou **por isso mesmo**, fez BO mas **ficou por isso mesmo**, hoje lá tá um, tá um **mato, mato tampou, tá tampando as ruína** (Santiago, grifo nosso).

As intencionalidades são distintas no plantio, mas começamos pelo maquiagem, pela camuflagem. Marina associa o plantio de braquiária ao “capim” que, ao crescer, **disfarça** a lama. Para ela, na presença da lama a grama não sobreviveria. Assim, ela não associa o capim à grama, uma vez que a grama não sobreviveria nos Espaços Antigos em ruínas, o capim sim. Enquanto a grama remete à ideia do belo espaço que existia anteriormente ao desastre, o “capim” (Marina) e o “mato” remetem à selvageria na paisagem, não à natureza “verdinha”, “baixada”, gramada e organizada. Como ela relata,

Aqui se for para plantar grama lá não vai, não vai, ela vai morrer, ela não vai, ela **não pega, ela não tem como** não ela não **não sobrevive**. E outra coisa [...] grava aí, a baixada o fundos assim da casa da minha mãe, **até os campo tudo, era tudo grama, grama, gramado, era uma coisa linda, gramado, grama então quando chovia então era tempo de chuva ficava tudo verdinha**, era um pasto assim, uma baixada, um pasto as vaca **comia aquela grama assim que era até a baixada** [...] tudo era lindo (Marina, grifo nosso).

As flores e o tom verde na constituição da paisagem garantem o aspecto agradável e a beleza associada à natureza, como evidenciam as imagens a seguir, esteticamente camuflando a feiura associada à destruição e à lama. A intenção da Renova com o plantio das braquiárias pode ser interpretada, então, primeiramente como uma forma de “[...] **esconder o rejeito...** justamente, né, que aí a **natureza, ela, ela dá outra visão**, né, a visão fica mais bonita **com a visão da natureza**” (Santiago, grifo nosso) com vistas a preservar uma imagem positiva das mineradoras responsabilizadas pelo desastre.

Fotografia 42 - Flores em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 43 - Fragmento semente-chuva esverdeando a paisagem em Bento Antigo III



Fonte: dados da pesquisa.

Neste processo de plantar braquiárias, camufla-se a destruição e propaga-se uma ideia de natureza “verdinha”. Amplia-se o verde e diminui-se as noções de “bagunça”, “sujeira”, “rejeito” associadas à destruição e aos danos, materializados na lama e nos espaços em ruínas. O rompimento da barragem e seus efeitos são, então, camuflados em um (re)organizar dos espaços que produz novos fragmentos na paisagem. Anteriormente às práticas de camuflagem, os Espaços Antigos remetiam a um solo infértil, aos destroços. Essas práticas culminam no plantio de elementos multiespécies nesses espaços (sementes, adubo, etc.) de forma que os novos fragmentos possam transmitir uma nova imagem – não somente da paisagem, mas das mineradoras. Busca-se associar os espaços à fertilidade e à beleza,

desvinculando-os do solo infértil, da lama e de tudo que ela representa (ruínas, destroços, destruição, caos, feiura, luto).

[...] porque as pessoas **que não conheciam a localidade**, que passam a chegar, primeiro que em setembro, né, é, esse plantio começa em maio, como eu te falei, mas **em setembro é quando começa a ir chegando o período chuvoso, então o Bento inteiro**, quando você chega naquele período chuvoso, é, **eu me lembro que era era um local bonito** (Larissa, grifo nosso).

As práticas de camuflagem, portanto, constituiriam uma forma de retirar a lama, e o aspecto de feitura e destruição associada a ela, do campo de visão dos humanos sem retirar o rejeito. O plantio “tirou **aquele aspecto da lama que tinha**, virou **um verde ali de vários tipos de plantas e de folhas**” (João, grifo nosso). Os registros fotográficos de Bento Antigo permitem visualizar o aspecto verde que substitui o tom marrom da lama. Em Paracatu, no entanto, o espectro nem sempre seria verde, variando de tonalidade.

Conforme relata a entrevistada Eulália, “[...] até as **matas ficou na lama**, teve que se virar **do jeito que pôde né. Então assim, não tá muito verdinho**, porque fica um pouco estranho né, **meio amarelado**, mas assim, tá se **levantando uma matazinha**”. O relato da entrevistada dá vida aos elementos mais que humanos, em um cenário no qual a matazinha se levanta e precisa “se virar do jeito que pôde”, porque pela interpretação nem as matas, se pudessem escolher, conviveriam com a lama.

Ressaltamos que essa vegetação inserida no ecossistema não pareceu fazer parte das espécies familiares aos entrevistados. Para Ludmila (grifo nosso) “[...] **misteriosamente [em] Paracatu** apareceu um punhado de de de plantação que **nunca existiu pro lado de lá**”. Neste sentido, essas práticas funcionariam mais diante daqueles que são externos ao espaço, que, estrangeiros a sua formação, não enxergariam o tamanho da destruição, pelo disfarçar, como apresentam os relatos a seguir.

[...] os leigos também tem essa noção de que **olha o a a área já tá até se se se regenerando, né, tudo verdinho, o meio ambiente, né**, tá tá tá tá voltando, olha, que maravilha né, **balela [...] quando chega o período chuvoso o rejeito ele não foi removido**, o rejeito ele não foi removido (Larissa, grifo nosso).

[...] ela [paisagem] **tá toda maquiada, toda maquiada mesmo**, até a água da **cachoeira** lá tem dia que ela tá **branquinha, bonita**. Esses dia agora, ontem eu não fui pro de lado de lá, anteontem eu não fui não, mas ela [cachoeira] deve tá **vermelhinha igual sangue** (Ludmila, grifo nosso).

Porque uma coisa é nos [atingidos, internos na produção do Espaço Antigo] **que estávamos lá vimos** (o rio) a **destruição**, outra coisa é quem chegar **bem depois e ver a grama plantadinha** lá em cima (Fernando, grifo nosso).

Esconder né, esconder o crime, eu acho que é tentar né, **vamos apagar um pouco, vamos esconder**, estamos fazendo uma coisa errada (vamos) tentar esconder, eu acho que **o crime tinha que ficar lá mesmo do jeito que estava pra mostrar, ser**

**lembrado**, pro povo ver, pra quem realmente **quem não presenciou igual a gente** sentir o que foi (Márcia, grifo nosso).

Disfarçar [...] não tem jeito de tirar, **disfarçar a lama** (Marina, grifo nosso).

O encontro das sementes com a chuva plantado e adubado pela Renova, no entanto, para quem é interno e tem praticado o espaço, nem sempre garante um crescimento da vegetação que, para muitos atingidos, está associado ao verde existente anteriormente ao rompimento. Como afirmou Eulália (grifo nosso) “[...] às vezes a gente olha assim, **parece que nem nem aconteceu a tragédia né**, vai, vai **a chuva** limpando, os **matos** já vai renascendo, não nasce da mesma forma, **bonita, verde igual era antes**”.

Isso porque o que tem crescido não são somente as sementes que a Renova plantou nos Espaços Antigos e, ao supostamente organizar, desorganizou, e ao desorganizar, teria (re)organizado, como mostra o relato de Marcos. O entrevistado fez uma analogia com confetes de carnaval, afirmando que “[...] jogaram **sementes** para cima **igual confete no Carnaval**. Não **nasceu nada**, não nasceu nada, **eles voltaram atrás acertou a lama, planou tudo, ficou tudo retinho** assim” (Marcos, grifo nosso).

A bagunça associada ao jogar confetes desordenadamente para o alto, sem o efeito esperado pela Renova (crescimento da vegetação), é contraposta, pela fala dele, à nova ação de voltar à região para acertar a lama, “planar tudo”, garantindo as condições necessárias para as sementes brotarem, associadas pelo relato a um solo plano, ordenado e “retinho”. O que tem crescido nos Espaços Antigos, no entanto, inclui a própria forma como os elementos não-humanos podem se manifestar independentemente da lógica de uma suposta dominação humana sobre a natureza (AISHER, DAMODARAN, 2016).

Florescem nesses espaços, portanto, o desordenado associado ao “mato” e ao “capim”, em vez de um “gramado” (Marina) que, cuidado, não representaria a selvageria que às vezes podem apresentar elementos não-humanos como as árvores. Quando indaguei o ver é possível avistar se eu observar a paisagem em Paracatu, Márcia (grifo nosso) respondeu que seria “**Monte de mato que nasceu** em volta da estrada, você **não vê uma árvore não**, você não vê árvore não, e lama no caso, só isso”. Já Eulália afirma “Ah, você ia encontrar lá mais é mato né [...] não tem nada, só mata e ruínas”. O mato ao qual as entrevistadas se referem representaria o crescimento desordenado da vegetação, enquanto o gramado remeteria à ideia de uma organização no florescer das plantas.

Fotografia 44 - Fragmento árvores-destroços trazendo um tom selvagem à paisagem I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 45 - Fragmento árvores-destroços trazendo um tom selvagem à paisagem II



Fonte: dados da pesquisa.

Ao encontrar, ao longo do tempo, o que sobrou das casas, na presença da chuva, as plantas crescem a seu modo, formando uma paisagem multiespécies em ruínas com características selvagens e nem sempre ordenadas como às vezes esperado pelos relatos. Esse modo das árvores se manifestarem contrasta com a noção dos entrevistados de uma “natureza” bonita. Essa visão inclui o “verdinho”, em vez do mato crescendo desenfreadamente, inclui a grama capinada, em vez da selvageria do mato.

Fotografia 46 - Ruínas camufladas com verde em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

O plantio de braquiárias faz parte de uma série de ações da Renova para “**melhorias** de pastagens, a **melhoria** do rejeito [...] para que o **produtor** que optou pelo programa tenha **chance** de retomar a **atividade** [produtiva] no local [...] faz uma melhoria na propriedade para que ele tenha **lucros** né e consiga viver daquela propriedade” (Alice, grifo nosso). A partir do momento em que as pastagens e o rejeito vão sendo “melhorados”, a partir da modificação das características do rejeito, tornam-se mais produtivos, o atingido, na lógica da empresa o “produtor” que aferindo lucros consegue viver da propriedade, a Renova considera que ele retomou suas atividades.

E aí com o tempo a gente foi recuperando a área de rejeito é com vários **plantios**, é **melhoramento** da (adubação) orgânica, **então não foi só um período né, a gente tem vários períodos que a gente entra no rejeito tentando melhorar** e a partir do momento que o rejeito é **totalmente recuperado a gente entende que a propriedade retomou sua atividade né**, que além do rejeito **a gente recuperou também outras áreas** [...] a gente fez uma metade, então a gente fez tanto a área de rejeito quanto a fora de rejeito para que ele tivesse uma compensação do rejeito (Alice, grifo nosso).

Considerando que o plantio de braquiárias altera as propriedades do rejeito, possibilitando a fertilidade por exemplo, e que quando o “rejeito é totalmente recuperado” a Renova entende que o atingido retomou sua atividade, **uma segunda intenção possível** de ser identificada a partir do plantio é a retirada de direitos/auxílio financeiro daqueles que continuam nas áreas de origem, conforme mostram os relatos a seguir.

E a **maquiagem da braquiária plantada na lama** ela tem trago alguns **prejuízos pros atingidos também que aderiram ao processo**, quiseram **continuar na área de origem** né. Então, é, a empresa por exemplo, emitiu algumas **declarações extra judiciais, afirmando que os atingidos tiveram as suas retomadas de atividades produtivas** (Murilo, grifo nosso).

[...] a Renova tá preocupada ali em saber **se a pessoa tem conseguido produzir ou não, se ela está conseguindo ter lucro ou não com as atividades dela ali para poder cortar auxílio financeiro**, que eles dão auxílio e de vez em quando vai alguém lá fazer a pesquisa pra saber **é quantidade de ovo que produz, quantidade de leite que produz pra pra levar se a pessoa já retomou a atividades lucrativas** dela para para justificar que **não precisa necessitaria mais de auxílio financeiro** (João, grifo nosso).

[...] **cortaram** o [auxílio financeiro] da minha família já. O que acontece é que foram **acordadas** algumas coisas né, mas aí também vai da de uma **leitura errada** né uma leitura diferente que a **Fundação** faz que não é a mesma que a nossa [atingidos], como sempre e aí o que tava **acordado** era que o auxílio financeiro seria né ele ia continuar até um ano depois do reassentamento. Então, **a Fundação ta usando isso** pra por exemplo assim que ela né compra a casa pra pessoa ou que ela é reconstrói a casa, enfim [...] [Renova] **eles têm feito isso de assim que entrega né a casa e aí com isso eles já entendem que a pessoa a família ela têm condições novamente de caminhar sozinha** [...] porque agora ela já tá né na casa dela, já tá reassentada e tal, **independente dela ter conseguido é de volta as condições econômicas ou não**, que é o que aconteceu aqui com minha família [...] Aí eles ligam pra pessoa e falam assim ‘olha, fulano, é, a gente ta ligando porque a gente vai cortar o seu auxílio financeiro’ [...] a gente ta fazendo um movimento aqui de recolher, porque são muitas [...] nessa situação, a gente ta, por meio da Cáritas [assessoria], com a ajuda da Cáritas, pegando esses casos [...] pra tentar levar pro MP pra ele, pra ver se ele pode fazer alguma coisa [...] algumas pessoas já estão tendo de volta a casa [...] mas ela ainda não tem de volta as condições econômicas né [...] ela não tem mais como plantar, como criar gado e um monte de particularidades assim [...] (Míriam, grifo nosso).<sup>28</sup>

Além do intuito de apagar a lama pela maquiagem nos Espaços Antigos, identificada pelas práticas de camuflagem, e da preocupação de “melhorar” o solo para possibilitar se eximir da responsabilidade de continuar provendo auxílio aos atingidos, uma **terceira possível intencionalidade** que emergiu dos relatos, a exemplo dos trechos a seguir, residiria nas tentativas de **afastamento** da ocupação humana que outrora produzia aqueles espaços. Esse intuito faz sentido considerando as práticas de expulsão apresentadas ao longo do capítulo e o controle em relação ao acesso e uso dos espaços.

Ali aquela, **aquele verde, aquele verde que eles plantaram ali, sabe qual o significado daquilo?** É o seguinte, que assim, aquilo, é pra pessoa **não realocar o local mais, porque, igual lá, eu mesmo** vou falar por si próprio né, (como) eu vejo lá. Porque a **intenção** deles é assim: planto **árvore** ali, **refloresto tudo e coloco segurança vinte e quatro horas pra ninguém tá acessando**, monitorando, e **pressionando as pessoas**, que é local, **não é local de moradia**, aí as pessoas **passa a ir menos** no local, **aí aquelas árvores cresce**, a pessoa **não pode cultivar na terra, se a pessoa cultivar lá é, ela desmatar, tem o meio ambiente que ela**

<sup>28</sup> Esta informação não faz parte dos dados da transcrição da entrevista. Foi obtida por áudio pela entrevistada Míriam por WhatsApp no dia 24/09/2022, após liberação da entrevistada do uso do áudio como dado da pesquisa.

**coloca** em cima da pessoa, **é um meio de desmotivar a pessoa de acessar lá** (Arthur, grifo nosso).

Todos esses impedimentos que eles fazem como também a própria própria forma como eles cuidam da região que foi que foi atingida ali, de fazer esse essa recuperação, **plantando aquele monte de árvore assim no meio das ruínas das casas né, eu acho que tudo isso aí dificulta esse acesso, essa identificação né do do dos espaços** ali que que foram um dia ali o distrito, as moradias das pessoas (João, grifo nosso).

[...] um mato cheio de de de estrepe, um mato de estrepe, **jogou lá aí nasceu aqueles matos todinho lá e você não consegue entrar no terreno** porque é cheio de estrepe. **Aí pra disfarçar**, aí jogou no campo, jogou tudo, cortou bastante o terreno [...] (Marina, grifo nosso)

[...] e tem aquelas folhas que tem uns **espinhos grandão que laça na outra**, se você passa **nela cê arranha todinho**, e **ela machuca, dói, pra gente não ultrapassar para lá e as plantas grandona que estão margeando a estrada**, mas **tampando tudo é para tampar o rio**, que essa semana, ontem, anteontem mesmo ele [rio] estava vermelho demais (Ludmila, grifo nosso).

Para a entrevistada Ludmila (grifo nosso), “Você vê que **é estratégico como que os negócios nascem lá [Paracatu]**. Tem um lugar que nasce mais um tipo de coisa, um outro lugar um outro tipo, e grama demais da conta, braquiária”. Enquanto foram identificadas, a partir dos dados das entrevistas, tentativas de **afastamento** da ocupação humana, outras formas de vida, espinhentas ou associada à beleza das flores também passaram a se manifestar. “Algumas foi a empresa que plantou, outras, aqueles que foi crescendo mesmo” (Eulália).

Enquanto os próprios destroços comunicam as marcas da destruição, os humanos deixam suas mensagens nos destroços, em tentativas de (re)ocupação dos Espaços Antigos, escrevendo nas ruínas o que é inteligível aos próprios humanos. Nos Espaços Provisórios, práticas discriminatórias também comunicam tentativas de afastamento de determinados grupos considerados externos aos espaços.<sup>29</sup> Novos encontros (vegetação-chuva-ruínas) possibilitam também mensagens de um (re)ocupar não-humano configurado a partir daquilo que floresce na produção desses espaços, como apresentado a seguir, e daquilo que é expulso.

<sup>29</sup> Os processos discriminatórios alteraram a criação de espaços de uso coletivo, intensificando o preconceito e a segregação entre comunidades nos Espaços Provisórios. “**Pé de lama**”, então, configura o apelido discriminatório que crianças da sede do município dão aos atingidos dos Espaços Antigos, que precisaram mudar compulsoriamente para os Espaços Provisórios. As práticas de discriminação e exclusão humana em escolas municipais da sede de Mariana lançam luz sobre dinâmicas de posse e disputa por aqueles espaços. Como apresenta o relato de Larissa (grifo nosso), “a partir do mês de Abril do ano de 2016 começa a ocorrer no município de Mariana uma situação muito, muito bizarra né? Nesse bairro, no Rosário, onde a escola do Bento tava instalada, começaram primeiro dentro da escola **começaram a ocorrer por exemplo as crianças do outro turno deixavam nas carteiras mensagens hostis para as crianças de Bento, é... eles eram chamados de “pé de lama”** ou coisas similares, é... mandavam ir embora do espaço deles, tinham situações assim, e **uma situação que foi agravando até chegar a um ponto em que os pais né moradores do Rosário fizeram um abaixo-assinado pedindo a saída das crianças** desse bairro”.



Fotografia 47 - Mensagem humana nas ruínas



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 48 - "Pé de lama"



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 49 - Pé na lama



Fonte: dados da pesquisa.

Os registros a seguir exibem fragmentos possíveis de serem observados na paisagem multiespécies pós-desastre, mostrando as diversas formas de vida na criação de Bento Antigo. Ao apresentar efeitos, costuras e intencionalidades das práticas abordadas neste capítulo, frisamos que, embora eles sejam articulados por um conjunto de organizações que validam interesses específicos de um grupo de humanos, nem todos os encontros e as formas de vida multiespécies que florescem ou murcham estão entrelaçadas pela lógica humana. Pelo contrário, emaranhamentos mais que humanos podem prosperar independentemente do pleno controle ou das intenções humanas.

Fotografia 50 - Forma de vida “espinhenta” em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 51 - Formas de vida multiespécies em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 52 - Formas de vida multiespécies em Bento Antigo II



Fonte: dados da pesquisa.

Das diversas espécies de vegetação que foi possível observar e registrar em Bento Antigo, uma que nos chamou a atenção foi a mamona. A propagação das mamonas afeta o solo, as pastagens e todo um conjunto multiespécies que incluem formigas, fungos, humanos e suas simbioses. O encontro mamona-ruínas-animais leva à toxicidade na formação dos Espaços Antigos e comprometeria a saúde de animais, intensificando a destruição. A mamona, cujo nome científico é *Ricinus communis* L., é da família das Euforbiáceas. Ela

geralmente habita áreas perturbadas pela ação humana, é frequente no Pantanal e teria se espalhado neste bioma como **impureza de sementes de braquiárias**. Pode ter se propagado nos Espaços Antigos também pela impureza dessas sementes, plantadas pela Renova. Algumas substâncias ativas das mamonas possuem ação fungicida e efeitos tóxicos em formigueiros, servindo como inseticidas. As formigas, em simbiose com um fungo, são importantes na fertilização e aeração do solo. O corte de folhas serve de substrato para que o fungo se desenvolva. Se ele regredir, o formigueiro morre (EMPRAPA GADO DE CORTE, acesso em set. 2022; LIMA; PEIXOTO, 2010).

A mamona também é considerada tóxica em pastagens. O consumo das folhas por bovinos leva à morte dos animais, sendo caprinos, equinos, suínos, aves, entre outros, também sensíveis à ingestão da mamona ou de alimentos que sofreram adição de sementes ou de resíduos da planta (APRENDA FÁCIL EDITORA, c2002-2022). Quando afirmei à entrevistada Ludmila que não sabia que a mamona poderia destruir as próprias ruínas, ela respondeu: “É, e eucalipto também, **apareceu eucalipto demais da conta lá, muito eucalipto**” (Ludmila).

Fotografia 53 - O encontro da mamona com as ruínas em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

[...] e mamona, que mamona quando você joga nas ruínas né, que nas ruínas que a gente achou muito, à medida que ela vai crescendo a raiz dela vai aumentando e vai quebrando tudo né, o que está pra cima. Então a gente presenciou muito isso lá [...] muitas ruínas estragaram e o mato agora toma conta, você não vê mais nada, está bem alto [...] (Ludmila, grifo nosso).

Ao avistar e fotografar pés de mamonas em Bento Rodrigues, não fiz a associação entre as mamonas e a destruição. Elas se proliferaram nos Espaços Antigos com potencial de modificar as pastagens de animais, o solo, a vida de insetos e as relações de mutualismo deles

com fungos, destruindo não apenas uma população de formigas, por exemplo, mas um conjunto de simbioses e a contribuição dessas relações para a fertilização do solo. Ao perguntar à Ludmila se a mamona pode destruir as ruínas, a partir da resposta, percebi que uma nova pequena coordenação poderia surgir com potencial destruidor. Como relata Ludmila (grifo nosso), “[...] na hora que ela entra debaixo da, eu se por acaso, é que [...] mas se um dia eu for pro lado de lá e detectar isso eu tiro foto pra você ver. **É muita [mamona]**”. Com as mamonas, o apagamento da lama parecia se intensificar, juntamente com as possibilidades de camuflar as ruínas e de modificar simbioses de vidas não-humanas na produção dos Espaços Antigos.

Fotografia 54 - Mamonas e árvores em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

As práticas de camuflagem dão vida a emaranhados mais que humanos a partir da definição de quem fica e quem vai. Essa definição para reorganização dos espaços tem sido feita por um grupo humano específico que determina o que é importante, quem é desejável e o que deve ser camufladamente silenciado. A criação dos Espaços Antigos é, portanto, permeada por relações de poder materializadas (TAYLOR, SPICER, 2007) para manter uma determinada configuração de convívio e de manifestação de experiências humanas, a partir do uso de elementos não-humanos (dique, braquiárias) que validam a criação do espaço desejado. Isso porque a paisagem remete a um ‘conjunto de assembleias’ (TSING, 2019, p. 156), ou fragmentos nos quais um **emaranhado** de mundos sociais, humanos e não humanos, vivos ou não, estão em praticar conjunto.

“[...] Quando a empresa ela ela faz um **processo de maquiagem** do do meio ambiente né **essa camuflagem das ruínas camuflagem do rejeito** que ficou **depositado** no meio ambiente, na verdade, o **que ela tenta fazer é apagar a memória do crime**, né” (Larissa,

grifo nosso). Apesar de todo o apagamento das “marcas da lama” e da remoção de parte do rejeito, a poluição não foi desfeita e a destruição é visível. Nem o rejeito foi plenamente removido nem as ruínas, embora camufladas, foram totalmente apagadas.

[...] eles **plantaram só esses matos, mato, esses mato** que acho que **só eles que pega na [...] na grama**, ah, pega **na lama [...]** A **lama continua lá**, agora só no [terreno] do **fazendeiro** lá que **tirou a lama todinha** e colocou num lugar assim, **mas na beira do rio, se o rio encher a lama desce pro rio entendeu**, a **lama desce pro rio...** (Marina, grifo nosso).

[...] **aquela lama é irremovível em muitos lugares, irremovível, você não tem como tirar aquilo**, que pra você tirar aquilo você vai **causar um dano ainda maior**, porque você vai **remexer em rejeito, que já estabilizou no fundo**. Ele **nunca estabiliza completamente**, ele fica ali **minando**, mas de qualquer forma tu vai encagassar tudo, ia ter que virar o fundo do rio, então é assim, é um **desastre daqueles assim, auto renovável, com uma potência sabe [...]** Eu dou a cara a tapa assim, eu aposto o que você quiser como não vão [retirar o rejeito], que aquilo ali vai ficar o grosso, pesado, do rejeito vai ficar, tira de beira de estrada, tira de Bento Rodrigues inteiro? Não vai tirar, vai tirar do leito do rio Gualaxo? **Como é que vai limpar o fundo de Candonga? Até agora não limparam** sabe (Amanda, grifo nosso).

Muito embora a camuflagem possa maquiagem a destruição nos Espaços Antigos, sobretudo sob um olhar estrangeiro, e dos efeitos dessas práticas dificultarem avistar nitidamente as ruínas em meio ao verde da vegetação no momento da visita guiada, pode-se argumentar que, dado o tamanho da destruição, mesmo com a passagem do tempo, os destroços persistem. Como afirma o entrevistado Marcos (grifo nosso), “podem plantar as sementes, **mas o retrato da destruição tá lá**”. Os registros fotográficos do capítulo buscaram reiterar que, mesmo diante das empreendidas das mineradoras para apagar a lama no decorrer do tempo, a destruição ainda é notada nos encontros entre ruínas, braquiárias e a lama que resiste ao tempo e revive na presença da chuva. Apesar da camuflagem, ainda se pode enxergar e viver a destruição nos Espaços Antigos. A maquiagem não é suficiente em um contexto “muito feio” (Amanda), como apresenta o relato a seguir.

[...] **não quer ver o estrago, a destruição que eles fizeram**, que fique sendo **lembrada** o tempo inteiro né. Aquilo é péssimo pra qualquer reunião de marketing, **imagina o boletim de sustentabilidade** da Samarco com um monte de ruína! Não dá né, aquilo ali era [...] literalmente **maquiar** a coisa né, porque é muito feio, **mas não tem jeito sabe, ali realmente por mais que eles botem grama sabe, pintem, que, que... não tem cara, porque é muito grande a destruição, é muito grande** (Amanda, grifo nosso).

Diante da magnitude da destruição causada pela primeira onda de lama, encontra-se apenas ruínas e vegetação em Bento Antigo. Isso faz com que a existência humana encontre hostilidade para continuar ocupando Espaços Antigos, como apresenta o seguinte relato. As práticas de camuflagem, assim, configuram-se também como **práticas de expulsão**, na

medida em que produzem espaços caracterizados pela ausência de “infraestrutura mínima” (Renato) para um viver humano. Essas práticas não apagam completamente o rejeito e as ruínas, afastando a ocupação humana.

[...] só tem rejeito lá, **só tem rejeito e mato** [...] a minoria já não vai passar no [Bento] Antigo mais, vai **enxergar só Mariana como ponto de referência**, não vai ver lá mais como ponto de referência e vai só diminuindo [...] aquela minoria lá no antigo, e vai chegar um ponto [...] acredito que a empresa vai **colocar um cercamento no futuro e deixar a vegetação subir pra fechar tudo e ninguém vai poder mais** [...] a pessoa vai chegar lá e vai **desanimar**, ver aquele montão de mato, fazer o que no mato? (Arthur, grifo nosso).

Antes do humano considerar (re)ocupar as ruínas mesmo diante da destruição e da camuflagem nos Espaços Antigos, os atingidos precisaram se deslocar desses espaços para os Provisórios, efeitos que abordamos no próximo capítulo (segunda onda de lama). A escolha pelo deslocamento não foi uma opção para os atingidos, compulsoriamente removidos para a sede de Mariana. A lama constitui o elo relacional que deu vida a novas coordenações ao **obstruir outras**.

Enquanto a lama foi um elemento não-humano que dificultou a ocupação humana nos Espaços Antigos, deu-se lugar aos diques, às braquiárias, às modificações nos ecossistemas e aos seus efeitos. A primeira onda de lama provocou uma aproximação de alguns animais dos Espaços Antigos e o afastamento de alguns humanos. Dificultou uma ocupação sem contaminação e, para os humanos, “quem ficou nas áreas de origem, **já não tem as mesmas pessoas pra conviver**, as formas de trabalho mudaram, **trabalhar sobre a lama requer outras tecnologias que eles desconhecem**” (Murilo, grifo nosso).

##### 5.5. O POTENCIAL DESTRUIDOR DA LAMA: ESCALANDO AS MARCAS DA TRAGÉDIA?

Em um contexto no qual decisões humanas e também encontros mais que humanos - do rejeito com a chuva por exemplo - podem alterar a configuração do que pode reviver, morrer ou crescer no espaço, **a lama se torna vívida novamente** em temporada chuvosa. “[...] então, o que eles, o que acontece? **Quando chega o período chuvoso que a o nível do rio ele eleva, ele vai jun..., vai levar o rejeito novamente pra dentro da água**, do do rio” (Larissa, grifo nosso).

Como relata Amanda (grifo nosso), “[...] E aquela lama lá, **ela vai sempre ressuscitar**, tá além do poder deles, porque [...] tem uma quantidade impossível de tirar ali, **de lama** [...] sempre que chove, ela acorda, ela escorre pra dentro do rio”. Para evitar que isso ocorra, a mineradora construiu a contenção de pedras que apresentamos no início do capítulo,

na estrada de acesso, para reter a lama. Neste contexto, mesmo quando se busca frear ou apagar a lama, elemento não-humano central à análise, ela ganha vida própria e se modifica independentemente da ação humana, por isso a associação que a entrevistada faz com um “monstro mutante”, como relatado a seguir, “porque é, a **lama**, ela é muito instável né, **ela acorda, ela adormece**, então ela tá toda hora com uma coisa” (Amanda, grifo nosso),

[...] às vezes ela [onda de lama] **tá dura que nem concreto**, aí cai uma gotinha ou há um deslocamento, **aí ela vira areia movediça sabe, e isso vai mudando mesmo assim**, em questão de **horas às vezes, de dias sabe, ela vai avançando mesmo sobre a paisagem, mesmo depois do desastre** [...] e ainda tinha esse detalhe, a outra né é a profundidade, o espalhamento, diferentes diferentes tipos de terreno, então é um monstro mutante mesmo, porque aquele bicho ali, **você tá, a gente às vezes tava andando em cima de de destroços né, parecia duro duro duro, na mesma hora fazia “flup”...** (Amanda, grifo nosso).

Este “monstro mutante” (Amanda) ressuscita no encontro com as águas da chuva, do rio, com a casa, e com outros elementos mais que humanos que deixam marcas na formação da paisagem. E esse “bicho” (Amanda) mutante engole, mata, absorve e transforma os elementos que encontra pelo caminho, assim como é transformado por esses elementos, que passam a fazer parte da onda, alterando um conjunto de relações.

A lama, a cada vez que “acordava”, tornava vívidas as memórias de uma destruição mais que humana que tem se propagado através das ondas de lama pelos espaços e também sentidos. “Não tem mais espaço **pra nada lá, dá uma chuva lá é barro puro, o chão tá poeira pura**, (esse trem) **destrói a gente**” (Márcia, grifo nosso). Olfato, visão, audição, tato, paladar. Os sentidos faziam lembrar que “[...] a lama parecia um grude” (Marina). A percepção da destruição causada com a chegada da lama foi apresentada também em outros relatos, a exemplo dos que seguem.

Acho que foi no outro dia que amanheceu, eram umas 4 ou 5 horas da manhã que a gente ficou na **parte alta que não foi atingida**, que a gente esperou o dia **clarear pra ver** a destruição. A gente [atingidos] **viu** que “Nossa”, “Meu Deus”, e a noite inteira também a gente **escutava o barulho** das coisas caindo, **aquele odor horróroso**, os animais que **gritavam** (Márcia, grifo nosso).

Quando elas [comunidades] **ouviram, porque dizem que a lama** [...] que quando a lama vinha descendo pelo Gualaxo do Norte ela fazia um **barulho estarrecedor**. Aquele **barulho de que tá quebrando tudo, que tá arrasando com tudo** (William, grifo nosso).

Ó, lá em Paracatu quando teve a tragédia né, ficou **aquele negócio vermelho, aquela cena feia** porque quando **a lama foi embora** é a mesma coisa que **esvaziar um tanque, então ela foi arrastando** [...] (Ludmila, grifo nosso).

**A lama continuamente pode ressuscitar seu potencial destruidor**, seja ele representado por práticas de descaracterização, silenciamento, afastamento, ou de camuflagem. Na construção de barreiras e de diques; no encontro das braquiárias com as

**ruínas** que, mesmo apagadas, **sobrevivem**, apesar da camuflagem, que não apaga por completo as marcas diante de tanta destruição.

Nos Espaços Antigos enxergamos, além de destruição, a propagação discursiva da segurança e da higiene, porque a lama, embora não retirada completamente, às vezes tem sido “limpa” pela Renova em espaços de uso coletivo. “[Em Paracatu] A Igreja tá **em pé**, às vezes faz missa, porque eles **limparam um pouco né, da lama**” (Eulália, grifo nosso). A igreja, neste sentido, está parcialmente viva parcialmente silenciada, uma vez que se encontra “em pé”, mas as práticas anteriormente frequentes se tornam esporádicas.

Durante a visita guiada em Bento Antigo, não pude ver o quão destruídas as igrejas foram, o quanto de lama ainda permanecia no interior de cada uma delas. **Estavam cercadas**, fechadas, como apresentado nas imagens a seguir. Tapumes foram inseridos tanto na Igreja das Mercês quanto na de São Bento, que “foi ao chão”.<sup>30</sup> Por mais que as igrejas ainda sejam eventualmente utilizadas para celebrações, não foram completamente destruídas, mostrando as marcas da tragédia. Como relatou João, “ela [igreja em Paracatu] tá com as paredes assim toda, as marcas [...] **não foi feita uma pintura** ou uma reforma **na igreja só tirou a lama** [...] acho que só limpou o piso, para **não sujar** quem sentar”.

Fotografia 55 - Igreja das Mercês em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.

<sup>30</sup> Esta informação não faz parte dos dados da transcrição da entrevista de Larissa. Foi obtida por conversa de WhatsApp em 18/10/2022.



Fotografia 56 - Igreja de São Bento em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa

As igrejas nos Espaços Antigos mostram, neste sentido, como a lama não constitui apenas uma soma de destroços com rejeito, mas evoca **memórias e sentimentos** pelas marcas daquilo que deixou e que levou, como apresentado nos relatos a seguir.

[...] o Paracatu velho [...] tem a **igreja** que foi lama até o teto, **só não tá no chão porque não pode** (inint.) **tem que deixar** [...] **lembrar** ne, e é a Igreja, [...] destruída, onde a gente [...] tem umas 3, 4 casas pra cima lá onde não foi atingido, é o que tem lá é isso (Márcia, grifo nosso).

[...] tem atingido **que queria que a igreja fosse limpa que ficasse é disponível lá para para para população que está por perto lá usar**, outros que não quiseram que quer **manter a igreja lá como um símbolo** [...] **com as marcas do da da tragédia** [...] outros já vem aquela marca ali com uma coisa também **que traz as lembranças ruins** [...] você entra na igreja **é um sentimento muito pesado** assim daquele **ambiente sujo** sabe assim, **as marcas da lama tão ali**. Não sei até quanto quanto isso pode ser uma marca positiva assim, uma **lembrança** não é de **do que é foi o tragédia mas também o quanto que isso afeta negativamente** as pessoas quando elas vão ali sabe? (João, grifo nosso).

As lembranças dos atingidos estão proximamente relacionadas ao **quão vívida está a lama**, às marcas que permanecem ou que são apagadas dos Espaços Antigos. Aproximar-se ou se distanciar do contato com a lama, deixar-se afetá-la mais ou menos por ela, em relações mais que humanas (dos atingidos com a lama, com a igreja), é escolher individualmente vivenciar o luto de formas diferentes.

Embora tenham aqueles que pensam que “o crime **tinha que ficar lá mesmo do jeito que estava** pra mostrar, ser **lembrado**, pro povo ver” (Márcia, grifo nosso), alguns não aguentam a dor de rever as marcas da lama presentes nos Espaços Antigos, que parte dos atingidos opta por ocupar. Cada atingido vivencia diferentemente, portanto, o desejo por um grau distinto de retirada da lama considerando o quanto pode lidar com o efeito que as marcas da lama despertam. Assim, percebe-se pelos relatos que alguns querem apagá-la para sofrer

menos, enquanto outros fazem questão de não apagar a lama **para que o desastre não seja esquecido**.

Para alguns, a dor leva a um afastamento dos processos de reparação e compensação, enquanto para outros é importante manter o vínculo com os Espaços Antigos, ocupar as ruínas mesmo com a lama e o que ela representa, inclusive por ser um elemento que os conecta com a história. Como Márcia afirmou, “Meu irmão mais velho mora lá [Paracatu de Baixo], não sai de lá por nada”. Neste caso, a dor é canalizada em (re)ocupação, ação, tentativas de participação, protagonismo na luta. O luto leva à luta.

Cada atingido tem, portanto, seu modo de lidar com as perdas, o que interfere no desejo de **proximidade ou distância** com tudo que remete ao desastre, os Espaços Antigos, a lama. Conforme pontuou Míriam (grifo nosso), o “metabolismo” de cada um varia ao sentir o luto. Nas palavras da entrevistada, “[...] A gente vai se adaptando, é, né, de acordo com a a o **metabolismo** de cada um [...] **é mais um processo doloroso do que tem algum avanço**”. Em um contexto de luto, a esperança tem sido também depositada nos Espaços Novos e na possibilidade de reconstrução em outros espaços, com a possível superação do luto. O tempo é um fator que altera essa percepção, no entanto, porque existem dificuldades decorrentes da mudança para Espaços Provisórios, incertezas e uma espera prolongada quanto à entrega das casas nos Espaços Novos que parecem intensificar o luto e a própria destruição, como mostramos nos próximos capítulos.

Nas palavras da entrevistada Márcia “[...] o povo lá o povo de Paracatu não morreu ninguém fisicamente falando, mas [...] psicologicamente falando. Eu acho que morreu até nos anos depois, mas o psicológico ele mata a gente aos poucos, não é verdade?”. Ela prossegue: “Acho que foi isso [morte por problemas psicológicos] que aconteceu com meu pai e com muitos atingidos de lá [Paracatu de Baixo] [...] **É assim que funciona, esperar, e enquanto isso muita gente se vai**, a gente vai entrando em depressão [...]” (Márcia, grifo nosso). Outros relatos neste sentido são os seguintes,

E tem outra coisa também que **me deixa muito sofrimento**, tristeza na gente [...] aí a **Renova trouxe ele pra Mariana que ele perdeu a casa também né [...] foi levada pela lama**, e aí trouxe pra Mariana **só que começou beber, beber, beber, beber, aí a mulher dele achou melhor lá na roça, aí levou, conseguiu uma casa lá na roça, aí levou ele para lá, ele bebia**, ela falava comigo que ele escondia a garrafa na moita de bananeira sabe, a garrafa de cachaça e eles chegaram a reunião e dava aquela crise, ele desmaiava, a gente passou um aperto danado com ele e falaram que queria a casa dele mais rápido que podia, podia ser dois cômodos, podia ser um barraco, **queria a casa dele [...] Na semana de entregar a casa ele morreu, aos 57 anos, aí ele foi faleceu na semana de entregar a casa**, aí não teve jeito morreu (Márcia, grifo nosso).

Agora não tem mais como, porque o a maioria dos pessoal, é... através [...] do tempo, do tempo que passou, muitos mudaram o pensamento, tiraram a vista de lá, muitos não tem o mesmo interesse mais [...] lá [Bento Antigo] é uma minoria, hoje muitos já compraram casa em outros locais, muitos já tão morando lá no cemitério lá, **já tá morando para sempre lá, muitos adoeceu, muitos tão doente de problemas psicológicos** [...] (Arthur, grifo nosso).

As igrejas, para comunidades cuja fé na vida tem sido amparada na religião, representam mais do que a possibilidade de celebrar missas. Elas são um espaço de conforto onde atingidos buscam ativar a força interior e não morrer a cada dia, sobretudo para os idosos, já ao final do ciclo. Marina relatou que ao frequentar reuniões “sentia que as pessoas mais idosas muito cansada e falando ah não tem jeito não, aí eu não tô aguentando mais essa vida mais não. Os pessoal fala que não tá aguentando [...]”. Outros relatos como esse, relacionados às situações que os atingidos enfrentam ao longo da reparação, estão agrupados na subcategoria **Cansando, estressando e entristecendo o atingido**, pertencente à categoria **A condição de atingido e a luta coletiva**. A subcategoria não foi esmiuçada na tese porque está centrada majoritariamente no humano.

**Apagar ou não as marcas da lama?** Se, por um lado, retirar a lama pode levar às possibilidades de uma vida não-contaminada, por outro, ela expõe o desastre para que não seja esquecido, resgata memórias daquilo que foi e do que deixou de ser vivido. **O apagamento ou não da lama**, no entanto, trata-se não somente de uma escolha, mas da **manifestação das relações de poder na formação** dos Espaços Antigos. Quem está habilitado a produzir lama? Quem legitima a produção da lama, seu apagamento ou a direção do percurso permitido que ela siga?

Tanto em relatos dos atingidos quanto em conteúdo midiático, a lama é entendida como vilã, resgatando conotações negativas, desde sujeira às lembranças de um tempo sem lama. A presença material da lama influencia antigas práticas das comunidades. Ir à missa em uma igreja com lama, por exemplo, traz memórias negativas, e pode ser uma experiência desagradável. Cultivar em um solo com ainda com rejeito se mostra arriscado. A presença da lama também afeta a escolha da moradia nos Espaços Novos (como nos reassentamentos familiares). A casa pode ser construída em “um nível mais alto, mas **no mesmo local atingido, e inclusive com a presença da lama lá ainda** [...] que a gente [família da atingida] rejeitou totalmente” (Míriam, grifo nosso). O incômodo de conviver com a lama decorre dos significados que ela evoca: destruição de sonhos, “lembranças ruins” (João), mal odor. Conforme relata Míriam, embora alguns tenham **aceitado** viver “[...] com a presença da lama”, para a família dela isso era completamente rejeitado.

A chegada da lama é associada, ainda, à alteração da cultura, à destruição das relações sociais nas comunidades, à morte dos Espaços Antigos. Como Márcia afirmou (grifo nosso), “[...] **essa lama [...] a gente tinha uma cultura muito diferente [...] o povo não une mais não, não se reúne mais não [...] desuniu tudo, o povo desuniu [...] 6 anos é muita coisa**”. Para Marcos (grifo nosso), “Paracatu de Baixo **antigo morreu [...] E o Paracatu de Cima perdeu também a sua origem** é porque a gente vivia com a comunidade de Paracatu de Baixo, **a gente era uma comunidade só**”. Em Bento Antigo, nas palavras do entrevistado Edson (grifo nosso), “É igual eu falei com você, **foi uma cultura que foi extinta**. Eu sou uma pessoa da área cultural já, pensei que jamais ia ver isso na minha vida, viver isso, **ver uma cultura ser extinta**”. Diversos outros relatos sinalizam a desunião das comunidades, mencionamos alguns a seguir.

Um exemplo é a **própria comunidade Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima**, as duas comunidades não, **eram uma só, era a mesma comunidade e elas foram divididas**. Processo diferente, **hoje tem briga por exemplo, pessoal de Paracatu de Baixo não aceitar que o cemitério, que era compartilhado o uso**, o pessoal de Paracatu de Cima não pode usar o cemitério de lá. **Então tem umas confusão sem ideia [...] quando Paracatu de Baixo foi destruída a comunidade de Paracatu de Cima perdeu a referência do cemitério, referência da igreja, referência da escola, e onde que essa comunidade vai se apoiar? [...] houve desde o início, houve essa divisão por parte da empresa, [...]** (Murilo, grifo nosso).

[...] as pessoas de Paracatu de Cima cuidava da igreja, do cemitério, a gente usava os mesmos equipamentos públicos, toda benfeitoria que ia fazer nesses bens igreja, cemitério, Casa São Vicente quem tomava a frente era a comunidade de Paracatu de Cima, e Paracatu pertencia ao distrito de Monsenhor Horta, inclusive Paracatu de Cima [...] houve **um racha né [...] Era uma comunidade só, com o rompimento e tal teve esse racha Paracatu de Cima [...] lá era uma comunidade só [...]** (Marcos, grifo nosso).

[...] **foi a Renova que fez essas bagunça toda, é, Paracatu de Cima é Paracatu de Baixo, os pessoal estudava lá, é é o poço era lá Paracatu de Baixo, então não tinha essa separação não, foi a Renova que fez essa bagunça toda. [...] antes não era isso aí, é mas é a empresa que faz essa bagunça toda, é eles que provoca essas bagunças. Igual quando eu tava numa reunião lá na roça, a funcionária de Renova falava uma coisa comigo chegava lá [na comunidade] [...] falavam outra coisa [...] se eu não dava uns grito lá [na reunião] os pessoal virava tudo por cima tudo contra eu, porque eles nunca eles sempre fazem aquelas coisas pra virar aquela aquela discussão, [...] dar briga entendeu, pra desentender** (Marina, grifo nosso).

**Desuniu o povo, desuniu o povo, porque o povo [...] acabou que, muita gente demonstrando mais interesse no dinheiro, essas coisas, valorizar mais o dinheiro [...] desuniu bem o povo, eu acho que pra eles [mineradora] né o atingido desunido é melhor** (Márcia, grifo nosso).

[...] todo mundo conhecia todo mundo, **todo mundo era unido, era uma força e tanta né?** E aqui, **nós não tem força nenhuma [...]** anda vulnerável [...] não tem mais confiança, né, e num lugar pequeno você acaba sendo uma família no lugar, **porque os vizinho acaba sendo parente [...]** (Arthur, grifo nosso).

Foi a festa de São Bento esse ano, **já foi pouca gente**, eles [os que resistem] fizeram uma festa aqui **em Mariana, na sede do município, cê vê que nem a igreja foi lá celebrar a festa de São Bento em Bento Rodrigues, né, fazer uma celebração lá**

**na na, no dia de São Bento lá.** Quem fez lá foi algumas pessoas que resistem... até aí você já vê **a divisão da comunidade**, a questão da cultura [a tradição de celebrar a festa de São Bento] (Edson, grifo nosso).

A chegada da primeira onda de lama parece responsável pela desunião da comunidade de Paracatu, como apresentaram os relatos. Argumentamos, no entanto, que o que **“Desorganizou a população toda do local”** (Arthur, grifo nosso) não foi o desastre em si, mas a **descontinuidade** dos laços comunitários pela forma como os espaços têm sido **organizados** após o rompimento da barragem e pela **continuidade** de práticas danosas com o passar do tempo.

A **primeira onda de lama** não se trata de uma mistura de mero rejeito, água e outros componentes com potencial contaminante. O que gostaríamos de ressaltar aqui é que o **apagamento da lama** não diz respeito apenas à lama, à relação entre um grupo de humanos na condição de atingido e as ruínas. Ele é mediado pela Renova, a partir das **práticas** que incluem elementos não-humanos e seus efeitos, em articulação com o entendimento de membros que representam órgãos públicos oficiais. Nas palavras do entrevistado Gabriel (grifo nosso), “Eu acho que tem que haver **uma preservação daquilo que foi destruído** [...] Do que restou [...] uma **memória do dos fatos**”. Defende-se a preservação de ruínas em Bento, ao mesmo tempo que se percebe que os espaços trazem “[...] lembranças ruins” (João).

E, **ao contrário da mineradora que tem essa tentativa de se apropriar né**, o que a gente entende é que Bento Rodrigues hoje é **registro do maior crime ambiental do país**, então **preservar a ruína**, preservar a memória do **Crime, ao contrário de apagá-los** como a **mineradora** faz (Larissa, grifo nosso).

[...] acho que Bento sim, **tinha que ser um monumento a destruição ali pra lembrar, e o Brasil tem memória curtíssima, precisa ficar ali sendo lembrado o tempo inteiro**, mas você não vai fazer isso com uma uma área de 100 km só de comprimento né, ao longo de 100 km, é claro que isso é uma maluquice, você tem que tornar esse lugar o mais decente possível, o que você conseguir, se não der pra tirar toda lama, que pelo menos realmente, dê um jeito nela [...] (Amanda, grifo nosso).

Para onde a lama está seguindo? Se ela foi fruto de relações assimétricas e de uma participação social arruinada, se trouxe ruínas e as ruínas são camufladas, a lama foi completamente apagada? Percebemos o papel central da Renova na reorganização dos Novos Espaços e nos apagamentos da lama dos Espaços Antigos, mas um conjunto de organizações existe para validar essas práticas.

[...] o que acontece também é uma convivência da sociedade e do poder público, porque tudo o que a Samarco fez, **ninguém pode dizer que não foi dentro da lei não, foi dentro da lei, e eu acho muito injusto, isso é injusto mesmo, não que a empresa e seus funcionários e que gestores né não deveriam ser punidos pelos atos que eles tiveram, mas cadê quem fiscalizou e autorizou que não foi também processado?** Como o **poder público** não foi processado? Porque **aquilo foi tudo licenciado, então é, é, é inacreditável que essas pessoas também não tenham**

**sido indiciadas.** E que continuem. Quem autorizou a empresa [...] porque só eles têm o **estrutura pra fazer isso.** Não, eles têm o **dinheiro,** você pega o dinheiro deles e subcontrata alguém pro estado fazer isso sabe, e não foi isso que aconteceu. Então, realmente, deram é... a **a empresa tem lá a culpa dela, tem.** Mas eu acho que o poder público é pior, a **a culpa do poder público, a responsabilidade é muito maior, porque ele deveria defender os direitos da sociedade,** e não foi isso que ele fez, foi muito omissivo, muito **omisso. Omissivo sendo gentil né,** o termo, um eufemismo pra o que, como funcionou a coisa (Amanda, grifo nosso).

Neste contexto, “os **3 poderes são omissivo né,** são **coniventes** e acaba **transformando as vítimas em criminosos porque nós somos [atingidos] os punidos até hoje** dentro desse processo” (Marcos, grifo nosso), muito embora essa conivência também seja muitas vezes discursivamente camuflada como se não houvesse alternativas às mineradoras ou elas estivessem coibidas de agir, como mostra o relato a seguir.

Na realidade eles [empresas] **ficaram coibidos de fazer muita coisa,** né, depois é que os órgãos foram **flexibilizando pra eles poderem tomar as medidas,** mesmo assim porque a **Justiça foi entrando e obrigando,** ó, vocês têm que tomar **medidas de proteção,** vocês têm que fazer isso, vocês têm que fazer aquilo... **aí eles começaram a fazer,** porque até então **eles não podia pôr a mão em nada.** Pra você ter uma ideia, Bento é considerado pelo Ministério Público de Mariana, estadual, **como área de crime** (William, grifo nosso).

A retroalimentação da atividade é pautada, assim, pela justificativa de segurança e de medidas de proteção que as empresas devem adotar a partir de determinações judiciais, como se não houvesse uma série de descaracterizações e imposições na criação dos Espaços Provisórios; bem como descumprimentos legais de prazos na construção dos Espaços Novos, como abordado nos capítulos seguintes. Ao longo da análise passamos a enxergar **o potencial destruidor da lama** não apenas nos Espaços Antigos. O desastre pareceu, então, renovar-se. As ações que promoveriam uma reorganização dos espaços após o rompimento acarretam uma desorganização de elementos perturbados não apenas pelo desastre, mas pelos efeitos de práticas pós-desastre. A lama adquiriu uma potência não visualizada no início do estudo. Passamos a compreender melhor a lama ao estender seu potencial destruidor pela continuidade de determinadas práticas nos Espaços Provisórios e Novos, como abordado nos próximos capítulos.

## 6. A SEGUNDA ONDA DE LAMA (ESPAÇOS PROVISÓRIOS): “CADÊ A ÁRVORE”?

Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça  
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça [...]

Trecho da música Da lama ao caos (CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI, 1994).

Após enfocarmos no capítulo anterior a primeira onda de lama, que atravessa os Espaços Antigos, neste capítulo, analisamos a **segunda onda de lama**, que passa pelos Espaços Provisórios, em destaque no marcador de cor amarela dentro desse recorte, a sede do município de Mariana, como apresentado a seguir (Mapa 4).



Fonte: elaborada pela autora

Interpretamos aqui que a destruição trazida pela lama não teve consequências apenas sobre as comunidades atingidas (Bento Rodrigues; Paracatu de Baixo e Zona Rural). Conforme aponta Gregório (grifo nosso), “dentro do município, na sede, impactou muito né, na [...] enfim, mexe com a dinâmica total do município. E e a gente está vivendo uma **reorganização forçada do espaço** regida por uma **tragédia**”.

No processo de adaptação dos atingidos nos Espaços Provisórios, adaptação relatada como “imposta” e “forçada”, dificuldades, conflitos, luta e formas distintas de lidar com o luto foram relatadas (Márcia, Míriam, entre outros). Acerca das dificuldades de adaptação na sede, a entrevistada Márcia apresenta a importância de Paracatu Antigo como “habitat”, relatando que “[...] tirou a gente onde a gente é o nosso **habitat**, colocou num outro lugar, talvez **alguns** sobrevivam [...] nem todo mundo tá sobrevivendo [...] o atingido ele vive, **só vive, a gente tem que viver**, só isso (Márcia, grifo nosso). Ela destacou a “morte psicológica”, o adoecimento pela perda das práticas que caracterizavam um modo de vida específico dos Espaços Antigos.

Embora a lama não tenha concretamente chegado à sede de Mariana, a **primeira onda de lama** levou àquilo que surgiu nos dados como **uma segunda onda de lama**, decorrente

dos efeitos da primeira onda. Dos relatos, percebemos como o rompimento da barragem alterou as relações sociais e organizacionais no que denominamos de Espaços Antigos, Provisórios e Novos, levando a mais destruição. Podemos dizer, neste sentido, que o **rompimento está vivo** e, conforme aparece nos relatos, parindo novos filhos a cada dia. Filhos **contaminados**. E por isso a **toxicidade** da lama está em movimento. O relato a seguir traz essa ideia. Aqui os efeitos destrutivos são traduzidos por práticas de descaracterização de uma praça local centenária.

Mas é tem algo aí de dentro desse aspecto que tem muitas coisas que é que após o rompimento da barragem que **não tinha a ver com o rompimento e passaram a ter, então cê vai vai é é eu digo que o rompimento da barragem ele ta vivo e parindo filhos a cada dia**, cada dia que passa o rompimento da barragem de Fundão **pare um filho e pare um filho contaminado**, e pare um filho com **capacidade destrutiva** então é é preciso entender **qual o parentesco** dessas dessas coisas que a gente está estendendo o braço com o rompimento da barragem de Fundão [...] Por exemplo a a o rompimento da barragem de Fundão **pariu a Renova** (Samuel, grifo nosso).

Importante ressaltar que, embora os Espaços Provisórios estejam intimamente ligados aos Espaços Antigos e que a maioria dos entrevistados aqui já tinha alguma ligação com a sede, a mudança de habitação de atingidos dos Espaços Antigos para os Provisórios foi compulsória e a sede precisou comportar esse contingente populacional, o que levou à (re)organização das relações sociais nesses espaços. Destacamos a seguir alguns dos relatos que mostram a compulsoriedade e alguns efeitos dessa mudança.

[...] é importante lembrar sempre que a gente tá falando de deslocamento **compulsório de população né**, então essas pessoas agora, então, a gente pode falar em reorganização do espaço, ou impacto desse processo de reparação aqui em vários sentidos. **O primeiro deles é a retirada de uma população da área de origem com deslocamento para a sede do município né, pessoas que viviam em 2 é distritos foram completamente, é os distritos foram completamente destruídos e essas pessoas foram foram trazidas para cá**, nós estamos falando alguma coisa perto de 500 famílias mais ou menos, 500, 600 famílias, **então você imagina o impacto que isso gera para essas famílias e por conseguinte na sede do município né**, que recebe 500 famílias da noite para o dia assim, todo esse processo, essa reorganização, importa dizer que **isso impactou e muito por exemplo nos serviços né, que o município presta, serviço de saúde, ficaram todos inchados**, inflados de uma hora para outra com a chegada aí de 4, 5000 pessoas da noite para o dia no município assim, e tendo que morar, enfim, **criou-se um sufoco** (Gregório, grifo nosso).

Foi uma **mudança forçada**, eles não queriam [...] Então você tinha por exemplo, Bento que era uma comunidade urbana, reconhecidamente urbana, mas com características rurais [...] **mudou o modo de vida**. A pessoa tinha uma casa bastante simples, é a maioria dos casos um andar só, era acessível, tinha uma **área de cultivo**, tinha um ponto de água, muitas vezes potável, água potável, água abundante e uma bica que escorria o tempo todo dentro de casa, [...] **eles vão pra uma moradia temporária** que não tem, que [...] falta água e dentro de Mariana falta água [...] de qualidade [...] casas repleta de escadas e às vezes pessoas **idosas**, você **tem moradias temporárias que vai o atingido e os animais e não cabe os animais, e os animais começam a passar fome**. Tem terrenos **provisórios que**



**foram colocados atingidos e animais** e estão cheios de erosão [...] (Murilo, grifo nosso).

[...] **as pessoas foram tiradas do universo onde vivia, perderam, perdemos o contato** [...] a maioria das pessoas hoje são simplesmente conhecidos, eles **foram pulverizados dentro da cidade de Mariana e essa relação foi se deteriorando ao longo desse tempo todo**, então quando encontra é “oi”, “tchau”, perdeu aquele convívio (Marcos, grifo nosso).

“[...] E as famílias estão hoje completamente **afetadas** por essa **mudança de, forçada de endereço** [...]” (Gabriel, grifo nosso).

Percebemos que as **práticas da empresa durante os próprios processos** de reparação e de compensação provocou mudanças nas relações sociais e organizacionais que causaram mais destruição e é disso que tratamos neste momento, das mudanças que a chegada da lama trouxe no que aqui denominamos de Espaços Provisórios e, mais especificamente, na produção de uma nova Praça Gomes Freire.

Um exemplo [...] dentre mil outros que eu poderia discorrer é, as as casas de o distrito de Monsenhor Horta, ele **não foi diretamente atingido, né lá atrás porque a lama não atingiu, Ok, agora todas as casas ou a maioria das casas do distrito estão sofrendo** com rachaduras por causa do grande fluxo de caminhões que estão trabalhando no reassentamento. **Então, os impactos são os mais variados possíveis né então é é é o que a gente percebe aqui né em Mariana, no município como um todo, é uma reorganização forçada do espaço** a partir é desse processo (Gregório, grifo nosso).

Aqui seguimos a lama a partir dos dados coletados virtualmente e in loco, neste caso durante as visitas guiadas do dia 28/10/2021, conforme apresentado no Quadro 4. Mergulhamos na categoria **A chegada da lama e a adaptação, mais especificamente na subcategoria Mariana sede, e na categoria Relação com a Prefeitura** para refletir sobre **práticas de descaracterização** de espaços públicos como praça local (Praça Gomes Freire) e arredores. A partir de fragmentos da Praça – árvores, chafariz, coreto, entre outros – trazemos a polifonia multiespécies de elementos do espaço que foram alterados por práticas de descaracterização.

Acolhemos relatos dos entrevistados, reportagens veiculadas pela mídia local, pela Renova, e registros fotográficos que, em conjunto, mostram as modificações na Praça Gomes Freire como uma forma de descaracterização do Jardim. Essas **práticas de descaracterização** e desconfiguração produziram um espaço público não mais reconhecido por marianenses como a praça que frequentavam, mudanças comunicadas como indesejadas pela comunidade de Mariana a partir de instrumentos supostamente participativos, como audiências públicas.

O espaço da Praça foi configurado de tal forma a descaracterizá-lo. Apresentamos os motivos da descaracterização e a dinâmica de forças que levaram a ela, uma vez que essa

dinâmica foi influenciada por uma série de ações e um conjunto de atividades habituais, as práticas, que direcionaram o organizar a uma determinada configuração (SANDBERG, DALL'ALBA, 2009). Quais foram e quais serão os desejos, os hábitos e as intenções calados na Praça descaracterizada? Quais foram os processos organizativos praticados para desconfigurar o espaço carinhosamente chamado de “Jardim”?

Entendemos a descaracterização da Praça também como **práticas de destruição** de memórias e afetos (ou desafetos) construídos previamente a partir do espaço público da Praça. Enxergamos essas práticas como forma de **modificação das relações sociais e organizacionais tecidas na sede** anteriormente ao rompimento da barragem de Fundão. Isso porque esse espaço é recriado na medida em que essas relações são modificadas pelas práticas, muitas vezes estando a produção e organização desses espaços repletas de intencionalidades, causas e efeitos, de acordo com os diferentes praticantes. Não estando isenta de interesses divergentes, a criação do espaço da Praça resultou de jogos de poder político-econômico que levaram à formação de coalizões que empoderaram (ou continuaram empoderando) algumas vozes, enquanto silenciavam (ou continuaram silenciando) outras. Quais vozes e corpos são esses que criam a Praça Gomes Freire, quando e como? Essas respostas resultam de diferentes processos.

Enquanto o paisagismo fora modificado pela Renova e organizações que a legitimaram, um grupo de moradores que resistiam (“Amigos do Jardim”) fora emudecido, por exemplo. O coreto, no entanto, ganhou voz suficiente para não ser morto, pois os portavozes humanos foram ouvidos para que a Renova apenas modificasse a cor do coreto para o tom desejado, tão vívida quanto azul claro e branco. Os guarda-chuvas na Praça camuflavam o aumento da incidência solar, perceptíveis após o corte de árvores.

Placas e carros de obras de empresas de engenharia ilustravam em que direção estavam sendo materializadas as relações de poder que formavam o novo espaço da Praça, enquanto os “Amigos do Jardim” se mobilizavam para resistir às intervenções. Apresentamos como a circulação do capital pela Praça revela não apenas qualquer verba aplicada na reforma de uma praça histórica e centenária, mas a intencionalidade do dispêndio de milhões para um fim específico **em detrimento de outro fim** para o qual a verba deveria ser alocada, ou seja, com os próprios processos de reparação e compensação pelos danos do rompimento da barragem. A validação das intervenções da Renova por outras organizações, como apresentaremos, permite que a circulação e a reprodução do capital continuem caminhando na direção da minério-dependência. E isso não ocorre sem a mobilização de recursos por parte da Renova, em articulação com outras organizações.

Neste sentido, precisamos atentar para os motivos pelos quais os espaços estão sendo configurados, após o desastre, **da forma que estão não apenas quando concretamente há lama nesses espaços. Precisamos aproximar a lupa do “Jardim” a ponto de captar a (re)organização desses espaços pós-desastre não apenas quando a lama está visível (como nos Espaços Antigos)**, precisamos enxergar o que está submerso na lama, seguir o nem sempre visível da lama, na formação de espaços nos quais os efeitos da destruição se proliferam.

Precisamos, ainda, resgatar as vozes que não falam por si, isto é, quando ainda falam, não são silenciadas por completo. Considerando a prática “de dentro” (GHERARDI, 2009), como uma ação coletiva que forja relações e conexões entre recursos limitados e disponíveis, buscamos ressaltar a polifonia dos fragmentos da Praça ao analisar quais relações, interações e práticas que vinham produzindo aquele espaço ao longo de anos e que foram alteradas ao se permitir recriar o espaço com tanta transformação a ponto de desconfigurar como a Praça era anteriormente entendida na visão da comunidade que a produzia (BEYES, STEYAERT, 2011).

Cada elemento tem sentidos distintos nos encontros que formam o espaço da Praça e os não-humanos estão vívidos neste contexto, mesmo quando a Renova busca apagá-los. Mais do que isso, buscamos argumentar que os elementos abióticos também estão. A lente multiespécies que adotamos possibilita trazer à tona essa “vivacidade abiótica” (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016; TSING, 2019), que ganha cor no emaranhado de encontros entre espécies, entendendo o termo além da biologia, estendendo o termo a elementos mais que humanos. Visualizamos agora na Praça não-árvores. Já a não-lama, com um esforço de imaginação, pode ser vista não somente nos Espaços Antigos, mas nos Provisórios e nos Novos, dada a continuação dos efeitos da lama e a contaminação por uma toxicidade que não resultou do rejeito, em si, mas da condução dos processos pela Renova ao longo de sua criação e atuação. Assim, nesta rede de conexões organizacionais, entendemos que o próprio conceito de toxicidade também pode ser relacional e ganhar um contorno não somente bioquímico.

Vemos esses elementos como principais, a partir dos dados e de uma abordagem multiespécies, para refletir a respeito das práticas organizativas para produção de um Espaço Provisório que, embora temporário para alocar os atingidos, tem sido criado ao longo de mais de 7 anos. Caminhemos, então, para a sede, rumo ao processo que lhe foi imposto com a chegada da segunda onda de lama.

## 6.1. “CADÊ A ÁRVORE?”: PRÁTICAS DE DESCARACTERIZAÇÃO NA PRAÇA GOMES FREIRE

Fotografia 57 – Destroços do verde e das podas da Praça Gomes Freire



Fonte: dados da pesquisa

Era uma vez um “Jardim”.<sup>31</sup> Poderia ser o início de um conto infantil, não fossem os efeitos de uma história de destruição e do que denominamos de uma **segunda onda de lama para representar os efeitos causados na sede do município** de Mariana pela chegada da primeira onda de lama, destacando neste momento a descaracterização de uma praça centenária (Praça Gomes Freire) na sede do município. A “destruição” do “Jardim” é aqui interpretada como um efeito da primeira onda de lama nas comunidades atingidas. Desta forma, a sede, embora não tenha sido diretamente atingida pela lama, também vivenciou **as consequências da chegada da lama nos arredores e, posteriormente, de toda a movimentação** na espera, no luto e na luta por reparação e compensação.

---

<sup>31</sup> Como é chamada carinhosamente a Praça Gomes Freire, na sede de Mariana. O espaço já foi denominado de largo das Cavalhadas; praça D. João V; praça do Chafariz; praça da Independência; entre outros. Em 1945, quando a cidade recebeu o título de Monumento Nacional, a praça recebeu o nome de Gomes Freire (CORÇÃO, CARNEIRO, 2018).

Existe neste momento de seguir a lama uma destruição concreta do espaço, a exemplo da substituição do chafariz; das cores do coreto; do Casarão, do corte de árvores; da tentativa de retirada de pedras originais nos arredores da Praça, enfim, de uma **série de práticas que provocaram a alteração dessa praça** local de modo a desconfigurar o que os marianenses enxergavam ser o “Jardim”. Essa destruição **não é causada pela lama em si**. Aqui a lama não destruiu casas e sonhos em si. A **destruição sociomaterial da segunda onda** de lama se diferencia da primeira, portanto, porque ocorre não nos Espaços Antigos, mas nos **Espaços Provisórios**, e decorre da reorganização sociomaterial das relações nesses espaços no decorrer da condução dos processos de reparação e compensação pela Fundação Renova. Argumentamos aqui que a condução desses processos em si causou ainda mais destruição.

Começou quando a prefeitura de Mariana anunciou que a Praça Gomes Freire, cartão-postal do município, anunciou que o espaço passaria por obras de “revitalização”, feitas com financiamento da Fundação Renova, que gastaria R\$ 5 milhões. A população marianense se mostrou resistente à reforma, que modificaria um espaço público considerado repleto de memórias afetivas da comunidade (ALMEIDA, NOVAIS, 2019).

O discurso oficial girou em torno de um processo supostamente participativo, com a apresentação do projeto à população e a realização de audiências públicas para diálogo com a comunidade. Para apresentação do pré-projeto arquitetônico e paisagístico da obra do Jardim, foi realizada uma primeira **audiência pública**, em outubro de 2019, seguida de outras reuniões que seriam para deliberar coletivamente a respeito das intervenções nesse espaço público. “[...] Respeitar o conceito de jardim; [...] Intervir minimamente [...] Manter os eixos compositivos melhorando a leitura da Praça [...]; Reforçar a identidade do lugar [...]; Restaurar o patrimônio ambiental e assumir área [...] para eventos culturais” constituiriam importantes premissas do projeto (FONTENELLE, 2019). O então prefeito de Mariana, Duarte Júnior, teria

[...] ‘a **intenção** de esclarecer todos os pontos do projeto envolvendo a revitalização [...] junto à população’ [...] [primeira audiência] só reafirmou o posicionamento de parte da população que tem se colocado **contra qualquer tipo de intervenção** que **‘descaracterize** o estilo bucólico da praça que já passou por inúmeras transformações ao longo dos séculos e já foi, inclusive, cenário para gravação de novela’ [...] (FONTENELLE, 2019, p. 2, grifo nosso).

De acordo com o Jornal Voz Ativa, as manifestações contrárias da maioria dos presentes na referida audiência pública giraram principalmente em torno dos dois últimos itens, patrimônio ambiental e eventos culturais, pois na audiência **a maioria desaprovou o corte** ou o remanejamento de árvores que estariam “doentes” conforme especialistas e a construção de um **palco permanente** para ocorrência de eventos no Jardim (FONTENELLE,

2019). Assim, um dos pontos controversos do projeto foi as mudanças no paisagismo pela previsão uma “redução da quantidade de árvores, substituindo-as por arbustos e flores, com o objetivo de ‘dar mais visibilidade para a arquitetura ao redor da praça’”, de acordo com o paisagista que o elaborou (ALMEIDA, NOVAIS, 2019, p. 2).

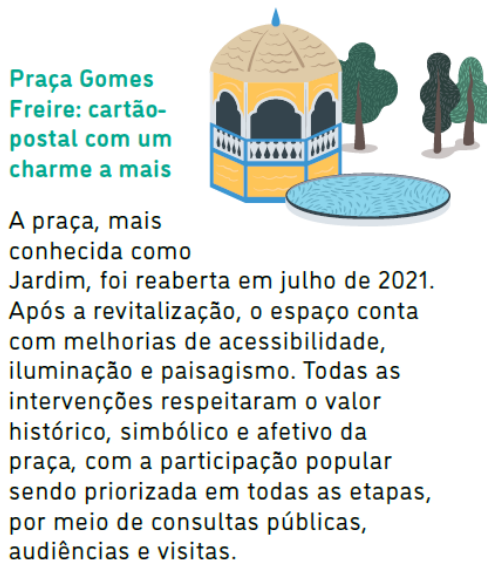
Em 16/07/2021, a Renova veiculou em seu sítio que “Mariana recebe a Praça Gomes Freire **requalificada** e com **melhorias**” (MARIANA..., 2021, grifo nosso). No mês seguinte, em 02/08/2021, outra reportagem é publicada sobre as “melhorias” na Praça, desta vez com a seguinte manchete: Praça Gomes Freire recebe **melhorias** e é entregue à população de Mariana. No texto, a “**Requalificação** do local tem como proposta aumentar o potencial turístico e socioeconômico da região”. A Renova reforça que a Praça “está **aberta à visitação**, após as obras de requalificação e audiência **de conciliação** realizada no dia 13 de julho” (PRAÇA..., 2021, p. 1, grifo nosso). O Boletim Jornada, publicado em outubro de 2021 pela Fundação (REPARAÇÃO..., 2021, p. 3, grifo nosso) apresenta que a Praça foi reaberta em julho de 2021 e que “[...] o espaço conta com **melhorias** de acessibilidade, iluminação e paisagismo. Todas as intervenções **respeitaram o valor histórico** [...] com a **participação popular sendo priorizada**”.

Já em 26/01/2022, em reportagem intitulada “Pesquisa arqueológica inédita na Praça Gomes Freire resgata a história de Mariana (MG)”, a Renova reforça o discurso de que fez “melhorias”, sendo a obra de “requalificação” “uma ação **compensatória**, em decorrência dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão”. Reitera que a obra “faz parte dos compromissos firmados entre **a Fundação Renova e a Prefeitura** para aumentar o potencial [...] da região” (PESQUISA..., 2022, p. 2, grifo nosso). Em todos os textos supramencionados, a Renova afirma que as intervenções na Praça Gomes Freire **respeitaram o valor histórico, simbólico e afetivo do local**, reforça o entendimento das intervenções como “melhorias” e que a **participação popular foi prioridade** nas decisões desde a concepção do projeto à execução da obra.

Essas “Informações da Fundação Renova para a população de Mariana”, conforme constam no Boletim Jornada (REPARAÇÃO..., 2021), da Renova, contrastam com outras reportagens veiculadas pela mídia local, com relatos dos entrevistados sobre a percepção acerca das mudanças no Jardim e da reforma de construções no entorno da praça, e com materiais audiovisuais registrados na Praça, o que discutimos a seguir. Até aqui apenas o destaque das reportagens supramencionadas permitiria que você, leitor, questionasse: que melhorias são essas? Para quem? A Praça é um local para ser **visitado ou a Praça se forma como um espaço público** a partir dos encontros nela possibilitados? Se a dita participação

tivesse ocorrido por meio de debates nos quais todos tivessem voz, por quê a necessidade de uma audiência de “conciliação”?

Fotografia 58 - Divulgação da Renova sobre modificações na Praça Gomes Freire



Fonte: Renova (REPARAÇÃO..., 2021).

Apesar da veiculação pela Renova de que as obras envolveram “[...] discussões coletivas e a participação popular” (MARIANA..., 2021, p. 1), sendo resultado da “aprovação de todos os órgãos envolvidos [...] (Iphan) e Prefeitura Municipal” (PESQUISA..., 2022, p. 2), a partir da análise das transcrições, das fotografias retiradas na visita à Praça e de documentos veiculados por mídias alternativas à Renova, podemos perceber que as obras não são apenas “resultado de medida compensatória e [...] dos compromissos firmados com a prefeitura do município” (MARIANA..., 2021, p. 1), mas que essa aprovação foi fruto de uma costura política, mesmo contra a explícita falta de aprovação daqueles que produzem aquele espaço, a comunidade marianense. “[Com as obras no] Jardim ele **não foi aceito pela população não**” (Larissa, grifo nosso).

“[...] E aí teve uma audiência pública ... eles... que isso tinha sido rejeitado na primeira audiência pública, e aí o atual prefeito voltou com esse projeto da lei pra tentar **empurrar goela abaixo** do povo [...] questão do Jardim foram três audiências públicas” (Edson, grifo nosso). Entre a primeira audiência (10/2019) e a de conciliação (07/2021), a Renova articulou com a prefeitura de Mariana e com o Iphan o apoio de servidores públicos à obra para que, em 2021 pudesse divulgar que as “A praça [...] passou por obras de requalificação e, **após audiência** [de conciliação] realizada na última terça-feira (13), foi oficialmente **recebida pelo município**” (MARIANA..., 2021, p. 2).

O Jornal Voz Ativa (2019a, b) apresenta a perspectiva de resistência de moradores do centro histórico de Mariana face às alterações na Praça, ajudando-nos a compreender as disputas nessa “conciliação” imposta e os desfechos desses interesses conflitantes. Coração e Carneiro (2018), em artigo que busca investigar as representações sobre a Praça Gomes Freire pela mídia local, especificamente pelo Jornal Ponto Final, também possibilitam visualizar como a organização desse espaço de convivência tem sido historicamente produzido pela tensão entre grupos e como barreiras simbólicas não se dão sem intencionalidades e sem rastros de disputas.

Ao analisarem 33 edições do Jornal Ponto Final, os autores argumentam sobre a forma como as pautas jornalísticas desse veículo divulgam ideias da Praça por uma perspectiva de controle, segurança e vigília. Isso interessaria determinados grupos e possibilitaria colocar em risco o uso da Praça como espaço público. O artigo destacou que em parte das reportagens “[...] o direito de fala é dado, exclusivamente, às fontes oficiais: agentes públicos, políticos locais e polícia. E a única notícia que em teoria dá voz aos frequentadores [...] não cita” nome específico (CORACÃO, CARNEIRO, 2018, p. 78).

O Jornal Voz Ativa (2019a), por sua vez, traz a polifonia de diferentes vozes humanas acerca da discussão das obras no “Jardim”, incluindo pesquisadores, moradores, vereadores e outros servidores públicos da prefeitura de Mariana. O Jornal divulgou que quando contactou a assessoria de imprensa da Renova para solicitar acesso ao projeto de Revitalização do “Jardim”, o pedido foi negado. Ao ser procurado pela redação do Jornal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) informou ao Voz Ativa que a “[...] unidade local do instituto se encontra atualmente sem chefia”. A última chefe responsável pelo Iphan na cidade, a arquiteta Letícia Oliveira, alegou não ter mais competência sobre o projeto. Segundo o Voz Ativa, a arquiteta informou que se envolveu apenas no início do projeto de revitalização da Praça, e que “assinou ressalvas de várias questões propostas”. E que quando a prefeitura apresentou nova proposta de revitalização da Praça, Letícia teria deixado seu cargo no Iphan (SILVA, 2019, p. 12).

Entre uma audiência pública e outra, a Renova foi (re)organizando a Praça a seu modo, reforçando a assimetria das decisões nos processos reparatórios e das relações organizacionais na produção daquele espaço da Praça pós-desastre. Não é de se surpreender que as intervenções, apoiadas por outras organizações interessadas, ocorreram de forma conflituosa e “com aquiescência do Iphan [...] **briga** porque assim, eu mesmo, eu moro aqui do lado dessa praça [...] E eu tive problema pra mexer no telhado aqui da minha casa e **eles cagaram na praça**” (Fernando, grifo nosso). O entrevistado Roberto, ao me perguntar se fui



à Praça Gomes Freire, ajuda a mostrar, a partir de seu relato, a costura política para a consecução das obras, conforme segue:

[...] **Prefeitura, Câmara e Renova, os três corruptos**, os três corruptos [todos têm interrelação]. Cê **chegou ir na praça que a Renova... mexeu lá em Mariana?** [...] O Jardim... [...]eles **tiraram toda a essência que tinha**. Eu fazia parte do CODEMA, que é o Conselho do Meio Ambiente, eu **fui contra tudo, só que fui eu e mais um só**. [...] **Os outros conselheiros foram tudo a favor** (Roberto, grifo nosso).

Pensando o espaço como um conjunto de **movimentos** de produção e (re)produção espacial por meio de práticas em constante rearticulação, a Praça Gomes Freire manteve ao longo do tempo características que levaram à denominação de bucólica por seus praticantes. No entanto, após as intervenções da Renova, este espaço público tem sido modificado pelo que identificamos como **práticas de descaracterização** e, em última instância, pela propagação da destruição.

Entendendo o espaço como materialização de determinadas relações de poder (TAYLOR, SPICER, 2007), ressaltamos que a Renova, embora protagonista, não foi a única entidade responsável por trazer os efeitos da lama para ao Espaços Provisórios, ela contou com a **validação** do Iphan, da prefeitura municipal, da maioria de conselheiros do CODEMA, para citar elementos humanos identificados na tese.

Essa costura se inicia a partir do rompimento da barragem de Fundão, que levou à criação da Renova, que tem atuado inclusive na sede de Mariana de forma a alterar as relações e as práticas que estão produzindo a Praça Gomes Freire pós-rompimento, mas se dá em um continuum. À medida que que a Renova é criada para gerir e dela é esperada uma reorganização (não somente dos Espaços Provisórios, mas também dos Antigos e dos Novos), ela protagoniza uma rearticulação que acaba por desorganizar relações que já estavam produzindo o espaço e sendo produzidas pelo espaço da Praça.

Na perspectiva do espaço como materialização das relações de poder **a partir da perspectiva multiespécies** abraçada aqui, torna-se ainda mais nítido o poder conferido a um grupo humano específico, por meio da relação de legitimação que articulou com outros humanos para silenciar terceiros, que culmina na destruição de alguns elementos não-humanos da Praça. Nesse processo, as carpas coloridas solicitadas pelos “Amigos do Jardim” para “recuperação” do espaço (FONTENELLE, 2019, p. 3) foram elementos não-humanos desconsiderados nas intervenções para produção da Praça, mesmo quando alguns humanos buscaram uma intermediação na relação **humano-carpas coloridas**, relação essa que pode ser simplificada em três palavras, um hífen e um espaço, ou problematizada na reflexão de que muitos **elementos não-humanos** não puderam se pronunciar nem ao serem pensados como

animais (peixes) e, portanto, detentores de direitos, nem ao serem intermediados por humanos.

Esses elementos foram eliminados do espaço inclusive a partir de diagnósticos técnicos de “doentes”, como as árvores, ou do entendimento da Renova de que eram vívidos demais, como o caso do coreto, que foi pintado no tom azul claro e branco. Assim, espécies de peixes e árvores, por exemplo, que se relacionavam com diversas outras para produzir aquele espaço, que já ocupavam, foram simplesmente removidas ou desconfiguradas, consequentemente alterando práticas anteriores na Praça.

No processo de descaracterização dos elementos da Praça, a materialização das relações de poder se manifesta na articulação do humano com as diferentes espécies que criavam o “Jardim” antes da reforma e com as que espécies que foram escolhidas para substituir as que na nova produção da Praça. Dessa forma, foram selecionadas para continuar criando um espaço com uma configuração específica espécies que não pareciam fazer parte do ecossistema local, como os arbustos. Essa lógica confere às espécies um mundo de relações assimétricas e que, assim como as humanas, estão carregadas de poder (OGDEN, HALL, TANITA, 2013) por humanos que determinam quais espécies saem e quais ficam na Praça após a reforma.

A partir do argumento da Renova (2019a, p. 2) de **higienização e segurança dos espaços** (“poda de limpeza e substituição autorizada de árvores diagnosticadas doentes”), a camuflagem da lama foi sendo tecida também nos Espaços Provisórios pela remoção de agências não-humanas indesejadas, como árvores “doentes”, sendo inseridas por agências humanas dotadas de poder decisório as espécies desejadas, como arbustos e consumidores de produtos. Nesse processo, silenciam-se agências humanas indesejadas na produção da Praça com a configuração pós-desastre. Os efeitos dessa destruição sociomaterial no centro do município são fruto de intencionalidades que se perpetuam no decorrer do tempo na produção dos espaços em Mariana a partir da lógica mineradora na região.

Ressaltamos que a suposta organização do espaço, seja pela Samarco, pela Renova ou pela articulação desta com outras entidades que sustentam esse protagonismo, transforma-se em desorganização e na destruição de laços que se constituíam antes, quando tomamos o conceito de espaço não somente como materialização de relações de poder, mas de convívio e de manifestação de experiências (TAYLOR, SPICER, 2007). Uma praça com menos árvores e que evoca menos memórias parece menos convidativa ao convívio social que se criava a partir do espaço anterior e para formar o novo espaço da Praça. A Renova protagonizou as práticas de descaracterização da Praça que possibilitam a dissolução desse convívio que, a

partir do entendimento aqui de social não somente como humano, torna-se a base para construção de redes de relações mais que humanas, inclusive de não-humanos com não-humanos ou de humanos com peixes, árvores, lama, chafariz, Casarão, coreto, entre outros elementos não-humanos.

Além disso, essas práticas foram sendo validadas pelo argumento de uma “substituição autorizada” que conferiu à Fundação **definir quais as espécies**, neste momento entendidas como reuniões ou conjunto de parentescos não-fixos (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016), podem sair de seus ninhos para convivência na Praça e quais devem estar mortas ou confinadas e, assim, usufruir menos do convívio com as árvores ou com outros elementos do “Jardim” ao serem intencionalmente expulsos na produção daquele novo espaço.

Neste sentido, percebemos que a **destruição na Praça**, inserida no Espaço Provisório da sede de Mariana, decorre não do desastre em si, mas dos efeitos da lama na sede pela reconfiguração da rede de relações nesse espaço e da gestão dos processos pela Renova. Como relata o entrevistado Edson (grifo nosso), “[...] pra mim tá sendo tudo destruído, cara, né, por exemplo, essa questão do Jardim né, **já é com a Fundação Renova, não é nem mais a Samarco, né**”, e acrescenta como a Renova teve protagonismo na destruição praticada no “Jardim”. “Então essa destruição do Jardim pra mim já foi a Renova propriamente dita que destruiu, **não foi a Samarco não, ela deu continuidade**. [...]” (Edson, grifo nosso). O entrevistado Renato ressalta que a “[...] Renova hoje ela tá presente massivamente na prefeitura de Mariana [...]”.

Coração e Carneiro (2018) partem de um entendimento de que a Praça se situa dentro de uma realidade relacional e que o espaço geográfico ganha vida a partir de um emaranhado de práticas. Os autores, portanto, não concebem o espaço da Praça de forma isolada e apenas como estrutura física, mas

[...] **dentro de uma realidade relacional**, ou como define Santos (2014): “o espaço deve ser considerado como um **conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima**, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2014, p. 30-31). Isto é, o **espaço – geográfico – se faz pelas práticas que se movimentam e se renovam de acordo com as relações desenvolvidas pela sociedade** e com a sua evolução própria (CORAÇÃO, CARNEIRO, 2018, p. 73).

A reflexão dos autores diz respeito “[...] às dinâmicas **humanas** dos que ali habitam e circulam, ou seja, as relações singulares e plurais promovidas ali” (CORAÇÃO, CARNEIRO, 2018, p. 73). Também enxergamos que o espaço se produz pelas práticas e a partir das relações tecidas, mas ressaltamos na tese o enfoque **multiespécies** ao analisar o “Jardim” a

partir da movimentação social e organizacional produzida pelas novas relações com **chegada da lama** e dos processos dela decorrentes.

Esses processos incluem uma série de mudanças na Praça concretizadas pela reforma do espaço. As intervenções aqui apresentadas evidenciam como a substituição de espécies do espaço carinhosamente chamado de “Jardim” desempenha um papel importante na habitabilidade e convivialidade do espaço. O próprio apelido atribuído à Praça Gomes Freire de “Jardim” pela comunidade, em conjunto com os relatos, possibilita compreender que estavam sendo construídas relações de pertencimento e afeto ao longo de muitos anos com os elementos da Praça, como as árvores e os peixes. Essas relações levavam à configuração do espaço com espécies particulares habitando (determinado tipo de calçamento, árvores, pássaros, etc.). Entendemos que esses encontros e as ecologias anteriores também foram destruídos com a chegada da lama.

A partir dessas práticas de descaracterização e destruição, a comunidade que frequentava a Praça passa a não reconhecer mais aquele novo conjunto que relações que formavam um novo ecossistema, mais quente e menos arborizado. A “poda de limpeza e substituição autorizada” (MARIANA..., 2021, p. 2) de árvores e outros elementos não-humanos na composição da Praça faz com que aquele novo espaço, pautado por segurança e higiene, não faça mais sentido como antes no cotidiano dos entrevistados. Alguns deles se mobilizaram para resistir e lutar pelas não-intervenções. Debruçando-nos sobre as intenções e implicações disso, chegamos a algumas respostas.

Uma delas é que as relações que produzem o novo espaço reforçam o entendimento de espécie como relacional (OGDEN, HALL, TANITA, 2013; VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016). Nesta relacionalidade multiespécies, atenta-se para as assimetrias nas relações também multiespécies em que tornar-se não é somente um tornar-se-com, mas um tornar-se conforme a dança daqueles que definem os pares do dueto, os encontros e as relações mutualísticas que podem permanecer no espaço da Praça que forma uma paisagem a partir de fragmentos selecionados.

Resgatando Tsing (2005), lembramos que existe, na composição das paisagens, uma **ecologia política** que possibilita refletir como as interações humanas com o meio ambiente resultam de **convencões sociais** e **coerções** políticas. Na criação da nova Praça pós-reforma, torna-se nítida nas relações como algumas coerções foram articuladas a partir do discurso técnico e participativo, por um lado, que se apresenta nos dados de forma distinta, por outro. Observamos a falta que a comunidade sente de um espaço mais “fresquinho” e arborizado, como era; a expectativa de que a prefeitura repusesse a árvore centenária que foi podada com

uma similar; a expectativa de peixes que não existem mais na nova composição da Praça, enfim, de todo um conjunto de relações reconfiguradas.

Neste contexto, as práticas de (re)organização daquele espaço, em vez de criarem condições para que as relações multiespecies se reorganizassem, acabam por desorganizar a Praça da forma como vinha sendo produzida pela comunidade, mesmo diante da mobilização dos “Amigos do Jardim” para resistir às intervenções caracterizadas e publicizadas pela Renova como “melhorias”. Na produção da Praça Gomes Freire pós-desastre, esse emaranhado de práticas foi entendido por diversos entrevistados como as mudanças que desconfiguraram e destruíram o espaço originalmente apelidado de “Jardim”. Nas palavras de Edson (grifo nosso),

Agora o Jardim, o que acontece pra mim, **pra mim o Jardim... ele é uma consequência disso tudo que aconteceu no Bento Rodrigues, né**, tanto que o Jardim eu classifiquei muito como uma segunda onda da lama, né, que passou no centro da cidade, porque foi uma **destruição também do Jardim. Uma destruição**, pra mim foi uma **destruição**.

O relato desse entrevistado ajuda não somente a enxergar as **práticas de destruição** intensificadas na sede do município após o rompimento da barragem, como também nos inspirou a refletir como a destruição do “Jardim” permite extrapolar as fronteiras dessas práticas para produção de espaços distintos (Antigo, Novo, Provisório), o que possibilitou a criação das três ondas de lama, ampliando o escopo daquilo que classificou como uma segunda onda. Para nós, além da descaracterização da Praça, outras práticas no centro de Mariana caracterizam uma segunda onda da lama, a seguir descritas.

Contrastamos textos dos jornais Voz Ativa, Lampião e Lamparina (UFOP), da Renova, das transcrições das entrevistas e materiais audiovisuais para focar **elementos não-humanos do espaço** criados pelas relações entre diferentes organizações para produção desse novo “Jardim” que foi “destruído” na visão dos entrevistados. Alguns dos elementos não-humanos que identificamos nessa teia de relações multiespécies, e apresentamos a seguir como principais para as práticas de descaracterização da Praça, são **a árvore centenária que deixou de existir; as mudanças na percepção da temperatura da Praça pelo corte das árvores; no chafariz; na ponte; no piso original da Praça; no Casarão e no coreto.**

A **modificação dos elementos não-humanos** por determinados humanos, que agem em relações assimétricas e com intencionalidades específicas de modo a produzir também efeitos não-previstos, implica na criação de novos espaços. Um dos aspectos que pode ser ressaltado na produção desse novo espaço da Praça é a tentativa de organizar o “Jardim” com a marca da Renova, divulgando no “Casarão”, por exemplo, o que tem sido feito na busca por

reverter a imagem negativa decorrente da destruição causada pela Samarco, relação de poder materializada em placas e guarda-chuvas que dão outro tom à Praça, sem a configuração reconhecida anteriormente por aqueles que criavam o espaço a partir das relações que teciam no cotidiano com a árvore, da qual sentiam falta; com o chafariz tal como era antes; com a ponte simples que havia.

Isso porque uma árvore não é apenas uma árvore; um coreto e um chafariz também não; esses elementos não-humanos se constituem de determinada forma a partir das relações com uma série de espécies que habitam a Praça. Ao evocar o humano nesta teia de relações, poderíamos resgatar a constituição da árvore a partir das memórias que podem ser evocadas no entorno da árvore; as lembranças dos momentos vividos no coreto; os peixinhos que podiam ser alimentados pela comunidade no chafariz e que foram elencados como necessários pela comunidade em suas reivindicações, como apresentado a seguir. Não à toa, elas não foram atendidas. Assim, resgatamos que o espaço vem sendo reconfigurado a partir de relações de poder específicas, mas ao trazer à discussão aspectos simbólicos e organizacionais na criação do espaço (TAYLOR, SPICER, 2007), lançamos luz sobre as intencionalidades de apagar a Praça anteriormente produzida com práticas de **descaracterização**.

Quando pensamos os espaços como formados também como manifestações de experiências, lembramos ainda as formas distintas de praticar. Algumas dessas espécies que conviviam com as árvores, por exemplo, não falam, mas se comunicam de modo específico no emaranhado de interrelações. Os cogumelos Matsutake que Tsing (2019) narra, por exemplo, associam-se a certas árvores da floresta para manter relações de mutualismo, ao obter carboidratos e tornar mais propícia, em solos sem húmus férteis, a vida das árvores com as quais se associam. A linguagem desse mutualismo nem sempre pode ser entendida pelo humano, mas ela existe como fragmento da paisagem, da mesma forma que a relação que humanos estabelecem com uma árvore difere da relação que estabelecem com um arbusto, constituem diferentes fragmentos.

No processo de descaracterização da Praça, quais fragmentos da paisagem são permitidos permanecer no espaço ao longo do tempo? **A relação árvore centenária-comunidade sai da paisagem, dando lugar à relação arbusto-comunidade**. A Renova foi uma entidade criada para gerir os danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Por estatuto, foi fundada com o objetivo exclusivo gerir e executar medidas previstas em programas socioeconômicos e socioambientais definidos legalmente.

Institucionalizada como uma fundação gestora e executora a partir de estatuto, esperou-se, legalmente, que a Renova organizasse e executasse programas de reparação e

compensação; intermediasse as relações entre atores distintos no contexto pós-desastre; fosse dotada de autonomia – administrativa, operacional, patrimonial, financeira, de modo a cumprir objetivos estatutários exercendo funções de **execução** e gestão de programas que garantissem a representatividade de distintos grupos de interesse a partir de canais de diálogo com Poder Público e pessoas atingidas.

Nos Espaços Provisórios, a suposta (re)organização do espaço, no entanto, trouxe a desorganização das relações que se constituíam anteriormente, seja na Praça ou no mercado imobiliário, por exemplo. Apresentamos aqui essa desconfiguração mediante práticas que descaracterizaram a Praça. Podemos, então, questionar quem escolhe o que se mantém na criação do novo espaço, quem permite e quem legitima essa permissão?

No esforço de descentrar e refletir, ainda, sobre as mudanças que o corte de árvores trouxe para uma série de espécies que, como os fungos, vivem em relações transformadoras com as árvores, vemo-nos limitados para dizer tudo que está submerso na não-lama que há na Praça. Quando a Renova protagoniza as intervenções e divulga os efeitos da reforma como “melhorias”, ela desconsidera uma série de elementos não-humanos que poderiam questionar o uso do termo “melhoria” e dos humanos que efetivamente produziam o espaço da forma como se configurava antes do desastre por meio das práticas e dos encontros na Praça ao longo de anos. Desta forma, quando a paisagem antes poderia envolver uma diversidade de fragmentos que permitiam criar aquele fresco e convidativo espaço, após as alterações, essa diversidade se torna limitada a algumas vozes, destruindo micro-ecologias resultantes, por exemplo, da relação da árvore centenária com insetos ao redor (TSING, 2019). Buscamos resgatar a polifonia dessas vozes, mesmo com nossa limitação humana.

Em reportagem intitulada “Revitalização do Jardim: População de Mariana-MG continua resistente ao projeto”, veiculada por Jornal Voz Ativa em 2019 (2019b) o veículo de comunicação apresenta que teve acesso a um documento elaborado em setembro de 2019 durante o primeiro encontro de um grupo de moradores da sede de Mariana intitulado “Amigos do Jardim”. No documento, esse grupo defende a **manutenção das pedras originais** da Praça, que não precisam ser trocadas; e que a Praça **já possui rampas de acessibilidade**, não sendo necessário refazê-las. Os “Amigos do Jardim”, no documento, questionaram: “Qual o levantamento feito pela Prefeitura para propor o projeto de reforma do Jardim? [...] O grupo, **definitivamente, não quer uma reforma**, mas, sim, a **recuperação** do espaço”, com a necessidade de:

- 1) **Aumentar a potência** da parte elétrica para que se possa colocar uma iluminação adequada; 2) **Refazer** a tubulação de esgoto; 3) **Refazer** os jardins, plantando mudas de flores, grama e cercando os canteiros [...]; 4) Fazer um

**plano de manejo das árvores**, para avaliá-las, monitorá-las e podá-las, quando necessário; 5) Limpeza e **plano de manejo dos tanques e peixes, reintroduzindo as carpas coloridas (Koi) como as** que existiam; 6) Refazer as **lixeriras**; 7) Plano de manejo para a **limpeza geral** incluindo uma lavagem mais frequente das pedras; 8) Manter a segurança com vigilância 24 horas no Jardim (FONTENELLE, 2019, p. 3).

A despeito dos itens solicitados pelos “Amigos do Jardim”, a Fundação Renova informou que, após a entrega do espaço à prefeitura, ela se responsabiliza por manter o paisagismo **durante um ano** e se isenta da responsabilidade da **segurança** pública, a cargo do **município** (MARIANA..., 2021). A Renova entende como ações de paisagismo o “[...] plantio de espécies de valor simbólico [...] **poda de limpeza e substituição** autorizada de árvores diagnosticadas **doentes**, com o objetivo de proporcionar maior segurança e **melhor percepção** do patrimônio histórico” (MARIANA..., 2021, p. 2). Convém resgatar aqui que a questão da segurança foi a principal justificativa de órgãos públicos, como prefeitura de Mariana, Defesa Civil, MPMG, e Renova para controle do acesso ao Espaço Antigo de Bento Rodrigues, como apresentamos no capítulo anterior.

Dessa forma, segurança, aqui ao lado da higiene (“poda de limpeza”), é um aspecto que curiosamente aparece no discurso das mineradoras. Muito embora os “Amigos do Jardim”, em suas solicitações também façam referência à **limpeza** dos tanques (com peixes) e à lavagem das pedras, referem-se a ações de manutenção que não tirarão os peixes do convívio com humanos na Praça. Pelo contrário, possibilitarão um espaço aquático mais seguro à vida desse elemento não-humano importante para o convívio humano. O mesmo acontece com as pedras, limpar no sentido de lavar não retira este elemento não-humano do convívio. Mas uma “**poda de limpeza**” implica no corte das árvores e, neste caso, na perda da relação humano-árvore tal qual se configurava anteriormente naquele “Jardim”.

Ao mesmo tempo que a necessidade de segurança é enfatizada pelas mineradoras, na disputa pelos territórios de interesse, prolifera-se o que surgiu dos dados das entrevistas como um “terrorismo de barragem”. Trata-se de, conforme ressalta Larissa (grifo nosso), “[...] territórios que pertencem aí aos planos das mineradoras de durante muitos anos de se apropriarem e ela usa essa questão dos dois rompimentos de barragem pra é promover esse **terror e psicológico, afastar as populações e se apropriarem**”. A seguir, outro relato que ajuda a mostrar como o medo discursivamente influencia na disputa.

[...] nesse caso assim **o extrativismo ele vem forte para demonstrar isso né, a gente precisa desse território pra gente gerar mais lucro, né**, e aí quando a as comunidades tradicionais, as as as populações se negam a contribuir com isso o capital vem **de maneira aterrorizante jogando lama em cima de todo mundo** ou causando o próprio **terrorismo né**, falando que se não se não jogou ainda vai jogar a lama (Renato, grifo nosso).



Assim, as práticas de **expulsão e de afastamento** da comunidade são plantadas, concomitantemente, por meio das ervas daninhas discursivas da segurança e do medo (área de risco de rompimento de barragens). Isso reforça a assimetria na (re)organização dos espaços, pois se há risco e alguém precisa se deslocar, quem perde nessa movimentação é a comunidade, pagando inclusive com a perda de vidas humanas e não-humanas. Enquanto houver minério, são empreendidas tentativas de apropriação do território pela empresa, e expulsão da comunidade. Se o dito recurso existe ainda e a exploração traz impactos a tal ponto que as estruturas (diques, barragens) já não são suficientes para permitir a presença de humanos, quem precisa sair é a comunidade.

Se há história e laços de pertencimento na construção do espaço que dificultam a evacuação de uma comunidade pela compra dos terrenos, por exemplo, as práticas de expulsão e afastamento, de camuflagem e descaracterização, sejam elas nos Espaços Antigos ou nos Provisórios, são costuradas muitas vezes de modo escamoteado e submerso, a partir da alteração das relações sociais e organizacionais, em processos nos quais as práticas adquirem centralidade na (re)configuração de espaços produzidos no cotidiano conforme continuidades e rupturas específicas nas quais o que está em jogo é, inclusive, a mobilização de recursos para manutenção das relações já previamente existentes a partir de uma intencionalidade humana determinada por um conjunto de organizações e autorizada por outro.

Enquanto a Renova divulga que o objetivo das ações de paisagismo é melhorar a percepção do patrimônio histórico e plantar espécies que a população valoriza, percebeu-se que a comunidade **desaprovou o corte** de árvores apontadas como “doentes”. A justificativa utilizada pela Renova para podar árvores seria o diagnóstico de que estariam “doentes”, mas esse diagnóstico foi feito pela própria organização.

Conforme aponta o entrevistado Fernando (grifo nosso), a árvore poderia ter sido recuperada, “[...] a associação [de moradores] brigou, brigou, não deixou, aí o que fizeram **não recuperaram, porque tem como recuperar, não recuperaram a contento**, um dia caiu um galho dela arrancaram ela toda. **A justificativa apareceu**”. Ele relatou a respeito do engajamento para que as árvores não fossem cortadas. “Eu literalmente briguei com o prefeito. [...] Essa **árvore ela era recuperável**. E aí falaram que não tinha jeito [de recuperar], queriam cortar acho que 80% das árvores dessa praça”. E ressaltou que o prefeito, embora tivesse prometido replantar outra árvore, não cumpriria.

[...] ela ficava bem nessa posição aqui, do lado do coreto. Então por causa de uma reclamação minha, que eu fiz uma postagem reclamando, **o prefeito prometeu uma outra de mesmo tamanho, não ia conseguir fazer isso**, que uma árvore frondosa

como essa daqui você **não consegue no centro histórico, essa daqui ó, que foi retirada**, você não consegue (Fernando, grifo nosso).

“Tinha uma arvore aqui [...] [o “Jardim”] tá muito pelado” (Ludmila). Além de “pelado” devido ao corte de árvores históricas, o Jardim é percebido como “modernizado” após as mudanças feitas pela Renova e legitimadas pela prefeitura e pelo Iphan. “Então eles **mudaram muita coisa** no Jardim, entendeu, ele ficou **moderno, e modernizado** né, modernizado” (Edson, grifo nosso).

Para a entrevistada Larissa (grifo nosso), “[...] uma **camélia centenária né, foi simplesmente, é, é, é, cortada e retirada**, uma **série de de de mudanças arquitetônicas**, em que eles discutiam, diziam que estavam fazendo uma restauração”. Ela aponta que as obras na Praça não podem ser consideradas “restauração”, pois, ao contrário do que divulgou a Renova sobre respeitar os valores histórico, simbólico e afetivo (MARIANA..., 2021; PRAÇA..., 2021; REPARAÇÃO..., 2021; PESQUISA..., 2022), “**não foi restauração**, eu, seguindo os preceitos é, é, da restauração, não não ocorreu ali nenhuma restauração [...] a restauração ela tem que se **basear em em respeitar, é, é, as marcas né históricas** [...] de um bem, e nada disso foi foi respeitado” (Larissa, grifo nosso). Enquanto entrevistava Fernando, ele compartilhou a tela comigo para apontar as descaracterizações na Praça

Ô Maria Clara, só compartilhar a tela aqui rapidinho, só pra você ter uma noção rápida. **Aqui era o Jardim, a praça antes né, o Jardim. E cheio de árvores né**, tipo de banco, tipo de piso, e vou te dar um vislumbre como é que está **o Jardim hoje, uma micareta**. Esse é o Jardim hoje, hoje literalmente ele está assim (Fernando, grifo nosso).

Para o entrevistado Edson, o corte de árvores foi **uma das** formas de **descaracterizar** o “Jardim”, que precisava de podas, mas não na intensidade feita,

**Descaracterizou**. Tinha a questão de uma **camélia** que tava plantada lá, e a camélia, né, era...foi... é, essa camélia foi plantada lá por causa do movimento ... é... abolicionista, né, que tinha uma ligação com esse movimento abolicionista, e tal, né, dona [Eva] que é uma moradora daqui que ela pesquisa muito, ela até falou **a respeito da camélia, da simbologia da camélia pra eles, eles [Renova] arrancaram a camélia fora, a camélia acabou morrendo, entendeu**, então assim, pra mim, o Jardim... podaram muitas árvores, hoje lá, era, **antes era um lugar fresquinho**, gostoso pra você sentar, pras pessoas mais velhas sentarem, pra bater papo, conversar, hoje **cê passa lá é super quente o lugar, que eles podaram as árvores**, cortaram, lógico, tinha algumas árvores que precisavam podar, tinha, mas **não precisava ter são tão exagerado como eles fizeram** (Edson, grifo nosso).

“[...] E a árvore [uma centenária que foi também foi cortada] ficava aqui ó [...] aqui parece a mesma coisa que você ta banguela, faltando um dente” (Ludmila, grifo nosso). “Então cadê a árvore?”, questiona Fernando algumas vezes ao longo da entrevista, diante da promessa do prefeito de substituir a árvore por uma de igual tamanho,

E peguei a fala dele de julho, **falando que ele ia colocar outra, [árvore] frondosa do mesmo tipo, igualzinha, até hoje nada.** [...], mas eu fiz até uma cobrança ao prefeito, deve tá por aqui também. Eu fiz uma arte, eu literalmente eu fiz uma arte pra ele por causa dessa promessa. Eu peguei [...] personagem do Simpsons, do haha. O Nelson né, **eu botei a cara do prefeito e ele falando “haha”. Ele falou que ia colocar uma árvore lá de igual tamanho, até hoje nós estamos esperando** (Fernando, grifo nosso).

Quando a entrevistada Ludmila associa o corte da árvore à perda de um dente, ela traz o corpo à Praça a partir de uma relação com outra espécie (árvore) que é equiparada com o próprio corpo por completo, evocando memórias. A árvore, assim como o corpo, permite reviver as lembranças que ela tem do “Jardim” e do corpo naquele espaço. Seus olhos, que já haviam visto outras alterações da Praça ao longo dos anos, comunicavam pela boca, em palavras, como algumas árvores compunham o espaço de forma diferente anteriormente às modificações e às podas. Nas palavras dela, “tinha, ali era uma **árvore enorme**, tipo aquela lá, mas só que ela **era muito maior**” (Ludmila, grifo nosso). As memórias pareciam vívidas, tanto quanto o desejo dos entrevistados de terem novamente as árvores e um espaço mais próximo do “Jardim” tal qual conheciam. Neste emaranhado de encontros multiespécies, a árvore, o coreto, o chafariz, o Casarão e os demais fragmentos da Praça não eram objetos, mas agentes não-humanos que se constituíam pelas relações com humanos na criação daquele espaço.

A articulação de um conjunto de organizações (Renova, prefeitura de Mariana, Iphan) para desenhar um projeto de “Jardim” mais árido, mais “modernizado” (Edson), diagnosticado tecnicamente como limpo e seguro, produz um espaço menos convidativo aos encontros entre a comunidade, estéril em termos de manutenção do convívio e dos laços passados, em uma lógica de afastamento de parte dos moradores locais.

Desta forma, a respeito das obras na Praça, questionamos para quem as práticas de descaracterização podem ser entendidas como “melhorias” e que intencionalidades permitem a criação do espaço por meio de um argumento que justifica as intervenções a partir da necessidade de um “Jardim” com mais “segurança”, com árvores mais baixas, com um calçamento mais frio, com um chafariz desconfigurado sem sua fonte, sem peixinhos, enfim, alterado de tal forma que não é mais reconhecido por seus praticantes? Exclui-se da Praça, ou camufla-se com uma cor menos vívida, agências não controladas pela gestão “segura” da Renova, mudanças diagnosticadas pelos entrevistados (Edson, Ludmila, Fernando, entre outros) como “exageradas”, “modernas, “uma micareta”.

Esses processos de reparação e compensação estão sendo geridos e organizados para quem, se a reorganização tem causado mais destruição na produção de relações e espaços que,

pela aridez dos novos materiais utilizados pela Renova, apresentam-se de forma ininteligível para a comunidade da sede de Mariana? A fala de Fernando é uma das que mostram que as práticas de descaracterização reconfiguraram o espaço de tal forma que “A praça não existe”. A paisagem da Praça anterior à reforma era formada por um conjunto de fragmentos agora descaracterizados. O frescor da Praça, que era caloroso e atraía a comunidade, agora vê-se descaracterizado em uma temperatura que afasta as pessoas ou as posiciona sob guarda-chuvas que nem existiam, e que agora são domesticados em fileiras. Enquanto a relação com as árvores locais foi cortada brusca e unilateralmente, a relação com os guarda-chuvas foi forçada, assim como a mudança compulsória dos atingidos dos Espaços Antigos para os Provisórios.

São essas articulações que vamos tecendo ao longo do capítulo e apresentamos as reflexões ponto a ponto com registros fotográficos. A seguir, apresentamos uma fotografia retirada na visita guiada. Ela mostra o tronco que fora uma árvore centenária, podada pela Renova, deixando o espaço sem sombra. “[...] pra você ver, essa é a árvore, **o resto da árvore**”, disse Fernando (grifo nosso), enquanto compartilhava a tela durante a entrevista. Acrescenta que o espaço ficou, “Totalmente sem sombra. Aqui os idosos onde que eles tiveram que ficar [...] fiz um desenhinho bem infantil né, **cadê a árvore?**”

Tem um projeto ‘banda na praça’ que a banda fica aqui no meio e nessa sombra do coreto é onde os idosos estavam localizados, porque estava um dia com um **calor de rachar** [...] eu peguei uma foto com essa visão aqui, **pegando o pessoal e pegando a árvore, eu perguntei cadê a árvore que estava aqui?** Eu fiz um desenho no dedo mesmo né, de uma árvore, bem criança aquele desenho péssimo, **cadê a árvore** que tava aqui? (Fernando, grifo nosso).

Fotografia 59 – Tronco de árvore centenária cortada pela Renova



Fonte: dados da pesquisa.

A poda de árvores na Praça deixou a espaço, portanto, “super quente” (Edson). Nas palavras da entrevistada Ludmila (grifo nosso), “[...] E esse jardim aqui **era muito fresco**, independente do sol, porque a árvore que ficava ali ó, ela protegia ali tudo também e **[a árvore] dava muita sombra** igual nós tamo tendo aqui [sob os guarda-chuvas]”. “Tá vendo a sombra que ela [árvore] dava aqui? **Hoje não tem sombra nenhuma**” [...] (Fernando, grifo nosso). Pude perceber durante a visita guiada os efeitos disso, sendo difícil não estar sob os guarda-chuvas que a Renova colocou para atenuar a percepção da incidência solar.

As intervenções foram modificando a Praça a ponto de descaracterizá-la, trazendo ainda mais destruição. Para Edson, a destruição das comunidades com a morte dos Espaços Antigos não se dá apenas nos Espaços Antigos, pois é algo entendido por ele como a **extinção de toda uma cultura** e, como mencionamos antes, um deslocamento e uma desconfiguração de modos de vida atravessando os espaços. Isso porque os efeitos da primeira onda de lama chegavam também nos Espaços Provisórios e nos Novos. Mais do que a extinção do que o **entrevistado** menciona como cultura, deixaram de existir elos relacionais na Praça entre elementos diversos que, embora sejam por costume separados como natureza e cultura, formam-se a partir de interações multiespécies e encontros mais que humanos, como a relação da comunidade com os peixes no antigo chafariz.

Esses elos relacionais foram perturbados. Uma perturbação não é somente um incêndio, mas constituem ações que provocam mudanças nas condições ambientais de modo a alterar um ecossistema, tornando-se um elemento essencial da paisagem (TSING, 2015a, p. 160). É a partir das perturbações que emergem fragmentos de paisagem, sejam esses fragmentos a lama e o luto trazido; a descaracterização camuflada; a homogeneidade. Muito embora a perturbação traga heterogeneidade (TSING, 2015) e permita novos encontros, na formação da Praça, a perturbação causada pelas intervenções em vez de produzir heterogeneidade pareceu levar à homogeneidade como um fragmento da paisagem multiespécies, a partir da diminuição da polifonia das vozes da Praça.

A homogeneidade que parece surgir pela mudança nas condições ambientais da Praça **não isenta do predomínio da intencionalidade da Fundação**. Quem ainda pode falar pela Praça? Que vozes precisam ser silenciadas? Essa homogeneidade busca excluir o que não segue à lógica do organizado e seguro, incluir o domesticado (como guarda-chuvas enfileirados) e retirar uma agência humana específica da produção do “Jardim” ao afastar parte dos moradores. A modificação dos elementos não-humanos traz efeitos que, intencionais ou não, leva à destruição do convívio entre espécies. Assim, as ruínas nem sempre se apresentam como espaços concretamente destruídos.

É feita pela Renova não a gestão dos ditos “recursos naturais” (AISHER, DAMODARAN, 2016) da atividade principal da mineradora, são geridos e organizados os elementos não-humanos naturais que permanecem, arbustos, e saem da Praça, árvores diagnosticadas como “doentes”. Uma perturbação permite renovar ecologias, por um lado, ou destruí-las, por outro. Algumas delas **são pequenas**, como uma árvore caindo na floresta e criando uma lacuna de luz, **outras enormes**, como um tsunami (TSING, 2015). Percebemos que uma perturbação “enorme”, o desastre em si trazido na primeira onda de lama, desencadeou uma série de perturbações que podem ser entendidas como “pequenas” e que apresentamos ao longo da segunda e terceira ondas.

O espaço da Praça também é perturbado na medida que essa perturbação cria novas ecologias não reconhecidas pela comunidade local, por um lado, destruindo as passadas, por outro, em um processo articulado pelo homem, pois não se tratou, por exemplo, de árvores caindo na floresta sem interferência direta, mas da poda que foi realizada pelo elemento humano a partir de um discurso de higienização do espaço (“poda de limpeza”) e diagnóstico prévio feito também por um grupo particular de humanos.

Assim, enquanto parte da sociedade brasileira espera do poder público o cuidado com espaços públicos e a gestão de danos pós-desastre, no contexto em questão, existe uma linha tênue a respeito das responsabilidades governamental e empresarial, de modo que as práticas da indústria centralize nas mineradoras responsabilidades governamentais, de modo a proliferar a assimetria entre os agentes. A Renova, neste contexto, não somente modifica o habitar e o habitável em meio a ruínas, mas define quem pode habitar um espaço que, embora não se apresente como ruína, representa a destruição de relações e, portanto, também destroços da mineração (TSING, 2015).

Tsing (2015, p. 42) aborda o desafio de “pensar com precariedade, nas ruínas, nos destroços”, entendendo como os projetos de escalabilidade transformam a paisagem e a sociedade, atentando para onde a escalabilidade falha, irrompendo relações ecológicas e econômicas não escalonáveis. Nesta tese, adicionamos a este desafio o esforço de também identificar e enxergar mais de perto onde estão as ruínas em espaços nos quais elas não se apresentam como destruição concreta, mas como o esfacelamento de relações que, ao serem (re)configuradas de determinada forma, alteram a criação dos espaços.

Os efeitos de uma perturbação dependem de fatores variados, incluindo respostas e escalas de tempo. Pode emergir um crescimento exuberante, por exemplo, depois de danos de curto prazo ou um modesto crescimento após danos de longo prazo. Argumentamos aqui que esses efeitos depois da destruição trazida pela primeira onda de lama, em vez de levarem à

recuperação de uma paisagem perturbada, trouxeram mais ruínas a partir de um somatório de ações que, planejadas/intencionais ou não, condicionou a destruição de alguns ecossistemas (e a vivência que os produz) a uma mera ponderação de alocação de verba. Dessa forma, apesar de ser possível esperar que um desastre desta magnitude pudesse trazer uma ruptura, em algum grau, com a lógica de uma contínua expansão de rejeitos que leva em conta a ponderação de custos e benefícios para sua proliferação, a lógica financeira, técnica e jurídica pareceu também se perpetuar nas práticas organizativas que levaram os espaços a mais ruínas e em formas inertes de reorganizar em meio aos destroços, apesar de tentativas de resistência da comunidade.

A lama não trouxe desdobramentos diferentes, perpetuou as ruínas, sendo a destruição das relações na Praça um deles. Para o entrevistado, quem vivenciou a destruição do “Jardim” é quem estava praticando o espaço. Edson não viu sentido em participar de uma oficina sobre resgate da identidade cultural de Bento Rodrigues se fosse dada por uma pessoa em Fortaleza. Conforme afirma,

[...] posso falar pra você dessa experiência que eu tive dessa oficina que eu fui participar, aí eu tava conversando com, com o rapaz que tava ministrando oficina lá [...] disseram que eu tô aqui Fortaleza, ele tava lá em Fortaleza, entendeu, e administrando uma oficina sobre identidade cultural, resgate da identidade cultural de Bento Rodrigues. [...] e aqui eu ficava conversando, **e aqui eu estava vivenciando uma realidade, vivenciei uma realidade com relação à destruição do Jardim, tudo mais [...] Explicar para ele que essa destruição da identidade, da cultura, ela continuava acontecendo e tendo desdobramentos, inclusive com relação à Renova [...]** Mas ele não queria nem saber por que, não tá, lá **ele tava lá numa outra realidade, lá em Fortaleza**, eu falei assim, ah, não vou participar desse negócio não, fui um dos primeiros a sair da reunião e nunca mais voltei [...] (Edson, grifo nosso).

Nas fotografias a seguir, retiradas em outubro de 2021, **guarda-chuvas** e materiais colocados pela Renova colorem a Praça Gomes Freire e dão a ela os tons desejados pela Fundação. O turbilhão de cores dos guarda-chuvas poderia trazer vitalidade ao espaço não fosse uma forma de descaracterizar o tom bucólico da Praça. Neste sentido, os guarda-chuvas, em conjunto com as demais modificações no “Jardim”, são fragmentos que tornam a obra na Praça um processo de destruição, sendo o espaço agora percebido como “pelado” (Ludmila); “moderno [...] uma praça de shopping center” (Edson); “uma micareta” (Fernando), entre outros termos utilizados pelos entrevistados.

Fotografia 60 - Os guarda-chuvas coloridos da Praça Gomes Freire



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 61 - A (Renova)da cor da Praça Gomes Freire



Fonte: dados da pesquisa.

O colorido dos guarda-chuvas faz com que os raios solares nesse espaço público sejam menos sentidos. Como relatado, “Aí eles pegavam e falavam: **é uma nova praça**. Então é a



**praça está sendo renovada**, então renova, renova mesmo, quer dizer, fez **jus ao nome dela**, né, que ela recebeu né. Ela **destruiu o antigo** e fez uma nova” (Edson (grifo nosso). “Não tem **nada a ver com a praça original**. [...] pega as fotos antigas, **nada a ver** com a atual” (Fernando, grifo nosso). Os relatos a seguir também mostram o entendimento de que as intervenções levaram à descaracterização do espaço público.

**Tinha um um Jardim que tinha toda sua característica né, é... vamos dizer assim... a ....é ....o... por exemplo, a ... o calçamento que tinha lá no Jardim, ah não era o original, mas ele... é... ele foi ... lógico, o calçamento original, né, até minha mãe falava assim, né, que lá era de terra. Lógico que era de terra, então eles colocaram um calçamento, colocaram um calçamento de que? De pedra quartzito itacolomi, ela **era artesanal**. Aí agora não, eles colocaram um, até um quartzito, **mas não é quartzito itacolomi aqui da região, é o quartzito que veio do Rio de Janeiro, que ele é cortado industrialmente, não é artesanalmente** [...] (Edson, grifo nosso).**

Desculpa, eu não posso falar sobre isso não, eu preciso de uma hora só pra falar disso. Eu sou associado aqui na associação do centro, e é uma celeuma. Inclusive quiseram fazer outra modificação que nós rejei, **conseguimos rejeitar em votação agora há um mês e pouco atrás**. [Eles queriam modificar] É muito, é **muita coisa**. [...] Tinha aquela novela Espelhos da Vida, da Globo, passou aqui nessa praça, se você pegar o, essa novela e como que a praça tá hoje que a gente chama de Jardim, **ela tá irreconhecível, e é uma praça histórica** (Fernando, grifo nosso).

Enquanto caminhávamos pela Praça Gomes Freire, a entrevistada Ludmila aponta as mudanças no espaço e nos arredores do “Jardim”. O espaço, que já foi denominado de Praça do Chafariz (CORAÇÃO, CARNEIRO, 2018), **teve o chafariz substituído** “por jatos d’água com **aprovação da Prefeitura Municipal de Mariana e do Iphan**” (MARIANA..., 2021, p. 2, grifo nosso). Enquanto apontava para as direções naquele espaço que já fora a Praça do Chafariz, Ludmila (grifo nosso) descrevia

[...] Lá tinha um **chafariz** [...] lá, é, aí ficava **jorrando água** [...] **mudaram ele, ele era um monumento assim**, e tinha uma bola em cima assim [...] ali **mudou tudo também** [...] a gente não pisava aqui não, **aqui era um lago** [...] **tinha uma ilha aqui assim, os peix, cheio de peixinho, cheio de peixe, a atração** dos meninos aqui era o peixe (Ludmila, grifo nosso).

**Outra alteração foi na ponte do “Jardim”**. Sobre essas mudanças, o entrevistado Edson relata que “[...] e aí veio, fizeram uma ponte totalmente diferente, parecia que ia passar até um rio debaixo dela”. Ressaltamos que, se passasse um rio por debaixo da nova ponte, dificilmente teria peixe, porque isso não constituiu uma prioridade da Renova, embora fosse um dos pontos entendidos como necessários pelos “Amigos do Jardim”.<sup>32</sup> Nas palavras de Edson (grifo nosso), “[...] a ponte que tinha lá que chamava **Ponte dos Suspiros** [...] era uma ponte feita por uma pessoa que não tinha conhecimento em engenharia, em arquitetura [...]

<sup>32</sup> Trata-se da “Limpeza e **plano de manejo dos tanques e peixes, reintroduzindo as carpas coloridas (Koi) como as que existiam**” (FONTENELLE, 2019, p. 3.)

**pontezinha de quintal mesmo**[...] jardim de quintal”. Nas imagens a seguir, apresentamos a ponte e o chafariz originais, seguidos de registros da Praça Gomes Freire feitos em outubro de 2021, contraste que permite visualizar as alterações na ponte, originalmente de madeira, e no chafariz substituído “por jatos d’água” (MARIANA..., 2021, p. 2), respectivamente.

Fotografia 62 - Registro da Praça Gomes Freire pré-reforma da Renova



Fonte: internet, autoria atribuída a João Vitor Marcondes.

Fotografia 63 - Registro da Praça Gomes Freire pós-reforma da Renova



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 64 - Praça Gomes Freire pós-reforma com o chafariz original substituído



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 65 - Entorno do chafariz e da ponte pré-reforma da Renova



Fonte: Alexia Nunes Carrara (2019).

Fotografia 66 - A ponte “totalmente diferente” pós-reforma da Renova



Fonte: dados da pesquisa.

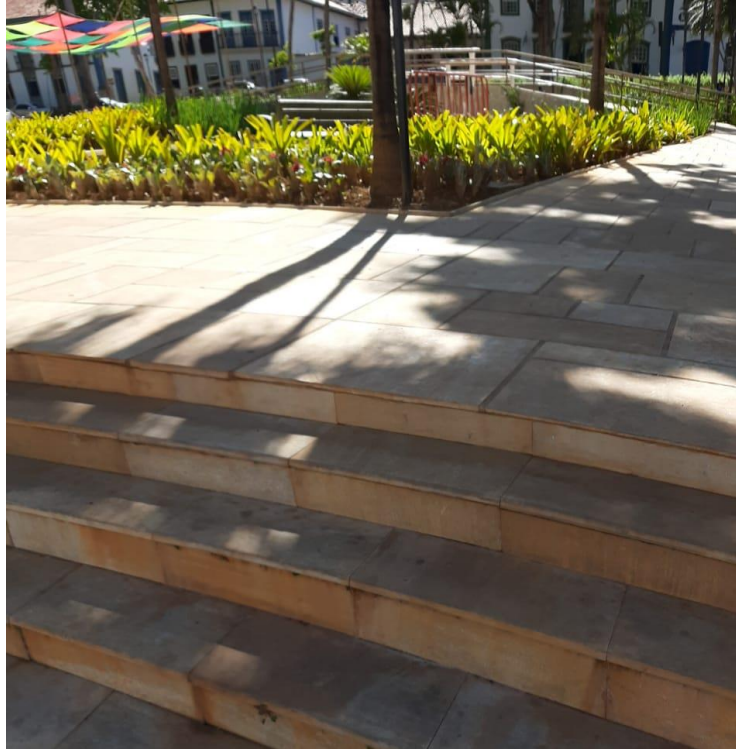
É possível visualizar pelas Fotografias 64, 66 (retiradas em 2021) e 65 que a ponte anterior permaneceu na Praça. No entanto, tornou-se um detalhe diante dos materiais da nova ponte e da ausência de elementos que compunham o espaço anteriormente à reforma da Renova, como o chafariz e o calçamento originais. A respeito das modificações no calçamento da Praça e de seus arredores,

[...] a mudança foi total, né, cê tinha por exemplo o... as paredes eram de cal e pedra, que é sistema construtivos tradicionais e eles, né que era mais ligado ao século XVIII, século XIX, né, início do século XX, aí eles pegaram **colocaram por exemplo o granito escovado que é uma tecnologia moderna**. Eles tiraram o cal e a pedra e colocaram o granito escovado (Edson, grifo nosso).

As imagens a seguir apresentam detalhes dos canteiros e do calçamento em 2021; além do contraste entre o calçamento original e depois das intervenções. Para o entrevistado Edson (grifo nosso), não haveria necessidade de modificar o calçamento,

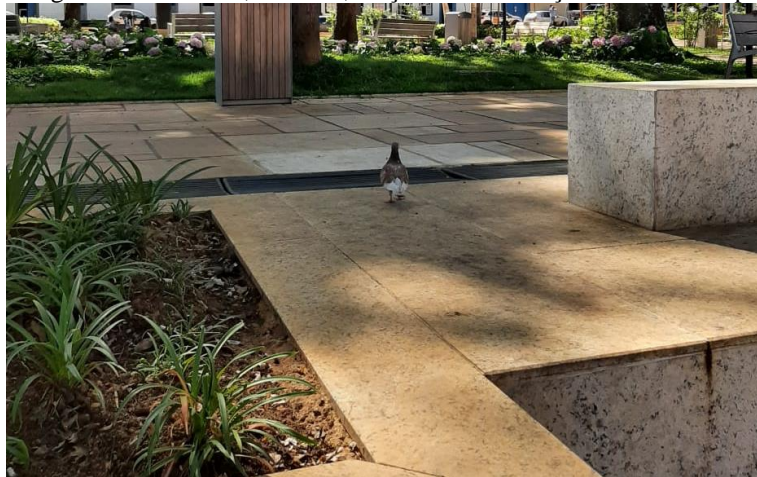
[...] o outro piso que tinha lá, que até foi trocado em uma reforma que teve, porque em 2008, 2009 teve uma reforma no Jardim. Então quer dizer, tinha pouco tempo que tinha sido reformas né [...] **o piso tava bom ainda** e ele foi acompanhando o outro que tinha, aí **eles vieram e trocaram por esse**, é... é ... [...] (Edson, grifo nosso).

Fotografia 67 - Canteiro e calçamento da Praça Gomes Freire pós-reforma



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 68 - Pombo, canteiro, calçamento da Praça Gomes Freire pós-reforma



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 69 - Detalhes do canteiro e do calçamento da Praça pós-reforma



Fonte: dados da pesquisa.

Durante a caminhada pela Praça, a entrevistada Ludmila (grifo nosso) aponta

[...] A lá, eles começaram a tirar aí fizeram uma tal de uma elevação, ta vendo? Ela era assim [...] **essa pedra chama ‘pé de moleque’** [...] eles queriam fazer era uma largura de todo o tamanho aqui [...] aí mandou quebrar tudo e botar as pedras no lugar [...] só que eles colocaram [...] [perguntei se as pedras voltaram a estar no antigo lugar, como antes] **voltou, mas não ta bem colocado.**

Fotografia 70 - Contraste entre calçamentos antigo e novo da Praça



Fonte: dados da pesquisa.

A respeito de **outras alterações na Praça, destacamos a mudança nas cores do coreto**. De acordo com a Renova (2021a, p. 2), as cores azul e branco foram “escolhidas em votação popular”. No entanto, não fosse pela pressão da comunidade, a Renova não apenas alteraria a cor, como retiraria o coreto da Praça. De acordo com relatos da entrevistada Ludmila (grifo nosso) “[...] o coreto também eles **queriam tirar ele**, nós não deixamos não [...]”. É possível perceber como a característica bucólica da Praça antes das intervenções é substituída pela descaracterização do espaço, com menos árvores, guarda-chuvas, e um coreto

menos vívido, ofuscado em meio a tanta cor. A seguir, em contraste, as cores originais e recentes (2021) do coreto.

Fotografia 71 - Coreto amarelo, azul escuro e branco em meio a árvores



Fonte: Alexia Nunes Carrara (2019).

Fotografia 72 - Coreto branco e azul claro em meio a guarda-chuvas



Fonte: dados da pesquisa.

Nos arredores da Praça, **outra modificação** foi no espaço denominado de Casarão pela comunidade. A construção que era também chamada de “Casa do Jardim” passou a ser um espaço da Renova. “[...] caso do Jardim você já deve ter ouvido falar que eles reformaram a Casa [...] e fica lá aquele espaço lá **com a maquete dos 2 terrenos** ali onde vai ser os distritos ali” (João, grifo nosso). Sobre o espaço, Larissa relata (grifo nosso),

[...] **outra obra bizarra que aconteceu foi a obra do Casarão do Jardim**, né, uma obra dentro do TAC havia a previsão de que a Fundação Renova ela instalasse ao



longo de toda, dos municípios atingidos, era mais ou menos esse o texto, ao longo dos Municípios atingidos, que ela **instalasse um espaço de prestação de conta à sociedade, ne, e aí ali no jardim eles instalaram então de frente ao Jardim no ponto principal né a praça principal de Mariana**, quando eu tava circulando com você mostrando a questão das escolas como elas foram instaladas, a escola de Bento e a escola de Paracatu, né, é, que foram instaladas em Pontos de grande circulação, numa avenida principal, é, **isso também ocorreu com relação a instalação do Casarão, ele não só foi instalado em Mariana como ele foi instalado na principal Praça de Mariana**, que inclusive ela foi palco recente de uma novela [...].

Com um novo calçamento, “a questão do alinhamento dos canteiros [...]” (Edson), também alterados, as temperaturas mais altas pela diminuição das árvores e aumento dos arbustos, o espaço se torna menos convidativo à comunidade, que buscará outros espaços públicos ou o convívio em suas próprias casas. Assim, as modificações das relações na Praça acarretam mudanças em outros espaços individuais ou coletivos. Dessa forma, os espaços públicos, organizados a partir da lógica da segurança, da limpeza e da estética vão se tornando menos atrativos por aqueles que os produzem e mais convidativo para ao visitante, que tem sua passagem provisória, não criando vínculos cotidianamente com aquele espaço.

Por um lado, afastando-se a comunidade do convívio que cria a Praça, são alteradas as relações que os moradores locais estabelecem com outras espécies naquele espaço. Por outro lado, quem vê a Praça de fora, o olhar do estrangeiro, parece bem-vindo, uma vez que a ele seria garantido segurança. De acordo com a entrevistada, como a Praça fez parte do cenário da novela da Espelho da Vida, atraiu turistas para conhecer o entorno. A reforma do Casarão mostra como estrangeiros são convidados a conhecer uma imagem específica da Renova em um espaço que, anteriormente à intervenção da Fundação, não era associado pela comunidade ao selo das mineradoras. Para Larissa (grifo nosso), o espaço que poderia parecer uma central de informação do município para turistas trazia informações da Renova, sendo uma forma de divulgação da Fundação.

[...] nesse momento em que muitos turistas também vinham a cidade, circulavam pelo jardim para conhecer a cidade de rosa branca, é, e aí tinha do lado de fora [...] é a identificação né **a placa era central de informações, pura e simplesmente [...] se você tá numa cidade turística, é, na praça principal**, e você vê um, um, **uma placa, né? Com essa identificação**, você vai entender que ali é uma central de informações pra turistas, **ou para quem precise, e ali era uma central de informações da Fundação Renova**, onde, é, é, ela fazia uma exposição, é, **tendo aquela maquete que tá lá no no no reassentamento, é, vídeos com depoimentos de atingidos, sempre exaltando a Fundação Renova**, ta [...].

Neste contexto, o novo espaço da Praça organizado conforme os tons da Renova parece árido e pouco convidativo para um grupo em particular, as pessoas que o produzem no cotidiano. As **dinâmicas de poder e resistência** levam à modificação das relações entre elementos mais que humanos e moldam não somente quem pode se aproximar ou se afastar da produção dos espaços, mas como a espacialidade é praticada conforme uma configuração

espacial específica de aproximação ou afastamento que, intencional ou não, está atrelada às relações de poder travadas inclusive anteriormente ao rompimento da barragem, com a atividade mineradora na região ao longo dos anos. Essas dinâmicas influenciam a formação do espaço a partir de comportamentos e interações desejadas, definidas por aqueles que se articulam para efetivamente decidir como o novo espaço será criado, quais elementos não-humanos ficam e quais saem nas relações.

A Fotografia 73, a seguir, mostra o Casarão pós-reforma. Mais de perto, pode-se visualizar, na Fotografia 74, as placas original e da Renova. Nelas, o nome original do espaço, Casa de Fortunato da Fonseca, e a indicação “Centro de Informações Técnicas, Casa do Jardim”, em placa da Renova na qual não consta explicitamente seu nome, o que levaria um turista a acreditar que o espaço seria um centro de informações sobre o município, conforme mencionado pela entrevistada. Em vez de encontrar informações sobre Mariana, o turista se depararia com uma “maquete dos 2 terrenos [do reassentamento]” (João) e com informações sobre o reassentamento em vídeos institucionais que promovem a Renova.

Fotografia 73 - O Casarão da Praça



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 74 - Placas do Casarão



Fonte: dados da pesquisa

Um dos pontos controversos tanto da reforma do Casarão quanto das intervenções na Praça, de modo geral, foi o dispêndio de recursos financeiros da reparação. Como o entrevistado João relata a respeito do espaço que denominam de “Casa do Jardim”, “[...] reformaram a Casa, **gastaram um absurdo reformando** [...]” (João, grifo nosso). Já o entrevistado Gilvan (grifo nosso) atenta para a origem e a forma de alocação dessa verba. “Se você pegar Mariana por exemplo **foi gasto milhões** na na na reforma de uma praça no meio da cidade, assim, **com dinheiro de reparação** [...]”. Questionou-se que após o dispêndio com a obra o espaço foi desativado, o que pude perceber enquanto observava o Casarão na visita guiada e registrava o espaço com fotografias.

[...] esse projeto aí ele já tinha tido um gasto superior a 16 milhões **essa é uma obra particular, né, onde um imóvel particular ele foi locado pela Fundação Renova, é, fez uma obra desse valor e principalmente o que a gente contestou né já que o TAC tinha um texto aberto juridicamente que permitia isso, é, por que motivo ela então não fez essa obra num imóvel do município e sim um imóvel de um particular, né, é, esse móvel você teve aqui você viu, não funciona mais, antes da pandemia ele já tinha sido retirado** porque ocorreram inclusive **algumas contestações, existiam algumas contestações dentro da câmara técnica inclusive, né, da do modo como isso foi usado, e curioso porque eles fizeram o que?** Eles ofereciam o espaço para que diversas entidades do município pudessem expor, só que assim uma sala de 20 m2, nem chegava a isso, pra que as pessoas pudessem expor, quantas entidades você tem no Município para expor naquela sala? Então, não cabia, ou seja, **era um modo de atrair as pessoas pra reuniões, pra produzir relatórios, é, inicialmente, onde as pessoas assinavam os relatórios, as listas de presença, né, é, é, as discussões elas eram muito colocadas como tudo lindo e maravilhoso, as pessoas assinavam. Então esses relatórios eram, são os relatórios maquiados como eu costumo dizer né, onde discutia-se uma coisa, mas posteriormente a realidade era outra** (Larissa, grifo nosso).

Conforme divulgado por veículos de comunicação locais em setembro (SILVA, 2019) e em novembro (CARRARA, 2019) de 2019, a prefeitura afirmou que seriam alocados R\$ 3 milhões na obra da Praça. Previu-se para a reforma, posteriormente, (ALMEIDA, NOVAIS, 2019), uma verba de R\$ 5 milhões, financiada pela Renova. De acordo com relatos dos entrevistados, inúmeras intervenções nesta praça histórica de Minas foram justificadas pela necessidade de alocação de verba recebida da Fundação, que seria devolvida pela prefeitura do município à Renova caso a obra não ocorresse.

**esse projeto, é, alguns milhões né mais de 5 milhões ficou esse projeto, é, e um projeto em que coisas, foram feitas mudanças bizarras, não respeitando essas questões de uma restauração, não respeitando, é, um bem histórico, é, o Jardim era considerada a praça histórica mais preservada de Minas, e aí passado isso, ham, o Jardim ao invés de gastar, né, as pessoas entendiam que precisavam fazer algumas melhorias pontuais, a população entendia isso, eram necessárias melhorias pontuais, mas mexeu em toda a praça lógico para justificar esse esse recurso, o gasto desse recurso (Larissa, grifo nosso).**

Edson (grifo nosso) relata que, “[...] a última [audiência] [...] eles [prefeitura] queriam **empurrar isso, tentar empurrar isso**, inclusive eles falaram assim ‘ah, vou ter que **devolver a verba**’, aí o pessoal que tavam lá falaram assim ‘então devolve’”. Segundo Fernando (grifo nosso) as alterações seriam pontuais

[...] eles falam que é **gasto de dinheiro né, porque modificaram o piso, modificaram ali as cercanias**, sempre falam na questão da acessibilidade não sei o que, mas é... porque se modificassem e ficasse a mesma coisa, que era o que a gente queria, simplesmente renovar, renovar, restaurar né, é, **não ia ter grande modificação** [...].

Além disso, as intervenções serviriam para promover uma imagem positiva da organização. Para Fernando (grifo nosso), as intervenções possibilitam à Fundação afirmar: “[...] olha que **obra** que a gente fez... né? Porque modificou né, então **ela vira** assim [...] **vira um cartão postal**”, que passa a carregar o nome e a autoria da Renova.

Pelos relatos das entrevistas, pelos registros do espaço e pelo contraponto às divulgações da Renova, argumentamos que as intervenções na Praça ocorreram em meio a tensões e disputas. “Existem discussões de quem quem, **quem recebeu o quê para se aceitar, é, essas, aceitar**, validar esse projeto né, então tem um, um processo aí [...] tem uma série de contestações aí dentro, junto a profissionais tiveram denúncias e denúncias” (Larissa, grifo nosso). “Inclusive há uma investigação do Ministério Público sobre questões históricas que foram modificadas na praça que não poderiam” (Fernando). O entrevistado Edson participou ativamente contra a reforma do “Jardim”, conforme segue

Inclusive na época eu tive um, um embate assim com, **um debate com a, com a diretora do Iphan** aqui, perguntei pra ela assim “olha, de onde você é?” Ela “sou de Ouro Preto”, né, eu virei pra ela e falei ‘olha, lá em Ouro Preto **vocês aceitariam**

**tirar os muros de pedra** e de cal da igreja, da praça ali de São Francisco de Assis e colocar granito escovado?’ Ela simplesmente baixou a cabeça e não falou mais nada, entendeu? **Então assim a gente vê que essa modificação ela foi muito grande no Jardim né** (Edson, grifo nosso).

Um grupo de moradores da sede de Mariana, “furiosos [...] indignados”, contrários às intervenções, chegaram a produzir um abaixo-assinado destinado ao então prefeito Duarte Júnior “Em defesa da revitalização da Praça Gomes Freire sem qualquer tipo de modificação no projeto original da arquitetura” (SILVA, 2019). Para a entrevistada Larissa (grifo nosso), “Ocorreu uma **(risos) entre aspas aí “uma discussão” com a comunidade, né**, onde foi apresentado um projeto às pessoas mais atuantes do município, **grupos mais atuantes, todos eles contestaram essa obra**”. Mais adiante na entrevista, ela complementa que

[...] as discussões que tiveram também foram sempre nisso, o projeto foi apresentado um, **o pessoal contestou, contestou, fizeram algumas adaptações, mudanças, mas a realidade ela é totalmente diferente** do que foi produzido (Larissa, grifo nosso).

O abaixo-assinado elaborado pelos moradores do centro históricos de Mariana e as diversas manifestações em redes sociais (SILVA, 2019) foram insuficientes diante dos recursos (financeiros e políticos) que a Renova mobilizou, levando à unilateralidade da decisão da obra e a imposição das intervenções na Praça, que divergiram das demandas apresentadas pela comunidade e possibilitou atender interesses específicos. “Quer dizer, vão **descaracterizar mais uma vez, pra beneficiar alguns né**, vendedores ali, empresários ali, bar e restaurante [...]” (Edson, grifo nosso).

O relato de um dos presentes na primeira audiência pública, morador do centro de Mariana, enfatizou que “A praça está virando **ponto comercial**, a finalidade é só o comércio” (FONTENELLE, 2019, p. 3, grifo nosso). Nas palavras do entrevistado Edson (grifo nosso), “Eles modificaram [...] tem uma coisa interessante, porque... né, inclusive eu fiz uma comparação... é... transformaram o **Jardim numa praça de shopping center**”.

A análise conduz você, leitor, para um “Jardim” descaracterizado, pouco integrado às espécies históricas preexistentes (com menos árvore centenária e mais arbustos), sendo destruídas neste (re)organizar as relações e a história que se constituíam previamente. Como apresentado, exclui-se do “Jardim” agências não controladas pela gestão “segura” da Renova, inclui-se as entendidas como obedientes à lógica dominante e à lógica higienizada associada a um Shopping Center. Neste processo, foram inseridas fileiras de guarda-chuvas para camuflar o aumento da temperatura com a retirada das árvores que criavam aquele espaço, foi-se produzindo um espaço árido, domesticado e descaracterizado, um outro espaço, com o qual os moradores não se identificam, a partir de relações menos convidativas com a comunidade.

Além disso, essas práticas de (re)organização parecem reforçar posições ainda mais distanciadas na produção do espaço entre elementos além de humanos entendidos como parte da natureza (como água, rio, peixes) e os humanos. Desta forma, produz-se novas relações na Praça que caminham para a destruição do convívio entre espécies que fazem parte de um mesmo ecossistema da Praça, por exemplo, humanos e peixes. Essas mudanças são entendidas pelos entrevistados como “exageradas”, culminando na criação de uma Praça que parece mais “uma micareta”, “um shopping center”, e menos um “Jardim”, como apresenta o relato a seguir.

[...] **o Jardim pra mim hoje ele é outro** [...] uma parte do projeto do Jardim foi rejeitada na primeira audiência pública, que era, é... alargar a calçada lá, eles falavam que... eles **alegaram que a questão de acessibilidade, mas não era, isso aí era para é ... beneficiar os donos de bares pra colocar mesa e cadeira** (Edson, grifo nosso).

Considerando que as paisagens constituem um conjunto de *assemblages*/reuniões, que essa constituição tem **razões, causas e efeitos específicos na produção dos espaços**, que uma coordenação de paisagem leva à obstrução de outras e que as perturbações produzem novos encontros/*assemblages* e novos fragmentos de paisagem, os arranjos permitidos na Praça foram aqueles que criaram um espaço que segue a estética supostamente segura de um *Shopping Center* e que evoca relações comerciais, em detrimento do convívio demandado pelos “Amigos do Jardim” com outras espécies.

A reorganização do espaço da Praça seguiu intencionalidades particulares que destruiu um conjunto de reuniões/*assemblages* (como o convívio de humanos no Casarão, agora fechado; a relação mais plural com o chafariz, que antes tinha peixe) em nome de outro conjunto mais próximo à lógica de atrair o global/estrangeiro e excluir o local e da dinâmica mineradora da priorização do comércio e do lucro.

Com isso, matando-se os fragmentos que compunham a paisagem da Praça tal qual os moradores a reconheciam, na relação de pertencimento que existia antes das intervenções da Renova, mata-se a Praça em si. Nas palavras de Fernando, “A praça não existe”. Neste contexto, os fragmentos que permanecem e compõem a nova paisagem são aqueles que seguem às intencionalidades das mineradoras (que beneficiam o aspecto comercial, por exemplo), restringindo o papel da Praça como manifestação de experiências, laços, memórias, convívio. Exclui-se, assim, as percepções anteriores da comunidade local do que era o “Jardim”, desconsiderando-se que são as próprias experiências e percepções que dão vida aos espaços.

Se “Cada praga que infesta exclui outras”, as práticas de descaracterização foram as perturbações que possibilitaram destruir conjuntos de *assemblages* prévios que possibilitavam identificar a Praça Gomes Freire como sendo uma praça pública local com relações que guardavam traços de um “Jardim” na memória daquela comunidade (TSING, 2019, p. 156 - 200). As práticas de descaracterização foram as pragas que infestaram a Praça de um não-reconhecimento dos moradores, **carregando as ruínas da mineração para onde a lama concretamente não chegou**. As práticas de descaracterização infestaram a produção daquele espaço com mais destruição, ao mesmo tempo que buscavam apagar a lama presente e futura, ao possivelmente buscar evitar criar precedentes em casos de rompimentos futuros de barragens. Isso porque direcionando o rumo da verba para alocação na reforma do “Jardim”, desviava-se da aplicação dos recursos com ações mais próximas aos processos de reparação e compensação.

Neste sentido, poderíamos questionar o dispêndio de verba na “revitalização” do “Jardim” e de recursos para estabelecer um escamoteado consenso a respeito da decisão da Renova de intervir em um **espaço histórico cuja comunidade se mostrou resistente** à modificação desde 2019. Não haveria outras prioridades para alocação da verba de reparação e compensação da Renova? A este respeito, o Jornal Voz Ativa (2019b) veiculou diversos questionamentos de moradores locais e políticos contrários à alocação de R\$ 5 milhões na obra. Um dos moradores de Mariana relatou ao Jornal que a reforma no “Jardim” também seria uma forma de apagamento, conforme afirma “vão estar **apagando, mais uma vez, outra parte da história e**, além deles apagarem as histórias onde as barragens se romperam, eles **agora vão apagar a história do jardim**” (FONTENELLE, 2019, p. 4, grifo nosso).

Interpretamos, então, as descaracterizações da Praça também como **práticas de destruição**, possibilitadas pela mobilização de recursos por parte da Renova e de organizações que parecem apoiar o silenciamento de vozes específicas, mais vulneráveis na negociação diante de um contexto de minério-dependência das comunidades, assimetria relatada a seguir

[...] aqui **em Mariana tem uma coisa, toda audiência pública, os prefeitos, eles geralmente eles obrigam as pessoas com cargo comissionado a ir pra votar, entendeu?** (Num) horário assim geralmente, quase sempre o cidadão comum não pode ir, cargo comissionado. E aí nesse dia **na rede social postei assim, então essa, abriu essa discussão, na rede social já abriu a discussão, eu peguei e falei [...]** espero que os comissionados não sejam convocados em massa pra aprovar isso daí [...] acabou foi **culminar lá na própria audiência pública, aí rolou um bate-boca** entre eu e ele [prefeito], o tempo fechou (Edson, grifo nosso).

Destacamos aqui que as **práticas de descaracterização** da Praça, embora tenham sido protagonizadas pela Renova e por suas mantenedoras, foram apoiadas por outras

organizações, tendo recebido “aprovação de todos os órgãos envolvidos, **a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e [sic] Prefeitura Municipal**” (PESQUISA..., 2022, p. 2, grifo nosso). Ressaltamos que a ausência de consentimento da maioria dos presentes na primeira audiência pública, a continuidade da desaprovação de um importante grupo de moradores, o aval da prefeitura e do Iphan, e a falta de informação percebida pela população (FONTENELLE, 2019) sobre as modificações foram insuficientes para mudar a trajetória de destruição daquele espaço. A Renova, em articulação com entidades tidas como protetoras de bens públicos, ditou o curso de suas ações para a produção de uma praça com características diferentes da original, silenciando a voz daqueles que discordavam, como mostra o relato a seguir.

É, o atual prefeito [...] que é irmão do do outro que tava aqui, né, do anterior. E aí eu falei com ele, **‘pô esse projeto é o que foi rejeitado lá na primeira audiência pública e vocês tão voltando com ele agora’**, e fui e falando algumas coisas... [...] **o tempo fechou, nós tivemos uma discussão pesada...** [...] o que acontece, **nessa primeira audiência pública** que teve, eles, tipo assim, eles acharam que eles iam engalobar o povo. Só que aí tipo tava um povo com **uma consciência muito crítica, e pessoas que não eram ligadas ao governo, ligadas ao prefeito daqui, né, nem a Renova né, nem a nada**, então de cara, e a maioria das pessoas ali moradoras do centro histórico, entendeu, que tinha um amor, **um carinho ao lugar**, então de cara eles rejeitaram o primeiro projeto que era **escandaloso**, era escandaloso o primeiro era escandaloso. [...] fazer uma segunda audiência pública. **Na segunda audiência pública** o prefeito anterior que tava que era o Duarte, ele... **ele obrigou os comissionados**, ele convocou, foi uma convocação, **não foi um convite, foi uma convocação**, os comissionados da prefeitura a irem na segunda audiência pública. Aí, lotou... aí as pessoas que foram, que tinham assim o livre arbítrio né, de fala, de de voto e que na primeira rejeitaram, primeira reforma, na segunda eles não tiveram quórum [...] **funcionários comissionados** [...] essas pessoas ficavam ali ó... é **encurrulado** ali no meio ali, tal, aí foi aprovada essa essa esse segundo projeto, mas o segundo projeto ele teve umas modificações, **mas muitas coisas também não foram faladas** e eles ao longo da execução da obra eles **foram modificando muita coisa** [...] não colocaram o material que eles iam usar e tudo mais [...] aí, por último agora, depois lá na na gestão do atual prefeito [...] que é irmão do anterior, aí ele quis, é, como ficou essa verba lá, **ele queria empurrar isso, que inclusive foi rejeitado no primeiro projeto, só** que dessa vez nós **consequimos matar a cobra no ninho**, entendeu [...] (Edson, grifo nosso).

Entendemos as práticas de descaracterização como resultado de uma assimetria de poder em um contexto de minério-dependência que reforça a unilateralidade das decisões e o predomínio da ação das mineradoras nos espaços analisados. Exemplo disso é a própria forma como ocorreu o processo da aprovação da reforma e da obra em si, conduzindo as ações rumo à produção de um novo e descaracterizado espaço pós-reforma, como apresenta, entre outros, o relato do entrevistado Edson (grifo nosso), “Em vez de reparar, ela fez jus ao nome que foi dado pra ela de renovar, **é uma nova praça... né?**”.



Em outubro de 2020, o Jornal Voz Ativa veiculou um comunicado oficial da **prefeitura de Mariana divulgando que Iphan e Fundação Renova** se reuniram remotamente para deliberar sobre uma rampa de acesso construída no entorno da Praça. Isso porque a construção da rampa foi questionada pela comunidade como mais uma forma de descaracterizar uma rua centenária tombada como patrimônio histórico. Embora não seja questionada a acessibilidade, justificativa da construção, pode-se contra-argumentar que a intervenção interfere na preservação da história do município. Conforme veiculado pelo comunicado municipal, a rampa permanece, “ficou acertado entre as equipes que o material da rampa será substituído por seixos rolados, provenientes do próprio calçamento da rua. A rampa [...] permanecerá” (SILVA, 2020, p. 2).

Essa tentativa de descaracterização ocorreu, portanto, sob discurso legal da acessibilidade, uma vez que a construção de uma rampa **de concreto** no entorno da Praça garantiria a acessibilidade de todos, cumprindo com a Lei Federal 10098/00, argumento utilizado pela prefeitura do município (SILVA, 2020). No contexto das intervenções, o discurso da Renova e de órgãos públicos capturados é validado por instrumentos legais e estudos ditos técnicos, com o apoio de servidores públicos que defendem os pontos propostos e supostamente discutidos pela Fundação. Sobre o projeto, o então secretário de cultura “Efraim Rocha esclareceu o **silêncio da prefeitura**: ‘Muitos entenderam que o município estava ocultando informações, mas não estava. Estávamos na verdade precisando ter um **estudo preliminar** [...]’ (FONTENELLE, 2019, p. 3). O “silêncio da prefeitura” não se trata, portanto, de um silêncio não-intencional, representa o poder executivo municipal respaldando as ações da Renova por meio do silenciamento daqueles que eles deveriam representar e amparar os cidadãos.

Quando a legislação serve para legitimar as ações da Renova, vale ser utilizada por suas mantenedoras, pela prefeitura, e por organizações que possam a apoiar. Quando as decisões judiciais e seus instrumentos serviriam para pressionar entregas aos atingidos e direitos fundamentais como moradia, então, esses instrumentos se mostram morosos e insuficientes, sendo essa morosidade legitimada por entidades locais com seus próprios interesses, envolvendo inclusive denúncias e relatos de desvio de verba, como segue.

Ah, Prefeitura, nossa senhora... [...] Prefeitura aqui, isso aqui é uma, é uma tristeza. Nossa, aqui, isso aqui não funciona não. Aqui, aqui em Mariana nada funciona, entendeu, em questão de... tudo aqui pra cê resolver aqui é, é, é uma democracia [acredito que o entrevistado aqui se referiu àquilo que o senso comum entende por burocracia] danada, **demora demais, entendeu?** Então, é, é bem complicado, e eles [prefeitura de Mariana] **também tão ganhando muito em cima disso, né? Pra quê que vai querer resolver rápido?** [...] Ah... aqui... Mariana aqui nada funciona, a **politicagem** aqui [município de Mariana] é tão porca que nada funciona. [...] Ah,

esse município de Mariana aí, nossa Senhora, esse prefeito aí, é **todo prefeito que entra tem desvio de verba. [...] é só o quem entrar só olha o seu próprio interesse, entendeu**, aí todo prefeito que sai, sai rico, entendeu? (Santiago, grifo nosso).

[...] Mariana era o 11º PIB do do Brasil, **seguramente tinha dinheiro pra ter melhorado a rede de esgoto dela, não melhorou**, depois ficou chorando pitangas esse prefeito sabe. Teve **dinheiro esse tempo todo, não fez nada**, né [...] (Amanda, grifo nosso).

Então é uma cidade, **aí eu já vou falar, isso eu conheço muito... de políticos extremamente corruptos, entendeu, que roubam, mas roubam descaradamente, entendeu, e que fazem ações pontuais** [...] ele [ex-prefeito] falou pra um amigo meu, que é amigo dele, que as próximas três gerações dele não ia ter dificuldade financeira... entendeu, o tamanho da coisa, né (Roberto, grifo nosso).

E qual que é o problema? [...] até pra mim com o meu trabalho [...] tô sendo afetado. **A Renova entrou na Secretaria de Fazenda da Prefeitura falou assim: vamos ensinar, porque a Prefeitura entrou com uma ação de 1.000.000 de reais falando de perda de arrecadação**, (inint.), “nós [Renova] vamos”, eles [Renova] **não pagam, reparar eles não reparam, né, a perda que fez tudo, “nós vamos dar um curso, e vamos botar funcionários nosso dentro da Prefeitura pra ensinar vocês como arrecadar.”** Aí o que que eles estão fazendo? Eles estão pegando esses valores, que eles, o valor hoje do ITBI, por exemplo ele está muito próximo do valor venal, só que é pior, ele não está próximo, **ele está acima**, porque eles estão pegando as médias das últimas transações, e tudo que a Renova compra ela compra no valor de com, ela registra no valor de compra, então o valor tá lá em cima: **se o valor era 500 ela está comprando por 800** [mil reais] [...] então a média ela tá ficando em cima [...] aí é multa em cima de multa em cima de multa, e assim, coisas que não tá na nossa realidade. E aí um amigo meu que **está com uma casa aqui com a questão com a Vale né**, eu falei olha, porque ele queria vender pelo preço do IPTU, eu falei assim, não existe isso mais aqui. E lá esse IPTU, fez um contrato lá com a pessoa lá de 50.000 reais, sendo que o imóvel vale 500. Eles vão te taxar por 500.000, então você vai ter que pagar 25.000 reais de imposto, porque ele estava planejando pagar 2.500, mas não vai ser isso. Aí a venda que você está planejando fazer, a compra que você tá planejando fazer, depois ele né ia revender de volta, você vai tomar prejuízo. Não interessa, mesmo que o contrato seja registrado em cartório, **não interessa o valor do contrato, eles só aceitam o valor de avaliação deles. Então, essa interferência deles aqui está sendo muito séria** (Fernando, grifo nosso).

[...] um dia pedimos a presença do prefeito, ele **não podia porque tava, né, falaram que tava em outras, outras coisas dele, pra resolver, e não compareceu**. [...] dois meses mais ou menos, a prefeitura, **não sei por que, porque aconteceu, então tirou alguns desses funcionários, desse Conviver, que foi criado para ajudar a gente** [atingidos]. Então é, foi mandado embora e outras pessoas também. A gente correu atrás, [...] abaixo-assinado, todo mundo assinou [...] mas até hoje [a prefeitura] não deu retorno pra gente [...] Levamos pro Prefeito [o abaixo assinado], levamos pro Secretário de Saúde e, nada mudou. **Não teve retorno nenhum**. Então assim, não foi, não é só comigo, com outras pessoas também (Larissa, grifo nosso).

Assim, tanto a retirada de árvores quanto as intervenções aqui apresentadas como práticas de descaracterização da Praça Gomes Freire foram possibilitadas por um executivo municipal não somente que aprova, mas que fortalece a ação das mineradoras nos Espaços Provisórios pelos seus próprios ganhos. Se a Renova repassa verba para a prefeitura de

Mariana e obras são feitas, o resultado disso pode ser divulgado como ação da prefeitura do município, como apresentado a seguir

[...] vai ter que ser né construído aí um novo aterro sanitário Municipal em um outro local, é, **em função disso o município ele teve aí algumas reparações. Com essa reparação a mineradora comprou um, a fundação renova, comprou um um terreno né e passou um, uma área grande pro município, o que foi feito?** Foram construí... é a partir dessa desse terreno é **foram construídas aí 1600 habitações pelo Minha Casa Minha Vida. Olha e a publicidade que foi feita no município né foi feita pela prefeitura lógico porque o terreno ele foi doado pela prefeitura** e aí 1600 famílias que podiam fazer suas inscrições isso foi feito antes do período eleitoral passado né o Duarte já não era candidato (Larissa, grifo nosso).

A assimetria que existe neste contexto de minério-dependência e que respalda o domínio das mineradoras é histórica e permanece alimentada pelas práticas das mineradoras em relação com a prefeitura e demais apoiadores. Isso porque, como contextualizamos anteriormente na introdução, essas práticas são concebidas por bases normativas que as mantêm favoráveis e que legitimam a mineração, permitindo a expansão de um modelo que trata como escaláveis formas não escaláveis (TSING, 2019) e tornam claras as proximidades entre a indústria mineradora e o Estado, garantindo a segurança jurídica de que precisam para operar e ser rentável (SVAMPA, 2013).

É eu acho que é essa relação [permite a camuflagem] **da da empresa através de um agente que no caso é a Fundação Renova dentro do poder público né, criando é estruturas públicas de que deveriam ser fornecidas pelo poder público dentro de áreas é públicas né financiadas por essa por essa por esse agente né, ou seja é reformas de áreas nos meios urbanos, reformas de acesso é em meios rurais, em distritos, coisas do tipo né, além de Bento Rodrigues eu acompanhei por mais de 2 anos a comunidade de Camargos também,** também é uma comunidade atingida, teve um momento na assessoria que a gente juntou as 2 comunidades pela relação de proximidade que eles sempre tiveram e Camargos acontece uma situação muito interessante lá, o povo é muito organizado lá e eles conseguem pautar muitas coisas sabe, conseguem garantir muitas vitórias assim muitas muitas vitórias, mas é **nem sempre o que é garantido e o que é aplicado são iguais, né, então a Renova aprova um projeto e aí quando esse projeto é executado, seja ele qual esfera que for sabe,** do ponto de vista do saneamento, via urbana, educação, saúde, qualquer coisa, **quando esse projeto é executado ele é executado de forma diferente ao que foi aprovado sabe?** É, to trazendo isso, não tem tanto a ver com a sua pergunta, mas para mostrar que é uma **forma de camuflar também sabe? Eles trazem uma proposta muito robusta, mas na hora que ela é execu... e aí né ludibria a comunidade, mas na hora que a proposta é executada ela não traz aquele benefício que a comunidade acreditava que teria sabe?** Isso acontece em todos os distritos assim que tem uma uma um engajamento em exigir que a Renova repare de alguma forma, mitigue de alguma forma os impactos da mineração né. **A própria mineração também faz isso, mas isso também fica muito claro no distrito sede em Mariana, o distrito sede de Mariana ele é um um ele tem um governo que atua dessa forma sabe, recebendo recursos da Renova para operar é com ações que que criam essa essa esse essa cortina de fumaça aí né, que dá essa impressão que alguma coisa está sendo feita, né [...]** (Renato, grifo nosso).

A destruição tem um potencial feroz de proliferação maior do que se vê na lama em si (em espaços com lama). A metáfora das ondas permite captar como os efeitos da destruição se

proliferam como ervas daninhas em outros espaços. Da mesma forma que, em uma paisagem em ruínas, o cogumelo cresce em relação de mutualismo com as árvores (TSING, 2019), a atividade mineradora se prolifera por meio de relações com outras organizações que a mantêm possível e possibilitam sua expansão. Neste sentido, a poda de árvores na Praça Gomes Freire e o corte de árvore centenária na Praça representam não a perda de um objeto entendido pela Renova como substituível na praça, mas o mutualismo da Renova com outras organizações, como Iphan e Prefeitura municipal, que a apoiaram para práticas de descaracterização.

Neste sentido, da mesma forma que se as árvores forem destruídas os cogumelos não aparecerão mais (TSING, LASSILA, 2017), a falta de apoio de outras organizações às ações da Renova mudaria a lógica de domínio das mineradoras, retroalimentada pelo poder da indústria e pela assimetria que se perpetua (vício da mineração) (FONTOURA, et al., 2019; SANTOS, MILANEZ, 2017). O corte de árvores, então, foi possibilitado por uma articulação específica entre organizações. Isso levou à (re)configuração das relações de convívio que seriam possibilitadas, por exemplo, por uma praça mais arborizada e convidativa.

Muito embora a destruição concreta das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Zona Rural com a chegada da primeira onda de lama e a morte dos Espaços Antigos possa ser entendida como a extinção de parte das tradições, argumentamos aqui que essa destruição extrapolou os Espaços Antigos e nos levou à segunda onda de lama. Nos Espaços Provisórios (sede de Mariana), os espaços do “Jardim” e das escolas foram reorganizados após o rompimento da barragem em processos que, em si, perpetuaram a onda de destruição. Os relatos dos entrevistados sinalizam, portanto, um sentimento de perda e luto não somente pela chegada da lama nos Espaços Antigos, visivelmente destruídos, mas também pela destruição sociomaterial daquilo que carinhosamente apelidavam de “Jardim”, como relatado por Edson (grifo nosso): “Então assim o Jardim pra mim foi uma, realmente a minha visão, eu costumo dizer, né, falar que a mesma coisa que eu senti com relação em Bento Rodrigues eu senti com relação ao Jardim, entendeu? [...] **O sentimento é o mesmo, de perda mesmo**”.

Enquanto a Renova divulga que no início de 2021, “com a desmobilização da empresa responsável por executar as obras, as tratativas para a entrega da praça ao município continuaram em curso” (PRAÇA..., 2021, p. 2), essas “tratativas” podem ser entendidas como a entrega de uma praça com pendências, por exemplo, em relação ao ente responsável pelo saneamento e, além de incompleta, com descaracterizações percebidas pelos entrevistados como uma piora do espaço. Nas palavras da entrevistada Larissa, “[...] ao invés de melhorar né **piorou muita coisa** [...] até hoje a praça ela foi entregue ainda [...] **já faz quase um ano que essa praça foi entregue** e ela vem, **ela ainda não foi concluída** e tendo pioras pra a

população”. O seguinte relato de Edson (grifo nosso) mostra a entrega de uma Praça não concluída.

[...] ficou pendente, ficou muita coisa pendente, **aí ficou uma disputa judicial entre a Renova e a prefeitura, a prefeitura não queria receber a obra, a Renova (risos) falou que tava tudo certo**, que já tinha [...] [verba] da Renova né [pra reformar o jardim], a da Renova é que ficou do Jardim antigo da da da reforma que teve, e a **reforma tá cheia de problemas**, é... pra encher o lago precisa de caminhão tanque de água, é... não tem .... da rede de esgoto **não tá ligada** ... ih é muita coisa que ficou pendente, foi uma **destruição mesmo** [...] [Renova falou] Que não, que tava precisando, tinha que ligar a rede de esgoto, a rede de água, é... não tava ligada ... eles... tanto que eles encham o enchem o tanque da do Jardim, o lago né, do Jardim com caminhão pipa.

A chegada da segunda onda de lama, além de ser um efeito da primeira onda nos Espaços Antigos, pois sem a presença da lama nesses espaços não haveria a criação da Renova, a reforma da Praça, o deslocamento compulsório de pessoas, placas, animais, entre outras coisas, **guarda características comuns de destruição, disputas por território, silenciamentos e supostos acordos**. Nos Espaços Antigos, apresentamos as práticas de camuflagem, analisamos a notável a disputa pelo território para minerar, as tentativas da mineradora de apropriação do território e os conflitos decorrentes de assimetrias e interesses distintos, dificilmente condensados em acordos jurídicos sem prejuízo para uma das partes. Nesses espaços, a disputa é visivelmente concretizada com placas, manifestações, tentativas de resistir (re)ocupando.

Nos Espaços Provisórios, por sua vez, os conflitos parecem escamoteados por práticas de descaracterização da Praça e destruição, também nesse emaranhado de interesses políticos. Isso transforma um espaço físico definido pela comunidade como “bucólico”, cenário de novela, em um campo de batalha fruto de ações que extrapolariam a atividade mineradora em si. Como relata Edson (grifo nosso), “[...] pra mim tá sendo tudo destruído, cara, né, por exemplo, **essa questão do Jardim né, já é com a Fundação Renova, não é nem mais a Samarco, né. [...] ela [Renova] deu continuidade**”.

Reforçamos aqui o coro daqueles que justificam a força da paisagem como ferramenta analítica a partir de contornos geográficos e históricos específicos (TSING, 2019), que lhe confere uma composição particular. Assim, retornamos ao argumento central do capítulo de que as práticas que produziram Espaços Antigos destruídos reverberaram nos Espaços Provisórios, embora de modo diferente, sem a visível chegada da lama. Mas ela se faz presente ao dar continuidade ao movimento de destruição da primeira onda. Os efeitos se assemelham e divergem, embora a causa seja a mesma, a forma como algumas das maiores mineradoras mundiais têm operado.

Pelo referencial adotado, a formação de paisagens é concebida por encontros multiespecies e por fragmentos construídos **também de modo não-intencional** (TSING, 2019, p. 149). Aqui, no entanto, atravessamos a paisagem seguindo a lama argumentando que as práticas de descaracterização produziram espaços desconfigurados e uma destruição que ocorreu ao menos com o dispêndio de recursos da reparação em ações assessórias. O relato do entrevistado Renato (grifo nosso), a seguir, resume a relação da atividade mineradora e a intencionalidade das ações da Fundação nos Espaços Provisórios

**A própria mineração também faz isso, mas isso também fica muito claro no distrito sede em Mariana, o distrito sede de Mariana** ele é um ele tem um governo que atua dessa forma sabe, recebendo recursos da Renova para operar é com ações que que criam essa essa esse essa **cortina de fumaça aí né, que dá essa impressão que alguma coisa está sendo feita, né.**

Precisar até que ponto foram previstos pela Renova os efeitos da entrega de uma nova Praça desconfigurada para a comunidade da sede de Mariana ou em que medida foram intencionais e em que grau não-intencionais as práticas de descaracterização que (re)organizaram esses espaços foge à análise. Também foge aos objetivos da tese focar outras categorias e subcategorias que emergiram dos dados. Elas dizem respeito aos assuntos que brevemente elencamos nos próximos parágrafos. Foi possível identificar, codificar e categorizar diversas práticas de (re)organização para formação dos Espaços Provisórios relacionadas à mudança dos atingidos para a sede de Mariana, por exemplo, mas optamos por não aprofundar nesses aspectos por não responder diretamente ao objetivo de analisar as práticas em questão **a partir de uma perspectiva multiespécies.**

A categoria **A chegada da lama e a adaptação**, por sua vez, contém subcategorias que abarcam os efeitos da ida compulsória dos atingidos para a sede. Ela traz diversos códigos tanto da ida para os Espaços Provisórios, das mudanças e do processo de adaptação nesses espaços quanto da chegada da lama em Espaços Antigos e das operações de resgate. Nessa categoria, a subcategoria **Mudanças na vida e problemas decorrentes** inclui as mudanças na rotina, nos modos de vida e os problemas oriundos do habitar esse novo espaço, como a intensificação do luto, do consumo de drogas, do adoecimento principalmente de idosos. Além disso, houve menções à ocorrência de suicídios neste contexto, à dificuldade de manter atividades produtivas, à perda das profissões, ao afastamento entre atingidos e à perda de laços de comunidade.

Na mesma categoria, a subcategoria **Empobrecimento Forçado** mostra como, ao arcar com inúmeros custos (obras; alimentação animal, etc.) que deveriam ser garantidos na reparação e na compensação de danos, os atingidos se viram em processo de

“empobrecimento forçado”, como os relatos indicaram. Muitos deles deixaram de cultivar ou produzir o próprio alimento e passaram a gastar mais devido à modificação nas rotinas “tendo que viver em Mariana onde tudo é comprado” (Marcos). A subcategoria **Mariana sede** apresenta, ainda, que o processo de (re)organização dos Espaços Provisórios acarretou uma reorganização do mercado imobiliário, com uma explosão imobiliária que culminou na supervalorização do preço dos imóveis na região pelos efeitos de um contingente inesperado de pessoas habitando, a princípio provisoriamente, esses espaços.

Já a categoria **A condição de atingido e a luta coletiva**, por exemplo, com a subcategoria **Práticas de discriminação**, permite refletir sobre o convívio de crianças atingidas em escolas com crianças da sede. Lança-se luz sobre a exclusão percebida por atingidos por parte de moradores da sede em relação ao uso de espaços públicos utilizados por eles após o desastre, pois precisaram compulsoriamente habitar o desconhecido, inclusive transferindo a educação de seus filhos para espaços escolares diferentes na sede. Esses processos discriminatórios alteraram a criação de espaços de uso coletivo, intensificando o preconceito e a segregação entre a comunidade da sede do município e os atingidos. Essa exclusão não ocorre à toa, ela está imersa no não-reconhecimento de atingidos como parte dos Espaços Provisórios. Assim, os atingidos enfrentariam os efeitos de habitar compulsória e (a princípio) provisoriamente esses espaços.

Cabe resgatar, por fim, uma finalidade dessas práticas que parece **comum nos Espaços Antigos e Provisórios, a de camuflar**. Não seriam as práticas de descaracterização também uma forma de camuflagem? Argumentamos que sim ao atribuímos ao termo a noção de estratégia de ataque das mineradoras para esconder o máximo possível ou ofuscar suas práticas destrutivas. Elas buscam, por meio das relações que articulam com outras organizações, um destino acessório para uma verba destinada à reparação, não criando precedentes em caso de desastres futuros. Movimentam-se incessantemente para que práticas destrutivas passem despercebidas, garantindo sua sobrevivência e seu fortalecimento. Entendemos que a camuflagem geralmente não existe, entretanto, sem intencionalidade e, mais do que isso, sem o estabelecimento de uma teia de relações que a tornam possível e a mantém ao longo do tempo.

As organizações que apoiaram a Renova ao longo das intervenções se utilizaram de instrumentos participativos e decisões ditas técnicas (“árvore doente”) para validar suas ações. E depois de anos viva, após costuras políticas, a centenária árvore do “Jardim” foi morta, porque foram calados aqueles que poderiam falar por ela. Tentaram matar o coreto também, mas alguns humanos resistiram e puderam falar por ele, então o coreto ganhou uma nova cor,

menos vívida, com o branco e o azul claro. Os guarda-chuvas, por sua vez, foram utilizados pela Fundação para tornar menos perceptível o aumento da incidência solar com a morte das árvores. As pedras “pé de moleque” foram para outro plano pela ação da Fundação, mas ressuscitaram e voltaram à origem naquele espaço no qual os “Amigos do Jardim” buscavam resistir às intervenções, na tentativa de falar pela Praça. O Casarão pôde ficar vivo, mas teve sua existência condicionada, podendo ser porta-voz apenas da Renova, o que foi formalizado com uma nova placa. No entanto, após o dispêndio de milhões com a reforma do espaço, foi desativado e, mudo, não fala mais por nenhuma das organizações envolvidas.

Ao mergulharmos nos dados ao longo desta análise, podemos conceber as práticas aqui descritas como, por um lado, ervas daninhas da primeira onda de destruição nos Espaços Antigos, ou seja, como efeitos destrutivos dos processos de reparação e compensação nos Espaços Provisórios com a reorganização das relações sociais nesses espaços pós-desastre. Por outro lado, interpretamos tais práticas como efeitos de uma contínua mobilização de recursos da Renova – e de uma histórica mobilização da indústria mineradora em *company-towns* para assegurar a minério-dependência – garantindo a manutenção de ações de captura e de uma estreita proximidade com órgãos públicos que permitem respaldar e legitimar a ação das mineradoras nas comunidades onde se instalam.

Caminhando através dos espaços Antigos, Provisórios e Novos como estrangeiros, de fora, esperamos um sentimento de perda e luto necessariamente nos Espaços Antigos. Surpreendemo-nos ao avistar que esse sentimento se propaga também nos Espaços Provisórios, o que buscamos mostrar neste capítulo, e nos Espaços Novos, no próximo capítulo.



## 7. A TERCEIRA ONDA DE LAMA (ESPAÇOS NOVOS): CADÊ A VOZ?

[...] E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
 Que eu me organizando posso desorganizar  
 Que eu desorganizando posso me organizar  
 Que eu me organizando posso desorganizar [...]

Trecho da música Da lama ao caos (CHICO SCIENCE; NAÇÃO ZUMBI, 1994).

Após abordarmos nos capítulos anteriores a primeira e a segunda ondas de lama, neste capítulo seguimos a lama em sua **terceira onda**, que percorre Espaços Novos, em destaque nos marcadores verdes dentro desse recorte, como mostrado a seguir (Mapa 5).

Mapa 5 - Espaços Novos



Fonte: elaboradora pela autora.

A lama não atingiu as comunidades apenas no dia 5 de novembro de 2015. Ela resultou de práticas que, além de a produzirem, a mantém viva em seu potencial destruidor, apesar de toda a camuflagem. As possibilidades de reconstrução da comunidade repousam, neste sentido, além da formação dos Espaços Novos, com as obras dos reassentamentos coletivos, mas na ruptura com um padrão de práticas que posicionam a mineradora no protagonismo do organizar, o que não é simples de reconfigurar considerando o contexto de minério-dependência dessas comunidades e a forma como cada uma delas se apresenta, como mostra o relato a seguir.

[...] o pessoal tinha **um amor tão grande por Bento** [...] **que eu acho que eles vão conseguir se reorganizar...** [...] Paracatu a situação é um pouco diferente, porque Paracatu pessoal era disperso, sabe, tinha muita gente da cidade que tinha sítio [...] Bento não, Bento era uma comunidade de seiscentas e poucas pessoas e que **era todo mundo amigo de todo mundo** (Roberto, grifo nosso).

O rompimento da barragem alterou as relações para produção dos Espaços Antigos; Provisórios e Novos. Em um contexto no qual as decisões jurídicas se mostraram chave para melhor compreender as práticas de reorganização dos espaços analisados, destacamos aqui a importância da ACP. Pela ACP foi instituída uma série de diretrizes que devem ser cumpridas pelas rés e foi atribuída às mineradoras a responsabilidade de **reparar o direito à moradia**,

por meio de reconstrução; reassentamento coletivo; reassentamento familiar ou, ainda como alternativa, preveu-se a possibilidade da pecúnia.

Fazem parte dos Espaços Novos os reassentamentos familiares e as reconstruções, além dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, os dois núcleos urbanos aos quais o relato a seguir, do entrevistado Gregório, refere-se. Nas palavras dele, “[Mariana] está vivendo **um reordenamento que é promovido por pelo rompimento [da barragem] né**, e eles se manifestam nesse sentido, na, na criação de **dois novos núcleos urbanos** dentro do município”. Optamos por focar os reassentamentos coletivos pela centralidade dessa modalidade nos assuntos que emergiram dos dados coletados.

Uma série de diretrizes deveriam ser observadas ao longo da construção desses espaços. As mais de 80 diretrizes de reparação do direito à moradia consideraram a concepção de moradia digna da Organização das Nações Unidas (ONU). **Três prazos - 31 de março de 2019; 27 de agosto de 2020; e 27 de fevereiro de 2021 - foram definidos para a entrega dos reassentamentos e das reconstruções** dos imóveis dos atingidos. O primeiro cronograma, com prazo de finalização em 2019, foi descumprido, além de outros prazos judicialmente determinados (CABF; CÁRITAS, 2022).

Em 01/08/18, o início das obras do reassentamento de Bento foi autorizado pela Prefeitura de Mariana, mas o processo de reassentamento tem andado a passos lentos, estando a reorganização dos espaços ainda em curso, com os **cronogramas em atraso**, e os reassentamentos ainda em obras. Apenas em 29/07/19 a primeira das 255 residências do Bento Novo começou a ser construída. Em 2021, 203 famílias estavam sendo atendidas no reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, 81 no de Paracatu de Baixo, 136 no reassentamento familiar e 09 tinham optado pela reconstrução de suas casas no local de origem. Quanto ao reassentamento familiar, embora 69 imóveis tivessem sido adquiridos, apenas 06 casas haviam sido entregues (CÁRITAS, 2021; MINAS GERAIS, 2021b).

Fotografia 75 - Visão do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 76 - Reassentamento de Bento em obras ainda em 2021



Fonte: dados da pesquisa.

O Organograma da Fundação Renova indicou que as obras de **Paracatu Novo** seriam finalizadas no início de 2019. Apesar disso, apenas 06 casas estavam em fase de construção em Paracatu Novo até outubro de 2021 (MINAS GERAIS, 2021b). O atraso nas obras do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo é **um ponto crítico** apontado pela assessoria técnica na formação deste Espaço Novo. De acordo com documento da Cáritas e da CABF (CÁRITAS; CABF, 2021), embora o prazo judicial para entrega do reassentamento tenha sido em fevereiro de 2021, as fundações de algumas casas foram interrompidas por mais de um ano e, apesar da informação de que 11 casas seriam iniciadas até 15/09/2021 e de previsão de início de 24 ainda em 2021, não é prevista a conclusão das obras.

Outro ponto crítico quanto aos reassentamentos coletivos diz respeito à disponibilidade hídrica na região. De acordo com informações da Cáritas e da CABF (CÁRITAS; CABF, 2021), a Renova ainda em 2021 não garantiu água bruta suficiente para outros usos além do consumo humano. Demandas relacionadas à necessidade de água, por exemplo, para **atividades de plantio e de criação de animais** pela comunidade ainda estão sendo discutidas, reforçadas pela assessoria, enquanto as casas estão sendo construídas.

Bento tinha um, tem **um problema muito sério que é, a divisão dos lotes em si e a inclinação da área**, por exemplo tem uns cortes e aterros, e eles tavam muito, com muitas dificuldades nesse aspecto, e eles se focaram praticamente nisso, e quando eles acordaram eles **também não tinham acesso à água bruta** (Murilo, grifo nosso).

Foi muito ruim o reassentamento, porque no original, o nosso terreno era muito grande, e a empresa, e era muito grande, plano, o **terreno era grande e plano**, tinha um outro terreno também que tinha um **córrego que atendia às criações dos animais e das plantas, e cá não teve nada disso mais, acabou tudo**, foi um choque tremendo. E a empresa também, é ... o terreno cá não tinha quantidade de metragem [de terra] certa também, que era faltando [...] **Eu falei com meu pai que se não ficar esperto ele vai pagar água pro boi beber. Falei pra ele, abre os olhos que vai pôr um hidrômetro** [...] pra ele enxergar melhor porque, eu acho que o hidrômetro lá, **que o boi vai beber muita água, tem muita criação**, o hidrômetro pequeno não vai dar pra ele visualizar direito não. E falei com ele que, foi a pior besteira dele foi é...pegar esse terreno lá nesse reassentamento, **complicou a nossa vida o reassentamento**. [...] nós era rural e colocou urbano [...] nós tinha o córrego do Ouro Fino que atendia às criação, atendia às plantas, atendia o consumo próprio. Agora não tem água nem pro boi beber [...] **não tá tendo terra** [...] nós tem seis mil metros pra receber depois, nós temos uma outra demanda de seis mil metro pra receber...não tem espaço pra nós lá dentro do reassentamento (Arthur, grifo nosso).

então a manutenção [no reassentamento] vai ser muito mais cara (Edson).

[...] quando começou a falar sobre o reassentamento uma narrativa é que as pessoas tinham volume é de água limitado pra uso diário. E aí um questionamento das pessoas é justamente esse, **antes nós não tínhamos um limite de água, você tá falando de uma população rural que tem um consumo maior de água**, como que hoje vocês vão nos impor esse limite, né? [...] uma **proposta** que eles nos trouxeram, quando eles dividem esses oito sítios, três sítios ficariam **sem abastecimento de água**, oi? [...] como que um sitiante vai **sobreviver em uma localidade que o seu sítio não tem água**? Que que ele vai fazer com essa terra? Essa terra não serve de nada. Tem valor nenhum, correto? Então, é, eles começaram a ter que estudar outras áreas pra nos atender, **mas se nós não tivéssemos questionado e tivéssemos aceitado nós estaríamos a extremamente prejudicados** (Larissa, grifo nosso).

Não tem outra, é, não tem outra [fonte para captação de água na região]. E é ruim para quem tem animal. [...] **lá igual quem mexia com vaca, como é que vai fazer? Vai, vai tratar o...** vai dar água ao animal com água tratada? Que aqui água vai ser cobrada, entendeu? No Bento antigo não, porque aqui agora é área urbana, lá é área rural, Bento antigo era área rural, agora aqui vai ser urbano, entendeu, **então é tudo mais caro. E aqui você vai ter que pagar água** (Santiago, grifo nosso).

Os dois [reassentamentos]. **O de Bento ele tem um custo aproximado** de 5500 reais o metro quadrado. [...] Quer dizer o metro quadrado de Bento Rodrigues tá só 60% **do metro quadrado da Avenida Paulista**, pra você ter uma ideia, então isso é pra depois falar assim “olha que reassentamento lindo” [...] e outra coisa o **terreno**

**não é do mesmo tamanho** [déficit de área] o terreno não é similar ao anterior (Fernando, grifo nosso).

O receio da CABF e da Cáritas é que os custos recaiam futuramente sobre a comunidade, caracterizada por um estilo de vida comunitário, em que os atingidos trabalhavam em atividades de subsistência e em relação próxima com solo e animais. A CABF e a Cáritas (2021) assinalam também como ponto crítico na produção dos Espaços Novos a **retomada dos modos de vida** no que diz respeito ao acesso e à mobilidade nos espaços do reassentamento, já que existem lotes com área inferior à original ou com características desfavoráveis diversas, como topografia acidentada, ou distâncias longas até equipamentos comunitários, por exemplo.

Outros dificultadores se referem à relação com o entorno (recomposição vegetal em espaços públicos); às necessárias áreas para **plantio e criação de animais**; aos espaços de uso coletivo para prática de esportes, socializações religiosas e manifestações culturais. A Fundação tem construído casas, mas não parece apresentar propostas de discussão coletiva sobre a retomada dos modos de vida na comunidade. Um plano de plantio de árvores requer tempo para elaboração e execução e, conforme essas organizações pontuam, as árvores não deveriam ser plantadas após a execução das casas, porque elas podem demorar muitos anos para crescerem.

Nos Espaços Antigos, o plantio de braquiárias tem configurado práticas de camuflagem que espalham vegetação estrangeira nos espaços. Nos Espaços Provisórios, práticas de descaracterização têm matado árvores que caracterizavam a centenária Praça Gomes Freire. No entanto, nos Espaços Novos, a Renova tem construído casas não considerando elementos multiespécies necessários ao entorno, que produzem esses espaços em conjunto com as moradias, como as árvores, a água, os espaços para animais.

Diante da morosidade no andamento das obras de Paracatu Novo, de insatisfações das famílias atingidas, e de indefinições da Renova em relação à oferta hídrica; ao déficit de área; à inclinação marcante na topografia dos lotes; entre outras características que dificultam ou impedem a retomada dos modos de vida da comunidade quando o reassentamento for entregue, muitas famílias têm optado por outras modalidades de reparação do direito à moradia, como o reassentamento familiar (CÁRITAS, 2021, p. 43).

O Organograma da Fundação Renova apontou a conclusão das obras de **Bento Novo** para o início de 2019. Conforme relatório publicado pelo MPMG, no entanto, somente 10 casas haviam sido concluídas em Bento Novo até outubro de 2021, sendo que nenhuma família poderia se mudar para esses espaços já que os reassentamentos não foram concluídos,

havendo obras instaladas nessas áreas (MINAS GERAIS, 2021b). Assim, na data da visita guiada, outubro de 2021, embora os bens públicos de Bento Novo estivessem, em comparação com as casas, adiantados, havia muitos tratores, trabalhadores, e poucas casas finalizadas, como pode ser visualizado nos registros fotográficos do capítulo.

[...] **bastante atrasados**, quem tinha uma criança na data do rompimento [...] hoje ela tá com 15, ham, se retornou adolescente [...] e aí você vai romper tudo isso levando esse pessoal pra se reorganizar, **passou por uma reorganização aqui** [Espaços Provisórios] vai passar por uma reorganização lá, em Bento [Novo], as relações de amizade elas foram rompidas, já se romperam, né, é, e aí voltar pra lá e se reorganizar mais uma vez [...] (Larissa, grifo nosso).

Além da morosidade em relação às obras do reassentamento, um dos pontos críticos apontado pela CABF e pela Cáritas (2021) também de Bento Novo é o déficit de área. Com frequência a Fundação Renova não tem restituído a área integral de direito da família, o que impacta diretamente no uso, na ocupação do lote e na possibilidade de manutenção dos modos de vida, e pode trazer prejuízo enorme aos atingidos por perda de área. Além do déficit de área, outro ponto crítico também no reassentamento de Bento Rodrigues é a alta declividade e a impossibilidade de produção agropecuária.

[...] Bento Rodrigues hoje tem um **déficit de área tão grande que a Renova não consegue reassentar todas as famílias que têm direito à moradia no Bento Rodrigues. Se todas as famílias falarem eu quero morar no Bento a Renova não consegue, não tem área suficiente**, isso é principalmente porque [...] eles [Renova] fizeram um um péssimo projeto urbano e **insistiram em aprovar esse péssimo projeto urbano né** (Renato, grifo nosso).

A CABF e a Cáritas (2021) assinalaram, ainda, que diversas áreas estão nitidamente susceptíveis à erosão do solo, a exemplo de áreas na quadra E, principalmente nos trechos onde se localizam os lotes 3, 233, 81, 75, 213, 305 e 4 lotes 19, 52, 109 e 107. Além disso, também está suscetível o Lote Institucional 01 (reservatório elevado de água). Os processos erosivos aumentam a criticidade e risco de deslizamentos por se tratarem de um solo de alta instabilidade (solo saprolíticos). Além disso, um estudo de impacto e recuperação de solos realizado pela J+T e ISAVIÇOSA na área do reassentamento coletivo apontou que apenas as áreas 2 e Área 3 do reassentamento são aptas à produção agrícola. As demais áreas do reassentamento, conforme o estudo, são de baixa fertilidade, sendo os solos muito rasos e pobres. Por estarem susceptíveis à erosão, a maioria dos terrenos é inapropriada à agricultura e à criação de gado.

O terreno destinado a Bento Novo apresenta características bastante distintas da área original (CÁRITAS, 2021). Neste contexto, problemas similares foram percebidos em relação a ambos os reassentamentos. Não apenas no reassentamento de Paracatu de Baixo tem havido um êxodo de atingidos, isso também tem ocorrido no reassentamento de Bento, já que uma

série de insatisfações quanto aos lotes ofertados tem feito um crescente número de famílias deixarem o reassentamento coletivo e optarem pelo familiar, de acordo com o que apontou a Cáritas e a CABF. As condições apresentadas nos reassentamentos coletivos protagonizaram essa migração na escolha da modalidade. Além dos atrasos nas obras, grande parte dos terrenos dificultam a reprodução dos modos de vida de comunidades antes voltadas a atividades de subsistência e à vida comunitária.

Fotografia 77 - Casa em obras em Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 78 - Uma das poucas casas finalizadas em Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Muito embora as rés tenham feito o que se denominou de acordo com o Ministério Público para realizar o reassentamento das comunidades destruídas, conforme processo n. 0400.15.004335-6, quase 02 anos após o ocorrido, as obras não tinham sido iniciadas, “em virtude da negligência das empresas e da Fundação Renova” (MINAS GERAIS, 2021b, p. 18). O MPMG pleiteou, então, o cumprimento de sentença homologatória número n. 0041497-28.2017 (0400.17.004149-7), com data de distribuição 01/11/2017, para execução das obrigações e respectivas sanções às empresas.

A obrigação de fazer entregar a coisa, ou seja, **realizar os reassentamentos e reconstruções** dos atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e demais Comunidades da Zona Rural, tem sido ainda pleiteada. O último prazo fixado pelo MPMG para conclusão das novas residências nos reassentamentos coletivos, familiares e reconstruções foi **27/02/2021**, descumprido há mais de um ano. A 2ª Vara arbitrou uma multa de R\$ 1 milhão por dia de atraso na entrega das moradias, mas as rés recorreram da decisão ao TJMG e o recurso aguarda julgamento (MINAS GERAIS, 2021b). Segundo relatório do MPMG (MINAS GERAIS, 2021b, grifo nosso, p. 26), em março de 2021,

[...] em vista do **encerramento do prazo estipulado judicialmente, a 1ª PJ de Mariana pleiteou a execução provisória da multa**. Contudo, o juízo determinou o sobrestamento da análise do pedido até a definição pelo TJMG acerca da competência para o julgamento dos recursos das rés. **Não houve, até o momento, nenhum acordo** quanto à prorrogação desse prazo.

As mineradoras recorrem diante de tentativas de sanção do MPMG por atrasos e de decisões judiciais não apenas relacionados à formação dos Espaços Novos, mas também dos Antigos.<sup>33</sup> Também visualizamos a continuidade dessas práticas através dos espaços analisados ao longo do tempo. O poder das mineradoras continua ditando as regras do jogo e o ritmo do processo, desde as licenças para instalação da mineradora nas *company-towns*, com promessas de emprego, à morosidade dos processos de reparação e compensação na ocorrência dos desastres. Como destaca Larissa, o fator financeiro e as costuras que ele propicia definem os rumos desses processos.

[...] esse contexto dos espaços e o que acontece, **não há interesse que esse processo de reparação ele seja o processo de reparação rápido porque há muito dinheiro envolvido, muito dinheiro envolvido** relacionado a esse processo de reparação né? E quanto mais **lento** esse processo for, **mais dinheiro circulando vai ter**. Então, é, há um interesse do poder público municipal né? Lucra-se muito (Larissa, grifo nosso).

---

<sup>33</sup> A exemplo do prazo para descomissionamento do Dique S4 em Bento Antigo. Foi ainda determinado, por decisão colegiada de processo número 1.0400.16.003572-3/001 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o aceite de um novo prazo para a Samarco descomissionar o dique S4, em 27/01/2022, prazo que também foi descumprido.



Tanto os atrasos na entrega dos reassentamentos coletivos quanto o controle de acesso a esses espaços e aos Espaços Antigos podem ser entendidos como práticas movidas por intencionalidades que consideram a continuidade da lógica da escalabilidade e da expansão da atividade mineradora e, assim, a manutenção do risco de novos rompimentos de barragens de rejeitos, como mostram os relatos a seguir.

[...] me impressiona, me impressiona de verdade, e eu entendo porque né que existe um desejo de ser assim senão não seria né, porque nada cai do céu, nada é natural. Então assim, ah mais demora, é natural demorar não é, não é, **nada é natural, as pessoas fazem na forma como fazem por intencionalidades. É é lento e é devagar porque não se quer abrir nenhum precedente, porque no futuro pode acontecer outros rompimentos e aí, olha em Mariana foi rápido, olha em Mariana fulano ganhou uma grana, nossa então tipo assim a empresa não não quer abrir nenhum precedente** (Joana, grifo nosso).

[...] **tudo o que for firmado de reparação e compensação do caso de Mariana ele, em função do ineditismo, ele abre precedentes pra acordos futuros, pro caso de novos rompimentos. Então, as mineradoras elas sabem que novos rompimentos vão ocorrer, tanto é que nós tivemos o caso de Brumadinho [...] Então, você vai poder constatar quantas são as barragens que estão aí em risco de ruptura. E aí a gente entende melhor porque que é há tanta dificuldade, não é por falta de dinheiro, não é por incompetência, a Fundação Renova, as mineradoras são extremamente competentes, inclusive em parecer incompetentes, né?** (Larissa, grifo nosso).

O controle de acesso aos espaços pela Renova tem definido, inclusive, as fronteiras de mobilidade daqueles que são permitidos e a quem o acesso é facilitado e daqueles que devem afastados na produção dos espaços. A mídia, por exemplo, tem sido não somente bem-vinda ao reassentamento de Bento, mas convidada pela Renova.

Fotografia 79 - Cartaz da Renova convidando a mídia



A Fundação Renova convida este veículo de imprensa para **conhecer o novo distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), na quarta-feira, dia 19 de outubro.** Os jornalistas serão recebidos pelo **diretor-presidente da Fundação Renova, Andre de Freitas.**

QUANDO: **Quarta-feira, 19/10/2022**

HORÁRIO: **Saída de Belo Horizonte: 6h40**  
**Retorno de Bento Rodrigues: 13h00**

TRANSPORTE: **Será disponibilizado transporte dos jornalistas de Belo Horizonte até o novo distrito de Bento Rodrigues. O local de saída será informado posteriormente.**

Fonte: dados da pesquisa.

Enquanto à mídia é oferecido transporte de Belo Horizonte para visita a Bento Novo, identificamos **práticas de afastamento** tanto na formação dos Espaços Antigos quanto dos Provisórios e dos Novos, materializadas em descaracterizações e barreiras ao acesso e ao uso dos espaços por aqueles que cotidianamente os produzem. O relato a seguir sintetiza os aspectos legal e estratégico do controle de acesso aos reassentamentos.

[...] estratégia de controle do espaço né. Não obstante, é, nós entramos em discussões mais profundas também né Maria Clara, se a gente pegar do ponto **de vista estritamente legal**, até que se **entregue o reassentamento aquilo é uma propriedade privada, da Vale né**, da da da Samarco da da Renova no caso né, que imagino que em nome dela que foram comprados os terrenos. Então, **enquanto não há uma entrega definitiva do reassentamento isso é uma propriedade privada, então e aí, né as leis que nos regem permitem que é você deixa entrar na sua casa quem você quiser que a casa é sua né**, então, isso aí é toca né, na centralidade para isso **então isso deixa com que é a Fundação Renova tenha total liberdade para para fazer esse tipo de controle né**, agora óbvio, aí eu tô me apegando à à legalidade ou não da coisa. Fora isso, né, **do ponto de vista moral e ético deveria ser o mais aí aberta e disponível possível, deveria divulgar [...] facilitar o acesso né**, às vezes os **próprios atingidos têm dificuldade de acessar o reassentamento né, nós da assessoria, por exemplo, temos muita dificuldade [...]** a gente consegue com tranquilidade quando vai acompanhar um atingido que vai visitar a sua obra, fora isso, é muito ou ou quando alguma comissão de atingidos vai lá visitar e a gente vai, fora isso, **nós temos muita dificuldade** (Gregório, grifo nosso).

Ainda em relação ao controle do acesso a Bento Novo, assim como em Bento Antigo, tem sido justificado pela necessidade de manutenção da **segurança** do espaço, uma vez que a região se encontra em obras. Nas palavras de Murilo “[...] assim, que a empresa responde por qualquer acidente que tiver lá dentro né, então ela tem que ter esse controle. Inclusive de quem vai acompanhar a visita, e isso é uma questão de segurança”.

Existe uma diferença importante, entretanto, entre Bento Antigo e Novo em relação ao controle. Enquanto em Bento Antigo os terrenos são propriedade dos atingidos, como mostram as placas apresentadas no capítulo da primeira onda, em Bento Novo a propriedade é das mineradoras até que os reassentamentos sejam entregues. Como pontuou Murilo “[...] eu sei que tem alguns **atingidos que reclamam** dessa postura da empresa, mas [...] eu desconheço qualquer obra que você vai entrando assim à revelia [...] É uma questão de **segurança**. [...] O que eu vejo **problemático** são as áreas de **origem**” (Murilo, grifo nosso). Neste sentido, nos Espaços Antigos (“áreas de origem”), o controle seria exercido sobre terrenos que não pertencem à empresa e, como mencionado, a partir de tentativas de apropriação (permuta) daquele território de interesse minerário. Já a morosidade na entrega dos Espaços Novos faz com que a empresa deva se responsabilizar pela vigília do que se encontra dentro do limite desses espaços.

Dentro da da obra [reassentamentos] a obra eu vejo que é uma questão de segurança também, a gente não pode... a obra não foi entregue, até a obra ser entregue ela não

pertence ao atingido, ela é da empresa, por mais que seja por mais que seja para os atingidos, **ela não foi entregue, ela não é deles.** [...] Então ocorreu por exemplo no **centro comunitário de Ponte do Gama** que houve um roubo, **roubaram alguns equipamentos** que a empresa disse **que tinha entregue para a comunidade**, aí eles pegaram falaram assim “onde que tava esse equipamento?” “Ah tava no centro comunitário”. “Mas **vocês não entregaram o centro comunitário até hoje** então vocês são responsáveis por esses equipamentos, **inclusive a segurança**, vocês têm que devolver (todo) o equipamento”, a empresa realmente teve que devolver outro equipamento, e é isso. Então eu acho que **a não entrega do** [dos Espaços Novos], esses, o que **dificulta o acesso** é porque esse acesso não é da, **esses áreas não são da**, o reassentamento, as obras, **eles não são da da fa, dos familiares**, então não foi entregue. Essa demora na entrega eu acho que é isso (Murilo, grifo nosso).

Como lembra Gregório (grifo nosso), “[...] reassentamento, você chega lá e tem uma **portaria** [...] para entrar você tem que se apresentar e ele **autoriza ou não**, e se você não estiver com o atingido, não for **acompanhar** uma visita você não vai ser **autorizado**”. Eu havia enviado e-mails à Renova e, com persistência no envio de mensagens por e-mail institucional e por *WhatsApp* ao representante da Fundação, consegui agendar formalmente a visita anteriormente à ida à Mariana. Na visita guiada, fui acompanhada constantemente pelo representante da Renova. Perguntei a respeito da captação de água no reassentamento de Bento e o representante me conduziu apenas à estação de tratamento de esgoto, pois os pontos de captação seriam mais afastados e levaria um tempo até chegar. Assim, a visita ocorreu controladamente conforme o *script*.

Fotografia 80 - Entrada Bento Novo em outubro de 2021



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 81 - Entrada Bento Novo em setembro de 2022



Fonte: dados da pesquisa.<sup>34</sup>

Após ter passado por uma entrada de acesso controlado junto ao representante da Renova, que buscou meu crachá em uma cabine na entrada, com a entrada liberada, seguimos rumo ao que denominaram como **mirante**, um ponto de apresentação ao turista, para início do “tour”. Para aqueles que quiserem conhecer os Espaços Novos pelo olhar da Renova de forma online, existe também um “tour virtual” no sítio da Fundação.

Iniciamos o “tour” no início da tarde. Perto do que chamam de mirante, a placa da Fotografia 83, a seguir, apresenta a mensagem “Bem-vindo ao Centro de Apoio às famílias de Bento Rodrigues”. Ao lado da placa, os arbustos vividamente verdes e organizados para direcionar as boas-vindas não aos atingidos, diretamente interessados, mas àqueles que são estrangeiros na formação dos espaços e aos acionistas curiosos. Chegando ao então mirante, apresentado na fotografia a seguir, o representante começou a mostrar a maquete que foi feita do reassentamento, também registrada. Estamos, neste momento do percurso, no ponto amarelo da maquete, onde está escrito, em papel branco e letras pretas, não apenas o que se lê na Fotografia 84, “Centro de Apoio ao atingido”, mas o luto pela espera, por mais de sete anos, de uma moradia não mais temporária.

---

<sup>34</sup> Registro fotográfico fornecido pela entrevistada Míriam por *WhatsApp* no dia 18/09/2022 para utilização na pesquisa.

Fotografia 82 - Ponto de apresentação do reassentamento ao turista



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 83 - Placa “Centro de Apoio às famílias de Bento Rodrigues”



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 84 - Maquete do Reassentamento Coletivo de Bento Rodrigues



Fonte: dados da pesquisa.

Passando, em momentos distintos, por placas, maquetes e pela cancela do reassentamento de Bento (denominado de Bento Novo ou de Novo Bento), argumentamos que a construção dos Espaços Novos se caracteriza pela **continuidade** de práticas que também identificamos nos Espaços Antigos e Provisórios. Não é de se surpreender que, diante de tal continuidade, Samuel (grifo nosso) relata que “A Renova eu costumo dizer que ela é um **braço armado nessa guerra** das mineradoras **contra** os atingidos, a Renova foi criada para reparar o crime, ela nunca o fez. **Ela ela continua propagando o crime**”.

Neste sentido, questionamos **o que os Espaços Novos têm de novo?** Eles parecem continuar materializando a forma como já vinham sendo constituídas as relações de poder e as práticas já presentes na indústria anteriormente ao rompimento da barragem, fato que levou à denominação “Bento Novo”, “Paracatu Novo”, etc. Neste contexto, assim como as práticas produzem os espaços, os espaços produzem as práticas. Assim, o espaço é criado pelas relações que o constituíram a partir de uma configuração específica, não apenas refletindo às práticas, mas reproduzindo as condições de produção da prática, caracterizadas nesta indústria pelo desmantelamento das relações sociais e organizacionais nas comunidades e dos modos de vida dessas comunidades, pelo fortalecimento da assimetria nas relações, pelos conflitos e silenciamentos.

**Nos Espaços Antigos**, as ruínas, embora camufladas, apresentam-se a partir daquilo que foi destruído. Apesar do dique, das mamonas, das braquiárias, das tentativas de apagamento da lama e de destruir a destruição materializada na lama e nas ruínas, ainda avistamos as marcas da lama. **Nos Espaços Provisórios e nos Novos**, identificamos práticas que alteram relações anteriormente constituídas, arruinando laços comunitários. É possível ver lama em espaços onde ela visivelmente não chegou, nos Espaços Provisórios, Novos e nos arredores, considerando-se seus efeitos no decorrer do tempo, como mostra a seguir o relato de Gregório.

Um exemplo [...] dentre mil outros que eu poderia discorrer é, as as casas de o distrito de Monsenhor Horta, ele não foi diretamente atingido, né lá atrás porque a lama não atingiu, ok, agora todas as casas ou a maioria das casas do distrito estão **sofrendo com rachaduras por causa do grande fluxo de caminhões que estão trabalhando no reassentamento**. Então, os impactos **são os mais variados possíveis né então é é é o que a gente percebe aqui né em Mariana, no município como um todo, é uma reorganização forçada** do espaço [...] eu não posso deixar de falar como, por exemplo, **o impacto no mercado imobiliário do município, em função né, o imagina**, olha tem 400, 500 famílias aqui para **buscando aluguel da noite pro dia né, então super inflacionou o mercado de imobiliário [...]** você não acha, **não existe terra disponível porque os reassentamentos também** estão, tomaram grande parte da área livre que tinha e dentro do município, na sede do município, impactou muito [...] aluguel né, subiu muito o **preço dos imóveis**, enfim, mexe com a **dinâmica total do município**. E a

gente está vivendo uma reorganização **forçada** do espaço regida por uma tragédia (Gregório, grifo nosso).

As ruínas, portanto, nem sempre se apresentam como ruínas, mas podem ser representadas pelas ações da Renova para reparar danos e reassentar, em outras regiões supostamente escolhidas pelos atingidos,<sup>35</sup> os espaços concretamente destruídos, propagando danos. Nas palavras de Samuel (grifo nosso), “Eu criei um bordão para isso, a Samarco **levando a lama onde a tragédia não chegou**. Criou outros atingidos, ela **atingiu depois outras pessoas** [...]”.

Iniciamos o seguir a lama aqui a partir das **práticas de descaracterização dos** espaços considerando como se davam, antes do rompimento, os terrenos originais e as relações nas comunidades a serem reassentadas coletivamente. Aqui, a ideia de um Bento Rodrigues e de um Paracatu de Baixo repletos de plantio, de colheita e de animais pastando abre caminho para o que alguns entrevistados mencionam como sendo um “Alphaville”, um condomínio de luxo, com “padrão europeu”. Essa ideia de padrão de luxo contrasta com aquilo que emergiu dos dados. Uma **equipe de fiscalização** das obras dos reassentamentos foi composta por parte dos entrevistados e, de acordo com relatos, foram identificadas rachaduras e goteiras nas obras, ou seja, um padrão de qualidade que não parece condizente com o que o imaginário entende como um “padrão europeu”.

[...] a gente constituiu um grupo de fiscalização né? Aí a gente pega e marca fala não, nós vamos fazer fiscalização e lá na obra a gente explica direitinho o que que a gente está querendo [...] no GT geral, **por exemplo, se está dando esse problema de construções em Paracatu, está dando também em Bento, está dando também na zona rural e está dando no reassentamento familiar, aí é se joga todos os assuntos lá e não é só sobre construção né, é sobre saúde, é sobre indenização, é sobre alguma coisa que fez com os animais, é sobre o às vezes até o meio ambiente** [...] (Ludmila, grifo nosso).

As práticas de descaracterização de um Bento Antigo rural e de um Espaço Provisório bucólico como era considerada a Praça Gomes Freire antes das intervenções da Renova nos permite caminhar sobre a lama rumo ao *glamour* de um suposto Alphaville. Isso nos leva às práticas de camuflagem para **apagamento da lama** onde ela concretamente não chegou. Assim como nos Espaços Antigos e Provisórios, a **preocupação das mineradoras com sua**

<sup>35</sup> De acordo com a Assessoria Técnica da Cáritas e com relatos de atingidos, foram apresentadas três opções de terrenos para escolherem, em um primeiro momento, por meio de votação em audiência pública, são o “terreno do Joel”; o “terreno do Toninho”; e o “terreno da Lucila”. Tais terrenos foram apresentados, conforme aponta a Cáritas (2021) sem o detalhamento técnico necessário, sem aprofundamento por estudo ambiental e desconsiderando o reassentamento de todos os núcleos familiares da comunidade. Não foram os atingidos que se organizaram para escolher qualquer terreno da região que julgassem apropriado, eles optaram por um dos três terrenos apresentados.

**imagem** mais do que com a entrega dos lares e dos reassentamentos coletivos como um todo, também salta aos olhos, considerando que o que é divulgado pela Renova diverge consideravelmente daquilo que foi relatado pelos entrevistados, colocando em xeque o quanto o dito padrão europeu converge com a satisfação dos atingidos. Não à toa, relatos e documentos da Cáritas apontam que muitos deles, quando se mantêm vivos após a morosidade dos processos, desistem de construir uma nova vida nos Espaços Novos, por, além do desgaste da espera, vislumbrarem a desconfiguração dos modos de vida anteriores.

As relações sociais na criação dos Espaços Novos estão sendo rearticuladas conforme os interesses prevalecentes para moldar tais relações, sendo modificados, por exemplo, espaços de uso coletivo e práticas que os produzem, além de **relações mais que humanas** que envolvem conhecimentos ancestrais para plantio, colheita e cuidados com hortas e com animais, por exemplo. Percebemos toda uma rearticulação dos encontros multiespécies que começaria pelo solo, por exemplo, culminando no desagregar de relações mais que humanas, alteradas devido à reorganização nos espaços. Quando um solo apresenta baixa fertilidade e está suscetível à erosão, não estamos apenas abordando as características deste solo, mas todas as possibilidades de relações mais que humanas de proximidade com a terra e com as memórias de práticas anteriores que acabam sendo cortadas pela raiz, mortas antes de nascer.

Com uma série de práticas de descaracterização; apagamento da lama; silenciamento, a criação dos Espaços Novos, assim como dos Antigos e Provisórios, culmina na aridez e na perda de relações vívidas nos espaços; e no **afastamento da ocupação**, justificando a menção de alguns entrevistados ao termo “Reassentamento Fantasma”. Ao longo dos anos, sendo um “Alphaville”, os Espaços Novos deverão abrigar novas histórias, diferentes daquelas vividas nos Espaços Antigos, tornando-se espaços não-ocupados por aqueles para os quais eles têm sido produzidos, os reassentados. Este afastamento é esperado não somente pela não-presença concreta da lama, mas pelos atrasos e pelas descaracterizações nas obras desses espaços coletivos, “enfim, milhares de elementos urbanísticos que estão sendo propostos [...] e tem um caráter muito mais **mercadológico** do que um caráter **reparatório**” (Renato, grifo nosso).

[...] Vamo dizer assim, mas em termos assim... vai ser uma nova história, a gente vê que vai ser uma nova história, **aquela cultura que tinha no Bento... inclusive né, você vê que muitas pessoas moradores** de Bento Rodrigues, tal, talvez **não vão se adaptar** àquele local **que tá fora do contexto da vida rural que eles levavam, né?** (Edson, grifo nosso).

Então a gente tem aqueles atingidos que querem retornar pro Bento, que querem recuperar a cultura do Bento, como a gente tem por exemplo **hoje 90% dos atingidos que não querem saber de Bento [...] de Paracatu, não vão retornar pros reassentamentos, já compraram casas aqui na sede, já compraram casa em outras cidades, e querem esquecer essa história e nunca mais voltar nem em Bento nem em Paracatu** (William, grifo nosso).



Para além disso, entra um processo em ambos os reassentamentos, que em Bento é muito mais grave, muito mais grave, muito mais latente, **que é um processo de financeirização do espaço construído**. E o que que significa isso dentro do reassentamento né? A valorização da área, **a condição super infraestruturada, a modernização urbana [...] se a gente for pensar em Bento por exemplo, o valor da terra no Bento Rodrigues novo, no reassentamento, vai ser o valor da terra que, mais caro de Mariana**. E esse processo possivelmente, eu acredito muito que isso vai acontecer, vai gerar uma situação de **gentrificação, que é aquela condição onde o próprio mercado de especulação imobiliária expulsa as pessoas de lá por causa do valor da terra e as pessoas saem inconscientemente do que elas estão fazendo**, mas ela elas atendem a uma demanda de mercado né, então elas vendem suas casas, suas moradias porque procuram é lucrar, e é direito de todo mundo especular sua própria terra né, mas por outro lado o resultado que isso gera do **ponto de vista comunitário** é a gentrificação (Renato, grifo nosso).

Considerando a ausência de voz dos atingidos nos processos de reparação e de compensação para criação dos Espaços Antigos; Provisórios e Novos (ex.: construção do dique e modificações na Praça Gomes Freire sem aval deles, descumprimentos constantes, etc.) faz sentido que a produção dos Espaços Novos seja comparada a um “Reassentamento Fantasma”, sem adesão de parte deles em uma entrega ainda incerta. Como pontuou William, **“Eu sei que eles têm enfrentado uma luta terrível... um futuro incerto... [...] os reassentamentos ainda não estão prontos, depois de seis anos”**.

[...] depois vieram vieram as questões dos reassentamentos né, **desse espaços do reassentamento, a conquista de um de uma moradia digna, de participar dos da construção do da moradia de da construção dos projetos de moradia, e e de ter um processo de retomada de atividades produtivas, de manutenção desse do do dos modos de vida** (Murilo, grifo nosso).

Então, é, o que acontece? **Joga-se com esse prazo aí infinito pra essa reparação**, justamente pra que **as pessoas atingidas elas percam o interesse na luta, né, e que elas sejam indenizadas é é do do do modo mais barato possível**, né, e não só nesse caso, mas que pra outros casos essas medidas de reparação elas sejam menores e por quê? Porque nós estamos lidando hoje com as duas **maiores mineradoras [...] essa questão é a que mais nos preocupa, né [...] questão de reorganização do espaço. Já se passaram 6 anos e essas pessoas estão aqui [Mariana] ainda** (Larissa, grifo nosso).

Nos Espaços Antigos, faria sentido utilizar o termo fantasma não fossem as formas de vida não-humana que passaram a produzir esses espaços. Nos Espaços Novos, ainda não podemos avaliar a amplitude dos encontros possibilitados ou dificultados. Esses espaços estão sendo configurados. No entanto, percebemos que muitos dos encontros não se manterão vivos após a morosidade das obras e pelas diferenças em relação às localidades de origem, descaracterizando os modos de vida anteriores. O que conectou os espaços aqui analisados, através da lama, é a forma como as organizações têm se articulado ao longo da reconfiguração dos diferentes espaços, enfocando aqui, em vez da socialidade do humano ou das coisas vivas,

a **paisagem** como um conjunto de fragmentos abióticos (VAN DOOREN, KIRKSEY, MÜNSTER, 2016).

Enfocou-se na tese a vivacidade de entidades como lama; rios, peixes e diques; braquiárias; árvores; chafariz, placas, entre outras, e as formas como as relações para além de humanas são constituídas no reorganizar dos espaços para restringir ou possibilitar vozes mais que humanas e viveres multiespécies. Essa reconfiguração dos diferentes espaços começou com o rompimento da barragem e suas consequências, destacando-se aqui a instituição da Fundação Renova, em junho de 2016. A criação e atuação da Renova levou a questionamentos de diversos grupos (comissão de atingidos, membros da mídia; assessoria técnica, órgãos do poder público, para citar alguns). Além da continuidade da destruição que representa a criação da Renova, os efeitos disso muitas vezes não se concretizam explicitamente, mas alterando o estado as relações sociais, em rupturas ou mudanças muitas vezes conflituosas, como apresenta o relato a seguir.

A reparação da Renova ela foi capaz de causar esse mal [...] **que não é visível**, que é o maior de todos os males [...] depressão, suicídio [...] **eu vi muitas separações conjugais por decorrência da lama, e do rompimento da barragem, é, briga de irmãos, família**, então você destrói o que o ser humano tem de mais importante [...] seu íntimo, sua alma (Samuel, grifo nosso).

É importante também lembrar que, além das questões psicológicas desencadeadas devido ao rompimento em si, o que é brevemente mencionado, a Renova enfocara ações e assuntos que seriam secundários diante do **atraso nas obras** dos reassentamentos coletivos e multiplicara os danos no decorrer da dita reparação e compensação de danos, como apresentam os trechos a seguir.

[...] aí criaram aquela Fundação Renova né, porque assim a Fundação Renova é o case de administração acho eu, porque **ela foi criada pra pra pra, em tese, solucionar e facilitar aquilo. E eles fizeram tudo, menos solucionar** e facilitar aquilo. Eu me lembro que uma vez eles estavam fazendo uma reunião com, é com arquitetos e sociólogos e *whatever* que tinha lá, pra discutir como é que tinha que ser, **teria que ser a nova Bento, porque eles achavam que as pessoas não sabiam muito bem o que elas queriam**, e isso foi num, é sendo que **eles já estavam com atraso no cronograma de entrega das casas, eles ainda estavam pensando em projeto, então cascata sem tamanho sabe, realmente baixíssimo resultado perto do tamanho da devastação**. Aí queriam falar só do pós-zona quente, que a zona quente ninguém quer falar né, [...] como é que você vai restaurar aquele negócio lá? **Então é sabe, você vê aquele monte de dinheiro, e cadê o ... sabe**, que ainda assim é pouco perto do tamanho da destruição e como que aquilo lá, **ah vamos fazer oficina pra plantar pimenta biquinho, porque o pessoal lá vivia de pimenta biquinho. Ah sinto muito, pessoal quer o sítio dele de volta**, depois você pensa na oficina de pimenta biquinho (Amanda, grifo nosso).

Tem uma outra coisa que eu escrevi também que a Renova **nunca** ela repara um dano **sem causar outro** [...] isso [danos da própria reparação] levou **muitas pessoas à morte** e eu acho que uma grande morte uma morte muito dolorosa é essa que a gente carrega dentro do peito enquanto **vivo** (Samuel, grifo nosso).

[...] a própria constituição da Fundação Renova é uma é uma parte [...] a Fundação Renova **continua sendo o principal entrave** [...] **dessas soluções** (Gabriel, grifo nosso).

A chegada da terceira onda trouxe, portanto, uma série de **práticas da Renova**. Pela centralidade da Fundação nos processos de reparação e compensação, emergiu dos dados a **categoria Relação com a Renova**. Essa categoria inclui subcategorias como **Criação e atuação; Assimetria de poder; Diferenciação no tratamento; Morosidade e dificuldade de comunicação; e Práticas recorrentes da Renova**.

Essas subcategorias abrangem assuntos como os empecilhos na comunicação com a Fundação; a unilateralidade decisória causada por relações assimétricas; os descumprimentos; a impunidade; a morosidade por parte da Renova, relatada por atingidos como “burocracia”, que o leva ao cansaço e à desesperança, à desistência de lutar por direitos porque a Renova “enrola” o atingido, como mencionado por diversos entrevistados. Outros temas são a espera, as incertezas e às expectativas que levam ao adoecimento, à morte e à não-ocupação de parte dos atingidos dos Espaços Novos, entre outros aspectos.

A pandemia dificultou ainda mais a comunicação dos atingidos com a Renova e a escuta desse grupo. Agrupamos os códigos que expõem a ocorrência de reuniões online como dificultador e a utilização da pandemia como justificativa das mineradoras para atrasos na **categoria Pandemia**.

Muito embora **a categoria Pandemia** tenha se mostrado um tema importante e tenha sido possível identificar, codificar e categorizar outros assuntos diversos relacionados à formação dos Espaços Novos e à eventual mudança daqueles atingidos que optaram pelas modalidades de reassentamento familiar, coletivo ou reconstrução, optamos por não aprofundar nos códigos dessa categoria, que abrangem assuntos voltados às reuniões online e presenciais, não ajudando a responder ao objetivo de analisar as práticas de (re)organização **a partir de uma perspectiva multiespécies** e de um espacializar polifônico, compreendido não somente como prática humana.

As práticas apresentadas, a imposição de uma adaptação nos Espaços Provisórios e a atuação de um conjunto de organizações para reparar e compensar que posicionam a Renova como protagonista levam a lama a um caminho que tem silenciado a voz dos atingidos, como se não pudessem falar por si próprios. Isso culmina não somente no afastamento e na expulsão dos atingidos como também na própria descaracterização dos Espaços Novos, em um ciclo que se retroalimenta e torna esses espaços um possível “Reassentamento fantasma”.

Questionamos, então, cadê a voz dos atingidos em um processo que deveria ser conduzido não somente para eles, mas com eles? A própria representação dos atingidos por outras organizações que seriam a voz deles (MPMG e assessoria técnica) representa, em si, uma forma de exclusão dos processos. A ausência de participação dos atingidos e a forma como os processos têm sido conduzidos tem distanciado o grupo e causado a **fragmentação das comunidades**, como visto a seguir.

[...] **o arquiteto diz a sua casa vai ser assim, assim, assado, beleza** e ele ah tá, mas peraí, nenhum de nós aqui vai morar na casa, é certo você ir morar. [...] **Esse tipo de situação né. Então é, e influencia muito assim né, nessa organização né.** [...] **A organização comunitária também tem dificultado porque cada um tá num lugar.** Então hoje já tem atingido da comunidade de Paracatu de Cima, em Paracatu de Cima, tem em Mariana, tem em Belo Horizonte, e tem na Europa, na Espanha. Essa, **essa reorganização do espaço, a gente tem,** tem atingido de Paracatu de Cima no sul do Brasil. Então **essa reorganização do espaço foi dificultada** [...] por exemplo, onde a comunidade Paracatu de Cima vai ter como referência a escola comunitária, a escola onde que os estudantes, as crianças Paracatu de Cima vão estudar, onde que os mortos de Paracatu vão ser enterrados, é muito mais **difícil nesse contexto**, do que quando, antes né, **que tava todo mundo junto né, na mesma situação** (Murilo, grifo nosso).

Neste contexto, aqueles que protagonizam a (re)organização dos espaços têm submetido humanos e não-humanos a relações de distanciamento, de dispersão, com invisibilizações específicas na produção dos espaços, unilateralidade decisória, em processos de organizar que não parecem considerar o que as reassentados desejam, e a posição de não-humanos e de animais não-humanos na reconfiguração.

Isso tem levado a mais danos no processo de reparação, identificados em práticas de **afastamento e de descaracterização** de uma suposta reconstrução, que pode ser entendida como destruição, como mostra o depoimento do entrevistado Fernando (grifo nosso). “Enquanto isso a minha esposa, eu mostrei umas fotos pra ela, ela começou a chorar **porque destruíram a fazenda na atual reconstrução**, então é uma reconstrução pra, a gente fala que é **pra inglês ver**”.

O reassentamento das comunidades tem sido marcado, portanto, pela restrição de diversos direitos da comunidade, como o direito à participação informada, como será abordado; o direito à justa negociação; o direito à reparação justa de todas as perdas; o direito à moradia adequada; o direito à manutenção dos modos de vida, da cultura e do ambiente de convivência comunitária original; o direito de acesso à justiça, entre outros (CNDH, 2017). Iniciemos a caminhada através das práticas de descaracterização!

## 7.1. PRÁTICAS DE DESCARACTERIZAÇÃO: UM ALPHAVILLE COM RACHADURAS

As práticas e os processos de composição de uma paisagem permitem visualizar rupturas ou formas contínuas de organizar os espaços. No contexto desta pesquisa, a chegada da lama sinalizou a perturbação imediata nos Espaços Antigos, por um lado. Por outro, a destruição fez com que um conjunto de organizações se articulasse para o reassentamento dos atingidos nos Espaços Novos, algo que já trouxe efeitos inclusive nos Espaços Provisórios, mas ainda está em processo. A construção dos reassentamentos coletivos acarretou, conforme lembra o entrevistado Gregório (grifo nosso),

[...] no **inchaço e no, na sobrecarga de serviços públicos no na sede do município né, numa numa num afluxo de profissionais de para construção civil e Fundação Renova** [...] isso tudo afeta muito o município né? É bastante gente trabalhando aqui, desenvolvendo coisa enfim, então é é é é muita coisa né? Enfim, então, é isso é **visível, e ao mesmo tempo** que é visível é também é também **no meio do furacão né**, eu acho que isso aí **a gente só vai conseguir ter avaliações mais precisas depois de mais tempo ainda, depois que que os reassentamentos tiverem prontos**, porque a gente ainda está tudo **muito tumultuado, tudo muito no meio né?**

Interpretamos que a (re)configuração das relações sociais e organizacionais após a chegada da primeira onda de lama se propagou ao longo dos Espaços Antigos, Provisórios e Novos. Como a criação dos Espaços Novos **mantém semelhanças com a dos demais**, mesmo tendo enfatizado neste capítulo a criação dos Espaços Novos, não deixamos de mencionar aspectos dos Antigos e dos Provisórios.

Nos Espaços Novos, a aproximação com os modos de vida outrora vivenciados nos Espaços Antigos é dificultada com os contornos que os reassentamentos têm ganhado. Neste sentido, percebemos uma ruptura maior com o habitual na formação dos Espaços Novos e, neste momento, abordamos as **práticas de descaracterização** na configuração deles. Acreditamos que essas práticas contribuíram para um distanciamento significativo daquilo que havia sido Bento Rodrigues, mesmo diante das tentativas da comunidade de resgate das lembranças de um Bento Antigo.

Já nos Espaços Antigos, apesar da destruição e das práticas de camuflagem, ainda eram buscadas formas de resistir e de (re)ocupar as ruínas, por exemplo, com as idas nos finais de semana e os resgates de práticas como pescaria no Dique S4. Nos Espaços Provisórios, mesmo com as dificuldades de adaptação, algumas delas acarretando um processo de empobrecimento dos atingidos, como relatado a seguir, ainda assim era possível buscar alguma proximidade com o modo de vida em Bento Antigo, seja pela ida à igreja ou

outras tentativas de socialização, seja pelas causas (luta) que uniam algumas comunidades, seja pela escolha de uma casa para habitar onde houvesse pomar e espaço para criação de animais, como cheguei a avistar, por exemplo, horta, galinhas e cachorro em uma das casas na sede de Mariana, como apresentado nas imagens a seguir.

Fotografia 85 - Pomar em casa dos Espaços Provisórios



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 86 - Animais em casa dos Espaços Provisórios



Fonte: dados da pesquisa.

A ida ao reassentamento de Bento Rodrigues (Bento Novo), onde ocorreu a visita guiada do dia 29/10/2021, conforme apresentado no Quadro 4, possibilitou observar como o Bento Novo estava configurado quase seis anos após o desastre (outubro de 2021). Os registros fotográficos utilizados neste capítulo, em conjunto com o diário de campo da visita, de dados de documentos e das entrevistas, permitiram contrastar **práticas** que formaram o reassentamento coletivo de Bento como percebido pela comunidade, ao evocar lembranças de

Bento Antigo, da criação desses espaços antes do desastre, e de Bento Novo, a partir da visita e dos demais dados.

Fotografia 87 - Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Nos Espaços Novos, o que encontramos mais de seis anos após o desastre? Nuvens carregadas; vidas que têm morrido um pouco a cada dia na dificuldade do luto, da espera, da incerteza e da expectativa. Para embasar a visível **descaracterização** do espaço conforme vivenciado nos Espaços Antigos e a dificuldade de manutenção dos modos de vida e de relações da convivência comunitária original, mergulhamos neste momento na **categoria Espaços Provisórios e Novos**, e na subcategoria **Alphaville**. Apresentamos, assim, a construção de casas que aparentemente teriam uma qualidade nivelada como “Alphaville”, mas que já apresentam problemas mesmo antes da entrega e da ocupação.

Os seguintes dados evidenciam como o contexto do estilo rural deu lugar a um suposto *glamour* e à contemporaneidade do Bento Novo, algo também percebido na criação dos Espaços Provisórios devido às intervenções da Renova na Praça para torná-la mais “moderna” (Edson), como pontuado no capítulo anterior. Os registros fotográficos e relatos permitem, ao contrastar Bento Antigo e Novo, visualizar **práticas de descaracterização**, que levaram à associação do reassentamento a um condomínio de luxo como o Alphaville, ou a construções com “padrão europeu”. Nas palavras do entrevistado Edson, “[...] O novo Bento cara, ele vai ser assim... como **diz o outro, um padrão europeu aqui em Mariana**, né, devido à **Mariana**, você está entendendo?”.

Tendo emergido dos dados seja a noção de Alphaville ou de “padrão europeu”, o que ambas permitem visualizar na análise, quando enxergarmos lama também em espaços onde ela não atingiu, é o que o imaginário entende por um estilo luxuoso, diferente da forma como se construía casas nos Espaços Antigos e em regiões do município de Mariana. A partir dos relatos, os entrevistados apontam as mudanças percebidas, o que é visível quando se visita Bento Novo. As imagens a seguir permitem visualizar o contraste entre Antigo e Novo e o que pode ser entendido, em termos comparativos, como luxo e *glamour*, em um **primeiro momento**, sobretudo para quem é externo ao espacializar.

Fotografia 88 - Casa em Bento Novo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 89 - Casa em Bento Antigo I



Fonte: dados da pesquisa.



Como relata a entrevistada Larissa (grifo nosso), “As pessoas residiam, a grande maioria, né, elas residiam em **casas bastantes simples**, residiam na **roça, o reassentamento ele tá sendo conduzido pra[ser] um Alphaville**”. Outros trechos das entrevistas apresentam as mudanças em relação às moradias e aos modos de vida.

[Bento Novo] tá fora do **contexto da vida rural que eles levavam**, né? (Tão falando assim), chegou a comparar ali ao **Alphaville**, vai ser um **AlfaBento, né, deixou de ser um Arraial pra virar um Alphaville**, né, que a gente vê em São Paulo, a gente vê em Belo Horizonte, tal, nas grandes cidades né, esses núcleos urbanos assim de tal, então **virou um Alphaville** (Edson, grifo nosso).

[Tacho] Era ela onde ela fazia os doces [...] algo assim de que ela **tinha um grande apego**. E aí eles fizeram outra casa pra ela, eles que eu falo é a Renova, fez uma casa para ela, **você vê a casa dela é padrão Alphaville**, é uma casa de se não engano 4 quartos, 3 ou 4 quartos com uma suíte, e o banheiro e o chão todo em **porcelanato**, o banheiro é **mármore e granito e tem um hall assim entre o banheiro e a cozinha**, e a cozinha de fogão de lenha com a varanda e a cozinha de fogão de gás, é uma coisa assim, uma **obra de engenharia, muito bem feita**, e a cozinha de (fogão de gás), **muito bonita**, e a parede azulejada até o teto, e a cozinha com fogão de lenha com **um fogão muito bonito**, e, **cerâmica** com a churrasqueira no final, com um forno e com tudo, assim algo que que se me desse 2.000.000 de reais hoje pra mim fazer essa casa e sobrasse o dinheiro fosse meu ou se faltasse eu tivesse que pagar **eu não queria, não teria coragem de pegar** (Samuel, grifo nosso).

[...] porque ali [reassentamentos coletivos] **eles estão construindo um Alphaville**, pra morar, meus pais sempre moraram em área urbana e o que eles pretendiam no fim da vida era ir pra uma localidade **rural né e o reassentamento que tá sendo feito aí ele não possui mais qualquer é características de uma comunidade rural, então nós pedimos pra ir para uma localidade na qual nós tínhamos identificação**, meus pais têm identificação (Larissa, grifo nosso).

Podemos argumentar, ao contrastar o estilo “Alphaville” dos reassentamentos coletivos com o que foi relatado como um modo “simples” (Larissa) de construir e viver, que **as casas** em Bento Antigo – e a própria criação do espaço tal qual se configurava antes do desastre – foram violentadas triplamente. Na primeira, pela destruição que a indústria trouxe aos Espaços Antigos, concretizada com a chegada da **primeira onda de lama** que materializou a destruição. Na segunda, pelos **saques** que descrevemos no primeiro capítulo de análise, os furtos iniciais de janelas, portas, e diversas partes das casas, que foram justificados pela ausência de segurança na região logo após o rompimento da barragem, o que abordamos anteriormente.

Na terceira, pela própria alteração **do modo de produzir** espaços privados e públicos nos Espaços Novos e, conseqüentemente, a reconfiguração das relações entre espécies humanas e não-humanas, dos humanos com o entorno e com o não-entorno que outrora existira e deixaria de fazer parte da formação do Bento Novo. Isso porque não se fala mais em peixes; pescaria; festividades; varrer chão de porcelanato, como mostra o relato a seguir, entre outras práticas do cotidiano dos atingidos nos Espaços Antigos.

[...] algumas casas já foram entregues e **todas nesse padrão** e aí as pessoas olham para essa casa, uma senhora de 83 anos que viveu na roça descalça, cortando vassoura para varrer o chão, cortando vassoura, não sei se você já viu dá no mato, tem uma **planta** se chama vassoura, você corta e faz a vassoura, você põe ela num cabo de madeira lá que você põe, uma latinha de massa de tomate pra prender os aqueles cabinhos da vassoura e varre o chão. **Essa vassoura não entra mais na casa dela, não tem como ela varrer um porcelanato porque fica folhinha no chão, a casa dela era de terra batida**, então a relação de pertencimento dela era com a **terra**, era com o **pé descalço em cima daquela terra** que o filho dela entrando com a botina suja do curral na casa e tomando café, era isso que era a vida dela (Samuel, grifo nosso).

Interpretamos, portanto, que a formação dos Espaços Novos também foi guiada por práticas de **descaracterização** pela forma como a Renova tem construído os reassentamentos coletivos, desconfigurando antigas práticas na formação dos Espaços Novos. Altera-se as relações de pertencimento anteriores e a forma como as comunidades atingidas se relacionavam ali inclusive por meio da produção de espaços de uso coletivo que seriam menos convidativos a partir do que os atingidos relataram como costumeiro, e que, deste modo, modificariam as próprias práticas. Podemos refletir sobre cada elemento que compõe os fragmentos de uma nova paisagem e sobre este reconstruir, seja pelas escolas, pelo ginásio, e por outros espaços. Reconstrução para quem e por quem? Não poderia esse reconstruir ser enxergado como destruir? Destruir o habitual, o familiar.

O reorganizar das relações sociais e organizacionais na direção da camuflagem e da descaracterização causou um **afastamento** de atingidos entre si e de parte deles com os Espaços Antigos. Isso também tem ocorrido com a criação dos Espaços Novos, considerando que os espaços de uso coletivo (como escola, posto de saúde, ginásio) estão sendo construídos com materiais e tecnologias distintas das existentes nos Antigos, como apresentam os registros a seguir.

Neste momento do percurso, embora estejamos atravessando os Espaços Novos, peço licença a você, leitor, para voltar a Bento Antigo para tecer algumas comparações. O espaço do ginásio estava fechado. Assim, não foi possível conhecê-lo em Bento Antigo. Registrei a parte externa dele, conforme apresentado na Fotografia 90, a seguir.

O fechamento de alguns espaços coletivos em Bento Antigo, seis anos após o desastre, aponta para a não-espontaneidade no acesso e uso desses espaços. Quando as pessoas não podem acessá-los a qualquer momento, o fluxo livre é comprometido, não sendo homogêneo, mas restrito a quem tem a chave e aos que os contactam. Isso revela a forma como não somente o acesso a Bento é controlado, mas também outros espaços.

Comparando este espaço de uso coletivo para prática de esportes em Bento Antigo e em Bento Novo a partir do que foi possível acessar, notou-se que o ginásio em Bento Novo é

fechado por completo, do piso ao teto, apesar da altura do pé direito, enquanto em Bento Antigo há aberturas na lateral para o vento participar das práticas esportivas evitando que o espaço se torne quente como uma estufa.

Em Bento Antigo, as paredes do ginásio são vividamente pintadas de laranja, branco e vermelho, destacando o vermelho, cor quente; enquanto em Bento Novo os tons das paredes e grades são cinza e branco, trazendo aridez à vista. O teto do ginásio em Bento Antigo, em formato triangular, remeteria à forma de uma casa, de um espaço familiar, enquanto em Bento Novo formas retas dão o contorno desenhado pela Renova. Em Bento Novo, essas formas, cores e o próprio fechamento do ginásio até o teto podem remeter antes a uma prisão do que a um espaço público para práticas esportivas.

Fotografia 90 - Ginásio em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 91 - Ginásio em Bento Novo I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 92 - Detalhes do Ginásio Poliesportivo em Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 93 - Ginásio em Bento Novo II



Fonte: dados da pesquisa.

As escolas públicas em Bento Novo não diferem dos ginásios no que se refere à aridez dos tons cinza. Esse tom não aparece antes de nos aproximarmos do espaço físico, no entanto. Vista de longe, a escola no reassentamento coletivo de Bento se assemelha a um conjunto de blocos tão organizados quanto os guarda-chuvas que a Renova ordenou nos Espaços Provisórios, especificamente na Praça Gomes Freire.

Enquanto isso, com as paredes tomadas pela vegetação e pela lama, a cor verde das plantas e o marrom da lama dificultam identificar, para quem não vivenciou o espaço, a cor

exata da parede original da Escola Municipal de Bento, se branca, se verde claro. Precisei resgatar o diário de campo para lembrar que a escola tinha um muro verde, como apresentado a seguir. Podemos visualizar que o tom cinza não faz parte daquela paisagem. Durante a visita guiada em Bento Antigo, ao passarmos pela escola municipal, o entrevistado Santiago me explicou que ela era nova, tinha acabado de ter sido construída. A escola era do lado do posto de saúde e perto do correio.

Fotografia 94 - Vista da escola no Reassentamento de Bento Rodrigues



Fonte: dados da pesquisa.

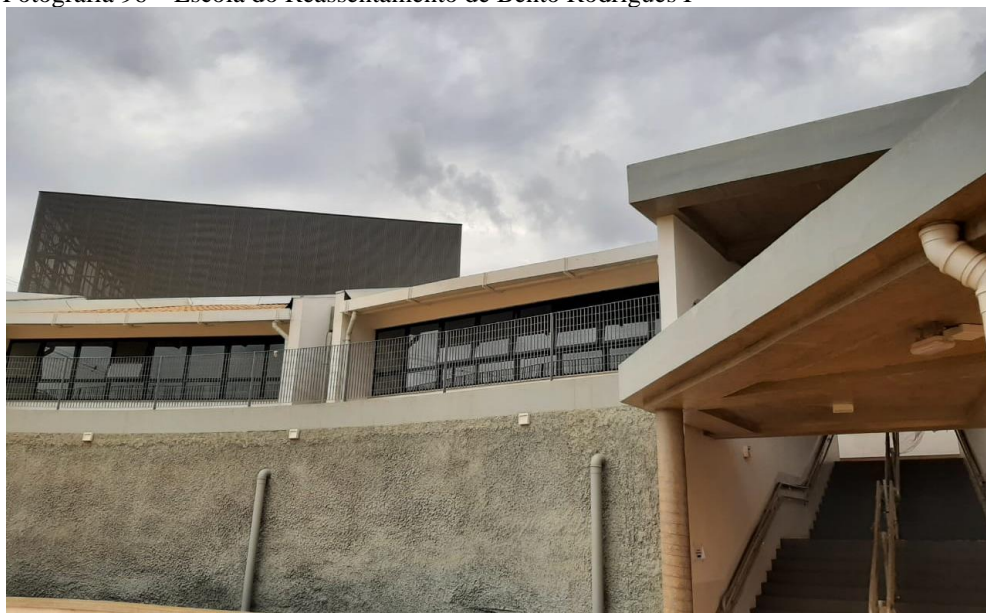
Fotografia 95 - Escola Municipal em Bento Antigo



Fonte: dados da pesquisa.

Nesta etapa do percurso, atravessamos paredes, corrimões e piso cinzas para observar de perto o espaço da escola em Bento Novo e apresentar o nítido contraste de cores entre as escolas municipais nos Espaços Antigos, Provisórios e Novos, como apresentam os registros a seguir.

Fotografia 96 – Escola do Reassentamento de Bento Rodrigues I



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 97 - Escola do Reassentamento de Bento Rodrigues II



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 98 - Escola Municipal do Espaço Provisório de Bento



Fonte: dados da pesquisa.

Ao atentar para as cores das escolas em Bento Antigo, Provisório e Novo, notamos que branco e verde predominam nesse espaço em Bento Antigo; amarelo no Provisório e cinza no Novo. Cores quente e fria contrastam, estando o cinza predominando no espaço físico, apesar da faixa em azul claro e da porta em verde, detalhes coloridos de uma escola majoritariamente em branco e cinza no Bento Novo. Convém lembrar que o coreto, a partir das intervenções nos Espaços Provisórios, em vez de permanecer com a cor azul escuro, como originalmente, foi alterado para os tons azul claro e branco, guardando semelhanças em termos das cores utilizadas pela Renova nos diferentes espaços.

Fotografia 99 – Sala de aula da Escola de Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

O que pretendemos ressaltar aqui é que as cores escolhidas para o espaço também ajudariam a colorir a vida dos atingidos, aproximando-os no espacializar, ou afastando-os da produção do espaço da escola, dificultando o desejo de conviver diariamente com o monocromático do cinza até em detalhes que controlam a frequência de trabalho, como pode ser visualizado na Fotografia 100. Além da tecnologia instalada para controle de ponto na escola no reassentamento de Bento, destacamos que o espaço físico conta com ar condicionado, salas multiuso e retroprojetor, equipamentos difíceis de se enxergar no contexto anterior de Bento Rodrigues.

Fotografia 100 - Secretaria da Escola de Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Fotografia 101 - Retroprojektor da Escola de Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Se, por um lado, não seria surpreendente ou luxuoso encontrar ar condicionado, retroprojektor e controle de ponto em um espaço físico reconhecidamente urbano, por outro, considerando as características mais próximas ao rural da escola de Bento Antigo, essas intervenções têm **descaracterizado** o espaço como reconhecido pelos atingidos que virão – ou viriam – a formar esses espaços quando entregues às comunidades.

Como a (re)organização dos Espaços Novos tem moldado os fragmentos que criam esses espaços? Alterando as relações de aproximação ou afastamento daqueles que produzem tais espaços. Afastando as noções de convívio e aproximando a ideia de um espaço árido, cinza, distante. Destrói-se o senso de comunidade; rompe-se com o familiar. Como neste momento do percurso você, caro leitor, pode ainda estar associando os espaços de uso coletivo de Bento Novo àquilo que esteticamente poderia ser semelhante a um condomínio como Alphaville, lembramos que os elementos não-humanos que estão ocupando esses



espaços físicos (retroprojektor, controle de ponto, entre outros) podem levar à aproximação dos equipamentos e da tecnologia empregada por um grupo humano específico, acostumado com a linguagem formal, técnica, jurídica.

Indo ao encontro das práticas das mineradoras, a (re)organização dos espaços acaba por limitar as possibilidades de pertencimento e expressão de outro grupo, para o qual o espaço está sendo produzido. Quando se silencia a voz daqueles que deveriam estar participando da criação dos espaços que ocuparão (ou ocupariam), **exclui-se formas de convívio** que não se aproximam do dito padrão Alphaville. Essa configuração determina os padrões de comportamentos e de interação que devem ser mantidos, por exemplo, com o verde das braquiárias e mamonas nos Espaços Antigos, a ordem dos guarda-chuvas da Praça nos Espaços Provisórios, e a tecnologia não-usual do retroprojektor ou do controle de tempo e frequência de trabalho, afastando-se a manifestação de experiências anteriores como horta, criação de animais, relações de permuta de um alimento cultivado por outro.

Considerando as características de Bento Antigo, por que não conduzir na escola um ensino mais próximo à realidade dos atingidos, abordando aspectos sobre solo, plantas, com espaços específicos para isso, em vez de limitar o ensino a um aprender tradicional (cadeiras, mesas, ar-condicionado e retroprojektor) praticado em meios majoritariamente urbanos? Apresentamos os efeitos da produção desses espaços tais quais têm sido configurados para uso (ou não-uso) futuro.

Para o entrevistado Samuel (grifo nosso), “[...] quando você **dá muito mais do que a pessoa tem**, talvez ela não tenha **espaço para suportar esse muito mais**”. O que pelo olhar financeiro, por exemplo, seria “muito mais”, como o emprego de materiais mais caros do que os anteriormente utilizados nos Espaços Antigos, significaria, sob outra visão, menos. Menos pertencimento, menos lembranças. O “muito mais”, mais luxuoso, mais caro, mais próximo ao interesse da mineração, levou os entrevistados a associarem os Espaços Novos a um padrão europeu ou ao conjunto habitacional Alphaville.

Ao seguir a lama por espaços onde ela concretamente não chegou, mas também causou destruição, na dita construção dos reassentamentos coletivos, argumentamos aqui que o “muito mais” pode também ser interpretado, por um olhar distinto, como um muito menos caracterizado por menos afinidades, menos desejo de ocupar daquele novo espaço tido como luxuoso, menos despertar de memórias. Como relatou a entrevistada Joana (grifo nosso), “o pessoal [atingidos] quer a vidinha deles, **quer que o vizinho antigo seja o mesmo vizinho**, quer um **espaço de terra que não seja cimentado para plantar**, é isso que as pessoas querem”. E a entrevistada acrescenta,

[...] eu fico assim gente não importa, **não importa se eles vão dar uma mansão para essas pessoas, elas ficaram 6 anos sem casa** [...] tinha que dar era 3 mansões é 4, 5 **aliás, nem é mansão** [...] **elas não querem mansão**, e aí eles ficam falando, **mostrando** o novo Bento Rodrigues tá **parecendo um condomínio** [...] (Joana, grifo nosso).

A noção dos reassentamentos coletivos como “condomínio de gente rica” (Míriam), “Alphaville”, relaciona-se às **práticas de descaracterização**, na medida em que os espaços adquirem uma configuração significativamente diferente da anteriormente relatada, mas não deixa de estar vinculado, ao mesmo tempo, às **práticas de silenciamento**, que invisibilizam elementos específicos na formação dos reassentamentos, **de afastamento**, já que os atingidos acabam repelidos e migram para outras modalidades, e **de camuflagem**, já que produz Espaços Novos que **apagam a lama**, a partir da divulgação de que estão sendo entregues às comunidades bens luxuosos, que atendem plenamente à necessidade dos atingidos, sendo ocultados os pontos críticos.

Anos após o desastre, a **revista Dois Pontos, associada à Fundação Renova**, publicou que a Renova planeja **acompanhar as comunidades** por ao menos dois anos após a entrega das casas mediante monitoramento socioeconômico já que “O processo do reassentamento por si só é **desafiador**, mas a adaptação à nova vida é considerada uma fase crucial para o sucesso de todo o projeto”. Além disso, afirmou-se que “[...] o processo **participativo** é o que dará aos reassentados um sentido de **pertencimento** ao lugar” (REASSENTAMENTO..., acesso em 4 out. 2022, p. 4, grifo nosso) e que

[...] Para **estimular o comércio local**, a previsão é que os reassentamentos recebam um suporte do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). **Tais processos pressupõem a participação das famílias**, para que cada uma ajude a definir os critérios e as características dos reassentamentos (REASSENTAMENTO, acesso em 4 out. 2022, p. 4, grifo nosso).

Desafiador é aguardar por mais de sete anos em Espaços Provisórios. Desafiador é perder relações de cultivo com a terra, de proximidade com árvores, peixes e rios. Desafiador é a Renova (REPARAÇÃO..., 2021) divulgar que as obras têm atendido à infraestrutura necessária para as comunidades, com pavimentação de ruas, rede elétrica, de água e esgoto, e as comunidades precisarem continuar lutando por direitos fundamentais, como moradia e água bruta, tendo como prática da mineradora tentativas contrárias de retirada de direitos, a exemplo do déficit de área. Desafiador é ver um **empobrecimento forçado** divulgado como uma preocupação da mineradora, como apresentaremos a seguir. Desafiador é ver que a mineradora investe na divulgação de uma suposta participação, estando os processos repletos de silenciamentos.

Conforme informações do relatório do MPMG (MINAS GERAIS, 2021b, p. 21), no dia 28/11/2016, as rés fizeram acordo para realizar o reassentamento das comunidades destruídas pelo rompimento da barragem de Fundão garantindo a **participação** das vítimas. O referido relatório, no entanto, aponta que uma ação de cumprimento de sentença precisou ser distribuída em 27/07/2020 para assegurar “o cumprimento de obrigações pactuadas entre as partes em diretrizes homologadas nos autos da Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6”. Trata-se de obrigações e sanções referentes aos critérios de compensações às famílias, que têm recebido imóveis inferiores aos que possuíam originalmente (déficit de área) e organizados de forma diferente, como segue.

Obrigação de fazer e entregar – consistente no fornecimento de **imóveis em condições iguais ou superiores aos originais**; ou na impossibilidade de restituição integral das características originais dos imóveis [...] ou compensações **em melhorias nas edificações e/ou benfeitorias** (MINAS GERAIS, 2021b, p. 21, grifo nosso).

Já está acordado já está definido, as pessoas não querem lotes diferentes do formato de vizinhança que eles já tinham anteriormente (Gregório).

O acompanhamento apresentado pela reportagem supracitada (REASSENTAMENTO..., acesso em 4 out. 2022) não pareceu considerar as obrigações legais das mineradoras rés nem caminhar ao encontro das diretrizes apresentadas por relatório da assessoria técnica e da CABF quanto aos pontos acerca da **execução da** reparação da moradia e do reassentamento coletivo das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, algumas delas resgatadas a seguir.

DIRETRIZ 41. A Samarco, a Vale e a BHP deverão **apresentar e se comprometer com novo cronograma de obras que contemple a previsão de conclusão e entrega** para as pessoas atingidas, com o envio mensal de informações sobre o **andamento das obras**; [...] DIRETRIZ 46. A Samarco, a Vale e a BHP deverão construir **soluções em conjunto e a partir das escolhas das pessoas atingidas**, quando houver necessidade de alteração do projeto aprovado pelas famílias, **antes da execução** de qualquer intervenção. DIRETRIZ 61. A Samarco, a Vale e a BHP **deverão atender os anseios da comunidade** em relação a implantação dos equipamentos **públicos** e comunitários, mesmo que isso implique em novos licenciamentos; DIRETRIZ 62. [...] deverão **acatar as decisões das pessoas atingidas no processo de definição da utilização das áreas** institucionais sem uso definido e demais áreas remanescentes (CABF; CÁRITAS, 2022, grifo nosso, p. 9-11).

Se, por um lado, como a reportagem afirmou, o processo **participativo** pode dar aos atingidos um sentido de **pertencimento** na configuração dos Espaços Novos, por outro, isso não tem ocorrido. Pelo contrário, a formação desses espaços parece protagonizado pela não-escuta. De acordo com os relatos e com documentos da CABF e da Cáritas, o projeto

urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues, aprovado pela comunidade fevereiro de 2018, foi conduzido pela Fundação **sem garantir a participação efetiva da comunidade**. Em maio de 2018, o projeto das residências destinadas aos atingidos de Bento foi iniciado, antes das famílias conhecerem seus terrenos, sujeitos à erosão, ao déficit de área, à alta declividade e à dificuldade de produção agropecuária (CÁRITAS, 2021, p. 21-22).

Além disso, de acordo com documento da CABF e da Cáritas (2021), os reassentados não têm sido escutados em uma discussão coletiva a respeito de outros pontos críticos que mencionamos sobre os espaços de uso coletivo e a retomada dos modos de vida da comunidade. A implementação de equipamentos públicos deveria estar sendo construída em consonância com os anseios da comunidade. No entanto, a Renova está impondo a construção do cemitério do reassentamento de Bento Rodrigues na área nº 04. Para a comunidade a área deveria ser destinada à construção de moradias das famílias, que deveriam estar sendo incluídas na elaboração de projetos e nas tomadas de decisões. Elas gostariam de ouvir da Renova outras propostas de terreno para o cemitério.

Outra situação que exemplifica o não cumprimento do direito à **participação informada** e a ausência de voz dos atingidos foi a inauguração, em 23/12/2020, da Unidade Básica de Saúde no reassentamento de Bento Rodrigues. A Renova inaugurou a unidade sem a ciência e o convite da comunidade e da CABF. A inauguração não deveria ocorrer sem conhecimento ou anuência dos reassentados, pois deveria ser assegurada a **participação efetiva da comunidade** no processo de reassentamento (CÁRITAS, 2021).

Em visitas recentes aos lotes as famílias têm se deparado frequentemente com uma realidade distinta daquela que imaginavam durante o desenvolvimento do projeto arquitetônico, percebendo dificuldades relacionadas àquilo que a Cáritas destaca como pontos críticos, como a declividade dos terrenos e outras características dos lotes. Isso tem ocorrido porque a maioria dos núcleos familiares participou do processo de desenvolvimento dos projetos de suas casas, sob responsabilidade da Renova, sem visitar os terrenos previamente ou a partir de visitas que não possibilitavam o acesso ou o entendimento do estado do lote, por exemplo, devido à não supressão vegetal ou à ausência de uma terraplanagem primária. O que unia os reassentados aos Espaços Novos eram majoritariamente representações gráficas com uma linguagem técnica de projeto, frequentemente não familiar a não-técnicos e aos atingidos, incluindo maquetes eletrônicas e desenhos técnicos, por exemplo (CÁRITAS, 2021).

Destacamos, ainda, aspectos relacionados ao direito da **manutenção dos modos de vida** e do ambiente de **convivência comunitária original**. A forma como o reassentamento

de Paracatu de Baixo tem sido produzido, além de não respeitar o direito à participação informada, não direciona elementos centrais para possibilitar a manutenção dos modos de vida, como a disponibilidade hídrica.

[...] **dentro de Paracatu a gente tem, por exemplo, na questão da água a gente tem alternativas que a própria empresa forneceu. Hoje ela diz que não é viável, mas o estudo de viabilidade ela fez,** e disse, e afirmou que era viável [...] Tem o desafio de manter os modos de vida, que é algo que eu acho que nem tem tanta esperança disso acontecer, uma vez que os **reassentamentos já mudam completamente a forma da família viver,** de produzir, **os reassentamentos não têm água, não tem previsto água pra todas as atividades** [...] estão **fazendo o mínimo do mínimo,** que a água potável [...] tá relacionado à retomada das atividades produtivas. E aí constrói lá um, projeta né uma pocilga pro reassentamento coletivo, que o plano diretor permite e ele coloca aquele monte de torneiras né. Ah essa torneira é pra você lavar [...] **Mas de onde vem a água?** Se você perguntar de onde vem a água, o cara [...] isso aí não é responsabilidade minha (risos) (Murilo, grifo nosso).

[...] **a Fundação Renova que tem fugido dele né,** nós estamos, tem reunião com o **Ministério Público amanhã para mais uma vez discutir sobre a água nos reassentamentos, é um problema, é um problema** como eu disse, as famílias vêm de de de hábitos rurais, e e não tem água suficiente, por exemplo, para, para, para os animais, para manter os **animais,** a Renova, **até hoje a Renova não apresentou estudos de como ela vai fornecer essa água e não apresenta também nenhuma solução** [...] tudo o que que foi levantado de estudo até hoje **diz que não tem água suficiente,** nem precisa grande estudo né, o povo que mora sempre e conhece a região diz que lá, lá não tem nascente, não tem. Como que vai ser isso? Então, complicadíssimo e **a Renova está insistindo em não apresentar, por último agora, ela está falando que o fornecimento de água vai vim a partir da compensação, o que é um absurdo, um absurdo, um absurdo** (Gregório, grifo nosso).

As plantações, a criação de animais e outras atividades determinantes nos modos de vida de Paracatu de Baixo levam à necessidade de água bruta em quantidade e qualidade suficientes, previsão não apresentada pela Renova. Ainda em relação à manutenção dos modos de vida, a comunidade não se encontrava tão espalhada na área de origem, como tem sido observado em relação à formação do reassentamento de Paracatu (CÁRITAS, 2021). Como apontado pela assessoria técnica dos atingidos,

[...] A centralidade do reassentamento, ou seja, essa **concentração** dos equipamentos [de uso coletivo] em uma área, traz pontos positivos, mas também acirra os **prejuízos de mobilidade** daquelas famílias cujos lotes **estão em áreas mais distantes** [...] Ainda **não estão definidas** as locações da quadra poliesportiva, associação comunitária e sede da cooperativa, apesar de estarem identificadas no projeto urbanístico áreas institucionais sem uso definido **em diferentes pontos** do reassentamento (CÁRITAS, 2021, p. 65, grifo nosso).

Se, por um lado, a Renova publica, por meio da revista Dois Pontos, o artigo REASSENTAMENTO... (acesso em 4 out. 2022, p. 4), publicizando a importância do processo participativo e construindo um discurso de participação e pertencimento, afirmando, na reportagem, que “Será avaliada a adaptação **a casa em si e com o entorno** (uso de

equipamentos sociais, como escolas)”, por outro, a centralidade decisória não considera configurações anteriores das comunidades e dos atingidos individualmente, conforme relatado, “[...] esse é o **grande mal que eu falo**, até na reparação **a Renova não é capaz de** chegar na pessoa e **perguntar** o que que você quer” (Samuel, grifo nosso).

Nos Espaços Novos, concretamente não há lama, mas também não há voz. O silenciamento, embora não tenha sido iniciado na formação dos Espaços Novos, persiste na forma como esses espaços têm sido criados. “[...] até na construção de uma casa não é **não é respeitado o que a o atingido quer**, o atingido é o **último** que dá palpite na construção **da sua própria casa**” (Samuel, grifo nosso). Não é difícil, neste contexto, visualizar que o dito Alphaville “Ta lindo, parece **condomínio de gente rica**, mas tá muito atrasado além de diversos **problemas** com as moradias” (Míriam, grifo nosso).<sup>36</sup>

Fotografia 102 - Casa em Bento Novo II



Fonte: dados da pesquisa.

O que pode parecer luxuoso, em um primeiro momento, em um segundo, no entanto, a partir de um olhar menos estrangeiro, traz à tona as trincas, as rachaduras e os problemas que elas materializam, isto é, ausência de diálogo, descaracterizações, assimetrias e maquiagens, “[...] até mesmo porque era interesse deles **divulgarem** pra as pessoas **que não são de**

---

<sup>36</sup> Esta informação não faz parte dos dados da transcrição da entrevista de João. Foi obtida por conversa de WhatsApp em 18/09/2022.

**Mariana, né, essa imagem do reassentamento, do grande de Alphaville que eles estão construindo, certo?”** (Larissa, grifo nosso).

O Alphaville pode ser divulgado na mídia, as rachaduras não. Ao longo da visita guiada em Bento Novo, o representante da Renova que me acompanhou explicou que, como as casas são particulares, eu só poderia passar em frente pois precisaria de autorização para entrar. Assim, mesmo se solicitasse, eu não poderia entrar nelas e estar mais próxima às rachaduras relatadas pelos entrevistados.

Um pesquisador não pode entrar na moradia de um atingido porque se trata de uma propriedade particular. A Renova pode, no entanto, camuflar problemas nas moradias, **atrasos, descumprimento de prazos, impunidade** e o que mais lhe convier em materiais audiovisuais que as mineradoras podem tornar público para ajudar a construir o conceito de qualidade “Alphaville” ou “padrão europeu” que estaria sendo entregue aos atingidos, o que aponta a direção das relações de poder que não somente formam os espaços analisados após o rompimento, mas que resgatam práticas anteriores a ele, que abrem caminho para o empilhamento ilimitado do rejeito, para a expansão da atividade, tornando escalável o que não deveria ser tratado dessa forma (TSING, 2019).

O que se assemelharia a um espaço construído com materiais considerados de alta qualidade no mercado pode ser **fotografado** e revertido em **divulgação positiva para a empresa**, sobretudo com o apoio da mídia. Durante a visita guiada, avistei uma série de equipamentos de filmagem e de pessoas operando tais ferramentas, conforme segue.

Fotografia 103 - Presença da mídia em Bento Novo



Fonte: dados da pesquisa.

Os fotógrafos se multiplicavam à medida que os espaços de uso coletivo e as primeiras 10 casas começavam a ficar prontos em Bento Novo após uma série de atrasos no cronograma, revertendo a demora e os adoecimentos pela espera em uma dita entrega de padrão de qualidade “europeu”, partindo do princípio que isso remete ao luxo e a materiais

tecnológicos. A ideia de um espaço luxuoso ainda a ser entregue vai ao encontro daquilo que a Renova busca divulgar na mídia não somente nos Espaços Novos, mas também nos Provisórios e Antigo, como os códigos apresentados sobre a preocupação com a imagem da mineradora. Isso contrasta com aquilo que foi relatado a respeito dos problemas encontrados nas moradias, como relatado pela **equipe de fiscalização** das obras dos reassentamentos coletivos.

Enquanto era fotografada a Unidade Básica de Saúde de Bento, inaugurada sem comunicar aos reassentados, eu caminhava em direção aos espaços de uso coletivo, registrando a sala multiuso da escola, o dito luxo das obras, em comparação ao espaço da escola em Bento Antigo. As práticas de descaracterização levam, portanto, à criação de espaços nos quais é possível divulgar, por um lado, o luxuoso, o bonito, o desejado, e, por outro, camuflar o indesejado, o inacabado, as goteiras e as rachaduras.

A descaracterização nos levou, portanto, às **práticas de camuflagem** das mineradoras também nos Espaços Novos. A Renova atrai, assim, a mídia para veiculação de um espaço “lindo” (Míriam), bem acabado, distinto daquele percebido com falhas por aqueles que o formarão, escamoteando suas queixas. Como ressalta a entrevistada Larissa (grifo nosso), “[...] e o reassentamento hoje ele tá se tornando um **Alphaville** não é porque a a mineradora ela tem a preocupação com o **bem-estar das famílias** [...] é pra **fazer essa publicidade posteriormente** [...]”. A entrevistada acrescenta que a publicidade faz parte de um contexto no qual a mineradora constrói um “discurso que eu já falei que é posto aí pra sociedade **de que ser vítima de um rompimento**, e que muita gente tá **comprando**, ser vítima de um rompimento é **vantajoso, é lucrativo**” (Larissa, grifo nosso).

Problematizamos, então, se o reassentamento estaria efetivamente se tornando um condomínio considerado de luxo como o Alphaville ou se essa ideia tem se propagado o suficiente a ponto de permitir divulgar como grandiosos espaços que apresentariam trincas, por exemplo. Como relatou Marina (grifo nosso), “**É do Bento** [Novo], agora a da minha mãe que é a reforma **também dá trinca** no muro né no muro né”.

[...] as casas tá dando **trinca** também né, tem casa dando **trinca**, aí a menina mostrou na reunião, tirou foto, então eu falei assim achei que era só as nossas casas que algumas da zona rural, é a da mãe que foi entregue né, então a que está fazendo também está com mesmo **problema** (Marina, grifo nosso).

Como atribuir “um sentido de pertencimento” (REASSENTAMENTO..., acesso em 4 out. 2022, p. 4) diante de tanta **descaracterização** dos Espaços Novos? Uma das respostas reside na divulgação de que o luxuoso é necessário aos atingidos na criação daqueles espaços desconfigurados e distantes do Bento Antigo. Reforça-se a noção de que luxo é algo associado



meramente ao estético, camuflando percepções subjacentes acerca do próprio uso do espaço e do espacializar. Enfoca-se fragmentos dos espaços que podem ser divulgados, enquanto são escamoteados os efeitos dos atrasos na entrega; os efeitos dos reassentamentos no mercado imobiliário local; os silenciamentos, entre outros aspectos. Buscando reverter a imagem negativa após o desastre, a Renova divulgou, por meio da revista Dois Pontos, que “A manutenção dos espaços coletivos e individuais deve ser um ponto de atenção, uma vez que os reassentamentos **não podem gerar ônus às famílias, causando empobrecimento**” (REASSENTAMENTO..., acesso em 4 out. 2022, p. 4, grifo nosso).

Aquilo que foi veiculado caminha na contramão do que emergiu nos relatos dos entrevistados e em documentos da Cáritas e do CNDH. Um conjunto de códigos foram reunidos na subcategoria **Empobrecimento Forçado**, pertencente à categoria **A chegada da lama e a adaptação nos espaços**, alguns deles expostos a seguir. Não somente o que a Renova divulga que deve ser evitado nos Espaços Novos para não expor as famílias “a uma situação de vulnerabilidade ou colocando-as como vítimas de especulação imobiliária” (REASSENTAMENTO..., acesso em 4 out. 2022, p. 4), ela tem praticado nos Espaços Antigos e Provisórios. Os ônus aos atingidos foram constantemente relatados na formação desses espaços, como mostram os relatos a seguir.

[...] só a última reformona agora no curral que foram eles que fizeram né, **antes disso não, antes disso eles [Renova] não tinham feito nenhuma nenhuma obra provisória pra gente, nem benfeitoria, nem móveis na casa provisória** [...] aí a última agora foram eles que fizeram [...] recentemente, menos de 1 ano, e aí **até então era a gente que fazia a gente que cuidava e mexia** [...] a gente chegou a fazer lá no ano passado, no início do ano passado [...] compramo telha, compramo madeira, então assim a gente não chegou a fazer o chiqueiro mesmo que tem lá na casa provisória casa provisória que meu pai tá morando foi a gente que fez tudo né, 2018 [...] Não, **o fogão a gente que vai arcar** [...] a gente vai precisar de ter bomba [...] vai ter um custo para a comunidade [...] aí não sei o quanto que a prefeitura também depois vai conseguir auxiliar com isso né, mas é é um receio que (a população) lá já levantou, desde o desde o início, **e que não foi apresentado assim nenhuma solução** que atendesse ou que satisfizesse a população não (João, grifo nosso).

[...] eu perdi o acesso para as outras propriedades, e começou um **caos financeiro** e começou as coisas a embolar [...] muitos já estão ficando **pobre**, [...] tendo que viver em Mariana [...] **onde que tudo é comprado** [...] hoje eu estou produzindo cento e poucos litros de leite por dia, é meu patrimônio foi deteriorado ao longo disso [...] Na minha região isso tudo, desde o rompimento até o **descaso com os animais** da Fundação Renova causou um **empobrecimento forçado muito grande em todos** [...] com o **corte de de de de alimentação alimentação** de algumas famílias isso ocasionou uma queda muito grande na produção e um **retrocesso na atividade** [...] agora a gente está vivendo um momento menos grave **por causa da chuva, mas na seca** do ano que vem se nada for feito é a situação **econômica** nossa aqui **vai ficar muito pior** (Marcos, grifo nosso).

[...] é só fazer um cálculo muito pequeno, se **lá a gente tinha tudo, tinha liberdade, não tinha que pagar nada** [...] **O custo de vida altíssimo, as coisas aqui**

**aumentaram demais, Mariana** [...] você mais presenciou isso, tá muito **mais caro que outros lugares** (Ludmila, grifo nosso).

[...] plantava horta, a gente trazia queijo, trazia leite, é fruta, verdura e hoje **a gente não tem nada disso**. [...] assim eu venho pra **Mariana** [...] **nunca comprei ovos na minha vida e nem frango caipira então eu trazia da roça, hoje hoje não, eu tenho que comprar tudo**, eu assim compra ovo caipira eu acho nossa tá caro, porque lá não, nós saía lá achava aquelas ninhadas de ovos, ia pescar, nós pescava no rio [...] na lagoa [...] (Marina, grifo nosso).

Marcos (grifo nosso) relatou que pôde “ver uma reportagem falando que a Samarco estava batendo recorde de produção **enquanto a gente** [atingido] **vai vivendo um retrocesso e um empobrecimento forçado**”. Como afirmou Míriam (grifo nosso),

[...] atingidos não têm mais o dinheiro tinha antes para **comprar o alimento** né para essas pros animais porque o o **modo de vida econômico não foi reestabelecido e a empresa né que deveria fornecer o alimento aí não ta fazendo isso**. Então, assim, os atingidos tão sofrendo **um processo de empobrecimento forçado** [...] a empresa **não devolve a vida econômica das pessoas e eles também não conseguem fazer isso** por conta própria [...].

De acordo com o relatório do CNDH, “[...] atingidos estão tendo custos acrescidos (energia e transporte) nas novas moradias; haja vista a morosidade nos reparos das moradias [...] o desastre causou a elevação dos preços dos alugueis em Mariana [...]” (CNDH, 2017, p. 47). Conforme relatório da CABF e da Assessoria, “[...] de 2015 para cá, aumentou o **empobrecimento da população atingida**, sobretudo em razão da perda das atividades de geração de renda e de produção de alimentos para consumo próprio” (CÁRITAS; CAFB, 2022, p. 45-46, grifo nosso). Concluímos o capítulo argumentando que os dados analisados permitem contrapor uma suposta preocupação das mineradoras com a situação financeira dos atingidos, como divulgado pela reportagem do jornal associado à Renova, àquilo que tem efetivamente ocorrido no cotidiano dos entrevistados.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese dialoga e alinha-se com estudos que discutem o organizar dos espaços e a produção de espaços organizacionais a partir das práticas, buscando preencher uma lacuna na Administração e, mais especificamente, nos Estudos Organizacionais, no que tange a abordar as relações organizadas entre humanos e outras espécies, estando o campo centralizado na criação de espaços por meio de práticas produzidas a partir da perspectiva humana. A noção de paisagem multiespécies possibilita, por meio de encontros, visibilizar elementos não-humanos nos complexos emaranhados estudados. Aqui, os encontros multiespécies envolvem inclusive aspectos abióticos, tendo a lama sido escolhida como o fio condutor. Como principal elemento não-humano da análise, a lama aponta para um caminho de destruição que não é linear dos Espaços Antigos à foz, mas adquire contornos ainda a serem avaliados à medida que Espaços Novos são produzidos.

O objetivo da tese foi o de analisar o organizar espacial por meio de práticas na **indústria mineradora** a partir do rompimento da barragem de Fundão/MG, mas entendemos que a perspectiva multiespécies pode ser abraçada nas discussões sobre outras indústrias que se propõem a pesquisar a produção de espaços a partir de práticas. Enfocamos a mineração e a dependência das comunidades dessa atividade, mas a discussão pode ser ampliada para outras indústrias, a exemplo da madeireira com suas *plantations*, que reúnem características comuns de um modelo paisagístico de escalabilidade. Posicionando-me como uma pessoa com formação em administração, aprendi que as práticas de gestão não estão isentas de efeitos não-intencionais frutos de relações mais que humanas que permeiam a criação de espaços organizacionais.

Ao seguir a lama, apresentamos como argumento central desta tese que os próprios processos de reparação e compensação causaram efeitos destrutivos que se perpetuaram ao longo do tempo através dos espaços. Utilizamos a metáfora das três ondas de lama para embasar essa ideia. A lama atingiu não somente os Espaços Antigos, mas se perpetuou atravessando os Espaços Provisórios e Novos. Identificamos que essa destruição se prolifera sobretudo a partir de práticas de camuflagem, descaracterização, expulsão e silenciamentos. Apesar de intencionalidades específicas terem culminado na primeira onda de lama, buscamos relacionar nas ondas de lama o percurso que ela vem tomando com o tempo, para onde segue e quais são as intersecções de um conjunto de encontros multiespécies possibilitados ou não, camuflados, ocultos, escamoteados ou enterrados em supostos consensos, uma harmonia coercitiva em ditos acordos jurídicos.

Descobrimos que a **continuidade danosa dessas práticas** constitui parte da mesma moeda na produção dos espaços. Isso porque se mantém a lógica da escalabilidade e da monocultura de um urbano que causa determinados não-convívios, o romper de relações indesejadas, e a contínua mobilização de recursos para apagar a lama, independentemente do espaço onde ela esteja tomando (e dando) forma. Buscamos frisar com as três ondas de lama que a destruição não foi somente pelo fato em si. A onda de lama decorrente do rompimento da barragem se propagou de tal forma que potencializou os efeitos do desastre nos anos subsequentes. Práticas que abarcam a mesma lógica de destruição em comunidades dependentes da atividade mineradora.

Ao sinalizar o predomínio de um padrão e de uma continuidade quanto à descaracterização na criação dos espaços analisados, essa desconfiguração vai gradativamente rompendo com traços do que outrora fora as comunidades atingidas, pelo afastamento de elementos indesejados e de características dessas comunidades, como aspectos rurais, na medida em que tornam homogêneo o modelo de convívio que deve ser mantido, a partir de relações com organizações que validam a mineração, seja apagando a lama nos Espaços Antigos por práticas de camuflagem e expulsão; seja apagando a lama nos Espaços Provisórios por práticas de exclusão e descaracterização, com as intervenções para reforma da Praça Gomes Freire; seja apagando a lama nos Espaços Novos por práticas de descaracterização e silenciamentos que se propagam ainda nas incertezas e nas expectativas da entrega desses espaços.

O que conecta as práticas que formam os espaços analisados é que a gestão pós-desastre, a partir de intencionalidades específicas, levou ruínas a espaços nos quais a destruição não teria chegado devido ao **rompimento da barragem em si**. Argumentamos que as mineradoras protagonizam continuamente processos para camuflar a destruição e reverter a imagem associada ao desastre, à lama, à feiura, aos destroços, às ruínas, mostrando aos *stakeholders* a preocupação com a suposta sustentabilidade na condução da atividade. Apesar desse protagonismo, um conjunto de organizações validam interesses específicos. Destacamos, no entanto, que muitas vezes as formas de vida multiespécies que florescem ou murcham não estão entrelaçadas pela lógica humana. Pelo contrário, emaranhamentos mais que humanos prosperam independentemente do pleno controle ou das intenções humanas.

Enxergamos que estudos multiespécies têm o potencial de resgatar uma vivacidade abiótica na busca por refletir sobre diferentes formas de espacializar. Trazemos à discussão a contribuição dessa perspectiva para compreender relações sociais e organizacionais que cotidianamente produzem espaços criados não somente por e para humanos, mas

considerando o humano como um dos aspectos de uma teia que é composta por processos organizativos multiespécies. A perspectiva multiespécies na Administração pode, portanto, abrir caminho para novas formas de refletir e de organizar que rompem com uma configuração prévia de cadeias (de dependência financeira local das mineradoras; de modos globais específicos de produção e consumo e, ainda, alimentar).

Acreditamos na importância de continuar semeando o embrião de novas formas de espacializar não somente na Antropologia, de onde bebemos, mas nos Estudos Organizacionais. De continuar dando vida e visibilizando o elo relacional, o abiótico, a possibilidade de que o caos materializado pela lama esteja relacionado à polifonia multiespécies, às coordenações, algumas delas vívidas, como diques e braquiárias; algumas delas apagadas, como lama e árvores; algumas delas descaracterizadas, como elementos não-humanos da Praça Gomes Freire; algumas delas mortas ainda em vida na espera por Espaços Novos.

Sugerimos que trabalhos acadêmicos futuros, portanto, continuem apontando para a necessidade de melhor compreender os efeitos das perturbações humanas no todo mais que humano que, em vez de pré-existente, torna-se continuamente. Um esforço multiespécies requer voltar a atenção para elementos muitas vezes inviabilizados e invisibilizados. Tal esforço requer resgatar trabalhos que plantem a necessidade de destrinchar fragmentos multiespécies que compõem paisagens em ruínas. Mergulhar nos destroços, na lama. Segui-la, cheirá-la, compreendê-la, em vez de discursivamente apontá-la como a vilã, pura e simplesmente. Reforçamos o coro daqueles que assinalam para a necessária superação de dualismos como natureza-cultura, de dicotomias que separam o mundo em categorias em oposição no Antropoceno. Valorizamos aqui o interdisciplinar, e buscamos trazer as conexões com essas áreas para, quem sabe, buscarmos uma nova forma de fazer Administração.

Neste processo, lançamos luz sobre as práticas de produção dos Espaços Antigos, Provisórios e Novos, mexemos no fundo do rio, acolhemos a chuva que traz à superfície o submerso, acolhemos termos de outras áreas. Utilizamos a noção de camuflagem como forma por meio da qual as mineradoras escondem suas práticas destrutivas para que passem despercebidas. A relação presa-predador aqui ganha os contornos de um contexto desenhado ao longo de anos por práticas de grandes corporações transnacionais. Aqui, aqueles que produzem e consomem recursos fazem parte de emaranhados multiespécies que não somente coabitam, mas ameaçam outras espécies, perturbam ecologias locais, escalando o não-escalável das cadeias globais. Neste sentido, lançamos luz sobre parte das articulações de um espacializar que define o que e quem pode perturbar ou resistir.

Ressaltamos que o intuito da tese não foi o de trazer uma solução ou o de buscar evidenciar uma alternativa particular em relação à mineração, mas o de problematizar as distintas formas de organizar espaços em um contexto pós-desastre e, mais do que isso, posicionando como essas práticas se constituem não somente pelo humano, mas a partir de encontros multiespécies que tecem paisagens mais que humanas. Nos capítulos de análise o desafio foi o de, sendo humano, resgatar não somente os elementos não-humanos, mas abióticos, como dique e lama, e toda a vivacidade abiótica possibilitada pelos dados. Identificar e conectar, entre Espaços Antigos, Provisórios, e Novos, a pluralidade de relações mais que humanas (entre humanos e árvores, água, peixes, chafariz, coreto, etc.) e de formas de manter encontros invisibilizados.

O organizar dos espaços nesta tese aponta para o ocupar de espaços (Antigos) onde são esperadas ruínas, e elas são camufladas, e para visualizar espaços nos quais não são esperadas ruínas, mas a destruição existe e a ruína se materializa não em forma de destroços (Espaços Provisórios e Novos), mas de descaracterizações e de seus efeitos nas relações sociais. Se cada praga que infesta exclui outras, quem se torna praga, por quê e a partir de quais relações e práticas? Quais as ervas daninhas da mineração? Ao questionarmos “Como, nas paisagens multiespécies perturbadas pela mineração de ferro, espaços são (re)organizados por diferentes atores?” a partir de um contorno histórico-geográfico específico - o rompimento da barragem de Fundão decorrente da mineração em Minas Gerais - refletimos sobre as conexões que são (re)produzidas e como são.

O que temos pela frente em uma indústria como a mineradora, que não somente causa destruição em âmbito local, mas permanece alimentada por uma rede global de produção que posiciona o humano no centro? Desejamos que a narrativa contada aqui permita transmitir a partir da polifonia multiespécies parte desta história de destruição, porque parte segue submersa. Que as ruínas, o luto, os destroços, enfim, a destruição concretizada pela lama seja lembrada. Que não seja apagada no decorrer do tempo.

## REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (Brasil). **Termo de transação e de ajustamento de conduta**. Brasília, 2016. Disponível em:

<<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2020.

AISHER, A.; DAMODARAN, V. Introduction: human-nature interactions through a multispecies lens. **Conservation and Society**, v. 14, n. 4, p. 293-304, 2016.

ALMEIDA, A. NOVAIS, A. Reforma da Praça do Jardim vai custar R\$ 5 milhões e durar quase dois anos. **Jornal Lamparina** (UFOP). Mariana, 09 dez. 2019. Disponível em:

<<https://sites.ufop.br/lamparina/blog/reforma-da-pra%C3%A7a-do-jardim-vai-custar-r-5-milh%C3%B5es-e-durar-quase-dois-anos>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ANDRADE, C. D. de. O maior trem do mundo. **O Cometa Itabirano**. Itabira, ago. 1984.

Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/poesia3/poesianet345.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ANDRADE, T. C. G. DE. **Impactos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa, Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

ANGELO, M. Brasil aposta tudo no maior evento de mineração do mundo. **Observatório da Mineração**. 8 abr. 2021. 2021a. Disponível em:

<<https://observatoriodamineracao.com.br/brasil-aposta-tudo-no-maior-evento-de-mineracao-do-mundo/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ANGELO, M. Denúncia de violações de direitos humanos por mineradoras na pandemia é aceita pela CIDH. **Observatório da Mineração**. 3 maio 2021. 2021b. Disponível em:

<<https://observatoriodamineracao.com.br/denuncia-de-violacoes-de-direitos-humanos-por-mineradoras-na-pandemia-e-aceita-pela-cidh/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

APRENDA FÁCIL EDITORA. **Intoxicação do gado por mamona**: aprenda um pouco mais sobre a mamona e como ela pode ser prejudicial ao seu gado. c2002-2022. Disponível em: <<https://www.afe.com.br/noticias/intoxicacao-do-gado-por-mamona>>. Acesso em: 10 set. 2022.

AZEVEDO, A. L. CASTRO, J. Lama de acidente em barragens pode chegar até o Espírito Santo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2015. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/politica/lama-de-acidente-em-barragens-pode-chegar-ate-espirito-santo-17988499>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BAETA, J. Samarco planejava construir nova barragem em Bento Rodrigues em 2016.

**Jornal O Tempo**. 18 nov. 2015. Disponível em:

<<https://www.otempo.com.br/cidades/samarco-planejava-construir-nova-barragem-em-bento-rodrigues-em-2016-1.1172836>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BEYES, T.; STEYAERT, C. The ontological politics of artistic interventions: Implications for performing action research. **Action Research**, v. 9, n. 1, p. 100-115, 2011.

BOWKER, L. N. **Samarco dam failure largest by far in recorded history**. 12 dez. 2015.

Disponível em: <<https://lindsaynewlandbowker.wordpress.com/2015/12/12/samarco-dam-failure-largest-by-far-in-recorded-history/#:~:text=Through%20creation%20of%20a%20magnitude,a%20magnitude%20score%20of%2041.42>>.

Acesso em: 10 dez. 2019.

BOWKER, L.; CHAMBERS, D. In the Dark Shadow of the Supercycle Tailings Failure Risk & Public Liability Reach All Time Highs. **Environments**, v. 4, n. 4, p. 75, 2017.

BRASIL. Decreto nº 500, de 20 de setembro de 2016. Dispõe sobre a requisição administrativa de terreno localizado no Município de Mariana, para implantação do Dique S4. **Diário do Executivo de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 21 set. 2016. (2016b). Ano 124, nº 172, 44 p. Disponível em: <<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/>>. Acesso em: 2 set em 2022.

BRASIL. Instrução normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**.

Brasília, 22 dez. 2016. (2016a). Anexo V. Disponível

em:<[https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Cobrade\\_com-simbologia.pdf](https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Cobrade_com-simbologia.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 2010. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12334-20-setembro-2010-608607-publicacaooriginal-129691-pl.html>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em:

<[https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09062014\\_Instrucao\\_normativa\\_de\\_01\\_d\\_e\\_agosto\\_de\\_2012.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09062014_Instrucao_normativa_de_01_d_e_agosto_de_2012.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2020.



BRASIL. Ministério Público Federal. **Caso Samarco**. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. **MPF: Samarco sabia dos riscos de rompimento de barragem desde 2013**. MPF. 20 de novembro de 2015. (2015a). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/samarco-deve-responder-por-todos-os-danos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-de-fundao-defende-mpf>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Recomendação conjunta nº 10 de 26 de março de 2018**. Ministério Público Federal. Belo Horizonte/MG e Linhares/ES, 26 mar. 2018 (2018d). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo aditivo ao termo de ajustamento preliminar firmado entre o Ministério Público Federal, a Samarco Mineração S/A, a Vale S/A e a BHP Billiton Brasil Ltda**. Ministério Público Federal, Belo Horizonte, MG. 16 nov. 2017 (2017b). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de acordo para disponibilização de assessoria técnica independente ...** Ministério Público Federal, Belo Horizonte/MG, 31 ago. 2018 (2018b). Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acordo\\_centrorosafortini-compressed](http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acordo_centrorosafortini-compressed)>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de ajustamento de conduta - TAC Governança**. Ministério Público Federal, Belo Horizonte, MG, 25 jun. 2018 (2018a). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca/view>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de ajustamento preliminar entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda**. Ministério Público Federal, Belo Horizonte, MG. 18 de janeiro de 2017 (2017a). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco/view>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Termo de compromisso**. Ministério Público Federal, Belo Horizonte/MG, 26 out. 2018 (2018c). Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-compromisso-prescricao>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal; ESPÍRITO SANTO. Ministério Público. **Ação cautelar preparatória à ação civil pública de reparação por danos ambientais e danos morais coletivos**. MPF, MPES. Colatina, ES, 9 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/onda-de-lama-liminar-obriga>>

samarco-e-poder-publico-a-adotarem-medidas-emergenciais-no-es>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Portaria n 222, de 10 de novembro de 2015. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 nov. 2015. (2015b). Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/33315493/do1-2015-11-11-portaria-n-222-de-10-de-novembro-de-2015-33315489](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/33315493/do1-2015-11-11-portaria-n-222-de-10-de-novembro-de-2015-33315489)>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Governo anuncia Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira**. 2017. (2017c) Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2017/julho/governo-anuncia-programa-de-revitalizacao-da-industria-mineral-brasileira>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. COMISSÃO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO (CABF). **Considerações para a continuidade da reparação em Mariana/MG**. Mariana, MG. CABF, CÁRITAS. mar. 2022. Disponível em: <<https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2022/6pLW989ITQf5jDPIEZBG.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2022.

CÁRITAS BRASILEIRA. Regional Minas Gerais. **Atrasos**: relatório de entrega dos reassentamentos. Mariana, 27 fev. 2021. 101 p. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/March2021/etKwFG5G1cjAivG0daSn.pdf>> Acesso em: 2 fev. 2022.

CÁRITAS BRASILEIRA. Regional Minas Gerais. COMISSÃO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO (CABF). **Pontos críticos**. Disponível em: <<http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/August2021/9yZQnNTnOzpMURlyxcvH.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021.

CARMO, R. L. DO; ANAZAWA, T. M.; BONATTI, T. F. Reflexões sobre o maior desastre ambiental brasileiro. **Revista jurídica Consulex**, 2016.

CARRARA, A. N. Projeto de revitalização do Jardim está na reta final. **Jornal Lampião** (UFOP). Ouro Preto, 08 nov. de 2019. Disponível em: <[https://lampiaodigital.ufop.br/index.php/projeto-de-revitalizacao-do-jardim-esta-na-reta-final/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=projeto-de-revitalizacao-do-jardim-esta-na-reta-final](https://lampiaodigital.ufop.br/index.php/projeto-de-revitalizacao-do-jardim-esta-na-reta-final/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=projeto-de-revitalizacao-do-jardim-esta-na-reta-final)>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CAVEDON, N. R. Método etnográfico: da etnografia clássica às pesquisas contemporâneas. In: SOUZA, E. M. de (org.). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, v. 1, p. 65-92, 2014.

CHICO SCIENCE. NAÇÃO ZUMBI. **Corpo de lama**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=pxu\\_tl4pVt8](https://www.youtube.com/watch?v=pxu_tl4pVt8)> Acesso em: 29 ago. 2021.

CHICO SCIENCE. NAÇÃO ZUMBI. **Da lama ao caos**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jDI5rZCntPc>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (Brasil). **Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce**. Brasília, DF. CNDH: 2017. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce\\_FINAL\\_APROVADO.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf)>. Acesso em: 15 set 2022.

CORAÇÃO, C. R.; CARNEIRO, F. D. B. De quem é a praça Gomes Freire? As disputas simbólicas no espaço Jardim e as representações da imprensa de Mariana-MG. **Logos**, v. 25, n. 1, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

CRESWELL, J. W.; POTTH, C. N. **Qualitative inquiry & research design**, 4a ed. SAGE Publications, Inc.: Thousand Oaks (CA), 2018.

CRUTZEN, P. J. The “Anthropocene”. In: EHLERS, E.; KRAFFT, T. **Earth system science in the Anthropocene**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2006. p. 13-18.

CZARNIAWSKA, B. Commentary: STS Meets MOS. **Organization**, v. 16, n. 1, p. 155-160, 2009.

DJELIC, M.-L.; SAHLIN-ANDERSSON, K. Transnational governance in the making – regulatory fields and their dynamics. **Transnational governance**, p. 1–47, 2006.

EIKENBERRY, A. M.; ARROYAVE, V.; COOPER, T. Administrative failure and the international NGO response to Hurricane Katrina. **Public Administration Review**, v. 67, n. SUPPL. 1, p. 160–170, 2007.

EMBRAPA GADO DE CORTE. Plantas no pantanal tóxicas para bovinos. **Mamona**. Disponível em: <<https://old.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/livros/plantastoxic/21mamona.html>>. Acesso em: 12 set. 2022.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

ESPÍRITO SANTO. Ministério Público et al. **Primeiro aditivo ao termo de compromisso socioambiental preliminar**. Belo Horizonte, MG, 4 de dezembro de 2015b. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/samarco-tera-que-garantir-renda-minima-a-pescadores-e-trabalhadores-afetados-pela-lama-no-rio-doce>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Ministério Público et al. **Termo de compromisso socioambiental preliminar**. Vitória, ES. 15 de novembro de 2015a. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/mps-garantem-adocao-de-medidas-emergenciais-com-a-assinatura-de-termo-de-compromisso-socioambiental-com-a-samarco>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

FANTINEL, L. D. O organizar multiespécie da cidade. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha. (org.). **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2020, p. 297-344.

FANTINEL, L. D. Viver e organizar multiespécies: um convite à administração para seguir com o incômodo. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 45, 2021, on-line. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2021. Disponível em: <[http://anpad.com.br/pt\\_br/event/details/114/1808](http://anpad.com.br/pt_br/event/details/114/1808)>. Acesso em: 23 out. 2021.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011.

FONTENELLE, R. Revitalização do jardim: população de Mariana-MG continua resistente ao projeto. **Jornal Voz Ativa**, Ouro Preto, 01 out. 2019. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/noticias/revitalizacao-do-jardim-populacao-de-mariana-mg-continua-resistente-ao-projeto/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

FONTOURA, Y; NAVES, F; TEODÓSIO, A. S. S; GOMES, M. V. P. “Da lama ao caos”: reflexões sobre a crise ambiental e as relações Estado-empresa-sociedade. **Farol Revista de Estudos Organizacionais**, v. 6, 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. O que sabemos sobre o surto de febre amarela no Brasil. 2017. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1399-o-que-sabemos-sobre-o-surto-de-febre-amarela-no-brasil>>. Acesso em: 7 set. 2022.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Estatuto da Fundação Renova**. Belo Horizonte, MG. 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/estatuto-registrado.pdf>> Acesso em: 8 dez. 2019.

GERAQUE, E. BERTONI, E. MARQUES, J. Samarco construía megabarragem em reservatório palco da tragédia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. Belo Horizonte. 12 dez. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718231-samarco-construia-megabarragem-em-reservatorio-palco-da-tragedia.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GHERARDI, S. Introduction: The critical power of the “practice lens.” **Management Learning**, v. 40, n. 2, p. 115–128. 2009.

GODOI, C. K., MATTOS, P. L. C. L. DE. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva. p. 300 - 323, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Gestão e manejo de rejeitos da mineração**. Brasília: IBRAM, 2016. 1ª ed. 128 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Relatório anual de atividades - julho 2018 a junho 2019**. [s.d.]. Disponível em: <<https://ibram.org.br/relatorios-de-atividades>>. Acesso em: abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Relatório anual de atividades - janeiro a dezembro de 2020**. [s.d.]. Disponível em: <<https://ibram.org.br/relatorios-de-atividades>>. Acesso em: 10 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Relatório anual de atividades - janeiro a dezembro de 2021**. [s.d.]. Disponível em: <<https://ibram.org.br/relatorios-de-atividades>>. Acesso em: 10 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. Brasília, 2015. 74 p. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

JENKINS, P. et al. Local nonprofit organizations in a post-Katrina landscape: help in a context of recovery. **American Behavioral Scientist**, v. 59, n. 10, p. 1263–1277, 2015.

KAPUCU, N.; AUGUSTIN, M. E.; GARAYEV, V. Interstate partnerships in emergency management: Emergency management assistance compact in response to catastrophic disasters. **Public Administration Review**, v. 69, n. 2, p. 297–313, 2009.

KAPUCU, N.; VAN WART, M. The evolving role of the public sector in managing catastrophic disasters: lessons learned. **Administration and Society**, v. 38, n. 3, p. 279–308, 2006.

KIRKSEY, S. E.; HELMREICH, S. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural anthropology**, v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.

LACRUZ, A. J. LEITE, M. C. O. **Organizando projetos de pesquisa**. 1ª ed, Vitória, ES.: Instituto Federal do Espírito Santo, 2021.

LEITE, M. C. O. FELIPE, E. S. FOGAÇA, M. MAHER, R. A comparison of Brazilian, North American, and English water supply regulation models. **Groundwater for Sustainable Development**, v. 18, p. 100748, 2022.

LIMA, M. L. P.; PEIXOTO, M. J. Doenças da mamoneira (*Ricinus Communis*). **Estudos em doenças de plantas**. 3 nov. 2010. Disponível em: <<https://fitopatologia1.blogspot.com/2010/11/doencas-da-mamoneira-ricinus-communis.html>>. Acesso em: 15 set. 2022.

LYRA, M. G. Challenging extractivism: Activism over the aftermath of the Fundão disaster. **Extractive Industries and Society**, v. 6, n. 3, p. 897–905, 2019.

MAHER, R.; VALENZUELA, F.; BÖHM, S. The enduring state: An analysis of governance-making in three mining conflicts. **Organization Studies**, v. 40, n. 8, p. 1169–1191, 2019.

MANGA ROSA EXPERIENCE. **Rio de lama**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=k9q8T\\_RYfEo](https://www.youtube.com/watch?v=k9q8T_RYfEo)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MARIANA recebe a praça Gomes Freire requalificada e com melhorias. **Fundação Renova**, Mariana, 16 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/release/mariana-recebe-a-praca-gomes-freire-requalificada-e-com-melhorias/>> Acesso em: 2 maio 2022.

MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 25, p. 264-286, 2018.

MARRAS, S. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 250-266, 2018.

MAZZOLA, B. G. **Da gestão dos stakeholders à licença social para operar**: o caso do desastre de Mariana. 2018. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MCGUIRE, M.; SCHNECK, D. What if hurricane Katrina hit in 2020? The need for strategic management of disasters. **Public Administration Review**, v. 70, n. SUPPL. 1, p. 201–207, 2010.

MINAS GERAIS (Estado). Tribunal de Justiça (TJMG). Apelação cível n. 1.0400.16.003572-3/001. Apelação Cível - Ação Ordinária - Utilização e Ocupação de Imóveis - Edificação de Dique - Prazo - Requisição Administrativa. Samarco Mineração S.A. versus espólio de Maria da Conceição Muniz, espólio de Manoel Muniz e outro(a)(s), Manoel Marcos Muniz. Relator: Des.(a) Saldanha da Fonseca. [s. l.] 25 nov. 2021. (2021c). **Diário do Judiciário eletrônico (DJe) do Tribunal de Justiça de MG**. [s. l.] p. 1-3. nov. 2021.

MINAS GERAIS. Ministério Público. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG. **Atuação na defesa dos direitos humanos dos atingidos pela barragem de Fundão**. Mariana/MG, 2021 (2021b).

MINAS GERAIS. Ministério Público. 1ª Vara da Comarca de Mariana. Ação Civil Pública n. 0400.16.001481-9, de 03 de maio de 2016. Ministério Público de Minas Gerais (MG) versus Samarco. Vale. BHP. Município de Mariana. **Estado de Minas Gerais**. Mariana/MG, 03 maio 2015.

MINAS GERAIS. Ministério Público. 2ª Vara da Comarca de Mariana. Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6, de 10 de dezembro de 2015. Ministério Público de Minas Gerais (MG) versus Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. **Estado de Minas Gerais**. Mariana/MG, 10 dez. 2015.

MINAS GERAIS. Ministério Público. **MPMG pede na Justiça extinção da Fundação Renova**. MPMG. 24 de fevereiro de 2021. (2021a). Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-pede-na-justica-extincao-da-fundacao-renova.htm>>. Acesso em: 25 março 2021.

MONDAL, D.; CHOWDHURY, S.; BASU, D. Comparisons of performance of non-governmental organization and Gram Panchayats in: disaster management comparisons of performance of non-governmental organization and Gram Panchayats in disaster management cyclone Aila inflicted a heavy damage on coastal. **Indian Journal of Extension Education**, n. December, 2016.

MORGAN, G.; GOMES, M. V. P.; PEREZ-ALEMAN, P. Transnational governance regimes in the Global South: multinationals, states and NGOs as political actors. **RAE Revista de Administracao de Empresas**, v. 56, n. 4, p. 374–379, 2016.

NETO, J. C. DE M. **Poesia completa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2020.

O QUE SE SABE sobre o rompimento das barragens em Mariana (MG). **UOL Notícias**. São Paulo. Nov. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/06/o-que-se-sabe-sobre-o-rompimento-das-barragens-em-mariana-mg.htm>> Acesso em: 16 mar. em 2020.

OBSERVATORIO DE CONFLICTOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA (OCMAL). **Conflictos mineros en América Latina**. [s.d.]. Disponível em: <[https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal\\_db-v2/conflicto](https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/conflicto)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

OGDEN, L. A.; HALL, B.; TANITA, K. Animals, plants, people, and things: a review of multispecies ethnography. **Environment and society**, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Gestão de riscos de desastres para o patrimônio mundial**. Brasília: UNESCO, Iphan, [s.d.]

OSA, Y. Growing Role of NGOs in Disaster Relief and Humanitarian Assistance in East Asia. **A growing force: civil society's role in asian regional security**, p. 66–89, 2013.

PASCOAL, W. V. **Os Krenak, o Rio Doce, e o desastre-crime causado pela Samarco**. Belo Horizonte: UFMG/GESTA, 2018. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/02/Relat%C3%B3rio-Krenak-Revisado-2020.pdf>> Acesso em: 2 maio 2021.

PESQUISA arqueológica inédita na praça Gomes Freire resgata a história de Mariana (MG). **Fundação Renova**, Mariana, 26 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/pesquisa-arqueologica-inedita-na-praca-gomes-freire-resgata-a-historia-de-mariana-mg/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

PRAÇA Gomes Freire recebe melhorias e é entregue à população de Mariana. **Fundação Renova**, Mariana, 02 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/praca-gomes-freire-recebe-melhorias-e-e-entregue-a-populacao-de-mariana/>> Acesso em: 12 abr. 2022.



QUADROS, L. S. de. **O rompimento da barragem do fundão: percepção socioambiental e análise da vulnerabilidade social da população de Bento Rodrigues – Mariana – MG - Brasil**, 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro, SP, 2019.

REASSENTAMENTO não é só erguer casas, mas reconstruir vidas. **Revista Dois Pontos** (Renova). Disponível em: <<https://revistadoisPontos.org/caminhos/>> Acesso em: 4 out. 2022.

REPARAÇÃO avança com o pagamento de indenizações. **Boletim Jornada**: informações da Fundação Renova para a população de Mariana. Belo Horizonte, out. 2021. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/10/jornada-extra-mariana.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

RIBEIRO, B., 2015. Após 3 semanas, Samarco não deu auxílio a famílias. **O Estado de São Paulo**. SP. 27 nov. 2015. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,apos-3-semanas-samarco-nao-deu-auxilio-a-familias,10000003098>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RICO, M. et al. Reported tailings dam failures: a review of the European incidents in the worldwide context. **Journal of Hazardous Materials**, v. 152, n. 2, p. 846–852, 2008.

RODRIGUES, L. Dique construído pela Samarco para conter lama extrapola prazo. **Agência Brasil**. Brasília, 6 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/dique-construido-pela-samarco-para-conter-lama-extrapola-prazo>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. London: SAGE Publications Ltd. 2016.

SAMARCO. **Fazer o que deve ser feito: esse é o nosso compromisso**. Dossiê. 2016. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/12/DossieSamarco\\_09\\_152.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/12/DossieSamarco_09_152.pdf)> Acesso em: 7 jun. 2020.

SANDBERG, J.; DALL'ALBA, G. Returning to practice anew: a life-world perspective. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1349-1368, 2009.

SANTOS, A. et al. Avalanche de lama destrói distrito de Mariana após rompimento de barragem. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 10 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna\\_gerais,705024/avalanche-de-lama-destroi-distrito-de-mariana-apos-rompimento-de-barragem.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais,705024/avalanche-de-lama-destroi-distrito-de-mariana-apos-rompimento-de-barragem.shtml)>. Acesso em: 2 maio 2021.

SANTOS, R.S.P.; MILANEZ, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de

pesquisa para as ciências sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. Vitória, v.5, n.1, dezembro, p.1-26, 2017.

SILVA, J. P. Matéria Especial: Revitalização da Praça Gomes Freire nem começou e já causa polêmica em Mariana-MG. **Jornal Voz Ativa**, Ouro Preto, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/noticias/materia-especial-revitalizacao-da-praca-gomes-freire-nem-comecou-e-ja-causa-polemica-em-mariana-mg/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SILVA, J. P. Praça Gomes Freire: "A rampa permanecerá", afirma nota da Prefeitura de Mariana-MG. **Jornal Voz Ativa**, Ouro Preto, 01 out. 2020. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/noticias/praca-gomes-freire-a-rampa-permanecera-afirma-nota-da-prefeitura-de-mariana-mg/>>. Acesso em: 30 maio 2022.

SMART, S. The political economy of Latin American conflicts over mining extractivism. **Extractive Industries and Society**, n. February, p. 1–13, 2020.

STEFFEN, W. et al. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical Transactions of the Royal Society A: mathematical, physical and engineering sciences**, v. 369, n. 1938, p. 842-867, 2011.

SÜSSEKIND, F. Sobre a vida multiespécie. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 159-178, 2018.

SVAMPA, M. “Consenso de los commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 244, p. 30-46, 2013.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: a narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325-346, 2007.

TSING, A. L. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2005.

TSING, A. L. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015 (2015b).

TSING, A. L. **The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins**. Princeton University Press, 2015, (2015a).

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, A. L.; LASSILA, M. Interview with Anna Tsing. **Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society**, v. 42, n. 1, p. 22-30, 2017.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **Mine tailings storage: safety is no accident**. Nairobi; Arendal: UNEP. 70 p. 2017.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). **Mineral commodity summaries 2020**. U.S. Geological Survey. Reston, Virginia, 2020.

VAN DOOREN, T.; KIRKSEY, E.; MÜNSTER, U. Multispecies studies cultivating arts of attentiveness. **Environmental Humanities**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2016.

VELDEN, F. F. V. **Natureza/cultura: descentramento, crítica e desafios das ontologias não dualistas**. Calibán - RLP, 18(1) - Volume 18-1, 209-217, 2020.

VITOR, D. Tragédia da barragem do Fundão em Mariana completa 5 anos. **Agência Brasil**. Brasília, 05 nov. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/tragedia-da-barragem-do-fundao-em-mariana-completa-5-anos>>. Acesso em: 26 out. 2022.

WEINFURTNER, T.; SEIDL, D. Towards a spatial perspective: an integrative review of research on organisational space. **Scandinavian Journal of Management**, v. 35, n. 2, p. 1-30, 2018.

WISŁAWA, S. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, 7, 2016.

## **APÊNDICE - ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA**

O roteiro de entrevista para guiar esta pesquisa inclui: Breve esclarecimento inicial da pesquisa; Apresentação do TCLE; Solicitação para gravar; Perguntas (tópicos a serem abordados); Esclarecimentos finais.

### **Esclarecimentos iniciais da pesquisa**

A pesquisa intitulada “Paisagens Multiespécies nas ruínas da mineração: analisando práticas de (re)organização do espaço em Mariana, MG”, sob responsabilidade da discente de doutorado Maria Clara de Oliveira Leite, do qual você é convidado a participar voluntariamente, tem por objetivo geral analisar práticas organizativas de espaços caracterizados por paisagens multiespécies perturbadas pela indústria mineradora.

**Apresentar a pesquisa, o TCLE e Solicitar autorização para gravar.**

**No. da Entrevista:**

**Data:**

**Local:**

**Entrevistado**

**Atuação:**

### **Tópicos para nortear as entrevistas**

- **Transformação dos espaços** - Questões introdutórias e mais amplas acerca do fenômeno a ser analisado (Como/se o campo mudou depois do rompimento da barragem de Fundão, o que mudou? Qual o posicionamento do poder público neste contexto? Que organizações/atores contribuíram/dificultaram aspectos da gestão pós-rompimento e das transformações do espaço? Como o entrevistado enxerga as transformações, etc.).
- **Desequilíbrio da paisagem por perturbações da indústria** – Questões a respeito do desequilíbrio causado pelo rompimento da barragem de rejeitos (a exemplo dos animais que pararam de habitar a região e o do surgimento de outros que não costumavam circular pelo entorno).

- **Aspectos não-humanos presentes no contexto humano** – Questões acerca da *relação entre alterações ecológicas* nas vivências humanas (surgimento de doenças pós-rompimento, etc.; efeito da morte de animais em atividades econômicas como pecuária, etc.)
- **Benefícios/malefícios da introdução de práticas humanas aos não-humanos** - Questões sobre os benefícios, por exemplo, de se plantar grama na região atingida, etc. pelo ponto de vista que seria de não-humanos. Ou dos malefícios como a perda de nascentes ou de atividades humanas anteriormente importantes (como a carvoaria).
- **A manifestação da denominada natureza sem tanta interferência humana** – Questões sobre a percepção dos pesquisados a respeito dos movimentos tomados pela vegetação e por outros elementos naturais após o rompimento.
- **“Marcas da Lama”** – Questões sobre o entendimento daquilo que a “lama” provocou no cotidiano dos pesquisados, a lama no contexto do rompimento da barragem, “seguindo a lama” nas perdas de bens materiais e imateriais, mas não somente.
- **Produção de novos mundos** – Questões a respeito de novos elementos (inclusive pela gestão das mantenedoras/empresas mineradoras) que foram produzidos/introduzidos para corresponder à idealização humana da denominada “natureza” e de uma paisagem “domesticada”.
- **Efeitos da produção** - Questões acerca do papel de uma natureza domesticada e das estratégias empresariais para camuflar ruínas (a grama plantada, o “verdinho” que é possível enxergar sobre os rejeitos).
- **Práticas de (re)organização dos atingidos** – Questões que englobam as estratégias de atingidos para lidar com desde a improdutividade das terras para cultivo ou para atividades como pesca até formas de se organizarem para fortalecimento na luta pela conquista de direitos (ao reassentamento familiar, por exemplo, inclusive a partir do reconhecimento de quem é considerado atingido e pode reivindicar o reassentamento).

- **Reassentamento** – Questões que envolvem ações e decisões de organizações envolvidas referentes à reorganização da vida e da moradia na região afetada pelo rompimento.

### **Esclarecimentos finais**

- Se surgir alguma dúvida durante a transcrição da entrevista, posso contatar o Sr. novamente?
- Tem mais alguma ideia importante que o Sr. gostaria de colocar?

Colocar-me à disposição do respondente para esclarecimento de dúvidas a qualquer momento, informando os contatos no TCLE.